



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1628

Quarta-feira - 03 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Itapiranga.....	255	Serra Alta	750
Alto Bela Vista.....	4	Itapoá	256	Siderópolis.....	750
Antônio Carlos	5	Ituporanga	260	Sombrio.....	769
Atalanta.....	6	Jacinto Machado	262	Tigrinhos	770
Balneário Rincão	8	Joaçaba.....	264	Timbé do Sul	776
Barra Velha.....	9	Lages	267	Timbó	844
Bela Vista do Toldo.....	17	Lauro Muller	269	Três Barras	849
Biguaçu	18	Leoberto Leal	270	Treze Tílias	850
Blumenau	22	Lindóia do Sul	282	Trombudo Central.....	851
Bom Jesus do Oeste	25	Luzerna	283	Tunápolis.....	852
Bom Retiro	26	Macieira.....	290	Urussanga	868
Braço do Trombudo.....	28	Mafra	290	Vargeão.....	887
Brunópolis	29	Maracajá	293	Vargem Bonita	887
Brusque.....	30	Marema.....	299	Videira.....	891
Caçador.....	32	Massaranduba.....	302	Vitor Meireles.....	892
Camboriú.....	47	Meleiro	306	Xaxim.....	915
Campo Alegre	49	Modelo	308		
Campos Novos	60	Monte Carlo	309	Consórcios	
Canelinha	79	Navegantes.....	309	ARIS	918
Canoinhas.....	81	Nova Trento	567	CIGA	918
Capinzal	82	Novo Horizonte	574	CIMCATARINA.....	920
Catanduas.....	84	Orleans	580	CIS/AMURC	921
Chapadão do Lageado	85	Ouro Verde.....	581		
Cocal do Sul.....	85	Palhoça	584		
Concórdia	90	Palmitos	586		
Cordilheira Alta	94	Passos Maia	587		
Coronel Freitas.....	97	Penha.....	587		
Coronel Martins.....	98	Peritiba.....	589		
Correia Pinto.....	100	Petrolândia	590		
Corupá	124	Pinheiro Preto	591		
Curitibanos	125	Pomerode.....	592		
Dionísio Cerqueira	127	Ponte Serrada	613		
Forquilha.....	128	Porto Belo.....	615		
Fraiburgo.....	142	Porto União.....	630		
Frei Rogério	172	Presidente Castello Branco.....	631		
Garopaba.....	173	Rio do Sul.....	633		
Garuva	191	Salto Veloso	639		
Gaspar	191	Santa Rosa do Sul	640		
Grão Pará	192	Santa Terezinha do Progresso	640		
Guaramirim.....	195	Santiago do Sul.....	641		
Herval d'Oeste	197	São Bento do Sul.....	659		
Ibiam	198	São Domingos.....	684		
Imarui	199	São João do Sul	688		
Imbituba	200	São Joaquim	690		
Indaial.....	215	São José	694		
Ipumirim	215	São José do Cedro.....	717		
Irineópolis	245	São Lourenço do Oeste.....	723		
Itá	246	São Pedro de Alcântara.....	724		
Itaiópolis	249	Schroeder	728		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



03 DE DEZEMBRO

Parabéns, Campo Belo do Sul, por seus 53 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 291/2014

PORTARIA Nº 291/2014 de 01 de Dezembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JULIANA TEREZINHA DA S. ALVES DE MELLO, inscrita sob CPF nº 055.701.099-35 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 01/12/2014 a 30/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Dezembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

PORTARIA 292/2014

PORTARIA Nº 292/2014 de 01 de Dezembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CAROLINE LAMPERT, inscrita sob CPF nº 036.562.839-58 ocupante do cargo de Enfermeira, a partir de 01/12/2014 a 30/12/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Dezembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

PORTARIA 293/2014

PORTARIA Nº 293/2014 de 01 de Dezembro de 2014
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI, inscrita sob CPF nº 710.426.109-59 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 01/12/2014 a 15/12/2014, período 13/14, restando 15 dias pra usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Dezembro de 2014
Novelli Sganzerla
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro
Diretor do Dpto de RH.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1936 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando o retorno as atividades normais da servidora DEISE OHLWEILER MATTES ocupante do cargo de Professor II - 40 horas neste município afastada em auxílio maternidade.

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, o Sr. EDUARDO KARLING, matrícula 691, ocupante do Cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1.868 de 23 de maio de 2014 e as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC,
em 1º de dezembro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 1935 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando o retorno as atividades normais da servidora DEISE OHLWEILER MATTES ocupante do cargo de Professor II - 40 horas neste município afastada em auxílio maternidade.

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir da presente data, a Sra. TLEILI TIEGS, matrícula 692, ocupante do Cargo de PROFESSOR I - 20 HORAS, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1.869 de 23 de maio de 2014 e as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC,
em 1º de dezembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 105/2014 PREGÃO PRESENCIAL 66/2014**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 105/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 66/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: contratação de Empresa para locação de caminhões, máquinas e equipamentos com operador, na prestação de serviços por hora, a serem utilizados na manutenção e conservação das estradas vicinais, do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: 15 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 02 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 555/2014

PORTARIA Nº 555/2014.
Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora efetiva KATIA COELHO, ocupante do cargo de AUXILIAR TECNICO DE INFORMATICA - 40H, matrícula nº 535, a partir de 10 de dezembro de 2014, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2007 a fevereiro/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 02 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de dezembro de 2014.

DECRETO Nº 128/2014

DECRETO Nº 128/2014
Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$

10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 -FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 10.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de Novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 04/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1030 - CENTRO - 88.410-000 - ATALANTA - SC

Fone (47) 3535 - 0015 Fax: (47) 3535 - 0227 - CNPJ 83.102.616/0001-09

www.atalanta.sc.gov.br- e-mail: prefeitura@atalanta.sc.gov.br

Edital de Chamada Pública nº. 04/2014.

A Prefeitura de Atalanta-SC pessoa jurídica de direito público, com sede à AV. VX de novembro n.º 1030, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.616/0001-09 representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Atalanta, SC, durante o período de 21 de novembro a 17 de dezembro, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do art. 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009.

3. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar por mês:

ENTREGAS DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2014

4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até o dia 19 de dezembro de 2014, até as 10:00hs, no Depósito Central de Alimentação Escolar, junto da Secretaria Municipal de Educação maiores informações na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Rua Ernesto Beck, n.º 364, Atalanta/SC pelo telefone (47) 3535-0023, no horário 08:00horas às 13:00horas. As especificações e as quantidades dos produtos estão disponíveis neste edital.

5. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas unidades de ensino do município de Atalanta-SC, com início no mês de fevereiro até o final do mês de novembro, respeitando o período de produção dos referidos produtos a serem fornecidos, estipulado o horário das 13:30hs até 17:00hs, sendo entregas quinzenais e sempre nas terças-feiras, com as informações de cada produto devidamente especificadas com as quantidades e os nomes das unidades conforme tabela em anexo. Caso os fornecedores não puderem comparecer até o horário combinado, deverão os mesmos informar os motivos na Secretaria de Educação com a nutricionista responsável.

6. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através do Cadastro de Habilitação e de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

07. A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

Fazem parte deste Edital de Chamada Pública:

ANEXO I - MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ANEXO II - CRONOGRAMA DE ENTREGA

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Atalanta/SC, 02 de dezembro de 2014.

Registre-se e publique-se.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em exercício

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

CONTRATO N.º 00 /2015 (MINUTA)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à AV. VX de Novembro, 1030, Centro, Atalanta, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.616/0001-09, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. TARCÍSIO POLASTRI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o agricultor, inscrito com CPF sob n.º, residente neste município, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de

16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2013, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2014, de acordo com a chamada pública n.º 001/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 30 de novembro de 2015.

A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 04/2014. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

a. Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ (..... reais).
b. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO receberá o valor R\$ (.....) em kg de, totalizando kg em R\$ (..... reais).

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
3.3.3.90.30.07.00.00.00.00.00 (94)- Manutenção da Merenda escolar Ensino Fundamental
3.3.3.90.30.07.00.00.00.00.00 (94)- Manutenção da Merenda

escolar Educação Infantil.

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.
Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:
a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
c. fiscalizar a execução do contrato;
d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de

Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 003/2013, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 30 de novembro de 2015.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Atalanta, 2015.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

xxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: Nome :
CPF:

Nome:
CPF:

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 024/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 024/FMS/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 19/12/2014 às 15h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Ampliação de 70,27m² da Unidade de Saúde Sul (Lote 01) e Urbanização do Entorno da Unidade de Saúde da Lagoa dos Freitas (Lote 02) no Município de Balneário Rincão/SC.,

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 02 de Dezembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock

LEI Nº 018/2013

LEI Nº 018/2013

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA À ASSOCIAÇÃO ESPORTE MASTER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 107 § 1º da Lei Orgânica Municipal, a outorgar à Associação Esporte Clube Master Pedreira, inscrita no CNPJ sob o nº 11.280.219/0001-08, pelo prazo de 10 anos de concessão de direito real, da fração ideal de 18.359,27 m², de área de terra do Poder Público localizado no Distrito Industrial de Pedreiras conforme Lei 3.126 de 13 de março de 2012, segundo as condições que devem ser estabelecidos no referido contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 2º O contrato deverá conter:

- a especificação do bem concedido;
- a destinação a ser dada ao bem;
- os deveres relativos à manutenção do patrimônio público;
- os direitos, garantias e obrigações da entidade relativos a fruição do bem concedido;
- os direitos, garantias e obrigações da concessionária;
- as sanções;
- o foro e o modo para solução extra judicial das divergências contratuais.

Art. 3º A extinção da concessão antes do prazo estipulado só ocorrerá caso a concessionária dê ao bem, destinação diversa da estabelecida no contrato.

Parágrafo Único: Ao fim do prazo da concessão ou no caso previsto no caput deste artigo, todas as benfeitorias realizados nos bens concedidos reverterão ao Poder Público a Título gratuito.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão - SC, 13 de março de 2013.

CHARLES OSCAR DA ROSA

Prefeito Municipal

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**CHAMADA PÚBLICA Nº001/2014**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014/SAMAE/2014

JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR, Diretor Presidente no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que se encontram abertas as inscrições para contratação de Profissionais em caráter temporário, para os cargos de Coletor e Motorista, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público da Administração Municipal de Balneário Rincão, no SAMAE de Balneário Rincão, para a alta temporada, em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 006/2014.

INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas nos dias 02 de Dezembro até 05 de Dezembro das 08h às 17h, devidamente protocolada, no SAMAE de Balneário Rincão, localizado na Rua Paraná, 389, Centro, Balneário Rincão/SC.

1.2. Após o prazo limite para apresentação, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados.

EDITAL DE REGULAMENTO: Poderá ser obtido junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO. Situada à Rua Paraná, nº 389, Centro, Balneário Rincão/SC, no horário comercial (08h00 às 17hrs).

Balneário Rincão, 02 de dezembro de 2014.

JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Barra Velha**PREFEITURA****DECRETO Nº 999, 17 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 999, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1404, de 17 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.693.760,00 (Quatro milhões seiscentos e noventa e três mil setecentos e sessenta reais), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo

Funcional: 0004.0122.0002

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Ouvidoria Municipal

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/135 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo

Funcional: 0003.0061.0004

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/141 - Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00/369 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.150,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 5 - Controladoria Geral do Município - CGM

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo

Funcional: 0004.0124.0005

Projeto/Atividade: 2.008 - Manutenção da Controladoria Geral do Município

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/147 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de

Administração

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/153 - Aplicações Diretas
..... R\$ 193.860,00Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/154 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00Elemento: 3.1.91.00.00.00.00/314 - Aplicações diretas decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 90.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0002.0006

Projeto/Atividade: 2.013 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/170 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0123.0006

Projeto/Atividade: 2.014 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Orçamento

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/162 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0129.0006

Projeto/Atividade: 2.015 - Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/172 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0008.0244.0007

Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAS

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/184 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0365.0008

Projeto/Atividade: 2.022 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/190 - Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0008

Projeto/Atividade: 2.023 - Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/192 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.400.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/194 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0365.0008

Projeto/Atividade: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/195 - Aplicações Diretas
..... R\$ 280.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/197 - Aplicações Diretas
..... R\$ 350.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos

Funcional: 15.0452.0009

Projeto/Atividade: 2.038 - Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/225 - Aplicações Diretas
..... R\$ 240.000,00Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/226 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Indústria e Comércio - SEPLAN

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0004.0121.0010

Projeto/Atividade: 2.085 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/230 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0004.0605.0013

Projeto/Atividade: 2.046 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAP

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/246 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
Funcional: 0023.0695.0017

Projeto/Atividade: 2.054 - Manutenção das Atividades do Turismo

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/29 - Aplicações Diretas
R\$ 14.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FU-MTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
 Funcional: 0023.0695.0017
 Projeto/Atividade: 2.093 - Promoção e Eventos do Turismo
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/313 - Aplicações Diretas
 R\$ 346.750,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Funcional: 0008.0244.0020
 Projeto/Atividade: 2.059 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/50 - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/297 - Aplicações Diretas
 R\$ 775.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/102 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0304.0021
 Projeto/Atividade: 2.081 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária
 Fonte de Recursos: 0.3.6654 - Vigilância em Saúde - União - Superávit Financeiro
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/ - Aplicações Diretas
 R\$ 58.000,00

Art. 2º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 42 e 43 da lei nº 4.320/64 autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) destinados a suplementar a seguinte dotação:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0122.0006
 Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00/400 - Aplicações Diretas
 R\$ 450,00

Art.3º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo

Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/2 - Aplicações Diretas
 R\$ 39.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/131 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/1 - Aplicações Diretas
 R\$ 13.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Ouvidoria Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/136 - Aplicações Diretas
 R\$ 6.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/137 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.004 - Atuação da Defesa Civil Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/138 - Aplicações Diretas
 R\$ 41.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/140 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 3 - Gabinete do Vice-Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0003
 Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/132 - Aplicações Diretas
 R\$ 19.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/134 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004
 Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/142 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/143 - Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004
 Projeto/Atividade: 2.007 - Manutenção das Atividades do PROCON
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/144 - Aplicações Diretas
 R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004

Projeto/Atividade: 2.097 - Precatórios e Ações Judiciais
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/383 - Aplicações Diretas
 R\$ 895.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 5 - Controladoria Geral do Município - CGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0124.0005
 Projeto/Atividade: 2.008 - Manutenção da Controladoria Geral do Município
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/148 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/149 - Aplicações Diretas
 R\$ 6.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0122.0006
 Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.71.00.00.00.00/370 - Aplicações Diretas
 R\$ 4.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0002.0006
 Projeto/Atividade: 2.013 - Manutenção das Atividades do Patrimônio
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/169 - Aplicações Diretas
 R\$ 21.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0122.0006
 Projeto/Atividade: 2.012 - Manutenção das Atividades do Compras, Contratos e Licitações
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/166 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0128.0006
 Projeto/Atividade: 2.011 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/163 - Aplicações Diretas
 R\$ 81.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/165 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0006.0181.0006
 Projeto/Atividade: 2.040 - Manutenção das Atividades do Convênio

de Trânsito - PMB
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/175 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0006.0451.0006
 Projeto/Atividade: 2.095 - Modernização da Sinalização de Trânsito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/371 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/372 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
 Funcional: 0004.0123.0006
 Projeto/Atividade: 2.014 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Orçamento
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/159 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/161 - Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
 Funcional: 0004.0129.0006
 Projeto/Atividade: 2.015 - Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/173 - Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/174 - Aplicações Diretas
 R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
 Funcional: 0004.0123.0006
 Projeto/Atividade: 2.018 - Manutenção do Departamento de Finanças
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/156 - Aplicações Diretas
 R\$ 86.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.020 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMECI
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/185 - Aplicações Diretas
 R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.011 - Reforma e Ampliação de Unidades Escolares
 Fonte de Recursos: 0.1.01000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/341 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.012 - Implantação de Salas Digital
 Fonte de Recursos: 0.1.01000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/344 - Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.013 - Construção de Unidades Escolares
 Fonte de Recursos: 0.1.01000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/345 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.014 - Aquisição de ônibus para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/348 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Projeto/Atividade: 1.015 - Construção de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/350 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Projeto/Atividade: 1.016 - Reforma e Ampliação de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/352 - Aplicações Diretas R\$ 756.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.021 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/188 - Aplicações Diretas R\$ 144.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Projeto/Atividade: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/196 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.031 - Manutenção das Atividades de Transporte Escolar - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/210 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0366.0008
 Projeto/Atividade: 2.034 - Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/214 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/215 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/216 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0367.0008
 Projeto/Atividade: 2.094 - Manutenção das Atividades da Educação Especial
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/321 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/322 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura e Desporto
 Funcional: 0013.0392.0008
 Projeto/Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades de Cultura e Desporto

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Receitas Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/219 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/221 - Aplicações Diretas
 R\$ 43.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0451.0009
 Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMOSP
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/222 - Aplicações Diretas
 R\$ 47.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Funcional: 0015.0451.0009
 Projeto/Atividade: 1.017 - Aquisição de Caminhões e Maquinários
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/355 - Aplicações Diretas
 R\$ 147.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Funcional: 0015.0451.0212
 Projeto/Atividade: 1.019 - Recuperação e Manutenção de Vias Públicas
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/357 - Aplicações Diretas
 R\$ 17.400,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 10 - Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio - SEPLAN
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio
 Funcional: 0004.0121.0010
 Projeto/Atividade: 2.086 - Manutenção das Atividades do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Ind. E Com.
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/234 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/235 - Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 11 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba - SEDRI
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Desenvolvimento Regional de Itajuba
 Funcional: 0015.0451.0212
 Projeto/Atividade: 1.023 - Fixação da Barrinha de Itajuba
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/361 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS
 Unidade Orçamentária: 1 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0017.0512.0214
 Projeto/Atividade: 1.026 - Implantação do Plano de Saneamento

Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/364 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS
 Unidade Orçamentária: 1 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0017.0512.0212
 Projeto/Atividade: 2.045 - Manutenção das Atividades do Saneamento
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/243 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura
 Funcional: 0020.0606.0013
 Projeto/Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades de Agricultura
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/249 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Pecuária
 Funcional: 0023.0602.0013
 Projeto/Atividade: 2.048 - Manutenção das Atividades de Pecuária
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/252 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 04 - Departamento de Pesca
 Funcional: 0023.0602.0013
 Projeto/Atividade: 2.049 - Manutenção das Atividades de Pesca
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/255 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Órgão: 15 - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Funcional: 0018.0541.0015
 Projeto/Atividade: 2.052 - Manutenção das Atividades do FUNDEMA
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/16 - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/17 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Unidade Orçamentária: 04 - Departamento de Cultura - FUMTEC
 Funcional: 0013.0392.0017
 Projeto/Atividade: 2.056 - Manutenção das Atividades de Cultura
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/35 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/36 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Funcional: 0008.0241.0020
Projeto/Atividade: 2.060 - Proteção Social Básica/PBT/Idoso
Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00/122 - Transferências a Instituições Provadas sem fins Lucrativos
..... R\$ 25.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/53 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/54 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Funcional: 0008.0242.0020
Projeto/Atividade: 2.061 - Proteção Social Especial/PTMC/Deficiente
Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00/123 - Transferências a Instituições Provadas sem fins Lucrativos
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Funcional: 0008.0243.0020
Projeto/Atividade: 2.063 - Proteção Social Especial/PFMC - Criança
Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/59 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0205
Projeto/Atividade: 1.030 - Aquisição de terreno para Unidade de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/329 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0304.0206
Projeto/Atividade: 1.031 - Construção da sede de Vigilância em Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/327 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0208
Projeto/Atividade: 1.033 - Aquisição de Odontomóvel
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/338 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0206
Projeto/Atividade: 1.034 - Aquisição de Oftalmo Móvel
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/332 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.710,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0209
Projeto/Atividade: 1.036 - Aquisição de Veículos
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/340 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.071 - Média e Alta Complexidade - MAC
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/78 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/79 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.074 - Básico da Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/87 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.076 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/94 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.080 - Aquisição de Veículo Ambulância
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0304.0021
Projeto/Atividade: 2.081 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária
Fonte de Recursos: 0.3.6654 - Vigilância em Saúde - União - Superávit Financeiro
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/452 - Aplicações Diretas
..... R\$ 58.000,00
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/107 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0305.0021
Projeto/Atividade: 2.082 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/109 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.092 - Bloco de Investimentos na Rede de Investimentos de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/310 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 17 de novembro de 2014.
Claudemir Matias Francisco
Prefeito

PP 077/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 107/2014 - Pregão Presencial nº 077/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item para aquisição de ônibus usado não inferior a 2011 para utilização na rede municipal de ensino de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/12/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 15/12/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 02 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 014/2014 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 032/2014 - FUMTEC
Pregão Presencial nº 014/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item Locação de transporte incluindo motorista e fornecimento de combustível, manutenção e Deter para transporte de atletas da Fundação de Turismo e Esporte e Cultura para jogos fora do município. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/12/2014 às 15:45 horas. Data da Sessão Pública: 15/12/2014 às 16:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 02 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS Nº 11/2014

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato Nº 085/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Instituto O Barriga Verde - IOBV, CNPJ 08.072.361/0001-55, Rua Tiradentes, 555, Centro, Taió, SC.

Objeto do contrato: Execução de toda a assessoria técnica para realização de Concurso Público, estando aí incluídos a preparação e elaboração do Edital de Concurso Público, bem como toda a preparação, elaboração, confecção, aplicação e correção das provas, processamento de resultados de todo o processo.

Valor do Contrato: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais).

Data da assinatura: 05.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 086/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão LTDA., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de combustíveis.

Valor do Contrato: R\$ 153.290,00 (Cento e cinquenta e três mil, duzentos e noventa reais).

Data da assinatura: 05.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 087/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fatima Representações Comerciais LTDA., CNPJ 06.139.399/0001-72, Rua 29 de Dezembro, 765, Centro, Rio do Campo, SC.

Objeto do contrato: Aquisição de equipamentos agrícolas em conformidade com o Contrato de Repasse nº 0389.484-60/2012 - PRODESA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (duas grades aradoras).

Valor do Contrato: R\$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais).

Data da assinatura: 05.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 088/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Agrimapas Assessoria Agro Florestal LTDA ME, CNPJ 10.481.291/0001-30, Rua Coronel Albuquerque, 840, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Prestação de serviços de apoio técnico e demarcação de ruas municipais, sendo serviços de Consultoria e Apoio Técnico para demarcação da Rua Univaldo Borges Vieira com equipamentos topográficos de alta precisão (Estação Total e GPS equipados com sistema RTK de dupla frequência).

Valor do Contrato: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 05.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 013/2014 - PREF - Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 025/2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão LTDA., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: O reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 18.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 014/2014 - PREF - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 086/2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão LTDA., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: O reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 18.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 010/2014 - FMS - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 020/2014.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão LTDA., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: O reajuste de valor de contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel comum para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 18.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 002/2014 - FMAS - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2014.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social-FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão LTDA., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: O reajuste de valor de contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel comum para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 18.11.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PENALIDADE / 01

O Secretária de Administração, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, consoante ao Termo de Conclusão de Punição do Contrato ofício nº10/2014-STC do contrato nº 258/2014 do Pregão Presencial 102/2014 referente ao Processo Administrativo nº 01/AD/ 2014, aberto no dia 03/10/2014 em face da Empresa PROKLIMA AR CONDICIONADO LTDA - ME com CNPJ 16.463.601/0001-70, aplica a pena de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE por 2 (dois) anos do direito de participação de licitação ou contratar perante os Órgãos da Administração Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e demais Entidades Controladas Direta Ou Indiretamente Pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. E SUSPENSÃO por 5 (cinco) anos sem poder contratar com o Município de Biguaçu com multa estipulada proporcionalmente em R\$1.546,62 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos, previsto no inciso II e III do Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº10.520/2002.

Prefeitura de Biguaçu 26 de Novembro de 2014
João Luiz Luz
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 2723/2014

PORTARIA Nº 2723/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CAROLINE NIETSCHKE, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10549/2014 em anexo no período de 24/11/2014 a 30/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2722/2014

PORTARIA Nº 2722/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10572/2014 em anexo no período de 24/11/2014 a 27/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2721/2014

PORTARIA Nº 2721/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNADETE CARDOUZO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10509/2014 em anexo no período de 20/11/2014 a 26/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2720/2014

PORTARIA Nº 2720/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10569/2014 em anexo no período de 27/11/2014 a 10/12/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2719/2014

PORTARIA Nº 2719/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELIZABETH GENEROSA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10484/2014 em anexo no período de 19/11/2014 a 25/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2718/2014

PORTARIA Nº 2718/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA OLIVEIRA BOTE-LHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10501/2014 em anexo no período de 18/11/2014 a 21/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2717/2014

PORTARIA Nº 2717/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10579/2014 em anexo no período de 24/11/2014 a 23/12/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2716/2014

PORTARIA Nº 2716/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA LIMA DA COSTA PIMENTA MONTEIRO, ocupante do Cargo efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10610/2014 em anexo no período de 25/11/2014 a 27/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2715/2014

PORTARIA Nº 2715/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10638/2014 em anexo no período de 24/11/2014 a 23/12/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2714/2014

PORTARIA Nº 2714/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10618/2014 em anexo no período de 26/11/2014 a 26/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2713/2014

PORTARIA Nº 2713/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10558/2014 em anexo no período de 21/11/2014 a 24/11/2014.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PP 252/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 252/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE COZINHEIRA PARA O QUARTEL DE BOMBEIRO DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 16 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 16 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 3 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK E DEMAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS, NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 17h00min do dia 03/12/2014, às 16h59min do dia 16/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 17h00min do dia 16/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (16/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (16/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 03/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 02 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE COLETA DE ÁGUA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 03/12/2014, às 15h59min do dia 16/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 16/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (16/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (16/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 03/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 02 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE FOSSAS SÉPTICA E SUMIDOUROS PARA O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DISTRIBUIDO GRATUITAMENTE À POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 03/12/2014, às 13h59min do dia 16/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 16/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (16/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (16/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 03/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 02 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

85ª CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – SESAU – EDITAL 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000
FONE/FAX: (48) 3039 8500

85ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 08/12/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 3 de dezembro de 2014.
Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 3109 - Agente Comunitário de Saúde - Prado
10 - Laura Cristina Ferreira da Silva
11 - Zenaide Aparecida Pastorello

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro
06 - Sabrina Silveira Costa
07 - Valéria Conrado

Blumenau**PREFEITURA****RESOLUÇÃO COPE Nº 007/2014**

RESOLUÇÃO COPE Nº. 007/2014

ANÁLISE DE PROJETOS DE IMÓVEIS CLASSIFICADOS COMO P3

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares nºs. 793 e 794, ambas do dia 19 de abril de 2011, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião ordinária do dia 26 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar:

I - a concepção e volumetria, bem como a instalação do toldo na fachada frontal do imóvel classificado como P3, situado na Rua 7 de Setembro, nº. 915, Bairro Centro, cadastro de IPTU nº. 52815, conforme Processos Administrativos nºs. 2013/10413 e 2014/14093;

II - a instalação de publicidade em imóvel classificado como P3, situado na Rua Johanna Hering, nº. 80, Bairro da Velha, cadastro de IPTU, nº. 109078, conforme Processo Administrativo nº. 2014/9443;

III - a concepção e volumetria do projeto de edificação de imóvel em terreno classificado como P3, situado na Rua Amazonas, nº. 301, Bairro Garcia, cadastro de IPTU nº. 53617, conforme Processo Administrativo nº. 2014/14095;

IV - a concepção e volumetria da edificação comercial de imóvel classificado como P3, situado na Rua Paulo Novasky, nº. 724, Bairro Itoupava Central, cadastro de IPTU nº. 64483, conforme Processo Administrativo nº. 2014/13665.

Art. 2º. Rejeitar:

I - a concepção e volumetria do projeto de edificação comercial de imóvel classificado como P3, situado na Rua Frederico Jensen, 148, Bairro Itoupavazinha, cadastro IPTU nº. 119480;

II - a concepção e volumetria do projeto de edificação comercial de imóvel classificado como P3, situado na Alameda Rio Branco, 732, Bairro Jardim Blumenau, cadastro IPTU nº. 20268;

III - a instalação de publicidade no imóvel classificado como P3, situado na Rua Padre Jacobs, nº. 45, Bairro Centro, cadastro de IPTU nº. 37731, conforme Processo Administrativo nº. 2014/7172.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 01 de Dezembro de 2.014.

ALEXANDRE GEVAERD

Presidente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 69/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 69/2014

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO LANÇAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- o convite da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária realizada em 27 de novembro de 2014, conforme consta na Ata nº 19/2014, que aprovou a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias com recursos do FIA para 03 (três) pessoas sendo, 02 (dois) representantes do CMDCA e 01 (um) representante da Assessoria de Apoio aos Conselhos, que acontecerá em Florianópolis/SC, no dia 09 de dezembro de 2014, promovido pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CEDCA/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 28 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

PORTARIAS NºS 279/2014; 280/2014; 281/2014; 282/2014 E 283/2014 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 279/2014

Nomeia membros para comporem a Comissão de Análise Documental e de Prestação de Contas, referente ao Edital 005/2013 e à Lei Complementar n. 904/2013 (que dispõe sobre o Fundo Municipal de Apoio à Cultura, seleção de projetos culturais e dá outras providências).

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

IVAN DAY, TAIANA SCHAEFER, MARLETE DE BORBA, ROSANA GRUNER e IZADORA RAZINI, para comporem a Comissão de Análise Documental e de Prestação de Contas para análise documental

e emissão de parecer de prestação de contas referente ao Edital 005/2013 e com fundamento na Lei Complementar n. 904/2013.

Cumpra informar que a TAIANA SCHAEFER substituiu Edyna Petrochi (nomeada através da Portaria n. 245/2013)

Esta Portaria substitui a Portaria n. 245/2013..

Blumenau, 20 de outubro de 2014.
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 280/2014
DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDORES PÚBLICOS FUNDACIONAIS MUNICIPAIS QUE INDICA.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Lei complementar 660, de 28 de novembro de 2007, e memorando interno nº 001/2014, proveniente da Comissão de Avaliação de Servidores e de Estágio Probatório - CASEP resolve:

DECLARAR

Estáveis no serviço público fundacional municipal os servidores efetivos do quadro permanente de pessoal da Fundação Cultural de Blumenau:

MATRICULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
2062	IVAN DAY	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	16/10/2014
2054	MAIRA DENISE MORASTONI	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	16/10/2014
2020	TATIANE JERUZA ODORIZZI	ARTE EDUCADOR	DEPARTAMENTO HISTÓRICO/MUSEOLÓGICO	16/10/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 21 de outubro de 2014
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 281/2014
CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS FUNDACIONAIS ESTÁVEIS INTEGRANTES DOS GRUPOS OCUPACIONAL FUNCIONAL, E ESPECIALISTA.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007,

resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

As servidores públicos municipais fundacionais estáveis desta Fundação Cultural de Blumenau, integrantes dos Grupos Ocupacional Funcional, e Especialista, retroagindo os efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

MATRICULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO	GOC	A PARTIR DE
2062	IVAN DAY	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	GF	01/11/2014
2054	MAIRA DENISE MORASTONI	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	GF	01/11/2014
2020	TATIANE JERUZA ODORIZZI	ARTE EDUCADOR	B	GE	01/11/2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 282/2014
Substitui e nomeia novo membro para compor o Conselho de Administração do Centro Cultural da Vila Itoupava.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

Sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar Nº. 318, de 27 de junho de 2001, e Lei Complementar Nº. 429, de 03 de dezembro de 2003, membro titular da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a partir desta data, do Conselho de Administração do Centro Cultural da Vila Itoupava para o biênio 2013 a 2015, em substituição à Alexandra Lima Demenighi por:

ANA MARIA SURDI - Secretária de Planejamento (SEPLAN);
CAMILA DIX - suplente

Verifica-se que a Sra. Camila Dix continua como suplente, ficando os demais membros inalterados, conforme Portaria n. 272/14. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 03 de novembro de 2014
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 283/2014
Nomeia poetas selecionados para o PROJETO "PÃO & POESIA 2014".

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº.

704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

Os 22 (vinte e dois) poetas abaixo selecionados para o PROJETO "PÃO & POESIA 2014", com o total de 30 (trinta) poemas, a contar desta data, quais sejam:

Rafael Leopoldo
Reginaldo Costa de Albuquerque
Líria Porto
Jorge Carlos Amaral de Oliveira
Carla Porto
Geraldo Trombin
Ricardo Mainieri
Rodrigo Mendes Rosa
Ubiratan Moreno Soares
André Luís Soares
Raquel Alice de Souza
Glauber Vieira Ferreira
Cláudio Bento
Tchello d' Barros
Juliana Bernardo
Fernanda Limão
Solange Firmino
André Telucazu Kondo
Julia Souza da Silva
Glauro Paludo Gazoni
Lasana Lukata
Luiza Gomes Henriques

São objetivos gerais do projeto:

- divulgar o hábito da leitura e o gosto pela poesia, principalmente às pessoas não familiarizadas com os versos e impossibilitadas em adquirir livros de poemas;
- investir no caráter educativo e na formação das pessoas com horizontes mais amplos, capazes de discutir e melhor influir em seu meio, construindo ideias e dividindo emoções; e
- ampliar o sentido da leitura como prática social do sentimento estético.

São objetivos específicos do projeto:

- imprimir poemas em saquinhos de papel Kraft distribuídos nas padarias aproveitando-se desse veículo alternativo disponível, - de endereço e acessos certos - para difundir a produção literária de autores universais, nacionais e locais (consagrados, ou não), identificados com o seu tempo e seu universo;
- adequar a temática das poesias valendo-se das festas comemorativas cívicas, sociais, religiosas indicadas no calendário (Natal, Páscoa, Dia das Mães, do Trabalhador, Dia do Índio etc); e
- criar um espaço alternativo para a divulgação da literatura através da impressão de poesias em cartuchos de pão;

Como funciona o projeto:

- As poesias pré-selecionadas pelo Centro de Publicação são impressas diretamente na Incorpel, Empresa responsável pela impressão e distribuição dos sacos de pão no Estado de Santa Catarina;
- A cada poema selecionado é impressa uma média de 30.000 sacos de papel com a poesia;
- As embalagens serão distribuídas no Estado de Santa Catarina;
- Os sacos são distribuídos pelas Padarias clientes da empresa Incorpel;

Blumenau, 06 de novembro de 2014.
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente da FCB

PORTARIA Nº 211/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 211/2014

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL A FILHA DO FUNCIONARIO PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL THEOBALDO SCHAEFER JUNIOR.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei Complementar nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

De acordo com o artigo 284 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 a:

Taiana Schaefer, filha do servidor autárquico municipal Theobaldo Schaefer Junior, devido ao falecimento do mesmo, conforme processo nº 173/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 21 de outubro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 212/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 212/2014

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA

De acordo com o artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Emerson Gil Reuter	5713/2014 SESOSP	02/10/2014

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 21 de outubro de 2014
SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 214/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 214/2014

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661,

de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
694	Giovana Nazaret da Silva	Servente de Serviços Gerais	B	GO	08/07/2014
286	Luciara Ferrari Scheel	Monitor de Área Azul	G	GF	15/10/2014

Blumenau, 23 de outubro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 215/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 215/2014
CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Osmir Kurtz	2003/2013	175/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 16 de outubro de 2014.

Blumenau, 23 de outubro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor-Presidente-SETERB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 236/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 236/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidor Municipal Sr. JARDELINO ANTUNES, matrícula nº 692-0, portador do CPF sob. nº 809.798.239-00, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de Inseminador, em caráter temporário, admitido em 01 de outubro de 2014, sendo a exoneração a partir do dia 03/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de dezembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº03.14-EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUADRIMESTRAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 3º/2014
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 DE 04/05/2000- REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS METAS QUADRIMESTRAIS DO 1º E DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal, nº101/2000 de 04/05/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal nos artigos 8º, 9º e 10º e seus parágrafos, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 18 de dezembro de 2014 as 9:00 horas nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal, será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, para discutir e avaliar as metas quadrimestrais do 1º e do 2º quadrimestre de 2014.

Maiores informações sobre a Audiência Pública e das Metas Fiscais quadrimestrais, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 02 de Dezembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014

Objeto: Contratação de Instituição de Acolhimento para Menor, conforme Determinação Judicial Nº 058.13.006703-0 e Guia de Acolhimento Nº 3105947133933, expedida pelo Exmo. Juiz de Direito anexa. Autos Nº 058.13.006703-0. Fornecedor: Instituto Xoroquê Eireli ME. Valor Mensal: R\$ 4.740,00 (quatro mil setecentos e quarenta reais). Fundamentação Legal: Artigo 24 inciso IV da Lei 8.666.

Bom Retiro, 02 de dezembro de 2014.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

100.14 - DEC. EXCESSO ARREC. REND. PNAE

Decreto N.º 100/14 de 01 de dezembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01 - SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.018.2010 - MERENDA ESCOLAR

3.0.00.00 - DESPESAS CUSTEIO

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.60 - Recursos Progr. Nac. Alim. Escolar - PNAE

..... R\$ 687,91

Total R\$ 687,91

..... R\$ 687,91

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os recursos rendimentos de aplicações financeiras, fonte de Recurso 01.60 - Progr. Nac. Alim. Escolar - PNAE, receita: 13.25.01.07. - Receita de Remuneração de depósitos bancários rec. Vinculados - Progr. Nac. Alim. Escolar - PNAE no valor de R\$ 687,91.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

983.12.14 - P. PRORROGA PROF. ROSENILDA B. S. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 983/14 de 01.12.14

Prorroga Contrato de Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Prorrogar o Contrato em Caráter Temporário de Rosenilda de Brito Santos Silva, Servente - Padrão I - Nível 01, 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Margarida Buggler Wiggers, até o dia 20 de dezembro de 2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal Temporário do Município. Motivo: Substituição de Leila Gorete Pereira da Cruz que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

984.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LARISSA R. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 984/14 de 01.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 27 de novembro de 2014, a funcionária Larissa Regina da Cruz, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

985.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVONETE R. B. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 985/14 de 01.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores

Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 27 de novembro de 2014, a funcionária Ivonete Rodrigues Borges Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

986.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVONETE R. B. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 986/14 de 01.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de novembro de 2014, a funcionária Ivonete Rodrigues Borges Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

987.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SANDRA CORREIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 987/14 de 01.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de novembro com término no dia 07 de dezembro de 2014, a funcionária Sandra Correia, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

988.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARINES CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 988/14 de 01.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 26 de novembro de 2014, a funcionária Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

989.12.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. SANDRA CORREIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 989/14 de 01.12.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 20 de novembro de 2014, a funcionária Sandra Correia, Ocupante do cargo Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

990.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANDONIR A. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 990/14 de 01.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2014, ao funcionário Vandonir Alves da Silva, Ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária - Padrão I - Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

991.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 991/14 de 02.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 26 de novembro de 2014, a funcionária Janete Aparecida Paim de Jesus, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 54 2014 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 67/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 54/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 15.12.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 02 de dezembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Portaria 0168/2014

PORTARIA Nº 0168/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Jean Christhian Weiss, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 0157/2014, a partir de 01.12.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.12.2014.

Braço do Trombudo, em 02 de dezembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 825

LEI 825, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 197.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto
05.01.27.812.0003.2.014- ESPORTE AMADOR

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 5.300,00

05.01.12.361.0003.2.012- MANUT DA SECR EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 25.000,00

05.01.12.361.0003.2.007- ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 14.700,00

05.01.12.361.0003.2.008- TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 57.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO

06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio
06.01.20.606.0007.2.018- MANUT DA SECR DE AGRICULTURA, IND E COMÉRCIO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 46.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
10.01.08.244.0005.2.019- MANUT DA SECR. DE DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 49.000,00

Art. 2º - Para atendimento das Suplementações que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.124.0012.2.005- CONTROLE INTERNO

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 2.000,00

02.01.04.122.0012.2.006- MANUTENÇÃO DOS GABINETES DO PREFEITO E VICE

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 19.000,00

02.01.04.124.0012.2.005- CONTROLE INTERNO

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 1.200,00

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

04.01.15.451.0009.2.004- MANUT E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

..... 2.000,00

04.01.15.451.0009.1.020- PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 70.000,00

04.01.17.544.0009.2.003- MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 7.900,00

04.01.26.782.0009.1.010- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 5.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

05.01.12.361.0003.2.007- ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 13.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRIC. PEC. MEIO AMB IND E COMERCIO

06.01 - Secretaria de Agric. Pec. Meio Amb Ind e Comercio

06.01.20.606.0007.1.030- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 34.900,00

08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

08.01.16.482.0008.1.023- CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 30.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

10.01.08.244.0005.2.033- CRAS - CENTRO DE REF DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 11.500,00

Art.3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de dezembro de 2014.

Ademil Antônio da Rosa

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 106/2014 SAMAE

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO N.º 106/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E HIDROPEL HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ N.º 82.985.003/0001-96, estabelecida na Rua Doutor Penido, 297, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO RISTOW, brasileiro, casado, CPF nº 887.304.259-72, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, nº 292, apto. 401, Edifício Fernando, bairro Centro, Brusque/SC, e a HIDROPEL HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES LTDA, pessoa Jurídica de direito privado com sede à Rua das Carmelitas, 1475, Boqueirão, Curitiba, estado de PR, inscrita sob CNPJ nº 91.851.154/0001-42, neste ato representada pelo Sr. CARLOS EDUARDO DORNELES VIEIRA, portador(a) do CPF nº 462.658.309-10, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de fornecimento de material, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, a ser regida pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e tomada de preços nº 033/2014, a celebração do presente Termo Aditivo do Contrato n.º 106/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Para atender as necessidades da CONTRATANTE, autoriza-se a continuidade dos serviços de perfuração até a profundidade de 250 metros, nos termos do anexo I do supra processo licitatório, conforme a necessidade e em locais a serem designados, oportunamente pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor global do presente Termo Aditivo é de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas, no que não colidirem as demais cláusulas e condições pactuadas no termo primitivo e posterior alterações. E por estarem assim certas e ajustadas, e de pleno acordo com as cláusulas aditivas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais desejados. Brusque, 28 de novembro de 2014.

Rogério Ristow Carlos Eduardo Dorneles Vieira
Diretor Presidente Sócio Diretor
SAMAE - Brusque

TESTEMUNHAS:

1) _____
Lenomir de Farias

2) _____
Leandro Bolognini

EDITAL Nº 55/2014 RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 RETIFICAÇÃO Nº 01/2014 DO EDITAL Nº 55/2014

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, considerando no rol dos documentos para a contratação do edital 046/2014

Resolve:

Retificar o Edital nº 46/2014, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Ter formação no Ensino Fundamental;

LEIA-SE:

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Ter formação no Ensino médio completo;

ONDE SE LÊ:

6-DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

6.1- A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição, que ocorrerá no período de 25 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min., no setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque.

LEIA-SE:

6.1- A documentação deverá ser entregue no ato da inscrição, que ocorrerá no período de 25 de novembro de 2014 a 05 de dezembro de 2014, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min., no setor de Recursos Humanos, localizado na Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 02 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 055/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Face a alteração no edital do Processo Licitatório 055/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de ar condicionado na sede administrativa do SAMAE. Altera-se a abertura dos envelopes para o dia 17 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 145/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 145/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Adriana Kosai Campello, matrícula 251.8-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório;
Almir Roberto Pavesi, matrícula 833.8-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;
Antônio Carlos Vieira, matrícula 837.0-00, ocupante do cargo de Motorista;
Arcioni Soares, matrícula 624.6-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;
Fabrício Gonçalves, matrícula 2503.8-00, ocupante do cargo de Motorista;
Fausto Murilo Diegoli, matrícula 1670.5-00, ocupante do cargo de Coordenador;
Fernando Luiz Ghislandi, matrícula 1825.2-02, ocupante do cargo de Eletricista;
Gilberto Cesar Albrecht, matrícula 2109.1-00, ocupante do cargo de Engenheiro Mecânico;
Izaías Gamba, matrícula 844.3-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;
José Carlos Padoani, matrícula 1819.8-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
Marli Angelina Nascimento, matrícula 797.8-04, ocupante do cargo de Chefe;
Murilo Soares da Silva, matrícula 1807.4-02, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Nestor Edson Padilha de Carvalho, matrícula 808.7-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE;
Paulo Tamasia, matrícula 2191.1-00, ocupante do cargo de Chefe;
Rafael Leonel Pinto, matrícula 2563.1-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Valentim Bianchezzi, matrícula 314.0-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações.

Pelo período de 08/12/2014 até 27/12/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/12/2014

Brusque, 02 de novembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 146/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 146/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Reginaldo Miguel, matrícula 2099.0-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção.

Pelo período de 08/12/2014 até 06/01/2015.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/12/2014.

Brusque, 02 de novembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 2506/2014, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2506/2014, de 21 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 31/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os prazos concedido para ampla defesa e contraditório, inclusive com nomeação de curadora;

Considerando, o pedido de reconsideração analisado pela Comissão Processante.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ANDERSON WAGNER FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, portador do CPF nº 066.013.359-83, RG nº 5510830-0, admitido em 04 de março de 2010, através da portaria nº 6.944/2010, objetivando apurar os fatos constante da denúncia/despacho datado de 18/11/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2516, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2516, de 24 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 501/2013 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 08/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a análise de pedido de reconsideração realizado.

Considerando os parzos para ampla defesa e contraditório;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento

da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora OSVALDINA JERÔNIMO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente Gerais, para apurar os fatos constantes do mem. 001/2013, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio Probatório e mem. nº 244/2013 do Diretor de RH datado de 14 de maio de 2013 em desacordo com as disposições do Decreto 6.287/10, em seu art. 13, letra "b".
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de novembro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA N. 140/2014 SAMAE PORTARIA Nº. 140/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio de 01(um) mês em pecúnia ao servidor OSMAR PACHECO, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, sendo o seu pagamento imprescindível para a continuidade dos trabalhos programados pela autarquia, referente aos exercícios de 12/06/2009 a 11/06/2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 17 de novembro de 2014.
ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente do SAMAE

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24.487

PORTARIA Nº 24.487, de 03 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, o contrato por prazo indeterminado da Servidora Pública Municipal IRENE DE FATIMA RIBEIRO, matrícula nº 11874, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.536

PORTARIA Nº 24.536, de 16 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
863	Adriana Carneiro Schmitz	Técnico em programação de computador	11	02/09/2014 a 04/09/2014
				05/09/2014 a 11/09/2014
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	120	06/09/2014 a 04/01/2015
13464	Andreia Rech	Assistente administrativo	03	11/09/2014 a 11/09/2014
				09/09/2014 a 10/09/2014
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de serviços gerais	180	28/08/2014 a 23/02/2015
11775	Ariel Bleuchuehl Dallazem	Fiscal de obras	03	25/08/2014 a 27/08/2014
11056	Carla Ribeiro	Auxiliar de enfermagem	60	03/09/2014 a 01/11/2014

9701	Daniela Kist Busnardo Cabral	Médico	03	27/08/2014 a 29/08/2014
9492	Edineia Aparecida Gallo	Auxiliar de serviços gerais	20	22/08/2014 a 10/09/2014
13191	Edmar Sampaio	Motorista	07	28/08/2014 a 03/09/2014
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar de serviços gerais	60	15/09/2014 a 13/11/2014
12811	Elizabeth Olsen	Assistente administrativo	03	16/09/2014 a 18/09/2014
1452	Evaldo Maurilio	Auxiliar de serviços gerais	31	09/09/2014 a 09/09/2014 23/09/2014 a 22/10/2014
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor de assuntos administrativos	05	25/08/2014 a 29/08/2014
4256	Flavia Morona Maffessoni	Odontólogo	07	08/09/2014 a 14/09/2014
10047	Gilmar Alves	Auxiliar de serviços e obras públicas	11	28/08/2014 a 02/09/2014 03/09/2014 a 08/09/2014
11959	Iracema Franca dos Santos	Agente comunitário de saúde	03	17/09/2014 a 19/09/2014
1795	Iraci Furtado	Auxiliar de serviços gerais	180	10/09/2014 a 08/03/2015
3510	Ivone Vaccari	Auxiliar de serviços gerais	13	01/09/2014 a 13/09/2014
11882	Ivone Aparecida Sebem	Agente comunitário de saúde	03	03/09/2014 a 05/09/2014
13444	Kallayana Zanchi Bello	Telefonista	09	10/09/2014 a 18/09/2014
11373	Lisiane Souza Alves	Assistente administrativo	04	04/09/2014 a 05/09/2014 11/09/2014 a 12/09/2014
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar de consultoria dentário	18	29/08/2014 a 12/09/2014 16/09/2014 a 18/09/2014
637	Marcia Regia Mostiack	Bioquímico	30	01/09/2014 a 30/09/2014
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Pintor letrista	05	08/09/2014 a 12/09/2014
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de enfermagem	03	08/09/2014 a 10/09/2014
9488	Maria Lucia Batista Piran	Auxiliar de serviços gerais	30	01/09/2014 a 30/09/2014
378	Maricelda Rita Tonieto	Odontólogo	03	01/09/2014 a 02/09/2014 19/09/2014 a 19/09/2014

11867	Morgana Beatriz Braga de Lima	Agente comunitário de saúde	05	28/08/2014 a 29/08/2014 05/09/2014 a 05/09/2014 08/09/2014 a 09/09/2014
7848	Neiva Viecele	Assistente social	90	09/09/2014 a 07/12/2014
9901	Pedro Roman Ros	Médico	05	01/09/2014 a 05/09/2014
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	03	29/08/2014 a 29/08/2014 11/09/2014 a 12/09/2014
3262	Rosangela Cristina Malat	Assistente social	04	20/08/2014 a 20/08/2014 17/09/2014 a 19/09/2014
7827	Sandra aparecida Sicka Rodrigues	Técnico em contabilidade	03	26/08/2014 a 28/08/2014
3272	Silmara Baseggio Radaeli	Auxiliar de consultório dentário	20	11/09/2014 a 30/09/2014
12991	Sonia Aparecida Jarschel	Servente de educação	05	08/09/2014 a 12/09/2014
135	Sueli Terezi-nha Bueno	Agente de serviços e obras	30	27/08/2014 a 25/09/2014
847	Tereza Dias dos Santos	Auxiliar de serviços gerais	20	20/08/2014 a 08/09/2014
12034	Valeria Gonçalves Pereira	Agente comunitário de saúde	15	16/09/2014 a 30/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.645

PORTARIA Nº 24.645, de 02 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 20.864, de 26 de Julho de 2011, que concedeu Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal CIZETE CATELLAN, somente no que se refere ao período aquisitivo, que passa a ser 16/02/2000 à 16/02/2005.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.646

PORTARIA Nº 24.646, de 02 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal CLEIDE MARA NURILLES PIALA, somente no que se refere carga horária que é 20 (vinte) horas semanais.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
02 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.647

PORTARIA Nº 24.647, de 02 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local	A contar de:
13168	Claudia Gislane Cappelletti	Professora 1º ao 5º ano	EMEB Esperança	23/09/2014
12911	Solange Santos Danzberg	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	26/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.648

PORTARIA Nº 24.648, de 02 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
12034	Valeria Gonçalves Pereria	Agente Comunitária de Saúde	45	15	16/09/2014 a 30/09/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.741

PORTARIA Nº 24.741, de 24 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome do servidor, cargo, escola de atuação, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
646	Aldo Mar ghotti	Professor	EMEB Alto Bonito	15	21/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.742

PORTARIA Nº 24.742, de 24 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, escola de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
12660	Amanda de Almeida Kirschner	Diretor de Extensão Rural	60	15	09/10/2014 a 23/10/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS
11949	Bernadete Bridi Otto	Agente Comunitária de Saúde	16	15	23/10/2014 a 06/11/2014, após Regime Geral de Previdência Social – INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.755

PORTARIA Nº 24.755, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato por prazo indeterminado da Servidora Pública Municipal VALÉRIA GONÇALVES PEREIRA, matrícula nº 12034, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 20 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.756

PORTARIA Nº 24.756, de 28 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 18.138, de 30 de Maio de 2008, que

concedeu Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal CECILIA BERTOTTO PALOSCHI, somente no que se refere ao período aquisitivo, que passa a ser 05/10/1998 à 05/10/2003.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.757

PORTARIA Nº 24.757, de 28 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 18.185, de 30 de Junho de 2008, que concedeu Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal CECILIA BERTOTTO PALOSCHI, somente no que se refere ao período aquisitivo, que passa a ser 05/10/2003 à 05/10/2008.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.760

PORTARIA Nº 24.760, de 29 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme atestados apresentados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
137	Zenilda Aparecida Rodrigues	Técnico em enfermagem	60	01/10/2014 a 29/11/2014
637	Marcia Regia Mostiack	Bioquímico	04	14/10/2014 a 15/10/2014 16/10/2014 a 17/10/2014
967	Leila Alves Speggorin	Auxiliar de enfermagem	10	13/10/2014 a 22/10/2014

1293	Rosani de Fatima Sabini	Auxiliar de serviços gerais	03	13/10/2014 a 15/10/2014
3265	Valdicleia Aparecida Ferreira	Psicólogo	09	09/10/2014 a 17/10/2014
9488	Maria Lucia Batista Piran	Auxiliar de serviços gerais	60	01/10/2014 a 29/11/2014
10541	Sara Nadiesia Velasques	Auxiliar de consultório dentário	04	10/10/2014 a 10/10/2014 20/10/2014 a 22/10/2014
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	Auxiliar de serviços gerais	20	13/10/2014 a 02/11/2014
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro	03	06/10/2014 a 06/10/2014 09/10/2014 a 10/10/2014
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	Agente comunitário de saúde	15	15/10/2014 a 29/10/2014
11882	Ivone de Aparecida Sebem	Agente comunitário de saúde	04	21/10/2014 a 21/10/2014 22/10/2014 a 22/10/2014 23/10/2014 a 23/10/2014 24/10/2014 a 24/10/2014
11949	Bernadete Bridi Otto	Agente comunitário de saúde	16	08/10/2014 a 17/10/2014 18/10/2014 a 22/10/2014 23/10/2014 a 23/10/2014
12021	Eliane Gouveia	Agente comunitário de saúde	08	02/10/2014 a 09/10/2014
12034	Valeria Gonçalves Pereira	Agente comunitário de saúde	30	01/10/2014 a 30/10/2014
12035	Zoraide Neto da Silva	Agente comunitário de saúde	06	06/10/2014 a 08/10/2014 13/10/2014 a 15/10/2014
12197	Marlene Prado de Siqueira Zollner	Oficial do gabinete do vice-prefeito	03	15/10/2014 a 17/10/2014
12660	Amanda de Almeida Kirschner	Diretor de extensão rural	60	09/10/2014 a 07/12/2014
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	Fisioterapeuta	03	02/10/2014 a 04/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.783

PORTARIA Nº 24.783, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
938	Clemare Aparecida Coelho	Professora	005	1/3	08/01/1998 a 08/01/2003

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.784

PORTARIA Nº 24.784, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1509	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro	Professora	005	1/3	11/02/1998 a 11/02/2003

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.785

PORTARIA Nº 24.785, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
11784	11/04/2013	10/04/2014	Aline Mendes Luciano	01/10/2014	30/10/2014
3282	01/01/2013	31/12/2013	Angelo Edair Fantin	01/10/2014	30/10/2014
12038	09/07/2013	08/07/2014	Camila Domingues de Souza	01/10/2014	30/10/2014
4953	02/08/2012	01/08/2013	Camilo Paganini	01/10/2014	10/10/2014
4953	02/08/2013	01/08/2014	Camilo Paganini	11/10/2014	30/10/2014
10179	03/05/2011	02/05/2012	Carlos Alberto Machado	15/10/2014	13/11/2014
8553	16/06/2012	15/06/2013	Claudete Natus	01/10/2014	20/10/2014
8553	16/06/2013	15/06/2014	Claudete Natus	21/10/2014	30/10/2014
929	01/03/2010	28/02/2011	Damiao Quintino de Souza	01/10/2014	30/10/2014
9701	06/01/2012	05/01/2013	Daniela Kist Busnardo	06/10/2014	20/10/2014
529	01/01/2011	31/12/2011	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	11/10/2014	30/10/2014
9497	23/11/2013	22/11/2014	Elisiane Cardoso da Piedade	01/10/2014	30/10/2014
7665	13/07/2012	12/07/2013	Eloá Fatima de Paula	13/10/2014	11/11/2014
830	20/11/2010	19/11/2011	Eloir do Carmo Correa Antunes	08/09/2014	07/10/2014
4256	02/02/2012	01/02/2013	Flavia Morona Maffessoni	15/10/2014	13/11/2014
755	01/09/2013	31/08/2014	Gilmar Rodrigues Ribeiro	01/10/2014	30/10/2014
1966	01/01/2013	31/12/2013	Iracilda Maria Nora Costa	01/10/2014	20/10/2014
1899	01/01/2013	31/12/2013	Itamar Abreu do Nascimento	01/10/2014	30/10/2014
7707	16/07/2012	15/07/2013	Ivanir Weber	20/10/2014	29/10/2014
611	03/10/2012	02/10/2013	João de Oliveira Prestes	08/09/2014	07/10/2014
10786	21/03/2012	20/03/2013	Lorete Aparecida Braun	20/10/2014	18/11/2014
3751	18/03/2013	17/03/2014	Luiz Henrique Grando Padilha	01/10/2014	10/10/2014
7824	03/09/2009	02/09/2010	Maicon Sgarbossa	20/10/2014	08/11/2014
378	01/02/2012	31/01/2013	Maricelda Rita Tonieto	20/10/2014	29/10/2014
10765	15/03/2013	14/03/2014	Marinez Aparecida Bertotto	13/10/2014	11/11/2014
3	21/01/2013	20/01/2014	Mauricio Zini	01/10/2014	30/10/2014
7683	16/07/2012	15/07/2013	Nara Tescke	06/10/2014	15/10/2014
3436	23/09/2013	22/09/2014	Nery Daniel Vargas Cardoso	01/10/2014	30/10/2014
3266	01/12/2013	30/11/2014	Roselaine Aparecida Roesener	01/10/2014	20/10/2014
60	01/12/2008	30/11/2009	Rosely Aparecida Gribinski	01/10/2014	20/10/2014
7827	10/09/2011	09/09/2012	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	06/10/2014	20/10/2014
11869	21/05/2013	20/05/2014	Sandra de Fatima Ribeiro	16/10/2014	30/10/2014
61	01/09/2010	31/08/2011	Solange Vieira da Silva	01/10/2014	30/10/2014
1535	21/09/2013	20/09/2014	Vilmar Miguel Dobner	01/10/2014	20/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.786

PORTARIA nº 24.786, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec. / Fund.	Período Aquisitivo
60	Rosely Aparecida Gribinski	Auxiliar de Serviços Gerais	Fundema	01/12/2008 a 30/11/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

PORTARIA Nº 24.787

PORTARIA Nº 24.787, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal LUCIMAR APARECIDA APPI, ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada na EMEB Padre José Chamot 40 (quarenta) horas semanais, para a EMEB Esperança e desta para aquela a Servidora Pública Municipal IVONETE RUPPEL MELLO, ocupante do cargo de Secretária Escolar, 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 24.851

PORTARIA Nº 24.851, de 18 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	Técnico em Enfermagem	8	13/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.872

PORTARIA Nº 24.872, de 26 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal ANA CLÁUDIA SERRA CARPES BIELA, matrícula nº 13.312, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, atuando junto à Vigilância Sanitária do Município de Caçador, entrou em gozo de licença maternidade no período compreendido entre 28 de outubro de 2014 e 25 de abril de 2015;

CONSIDERANDO que a referida servidora, dentre outras funções que exerce inerentes ao cargo que ocupa, é responsável pelas vistorias nos estabelecimentos, nos processos de concessão de alvará;

CONSIDERANDO que tal atividade não pode sofrer solução de continuidade nos casos de afastamento ou ausência do servidor responsável, sem que com isso gere prejuízos para os municípios; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 185, II da Lei Complementar 56/2004 (Estatuto dos Servidores do Município de Caçador) segundo o qual é dever dos servidores cumprir as determinações superiores, salvo quando manifestamente ilegais.

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal GISELE MANDELLI, matrícula nº 3.277, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para responder interinamente pelas funções exercidas pela servidora ANA CLÁUDIA SERRA CARPES BIELA, junto ao setor de Vigilância Sanitária de Caçador, a contar de 1º de dezembro de 2014, enquanto durar o afastamento da titular, sem ônus adicional para o Município.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 24.875

PORTARIA nº 24.875, de 27 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a efetiva realização de despesa não empenhada, liquidada e não paga, bem como para apuração da legitimidade da despesa, em razão de prestação de serviços prestados pela Comunidade Terapêutica de Dependência Química Henning - ME.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos dispositivos da Lei de Licitações e aos termos do contrato celebrado com o Município, estando assim sujeita às penalidades previstas nos referidos instrumentos legais.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: MARIA APARECIDA BOSCATTO, matrícula 3.271, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula nº 10.780, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; EDIANEZ BORTOT FAORO matrícula nº 0.921, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; para, sob a presidência da primeira, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 005/2014.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria publicada no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.218/2014

DECRETO nº 6.218, de 25 de novembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.860/14, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro titular da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.860, de 17 de dezembro de 2013, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na forma que segue:

Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Caçador/SC

Titular: Zenilda Inácio dos Santos

Suplente: ...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.219/2014

DECRETO nº 6.219, de 25 de novembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.651/13, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro suplente da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.651, de 24 de julho de 2013, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, pelo nome subsequente, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

9 - Gabinete do Prefeito

Titular:...

Suplente: Aldonir Anciutti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.221/2014

DECRETO nº 6.221, de 26 de novembro de 2014.

Cria linha experimental de transporte coletivo, fixa tarifa e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto art. 3º inciso I, "c", § 3º, inciso II, art. 32, inciso III, art. 52 e 55, todos da Lei Complementar nº 46, de 22/12/2003 e

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 46/2003, prevê que os serviços podem ser experimentais e que define como experimentais os serviços "executados pelas permissionárias ou concessionárias, nas respectivas áreas de influência, em caráter provisório, para verificação de viabilidade, objetivando alterações e expansões de serviços destinados ao atendimento de demandas decorrentes do crescimento urbano, cuja duração e a respectiva tarifa ou preço da passagem, serão fixadas no Decreto de autorização";

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a viabilidade econômica desses serviços, devem eles atender não apenas a estudantes, mas usuários em geral, devendo, assim, operar com duas tarifas, a convencional e reduzida para estudantes;

CONSIDERANDO a urgência na implantação desses serviços, em caráter provisório, para atendimento dos estudantes e da população da região a ser alcançada pelos serviços ora instituídos;

CONSIDERANDO que o Município, nos termos da legislação local, pode delegar esses serviços de forma experimental, podendo a escolha recair na concessionária local que está aparelhada para executar os serviços projetados;

DECRETA:

Art. 1º Fica a empresa AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Capitulino Moraes, nº 110, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327/0001-86, responsável pelo transporte coletivo do Município, autorizada a executar, em caráter provisório e experimental, a linha constante no Anexo Único deste Decreto, para verificação de sua viabilidade econômica, nos termos do art. 52, da Lei Complementar nº 46, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 2º A autorização dos serviços ora instituídos em caráter experimental, tem caráter precário, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 46, de 22/12/2003, e atenderão aos objetivos de permitir o transporte de estudantes e usuários em geral.

Art. 3º A tarifa dos serviços fica fixada em R\$ 3,00 (três reais) durante o prazo desta autorização.

Art. 4º A autorização vigorará durante o período de 60 (sessenta) dias, sendo prorrogado automaticamente desde que cumpridas todas as formalidades.

Art. 5º Os serviços deverão ser iniciados no dia 05 de janeiro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Anexo Único

I - Linha Granja Palmeira/Jung/Mutirão/Presídio: de segunda a sexta-feira.

a) Horário proposto:

- Saída do Jung aproximadamente às 06:30 até a Granja Palmeira;

- Saída às 17:15 da Granja Palmeira até o Jung.

b) Itinerário proposto:

Jung	Mutirão	Presídio	Granja Palmeira
06:35	06:45	06:55	07:15
Granja Palmeira	Presídio	Mutirão	Jung
17:15	17:35	17:45	17:55

DECRETO Nº 6.222/2014

DECRETO nº 6.222, de 26 de outubro de 2014.

Substitui membros nomeados pelos Decretos nºs 6.170/14 e 5.860/13, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelos Decretos nºs 6.170 de 22 de outubro de 2014 e 5.860 de 17 de dezembro de 2013, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Eunice Misayo Ueda

Suplemente: Elizete Farias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.223/2014

DECRETO Nº 6.223, de 26 de novembro de 2014

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação, na importância de R\$ 177.683,70 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos):

02.12 - FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO
15.452.0020.1.048 - Pavimentação de Vias Públicas
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 177.683,70

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros advindos do excesso de arrecadação da receita referente a Contribuição de Melhoria (cauções) das Ruas Xaxim, Manoel Luiz Cordeiro, Maria Schumann Rotta e Jairo Geronimo Coelho de Souza, na importância de R\$ 177.683,70 (cento e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.225/2014

DECRETO nº 6.225, de 27 de novembro de 2014.
Designa Comissão Especial de Julgamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação nº 25/2014 do Fundo Municipal de Assistência Social - Tomada de Preços nº 01/2014, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviço de reforma na Casa de Passagem São Francisco de Assis, sito à Rua Dinamarca nº 423, Bairro Sorgatto:

I - Carine Marcon;
II - Rômulo Machado de Souza;
III - Juliana Nurilles Garbozza.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á a partir das 16:00min. do dia 17 de dezembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.227/2014

DECRETO nº 6.227, de 28 de novembro de 2014.

Estabelece horário de expediente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, das 07h00 às 13h00, a contar do dia 01 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição do IPASC, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seu respectivo cargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.228/2014

DECRETO Nº 6.228, de 01 de dezembro de 2014.

Convoca Fórum eletivo do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Nº 2.648, de 22 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado Fórum para eleição dos membros das entidades não governamentais, para composição do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD, a ser realizado no dia 09 de dezembro de 2014, às 13h30 min, no Auditório da ACIC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de dezembro de 2014.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.220/2014

DECRETO Nº 6.220, de 25 de novembro de 2014

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/1964 e art. 5º, alínea "c" da Lei nº 3.070, de 16 de dezembro de 2013, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 19 - Transferências do Fundeb 40%, na importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.195/2014

DECRETO Nº 6.195, de 06 de novembro de 2014.

NÃO UTILIZADO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 23-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Fundo Municipal de Assistência Social
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 30/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS DESTINADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 16/12/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 16/12/2014.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 01 de dezembro de 2014.
Beatriz Ribeiro dos Santos,
Secretária Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 6.234/2014

DECRETO Nº 6.234, de 01 de dezembro de 2014.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo para ocupantes dos cargos de Professor do AEE - Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal - Edital Nº 05/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal, e ainda conforme o item 3.1 do Edital nº 05, de 08/11/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo para ocupantes dos cargos de Professor do AEE - Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal - Edital Nº 05/2013, com efeitos a partir de 03 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 24.873

PORTARIA nº 24.873, de 26 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o membro da Comissão do Processo Administrativo nº. 01/2014, instaurado pela Portaria nº 23.960, de 330/05/2014, JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER, pela servidora pública municipal MARISA CRISTINA MORONA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada junto à Secretaria da Fazenda, uma vez que a indiciada no processo constituiu o Dr. Rubiano Schimitz como procurador, e o mesmo é cunhado de Jaqueline Carneiro Pinzegher.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Novembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 24.880

PORTARIA Nº 24.880, de 28 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS da Servidora Pública Municipal SONIA MARIA VON SCHARTEN RIBEIRO, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.094 (três mil, noventa e quatro) dias, ou 08 (oito) anos, 05 (cinco) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00008/09-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, data de 28 de Novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de Novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.235/2014

DECRETO Nº 6.235, de 01 de dezembro de 2014.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo para contratação em caráter temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital Nº 002/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art.79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 37, III, da Constituição Federal, e ainda conforme o item 1.2, das Disposições Preliminares do Edital nº 002, de 06/09/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo para contratação em caráter temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital Nº 002/2013, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS - EDITAL 002/2013

CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS

EDITAL Nº 002/2013 - ACT

(Prorrogado pelo Decreto nº 6.235 de 01 de dezembro de 2014)

DIA 15/12/2014	
Auxiliar de Biblioteca	16h
Secretário Escolar	16h30min
Especialista em Assuntos Educacionais	17h
Auxiliar de Creche e Berçário	18h

DIA 16/12/2014	
Educação Infantil – Creche e Pré-escola	17h30min
Educação Física	19h30min

DIA 17/12/2014	
Interprete de Libras	17h
Ensino Religioso	17h15min
Matemática	17h30min
Ciências	18h
Geografia	18h30min
História	19h
Língua Portuguesa	19h30min
Língua Estrangeira - Inglês	20h

DIA 18/12/2014	
Artes	17h
1º ao 5º ano e Escolas do Campo	19h

CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS - EDITAL 05/2013

CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS

EDITAL Nº 05/2013 - Efetivos

(Prorrogado pelo Decreto nº 6.234, de 01 de dezembro de 2014)

DIA 08/12/14	
AEE - Atendimento Especializado Educacional	14h
Laboratório de Informática	15h

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 051, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA nº 051, de 27 de novembro de 2014.
Concede 10 dias de férias à servidora Elaine Fávero.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014, a serem gozadas no período de 08 a 17/12/2014, à servidora ELAINE FÁVERO, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados em 05/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 27 de novembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 52, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 52, de 01 de dezembro de 2014.
Concede Progressão Funcional, por participação em cursos de capacitação, à servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por participação em cursos de capacitação, referente ao período aquisitivo de 30 de novembro de 2012 a 29 de novembro de 2014, ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de analista legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1020, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência VI-B para VI-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 53, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 53, de 01 de dezembro de 2014.
Concede Progressão Funcional, por participação em cursos de capacitação, à servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por participação em cursos de capacitação, referente ao período aquisitivo de 07 de novembro de 2012 a 06 de novembro de 2014, à servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo de advogada, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1010, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência VI-C para VI-E, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 055, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 055, de 01 de dezembro de 2014.
Concede férias à servidora Daniela Marques de Oliveira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013, a serem gozadas no período de 03 a 12/12/2014, à servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de controladora interna, do quadro permanente da Câmara Municipal.

Art. 2º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014, a serem gozadas no período de 12 a 31/01/2015, à servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de controladora interna, do quadro permanente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 056, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 056, de 01 de dezembro de 2014.
Concede 20 dias de férias e a conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor Admir José Casagrande.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 31/08/2014 a serem gozadas no período de 05 a 24/01/2015 ao servidor ADMIR JOSÉ CASAGRANDE, ocupante do cargo de assistente legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 20/12/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 057, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 057, de 01 de dezembro de 2014.
Concede 20 dias de férias e a conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor José Ari Lins.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 30/11/2013 a 29/11/2014 a serem gozadas no período de 05 a 24/01/2015 ao servidor JOSÉ ARI LINS, ocupante do cargo de analista legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 20/12/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 058, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 058, de 01 de dezembro de 2014.
Exonera servidores comissionados da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 22/12/2014, os servidores comissionados abaixo relacionados, com pagamento das verbas rescisórias em 20/12/2014:

ALESSANDRA GIOPPPO - Ocupante do cargo de Assessora de gabinete da Presidência.

DANIELE FERNANDES ANTUNES ALVES - Ocupante do cargo de Assessora Parlamentar de Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.
Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 059, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 059, de 01 de dezembro de 2014.
Concede 10 dias de férias e a conversão de 1/3 em pecúnia ao servidor Daniel Heberle.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias, relativos ao período aquisitivo

de 01/08/2013 a 31/07/2014 a serem gozadas no período de 05 a 14/01/2015 ao servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de assistente legislativo, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 20/12/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 060, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 060, de 01 de dezembro de 2014.

Concede 15 dias de férias e a conversão de 1/3 em pecúnia à servidora Juliana Sombrio.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014 a serem gozadas no período de 05 a 19/01/2015 à servidora JULIANA SOMBRIO, ocupante do cargo de telefonista, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados, em 20/12/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo já citado, com pagamento juntamente com o período de férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

PORTARIA Nº 61, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA nº 61, de 02 de dezembro de 2014.

Concede Progressão Funcional, por conclusão de pós-graduação em área específica, à servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 28 a 32 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional, por conclusão de pós-graduação em área específica, à servidora DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de controladora interna, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, nível CPES1040, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência I-D para II-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 54, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

Portaria nº 54, de 01 de dezembro de 2014.

Concede férias coletivas a servidores da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, na forma do art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 90 e ss. da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004 e CONSIDERANDO que no mês de janeiro de 2014, em razão do recesso parlamentar, há considerável redução no volume de trabalho desenvolvido pelos Assessores Parlamentares de Gabinete e da Presidência,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias coletivas aos servidores comissionados da Câmara Municipal de Caçador abaixo relacionados, na forma de antecipação de gozo de férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015:

NOME CARGO

Almir Paulo Dias Assessor Parlamentar de Gabinete

Charleston Augusto Lopes Assessor Parlamentar de Gabinete

Drieli Pereira Assessor Parlamentar de Gabinete

Ediane Scheffemacher Ribeiro Assessor Parlamentar de Gabinete

Francieli Petrykowski Assessor Parlamentar de Gabinete

Marcos Paulo B. de Souza Assessor Parlamentar de Gabinete

Moses A. Machado Assessor Parlamentar de Gabinete

Raquel Wolinger da Silva Assessor Parlamentar de Gabinete

Viviane de Andrade Ribeiro Assessor Parlamentar de Gabinete

Art. 2º Os dias de férias coletivas serão descontados das férias regulares de cada servidor de acordo com seu respectivo período de aquisição.

Art. 3º Os valores referentes ao adicional de que trata o inciso XVII do art. 7º da CF e § 1º do art. 93 da Lei Complementar nº 56/2004, serão pagos até o dia 22 de dezembro de 2014, também a título de adiantamento de férias, sendo descontados das verbas rescisórias em caso de eventual demissão ou exoneração do servidor que não completar o período aquisitivo respectivo.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 01 de dezembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA

Camboriú

PREFEITURA

PR 27/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2014-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS E CADEIRAS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DO CREAS, UNIDADE ESTA VINCULADA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 12 (Doze) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

CC 002/14 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 002/2014 - FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA A: COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RSS - PRECEDIDOS DE TRATAMENTO E/OU DESINFECÇÃO SE NECESSÁRIO; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS E PERIGOSOS CLASSES I - GERADOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 1.964/2014

DECRETO N.º 1.964/2014

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terra que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, incisos VI e VII da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a utilidade pública na reabertura da antiga estrada conhecida popularmente como "Estrada da B", a qual possibilitará o trânsito de veículos e pedestres;

CONSIDERANDO que a via a ser desapropriada já existia há muitos anos e sempre foi utilizada pelos moradores da região, contudo, a proprietária da área, recentemente, fechou o seu acesso;

CONSIDERANDO que a presente desapropriação contribuirá para melhoria da mobilidade urbana no Município de Camboriú;

CONSIDERANDO que a estrada a ser desapropriada está prevista no Plano Diretor do Município de Camboriú (Lei Complementar n.º 055/2013) como eixo estrutural de mobilidade urbana;

CONSIDERANDO o caso de utilidade pública previsto na alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação parte do imóvel localizado na zona urbana do Município de Camboriú/SC, correspondente a uma área de 12.087,39 m², registrado sob a Matrícula n.º 20.116, Livro n.º 2 - BQ, fl. 113, com área total de 175.372,54 m², do 1º Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC e de propriedade da Sr.ª Maria Lourdes Schroeder Ammann.

Art. 2º A área de terra declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, objeto deste Decreto, possui as seguintes medidas e confrontações:

I - AO NORTE: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 19, de coordenadas N 7.009.124,39m e E 735.315,66m; deste, segue confrontando com Rua São Miguel, com os seguintes azimutes e distâncias: 115°42'09" e 15,15 m até o vértice 42, de coordenadas N 7.009.117,82m e E 735.329,31m; deste, segue confrontando com Matricula n.º 17783, com os seguintes azimutes e distâncias: 188°51'42" e 507,38 m até o vértice 43, de coordenadas N 7.008.616,50m e E 735.251,15m; deste, segue confrontando com Área B - Matricula n.º 20116, com os seguintes azimutes e distâncias: 192°39'02" e 22,47 m até o vértice 44, de coordenadas N 7.008.594,58m e E 735.246,23m; 195°42'26" e 22,46 m até o vértice 45, de coordenadas N 7.008.572,96m e E 735.240,15m; 198°48'22" e 22,46 m até o vértice 46, de coordenadas N 7.008.551,70m e E 735.232,91m; 201°52'21" e 22,47 m até o vértice 47, de coordenadas N 7.008.530,85m e E 735.224,54m; 204°56'01" e 22,46 m até o vértice 48, de coordenadas N 7.008.510,48m e E 735.215,07m; 208°02'55" e 22,46 m até o vértice 49, de coordenadas N 7.008.490,66m e E 735.204,51m; 211°05'10" e 22,47 m até o vértice 50, de coordenadas N 7.008.471,42m e E 735.192,91m; 214°11'07" e 22,46 m até o vértice 51, de coordenadas N 7.008.452,84m e E 735.180,29m; 217°15'27" e 22,46 m até o vértice 52, de coordenadas N 7.008.434,96m e E 735.166,69m; 220°20'28" e 22,46 m até o vértice 53, de coordenadas N 7.008.417,84m e E 735.152,15m; 223°25'49" e 22,46 m até o vértice 54, de coordenadas N 7.008.401,53m e E 735.136,71m; 226°28'44" e 22,47 m até o vértice 55, de coordenadas N 7.008.386,06m e E 735.120,42m; 229°35'13" e 22,46 m até o vértice 56, de coordenadas N 7.008.371,50m e E 735.103,32m; 232°39'02" e 22,47 m até o vértice 57, de coordenadas N 7.008.357,87m e E 735.085,46m; 235°43'22" e 22,46 m até o vértice 58, de coordenadas N 7.008.345,22m e E 735.066,90m; deste, segue confrontando com Rua Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 8°03'18" e 19,41 m até o vértice 35, de coordenadas N 7.008.364,44m e E 735.069,62m; deste, segue confrontando com Área A - Matricula n.º 20116, com os seguintes azimutes e distâncias: 53°58'58" e 20,83 m até o vértice 34, de coordenadas N

7.008.376,69m e E 735.086,47m; 51°02'37" e 20,82 m até o vértice 33, de coordenadas N 7.008.389,78m e E 735.102,66m; 48°04'27" e 20,83 m até o vértice 32, de coordenadas N 7.008.403,70m e E 735.118,16m; 45°07'00" e 20,83 m até o vértice 31, de coordenadas N 7.008.418,40m e E 735.132,92m; 42°09'32" e 20,83 m até o vértice 30, de coordenadas N 7.008.433,84m e E 735.146,90m; 39°12'50" e 20,83 m até o vértice 29, de coordenadas N 7.008.449,98m e E 735.160,07m; 36°14'53" e 20,82 m até o vértice 28, de coordenadas N 7.008.466,77m e E 735.172,38m; 33°18'31" e 20,83 m até o vértice 27, de coordenadas N 7.008.484,18m e E 735.183,82m; 30°19'54" e 20,83 m até o vértice 26, de coordenadas N 7.008.502,16m e E 735.194,34m; 27°21'09" e 20,83 m até o vértice 25, de coordenadas N 7.008.520,66m e E 735.203,91m; 24°26'55" e 20,83 m até o vértice 24, de coordenadas N 7.008.539,62m e E 735.212,53m; 21°27'15" e 20,83 m até o vértice 23, de coordenadas N 7.008.559,01m e E 735.220,15m; 18°30'16" e 20,83 m até o vértice 22, de coordenadas N 7.008.578,76m e E 735.226,76m; 15°34'16" e 20,82 m até o vértice 21, de coordenadas N 7.008.598,82m e E 735.232,35m; 12°35'19" e 20,83 m até o vértice 20, de coordenadas N 7.008.619,15m e E 735.236,89m; 8°51'41" e 511,34 m até o vértice 19, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. Todas as coordenadas descritas neste artigo estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir de coordenadas N m e E m e se encontram representadas no Sistema Universal Transversa de Mercator - UTM, referenciadas ao Meridiano Central n.º 51°00', fuso - 22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A área descrita no artigo 2º deste Decreto se destina a reabertura e manutenção de uma via pública, conforme previsto na alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º O expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, informa que existe urgência na desapropriação, de modo a autorizar a prévia imissão na posse da área descrita no artigo 2º acima, em conformidade com o artigo 15 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei Federal n.º 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 26/2014 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2014 FMS

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros para veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	unidade	Filtro, referência: ARL 4147	R\$ 14,00	R\$ 140,00
02	12	unidade	Filtro, referência: ARL 4150	R\$ 16,60	R\$ 199,20
03	14	unidade	Filtro, referência: ARL 5139	R\$ 65,00	R\$ 910,00
04	10	unidade	Filtro, referência: ARS 1013	R\$ 63,00	R\$ 630,00
05	14	unidade	Filtro, referência: ARS 2868	R\$ 25,00	R\$ 350,00
06	6	unidade	Filtro, referência: ART 5051	R\$ 43,00	R\$ 258,00
07	24	unidade	Filtro, referência: PC 947	R\$ 36,00	R\$ 864,00
08	12	unidade	Filtro, referência: PEL 312	R\$ 44,00	R\$ 528,00
09	12	unidade	Filtro, referência: PEL 675	R\$ 45,00	R\$ 540,00
10	12	unidade	Filtro, referência: PSL 156	R\$ 63,00	R\$ 756,00
11	50	unidade	Filtro, referência: PSL 55	R\$ 16,00	R\$ 800,00
12	30	unidade	Filtro, referência: PSL 560	R\$ 11,00	R\$ 330,00
13	14	unidade	Filtro, referência: PSL 77	R\$ 23,50	R\$ 329,00
14	12	unidade	Filtro, referência: PSL 78	R\$ 29,00	R\$ 348,00
15	6	unidade	Filtro, referência: RE 165464820 R	R\$ 60,00	R\$ 360,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 7.342,20	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 03/12/2014, às 09h45min do dia 16/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 16/12/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária no exercício 2014, ou de dotação na mesma classificação no exercício 2015:

- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 2014.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 117/2014

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014

PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando o pedido de impugnação cadastrado pela empresa G Maiocchi & Cia Ltda e o parecer jurídico 020/2014, necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe. EXCLUI-SE a exigência "nacional" dos itens 01 e 02:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 3/4, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, nacional (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 8.300,00
02	20	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 5/8, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, nacional (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 16.600,00

Passando a vigorar conforme segue:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 3/4, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 8.300,00
02	20	UN	Lâmina 3/4, 13 furos 5/8, curva, com dureza mínima 400 a 500hb, (apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante).	R\$ 830,00	R\$ 16.600,00

Por último, ALTERA-SE a data de abertura, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 16/12/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

ATA 3 TP 109/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório TP nº 109/2014)

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 109/2014, modalidade Tomada de Preços que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação e reforma do prédio da Escola Bela Vista, Rua das Azaléas, Bairro Cascatas, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão. As licitantes não se fizeram presentes na sessão. Conforme decorrido o prazo para apresentação de recurso quanto ao julgamento dos documentos, em atendimento a Lei Federal 8.666/93, passou-se à abertura dos envelopes das propostas comercial das empresas licitantes HABILITADAS: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 10.834.999/0001-28, BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL. A empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 137.522,89 e a empresa BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 149.472,66. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a

empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA - vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 137.522,89. As licitantes apresentaram Declaração de Desistência de recursos quanto ao julgamento da proposta e ficam desde já intimadas do resultado. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz
Presidente da Comissão de Licitação

Irineu Woitskovski Junior,
Secretário
Lilian Terezinha Bartsch
Membro da Comissão

DECRETO Nº 8.692 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.692 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 6.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339091.00.896 -	Sentenças Judiciais	R\$ 6.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.693 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.693 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA SINDICÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1205/2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 247 Parágrafo Único; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo da Sindicância do Processo Administrativo nº 1205/2014 de 04 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 15 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2014 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao primeiro dia do mês de dezembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa REPARAÇÃO DE VEÍCULOS GEFFITEL LTDA, CNPJ: 00.199.094/0001-70, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 22/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	150	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre – SC: Fiat Uno Mille Fire Flex, 2011, MJA 0644 / Fiat Palio Weekend, 2011, MIQ 7905 / Renault Clio Master 2013, MLS9343 / Fiat Palio Fire, 2013, MLO 0991.	28,00	4.200
2	100	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre – SC: VW Kombi, 2011, MJA 0584 VW Kombi, 2002, MBX 6075 VW Kombi, 2011, MJO 3863	33,00	3.300,00
VALOR TOTAL				R\$	7.500,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

REPARAÇÃO DE VEÍCULOS GEFFITEL LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 8.694 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.694 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU, do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob o nº 955299, a partir de 02 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.695 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.695 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA SINDICÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1122/2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 247 Parágrafo Único; Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo da Sindicância do Processo Administrativo nº 1122/2014 de 18 de Agosto de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 114/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 114/2014)

Às 14:00 do dia 28/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição alimentos não perecíveis para o preparo da merenda para os alunos das escolas, creches e pré-escolar da Rede Municipal de ensino no ano de 2015.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 8.696 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.696 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de Dezembro de 2013; Decreta: Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0076.2.811-	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família.	
300000.00.440 -	Despesas Correntes	
330000.00.440 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.440 -	Aplicações Diretas	
339036.00.440 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0076.2.811-	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família.	
300000.00.440 -	Despesas Correntes	
330000.00.440 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.440 -	Aplicações Diretas	
339039.00.440 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 3/1943 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 3-1943

DESIGNAR AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA - DUÍLIO BUENO FRANCO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Fevereiro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Fevereiro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 4/1943 DE 01 DE FEVEREIRO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 4-1943

DESIGNAR AMERICO GOMES AMARAL PARA SUBSTITUIR INTERINAMENTE DUÍLIO BUENO FRANCO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Fevereiro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Fevereiro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 1/1943 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 1-1943

DISPÕE SOBRE A PERCENTAGEM DO PROMOTOR PÚBLICO OU ENCARREGADO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de Fevereiro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 17 de Fevereiro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 5/1943 DE 10 DE JUNHO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 5-1943

REVOGA AS RESOLUÇÕES Nº 3 E 4 BAIXADAS NESTA PREFEITURA EM 1º DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Junho de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 10 de Junho de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 6/1943 DE 10 DE JUNHO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 6-1943

EXONERA AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA - DUÍLIO BUENO FRANCO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Junho de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 10 de Junho de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 7/1943 DE 10 DE JUNHO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 7-1943

NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA - AMERICO GOMES DO AMARAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de Junho de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 10 de Junho de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 8/1943 DE 20 DE JULHO DE 1943

RESOLUÇÃO Nº 8-1943

CONCEDE LICENÇA POR 3 MEZES A SECRETÁRIA DESTA PREFEITURA E DESIGNA PARA SUBSTITUÍ-LA NO EXERCÍCIO DO SEU CARGO O Sr. AUGUSTO CONTE.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de Julho de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 10 de Junho de 1943.

AUGUSTO CONTE.

Secretário

DECRETO LEI Nº 2/1943 DE 04 DE AGOSTO DE 1943

DECRETO LEI Nº 2-1943

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de Agosto de 1943.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 04 de Agosto de 1943.

AUGUSTO CONTE

Secretário

DECRETO Nº 1/1943 DE 12 DE SETEMBRO DE 1943

DECRETO Nº 1-1943

ESTABELECE NORMAS PARA PAGAMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de Setembro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 12 de Setembro de 1942.

AUGUSTO CONTE.

Secretário

DECRETO LEI Nº 3/1943 DE 27 DE SETEMBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 3-1943

RATIFICA CONVENIO DE ENSINO PRIMÁRIO CELEBRADO EM 17 DE MARÇO DE 1943.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de Setembro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 27 de Setembro de 1943.

AUGUSTO CONTE

Secretário

DECRETO LEI Nº 4/1943 DE 20 DE OUTUBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 4-1943

REAJUSTA O QUADRO DE VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de Outubro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 20 de Outubro de 1943.

AUGUSTO CONTE

Secretário

DECRETO LEI Nº 5/1943 DE 22 DE OUTUBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 5-1943

ANULA INTEGRALMENTE NO ATUAL ORÇAMENTO A DOTAÇÃO 9-94-6 - ABONO Á FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de Outubro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 22 de Outubro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM

Secretária

DECRETO LEI Nº 6/1943 DE 29 DE OUTUBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 6-1943

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de Outubro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 29 de Outubro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM

Secretária

DECRETO LEI Nº 7/1943 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 7-1943

FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1944.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1943.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 31 de Dezembro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

DECRETO LEI Nº 8/1943 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

DECRETO LEI Nº 8-1943
ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPEZA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1944.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1943.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 31 de Dezembro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

DECRETO Nº 2/1943 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1943

DECRETO Nº 2-1943
DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE RENDA PARA O EXERCÍCIO DE 1944.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1943.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nº 2, em 31 de Dezembro de 1943.

MARIA DORINHA D' AMORIM.
Secretária

DECRETO Nº 1/1944 DE 31 DE JANEIRO DE 1944

DECRETO Nº 1-1944
FIXA OS PERÍMETROS URBANO E SUBURBANO DA CIDADE DE CAMPO ALEGRE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Janeiro de 1944.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nº 1, em 31 de Janeiro de 1944, na Secretaria da Prefeitura Municipal.

MARIA DORINHA D' AMORIM.
Secretária

DECRETO LEI Nº 1/1944 DE 20 DE JUNHO DE 1944

DECRETO LEI Nº 1-1944
DISPÕE SOBRE A COOPERAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO COM AS ENTIDADES PRIVADAS.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de Junho de 1944.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei na Secretaria desta Prefeitura Municipal, em 20 de Junho de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.
Secretária

DECRETO LEI Nº 2/1944 DE 13 DE JULHO DE 1944

DECRETO LEI Nº 2-1944
DISPÕE SOBRE A COOPERAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO COM AS ENTIDADES PRIVADAS.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de Julho de 1944.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 2, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 13 de Julho de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

RESOLUÇÃO Nº 1/1944 DE 13 DE JULHO DE 1944

RESOLUÇÃO Nº 1-1944
CONCEDE EXONERAÇÃO Á DUÍLIO BUENO FRANCO DO CARGO DE FISCAL MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de Julho de 1944.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 13 de Julho de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.
Secretária

DECRETO Nº 2/1944 DE 14 DE JULHO DE 1944

DECRETO Nº 2-1944
EXONERA FISCAL MUNICIPAL - ODORICO CUBAS, E NOMEADO PARA EXERCER O CARGO DE TESOUREIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de Julho de 1944.
BENTO MARTINIANO D' AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria da Prefeitura, em 14 de Julho de 1944, Municipal.

MARIA DORINHA D' AMORIM.
Secretária

DECRETO Nº 3/1944 DE 14 DE JULHO DE 1944

DECRETO Nº 3-1944

FICA NOMEADO VICENTE PEREIRA NETO PARA EXERCER O CARGO DE FISCAL MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de Julho de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria da Prefeitura, em 14 de Julho de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO Nº 4/1944 DE 31 DE JULHO DE 1944

DECRETO Nº 4-1944

REGULA DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 267, DO DECRETO LEI Nº 700, DE 28 DE OUTUBRO DE 1942, O CAPÍTULO V - DA FIANÇA - DO TÍTULO I DO REFERIDDO DECRETO LE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Julho de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria desta Prefeitura, em 31 de Julho de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 2/1944 DE 31 DE AGOSTO DE 1944

RESOLUÇÃO Nº 2-1944

EXONERAR A PEDIDO JOSÉ FERREIRA DE LIMA DO CARGO DE ZELADOR - COVEIRO DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Agosto de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicada a presente Resolução, na Secretaria desta Prefeitura, em 31 de Agosto de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 3/1944 DE 01 DE SETEMBRO DE 1944

RESOLUÇÃO Nº 3-1944

ADMITIR A IRMÃ M^a. COLETA PLESZCZAK, PARA EXERCER INTERINAMENTE AS FUNÇÕES DE ZELADORA DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Setembro de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Comunique-se, Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 1º de Setembro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 3/1944 DE 06 DE SETEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 3-1944

INSTITUI O REGIME DO SALÁRIO FAMÍLIA PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, CIVIS E MILITARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de Setembro de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 3, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 06 de Setembro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM

Secretária

DECRETO Nº 4A/1944 DE 31 DE JULHO DE 1944

DECRETO Nº 4A-1944

REGULA A FORMA DA EXECUÇÃO DO DECRETO LEI Nº 3, DE 06 DE SETEMBRO DE 1944, QUE INSTITUIU O SALÁRIO-FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de Setembro de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 09 de Setembro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 4/1944 DE 13 DE SETEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 4-1944

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SALDO DISPONÍVEL TRANSFERIDO PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de Setembro de 1944.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 13 de Setembro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

DECRETO LEI Nº 5/1944 DE 28 DE OUTUBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 5-1944
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FUNERAL, À FAMÍLIA DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS DO MUNICÍPIO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de Outubro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 5, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 28 de Outubro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

DECRETO Nº 5/1944 DE 31 DE OUTUBRO DE 1944

DECRETO Nº 5-1944
ALTERA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 4/1944 E DO ART. 8º DO MESMO DECRETO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Outubro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nº 5, na Secretaria da Prefeitura Municipal, em 31 de Outubro de 1944.

MARIA DORINHA D' AMORIM
Secretária

DECRETO LEI Nº 6/1944 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 6-1944
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Novembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei, nesta Secretaria, em 16 de Novembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 6/1944 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 6-1944
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Novembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei, nesta Secretaria, em 16 de Novembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 7/1944 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1944

DECRETO Nº 7-1944
DESIGNA O AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA AMERICO GOMES DO AMARAL EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de Novembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei, na Secretaria da Prefeitura, em 18 de Novembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 8/1944 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1944

DECRETO Nº 8-1944
NOMEIA ESTÁCIO CUBAS PARA SUBSTITUIR INTERINAMENTE O AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA ENQUANTO DURAR SEU IMPEDIMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de Novembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei, na Secretaria da Prefeitura, em 18 de Novembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 7/1944 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 7-1944
ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPEZA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1945.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 6, na Secretaria da Prefeitura,
em 31 de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 9/1944 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO Nº 9-1944

ESTABELECE A COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1945.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 6, na Secretaria da Prefeitura,
em 31 de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 8/1944 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 8-1944

ABRE CREDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SALDO
DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de Novembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nº 8, na Secretaria desta Prefeitura,
em 28 de Novembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 9/1944 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO Nº 9-1944

ESTABELECE A COBRANÇA DAS RENDAS CONSTANTES DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1945.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, na Secretaria da Prefeitura, em 31
de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 10/1944 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO Nº 10-1944

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARCEREIRO DA CADEIA PÚBLICA -
JOSÉ ROMÃO DE CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado nesta Secretaria da Prefeitura, em 31 de Dezembro de
1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

PORTARIA Nº 2/1944 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1944

PORTARIA Nº 2-1944

ORGANIZA ESCALA DE FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicada nesta Secretaria da Prefeitura, em 20 de Dezembro de
1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 10/1944 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 10-1944

ABRE CREDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SALDO
DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nesta Secretaria desta Prefeitura,
em 27 de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 11/1944 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 11-1944

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SALDO DO ORÇÁ-
MENTO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nesta Secretaria desta Prefeitura, em 27 de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 12/1944 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1944

DECRETO LEI Nº 12-1944
CRIA O CARGO DE FISCAL MUNICIPAL - AUXILIAR PADRÃO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Dezembro de 1944.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nesta Secretaria, em 30 de Dezembro de 1944.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

PORTARIA Nº 3/1945 DE 02 DE JANEIRO DE 1945

PORTARIA Nº 3-1945
DETERMINA O AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA FREQUENTAR CURSO INTENSIVO, RECEBER INSTRUÇÕES ACERCA DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de Janeiro de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 02 de Janeiro de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

Campos Novos

PREFEITURA

COMPRAS EFETUADAS SETEMBRO/2014 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDERSON BOING ME	MEDICAMENTOS DIVERSOS	1210	1,000	32,9000	32,90
AUTO ELITE LTDA	AG 2000 LIMPREZA DE SISTEMA	1287	1,000	90,0000	90,00
AUTO ELITE LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1281	1,000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1284	1,000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1287	1,000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1290	1,000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	CORREIA DENTADA	1287	1,000	85,4500	85,45
AUTO ELITE LTDA	FILTRANTE MOTOR	1284	1,000	52,4700	52,47
AUTO ELITE LTDA	FILTRANTE MOTOR	1287	1,000	52,4700	52,47
AUTO ELITE LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1281	1,000	25,7500	25,75
AUTO ELITE LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1287	1,000	25,7500	25,75
AUTO ELITE LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1290	1,000	25,7500	25,75
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE OLEO	1281	1,000	26,0600	26,06
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE OLEO	1284	1,000	26,0600	26,06
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE OLEO	1287	1,000	26,0600	26,06
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE OLEO	1290	1,000	26,0600	26,06
AUTO ELITE LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1283	1,000	27,3000	27,30
AUTO ELITE LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1286	1,000	20,8000	20,80
AUTO ELITE LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1288	1,000	131,3000	131,30
AUTO ELITE LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1292	1,000	59,8000	59,80
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	1282	4,000	48,0000	192,00
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	1285	4,000	48,0000	192,00
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	1288	4,000	48,0000	192,00
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	1291	4,000	48,0000	192,00
AUTO ELITE LTDA	PARAFUSOS	1287	1,000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	PASTILHA FREIO	1290	1,000	190,5100	190,51
AUTO ELITE LTDA	QUIMICOS PARA REVISÃO	1287	1,000	58,0000	58,00
AUTO ELITE LTDA	ROLO TENSOR	1287	1,000	187,7200	187,72
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	ANEL RETENTOR	1275	1,000	6,5000	6,50
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	CORREIA	1275	1,000	99,0000	99,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	CORREIA BORRACHA	1275	1,000	65,0000	65,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	ELEMENTO DO FILTRO	1275	1,000	55,0000	55,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1275	1,000	29,0000	29,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	FILTRO DE AR	1275	1,000	110,0000	110,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	FILTRO DE OLEO	1275	1,000	19,9500	19,95
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	GEOMETRIA	1276	1,000	50,0000	50,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1276	100,000	3,6000	360,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	PASSE NOS DISCOS	1276	1,000	60,0000	60,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	PASTILHA FREIO	1275	1,000	375,0000	375,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	1275	4,000	39,9000	159,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	POLIA DO MOTOR	1275	1,000	179,8600	179,86
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	POLIA REGULADORA	1275	1,000	351,0100	351,01
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	TENSIONADOR	1275	1,000	95,0000	95,00
BECHER SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1188	1,000	3,700,0000	3,700,00
BELO TTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI	CIRURGIA DE CATARATA	1220	1,000	2,000,0000	2,000,00
BELO TTO STOCK CENTRO OFTALMOLOGICO LTI	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1216	1,000	1,200,0000	1,200,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	ANESTESIA	1177	1,000	800,0000	800,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA	1177	2,000	150,0000	300,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	CIRURGIA DE AMIDALACTOMIA	1218	1,000	500,0000	500,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	CIRURGIA DE HISTERECTOMIA	1218	1,000	800,0000	800,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	CIRURGIA DE JOELHO	1218	1,000	600,0000	600,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTI	CONSULTA MÉDICA CLÍNICA GERAL	1177	1,000	150,0000	150,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	ELEMENTO	1232	3,000	125,3330	376,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	LIMPA PARA-BRISA	1232	1,000	4,0000	4,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1233	1,000	550,0000	550,00
BIGGER CAMINHÕES LTDA	OLEO DE MOTOR	1232	11,000	40,5400	445,94
BIGGER CAMINHÕES LTDA	SPRAY DESENGRIPANTE	1232	1,000	14,9800	14,98
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TORNEIRA DE MESA PARA COZINHA	1215	2,000	149,5500	299,10
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TORNEIRA DE MESA PARA LAVATÓRIO	1215	1,000	325,4000	325,40
CASA E COMPANHIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	TORNEIRA INOX TEMPORIZADA	1215	4,000	165,0000	660,00
CLINICA DE ENDOCRINOLOGIA E MET. DRA. CAR	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1191	1,000	350,0000	350,00
CLINICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA	CONSULTAS NA AREA DE NEUROLOGIA		4,000	140,0000	560,00
CLINICA DE ORTOPEDIA E AC. MEDICA KUTZKE L	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1175	1,000	140,0000	140,00
CLINICA INVERNICI S/C LTDA	CONSULTAS NA AREA DE NEUROLOGIA	1187	1,000	300,0000	300,00
CLINICA MEDICA DALL' OGLIO	CIRURGIA DE COLECISTECTOMIA (PEDRA NA VESÍCULA)	1192	3,000	1,416,6660	4,250,00
CLINICA ODONTOMEDI LRS LTDA	CONSULTA NA AREA DE DERMATOLOGIA	1206	1,000	210,0000	210,00
CLINICA ORTOPEDIA E TRAUMATOLÓGICA FREI	CONSULTAS NA AREA DE ORTOPEDIA	1202	1,000	200,0000	200,00
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	HIDROTERAPIA	1167	24,000	40,0000	960,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1203	1,000	4,127,2100	4,127,21
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRE	MANGUEIRA MULTIUISO 3/8"	1212	2,000	4,9000	9,80
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO BASE FORTE EIRE	REGULADOR DE GÁS BLINDADO (VÁLVULA)	1212	1,000	22,0000	22,00
CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP	EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA CONSTRUÇÃO DE RAMPA DO POSTO DE SAUDE BAIRRO JARDIM BELA VISTA- SÃO JOSE OPERARIO E EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO AO POSTO DE SAUDE DO BAIRRO SANTO ANTONIO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.	1303	1,000	57,139,6500	57,139,65
CONSTRUTORA DECA LTDA - EPP	EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA MUROS EM BLOCO DE CONCRETO COM GRADE DE FERRO COM PERFIS CANTONIERA PARA FECHAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DA BARRA DO LEÃO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.	1304	1,000	28,929,2400	28,929,24
COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE C/	VENENO DECECANTE	1208	5,000	17,8800	89,40
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE	1169	24,000	3,9900	95,76
DEPACLIN CLINICA DE PAOLI S/C LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1231	1,000	200,0000	200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	AAS 500 MG COMPRIMIDOS	1221	1,000	3,2700	3,27
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	ACHEFLAN CREME	1221	2,000	46,6600	93,32
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	AMATO COMPRIMIDOS	1221	1,000	30,7900	30,79
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	ARCOXIA COMPRIMIDOS	1221	1,000	91,8000	91,80
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	DIOVAN AMLO FIX COMPRIMIDOS	1221	1,000	111,0700	111,07
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	ELOCOM CREME	1221	1,000	43,0100	43,01
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	FELDENE COMPRIMIDOS	1221	2,000	50,3500	100,70
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ FASE 400 GR	1204	6,000	26,9100	161,46
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1204	6,000	51,1200	306,72
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	SILILF 100 MG COMPRIMIDOS	1221	3,000	59,2900	177,87
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1182	1,000	1,000,0000	1,000,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1190	1,000	790,0000	790,00
ELETRONICA DALMOLIN LTDA ME	MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS DIVERSOS		1,000	85,0000	85,00
EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA	PUBLICAÇÕES LEGAIS	1279	3,000	593,3340	1,780,00
FABIANO FRANK - ME	SERVIÇOS MEDICOS DE ANESTESIOLOGIA, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL.	1294	3,500	13,000,0000	45,500,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	BENZIL PENICILINA 500.000 UI + AMPOLA DILUENTE	1226	2,000	18,5300	37,06
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ESMALTE DE UNHA	1200	360,000	1,9500	702,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	FORMULA MAGISTRAL	1223	1,000	93,0000	93,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1228	3,000	40,0000	120,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LIXA DE UNHA	1200	360,000	0,1200	43,20
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	PALITO DE UNHA	1200	360,000	0,1200	43,20
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	RETEMIC 5 MG COMPRIMIDOS	1227	3,000	32,1300	96,39
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ZOLPIDEM 10 MG COMPRIMIDOS	1225	2,000	32,3000	64,60
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ARTICO PO SACHE	1236	1,000	106,3500	106,35
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ARTROLIVE SACHE	1236	1,000	95,0000	95,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	AXETIL CEFUROXINA 250 MG	1236	2,000	59,0000	118,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BRONCHO VAXON 3,5 MG SACHE	1236	1,000	100,9000	100,90
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML USO IV/ IM AMP 1 ML	1236	1,000	8,7900	8,79
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML XAROPE 100 ML	1236	4,000	29,5000	118,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDOS	1236	1,000	23,3200	23,32
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARISOPRODOL	1236	1,000	16,0000	16,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CEFTRIAXONA SODICA	1236	2,000	38,0000	76,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CEFURAXIMA 250 MG	1236	2,000	100,6000	201,20
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CICLOBENZAPRINA 125 MG	1236	3,000	30,2500	90,75
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CITALOPRAM 20 MG	1236	1,000	37,8600	37,86
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CLONAZEPAM 2 MG COMP	1236	1,000	13,2400	13,24
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CLOXAZOLAM 2 MG	1236	1,000	34,8300	34,83
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DEXAMETASONA 10MG/2,5ML (4MG/ML) FOSFATO DISSODICO AMPOLAS	1236	5,000	9,0000	45,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DILTIAZEN 60 MG	1236	2,000	46,5000	93,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DIMENIDRINATO 25 MG/ML ASSOCIADO COM CLORIDRATO DE	1236	1,000	12,0700	12,07
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	PIRIDOXINA 5 MG FRASCO 20 ML	1236	1,000	64,0000	64,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	DIOVAN AMLO FIX COMPRIMIDOS	1236	3,000	43,0000	129,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ESCITALOPRAM 10 MG	1236	2,000	75,0000	150,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	EXODUS COMPRIMIDOS	1236	1,000	18,5700	18,57
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	FLUNARIZINA	1236	1,000	101,0000	101,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	GALVUS COMPRIMIDOS	1236	1,000	41,0000	41,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	HYABAK SOL	1236	1,000	13,6400	13,64
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	IBUPROFENO 300 MG COMP	1236	1,000	46,6300	59,56
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 800 GR	1235	12,000	29,5210	147,61
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ FASE 1 400GR	1235	5,000	43,7930	350,34
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE 400 GR	1235	8,000	22,6920	226,92
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1235	10,000	29,9100	59,82
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE NESTOGENO 2800 GR	1235	2,000	6,4000	12,80
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LIMBITROL	1236	2,000	84,0000	168,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MIRT AZAPINA 30 MG	1236	2,000	29,0000	58,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	PANTOPRAZOL 40 MG	1236	2,000	99,8000	199,60
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	QUETIAPINA	1236	1,000	9,8200	9,82
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	SULFAMETAXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG+80MG COMPRIMIDOS	1236	1,000	15,7200	15,72
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	VARFARINA SODICA	1236	2,000	55,0000	110,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	VECASTEN 30 CP	1236	2,000	67,0000	134,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	VENLAFAXINA 150 MG	1236	1,000	44,0000	44,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ZYPRED 6 ML	1280	1,000	348,0000	348,00
FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME	FLORES PAR AORNAMENTAÇÃO	1178	1,000	6,324,8600	6,324,86
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC,	EXAMES LABORATORIAIS	1199	13,000	45,0000	585,00
HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	PISO 46 x 46	1171	1,000	1,686,7100	1,686,71
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1301	1,000	2,611,7500	2,611,75
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1189	1,000	250,0000	250,00
HOSPITAL UNIVERS. SANTA TEREZINHA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1209	3,000	635,0000	1,905,00
INDUMED COM E EXP DE PRODUTOS MEDICOS L	ELETRODOS	1205	15,000	44,8000	672,00
JB COMERCIO DE GAS LTDA	GAS P13	1278	1,000	800,0000	800,00
JORNAL O CELEIRO - ALEXANDRE ALVADI DI DOM	PUBLICAÇÕES LEGAIS	1293	1,000	2,775,6100	2,775,61
LABORATORIO CLIN PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1176	1,000	3,094,9900	3,094,99
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1183	1,000	2,193,2600	2,193,26
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1302	1,000	1,100,0000	1,100,00
MARMORARIA CAMPONOVENSE LTDA	GRANITO OCRE	1302	0,420	400,0000	168,00
MARMORARIA CAMPONOVENSE LTDA	GRANITO PRETO	1302	4,000	8,0000	32,00
MARMORARIA CAMPONOVENSE LTDA	PARAFUSOS	1257	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1259	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1261	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Setembro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1264	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1269	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1272	1,000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	BALANCEAMENTO	1271	1,000	25,0000	25,00
MECANICA AP LTDA ME	BALANCEAMENTO	1274	1,000	25,0000	25,00
MECANICA AP LTDA ME	BOBINA DE IGNIÇÃO PARA MOTOR	1267	1,000	250,0000	250,00
MECANICA AP LTDA ME	CABO DE ATERRAMENTO	1267	1,000	30,0000	30,00
MECANICA AP LTDA ME	CABO DE VELA	1267	1,000	165,0000	165,00
MECANICA AP LTDA ME	CORREIA	1264	1,000	45,0000	45,00
MECANICA AP LTDA ME	CORREIA DENTADA	1264	1,000	70,0000	70,00
MECANICA AP LTDA ME	DIAGNOSTICO ELETRONICO	1268	1,000	40,0000	40,00
MECANICA AP LTDA ME	DIAGNOSTICO ELETRONICO	1274	1,000	40,0000	40,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE AR	1267	1,000	30,0000	30,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE AR	1272	1,000	55,0000	55,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE OLEO	1257	1,000	20,0000	20,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE OLEO	1269	1,000	20,0000	20,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE OLEO	1272	1,000	22,0000	22,00
MECANICA AP LTDA ME	GEOMETRIA	1271	1,000	40,0000	40,00
MECANICA AP LTDA ME	GEOMETRIA	1274	1,000	30,0000	30,00
MECANICA AP LTDA ME	JOGO DE VELA	1264	1,000	70,0000	70,00
MECANICA AP LTDA ME	JOGO DE VELA	1272	1,000	360,0000	360,00
MECANICA AP LTDA ME	MAO DE OBRA	1274	1,000	200,0000	200,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO DE OBRA COM SOCORRO	1268	1,000	35,0000	35,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1263	1,000	40,0000	40,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1266	1,000	120,0000	120,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1268	1,000	120,0000	120,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1258	3,500	22,0000	77,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1260	3,000	22,0000	66,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1262	3,000	22,0000	66,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1265	3,000	22,0000	66,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1270	4,500	22,0000	99,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1273	5,000	22,0000	110,00
MECANICA AP LTDA ME	PALHETA DE LIMPADOR	1257	2,000	24,0000	48,00
MECANICA AP LTDA ME	PASTILHA FREIO	1261	1,000	60,0000	60,00
MECANICA AP LTDA ME	PASTILHA FREIO	1272	1,000	100,0000	100,00
NNR - NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA RAGNIN	CONSULTAS NA ÁREA DE NEUROLOGIA	1298	1,000	150,0000	150,00
NNR - NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA RAGNIN	ELETROENCEFALOGRAMA	1298	1,000	150,0000	150,00
OSNI BOING E CIA LTDA	ASMAPEN 200 MG COMPRIMIDOS	1224	2,000	6,9600	13,92
OSNI BOING E CIA LTDA	ATENSINA 150 MG COMPRIMIDOS	1224	2,000	6,8500	13,70
OSNI BOING E CIA LTDA	CARVEDILOL 25 MG COMPRIMIDOS	1224	1,000	67,0100	67,01

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
OSNI BOING E CIA LTDA	DORFLEX COMPRIMIDOS	1224	2,000	4,0900	8,18
OSNI BOING E CIA LTDA	DORIL COMPRIMIDOS	1224	2,000	4,3800	8,76
OSNI BOING E CIA LTDA	GLIMEPIRIDA4 MG COMPRIMIDOS	1224	1,000	50,0600	50,06
OSNI BOING E CIA LTDA	Losartana potássica, 50 mg	1224	2,000	14,0700	28,14
OSNI BOING E CIA LTDA	NEOSALDINA 300 MG COMPRIMIDOS	1224	2,000	3,5100	7,02
OSNI BOING E CIA LTDA	RESFENOL	1224	1,000	24,5900	24,59
OSNI BOING E CIA LTDA	SAL DE FRUTAS ENO	1224	1,000	11,1100	11,11
OSNI BOING E CIA LTDA	SINVASMAX 40MG COMPRIMIDOS	1224	1,000	27,0000	27,00
P.J. COMERCIO DE VIDROS LTDA	MOLA DE PISO	1201	1,000	1,008,1000	1,008,10
P.J. COMERCIO DE VIDROS LTDA	MOLA HIDRÁULICA DE PISO P/ PORTA	1180	1,000	1,008,1000	1,008,10
PELLISER SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME	CONSULTAS NA AREA DE NEUROLOGIA	1297	1,000	150,0000	150,00
PONTO CERTO LTDA	CADEADO	1214	3,000	14,0100	42,03
PONTO CERTO LTDA	THINNER	1214	1,000	13,0000	13,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	SEGUROS	1326	1,000	8,888,7500	8,888,75
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	MATERIAIS HOSPITALARES DIVERSOS	1184	2,000	152,0000	304,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDOMEN TOTAL	1299	1,000	450,0000	450,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	1168	2,000	288,7500	537,50
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL	1299	2,000	288,7500	537,50
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1168	5,000	288,7500	1,343,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBAR	1299	6,000	288,7500	1,612,50
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	1168	1,000	288,7500	288,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE CRANIO	1299	4,000	288,7500	1,075,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE JOELHO	1299	5,000	288,7500	1,343,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1168	1,000	288,7500	288,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE OMBRO	1299	3,000	288,7500	806,25
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	1168	1,000	288,7500	288,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA DE QUADRIL	1299	1,000	288,7500	288,75
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	RESSONANCIA MAGNETICA SACRO ILIACAS	1299	1,000	288,7500	288,75
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1179	2,000	54,5400	109,08
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1207	1,000	53,8200	53,82
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1230	1,000	53,0900	53,09
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1207	5,000	66,0100	330,05
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1230	6,000	65,1600	390,96
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1179	7,000	87,4300	612,01
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1207	6,000	91,1900	547,14
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1230	3,000	82,1500	246,45
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1207	6,000	85,7100	514,26
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A LAGES - SC	1179	2,000	44,9600	89,92
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A SÃO PAULO - SP	1179	4,000	135,6200	542,48
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1170	6,000	400,0000	2,400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ECODOPPLER	1193	2,000	240,0000	480,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR	1193	2,000	138,6300	277,26
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLLUNA LOMBO SACRA	1193	3,000	101,1000	303,30
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1193	6,000	97,4400	584,64
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEIOS DA FACE	1193	2,000	97,4400	194,88
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1193	2,000	136,4100	272,82
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1197	1,000	85,1300	85,13
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	MULTAS	1198	1,000	191,5400	191,54
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	REGISTRO DE VEICULOS	1196	1,000	186,3600	186,36
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	TAXAS	1296	1,000	107,0500	107,05
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	1195	1,000	602,9200	602,92
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	1295	1,000	84,9300	84,93
SERRALHERIA CAMPOS NOVOS	CESTO DE FERRO PARA LIXEIRA	1174	2,000	475,0000	950,00
SERRALHERIA CAMPOS NOVOS	GRADE DE FERRO EM TUBO REDONDO	1174	2,000	366,0000	732,00
SERRALHERIA CAMPOS NOVOS	VARAL EM TUBO REDONDO	1174	1,000	177,0000	177,00
SERVITOM-SERV. TOMOGRAFIA COMP DE C.I.LT	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1217	1,000	340,0000	340,00
SERVITOM-SERV. TOMOGRAFIA COMP DE C.I.LT	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SEIOS DA FACE	1217	1,000	340,0000	340,00
SOC MAE DIVINA PROV HOSPITAL NOSSA SENHC	SERVIÇOS MEDICOS DE 40 HORAS SEMANAIS NO PSF BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA	1211	1,000	696,2900	696,29
SOLENI SURDI	COLETES	1222	8,000	41,0000	328,00
SOLENI SURDI	LENÇOS	1213	250,000	4,5000	1.125,00
UNIC UNIDADE INTEG. DE CARDIOLOGIA E PEDI#	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1173	70,000	20,0000	1.400,00
VIP COMERCIO DE VEICULOS LTDA	BOBINA DE IGNIÇÃO PARA MOTOR	1194	1,000	245,0000	245,00
VISTOCAR VISTORIAS VEICULARES	SERVICOS EM VEICULOS	1300	1,000	48,0000	48,00
VITAL CLINICA DO CORAÇÃO S/S LTDA	EXAMES DIVERSOS	1166	1,000	330,0000	330,00
W.M. FOTOGRAFIAS LTDA - ME	FOTOGRAFIAS	1219	5,000	2,0000	10,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1181	1,000	120,0000	120,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PARABRISA	1277	1,000	780,0000	780,00
Total Geral do Mês ---->				234.565,71	

COMPRAS EFETUADAS OUTUBRO/2014 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	ACETATO DE RETINOL (VIT. A) 50.000 UI +COLECALCIFEROL (VIT. D3) 10.000 UI FRASCO COM 10 ML	1341	160.000	10,8800	1.740,80
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	Acido Valpróico, 50 mg/mL, Xarope, frasco 100 mL	1341	50.000	1,9500	97,50
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 MG/ML ASSOCIADO COM DIPIRONA SODICA 333,4 MG/ML FRASCO 20 ML	1341	150.000	1,9000	285,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	Dipirona sódica,500 mg/ml, solução oral (gotas) 10 mL	1341	400.000	0,4600	184,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	MESILATO DE DIDROERGOCRISTINA 3 MG + DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 11,8 MG	1341	8.000.000	2,3300	18.640,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	Nifedipino, 20 mg comprimidos	1341	4.000.000	0,0300	120,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COMPRIMIDOS, CARTELAS COM 10 COMPRIMIDOS.	1340	70.000.000	0,0130	910,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Amoxicilina, associada com Clavulanato de potássio 500mg - comprimidos	1340	11.000.000	0,5800	6.380,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Glicazida, 30 mg, comprimido liberação controlada	1340	20.000.000	0,2120	4.240,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ISOSSORBIDA 20 MG	1340	20.000.000	0,0510	1.020,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDOS	1340	25.000.000	0,2820	7.050,00
ANDERSON CLAYTON PEREIRA	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1386	1.000	1.590,0000	1.590,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	AMOXICILINA+ CLAVULANATO DE POTASSIO - 50MG+12,5ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO EM VIDRO NA COR AMBAR -SUFICIENTE PARA 75 ML. APOS RECONSTITUIÇÃO.	1342	300.000	4,5900	1.377,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	OMEPRAZOL 20 MG - COMPR.	1342	210.000.000	0,0440	9.240,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO	1339	5.000.000	0,1450	725,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	BENZIL PENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI + AMPOLA DILUENTE (DEVE CONTER 1 AMPOLA DE DILUENTE PARA CADA AMPOLA DO MEDICAMENTO).	1348	500.000	5,5900	2.795,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	DOXAZOSINA 2 MG	1348	25.000.000	0,0690	1.725,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	1348	8.000.000	0,0640	512,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	NIMESULIDA 100 MG COMP	1348	35.000.000	0,0390	1.365,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	TRAMADOL 50 MG COMP	1348	25.000.000	0,1010	2.525,00
AUTO ELITE LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1389	1.000	4,7800	4,78
AUTO ELITE LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1389	1.000	25,7500	25,75
AUTO ELITE LTDA	FILTRO DE OLEO	1389	1.000	26,0600	26,06
AUTO ELITE LTDA	KIT CORREIA DE ACESSORIOS	1389	1.000	107,5500	107,55
AUTO ELITE LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1391	1.000	27,3000	27,30
AUTO ELITE LTDA	OLEO MOTOR DIESEL	1390	4.000	48,0000	192,00
AUTO MECANICA CD LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1396	1.000	2,0000	2,00
AUTO MECANICA CD LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO	1399	1.000	2,0000	2,00
AUTO MECANICA CD LTDA	ELIMINADOR DE RUÍDOS PARA FREIOS	1399	0,300	45,0000	13,50
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL	1396	1.000	91,0000	91,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO DE AR	1396	1.000	75,6000	75,60
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO DE OLEO	1396	1.000	46,0000	46,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FILTRO DE OLEO	1399	1.000	58,0000	58,00
AUTO MECANICA CD LTDA	FLUIDO DE FREIO PARA MASTER	1399	0,500	16,5000	8,25
AUTO MECANICA CD LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1398	1.000	60,0000	60,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO MECANICA CD LTDA	MAO DE OBRA MECANICA	1401	1,000	60,0000	60,00
AUTO MECANICA CD LTDA	OLEO DE MOTOR	1397	6,000	14,5000	87,00
AUTO MECANICA CD LTDA	OLEO DE MOTOR	1400	6,500	14,5000	94,25
AUTO MECANICA CD LTDA	PASTILHA DE FREIO	1399	1,000	132,0000	132,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	ANEL RETENTOR	1431	1,000	7,0000	7,00
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	FILTRO DE OLEO	1431	1,000	21,5000	21,50
AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	PEÇAS GEN GM	1431	4,000	45,0000	180,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	Albendazol, 40 mg/ mL, suspensão oral, frasco 10 mL	1336	250,000	0,8200	205,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	BENZOATO DE BENZILA 250 MG/ML FRASCO COM 60 ML	1336	100,000	1,3400	134,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	Complexo B, cartela com 10 comprimidos	1336	1,000,000	0,3600	360,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	SULFATO FERROSO 5MG/ML DE Fe++ SOLUCAO ORAL XAROPE FRASCO COM 120 ML	1336	125,000	1,5800	197,50
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L'	Acetofilina, 10 mg/mL xarope adulto, frasco 120 mL	1337	1,600,000	2,8500	4,560,00
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L'	CODEINA 30 MG + PARACETAMOL 500 MG COMP	1337	5,000,000	0,5180	2,590,00
CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L'	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG COMPRIMIDOS	1337	40,000,000	0,1180	4,720,00
CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTI	DESINCRUSTANTE ACIDO	1392	10,000	14,1000	141,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	Bromoprida 4mg/mL, gotas, frasco com 20 mL	1352	240,000	0,8240	197,76
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	CARVEDILOL 6,25 MG COMP	1352	2,000,000	0,1000	200,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	CIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO	1352	10,000,000	0,0500	500,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	DIAZEPAN 10MG COMPRIMIDOS	1352	20,000,000	0,0390	780,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16 MG COMP.	1352	21,000,000	0,2040	4,284,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	ENALAPRIL 20 MG - COMPRIMIDO	1352	35,000,000	0,0430	1,505,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	ENALAPRIL COMPRIMIDO 5 MG	1352	6,000,000	0,0630	378,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	Haloperidol, sal decaatoato 50mg/mL, solução injetável, 1 ml	1352	100,000	6,0000	600,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	Paracetamol, 200 mg/mL, solução oral, frasco 15 mL	1352	1,000,000	0,4200	420,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUT'	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME DERMATOLOGICO BISNAGA COM 30 GRAMAS	1352	125,000	2,9000	362,50
CLINICA MEDICA BELO MAR	CIRURGIA DE LAQUEADURA TUBÁRIA	1357	1,000	400,0000	400,00
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	HIDROTERAPIA	1355	48,000	40,0000	1,920,00
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	HIDROTERAPIA	1432	40,000	40,0000	1,600,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDOS	1350	12,000,000	0,0850	1,020,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CARVEDILOL 12,5 MG COMP	1350	6,000,000	0,0880	528,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG COMP	1350	30,000,000	0,2190	6,570,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	IBUPROFENO 300 MG COMP	1350	40,000,000	0,0580	2,320,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO	1350	4,000,000	0,1080	432,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	METILDOPA 500 MG COMPRIMIDO	1350	12,000,000	0,2400	2,880,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1373	1,000	1,663,7700	1,663,77
CONSTRUPISO - REINALDO & ELCI MAT. CONSTR	Divisória em Eucatex na cor branca com 2 portas com 10,06 metros de comprimento e 2,80 de altura	1427	38,000	75,0000	2,850,00
CONSTRUPISO - REINALDO & ELCI MAT. CONSTR	PERFIL	1427	20,000	7,5000	150,00
CONSTRUPISO - REINALDO & ELCI MAT. CONSTR	PORTA PARA DIVISÓRIAS	1427	2,000	150,0000	300,00
CONSULT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	DOPPLER	1382	1,000	220,0000	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CONSULT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	ULTRASSOM MORFOLÓGICO FETAL	1381	1.000	220.0000	220,00
CONSULT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	ULTRASSOM MORFOLÓGICO FETAL	1437	1.000	220.0000	220,00
COOPERATIVA REGIONAL DE CAMPOS NOVOS	LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE	1328	24.000	3.5000	84,00
COPERCAMPOS - COOP.REG. AGRO PECUARIA C	PIRULITOS	1461	50.000	3.5000	175,00
DAMEDÍ DÁMBROS COM DE MED LTDA	BROMIDRATO DE FENOTEROL 100 MCG SPRAY	1351	50.000	15.8900	794,50
DAMEDÍ DÁMBROS COM DE MED LTDA	Levonorgestrelina, 40 mg/ml, solução oral, frasco 20 mL	1351	100.000	7.4900	749,00
DAMEDÍ DÁMBROS COM DE MED LTDA	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG+80MG/10 ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60 ML	1351	150.000	1.2500	187,50
DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA ME	SONORIZAÇÃO	1385	1.000	1.450.0000	1.450,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	AMOXICILINA 200 MG COMPRIMIDO	1335	4.000.000	0.2400	960,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	AMOXICILINA 500 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	1335	20.000.000	0.2200	4.400,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Amoxicilina,50 mg/ml,pó para suspensão oral, frasco 60 ml	1335	100.000	1.4000	140,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	ANLÓDIPINO 10 MG COMPRIMIDO	1335	7.000.000	0.0300	210,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	AZITROMICINA 500 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	1335	2.500.000	0.6690	1.672,50
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 5MG + 2MG, INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	1335	900.000	2.3900	2.151,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	BIPERIDENO 2 MG COMPR.	1335	10.000.000	0.1770	1.770,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	CARBONATO DE CÁLCIO EQUIVALENTE 500 MG DE CÁLCIO ELEMENTAR + COLECALCIFEROL 400 UI	1335	15.000.000	0.5280	7.920,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	CIPROFLOXACINO 500 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	1335	9.000.000	0.3200	2.880,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	DICLOFENACO SAL SÓDICO 50 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE A SEGUINTE INFORMAÇÃO: NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.	1335	30.000.000	0.0600	1.800,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDOS	1335	20.000.000	0.0320	640,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - COMPRIMIDOS	1335	5.000.000	0.0250	125,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	MICONAZOL, 2 % CREME VAGINAL BISNAGA COM 80 GRAMAS COM NO MÍNIMO 7 APLICADORES.	1335	100.000	4.3000	430,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	SINVASTATINA 20 MG COMP	1335	140.000.000	0.0570	7.980,00
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ CONFORT 400 GR	1404	6.000	30.0500	180,30
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1404	10.000	51.0000	510,00
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	MASSAGEOL AEROSOL	1403	20.000	24.9475	498,95
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDOS	1403	1.000	38.0000	38,00
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	SAL DE FRUTAS ENO	1403	180.000	0.4000	72,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	COLONOSCOPIA	1460	2.000	325.0000	650,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA	1460	6.000	200.0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ULTRASSOM ABDOMINAL	1460	3,000	120.0000	360,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ULTRASSOM DE OMBROS DIREITO E ESQUERDO	1460	1,000	140.0000	140,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ULTRASSOM DE VIAS BILIARES	1460	1,000	90.0000	90,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ULTRASSOM OBSTÉTRICO	1460	1,000	100.0000	100,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1460	1,000	90.0000	90,00
ELETRONICA TV SOM LTDA	SERVIÇOS DE INFORMATICA	1370	1,000	55.0000	55,00
EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1333	1,000	2.485,7800	2.485,78
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	DEPAKOTE 500 MG	1378	1,000	77.1900	77,19
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	DEPAKOTE 500 MG	1379	1,000	57.8900	57,89
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	LEITE EM PÓ CONFORT 800 GR	1380	4,000	41.2000	164,80
FARMACIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	OLEPTAL 300 MG COMPRIMIDOS	1378	1,000	40.6100	40,61
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ALEGRA 6 MG 60 ML	1405	2,000	16.0800	32,16
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	ARTROLIVE COMPRIMIDOS	1405	1,000	51.0200	51,02
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CELEBRA 200 MG COMPRIMIDOS	1405	2,000	37.9600	75,92
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CEPACAINA SPRAY 50 ML	1405	1,000	21.2800	21,28
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	CICLOBENZAPRINA 5 MG COMPRIMIDOS	1405	1,000	15.2000	15,20
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	DIPIRONA SÓDICA 100 ML	1405	1,000	9.6200	9,62
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	EXELON 3 MG COMPRIMIDOS	1405	1,000	179.0000	179,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	IBUPROFENO 60 MG COMPRIMIDOS	1405	1,000	11.9000	11,90
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	KALOA 50 ML	1405	2,000	57.9200	115,84
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1406	5,000	32.6000	163,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	LINCOMICINA 600 MG	1405	1,000	7.4500	7,45
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	1365	3,000	86.4966	259,49
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MELOXICAM 15 MG COMPRIMIDOS	1405	1,000	18.7600	18,76
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	NOVAMOX 2x 400/57 MG 70 ML	1405	1,000	42.7300	42,73
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	PREGABALINA 75 MG COMPRIMIDOS	1405	1,000	55.8000	55,80
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	SERINGA 5 ML	1405	1,000	0.5200	0,52
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ALENTHUS XR 150 MG COMPRIMIDOS	1434	2,000	61.5100	123,02
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BETES 4 MG COMPRIMIDOS	1434	2,000	43.8200	87,64
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	BEUM 300 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	18.3200	18,32
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CAMBODART COMPRIMIDOS	1434	1,000	69.6300	69,63
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARBOLITIUM 300 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	23.3200	23,32
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CARDIZEM SR 90 MG COMPRIMIDOS	1434	2,000	23.9100	47,82
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	CITTA 20 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	34.3600	34,36
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	EPITEGEL GEL 10 G	1434	3,000	33.4900	100,47
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	EPITEZAN POM OFT 3,5 G	1434	3,000	10.4800	31,44
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ESPAÇADOR INAL AIR	1434	1,000	42.9000	42,90
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	GALVUS COMPRIMIDOS	1434	1,000	102.2600	102,26
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	GLIMEPIRIDA4 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	21.9000	21,90
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	HEIMER 10 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	38.6200	38,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	ISKEMIL 6 MG COMPRIMIDOS	1434	1,000	78,2600	78,26
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LACRIMA PLUS SOL OFT 15 ML	1434	5,000	15,0600	75,30
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 400 GR	1425	2,000	27,9800	55,98
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 400 GR	1426	6,000	25,0000	150,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 400 GR SEM LACTOSE	1425	2,000	48,0000	96,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 400 GR SEM LACTOSE	1426	6,000	47,0000	282,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 800 GR	1425	2,000	46,5000	93,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ CONFORT 800 GR	1426	9,000	34,8800	313,92
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ FASE 1 400GR	1426	2,000	31,0000	62,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ FASE 400 GR	1426	4,000	19,0200	76,08
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE EM PÓ SUPLEMENTO ALIMENTAR 400 GR	1426	2,000	33,5000	67,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MIOFENOLATO DE MOFETILA 500 MG COMPRIMIDOS	1435	1,000	426,0600	426,06
FISIOATIVA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA	FISIOTERAPIA	1330	10,000	30,0000	300,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC,	EXAMES LABORATORIAIS	1354	1,000	7.624,1700	7.624,17
GRAFICA FORNARALTD	MANUTENÇÃO DE CARIMBOS	1383	7,000	25,0000	175,00
GUSTAVO ZANATTAE CIA LTDA	INSTALAÇÃO DE PONTO DE INTERNET	1408	1,000	140,0000	140,00
GUSTAVO ZANATTAE CIA LTDA	SERVIÇOS DE INTERNET	1459	3,000	195,0000	585,00
HERVAL PLACAS PC LTDA	PLACAS	1361	1,000	125,0000	125,00
HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO & CIA LTDA	CIRURGIA DE AMIDLACTOMIA	1436	1,000	750,0000	750,00
HIPPER CENTER ALIMENTOS - ADELMO KREMER	LANCHE	1372	6,000	9,0000	54,00
HIPPER CENTER ALIMENTOS - ADELMO KREMER	REFEIÇÕES	1372	6,000	17,1633	102,98
HIPPER CENTER ALIMENTOS - ADELMO KREMER	REFRIGERANTE	1372	11,000	3,0000	33,00
HIPPER CENTER ALIMENTOS - ADELMO KREMER	SUCO DE FRUTAS	1372	1,000	4,0000	4,00
HOSPITAL NOSSA SENHORAS DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1462	1,000	1.373,5900	1.373,59
HOSPITAL UNIVERS. SANTA TEREZINHA	ANGIOTOMOGRAFIA	1366	1,000	400,0000	400,00
HOSPITAL UNIVERS. SANTA TEREZINHA	PUNÇÃO/BÍPSIA DE TIREÓIDE	1356	1,000	400,0000	400,00
HOSPITAL UNIVERS. SANTA TEREZINHA	TOMOGRAFIA COMPUTORIZADA DE CRANIO	1353	1,000	200,0000	200,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTD/	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO	1345	20,000,000	0,0740	1,480,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTD/	ESTROGENIO CONJ. 0,625 MG - COMPRIMIDOS	1345	1,200,000	0,4500	540,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTD/	Levodroxina sódica, 25 mcg comprimido	1345	15,000,000	0,1100	1,650,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTD/	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	1345	10,000,000	0,0430	430,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS	1364	1,000	59,0000	59,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	LENTE DE GRAU	1362	2,000	64,5000	129,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	LENTE DE GRAU	1363	2,000	134,5000	269,00
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	LENTE DE GRAU	1364	2,000	20,0000	40,00
LABORATORIO CLIN.PATOL.MARTINS LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1440	1,000	2.456,2100	2.456,21
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS		1,000	3.094,9900	3.094,99
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	1371	1,000	3.252,1400	3.252,14
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS		1,000	3.213,9900	3.213,99
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES LABORATORIAIS	1334	1,000	2.508,0200	2.508,02

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE	<p>EQUIPAMENTOS E MATERIAS PARA INSTALAÇÃO DE ALARMES: - 8 CENTRAL DE ALARME MONITORADA COM NO MÍNIMO 10 ZONAS: POSSUI TECLADO LCD, COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA TECNOLOGIA ETHERNET, OPÇÃO DE CONFIGURAÇÃO REMOTA VIA TCP/IP, SUPERVISÃO DO LINK ETHERNET COM INTERVALOS DE TEMPO CONFIGURÁVEIS, REPORTAGEM DE EVENTOS PARA 2 DESTINOS IP (EMPRESAS DE MONITORAMENTO), OPERAÇÃO COM IP FIXO OU DINÂMICO E ELIMINAÇÃO DE CUSTOS COM COMUNICAÇÃO DE DADOS, POIS UTILIZA A INFRA-ESTRUTURA DE REDE INTERNET DO PRÓPRIO CLIENTE. # SUPERVISÃO DO LINK ETHERNET COM INTERVALOS DE TEMPO CONFIGURÁVEIS # REPORTAGEM DE EVENTOS PARA 2 DESTINOS IP (EMPRESAS DE MONITORAMENTO) # OPERAÇÃO COM IP FIXO OU DINÂMICO # CAPACIDADE PARA CONEXÕES COM DESTINOS DNS # UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO TCP/IP COMO MEIO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS # DOWNLOAD E VISUALIZAÇÃO DOS ÚLTIMOS 256 EVENTOS COM REGISTRO DE DATA E HORA # ELIMINAÇÃO DE CUSTOS COM COMUNICAÇÃO DE DADOS, POIS UTILIZA A INFRAESTRUTURA DE REDE INTERNET DO PRÓPRIO CLIENTE # COMPATIBILIDADE COM A GRANDE MAIORIA DE MODEMS ADSL, HUBS E ROTEADORES DISPONÍVEIS NO MERCADO # FONTE CHAVEADA FULL RANGE DE 90-265 VAC # CONEXÃO DE ATÉ 4 TECLADOS E 4 RECEPTORES # ATÉ 2 PARTIÇÕES # IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIO POR CONTROLE REMOTO (OPCIONAL); # SISTEMA DE VERIFICAÇÃO DE SABOTAGEM DA FIAÇÃO DOS SENSORES E DOS DISPOSITIVOS DO BARRAMENTO (TECLADOS E RECEPTORES) # DETECÇÃO DE SOBRECARGA NA SAÍDA AUXILIAR, # DETECÇÃO DE CURTO E CORTE DA SIRENE # DETECÇÃO DE CORTE DA LINHA TELEFÔNICA, # 3 PROTOCOLOS DE COMUNICAÇÃO PARA TRAFEGAR VIA LINHA TELEFÔNICA; CONTACT ID, # CONTACT ID PROGRAMÁVEL E ADEMCO EXPRESS, # 2 CONTAS DE MONITORAMENTO, # REPORTAGEM NORMAL, DUPLA E SPLIT E 2 SAÍDAS PGM PROGRAMÁVEIS, # BLOQUEIO DE RESET, # AUTOATIVACÃO PROGRAMÁVEL POR INATIVIDADE OU AGENDADA POR HORÁRIO, # RECEPÇÃO DE ATÉ 128 DISPOSITIVOS SEM FIO (SENSORES/CONTROLES REMOTOS)1, # ZONA INTELIGENTE PROGRAMÁVEL # ZONAS DE INCÊNDIO, # CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DE ZONA, # CONFIGURAÇÃO DE ZONA 24 H COM AVISO SONORO, # FUNÇÃO PÂNICO E PÂNICO MÉDICO PELO TECLADO # TEMPO DE ENTRADA E SAÍDA PROGRAMÁVEIS, # TEMPO DE SIRENE PROGRAMÁVEL EM MINUTOS, # FUNÇÃO ANUNCIADOR DE PRESENÇA POR ZONA, # POSSIBILIDADE DE MAIS 50 SENHAS.</p> <p>- 112 SENSOR INFRAVERMELHO PASSIVO COM FIO: COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA DE TEMPERATURA, COBERTURA COM ÂNGULO DE 115° E ALCANCE DE 12M, TUDO ISSO, EVITANDO DISPAROS FALSOS CAUSADOS POR OBJETOS DA SUA CASA, # TECNOLOGIA DIGITAL DE DETECÇÃO MICROPROCESSADA, # 2 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE, # NÃO NECESSITA ARTICULADOR PARA INSTALAÇÃO NA PAREDE, # INFRAVERMELHO PASSIVO COM DUPLO, ELEMENTO, # ESTABILIZAÇÃO E AUTO TESTE EM APENAS 40 SEGUNDOS, # CONTATO NORMALMENTE FECHADO.</p> <p>- 8 BATERIA SELADA: # TENSÃO (V)12, # PESO MÉDIO (KG)2.300, # DIMENSÕES (C X L X A)150X65X95,5X100, # CAPACIDADE NOMINAL (AH)6.</p> <p>-21 MICROCÂMARA: É USADA PARA MONITORAMENTO DE PEQUENAS E MÉDIAS ÁREAS, COMO CORREDORES, ESCOLAS, FARMÁCIAS, ETC. #</p>	1360	1,000	38.156,8182	38.156,82

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	SONY 1/4" SUPER HAD CCD II - RESOLUÇÃO HORIZONTAL DE 380 LINHAS #LENTE DE 3,6 MM - 50 CÂMERA INFRA: É UMA CÂMERA DIGITAL INFRAVERMELHO COM ALTA RESOLUÇÃO DE IMAGEM. NO FORMATO BULLET, POSSUI DUAS OPÇÕES DE LENTE: 2,8 E 3,6 MM. CONTA COM 600 LINHAS DE RESOLUÇÃO, ICR (TROCA AUTOMÁTICA DE FILTRO) E PROTEÇÃO IP66, PODENDO SER INSTALADA EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, # 600 LINHAS DE RESOLUÇÃO HORIZONTAL. # SENSIBILIDADE 0 LUX (IR LIGADO). # ICR - TROCA AUTOMÁTICA DE FILTRO. # SINAL / RUÍDO > 52 DB. # USO INTERNO E EXTERNO. # 20 M DE ALCANCE IR # LENTE DE 2,8 MM OU 3,6 MM. - 05 GRAVADOR DE IMAGENS: CAPACIDADE PARA 8 CÂMERAS, # FACILIDADE PARA UTILIZAÇÃO COM A INTERNET. # VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS POR SMARTPHONES. # INTERFACE TOTALMENTE EM PORTUGUÊS. # GRAVAÇÃO DE 1 CANAL EM D1 30 FPS + DEMAIS CANAIS D1 7 FPS. # POSSUI PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO. # SUPORTA 1 DISCO RÍGIDO DE ATÉ 4 TB, # SAÍDA DE VÍDEO HDMI E VGA. # ACESSO WEB 3.0 - 03 GRAVADOR DE IMAGENS: CAPACIDADE PARA 16 CÂMERAS. # FACILIDADE PARA UTILIZAÇÃO COM A INTERNET. # VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS POR SMARTPHONES. # INTERFACE TOTALMENTE EM PORTUGUÊS. # GRAVAÇÃO DE 1 CANAL EM D1 30 FPS + DEMAIS CANAIS D1 7 FPS. # POSSUI PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO. # SUPORTA 1 DISCO RÍGIDO DE ATÉ 4 TB, # SAÍDA DE VÍDEO HDMI E VGA. # ACESSO WEB 3.0 - 16 CONVERSOR DE PAR TRANÇADO, ALCANCE DE 400 A 600 MT, PROTEÇÃO DE FURTO, PODE SER UTILIZADO COM CAT 4 E CAT 5 - 08 SIRENES 120 DB V 10 A 15, CORRENTE 200 MA UNIVERSAL. - 71 FONTE DE ALIMENTAÇÃO, TENSÃO SÓLIDA 12 VDC, 1 AMPER, ALIMENTAÇÃO 90 A 240 VAC, PINO INVERTIDO PARA USO EM RÉGUA. - 1 SENSOR IVA, FEIXE DUPLO, USO EXTERNO, CONTROLE DE VELOCIDADE DE ZONA, MASCARA DE NEBLINA, ALCANCE 100 MTS. - 2.090 MTS CABO CCI, 4 X 40. - 1.540 MTS CABO COAXIAL, 4 MM, FLEXÍVEL, BIPOLAR ACOPLADO. - 600 MTS CABO DE REDE UTP, DIÂMETRO DO CONDUTOR (AWG) 24, NÚMERO DE PARES TRANÇADO 4, MATERIAL DA CAPA EXTERNO PVC, PADRÃO CAT5. MONITORAMENTO DE ALARME PARA O POSTO DE SAÚDE JARDIM BELA VISTA, POSTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA, POSTO DE SAÚDE BOA VISTA/COAB, POSTO DE SAÚDE SÃO SEBASTIÃO, POSTO DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO, POSTO DE SAÚDE SENHOR BOM JESUS, POSTO DE SAÚDE JARDIM BELA VISTA E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL. SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA (MATERIAL E SERVIÇO) PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA. Acetofilina, 5 mg/ml, xarope infantil, frasco 120 mL AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDOS AMITRIPTILINA 25 MG - COMPR. AZITROMICINA 200 MG/ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO SUFICIENTE PARA 15 ML APOS RECONSTITUIÇÃO DIGOXINA 0,25 MG, COMPRIMIDO	1358	3.000	895,0000	2.685,00
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE					
MAI COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELE		1359	1.000	2.593,1818	2.593,18
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS		1349	500,000	2,4000	1.200,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS		1349	10.000,000	0,0270	270,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS		1349	30.000,000	0,0420	1.260,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS		1349	100,000	2,1500	215,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS		1349	6.000,000	0,0360	216,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	ESPIRINOLACTONA 25 MG COMP	1349	6.000.000	0,0770	462,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	FLUOXETINA 20 MG COMP	1349	45.000.000	0,0420	1.890,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML FRASCO COM 60 ML	1349	200.000	2,3900	478,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Ibuprofeno, 100mg/mL suspensão oral, frasco 20 mL	1349	300.000	1,8990	569,70
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Loratadina, 1 mg/mL xarope frasco com 100 mL	1349	300.000	1,8900	507,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Metoclopramida, cloridrato 4 mg/mL solução oral frasco 20 mL	1349	300.000	0,4690	140,70
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	METRONIDAZOL 250 MG COMP	1349	7.000.000	0,0670	469,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDOS	1349	7.000.000	0,0720	504,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	RANITIDINA 150 MG - COMPR.	1349	10.000.000	0,0720	720,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ALPRAZOLAN 0,5 MG COMPRIMIDOS	1347	6.000.000	0,0900	540,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ANLODIPINO 5 MG COMP	1347	18.000.000	0,0220	396,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	BENZIL PENICILINA BENZATINA 600.000 UI + AMPOLA DILUENTE (DEVE CONTER 1 AMPOLA DE DILUENTE PARA CADA AMPOLA DO MEDICAMENTO).	1347	100.000	5,8500	585,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DAPIRONA SODICA E HIDROXICOBALAMINA AMPOLA 1:1,5 MG + 500 MG/ML AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO CONJUNTO INJETAL	1347	400.000	9,1200	3.648,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DIMENIDRINATO 25 MG/ML ASSOCIADO COM CLORIDRATO DE PRIDOXINA 5 MG FRASCO 20 ML	1347	100.000	2,2300	223,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12 MCG EM CAPSULA + INALADOR	1347	2.000.000	0,6600	1.320,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	IMPRAMINA 25 MG COMP	1347	2.000.000	0,1300	260,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	METOCLOPRAMIDA 10 MG COMP	1347	8.000.000	0,0520	416,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	NITROFURANTOINA 100 MG COMPRIMIDOS	1347	2.000.000	0,1260	252,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	PROPANOLOL 40 MG COMP.	1347	3.000.000	0,0140	42,00
MECANICA AP LTDA ME	ADITIVO PARA RADIADOR	1413	1.000	30,0000	30,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1411	1.000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1413	1.000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1418	1.000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	ANEL BUJÃO	1420	1.000	1,0000	1,00
MECANICA AP LTDA ME	BOMBA DA ÁGUA	1413	1.000	140,0000	140,00
MECANICA AP LTDA ME	CABO DE VELA	1423	1.000	140,0000	140,00
MECANICA AP LTDA ME	CALOTA DO CUBO TR	1420	1.000	5,0000	5,00
MECANICA AP LTDA ME	CINTA PLÁSTICA	1409	4.000	0,5000	2,00
MECANICA AP LTDA ME	CONTRAPINO DO CUBO TR	1420	1.000	1,5000	1,50
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE OLEO	1418	1.000	20,0000	20,00
MECANICA AP LTDA ME	FILTRO DE OLEO	1420	1.000	20,0000	20,00
MECANICA AP LTDA ME	JOGO DE VELA	1423	1.000	70,0000	70,00
MECANICA AP LTDA ME	KIT CORREIA DENTADA E TENSOR	1413	1.000	160,0000	160,00
MECANICA AP LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1410	1.000	60,0000	60,00
MECANICA AP LTDA ME	MAO DE OBRA MECANICA	1415	1.000	160,0000	160,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1417	1.000	60,0000	60,00
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1422	1.000	30,0000	30,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AP LTDA ME	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	1424	1,000	30,0000	30,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1412	3,000	22,0000	66,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1414	3,000	22,0000	66,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1419	3,500	22,0000	77,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	1421	4,500	22,0000	99,00
MECANICA AP LTDA ME	REPARO ESTABILIZADOR DT	1416	4,000	15,0000	60,00
MECANICA AP LTDA ME	SUPORTE DE TENSOR LD	1416	1,000	65,0000	65,00
MECANICA AP LTDA ME	SUPORTE DE TENSOR LE	1416	1,000	65,0000	65,00
MECANICA AP LTDA ME	TERMINAL DE DIREÇÃO	1409	1,000	45,0000	45,00
MECANICA AP LTDA ME	VALVULA TERMOSTÁTICA	1413	1,000	65,0000	65,00
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTD.	FUMARATO DE FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG EM CAPSULA + INALADOR	1344	10,000,000	0,8900	8,900,00
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTD.	FUMARATO DE FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 400 MCG EM CAPSULA PO INALANTE SEM FRASCO INALADOR	1344	30,000,000	0,7900	23,700,00
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	BORRACHA DE PORTA (SAVEIRO MGP-9410)	1376	1,000	1,757,2500	1,757,25
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	BORRACHA TAMPA TRASEIRA (SAVEIRO MGP-9410)	1376	2,000	93,6700	187,34
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL DE MILHA ESQUERDO (MASTER SAMU MJB-2821)	1376	1,000	85,7800	85,78
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL DIANTEIRO DIREITO (PRISMA MIX-2843)	1377	1,000	490,0400	490,04
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL ESQUERDO (MASTER MEG-7748)	1376	1,000	414,1200	414,12
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FAROL ESQUERDO E DIREITO (DUCATO MHK-9779)	1376	1,000	1,030,3700	1,030,37
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	FECHADURA TAMPA TRASEIRA (SAVEIRO MGP-9410)	1376	2,000	828,2400	1,656,48
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GRADE (MASTER SAMU MJB-2821)	1376	1,000	123,0000	123,00
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GRADE DIANTEIRA (DUCATO MHK-9779)	1377	1,000	345,3000	345,30
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GUIA PORTA CENTRAL INFERIOR (SPRINTER MIM-2024)	1376	1,000	276,0800	276,08
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	GUIA PORTA INFERIOR (SPRINTER MIM-2024)	1376	1,000	177,4800	177,48
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	LÂMPADA FAROL H1 (DUCATO MHK-9779)	1376	1,000	177,4800	177,48
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	LÂMPADA FAROL H7 (DUCATO MHK-9779)	1376	2,000	45,2900	90,58
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MAÇANETA INTERNA (SPRINTER MFL-9978))	1376	2,000	67,4400	134,88
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MAÇANETA PORTA EXTERNA CENTRAL (SPRINTER MIM-2024)	1376	1,000	118,3200	118,32
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA (MASTER SAMU MJB-2821)	1374	1,000	162,6900	162,69
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA (SPRINTER MIM-2024)	1375	39,000	31,6800	1,235,52
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (DUCATO MHK-9779)	1375	2,000	31,6800	63,36
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (PRISMA MIT-0266)	1375	28,000	31,6800	887,04
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (PRISMA MIT-0336)	1375	10,000	37,4700	374,70
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (PRISMA MIT-0436)	1375	8,000	37,4700	299,76
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (PRISMA MIT-0436)	1375	6,000	37,4700	224,82
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA E PINTURA (SAVEIRO MGP-9410)	1375	35,000	37,4700	1,311,45
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA PINTURA (PRISMA MIX-2843)	1375	33,000	37,4700	1,236,51
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MÃO DE OBRA PINTURA (VOYAGE MLB 3783)	1375	20,000	37,4700	749,40
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	MOLDURA DO VIDRO (SAVEIRO MGP-9410)	1376	2,000	108,4600	216,92
PUCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PAINEL DIANTEIRO (DUCATO MHK-9779)	1376	1,000	916,9800	916,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARA BARRO DIREITO (PRISMA MIX-2843)	1376	1.000	79,2000	79,20
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARA BARRO ESQUERDO (MASTER SAMU MJB-2821)	1377	1.000	129,8900	129,89
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARA CHOQUE DIANTEIRO (DUCATO MHK-9779)	1376	1.000	1.096,4300	1.096,43
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARA CHOQUE DIANTEIRO (MASTER SAMU MJB-2821)	1377	1.000	1.359,2700	1.359,27
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PARA CHOQUE DIANTEIRO (VOYAGE MLB 3783)	1376	1.000	581,9000	581,90
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	QUADRO DO RADIAADOR (MASTER SAMU MJB-2821)	1377	1.000	2.421,1300	2.421,13
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	RADIADOR (MASTER MEG-77748)	1376	1.000	1.043,2600	1.043,26
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	RADIADOR D'AGUA (DUCATO MHK-9779)	1376	1.000	1.104,3200	1.104,32
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	SUPORTE PARA CHOQUE ESQUERDO (MASTER SAMU MJB-2821)	1377	1.000	140,9500	140,95
PRODIET FARMACEUTICA S.A.	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200 MG + 50 MG COMP	1343	4.000,0000	0,5800	2.320,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	ACIDO FOLICO 5 MG COMPRIMIDO	1346	11.000,0000	0,0170	187,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	Cetoconazol, 20 mg/ g creme tópico, 20 gramas	1346	60,0000	1,0700	64,20
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	OLEO MINERAL FRASCO COM 100 ML	1346	100,0000	1,5900	159,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	PARACETAMOL 750 MG COMPRIMIDOS - CARTELAS 10 COMPRIMIDOS	1346	50.000,0000	0,0420	2.100,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG DE Fe ²⁺	1346	16.000,0000	0,0320	512,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	VERAPRAMIL 80 MG	1346	1.500,0000	0,0620	78,00
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC		2.000	54,1250	108,25
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CHAPECÓ - SC	1407	2.000	54,1800	108,36
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR		9.000	65,8670	592,80
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1407	3.000	131,3800	394,14
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A CURITIBA - PR	1438	2.000	65,9700	131,94
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC		2.000	81,0700	162,14
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1384	2.000	81,6100	163,22
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1407	1.000	82,1500	82,15
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A FLORIANÓPOLIS - SC	1438	6.000	88,1430	528,86
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A JOINVILLE - SC	1438	4.000	93,9100	375,64
REUNIDAS S/A - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGEM A SÃO PAULO - SP	1407	1.000	542,4600	542,46
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS	1402	1.000	1.000,0000	1.000,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	1338	10.000,0000	0,0210	210,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CAPTAPRIL 50 MG - COMP	1338	40.000,0000	0,0300	1.200,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	DILTIAZEN 60 MG	1338	1.400,0000	0,1240	173,60
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	DIMETICONA 40 MG	1338	3.000,0000	0,0600	180,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	METRONIDAZOL ASSOCIADO COM NISTATINA 100 MG + 20.000 UI/G	1338	150,0000	5,1350	770,25
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CREME VAGINAL- BISNAGA 50 GR, COM NO MINIMO 7 APLICADORES.				
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	NISTATINA 25.000 UI/G, CREME VAGINAL- BISNAGA 60 GRAMAS COM NO MINIMO 7 APLICADORES	1338	100,0000	3,0370	303,70
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	PREDINSONA 20 MG ACONDICIONADO DE FORMA UNITARIZADA	1338	13.000,0000	0,1270	1.651,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CONSTATANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO DELIMITADA POR PICOTE, A SEQUINTE INFORMACÃO: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE.				
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	DENSITOMETRIA OSSEA	1393	1.000	170,0000	170,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR	1394	3.000	138,6300	415,89

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR	1395	2,000	277,2600	554,52
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	1394	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1393	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1394	3,000	101,1000	303,30
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO SACRA	1395	1,000	101,1000	101,10
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1394	2,000	97,4400	194,88
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	1395	6,000	97,4400	584,64
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	1394	2,000	136,4100	272,82
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA JOELHO	1395	1,000	86,7500	86,75
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA VIAS URINARIAS	1395	1,000	138,6300	138,63
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSOM MORFOLÓGICO FETAL	1393	1,000	350,0000	350,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO COTOVELO	1393	1,000	160,0000	160,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO JOELHO	1393	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO MAO	1393	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO MID	1393	1,000	250,0000	250,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA MAMAS	1393	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA SUPERFICIAIS	1393	1,000	80,0000	80,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	1393	1,000	80,0000	80,00
UNIC UNIDADE INTEG. DE CARDIOLOGIA E PEDI#	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	1441	66,000	20,0000	1.320,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	BORRACHA PARA BRISA	1429	1,000	80,0000	80,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	JOGO DE PALHETA	1429	1,000	100,0000	100,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PARABRISA	1430	1,000	120,0000	120,00
WALTER PEÇAS E ACESSORIOS LTDA	PELÍCULA	1428	6,500	40,0000	260,00
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ADAPTADOR P/ CX D'AGUA C/ BOR 25x3/4	1327	1,000	6,4400	6,44
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ADAPTADOR P/ CX D'AGUA C/ BOR 32x1	1327	1,000	10,2300	10,23
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ADAPTADOR P/ CX D'AGUA C/BOR 20x1/2	1327	2,000	7,1200	14,24
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ADESIVO BISNAGA 75 GR INCOLOR	1327	1,000	5,6300	5,63
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ANEL DE BORRACHA 50 MM	1327	10,000	1,4900	14,90
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. CURTA 32x25	1327	1,000	0,9400	0,94
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. CURTA 40x32	1327	1,000	1,9200	1,92
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	CAIXA D'AGUA 500 LT COMPLETA	1327	2,000	194,7600	389,52
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	CURVA 90 CURTA 40 MM	1327	2,000	4,4600	8,92
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ENGATE FLEX. AÇO INOX TRANCADO 1/2x40 CM	1327	1,000	18,7700	18,77
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ENGATE FLEX. AÇO INOX TRANCADO 1/2x50 CM	1327	8,000	20,4000	163,20
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	ENGATE FLEXÍVEL INOX PIAGUA 1000M x 1/2	1327	1,000	42,2100	42,21
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	FECHADURA CILINDRICA 90MM	1327	2,000	30,3400	60,68
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	FITA VEDA ROSCA 18MM x 10M	1327	1,000	3,7300	3,73
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	FITA VEDA ROSCA 18MM x 25MM	1327	3,000	7,0800	21,24
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	JOELHO 45° 40 MM	1327	4,000	1,9200	7,68
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	JOELHO 90 50 MM	1327	2,000	2,4900	4,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Outubro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	JOELHO 90 SOLDÁVEL 20 MM	1327	6,000	0,6900	4,14
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	JOELHO 90 SOLDÁVEL 25 MM	1327	4,000	0,7600	3,04
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	JOELHO ESGOTO SECUNDÁRIO 40 MM	1327	1,000	1,4600	1,46
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	LUVA 50MM	1327	2,000	2,4500	4,90
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	LUVA LR 25x3/4	1327	2,000	3,2000	6,40
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	LUVA SOLDÁVEL 20 MM	1327	13,000	0,8000	10,40
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	MASSA CALAFETAR 350 GR	1327	1,000	9,3000	9,30
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	NIPLE DUPLO 1/2	1327	3,000	7,4500	22,35
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	REGISTRO ESFERA 20 MM PVC SOLDÁVEL	1327	3,000	5,3600	16,08
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	REGISTRO ESFERA 32 MM PVC SOLDÁVEL	1327	1,000	13,6900	13,69
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	REGISTRO ESFERA P/ MÁQUINA DE LAVAR	1327	2,000	28,4500	56,90
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TE 1/2	1327	2,000	21,9200	43,84
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TORNEIRA BÓIA P/ CX D'AGUA 1/2 E 3/4	1327	2,000	19,8300	39,66
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO ESGOTO PRIMÁRIO 50 MM	1327	0,500	5,7500	2,88
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO ESGOTO SECUNDÁRIO 40 MM	1327	1,000	4,9400	4,94
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO EXTENSIVO PORCA POLIPROPILENO	1327	8,000	6,9100	55,28
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO EXTENSOR DUPLO P/ TANQUE E PIA	1327	1,000	15,3500	15,35
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO SOLDÁVEL 20 MM	1327	1,000	1,8000	1,80
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	TUBO SOLDÁVEL 25 MM	1327	1,800	2,6400	4,75
ZONTA ELETRICIDADE LTDA	VEDA ROSCA LIQUIDO 30GR	1327	1,000	7,6100	7,61
Total Geral do Mês ---->					325.688,81

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 077/2014**

PORTARIA SAMAE CNO 077/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, de acordo com o art. 25 da Lei Complementar nº 12/2011, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder adicional por titulação, em nível de graduação, a partir desta data, a servidora Leticia Alves Ribeiro, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1 por concluir o Curso Superior de Ciências Biológicas.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATOS Nº 226/2014 E 227/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 226/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RODRIGUES & CAMARGO LTDA. - EEP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para ampliação em 64,00 m2 (sessenta e quatro metros quadrados) da Escola de Educação Básica Municipal Profª Maria de Lourdes Nicolau Zimermann, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. VALOR: o valor global de R\$-64.100,00 (sessenta e quatro mil e cem reais). FONTE DO RECURSO: 4.4.9 0.00.00.00.00.00.00.1.001 (165) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá o prazo de duração de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Canelinha (SC), 26 de novembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 227/2014.TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETRICOS Nº 188 /2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Materiais Elétricos nº. 188/2014 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: Com o acréscimo quantitativo estabelecido na cláusula anterior o valor previsto no Contrato Administrativo de Fornecimento de Materiais Elétricos nº. 188/2014 passa de R\$ 41.148,00 (quarenta e um mil cento e quarenta e oito reais), para perfazer o valor global de R\$ 51.435,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais), sendo aditivado o valor de R\$ 10.287,00 (dez mil duzentos e oitenta e sete reais), conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento.

Canelinha/SC., 01 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

C

EXTRATO CONTRATO Nº 18/2014 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 018/2014. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais diversos, para manter as atividades do SEMAIS, conforme materiais descritos no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº. 08/2014, Pregão Presencial nº. 08/2014 (processo nº 09/2014, Licitação nº 09/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-17.264,50 (dezessete mil duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.51.00.00.00.00.2000 (013) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014.

Canelinha (SC), 26 de novembro de 2014.

GILBERTO ROSA
DIRETOR DO SEMAIS.**EXTRATO EDITAL 18/2014 - FHC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 18/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial 17/2014

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade, de medicamentos destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal, para o exercício 2015, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de dezembro de 2014 às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 02 de dezembro de 2014.

MARILITA MICHELI GONÇALVES
Diretora Administrativa**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANELINHA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Rua Manoel Francisco Correa nº. 417 - Caixa Postal 02

88230-000 - Canelinha - SC - CNPJ: 00.525.967/0001-97

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

A Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, através da Comissão de Justiça e Redação, com a finalidade de atendimento ao princípio comunitário e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, nos termos do inciso I, do § 4º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001), e do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, visando à atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos:

1. MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei Complementar nº 4, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Canelinha e dá outras providências, mediante proposta de iniciativa do Poder Legislativo, com auxílio dos técnicos da área de Planejamento Urbano e Jurídica do Município e da Câmara de Vereadores, representada pelo Projeto de Lei Complementar nº 01/2014;

2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 10 de dezembro de 2014, com sua instalação marcada para as 18 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, sito à Rua Manoel Francisco Corrêa, nº 417, Bairro Areão, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina;

3. PARTICIPANTES: Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar sua inscrição até as 13:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014, junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Canelinha;

4. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA INTEGRA E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2011: O edital e o projeto de lei estarão disponíveis a partir desta data, no horário das 08:00 às 13:00 horas, no mesmo endereço supracitado. Outros esclarecimentos pelo telefone (48) 3264-0033.

Canelinha, 25 de novembro de 2014.

ANTÔNIO CARLOS FLORES

Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 140/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 207/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 140/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/12/2014, às 10h05min, licitação LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 06 (SEIS) BANHEIROS QUÍMICOS PARA AS FESTIVIDADES NATALINAS, NA PRAÇA DO CENTENARIO UBALDO RICARDO DA SILVA, NOS DIAS 18, 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2014. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 15/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 141/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 208/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 141/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/12/2014, às 11h05min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SEGURANÇA HUMANA DESARMADA PARA OS SHOWS DO NATAL FELIZ 2014 NA PRAÇA DO CENTENARIO UBALDO RICARDO DA SILVA, NOS DIAS 18, 19, E 20/12/2014. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 15/12/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 30/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 46/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMS 30/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/12/2014, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR TREINAMENTO DE MAPEAMENTO INTELIGENTE PARA OS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 09h00min do dia 17/12/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 132/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 195/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 132/2014
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que em virtude da não publicação do edital na imprensa local no prazo legal, alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 16/12/2014, ficando estipulado os seguintes horários: às 11h00min (entrega) e 11h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0246/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0246/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada.: GRATT ADMINISTRADORA DE BENS S A
Valor.....: 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
Vigência.....: Início: 27/11/2014 Término: 27/11/2015
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2014 Processo_Licitatório.....: 000161 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Locação de imóvel para a Casa do Cidadão, para abrigar o Procon, Junta do Serviço Militar - JSM, Conselho Tutelar, SINE, Balcão de Atendimento do Simae, Balcão do Empreendedor, Secretaria dos Diversos Conselhos Municipais e Assistência Social e Setor de Habitação, localizado no Lote 03 da Quadra 31, da Av. XV de Novembro, 350, Centro, na cidade de Capinzal, com terreno de 1.365 m², tendo uma edificação de dois pavimentos, de propriedade de Gratt Administradora de Bens Ltda.
Capinzal, 1 de Dezembro de 2014

FMS ATA/CONTRATO 0111/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0111/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada.: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.
Valor.....: 91.364,58 (noventa e um mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência.....: Início: 01/12/2014 Término: 01/12/2015
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014 Processo_Licitatório.....: 00048 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.
Capinzal, 2 de Dezembro de 2014

FMS ATA/CONTRATO 0112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0112/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada.: GRK COMERCIO DE PNEUS LTDA
Valor.....: 24.657,00 (vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais)
Vigência.....: Início: 01/12/2014 Término: 01/12/2015
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014 Processo_Licitatório.....: 00048 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.
Capinzal, 2 de Dezembro de 2014

FMS ATA/CONTRATO 0113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0113/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada.: RENATO PNEUS E ACESSORIOS LTDA - ME
Valor.....: 18.720,00 (dezoito mil setecentos e vinte reais)
Vigência.....: Início: 01/12/2014 Término: 01/12/2015
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014 Processo_Licitatório.....: 00048 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.
Capinzal, 2 de Dezembro de 2014

FMS ATA/CONTRATO 0114/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0114/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada.: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA
Valor.....: 30.115,00 (trinta mil cento e quinze reais)
Vigência.....: Início: 01/12/2014 Término: 01/12/2015
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2014 Processo_Licitatório.....: 00048 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.
Capinzal, 2 de Dezembro de 2014

SIMAE**PORTARIA N º 47/2014/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 047/2014/SIMAE-CAO, de 02 de dezembro de 2014. Designa comissão para fiscalização da implantação e recebimento da Estação de Tratamento de Esgoto do Loteamento Poente do Sol.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Designar os servidores ADEMAR DE GIACOMETI, CRISTINA DA SILVA, DIONISIO ALZIR ROSSET e MARCELO LAGO, para comporem a Comissão de Fiscalização da implantação e recebimento da Estação de Tratamento de Esgoto para atendimento do Loteamento Poente do Sol, no município de Capinzal/SC.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/44/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/44/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 83.159.087/0001-71

OBJETO: MODERNIZAÇÃO DO ATUAL SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DO SIMAE, ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL VHF (COM FORNECIMENTO DE ART).

VALOR: R\$ 119.000,00 (CENTO E DEZENOVE MIL REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2014

VIGÊNCIA: 02/12/2014 A 02/03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/35/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/35/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0370/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de tubo em ferro fundido dúctil, classe k7, DN 300 mm.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 10:00 horas, do dia 15 de dezembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 03 de dezembro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.033, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.033, de 28 de novembro de 2014.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que neste ano de 2014, o Natal de Jesus Cristo (25 de dezembro), bem como a Confraternização Universal de 2014 (1º de Janeiro), situam-se em quintas-feiras, portanto, praticamente no meio da semana;

CONSIDERANDO, que tradicionalmente a demanda de serviços públicos é reduzida nestas semanas;

CONSIDERANDO, que o Município vem enfrentando dificuldades financeiras e que a paralisação das atividades da Prefeitura, traduz-se em significativa economia para os cofres públicos municipais;

CONSIDERANDO, que o ícone do consumismo vem substituindo a cultura do encontro e da presença das pessoas em família, situação que enseja a necessidade de proporcionar condições para que o servidor público municipal possa reavivar a espiritualidade natalina junto a seus familiares;

CONSIDERANDO, a intenção de valorizar o servidor público municipal, proporcionando-lhe quatorze (14) dias de descanso entre o dia 22 de dezembro de 2014, ao dia 4 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal entre os dias 22 de dezembro de 2014 a 4 de janeiro de 2015, à exceção dos sábados, domingos e feriados, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 5 de janeiro de 2015.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto possui calendário próprio de atividades, razão pela qual o presente Decreto a ele se conforma.

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Planejamento estabelecerão escala entre os funcionários, bem como a forma de plantão para atividades internas e outros atendimentos de urgência aos cidadãos.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social fixará escala de trabalho e regime de atendimento de modo a garantir o atendimento mínimo aos usuários.

§ 4º A Secretaria Municipal de Infraestrutura, mediante ato interno, disciplinará a forma de atendimento para casos de emergência, além de manter as atividades essenciais da Secretaria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 28 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 15 de dezembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 03 de dezembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

LEI N. 1.234

LEI Nº. 1.234, de 26 de novembro de 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO COM O INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal provou e eu sancino a presente Lei.

Art. 1º Ficam autorizados os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações, através do chefe do Poder Executivo, a firmar contrato com o INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - EIL/SC, entidade educacional com sede na Rodovia Admar Gonzaga, n. 2765, bairro Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.843.912/0001-52, que tem por objeto possibilitar, por meio da realização de estágio o desenvolvimento no ambiente de trabalho, a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, junto ao CONCEDENTE, de acordo com o disposto na Lei nº. 11.788/2008.

Art. 2º A execução do Contrato firmado entre o Município de Cocal do Sul através da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, efetuará mensalmente ao IEL/SC o pagamento de R\$ 30,00(trinta reais) por estagiário que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio.

Art. 3º O presente Contrato parte integrante desta Lei, entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 05(cinco) anos, podendo ser alterado através de Termos Aditivos, bem como rescindido por qualquer das partes desde que notificada a outra, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, por escrito.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.233

LEI N. 1.233, de 26 de novembro de 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço Saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso do veículo FIAT, modelo SIENA ESSENCE 1.6, tipo utilitário, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2014, modelo 2015, cor vermelha, chassi n. 9BD197163F3231779, placa OKG 5538, com todos os equipamentos obrigatórios, com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Os bens descritos no "caput", deste artigo destinam-se exclusivamente para a execução dos serviços de bombeiros.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º O Termo de Cessão de Uso firmado entre as partes passa a ser parte integrante da presente lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI COMPLEMENTAR N. 56

LEI COMPLEMENTAR Nº. 56, de 26 de novembro de 2014.
DÁ NOVA REDAÇÃO E ACRESCENTA NOVOS DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº. 12, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º O § 7º do artigo 40, da Lei Complementar nº 12, de 10 de outubro de 2007 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 40.

§ 7º. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, de ressarcimento, de reajustamento ou de outro dispêndio de qualquer natureza, independentemente do seu efetivo pagamento, exceto os materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, cujo valor não são inclusos na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

a) A dedução prevista neste parágrafo será autorizada desde que comprovada por documentos revestidos das formalidades legais, limitando-se àqueles que se incorporarem diretamente à obra, perdendo a identidade física no ato da agregação ao imóvel.

b) Caso não se apresentem os documentos fiscais comprobatórios dos valores dos materiais previsto neste parágrafo, não se estimará dedução superior à 50%.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro

de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI COMPLEMENTAR N. 55

LEI COMPLEMENTAR N. 55, de 26 de novembro de 2014.

INCLUI À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, AS SEGUINTE SEÇÕES E RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º À tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, são incluídas as seguintes seções e respectivos valores:

TABELA DE VALORES DE TERRENOS (PLANTA DE VALORES)

ANEXO IX

LOG.	RUA/AVN.	SEÇÃO	VALOR M2 EM UFRM
93	HORTENCIA	700 D	10,6681
93	HORTENCIA	700 E	10,6681
243	GERMANO DE FAVERI	80 E	11,8620
243	GERMANO DE FAVERI	450 E	10,6681
867	PROJETADA A	320 D	10,6681
868	PROJETADA B	60 D	10,6681
868	PROJETADA B	60 E	11,8620
869	PROJETADA C	90 E	7,3026
871	MARGINAL A AVN ANTONIO N.DE SOUZA	60 D	14,2373

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

LEI N. 1.232

LEI N. 1.232, de 26 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

CAPÍTULO I**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO**

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com a finalidade específica de coordenar a implantação da Política Municipal do Idoso em Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O CMDI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social e da Família do Município de Cocal do Sul (responsável pela coordenação e articulação da política municipal do idoso).

Art. 2º O CMDI será composto por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, cabendo-lhes as seguintes funções:

I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso no Município, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas;

II - avaliar e elaborar propostas que possibilitem aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem;

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para a observância de seus direitos;

V - atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei n. 10.741/03.

VII - inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

VIII - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa-lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

IX - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso;

X - indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI - acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XII - elaborar o seu regimento interno;

XIII - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso, na conformidade desta lei;

XIV - colaborar para a melhor integração dos órgãos e instituições públicas ou privadas no âmbito local, em todas as ações voltadas para a terceira idade;

XV - assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre o envelhecimento e qualidade devida do indivíduo idoso.

Parágrafo único. Aos membros do CMDI será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O CMDI é composto de 10 (dez) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais apresentam paritariamente instituições governamentais e não governamentais, sendo:

a) Área Governamental:

I - um representante da Secretaria de Ação Social e da Família;
II - um representante da Secretaria da Saúde Pública;
III - um representante da Secretaria da Educação, Esporte e Cultura;
IV - um representante da Procuradoria do Município.
V - um representante da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças, Públicas.

b) Área Não Governamental:

I - um representante do Lions Clube de Cocal do Sul;
II - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL;
III - um representante da Associação de Moradores;
IV - um representante da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cocal do Sul;
V - um representante de Grupo de Mães.

Art. 4º. Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 5º. As organizações não governamentais serão eleitas, bianualmente, titulares e suplentes, em fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com a alínea "b" do art. 3º, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

Parágrafo único. As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão

designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrer a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º. O Mandato dos Conselheiros do CMDI é de 2 (dois) anos, facultada a recondução ou a reeleição.

§ 1º Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º. As entidades não governamentais representadas no CMDI perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 10. Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar ato incompatível com a dignidade e das funções;

V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do CMI serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 12. O CMDI reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O CMDI terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva;

§ 1º À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMDI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2º A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2(dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§ 3º No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 4º Às Comissões, criadas pelo CMDI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 5º À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 6º A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

§ 7º O Vice-Presidente do CMDI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 8º Cada membro do CMDI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 14. À Secretaria Municipal de Ação Social e da Família à qual se vincula o CMDI compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 15. As Organizações de Assistência Social responsáveis pela execução de programas de atendimento aos idosos devem submetê-los à apreciação do CMDI.

Parágrafo único. As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso deverão inscrever-se no CMDI (devendo seu Contrato Social ou Estatuto Social ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social), conforme exigências legais.

Art. 16. Cumpre ao Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMDI.

Art. 17. O CMDI terá 30 dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação, pela Assembleia Geral, o Regimento Interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º O Regimento Interno, aprovado pelo CMDI, será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá de deliberação e aprovação da maioria absoluta dos Conselheiros.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Art. 18. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas

aos idosos no Município de Cocal do Sul.

Art. 19. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;

II - transferências do Município;

III - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - as advindas de acordos e convênios;

VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII - outras.

Art. 20. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Ação Social e da Família, tendo sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovados pelo CMDI.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, elaborando-se, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, a ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após análise e aprovação do CMDI

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Ação Social e da Família gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e o controle do CMDI, cabendo ao seu titular:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMDI;

II - submeter ao CMI demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Para a primeira instalação do CMDI, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de 30 dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 22. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de

30 dias após a publicação desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de novembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 82/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 82/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 249.603,89 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e três reais e oitenta e nove centavos).

Concórdia SC, 02 de dezembro de 2014.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 92/2014 -FMS

Contrato Nº : 92/2014
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 23.589,45 (Vinte e Três Mil, Quinhentos e Oitenta e Nove Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905242000000.03640000

Dotação : 394 - 13.001.2104.344905206000000.03660000

EXTRATO CONTRATO Nº 91/2014 -FMS

Contrato Nº : 91/2014
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 18.199,05 (Dezoito Mil, Cento e Noventa e Nove Reais e Cinco Centavos)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905242000000.03640000

Dotação : 394 - 13.001.2104.344905206000000.03660000

EXTRATO CONTRATO Nº 90/2014 -FMS

Contrato Nº : 90/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA
Contratada : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 19.547,00 (Dezenove Mil e Quinhentos e Quarenta e Sete Reais)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905242000000.03640000

EXTRATO CONTRATO Nº 89/2014 -FMS

Contrato Nº : 89/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905206000000.03640000

Dotação : 394 - 13.001.2104.344905208000000.03660000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2014 -FMS

Contrato Nº : 88/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 27.784,00 (Vinte e Sete Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905235000000.03640000

Dotação : 394 - 13.001.2104.344905206000000.03660000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2014 -FMS

Contrato Nº : 87/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 17/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, laboratorial e mobiliário em geral, para equipar as unidades do Fundo

Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/12/2015

Assinatura : 14/11/2014

Valor R\$: 14.200,08 (Quatorze Mil, Duzentos Reais e Oito Centavos)

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905204000000.03640000

Dotação : 394 - 13.001.2104.344905242000000.03660000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2014 -FMS

Contrato Nº : 86/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TIAGO LUIS RORIG

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 12/11/2015

Assinatura : 12/11/2014

Valor R\$: 50.344,32 (Cinquenta Mil, Trezentos e Quarenta e Quatro Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903999000000.03640000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2014 -FMS

Contrato Nº : 85/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 12/11/2015

Assinatura : 12/11/2014

Valor R\$: 24.696,96 (Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos)

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903999000000.03640000

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 136/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 136/2014- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015, de gás de cozinha, oxigênio, acetileno e mistura para solda mig, para as unidades da Prefeitura Municipal de Concórdia, com recursos oriundos dos convênios com o Governo Federal FNAS/PAEFI, PAIF, IGD/PBF, FEAS/ Básica custeio Abrigo Custeio, CREAS custeio, FNDE conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/12/2014..

Abertura: dia 22/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 32/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a possível aquisição, durante o exercício de 2015, de gêneros alimentícios para os Grupos de Convivência de Idosos do Município conforme lei Municipal 2.752/1993 e para crianças e adolescentes acolhidas no Abrigo Lar Anjo Gabriel e usuários do Centro de Convivência CRAS e CREAS, conforme Lei 4.133/2009, com recursos oriundos do FEAS, IGD/BF, PAIF, PAEFI, AC I e FNAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 16/12/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 16/12/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 02 de dezembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014- PMC

Objeto: Contratação de empresa prestadora de Serviço Móvel Pessoal - SMP, na modalidade Nacional, para até 20 linhas móveis, visando atender as necessidades do Município de Concórdia, Fundos, Fundações e Polícia Militar, e uma linha para dados móveis (internet para tablet) conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 17/12/2014. Abertura: dia 17/12/2014, às 10h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia,

situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 02 de dezembro de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2014 – FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2014- PMC
Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO Aquisição de Material para Artesanato visando o desenvolvimento das atividades nas oficinas socioeducativas dos CRAS I e II, Centros de Convivência e Grupo de Mulheres com recursos oriundos do PAIF, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 06/08/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 06/08/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 16 de Julho de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 138/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 138/2014- PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015 de brita mista suja, tubos de concreto, e concreto usinado convencional para atender as necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/12/2014.

Abertura: dia 19/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 02 de Dezembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

PORTARIA FMEC Nº 38/2014

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 38/2014, 28 NOVEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora EDILENE CONTE CHITOLINA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 01 à 07 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente

Fundação Municipal de Esportes, em exercício.

PORTARIA FMEC Nº 39/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 39/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de dezembro de 2014, as Portarias nºs. 19, 20, 23 e 25/2014, de 01 de setembro de 2014 e a Portaria nº 36/2014 de 20 de outubro de 2014, que fixa horário especial de trabalho a servidores municipais que atuam na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TA 2/2014-FIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TA CONTRATO Nº02/2014-FIA

Na publicação do Extrato do 1º TA CONTRATO Nº02/2014-FIA, veiculado no dia 31 de outubro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 174, onde lê-se "EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 2/2014 -FIA

Leia-se: ".EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 2/2014 -FIA

.

Concórdia, SC, 02 de Dezembro de 2014.
LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 323/2014 -PMC

Contrato Nº : 323/2014
Aditivo Nº : 1º/2014
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Contratada : LGM ELETRIFICAÇÕES LTDA
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014
Objeto : Contratação de empresa especializada em instalação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de serviço de adequações na rede de distribuição de energia elétrica, objetivando a construção da rua coberta, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo D do Edital.
Vigência : Início: 03/09/2014 Término: 01/01/2015
Assinatura : 03/09/2014
Valor R\$: 62.500,09 (Sessenta e Dois Mil, Quinhentos Reais e Nove Centavos)

Dotação : 105 - 08.001.1009.344905199000000.01170000

Dotação : 355 - 08.001.1009.344905199000000.03170000

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TA 323/2013-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA DO EXTRATO DO 1º TA CONTRATO Nº323/2013-PMC

Na publicação do Extrato do 1º TA CONTRATO Nº 323/2013 -PMC, veiculado no dia 03 de Novembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 194, onde lê-se "EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 323/2014 -PMC

Leia-se: ".EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 323/2013 -PMC

Concórdia, SC, 02 de Dezembro de 2014.
MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 2/2014 -FIA

Contrato Nº : 2/2014
Aditivo Nº : 2º/2014
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME
Licitação : Pregão Presencial 2/2014
Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para reforma no CEBES Frei Samuel Both, localizado no Loteamento Frei Lency, Município de Concórdia SC, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 28/01/2015
Assinatura : 10/11/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 235 - 14.001.2152.344905107000000.01000001

Dotação : 332 - 14.001.2152.344905107000000.06000000

Dotação : 336 - 14.001.2152.344905107000000.03000001

Dotação : 337 - 14.001.2152.344905107000000.03890000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 534/2014

DECRETO Nº 534/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a partir do dia 12 de dezembro de 2014, a Sra. THAUANA CRISTINA CORREA , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 535/2014

DECRETO Nº 535/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a partir do dia 12 de dezembro de 2014, por término das atividades, o Sr. FÁBIO DANIEL VIEIRA, na função de Professor de Artes Visuais (desenho e pintura) - 12 (doze) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 536/2014

DECRETO Nº 536/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a partir do dia 12 de dezembro de 2014, por término das atividades, o Sr. SÉRGIO PAULO RIBEIRO, na função de Professor de Música (Instrumento e Coral) - 14 (catorze) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 538/2014

DECRETO Nº 538/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a partir do dia 12 de dezembro de 2014, por término das atividades, a Srta. KÁSSIA CRISTINA BRIANCINI, na função de Professor de Dança Educação/Ballet - 10 (dez) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 539/2014

DECRETO Nº 539/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a partir do dia 01 de dezembro de 2014, a Sra. ELISA BORSOI, na função de Professor lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 540/2014

DECRETO Nº 540/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 533/2014

DECRETO Nº 533/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 01 de dezembro de 2014, a Sra. FRANCIELLE DAL SANTO ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de dezembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2014 - “ALTERA DISPOSITIVO DO PLANO DIRETOR DE CORDILHEIRA ALTA - LC Nº106/2014”

LEI COMPLEMENTAR N. 113/2014

“Altera dispositivo do Plano Diretor de Cordilheira Alta-SC - Lei Complementar n. 106/2014 - e dá outras providências.”

Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica promulgada e sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Parágrafo Único do Artigo 310 do Plano Diretor de Cordilheira Alta-SC - Lei Complementar n. 106/2014 - passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 310. [...]

Parágrafo Único: O perímetro urbano da cidade de Cordilheira Alta (SC) possui uma área de 235,00ha (duzentos e trinta e cinco hectares) ou 2,35km² (dois vírgula trinta e cinco quilômetros quadrados), com perímetro linear de 18,59km (dezoito vírgula cinquenta e nove quilômetros), com a seguinte delimitação sequencial:

O Ponto 00 (zero) localizado na coordenada Universal Transversal de Mercator (UTM) 341446,3 N e 7013606,0 S (estrada municipal, ao sul da cidade de Cordilheira Alta); até o Ponto 01, a uma distância aproximada de 123,00m (cento e vinte e três metros), em coordenada 341343,85 N e 7013675,3 S (em propriedade de Wilson Lenger); segue na direção do Ponto 02, a uma distância aproximada de 267,00m (duzentos e sessenta e sete metros), em coordenada 341129,90 N e 7013821,66 S; segue na direção do Ponto 03, a uma distância aproximada de 124,00m (cento e vinte e quatro metros), em coordenada 341023,25 N e 7013878,22 S (em propriedade de Mauri Zanluchi); segue em direção sudoeste, no Ponto 04, a uma distância aproximada de 122,00m (cento e vinte e dois metros), em coordenada 340906,17 N e 7013871,72 S (em área de contato entre vegetação nativa e lavoura); segue até o Ponto 05, a uma distância aproximada de 111,00m (cento e onze metros), em coordenada 340875,5 N e 7013766,71 S (em contato de vegetação nativa com área de lavoura); segue até o Ponto 06, a uma distância aproximada de 315,00m (trezentos e quinze metros), em coordenada 340581,91 N e 7013795,14 S (sobre um curso d'água tributário formador do Lajeado São José); segue até o Ponto 07, a uma distância aproximada de 62,00m (sessenta e dois metros), em coordenada 340528,11 N e 7013793,27 S; segue até o Ponto 08, a uma distância aproximada de 30,00m (trinta metros), em coordenada 340992,91 N e 7013790,38 S; segue até o Ponto 09, a uma distância aproximada de 98,00m (noventa e oito metros), em coordenada 340521,17 N e 7013700,97 S; até o Ponto 10, a uma distância aproximada de 56,00m (cinquenta e seis metros), em coordenada 340523,24 N e 7013646,17 S; segue até o Ponto 11, a uma distância aproximada de 191,00m (cento e noventa e um metros), em coordenada 340594,74 N e 7013473,97 S (até o limite de tributário da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 12, a uma distância aproximada de 89,00m (oitenta e nove metros), em coordenada 340525,79 N e 7013434,52 S (até o limite da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 13, a uma distância aproximada de 80,00m (oitenta metros), em coordenada 340493,01 N e 7013374,19 S; segue até o Ponto 14, a uma distância aproximada de 214,00m (duzentos e

quatorze metros), em coordenada 340503,91 N e 7013205,28 S; segue até o Ponto 15, a uma distância aproximada de 72,00m (setenta e dois metros), em coordenada 340466,87 N e 7013167,07 S (até o limite da área de preservação permanente do lajeado São José); segue até o Ponto 16, a uma distância aproximada de 302,00m (trezentos e dois metros), em coordenada 340278,60 N e 7013093,11 S (em curva de nível com altimetria de 680m); segue até o Ponto 17, a uma distância aproximada de 43,00m (quarenta e três metros), em coordenada 340240,51 N e 7013115,12 S (em limite de quadra urbana da área da Zona Industrial Predominante - ZIP); segue até o ponto 18, a uma distância aproximada de 400,00m (quatrocentos metros), em coordenada 339983,81 N e 7012818,92 S (em contato com rodovia municipal de ligação sul); segue até o Ponto 19, a uma distância aproximada de 302,00m (trezentos e dois metros), em coordenada 339741,53 N e 7012778,35 S (via municipal de acesso sul localizada no lajeado São José); segue até o Ponto 20, a uma distância aproximada de 581,00 (quinhentos e oitenta e um metros), em coordenada 339637,66 N e 7012313,9 S (sobre a via municipal de acesso sul localizada no lajeado São José em Zona Industrial Predominante - ZIP); segue até o Ponto 21, a uma distância aproximada de 249,00m (duzentos e quarenta e nove metros), em coordenada 339387,66 N e 7012348 S (em área sobre o lajeado São José até o contato direto com área de domínio da rodovia BR-282); segue até o Ponto 22, a uma distância aproximada de 2.630,00m (dois mil seiscentos e trinta metros), em coordenada 337628,21 N e 7012920,48 S (em linha de contato direto com a servidão da BR-282 - setor sul, no sentido município de Chapecó); segue até o Ponto 23, a uma distância aproximada de 333,00m (trezentos e trinta e três metros), em coordenada 337381,95 N e 7012817,44 S (em limite territorial com o município de Chapecó - setor leste); segue até o Ponto 24, a uma distância aproximada de 585,00m (quinhentos e oitenta e cinco metros), em coordenada 337081,61 N e 7013321,31 S (sobre limite territorial do município de Chapecó - sentido noroeste); segue até o Ponto 25, a uma distância aproximada de 316,00m (trezentos e dezesseis metros), em coordenada 336966,3 N e 7013614,38 S; segue até o Ponto 26, a uma distância aproximada de 775,00m (setecentos e setenta e cinco metros), em coordenada 337742,22 N e 7013614,38 S (linha em sentido leste - oeste); segue até o Ponto 27, a uma distância aproximada de 630,00m (seiscentos e trinta metros), em coordenada 337741,93 N e 7012983,33 S (linha em sentido norte - sul até o contato com a servidão da via BR-282 sentido norte); segue até a Ponto 28, a uma distância aproximada de 1.041,00m (mil e quarenta e um metros), em coordenada 338725,69 N e 7013150,52 S; deste segue até o ponto 29, a uma distancia de 200,00 m (duzentos metros), em coordenadas 338764,79 N e 7013346,66 S; deste segue até o ponto 30, a uma distancia de 330,00 m (trezentos e trinta metros), em coordenadas 339087,65 N e 7013274,73 S; deste segue até o ponto 31, a uma distancia de 200,00 m (duzentos metros), em coordenadas 339053,07 N e 7013077,75 S; (linha em sentido norte - sul até o contato com a servidão da via BR-282 sentido norte); segue até a Ponto 32, a uma distancia aproximada de 153,00m (cento e cinquenta e três metros), em coordenadas 339206,57 N e 7013058,51 S; (em área de contato entre a servidão da via BR-282 - setor norte, sobre a montante do lajeado São José); segue até o Ponto 33, a uma distância aproximada de 192,00m (cento e noventa e dois metros), em coordenada 339308,5 N e 7013201,07 S (em contorno de vegetação nativa, localizada sobre o lajeado São José, no sentido norte); segue até o Ponto 34, a uma distância aproximada de 142,00m (cento e quarenta e dois metros), em coordenada 339212,27 N e 7013289,46 S (em área de nascentes do lajeado São José, nas proximidades da Cordilat); segue até o Ponto 35, a uma distância aproximada de 155,00m (cento e cinquenta e cinco metros), em coordenada 339296,38 N e 7013412,07 S (na montante do lajeado São José); segue até o Ponto 36, a uma distância aproximada de 372,00m (trezentos e setenta e dois metros), em coordenada 339403,91 N e 7013402,07 S (sobre via vicinal municipal

localizado sobre o lajeado São José no sentido norte); segue até o Ponto 37, a uma distância aproximada de 293,00m (duzentos e noventa e três metros), em coordenada 339693,61 N e 7013372,17 S (em área de nascentes do lajeado São José); segue até o Ponto 38, a uma distância aproximada de 249,00m (duzentos e quarenta e nove metros), em coordenada 339876,99 N e 7013149,19 S (no sentido norte - sudeste); segue até o Ponto 39, a uma distância aproximada de 108,00m (cento e oito metros), em coordenada 340105,71 N e 7013238,69 S (em área de contato com a faixa de domínio da rodovia BR-282 - setor norte); segue até o Ponto 40, a uma distância aproximada de 108,00m (cento e oito metros), em coordenada 340017,37 N e 7013299,9 S (em área lindeira norte com o atacado Ludovico Tozzo); segue até o Ponto 41, a uma distância aproximada de 370,00m (trezentos e setenta metros) em coordenada 340260,88 N e 7013497,29 S (em área lindeira oeste com o atacado Ludovico Tozzo); segue até o Ponto 42, a uma distância aproximada de 331,00m (trezentos e trinta e um metros) em coordenada 340172,46 N e 7013809,4 N (em linha de contorno com a servidão da via da BR-282 - setor norte); segue até o Ponto 43, a uma distância aproximada de 634,00m (seiscentos e trinta e quatro metros) em coordenada 340191,19 N e 7014057,53 S (contornando o loteamento Ludovico Tozzo, ao norte da cidade); segue até o Ponto 44, a uma distância aproximada de 394,00m (trezentos e noventa e quatro metros) em coordenada 340558,08 N e 7014093,10 S (margem da via municipal que liga a cidade até a linha Bento Gonçalves); segue até o Ponto 45, a uma distância aproximada 298,00m (duzentos e noventa e oito metros) em coordenada 340780,32 N e 7014213,68 S (contornando as empresas Cerealista e moinho Tozzo - ao norte); segue até o Ponto 46, a uma distância aproximada de 833,00m (oitocentos e trinta e três metros) em coordenada 341449,24 N e 7014599,04 S (em linha lindeira a servidão da via BR-282 em direção ao limite municipal de Xaxim - sentido nordeste); segue até o Ponto 47, a uma distância aproximada de 57,00m (cinquenta e sete metros) em coordenada 341455,24 N e 7014655,1 S (sentido nordeste); segue até o Ponto 48, a uma distância aproximada de 57,00m (cinquenta e sete metros) em coordenada 341488,38 N e 7014700,67 S (sentido nordeste); segue até o Ponto 49, a uma distância aproximada de 233,00m (duzentos e trinta e três metros) em coordenada 341701,91 N e 7014789,54 S (direção ao município de Xaxim); segue até o Ponto 50, a uma distância aproximada de 167,00m (cento e sessenta e sete metros) em coordenada 341661,99 N e 7014626,86 S (em direção a rodovia BR 282); segue até o Ponto 51, a uma distância aproximada de 196,00m (cento e noventa e seis metros), em coordenada 341483,18 N e 7014543,11 S (sobre a pista de rolamento da BR 282, sentido leste oeste); segue até o Ponto 52, a uma distância aproximada de 123,00m (cento e vinte e três metros), em coordenada 341426,00 N e 7014447,08 S (em sobreposição com a linha altimétrica de 710m); segue até o Ponto 53, a uma distância aproximada de 274,00m (duzentos e setenta e quatro metros) em coordenada 341390,04 N e 7014182,17 N (até a área de preservação permanente do arroio Pilão da Pedra); segue até o Ponto 54, a uma distância aproximada de 64,00m (sessenta e quatro metros) em coordenada 341328,01 N e 7014167,28 S (até a via municipal de ligação leste para o município de Xaxim); segue até o Ponto 55, a uma distância aproximada de 357,00 (trezentos e cinquenta e sete metros) em coordenada de 341627,13 N e 7014167,43 S (pela superfície da via municipal de ligação leste para o município de Xaxim); segue até o Ponto 56, a uma distância aproximada de 459,00m (quatrocentos e cinquenta e nove metros) com coordenada 341715,82 N e 7013798,77 S (em divisa de propriedade rural); segue até o Ponto 57, a uma distância aproximada de 777,00m (setecentos e setenta e sete metros) em coordenada 341538,32 N e 7013584,5 S (em área de contorno de loteamento de interesse social); segue até o Ponto 58, a uma distância aproximada de 676,00m (seiscentos e setenta e seis metros) em coordenada 341417,69 N e 7013572,24 S (contorno do Atacado Nilo Tozzo) e segue até o Ponto 00 (zero), a uma distância aproximada de 41,00m (quarenta e um metros) com

coordenada Universal Transversal de Mercator (UTM) 341446,3 N e 7013606,0 S (sobre a estrada municipal, ao sul da cidade), fechando o polígono do perímetro urbano da cidade de Cordilheira Alta - SC.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta (SC), 02 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVES DE EMPREITADA GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA GARAGEM MUNICIPAL COM AREA TOTAL DE 525,00 M²

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 08:00 horas do dia 22/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia 22/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 26 de Novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 026/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 026/2014

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: 026/2014

VALOR DO CONTRATO:

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor mensal de R\$ 17.000,00(dezessete mil reais), mediante a apresentação de nota fiscal correspondente aos serviços prestados.

2.2. Os pagamentos serão feitos mensalmente em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal, correspondente aos serviços prestados, até o dia 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da entrega do objeto.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/12/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa Cambui Serviços Médicos Eireli - ME :

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Mensal	Valor Total
2	Contratação de serviços médicos, no âmbito da Unidade Básica de Saúde central, para a manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que ficará responsável além de seus deveres profissionais, verificar e atestar óbito, pequenas procedimentos, realizar palestras educativas, a serem definidas no calendário da Secretaria de Saúde conforme escala determinada pela Secretaria Municipal da Saúde.	R\$ 17.000,00	R\$204.000,00

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 19.944.327/0001-40

CONTRATADO: Cambui Serviços Médicos Eireli-Me

VENCIMENTO CONTRATO: 01 de dezembro de 2015.

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

Interessado: Prefeito Municipal de Coronel Martins - Sr. Dirceu Favretto

Objeto: Requerimento formulado por COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA, protocolado em 03 de novembro de 2014.

Assunto: Restituição de valores pagos indevidamente, referentes a ITBI.

Análise do Mérito.

Da análise da documentação apresentada juntamente com o requerimento do contribuinte interessado e das informações prestadas pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, constata-se que efetivamente houve pagamento em duplicidade (bis in idem) relativamente a ITBI, incidente sobre o mesmo fato gerador. O primeiro pagamento do tributo incidindo sobre o total do contrato, e o segundo (de forma correta) excluindo da base de cálculo os bens móveis do estabelecimento comercializado.

Em função de tal situação, seria ilegal e injusto que o contribuinte arcasse com o pagamento em duplicidade, e também não se lhe pode impingir o ônus de pagar ITBI sobre bens não imóveis.

Os artigos 165 a 169 do Código Tributário Nacional estabelecem:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 166. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário; (Vide art 3 da LCp nº 118, de 2005)

II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 169. Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

Do suso exposto, verifica-se concretamente a possibilidade e amparo jurídico para que a Fazenda Pública do Município promova a restituição (repetição do indébito) do valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) ao contribuinte requerente, contabilizando-se unicamente a receita decorrente do pagamento (legal e adequado) de R\$ 18.345,23 (dezoito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos).

É o parecer que submetemos à apreciação do Senhor Prefeito Municipal.

Coronel Martins-SC, 18 de novembro de 2014.
JULCEMAR COMACHIO
Advogado - OAB/SC n. 18.445

R.H.

01 - Acolho o parecer da Assessoria Jurídica.

02 - Determino ao Setor de Tributação e às Tesouraria do Município a restituição do valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA, em decorrência de pagamento em duplicidade relativamente ao mesmo fato gerador do tributo de ITBI.

03 - Intime-se formalmente o requerente encaminhando cópia do parecer e desta decisão.

04 - Após. Arquive-se.

Cumpra-se.

Coronel Martins--SC, 20 de novembro de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 17/2014 FMS/FMAS**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 17/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Pregão Presencial - Processo n.º 17/2014 FMS/FMAS, AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA LINHA DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, CADEIRAS E MESA PARA ESCRITÓRIO E COLCHÕES, alterando-se a data e a hora da licitação, onde se lê: "09/12/2014, às 16:30 horas", passa a ser lido: "12/12/2014, às 14:00 horas".

Correia Pinto, 03 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 02/2014 FUNREBOM

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 02/2014

FUNREBOM

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 02/2014 FUNREBOM, AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, alterando-se a hora de abertura do processo, onde se lê: "10:00 horas", passa a ser lido: "14:00 horas", mantendo-se a mesma data, dia 11/12/2014.

Correia Pinto, 03 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 49/2014 PMCP - FMS - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 49/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

Instrumento: 0838/2014 FMS, 0839/2014 FMAS

Valor total: 48.977,47

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AKON LTDA ME

CNPJ: 13.228.073/0001-87

Instrumento: 0840/2014 PMCP

Valor total: 34.214,49

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa M. MOBILE EIRELI

CNPJ: 15.764.033/0001-85

Instrumento: 0841/2014 PMCP

Valor total: 61.915,00

Vigência: durante garantia

Correia Pinto/SC 03 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 15/2014 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**Processo Nº.: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2014**

No dia 28 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2014, Processo Licitatório nº. 15/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
694	SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	03.777.341/0031-81	REINALDO CHERAIM CHEID	887.670.199-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2015. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE MENOR PR, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 694 - SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA	UN		1,000	0,0000	0,00
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS	UN		1,000	0,0000	0,00
3	MEDICAMENTOS SIMILARES	UN		1,000	0,0000	0,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/6

Processo Nº.: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/6

Processo Nº: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/6

Processo Nº.: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/6

Processo Nº: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/6

Processo Nº.: 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 28 de Novembro de 2014.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

CNPJ: 03.777.341/0031-81 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS II - PROCESSO 15/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014
Data de Abertura: 28/11/2014
REGISTRO Nº 5/2014
PROCESSO Nº 15/2014
Data de Julgamento: 28/11/2014
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2015.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA	UN			0,00	100,00 %	0,00 (694)	13,00	694	—	—
2	MEDICAMENTOS GENÉRICOS	UN			0,00	100,00 %	0,00 (694)	24,00	694	—	—
3	MEDICAMENTOS SIMILARES	UN			0,00	100,00 %	0,00 (694)	23,00	694	—	—

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014

PROCESSO Nº 15/2014

(694) - SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Correia Pinto, 28 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 69/2014 PMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/8

Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2014**

No dia 21 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 69/2014, Processo Licitatório nº. 69/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS, RECAPAGEM, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, MONTAGEM DE PNEUS, PROTETOR, TIP TOP, E CÂMARA DE AR, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11084	A NOGUEIRA RUIVO ME	37, 38, 39
10272	ANDRILE PNEUS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 78
10927	GRANDO PNEUS LTDA	69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A NOGUEIRA RUIVO ME	17.790.074/0001-71	Aelson Nogueira Ruivo	030.961.289-60
ANDRILE PNEUS LTDA ME	10.661.915/0001-00	Adriano Cardoso	035.819.489-07
GRANDO PNEUS LTDA	03.562.696/0001-38	Carlos Alberto Paganella	408.208.580-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE PNEUS, RECAPAGEM, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, MONTAGEM DE PNEUS, PROTETOR, TIP TOP, E CÂMARA DE AR, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10272 - ANDRILE PNEUS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONserto DE PNEU 185/14	UN	ANDRILE	400,000	12,9914	5.196,56
2	CONserto DE PNEU 215/75/17.5	UN	ANDRILE	400,000	37,9750	15.190,00
3	CONserto DE PNEU 17.5/25	UN	ANDRILE	300,000	129,9145	38.974,35
4	CONserto DE PNEU 175/70/13	UN	ANDRILE	400,000	12,4918	4.996,72
5	CONserto DE PNEU 175/70/14	UN	ANDRILE	400,000	12,4918	4.996,72
6	CONserto DE PNEU 185/70/14	UN	ANDRILE	400,000	12,9915	5.196,60
7	CONserto DE PNEU 205 R 16	UN	ANDRILE	250,000	24,9836	6.245,90
8	CONserto DE PNEU 10.00/20	UN	ANDRILE	600,000	27,9816	16.788,96
9	CONserto DE PNEU 7.50/16	UN	ANDRILE	200,000	24,9836	4.996,72
10	CONserto DE PNEU 18/04/30	UN	ANDRILE	200,000	134,9112	26.982,24
11	CONserto DE PNEU 12/04/24	UN	ANDRILE	100,000	119,9211	11.992,11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 69/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

Fornecedor: 10272 - ANDRILE PNEUS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	CONCERTO DE PNEU 14.00/24	UN	ANDRILE	350,000	124,9178	43.721,23
13	CONCERTO DE PNEU 90/20	UN	ANDRILE	150,000	24,9836	3.747,54
14	CONCERTO DE PNEU 1300/24	UN	ANDRILE	300,000	119,9211	35.976,33
15	CONCERTO DE PNEU 235/70/16	UN	ANDRILE	100,000	9,9934	999,34
16	CONCERTO DE PNEU 245/70/16	UN	ANDRILE	100,000	9,9934	999,34
17	CONCERTO DE PNEU 100/90/17	UN	ANDRILE	50,000	9,9934	499,67
18	CONCERTO DE PNEU 90/90/19	UN	ANDRILE	50,000	9,9934	499,67
19	MONTAGEM PNEU 185/70/14	UN	ANDRILE	200,000	11,8989	2.379,77
20	MONTAGEM PNEU 215/75/17,5	UN	ANDRILE	200,000	31,7299	6.345,98
21	MONTAGEM PNEU 17.5/25	UN	ANDRILE	100,000	94,1982	9.419,82
22	MONTAGEM PNEU 175/70/13	UN	ANDRILE	200,000	8,9240	1.784,80
23	MONTAGEM PNEU 175/70/14	UN	ANDRILE	200,000	8,9240	1.784,80
24	MONTAGEM PNEU 185/70/14	UN	ANDRILE	200,000	8,9240	1.784,80
25	MONTAGEM PNEU 205 R 16	UN	ANDRILE	150,000	19,8312	2.974,68
26	MONTAGEM PNEU 10.00/20	UN	ANDRILE	400,000	22,8059	9.122,36
27	MONTAGEM PNEU 7.50/16	UN	ANDRILE	100,000	19,3354	1.933,54
28	MONTAGEM PNEU 18/04/30	UN	ANDRILE	100,000	99,1560	9.915,60
29	MONTAGEM PNEU 12/04/24	UN	ANDRILE	50,000	99,1560	4.957,80
30	MONTAGEM PNEU 14.00/24	UN	ANDRILE	160,000	99,1560	15.864,96
31	MONTAGEM PNEU 900/20	UN	ANDRILE	80,000	19,8312	1.586,50
32	MONTAGEM PNEU 1300/24	UN	ANDRILE	125,000	104,1138	13.014,23
33	MONTAGEM PNEU 235/70/16	UN	ANDRILE	30,000	13,8818	416,45
34	MONTAGEM PNEU 245/70/16	UN	ANDRILE	30,000	13,8818	416,45
35	MONTAGEM PNEU 100/90/17	UN	ANDRILE	15,000	9,9156	148,73
36	MONTAGEM PNEU 90/90/19	UN	ANDRILE	15,000	9,9156	148,73
40	CÂMARA DE PNEU 185/14	UN	TORTUGA	250,000	57,9990	14.499,76
41	CÂMARA DE PNEU 215/75/17,5	UN	BBW	140,000	4,9999	699,99
43	CÂMARA DE PNEU 17.5/25	UN	TORTUGA	50,000	287,9957	14.399,79
44	CÂMARA DE PNEU 175/70/13	UN	TORTUGA	80,000	37,9994	3.039,95
45	CÂMARA DE PNEU 175/70/14	UN	TORTUGA	80,000	37,9994	3.039,95
46	CÂMARA DE PNEU 185/70/14	UN	TORTUGA	120,000	37,9994	4.559,93
47	CÂMARA DE PNEU 205 R 16	UN	TORTUGA	24,000	65,4990	1.571,98
48	CÂMARA DE PNEU 10.00/20	UN	TORTUGA	300,000	109,9984	32.999,52
49	CÂMARA DE PNEU 7.50/16	UN	TORTUGA	25,000	68,9990	1.724,98
50	CÂMARA DE PNEU 18/04/30	UN	TORTUGA	30,000	284,9957	8.549,87
51	CÂMARA DE PNEU 12/04/24	UN	TORTUGA	30,000	209,9969	6.299,91
52	CÂMARA DE PNEU 14.00/24	UN	TORTUGA	70,000	249,9963	17.499,74
53	CÂMARA DE PNEU 17.5/25	UN	BBW	30,000	69,9990	2.099,97
54	CÂMARA DE PNEU 10.5/65/16	UN	BBW	30,000	19,9997	599,99
55	CÂMARA DE PNEU 1300/24	UN	BBW	50,000	232,4965	11.624,83
56	CÂMARA DE PNEU 900x20	UN	TORTUGA	50,000	104,9984	5.249,92
57	MANCHÃO Nº 01	UN	TIP-TOP	10,000	4,4599	44,60
58	MANCHÃO Nº 02	UN	TIP-TOP	10,000	10,4416	104,42
59	MANCHÃO Nº 03	UN	TIP-TOP	10,000	14,9543	149,54
60	MANCHÃO Nº 04	UN	TIP-TOP	10,000	23,9709	239,71
61	MANCHÃO Nº 05	UN	TIP-TOP	10,000	32,7675	327,68
62	MANCHÃO Nº 06	UN	TIP-TOP	15,000	45,5226	682,84
63	MANCHÃO Nº 07	UN	TIP-TOP	15,000	56,0786	841,18
64	MANCHÃO Nº 08	UN	TIP-TOP	30,000	69,9333	2.098,00
65	MANCHÃO Nº 09	UN	TIP-TOP	30,000	76,9707	2.309,12
66	MANCHÃO Nº 10	UN	TIP-TOP	30,000	82,0287	2.460,86
67	PROTETOR ARO 20	UN	VIPAL	80,000	34,3069	2.744,55
68	PROTETOR ARO 24	UN	ABC VALADAI	20,000	143,8252	2.876,50
78	CÂMARA DE PNEU 7.50/16	UN	BBW	80,000	68,9990	5.519,92

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/8
 Processo Nº: 69/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

Fornecedor: 10927 - GRANDO PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
69	RECAPAGEM DE PNEU 14.00-24	UN	RUZI	18,000	1.027,9880	18.503,78
70	RECAPAGEM DE PNEU 17,5x25	UN	RUZI	4,000	1.453,1559	5.812,62
71	RECAPAGEM DE PNEU 10.5/65/16	UN	RUZI	10,000	509,0038	5.090,04
72	RECAPAGEM DE PNEU 1300/24	UN	RUZI	15,000	1.293,4684	19.402,03
73	RECAPAGEM DE PNEU 10.00/20	UN	RUZI	50,000	462,0956	23.104,78
74	RECAPAGEM DE PNEU 9.00/20	UN	RUZI	10,000	445,1288	4.451,29
75	RECAPAGEM DE PNEU 750/16	UN	RUZI	15,000	272,4667	4.087,00
76	RECAPAGEM DE PNEU 18/04/30	UN	RUZI	6,000	1.380,2985	8.281,79
77	RECAPAGEM DE PNEU 12/04/24	UN	RUZI	6,000	794,4451	4.766,67

Fornecedor: 11084 - A NOGUEIRA RUIVO ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	BALANCEAMENTO	UN	serviço	400,000	12,9669	5.186,76
38	GEOMETRIA	UN	serviço	220,000	37,9032	8.338,70
39	CAMBAGEM	UN	serviço	200,000	49,8727	9.974,54

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/8
Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/8
Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/8
Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/8
Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 8/8
Processo Nº.: 69/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2014

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 21 de Novembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A NOGUEIRA RUIVO ME

CNPJ: 17.790.074/0001-71 _____

ANDRILE PNEUS LTDA ME

CNPJ: 10.661.915/0001-00 _____

GRANDO PNEUS LTDA

CNPJ: 03.562.696/0001-38 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 71/2014 PMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/7

Processo Nº: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2014**

No dia 27 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2014, Processo Licitatório nº. 71/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11085	A NOGUEIRA RUIVO ME	1, 2
11105	Diego da Silva Quilante	5, 6, 7, 8
10517	PEDRO PAULO DA SILVA	3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A NOGUEIRA RUIVO ME	17.790.074/0001-71	AELSON NOGUEIRA RUIVO	030.961.289-60
Diego da Silva Quilante	19.410.491/0001-77	NEIA APARECIDA DA SILVA	017.381.819-60
PEDRO PAULO DA SILVA	11.549.365/0001-96	PEDRO PAULO DA SILVA	018.974.079-55

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10517 - PEDRO PAULO DA SILVA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	LAVACAO Kombi, Micro Ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (menos motor)	UN		2.988,000	54,1595	161.828,55
4	LAVACAO Kombi, Micro Ônibus, Toyota, C 10, Van, Ambulância (com motor)	UN		344,000	61,5449	21.171,45
Fornecedor: 11085 - A NOGUEIRA RUIVO ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVACAO CARROS PEQUENOS (menos motor)	UN		1.980,000	27,1224	53.702,43
2	LAVACAO CARROS PEQUENOS (com motor)	UN		554,000	31,5606	17.484,57
Fornecedor: 11105 - Diego da Silva Quilante						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	LAVAÇÃO DE CAÇAMBA, ÔNIBUS (menos motor)	UN		264,000	79,5000	20.988,00
6	LAVAÇÃO DE CAÇAMBA, ÔNIBUS (com motor)	UN		100,000	99,5000	9.950,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 2/7
Processo Nº: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

Fornecedor: 11105 - Diego da Silva Quilante						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	LAVAÇÃO DE PATROLA, RETRO-ESCAVADEIRA, CARREGADEIRA	UN		168,000	94,9107	15.945,00
8	LAVAÇÃO DE TRATOR AGRICOLA, ROLO COMPACTADOR	UN		240,000	84,4792	20.275,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/7
Processo Nº: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/7
Processo Nº.: 71/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 27 de Novembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A NOGUEIRA RUIVO ME

CNPJ: 17.790.074/0001-71 _____

Diego da Silva Quilante

CNPJ: 19.410.491/0001-77 _____

PEDRO PAULO DA SILVA

CNPJ: 11.549.365/0001-96 _____

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 074/14

Pregão Presencial 074/14 - Registro de Preço
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 074/14

OBJETO: Contratação de Prestadora de Serviço Diário de Transporte Escolar para Portadores de Deficiência para transferência até a APAE do Município de Jaraguá do Sul/SC.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 03/12/2014 às 08 horas do dia 15/12/2014.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30min do dia 15/12/2014.

TIPO: Menor Preço por item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 03 de Dezembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 075/14

Pregão Presencial 075/14 - Registro de Preço
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 075/14

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 03/12/2014 às 14 horas do dia 15/12/2014.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 15/12/2014.
TIPO: Menor Preço por item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 03 de Dezembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 076/14

Pregão Presencial 076/14 - Registro de Preço
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 076/14

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 03/12/2014 às 15:30 horas do dia 15/12/2014.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16 horas do dia 15/12/2014.
TIPO: Menor Preço por item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 03 de Dezembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 077/14

Pregão Presencial 077/14 - Registro de Preço
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 077/14

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GRANITO E MÁRMORE, PARA O PSF 01 - BAIRRO SEMINÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 03/12/2014 às 09:30 horas do dia 15/12/2014.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10 horas do dia 15/12/2014.
TIPO: Menor Preço por item
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 03 de Dezembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 277/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 277/2014

Aos dois dias do mês de Deembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 277/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 02 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração destinado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 28 de Novembro de 2014.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 297/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 297/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO VEÍCULO FORD F-4000 PLACA MCS 6577, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 17/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 02 de Dezembro de 2014.
José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÚMERO DA ATA: 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 69/2014 - PR

Processo Administrativo:	69/2014
Processo de Licitação:	69/2014
Data do Processo:	24/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 29/2014 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NOS CEIS, NUCLEOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

CONFORME MEMORANDO Nº 1740/2014 E 1741/2014 FICA ANULADO OS ITENS Nº 1, PELO MOTIVO DE QUE HOUVE EQUIVOCO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO QUANTO AO DESCRITIVO DO ITEM, POIS FOI VERIFICADO QUE O MESMO NÃO ATENDE AS NECESSIDADES, CONFORME FALHAS DESCRITAS NO ANEXO. REFERENTE AO ITEM Nº 02, FICA DESCLASSIFICADA A EMPRESA PAULINÉIA LOTERMANN REIS, POR NÃO APRESENTAR AMOSTRA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO. REFERENTE AO ITEM Nº 03, O MESMO FOI CLASSIFICADO.

Curitiba, 2 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - -
Pregoeiro(a)

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO 5309/2014

DECRETO Nº 5309/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 02 DA QUADRA Nº 47, COM ÁREA DE 8.521,58M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 02 da Quadra nº. 47, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº.15.362, de propriedade de Idiomar Zanella.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra nº. 47, nesta cidade, com área de 8.521,58m2 (oito mil quinhentos e vinte um metros e cinquenta e oito centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 47, com área de 7.561,58m2 (sete mil quinhentos e sessenta e um metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote nº.02-A, medindo 4,20m, , com a Avenida Paraná, medindo 28,30m e com os lotes nº. 1-C e 1-B da quadra nº.18-A, medindo 19,46m;

SUL: com a Rua Augusto Guedes Martins, por linha seca, medindo 79,50m;

LESTE: com o Lote nº. 01-C, medindo 23,00m e com os Lotes nºs. 1-D, 1-E, 1-F, 1-G, 1-H, 1-I E 1-J, todas da quadra nº.18-A, medindo 60,00m, 23,10m, 23,80m;

OESTE: com o Lote nº.02-C, medindo 15,49, 11,21 e 19,79m, com o Lote nº. 02-B, medindo 31,80 e 22,10m e com o Lote nº. 02-A, medindo 15,20m e 16,02m.

b) Lote Urbano nº. 02-C (dois-C) da Quadra nº. 47, com área de 960,00m2 (novecentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 02-B, por linha seca, medindo 26,15m;

LESTE: com o Lote nº 02, por linhas secas, medindo 19,79m, 11,21m e 15,49m;

SUL: com a Rua Augusto Guedes Martins, medindo 14,27m;

OESTE: com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 44,96m.

Art. 3º - A edificação em alvenaria com a área de 227,80m², conforme averbação na matrícula nº. 15.362, ficará sobre o Lote Urbano nº.02-C da Quadra nº.47, com área de 960,00m², que é resultado de desmembramento.

Art. 4.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 5.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário e Decreto Municipal nº. 5295 de 14 de Novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 02/12/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 138, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 138, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, DIEGO PASSARELA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, DIEGO PASSARELA do cargo comissionado de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 139, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 139, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, ADENOR POLA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, ADENOR POLA do cargo comissionado de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 140, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 140, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 006/2014 e,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, teve sua licença sem vencimentos, concedida pela Portaria nº 169, de 06 de junho de 2008, encerrada em 06 de junho de 2010, contudo, expirado o prazo, a servidora não se apresentou ao serviço,

CONSIDERANDO o final do prazo da licença da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, expedida a Portaria nº 433, de 28 de julho de 2013, reiterando o cancelamento da licença sem vencimentos, determinando o retorno às atividades normais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de demissão nos termos do inciso II do art. 97 da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO a Gerencia de Pessoal do Município encaminhou ofício (OF. SP Nº 012/2013) a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo oficiando os termos da Portaria nº 433, de 28 de julho de 2013, requerendo o seu retorno ao serviço;

CONSIDERANDO que o prazo para a reapresentação da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, se expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais, podendo, em tese, ter se configurado abandono de cargo previsto no inciso II do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, foi instaurado Sindicância, através do Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, para apuração do fato;

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, entendeu que a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355, ausentou-se de forma intencional ao serviço, denotando descaso com o serviço público, tendo em vista que sabendo do término de sua licença sem vencimentos e da determinação pela Administração Municipal do seu retorno imediato ao trabalho, não se reapresentou ao trabalho, não apresentou justificativa, e tão pouco solicitou prorrogação de sua licença sem vencimentos, infringindo o art. 88, incisos III e IV do Estatuto do servidor, onde prevê que são deveres do servidor a observância das normas legais e regulamentares e o cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, concluindo que o último prazo para a reapresentação da servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo expirou sem que a mesma tenha retornado as suas atividades normais em 30 dias, ficou configurado abandono de cargo, conforme § 1º do artigo 97 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, que por sua natureza poderá ocasionar pena de demissão de acordo com o inciso II do art. 97 do mesmo diploma legal.

CONSIDERANDO a Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, recomendou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar com a fixação da pena de demissão a servidora Karen Lisiane de Costa Acordi Fermo, matrícula nº 1355,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e

apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 055, de 22 de abril de 2014, configurada como possível infração ao art. 88, incisos III, IV e X, que enseja na penalidade prevista no art. 97, incisos II, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, atribuídas à servidora KAREN LISIANE DE COSTA ACORDI FERMO, matrícula nº 1355, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Daniele Berti Dalmolin Caldas, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;
II - Rosinete Menegon Zanivan Warmling, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 2438;
III - Fabio Vieira Lenadro, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula nº 3152.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado à servidora envolvida no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 6º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 135 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 135 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011 e nº 634, de 19 de novembro de 2013, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (PRAZO DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa.	Janeiro 2015
1.2 – Aplicação da metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições.	Janeiro 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência.	Janeiro 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Julho 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independente da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2015
5 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Julho 2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura.	Julho 2015
5.3 – Implantação dos critérios de controle dos ativos de infraestrutura.	Julho 2015

5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura.	Julho 2015
6 – Implantação de Sistema de Custos.	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Julho 2016
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Julho 2016
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Julho 2016
7 – Aplicação de Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	
8.1 – Registro de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Julho 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro 2015

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os decretos nº 30 de 30 de março de 2012 e nº 135 de 14 de dezembro de 2013.

Forquilha/SC, 20 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 217/PMF/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 217/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para provimento de licenciamento de programas web para a Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício de 2015, para o município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 218/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC, no primeiro semestre de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de dezembro 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 02 de dezembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 104/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 104/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FONTE DAS ÁGUAS COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada, de água mineral para atendimentos Fundo de Saúde do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 8.925,00 (oito mil novecentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 198/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 231/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 231/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FONTE DAS ÁGUAS COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada, de água mineral para atendimentos em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 16.863,00 (dezesseis mil oitocentos e sessenta e três reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 198/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

1 - PUBLICAÇÃO - EDITAL 018-2014 - 2 - LANÇAMENTO - RUA 156 - CENTRO - SEM LEI

EDITAL DE LANÇAMENTO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 18/2014.

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que o Edital de Notificação de Contribuição de Melhoria nº 18/2014, localizados na Rua 156, localizada no Centro, com extensão de 93,10 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 28 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1 - PUBLICAÇÃO - EDITAL 016-2014 - 2 - LANÇAMENTO - RUA ADÉLIA ARNS BACK - CENTRO

EDITAL DE LANÇAMENTO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 16/2014.

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 1.947, de

30/12/2013, localizados na RUA ADÉLIA ARNS BACK, em toda sua extensão, localizada no Centro, com extensão de 107,71 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 28 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 15/2014.

EDITAL DE LANÇAMENTO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 15/2014.

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 1.947, de 30/12/2013, localizados na RUA CARLOTA ARNS STEINER, em toda sua extensão, localizada no Centro, com extensão de 63,30 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 28 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE LANÇAMENTO CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 17/2014.

EDITAL DE LANÇAMENTO
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 17/2014.

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, VANDERLEI ALEXANDRE e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 1.947, de 30/12/2013, localizados na RUA DELFINA ARNS STEINER, em toda sua extensão, localizada no Centro, com extensão de 114,50 metros, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO o presente, para lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, referente a obra pública realizada.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 28 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 029, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**LEI COMPLEMENTAR Nº 029, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.****ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS PERTENCENTES AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo 04 da Lei Complementar nº 015, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 01 desta Lei.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo 05 da Lei Complementar nº 015, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 02 desta Lei.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo 06 da Lei Complementar nº 015, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 03 desta Lei.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo 07 da Lei Complementar nº 016, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 04 desta Lei.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo 01 da Lei Complementar nº 021, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 05 desta Lei.

Art. 6º. Fica alterado o Anexo 01 da Lei Complementar nº 022, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 06 desta Lei.

Art. 7º. Fica alterado o Anexo 01 da Lei Complementar nº 024, de 11 de agosto de 2011, que passa a vigorar de acordo com o Anexo 07 desta Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2014.

Anexos:

<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/f/forquilha/lei-complementar/2014/3/29/lei-complementar-n-29-2014-altera-dispositivos-das-leis-pertencentes-ao-plano-diretor-municipal-de-forquilha-e-da-outras-providencias?q=LEI%20COMPLEMENTAR%20>

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

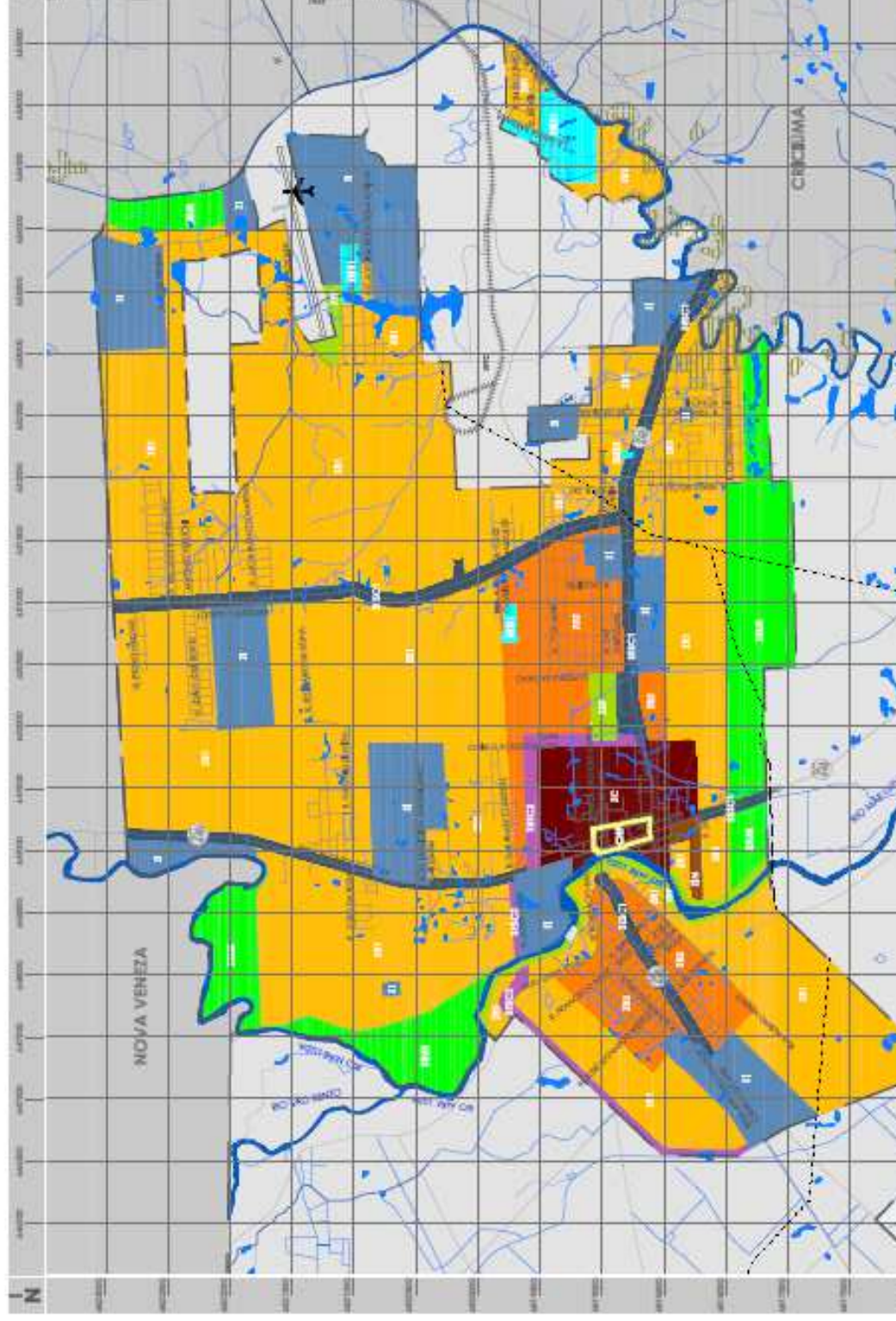
ANEXO 01
PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL
(ANEXO 04 DA LEI COMPLEMENTAR 015/2011)

MACROZONAS	USOS			OCUPAÇÃO							
	PERMITIDO	PERMISSÍVEL	PROIBIDO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - CA	TAXA DE OCUPAÇÃO - TO (%)	PERMEABILIDADE MÍNIMA (%)	TESTADA MÍNIMA (m)	LOTE MÍNIMA (m²)	ALTURA MÁXIMA (Pav.)	RECUEO FRONTAL (m)	AFAST. LATERAIS (m)
Área de Conservação Ambiental (ACA)	<ul style="list-style-type: none">● Educação Ambiental;● Pesquisa Científica;● Preservação e Recuperação;	<ul style="list-style-type: none">● Atividades Turísticas e de Lazer;● Mineração / Exploração Mineral;	<ul style="list-style-type: none">● Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Agroindustrial (AUA1)	<ul style="list-style-type: none">● Agroindústrias;● Pesquisa Científica;● Preservação e Recuperação;● Usos Agrossilvipastoris;	<ul style="list-style-type: none">● Educação Ambiental;● Usos Habitacionais;● Atividades de Comercio e Indústria;	<ul style="list-style-type: none">● Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA)	<ul style="list-style-type: none">● Educação Ambiental;● Pesquisa Científica;● Preservação e Recuperação;	<ul style="list-style-type: none">● Mineração / Exploração Mineral;	<ul style="list-style-type: none">● Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área Especial de Mineração (AEM)	<ul style="list-style-type: none">● Educação Ambiental;● Pesquisa Científica● Preservação e Recuperação;● Mineração / Exploração Mineral;	<ul style="list-style-type: none">● Atividades Turísticas e de Lazer;	<ul style="list-style-type: none">● Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Agrossilvipastoril (AUAg)	<ul style="list-style-type: none">● Atividades Turísticas e de Lazer;● Educação Ambiental;● Pesquisa Científica;● Preservação e Recuperação;● Usos Agrossilvipastoris;● Usos Habitacionais (I);	<ul style="list-style-type: none">● Agroindústrias;● Mineração / Exploração Mineral;● Atividades de Comercio e Indústria;	<ul style="list-style-type: none">● Todos demais Usos.	-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Uso Restrito do Aeroporto (AURA)	Os Usos e atividades desta Área deverão seguir normativas dos órgãos competentes, em especial a INFRAERO			-	-	-	-	Módulo do INCRA	2	10	5
Área de Consolidação Urbana (ACU)	Parâmetros estabelecidos na tabela de Uso e Ocupação do Solo Urbano (ZONEAMENTO)										

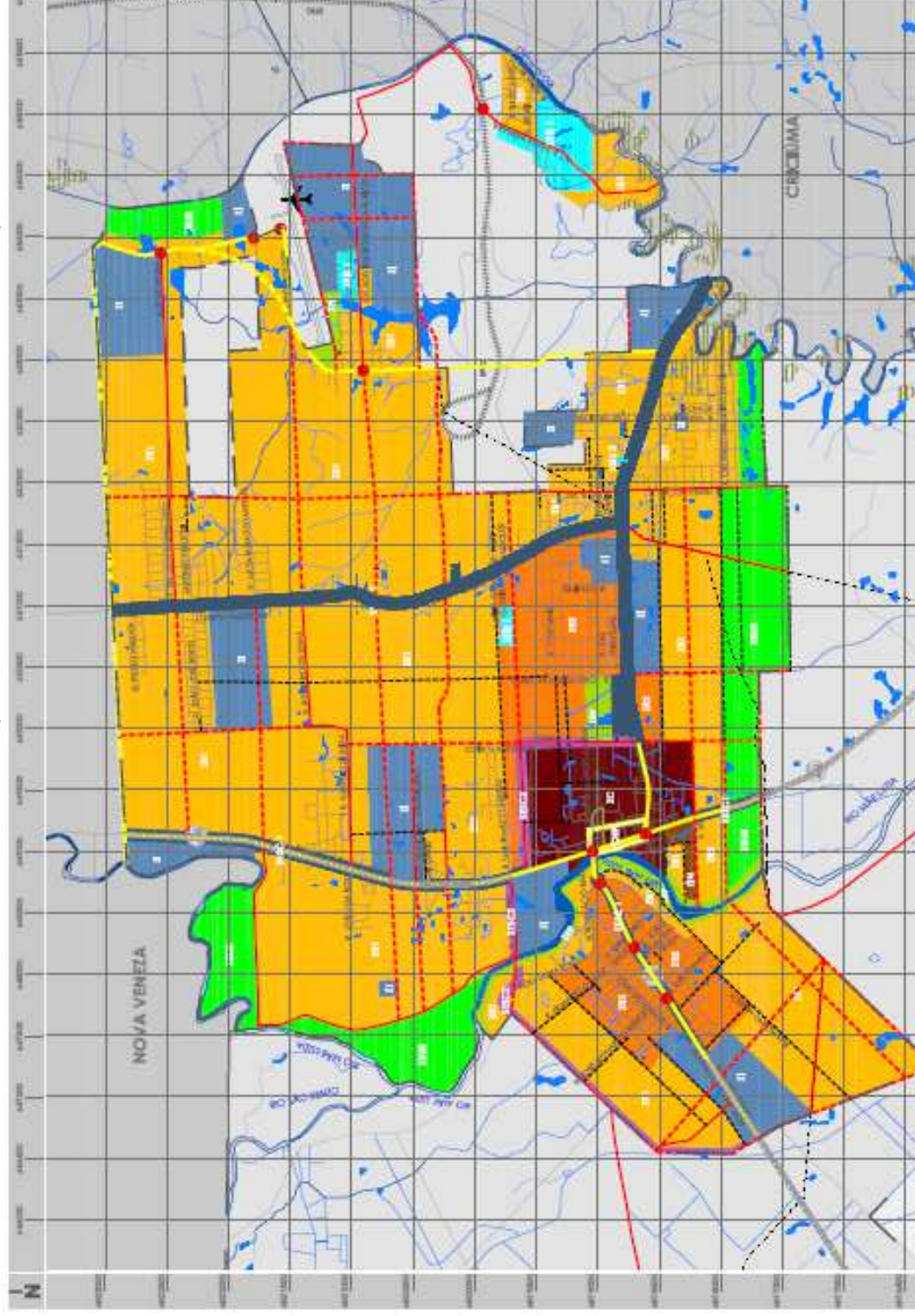
Notas:

(1) Uso controlado com restrições, respeitando-se o Módulo Mínimo do INCRA e demais normas pertinentes relativas.

ANEXO 02
MAPA DE ZONEAMENTO URBANO
(ANEXO 05 DA LEI COMPLEMENTAR 015/2011)



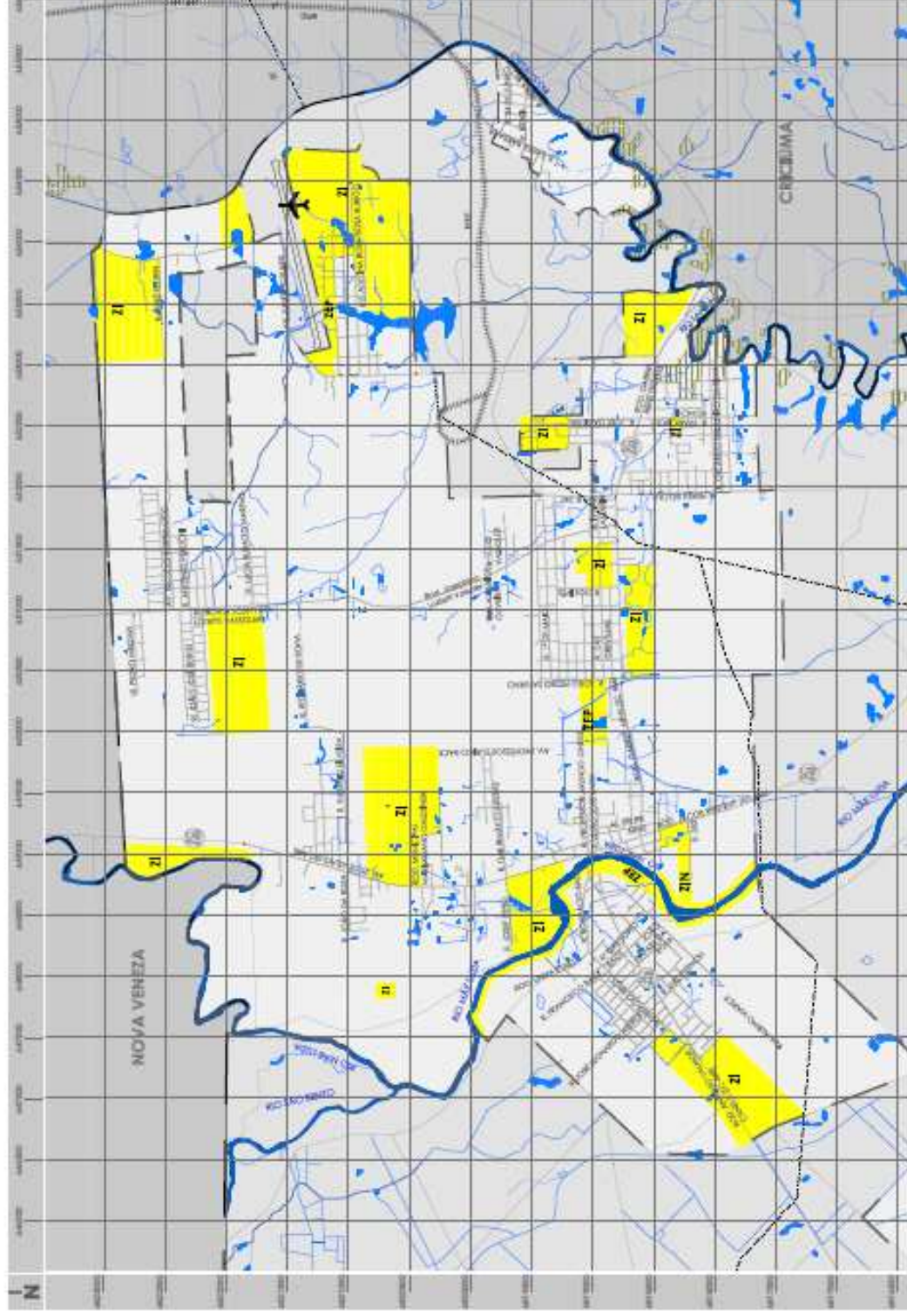
ANEXO 03
MAPA DE ZONEAMENTO E SISTEMA VIÁRIO URBANO
(ANEXO 06 DA LEI COMPLEMENTAR 015/2011)



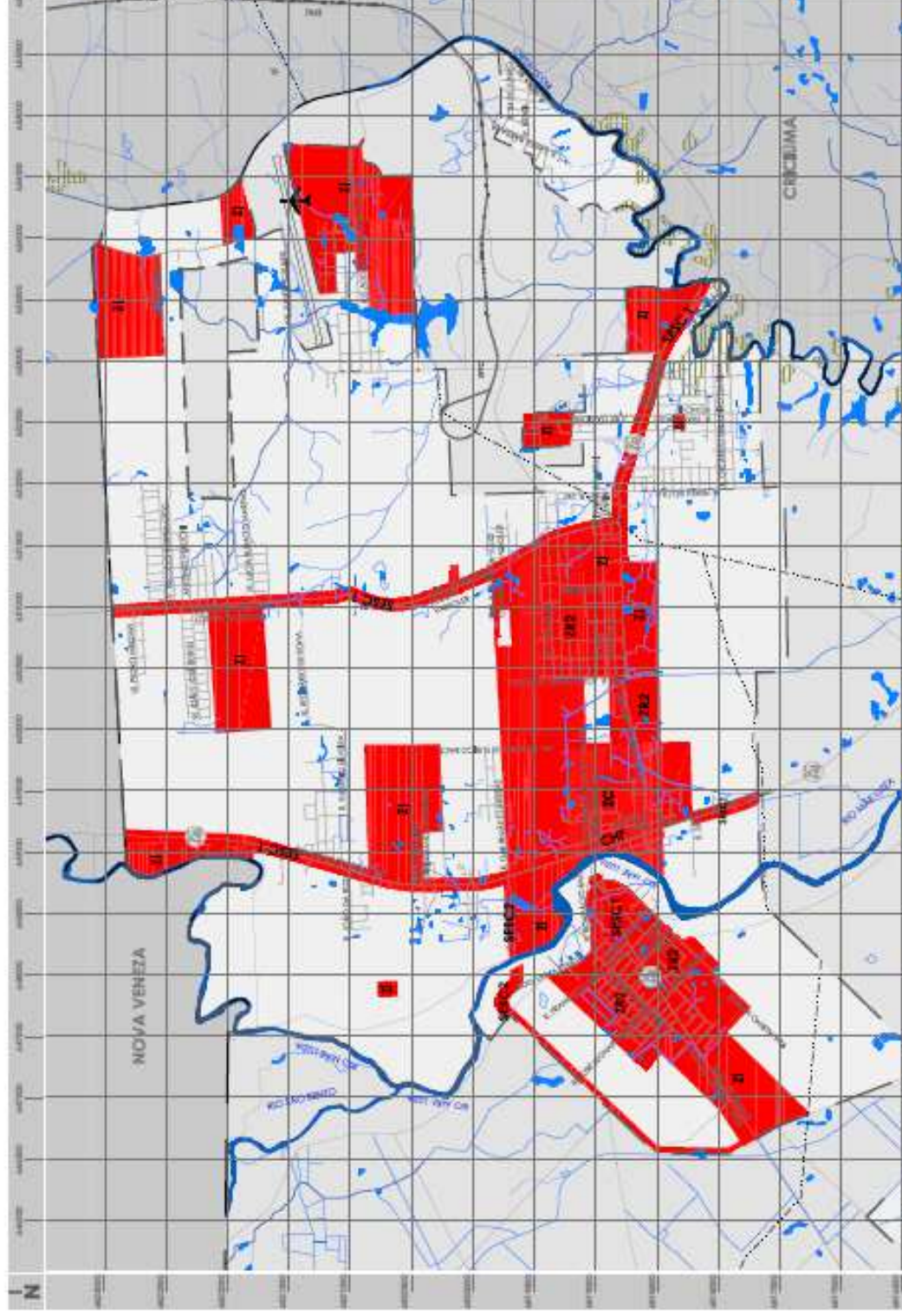
ANEXO 04
MAPA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO
(ANEXO 07 DA LEI COMPLEMENTAR 016/2011)



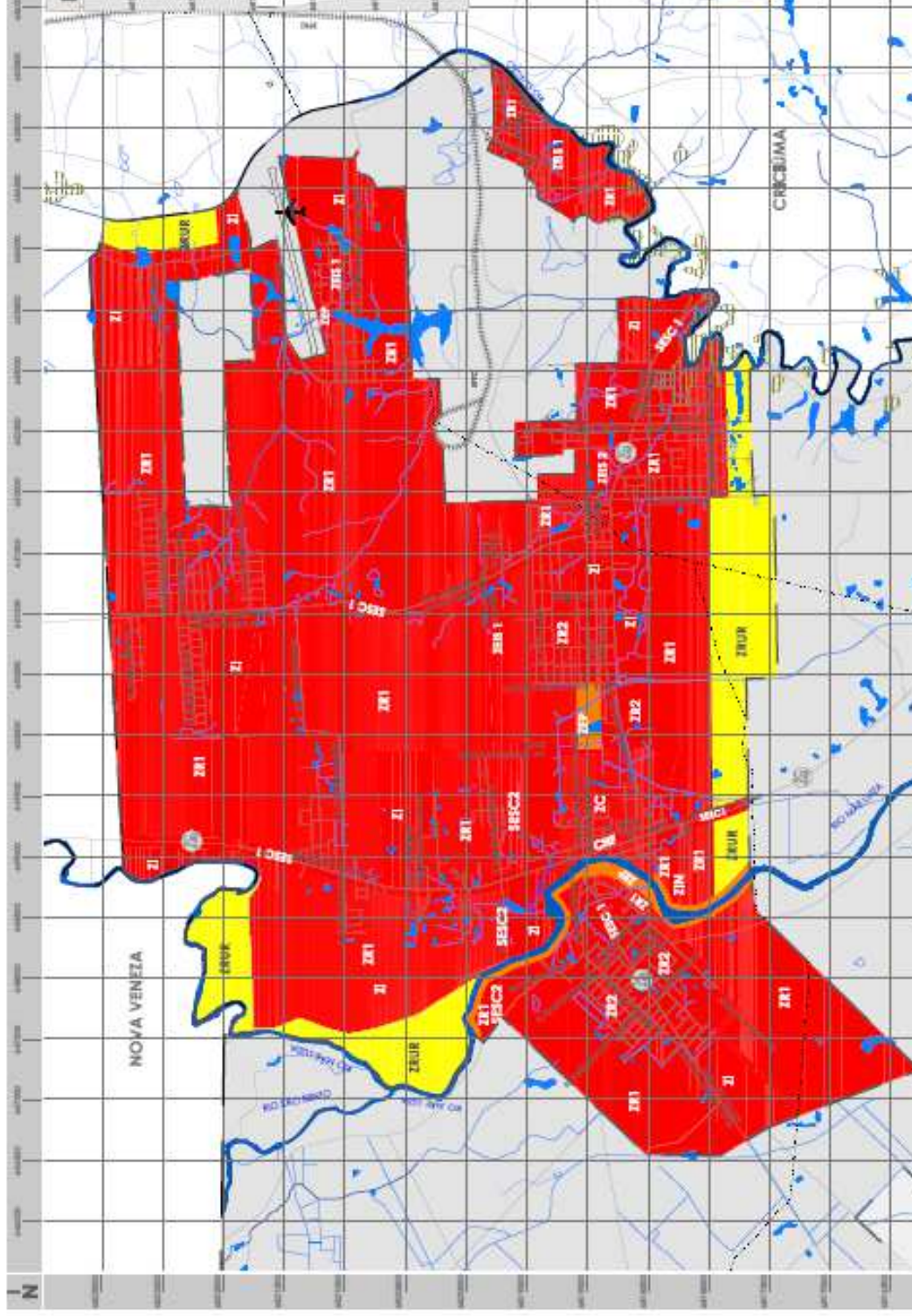
ANEXO 05
MAPA DAS ÁREAS DE DIREITO DE PREEMPÇÃO
(ANEXO 01 DA LEI COMPLEMENTAR 021/2011)



ANEXO 06
MAPA DE COMPULSORIEDADE DO SOLO URBANO
(ANEXO 01 DA LEI COMPLEMENTAR 022/2011)



ANEXO 07
MAPA DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR
(ANEXO 01 DA LEI COMPLEMENTAR 024/2011)



Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0325/2014

DECRETO Nº 0325, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
PRORROGA O DECRETO Nº 0234/2014, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014, DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA", AS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADA POR GRANIZO- COBRADE 1.3.2.1.3 E VENDAVAL- COBRADE 1.3.2.1.5.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 0234/2014, de 4 de setembro de 2014, declara em Situação Anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", a área, do Município de Fraiburgo por granizo (COBRADE - 1.3.2.1.3) e vendaval (COBRADE - 1.3.2.1.5).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3071/2014

PORTARIA Nº 3.071, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ROSANA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 010.194.039-42, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3072/2014

PORTARIA Nº 3.072, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor MARCIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 023.516.049-03, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

AUTUAÇÃO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1644/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEP1956	55023695E	5010/0	01/10/2014	162 * I
AEP1956	55023696E	5118/0	01/10/2014	164 c/c 162 * I
ASJ2310	55022970E	5169/1	05/10/2014	165
IDQ5949	55023181E	5169/1	31/08/2014	165
IDQ5949	55023182E	5177/0	31/08/2014	166
LWR8063	55023391E	5118/0	01/10/2014	164 c/c 162 * I
LWR8063	55023396E	5010/0	01/10/2014	162 * I
LWZ7635	55023871E	6599/2	06/10/2014	230 * V
LYV2197	55023714E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MBK3844	55023185E	6599/2	06/09/2014	230 * V
MBK3844	55023186E	6912/0	06/09/2014	232
MBK3844	55023187E	6637/2	06/09/2014	230 * IX
MBZ3805	55022269E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MBZ3805	55022270E	5118/0	22/09/2014	164 c/c 162 * I
MFY4597	55022584E	6912/0	09/09/2014	232
MFY4597	55024064E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MFY4597	55024065E	5045/0	09/09/2014	162 * V
MFY4597	55024066E	5142/0	09/09/2014	164 c/c 162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

AUTUAÇÃO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1650/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYE2255	55024156E	6599/2	22/10/2014	230 * V
LXH4177	55022590E	6599/2	19/10/2014	230 * V
LYD1264	55023723E	6637/2	19/10/2014	230 * IX
LYD1264	55023724E	5045/0	19/10/2014	162 * V
LYD1264	55023725E	5142/0	19/10/2014	164 c/c 162 * V
LZT6219	55024208E	6599/2	22/10/2014	230 * V
MBP0741	55024091E	6670/0	20/10/2014	230 * XIII
MCP0375	55023707E	6637/1	29/09/2014	230 * IX
MIP9511	55024103E	5010/0	12/10/2014	162 * I
MIP9511	55024104E	5118/0	12/10/2014	164 c/c 162 * I
MKZ1626	55024070E	6599/2	29/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

AUTUAÇÃO III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1654/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD6071	55023397E	5010/0	02/10/2014	162 * I
AFD6071	55023398E	5118/0	02/10/2014	164 c/c 162 * I
AFD6071	55023399E	6599/2	02/10/2014	230 * V
AFD6071	55023400E	6408/0	02/10/2014	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

AUTUAÇÃO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 324 1658/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTD9106	55024080E	5169/1	08/10/2014	165
BTD9106	55024081E	5177/0	08/10/2014	166
BYB0958	55023931E	6653/1	31/10/2014	230 * XI
LZV6210	55026202E	6602/0	06/10/2014	230 * VI
LZV9272	55023645E	5010/0	26/10/2014	162 * I
LZV9272	55023646E	5118/0	26/10/2014	164 c/c 162 * I
LZV9272	55023959E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MBV3241	55024014E	5045/0	31/10/2014	162 * V
MEO1576	55023719E	5169/1	10/10/2014	165
MFH3738	55023928E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MFH3738	55023929E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MFH3738	55023930E	5061/0	23/10/2014	163 c/c 162 * I
MIH8485	55022972E	5010/0	31/10/2014	162 * I
MIH8485	55022973E	5118/0	31/10/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE I

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1646/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAF3159	55023601E	5169/1	26/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MAF3159	55023602E	5177/0	26/07/2014	R\$ 191,53	166
NJD7529	55023296E	5169/1	06/07/2014	R\$ 1.915,38	165
NJD7529	55023297E	5177/0	06/07/2014	R\$ 191,53	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE II

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1648/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHF7205	55023444E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDB5544	55023662E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLÍCIA

PENALIDADE III

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1652/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGN0575	55023362E	6912/0	06/06/2014	R\$ 53,20	232
JLP0442	55022573E	5010/0	06/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
JLP0442	55022574E	5118/0	06/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
JLP0442	55023606E	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JLP0442	55023607E	6637/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
KGB9801	55023445E	6599/2	10/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZK9378	55022876E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZK9378	55022877E	5010/0	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZK9378	55022878E	5118/0	27/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZK9378	55022879E	6610/2	27/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZK9378	55022881E	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

PENALIDADE IV

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1656/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZD3255	55023276E	5118/0	04/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZD3255	55023317E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDH9866	55023637E	5169/1	13/09/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

PENALIDADE V

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 324 1660/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADS3072	55351100D	6637/2	01/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AOQ6204	54685851E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AOQ6204	54685852E	5061/0	20/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AOQ6204	54685854E	5274/1	20/07/2014	R\$ 191,53	175
IJO1120	55023671E	6670/0	24/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
IJO1120	55023673E	6637/2	24/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
JDX8188	55024002E	5010/0	14/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
JDX8188	55024004E	6599/2	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JDX8188	55024005E	5118/0	14/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXR2658	55022581E	5274/1	20/08/2014	R\$ 191,53	175
MAE6729	55022966E	5010/0	14/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAE6729	55022967E	5118/0	14/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAR6869	55023762E	5169/1	23/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MAR6869	55023763E	5010/0	23/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAR6869	55023764E	5118/0	23/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAR6869	55023765E	5320/0	23/08/2014	R\$ 957,69	176 * V
MAV2711	55351087D	6670/0	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MBH5065	55023657E	6599/2	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBM5899	55023515E	5045/0	01/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCT7940	55023612E	6670/0	11/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MCV7400	55023379E	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCV7400	55023382E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCV7400	55023383E	5118/0	23/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET0477	55023577E	6653/1	15/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGH0218	55022571E	5169/1	02/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MGH0218	55022572E	5177/0	02/08/2014	R\$ 191,53	166

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHQ8603	55023615E	6912/0	22/08/2014	R\$ 53,20	232
MHQ8603	55023616E	6408/0	22/08/2014	R\$ 85,12	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

JHON ENDY LAMB

DELEGADO DE POLICIA

DECRETO Nº 0326/2014



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: Quadro:
Código: Área de Atuação:
Disciplina:

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
46	TASSIANE ANTUNES MOREIRA		Não possui pré requisito do Edital
115	BRUNA EDINA DOS SANTOS		Não possui pré requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Fisioterapeuta - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Fisioterapeuta - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	47	EUNICE BENINCÁ	27	10	10	1	NÃO	16/05/1988
2	56	JAILE TORRI	25	10	10	0	NÃO	09/09/1983
3	12	SAMUARA DA CRUZ ROSA	14	0	8	1	NÃO	11/11/1990
4	109	MAIARA RIBEIRO	10	0	10	1	NÃO	03/03/1992
5	114	MARILEIA VEIGA BORAK XERRI	0	0	0	2	NÃO	18/05/1972



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Técnico em Enfermagem** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Técnico em Enfermagem**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	CRISTINE PRUNER	20	0	10	2	NÃO	25/09/1975
2	50	MARIA APARECIDA BORBA ANTON	20	0	10	1	NÃO	23/05/1961
3	36	MARITANI MARIZA MARGREITER KAER	20	0	10	1	NÃO	29/08/1971
4	45	SIMONE DALAGNOL MACHADO	20	0	10	1	NÃO	19/04/1981
5	25	SIRLEI SCHABERLE GATTI	20	0	10	0	NÃO	07/03/1966
6	53	MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI	20	0	10	0	NÃO	23/06/1966
7	48	NILCEIA APARECIDA MANFIOLETTI	20	0	10	0	NÃO	04/08/1968
8	67	ROSEMERI DOS SANTOS FERNEDA	18	0	10	0	NÃO	05/04/1971
9	40	ANTONIO IRINEU VICENTIN	16	0	10	2	NÃO	15/06/1973
10	63	SOLANGE LEITE	16	0	10	2	NÃO	26/05/1976
11	89	DAIANE CRISTINA FURLAN	16	0	10	2	NÃO	07/11/1988
12	66	NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA	16	0	10	0	NÃO	01/06/1971
13	2	JUCILENE MONTANARE	16	0	10	0	NÃO	15/09/1973
14	29	ELAINE CRISTINA DREHER FAGUNDES	16	0	10	0	NÃO	19/01/1976
15	62	SOLANGE SCHADE	16	0	10	0	NÃO	06/08/1985
16	33	IZABEL DE GOES	15	0	10	2	NÃO	08/02/1973
17	58	SIRLENE DE FATIMA LANGARO	15	0	10	2	NÃO	21/12/1981
18	35	GIOVANA CESA	15	0	10	0	NÃO	27/12/1983
19	32	RAQUEL DE GOES	14	0	10	2	NÃO	28/02/1981
20	74	JOSEANE CARLA MILANI	13	0	10	2	NÃO	03/09/1987
21	18	NEIVA ARTIFON VARELLA	12	0	10	1	NÃO	30/11/1978
22	38	ELIANE FATIMA FERRARI	10	0	10	0	NÃO	06/02/1969

terça-feira, 2 de dezembro de 2014

Página 1 de 2

23	106	MARLI TEREZINHA BENTO MATTIOLLO	10	0	2	1	NÃO	04/02/1977
24	23	JOSIANE CORDEIRO	9	0	6	0	NÃO	20/03/1994
25	31	MARCIO DIAS BARBOSA	9	0	4	1	NÃO	13/09/1976
26	104	LIGIA DIAS DE ALMEIDA	9	0	4	0	NÃO	07/06/1993
27	79	KATIANE MUNARI	8	0	2	1	NÃO	19/08/1982
28	111	EDNA FERREIRA MOSKWIAK	7	0	6	1	NÃO	07/06/1989
29	54	MARLI SCHABERLE BILIK	6	0	6	1	NÃO	15/03/1972
30	59	LETÍCIA APARECIDA FERREIRA	4	0	4	1	NÃO	29/03/1993
31	94	JOZIELE RUBIANE MACHADO DA SILVA	3	0	2	1	NÃO	05/07/1990
32	117	ALICE MOREIRA LEITE	3	0	2	1	NÃO	20/07/1992
33	103	CAMILA ROBUSTO	3	0	0	0	NÃO	28/09/1991
34	4	MONICA DE OLIVEIRA MEIRELES	2	0	2	1	NÃO	21/09/1986
35	27	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	2	0	2	0	NÃO	13/05/1977
36	5	FRANCIANE SOUZA DOS ANJOS CAMARGO	2	0	0	1	NÃO	18/08/1985
37	15	JUCELITA CAMPAGNARO DALANHOL	2	0	0	0	NÃO	12/09/1989
38	41	DANIELE DA SILVA XAVIER	1	0	0	1	NÃO	01/11/1985
39	90	DAZULDIA REGNER TEIXEIRA	1	0	0	1	NÃO	21/02/1993

terça-feira, 2 de dezembro de 2014

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Epidemiológico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Epidemiológico**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	14	ADRIANA APARECIDA GONÇALVES	10	0	10	2	NÃO	28/06/1984
2	113	ANDREIA APARECIDA COSTA DA ROSA	10	0	10	0	NÃO	13/04/1981
3	1	ELIZA ANDREIA MAGAGNIN	7	0	2	1	NÃO	07/03/1990
4	39	NOELI RICHTER DE SOUZA	2	0	2	1	NÃO	03/10/1973
5	21	JOSIELE GUETTEN DE OLIVEIRA	2	0	2	1	NÃO	11/12/1984
6	24	GUILHERME ELIAS VEBER	2	0	2	0	NÃO	24/10/1995
7	49	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES	1	0	0	1	NÃO	01/09/1994
8	7	JOÃO GUILHERME ALMEIDA DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	16/11/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Odontólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Odontólogo**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	85	GIANA ROBERTA FURTADO	30	10	10	1	NÃO	14/06/1981
2	52	CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	28	10	10	0	NÃO	27/04/1982
3	19	FRANCIANE GOMES	24	10	6	0	NÃO	26/03/1987
4	64	FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE	15	0	10	0	NÃO	30/10/1958
5	78	ANDREA BRESOLA	13	0	10	0	NÃO	28/09/1989
6	61	ANA CRISTINA SORDI	12	0	10	0	NÃO	20/07/1980
7	100	FRANCIELE CRISTINA TONET	10	10	0	0	NÃO	23/11/1988
8	86	MAIKON PEDRO FABIAN	10	0	10	0	NÃO	30/06/1991
9	84	MURILO SCHUVARTZ ARRUDA	10	0	10	0	NÃO	18/01/1993



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Odontólogo - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Odontólogo - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	107	PAULO HENRIQUE MANOEL XERRI	25	10	10	2	NÃO	23/10/1972
2	8	FRANZ IKEDA SHIMOYA JUNIOR	25	10	10	2	NÃO	15/09/1977
3	68	ADRYLEINE PATRICIA ABRAMSSON	23	10	10	0	NÃO	04/09/1989
4	30	FABIANA GUERRINI VIEIRA DA SILVA	15	0	10	2	NÃO	14/06/1977
5	105	ADRIA APARECIDA BIANCHI KURITA	10	0	10	1	NÃO	10/01/1976



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Técnico em Higiene De Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 14 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Higiene Dental

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	51	LUCILA CASAGRANDE	20	0	10	2	NÃO	30/11/1973
2	108	SUZANA APARECIDA DE SOUZA	12	0	10	1	NÃO	05/11/1987
3	10	CLAUDIA DE LIMA CHERET	9	0	4	1	NÃO	12/07/1991
4	20	ELAINE CRISTINA DE CÓRDovas	6	0	2	1	NÃO	06/05/1989
5	88	NINA ROSA PELIZZONI	5	0	0	0	NÃO	05/07/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Enfermeiro Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 2 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Enfermeiro

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	70	LUCIANA CORRÊA BECKER	32	10	10	1	NÃO	15/04/1980
2	80	SALETE PARIS	32	10	10	0	NÃO	22/01/1967
3	60	LICÉIA RINALDI RAMOS	32	10	10	0	NÃO	02/06/1978
4	57	NATALIA FANTINEL	32	10	10	0	NÃO	12/07/1985
5	92	MARILDE ANTUNES MOREIRA	25	10	10	3	NÃO	13/11/1964
6	13	JADETE DALLAGNOL	25	10	10	0	NÃO	05/02/1967
7	93	FLAVIANA RIBEIRO DE DEUS	24	10	10	1	NÃO	19/07/1986
8	55	BERNADETE APARECIDA RIBEIRO	22	10	10	1	NÃO	30/09/1970
9	34	MARIZA DE FATIMA OZÓRIO	21	10	10	1	NÃO	23/05/1971
10	69	MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER	20	10	10	0	NÃO	05/03/1968
11	81	DULCILENE MARIA DE ARAUJO MARINHO	17	0	0	0	NÃO	03/03/1978
12	72	ELIANE MELO RIBEIRO	10	0	8	2	NÃO	13/06/1980
13	101	MARILIA DE BAIRROS CERON	9	0	8	1	NÃO	08/09/1987
14	110	BRUNA APARECIDA SAVIAN	8	0	6	0	NÃO	27/04/1991
15	28	JORSYSLANE DE JESUS FERREIRA DURANS	2	0	2	0	NÃO	30/04/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	65	CAROLINE ISRAEL	17	10	4	0	NÃO	23/01/1982
2	95	ALINE SAVIAN CONCI	5	0	2	0	NÃO	03/06/1990
3	37	FLAVIANE FERRARI DA SILVA	3	0	0	2	NÃO	23/04/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	102	TACIANE MITTANCK	20	10	4	1	NÃO	25/01/1987
2	17	ELEIA REGINA DA ROSA LOCATELLI	15	10	0	1	NÃO	14/09/1985
3	9	ANGELA MOREIRA DOS SANTOS	13	0	8	0	NÃO	09/03/1984
4	91	REGIANE MACIEL BATISTA	9	0	6	1	NÃO	11/12/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Assistente Social Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 6 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Assistente Social

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO	27	10	10	0	NÃO	31/01/1960
2	73	LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS	13	0	10	0	NÃO	21/08/1987
3	22	ANDREIA CARLA DA SILVA BUENO	12	0	10	1	NÃO	27/09/1986
4	82	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	6	0	6	0	NÃO	11/04/1966



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Assistente Social - 20h Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 7 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Assistente Social - 20h

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	112	ELISANGELA BIRNFELD	11	0	6	0	NÃO	01/05/1983
2	11	BRUNA DA FONSECA	6	0	4	0	NÃO	26/02/1990
3	116	JANAINA VARGAS	4	0	2	1	NÃO	23/08/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	44	KARINE CAMPAGNARO	28	10	10	0	NÃO	29/04/1987
2	26	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	25	10	10	0	NÃO	24/09/1985
3	98	ELISANGELA APARECIDA JAEGER	24	10	10	0	NÃO	22/06/1976
4	71	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	22	10	10	0	NÃO	24/05/1966
5	99	JAMILA KARINE BUSNELLO	21	10	10	0	NÃO	22/09/1990
6	118	HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	15	10	4	0	NÃO	04/03/1987
7	77	DIANA TAVARES DA ROSA	10	0	4	1	NÃO	29/12/1984



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Psicólogo - 20h** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Psicólogo - 20h**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	6	ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	25	10	8	1	NÃO	03/11/1980
2	97	SIMONE CONTE	23	10	10	0	NÃO	09/04/1986
3	76	LUCIANE ESKELSEN OGLIARI	20	10	10	1	NÃO	05/07/1973
4	87	MAIARA DE CÁSSIA BOLZANI	20	10	10	0	NÃO	24/03/1990
5	83	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA	10	0	10	0	NÃO	20/03/1990
6	43	ELIANE INES TENCONI BORGES	8	0	4	1	NÃO	28/09/1972
7	96	CAROLINE DA COSTA MANFREDI	4	0	4	0	NÃO	04/01/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: Técnico em Higiene De Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 14 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Técnico em Higiene Dental

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
75	LEIDIANE DE OLIVEIRA		Não possui pré requisito do Edital

DECRETO Nº 0326, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0040, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0040, de 22 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0040 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	3 - Terapeuta Ocupacional - 20h										
Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO										
Código:	3	Área de Atuação: Geral									
Disciplina:	Terapeuta Ocupacional - 20h										
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato			Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 3 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - 20H											

Critérios de Desempate

1º2º3º4º5º6º

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 674 - 2014 ABRE CRÉDITO

DECRETO Nº 674/2014, 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO NO PPA, LDO E LOA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério art. 13, § 2º, 14 e 15 da Lei nº 772/2013 de 09/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito no PPA, LDO e LOA da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE.
	4.4.90.00.00.00.00.0.0632	Aplicações Diretas
	140	Aplicações Diretas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 02 de dezembro 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 675 - 2014 CONVENIO

DECRETO Nº. 675/2014, 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13º § 2º, 14, 15, da Lei nº 772/2013 de 09/12/2013 e Lei nº 803/2013, art. 1º Parágrafo Único.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 222.754,13 (Duzentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	VALOR R\$
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	1.048	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS, PRÉ ESCOLAS E CRECHE.	
	4.4.90.00.00.00.00.0.0632	Aplicações Diretas	
	140	Aplicações Diretas	R\$ 222.754,13

TOTAL

R\$ 222.754,13

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizado o contrato de doação no valor de U\$ 99.506,00 (noventa e nove mil, quinhentos e seis dólares americanos) sendo convertido em moeda brasileira no valor R\$ 222.754,13 (duzentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos), firmado entre o Consulado Geral do Japão em Curitiba e a Prefeitura Municipal de Frei Rogério.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 02 de dezembro de 2014.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 676 - 2014 SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 676/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério, art.12º, Inciso II, da lei nº 772/2013 de 09/12/2013 e Lei Municipal n.º 807 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	01	CAMARA DE VEREADORES	
Unidade:	01	PODER LEGISLATIVO	
Proj./Ativ.	2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
06	3.3.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
Unidade:	01	PODER LEGISLATIVO	
Proj./Ativ.	2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
07	4.4.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
	TOTAL		R\$ 17.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	01	CAMARA DE VEREADORES	
Unidade:	01	PODER LEGISLATIVO	
Proj./Ativ.	1.001	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA	
01	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
	TOTAL		R\$ 17.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 02 de dezembro de 2014.
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO 028/2014, TOMADA DE PREÇOS 02/2014

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar, no dia 19 de dezembro de 2014, as 09h00min, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria 05/2014, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de empreitada pelo menor preço global, (material e mão de obras), tendo por objetivo a reforma e ampliação da Escola Municipal Irmã Florentina.

Local: Prefeitura Municipal, Rua Adolfo Soleti, nº 750.

Informações e Edital poderão ser obtidos através do site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 02 de dezembro de 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal.

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 916/2014.

PORTARIA N.º 916, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 09/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 917/2014.

PORTARIA N.º 917, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3701, referente à 2011/2012, no período de 01/11/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 918/2014.

PORTARIA N.º 918, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO RICARDO RIBEIRO, Matrícula Funcional n.º 3557, referente à 2013/2014, no período de 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 919/2014.

PORTARIA N.º 919, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, matrícula n.º 3554, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/11/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 920/2014.

PORTARIA N.º 920, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ZÉLIA LIMA CHAVES, matrícula n.º 3596, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/11/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 921/2014.

PORTARIA N.º 921, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARIA APARECIDA MACHADO BATISTA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 5634, contribuinte do Regime

Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 93 (noventa e três) dias, a partir de 09/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 923/2014.

PORTARIA N.º 923, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora TAMARA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4887, referente à 2013/2014, no período de 03/11/2014 à 17/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 03/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 924/2014.

PORTARIA N.º 924, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CHARLES BARBOSA SALAZAR, Contrato n.º 312/2013, em 07/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 925/2014.

PORTARIA N.º 925, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora JANETE COELHO GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0785, referente a 2006-2011, no período de 10/11/2014 à 08/01/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 926/2014.

PORTARIA N.º 926, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARGARETE MARTINS PAUSE, Contrato n.º 236/2013, em 03/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 927/2014.

PORTARIA N.º 927, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5577, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 23/10/2014, sendo encaminhado(a) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento da servidora para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 928/2014.

PORTARIA N.º 928, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ZELINA ALEXANDRINA SOARES DE FREITAS, Merendeira, matrícula funcional n.º 5447, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 39 (trinta e nove) dias, a partir de 23/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 929/2014.

PORTARIA N.º 929, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 0722, referente à 2013/2014, no período de 10/11/2014 à 24/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 930/2014.

PORTARIA N.º 930, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/11/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora SAMANA GROTKOWSKI, Matrícula Funcional n.º 5179, concedidas através da Portaria n.º 879/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 932/2014.

PORTARIA N.º 932, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA TEREZINHA DOS SANTOS ABREU, Professora, matrícula funcional n.º 0754, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 04/11/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/11/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 934/2014.

PORTARIA N.º 934, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/11/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento da servidora para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/11/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 935/2014.

PORTARIA N.º 935, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DORACI MARTINS, Contrato n.º 151/2014, em 11/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 936/2014.

PORTARIA N.º 936, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CINARA RICARDO DE OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05/11/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/11/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 937/2014.

PORTARIA N.º 937, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à ser-
vidora MALVINA SOARES ESTÁCIO, Servente, matrícula funcional
n.º 5385, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato
temporário, pelo período de (76) setenta e seis dias, a partir de
01/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 938/2014.

PORTARIA N.º 938, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos
termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servi-
dor CLEBER KORTZ, Matrícula Funcional n.º 5080, referente à
2013/2014, no período de 03/12/2014 à 12/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 939/2014.

PORTARIA N.º 939, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos
termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora
NILCE DA SILVA ALVES, Matrícula Funcional n.º 5242, referente à
2013/2014, no período de 29/11/2014 à 28/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 946/2014.

PORTARIA N.º 946, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS
AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e
demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado
do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria
de Saúde no período de novembro de 2014:

MATRICULA	NOME
5717	Adriana Bessa da Silva
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5679	Carlos Eduardo de Abreu
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5664	Luzia Carlos de Oliveira
3759	Maria Aparecida dos Santos

5294	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5752	Priscila Gonçalves Bernardi
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Terezinha dos Santos
5593	Taís Chagas da Veiga
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 947/2014.

PORTARIA N.º 947, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS em 03/11/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MICHELE FERNANDES DE SÁ, Matrícula Funcional n.º 5110, concedidas através da Portaria n.º 880/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 948/2014.

PORTARIA N.º 948, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, referente à 2012/2013, no período de 09/12/2014 à 18/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 949/2014.

PORTARIA N.º 949, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ROSELAINE PEDROSO, Matrícula Funcional n.º 5046, referente à 2013/2014, no período de 01/12/2014 a 15/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 951/2014.

PORTARIA N.º 951, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora BIANCA CARLOS DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 5226, referente à 2013/2014, no período de 08/12/2014 a 17/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 952/2014.

PORTARIA N.º 952, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora EDIA MARA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3760, referente à 2012/2013, no período de 01/11/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 953/2014.

PORTARIA N.º 953, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA DE ABREU SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0099, referente à 2013/2014, no período de 01/12/2014 à 14/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 954/2014.

PORTARIA N.º 954, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei n.º 1000/2005, a GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE 70%, de seus vencimentos fixos, da Secretaria Municipal de Administração, da servidora VIVIAN SCHRÖTER, matrícula n.º 0428, em 31/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 955/2014.

PORTARIA N.º 955, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA TEREZINHA DOS SANTOS ABREU, Professora, matrícula funcional n.º 0754, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 04/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 956/2014.

PORTARIA N.º 956, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora INÁCIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (14) quatorze dias, a partir de 17/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 957/2014.

PORTARIA N.º 957, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula n.º 0428, para exercer as funções do cargo de COORDENADOR DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS, da Secretaria Municipal de Administração, com Gratificação Especial de 45% do cargo ocupado, a partir de 01 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 960/2014.

PORTARIA N.º 960, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MURILO NASCIMENTO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4994, referente à 2013/2014, no período de 25/11/2014 à 24/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 961/2014.

PORTARIA N.º 961, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ALEXANDRA JACINTO, Contrato n.º 145/2014, em 21/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 963/2014.

PORTARIA N.º 963, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 10/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 964/2014.

PORTARIA N.º 964, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora VIVIAN DE ABREU, Professora, matrícula funcional n.º 5431, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 19/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 965/2014.

PORTARIA N.º 965, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARIA SALETE VIEIRA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 5445, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (17) dezessete dias, a partir de 01/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 967/2014.

PORTARIA N.º 967, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Relatório Final referente ao Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013 e Parecer Jurídico nº 63/2014 encerrou-se na denúncia do servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Fiscal de Obras II, Matrícula Funcional n.º 4284, indicando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Processo Sindicante, Portaria n.º 456/2013.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão as servidoras ROSILENE PACHECO DE LIMA, ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA e CENIR GRUNTHAL RAMOS para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 969/2014.

PORTARIA N.º 969, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CARINI MARTINS, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional n.º 5255, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (66) sessenta e seis dias, a partir de 29/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 970/2014.

PORTARIA N.º 970, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ELIANE DE SOUZA NASCIMENTO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5577, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 11 (onze) dias, a partir de 07/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 971/2014.

PORTARIA N.º 971, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JAQUELINE RITA GONÇALVES, Contrato n.º 393/2014, em 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 972/2014.

PORTARIA N.º 972, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JORGE CARLOS DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0077, referente à 2013/2014, no período de 01/12/2014 a 30/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 973/2014.

PORTARIA N.º 973, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ANA PAULA GOULART, Contrato n.º 260/2014, em 25/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 974/2014.

PORTARIA N.º 974, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIANA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05/11/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/11/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 975/2014.

PORTARIA N.º 975, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 880/2014 e suspensas através da Portaria n.º 947/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MICHELE FERNANDES DE SÁ, Matrícula Funcional n.º 5110, no período de 15/11/2014 à 27/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 977/2014.

PORTARIA N.º 977, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0071, pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 28/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 978/2014.

PORTARIA N.º 978, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora DERCIDES MAIATE DA ROSA BEZ, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5158, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (67) sessenta e sete dias, a partir de 24/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 979/2014.

PORTARIA N.º 979, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CINARA RICARDO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 05/11/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 980/2014.

PORTARIA N.º 980, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor JOAQUIM FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0733, referente a 2006-2011, no período de 01/12/2014 a 30/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 981/2014.

PORTARIA N.º 981, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor VIRISSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, matrícula funcional n.º 0015, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de novembro de 2014, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 982/2014.

PORTARIA N.º 982, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MERI TEREZINHA RODRIGUES HOFF, matrícula funcional n.º 0764, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de novembro de 2014, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 983/2014.

PORTARIA N.º 983, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor EDEGAR FURTADO RODRIGUES, matrícula funcional n.º 3838, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de novembro de 2014, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 984/2014.

PORTARIA N.º 984, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor NILTON CESAR RODRIGUES, matrícula funcional n.º 0925, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de novembro de 2014, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/11/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 985/2014.

PORTARIA N.º 985, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDMILSON CUNHA OLIVEIRA, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 5597, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 24/11/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/11/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

AVISO DE LICITAÇÃO PE092/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 092/2014
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para fornecimento em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, pretendendo a Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos de aparelhos de ginástica para academias ao ar livre. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 15/12/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 15/12/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 179/2014

DECRETO N.º 179, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 31.394,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 31.394,00 (trinta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	15.000,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade	15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.694,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.694,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	6.694,00
3.1.90.0.3.29.000007 - Aplicações Diretas	5.800,00
3.1.91.0.3.29.000007 - Aplicações Diretas	894,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	9.700,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	9.700,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	9.700,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 31.394,00 (trinta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE 15.000,00
04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade 15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.694,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.694,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social 6.694,00
3.3.90.0.3.29.000007 - Aplicações Diretas 6.694,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO 9.700,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico 9.700,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.700,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO N.º 180/2014

DECRETO N.º 180, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 310.239,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 310.239,00 (trezentos e dez mil, duzentos e trinta e nove reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	44.696,00
0412291.005 - Aquisição de Veículos	44.696,00
4.4.90.0.1.92.001104 - Aplicações Diretas	44.696,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	87.881,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	45.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	45.000,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	446,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	446,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	10.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	27.700,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	7.700,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	4.735,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.600,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.135,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
08243562.033 - Apoio ao Conselho Tutelar	5.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.000,00
15452312.050 - Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública	4.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	168.662,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	150.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	8.662,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
3.1.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas	562,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	100,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 310.239,00 (trezentos e dez mil, duzentos e trinta e nove reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PE093/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 093/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo aquisição parcelada de uniforme para atender aos alunos da rede municipal de ensino, da Secretária de Educação do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h10min do dia 15/12/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h20min do dia 15/12/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 181/2014

DECRETO N.º 181, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 42.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

16.01 - IPREGOBA-INSTITUTO DE PREVIDENCIA	42.000,00
28.27200602.071 - Amparo ao Inativos e Pensionistas	42.000,00
3.1.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas	42.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO N.º 016/2014

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 016/2014

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 016/2014, para o seguinte cargo:

CARGO: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	MARA SILVA
002	CARLOS ALBERTO ABREU DA SILVA
003	MARIANA BURGOS LOBÃO BARROSO
004	WILTON DINIZ GREGÓRIO
005	JOSÉ AILTON RODRIGUES DA SILVA
006	LETÍCIA TONIOLO
007	REJANE TERESINHA BUENO
008	LUIZ OCTAVIO BUENO DE CARVALHO
009	NÁZARO CARDOSO
010	LEONICE DE CARVALHO BUENO
011	PATRICE GUIMARÃES TAVARES
012	GUSTAVO BRITO GOULART SALDANHA
013	WAGNER GOULART BONORINO
014	ENIA APARECIDA GRACIA BERNARDO
015	ALICE MASCOLO DE SENNA - Desclassificada
016	EVELINE KLEIN - Desclassificada
017	LETÍCIA DE SOUZA DIOGO- Desclassificada
018	JOICE FERNANDA DA SILVA - Desclassificada
019	VIVIANE FERREIRA NUNES- Desclassificada
020	KARINA FRAGA MASERA - Desclassificada

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PRORROGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 019/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 019/2014

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES

Considerando que o número de candidatos inscritos foi insuficiente para preencher a quantidade de vagas oferecidas,

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público que PRORROGOU até 11/12/2014, as inscrições do Processo Seletivo, referente ao Edital n.º 019/2014, Publicado no DOM/SC - Edição nº 1615, em 14/11/2014.

Garopaba, 02 de Dezembro de 2014.

Secretario Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Garopaba

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 18 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 18 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
AUTORIZA SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULO LOCADO PELA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.

Rogério Linhares, Presidente da Câmara de Vereadores do Muni-
cípio de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas
pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, e de-
mais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Autorizar o Senhor LUCEMAR CARDOSO, matrícula nº
117 , RG 4469372 SSP/SC, Carteira Nacional de Habilitação nº
02005290103, a conduzir os veículos de placas MKO 6682, e MLB
0212, locados pela Câmara Municipal de Garopaba, conforme con-
trato nº Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 05/2013, para
serviço exclusivo do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor deverá se responsabilizar pelas eventuais in-
frações ocorridas no trânsito quando o veículo estiver sob sua di-
reção.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 02 de dezembro de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de
Garopaba, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil
e quatorze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2014,
de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DE
GAROPABA AO SENHOR JOÃO LUIZ SILVERIO PALMEIRO".(João
da Benga).

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do
Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das
atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna pú-
blico que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a
seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. É concedido Título de Cidadão Honorário do Município
de Garopaba ao Senhor JOÃO LUIZ SILVERIO PALMEIRO, natural
do Rio de Janeiro - RJ, sendo apelidado de João da Benga, uma
abreviatura popular da Bengala que usava devido a Poliomielite
que contraiu na cidade que nasceu - Rio de Janeiro.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do res-
pectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 02 de dezembro de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal
de Garopaba, aos dois dias do mês de novembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014 de
acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislativa e

Processo Legislativo

Garuva**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO Nº 03 EDITAL DE REMOÇÃO Nº 01/2014**

Edital 001/2014 - Concurso de remoção

Portaria nº 440/2014

RETIFICAÇÃO 03

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 440/2014 de 21/10/2014, no uso de suas atribuições torna público e estabelece a retificação do Edital 001/2014 que trata " CONCURSO DE REMOÇÃO", passa a vigorar com a seguinte alteração:

Onde se lê:

2 QUADRO DE VAGAS EXISTENTES

Nº VAGAS	DISCIPLINA/ ÁREA	CARGA HO- RÁRIA	TURNO	INSTITUIÇÃO
01	ANOS INICIAIS - REGENTE	20 H	MATUTINO	E.M. GUILHER- ME R.E.P. BENKENDORF

Leia-se :

2 QUADRO DE VAGAS EXISTENTES

Nº VAGAS	DISCIPLINA/ ÁREA	CARGA HO- RÁRIA	TURNO	INSTITUIÇÃO
01	ANOS INI- CIAIS	20 H	VESPERTINO	E.M. GUILHER- ME R.E.P. BENKENDORF

Garuva, 02 de dezembro de 2014.

Adriane Beatriz Moecke Galando

Presidente da Comissão Organizadora

Gaspar**PREFEITURA****AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2014

OBJETO: Contratação de seguro para a frota municipal. ENVELOPES até as 09h do dia 17/12/2014, no Depto. de Compras. Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 09h30min, no mesmo local. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou no site: www.gaspar.sc.gov.br;

Gaspar (SC), 03/12/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 94/2014 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 094, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

04.00	SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENVOLV. URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
2.008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0017	Aplicações Diretas	R\$	3.032,82
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.018	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO MÉDIO		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0146	Aplicações Diretas	R\$	1.479,07
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0044	Aplicações Diretas	R\$	7.354,28

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0017	Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP)	R\$ 3.032,82
0146	Transf. de Convênios – Educ. - Transporte Escolar Estadual - Médio	R\$ 1.479,07
0044	Fundo Especial do Petróleo – FEP	R\$ 7.354,28

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
02 de Dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 02 de Dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 93/2014 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000093/14 de 2 de Dezembro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(093)3.3.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Suplementação:**5.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(091)3.1.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

Total Anulação:**5.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 2 de Dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**DECRETO DF 95/2014 - ORÇAMENTO****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000095/14 de 2 de Dezembro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(023)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(040)4.4.90.00.00.00.00.2.040-0066 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

Total Suplementação:	9.000,00
-----------------------------	-----------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(026)3.3.90.00.00.00.00.2.037-0002 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(039)3.3.90.00.00.00.00.2.040-0066 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

Total Anulação:	9.000,00
------------------------	-----------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Dezembro de 2014.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 2 de Dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

LEI Nº. 4172/2014

LEI Nº. 4172/2014

Altera dispositivos da Lei nº. 3453/2008, que institui o Plano Diretor do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o inciso I, do art. 42 da Lei nº. 3453/2008 e, acrescenta ao mesmo as alíneas "j", "k", e "l", que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - 12 (doze) representantes titulares e 12 (doze) representantes suplentes do Poder Público, distribuídos do seguinte modo:

[...]

- j) Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim;
- k) Secretaria Municipal de Assuntos de Gestão Estratégica;
- l) Defesa Civil."

Art. 2º. Altera o inciso II, do art. 42 da Lei nº. 3453/2008 e, acrescenta ao mesmo as alíneas "j", "k", e "l", que passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - 12 (doze) representantes titulares e 12 (doze) representantes suplentes da sociedade civil, distribuídos do seguinte modo:

- j) Bombeiros Voluntários;
- k) Indústria Petrolífera;
- l) Conselho dos Arquitetos e Urbanistas - CAU."

Art. 3º. As demais disposições da Lei nº. 3453/2008 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 442/2014

PORTARIA Nº 442/2014

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes do servidor A. A. dos S., levantadas pela Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, inciso I, III, IV, IX, X e XI, art. 50, inciso XI da Lei

Complementar nº. 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída ao servidor A. A. dos S., matrícula 370304, na função de Agente de Vigilância da Saúde, vinculado a Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Márcia Fagundes, Amandos Ravache e Maria do Nascimento Isidoro, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 443/2014

PORTARIA Nº 443/2014

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Maria klosowski Bruhmuller.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Maria klosowski Bruhmuller, na função de agente comunitário de saúde, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 16 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº. 444/2014

PORTARIA Nº 444/2014

RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Rosiane Cristina Petri de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde, Rosiane Cristina Petri de Souza na função de agente de serviços gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 395/2014

DECRETO Nº. 395/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

10.302.0006.2036

3339000000000000

10200 R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio

17.001

10.302.0006.2036

3319000000000000

10200 R\$ 250.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 396/2014

DECRETO Nº. 396/2014.

Substitui representantes das entidades inscritas como membros do "Núcleo de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal".

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos os representantes abaixo relacionados das entidades inscritas como membros do "Núcleo de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal", nomeados pelo Decreto nº. 360/2014:

ENTIDADE	REPRESENTANTE TITULAR	REPRESENTANTE SUPLENTE
Associação de Moradores Jardim Beira Rio	Maria Hatlan	João Ernesto Souza
Defesa Civil do Município de Guaramirim	Alfredo Frasson	Irineu J. Veiga Júnior
Fundação Meio Ambiente de Guaramirim	Rafaela Machado dos Santos	Uiliam Marcio Gonçalves
Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	Alessandra Vick	Janaína Ferreira
Câmara de Dirigentes Logistas de Guaramirim	Ivone Heizen	Paulo Correa

Art. 2º. Os serviços desempenhados serão considerados de grande relevância pública e não serão remunerados, tampouco possuirão qualquer vínculo empregatício com a administração pública municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATO 69/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO 69/2014

Processo de Licitação: 0125/2014 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E EQUIPAMENTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES JURO ZERO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: MAIOCHI VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.599.481/0001-17, estabelecida na Rod. BR 101 - Km 37, n.º 13.230, município de Joinville, Estado de Santa Catarina

Valor do Contrato: R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais)

Data da Assinatura: 28/11/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 02/12/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1295/2014

PORTARIA Nº 1295/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Responsável pelos Serviços e Programas Sociais na Saúde, para o Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência -7/E, 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a Lei Complementar Nº. 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1296/2014

PORTARIA Nº 1296/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 13 de novembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora Bernardete Salete Bortoli Gungermann (Matr. 548), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "G", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297/2014

PORTARIA Nº 1297/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 01 de dezembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora JOSEANGELA DE BARBA (Matr. 3612), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1298/2014

PORTARIA Nº 1298/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 587/2014, da Servidora LEONIDA MARIA BARETTA (Matr. 3571), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de maio de 2012 e 20 de maio de 2013, para serem gozadas a partir de 01 de dezembro de 2014 a 15 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1299/2014

PORTARIA Nº 1299/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora MARISA LANGER (Matr. 4042), a partir de 02 de dezembro de 2014, aprovada e classificada em 15º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto

à Secretaria de Saúde, na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, de conformidade com a LC Nº 320/2014. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1300/2014

PORTARIA Nº 1300/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 02 de dezembro de 2014, da Servidora CIBELE TE-REZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1301/2014

PORTARIA Nº 1301/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 02 de dezembro de 2014, da Servidora VERANICE ELAINE THEISEN (Matr. 3625), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Analista Instr.Planejamento Público, Nível - 11, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 010/2014 CODEMI

RESOLUÇÃO Nº010/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 1º de Agosto de 2014.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Gelson José Piovesan constituído 40(quarenta) horas de Trator de Esteira, 200(duzentos) km de Caçamba e 40(quarenta) horas de Escavadeira Hidráulica.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

Ibiam, 02 de Dezembro de 2014.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em:/12/2014

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Imarui**PREFEITURA****DECRETO GP Nº. 125 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO GP Nº. 125 DE 02 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, criado pela Lei nº. 1.359, de 04 de fevereiro de 2009, os seguintes membros:

I - REPRESENTANTE DE DIRETORES:

- a- Miria Valmíria Vieira (titular);
- b- Josiane Corrêa Venâncio (suplente);

II - REPRESENTANTE DE PROFESSORES:

- a- Sirley Sousa Cardoso de Sousa (titular);
- b- Rosa Manoel Cardoso (suplente);

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE:

- a- Vânia de Souza Silveira (titular);
- b- Ismael Sousa Vieira (suplente);

IV - REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO:

- a- Adriane dos Passos da Rosa (titular);
- b- Sabrina Feliciano da conceição (suplente);

V - REPRESENTANTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

- a- Vanderleia Ivete Marques Matos (titular);
- b- Marta da Silva Maia (suplente);

VI - REPRESENTANTE DOS PAIS:

- a- Carolina Pedro Vieira Nunes (titular);
- b- Cristiane dos Santos Carvalho (suplente);
- c- Cristina Gonçalves Cardoso (suplente);
- d- Claudirene Fernandes (suplente);

VII - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

- a- Vera Lúcia Cardoso de Oliveira (titular);
- b- Lucas Alves Corrêa (titular);
- c- Anaiady Tavares Costa (suplente);
- d- Talita Lessa Matias (suplente);

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- a- Viviane Carvalho Silvino (titular);
- b- Denise Casemiro Fortunato (Suplente)

VIV - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- c- Eliane Silveira Cabral (titular);
- d- Jair Paulo (Suplente)

Art. 2. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto GP nº 145, de 23 de agosto de 2011, bem como todas as disposições em contrário.

Imaruí, 02 de dezembro de 2012.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 126, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 126, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$25.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.036	MANUTENÇÃO DO PROJETO NAVEGAR			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00.00.00	280	1.024	Material de Consumo	25.000,00
Total Suplementação				25.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação por Superávit que trata o item anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro relativo à Transferência do Convênio do Projeto Navegar

Art. 3º Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 02 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/DGP Nº 523/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 523, de 02 de dezembro de 2014.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DANIELA DUTRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 068.550.429-88, para exercer o cargo de Chefe de Departamento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de dezembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2014 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO Nº 48/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2014
CREDENCIAMENTO 08 /2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 18 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Inexigibilidade do tipo menor preço global, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de fisioterapia, grupo 03 e subgrupo 02, da tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do sus

A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de dezembro de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal

PMI SEDUCE 2011/120 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2011/120 A04
Contratada: EMPRESA FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.
C.N.P.J: 03.354.241/0001-27
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato para até 31 de dezembro de 2015.
Valor: R\$39.900,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 82/2011 Pregão 56/2011

Imbituba, 17 de Dezembro de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretário Municipal de Educação
Contratante

Fundação de apoio a educ., pesq. E ext. da UNISUL
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/247 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2014/247 A00
Contratada: ELETRONS MATERIAIS ELETRICOS LTDA
C.N.P.J: 85.392.074/0001-73
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA NA CELESC-D S/A PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DO PROJETO DE REDE DE BAIXA TENSÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA APROVADO NA CELESC-D S/A SOB PROTOCOLO Nº 163741 DE 03/09/2014.
Valor: R\$45.893,85 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 148/2014 Carta Convite 09/2014

Imbituba, 27 de novembro de 2014.
José Afonso De Carvalho
Secretario Municipal Da Seinfra
Contratante

Eletrons Materiais Eletricos Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/246 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2014/246 A00
Contratada: IMBIMOLDE PRE-MOLDADOS & CONTRUÇÕES LTDA - EPP.
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE GINÁSTICA DA PRAÇA DO BAIRRO VILLAGE, LOCALIZADA NA RUA PAULO PEREIRA DA SILVA.
Valor: R\$17.513,58 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 145/2014 Pregão 88/2014
Imbituba, 17 de Dezembro de 2014.

José Afonso De Carvalho
Secretario Municipal Da Seinfra
Contratante

Empresa Imbimolde Pre- Moldados & Construções Ltda - epp.
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/91 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/91 A02

Contratada: IMBIMOLDE PRE-MOLDADOS & CONTRUÇÕES LTDA
- EPP.

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: PRORROGAÇÃO DE 30(TRINTA) DIAS DO PRAZO DO
CONTRATO PARA ATÉ 25/12/2014.

Fundamento: Processo nº. 68/2014 Carta Convite 03/2014

Imbituba, 25 de novembro de 2014.

José Afonso De Carvalho

Secretario Municipal Da Seinfra

Contratante

Empresa Imbimolde Pre- Moldados & Construções Ltda - epp.

Representante Legal

Contratada

EDITAL Nº 001.2014 - SEDURB - AMBULANTES**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB****EDITAL Nº 001/2014/SEDURB**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**, através da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável**, de acordo com a legislação vigente, em especial o Decreto PMI Nº 120, de 12 de novembro de 2012, faz saber a quem possa interessar, que receberá inscrições para o exercício de atividade de comércio **ambulante** (Trailler, Tenda, Ambulante e Quiosque) e Pessoas Jurídicas (Venda de picolés e Sorvetes) nas praias do município para a temporada de 2014/2015 além de venda de produtos diversos (Redes e mantas) pra igual período, nos logradouros públicos.

1. OBJETO

Constituem objeto do presente Edital, as seguintes atividades comerciais e de prestação de serviços:

- 1.1. TRAILLER: Unidade móvel instalada e removida diariamente em Ponto de Atividade, fora da faixa de área da praia;
- 1.2. TENDA: Unidade padronizada pela SEDURB (Anexo IV) para serem, montadas e retiradas nas praias para venda de produtos e/ou prestação de serviços autorizados pela SEDURB;
- 1.3. AMBULANTE: Vendedor ambulante compreende exclusivamente aquelas atividades de caráter individual, exercidas em mãos, em tabuleiros, em caixas de até 80 litros ou em carrinho (não motorizado e nem reboque), para comercialização ambulante, ou seja, não fixa, para venda de produtos autorizados pela SEDURB;
- 1.4. QUIOSQUE: Unidade construtiva precária a ser instalada em terrenos particulares, mediante prévia autorização do proprietário, sujeita a aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB;
- 1.5. PICOLÉS E SORVETES: Venda de picolés e sorvetes em carros próprios com lixeira para esse fim, na faixa de areia das praias do município;
- 1.6. REDES E MANTAS: Atividade de venda de redes e mantas, nos logradouros públicos, fora das praias, durante a temporada de verão, conforme critérios da SEDURB.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para os efeitos deste Edital, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando legalmente ocupado por particulares;
- 2.2. São Pontos de Atividades aqueles indicados nos Anexos I e II do Decreto PMI nº 0120/12.
- 2.3. Os comerciantes ambulantes deverão optar pela comercialização de apenas 01 (um) dos seguintes grupos de produtos:
 - I - Bebidas e alimentação;
 - II - Artigos de Praia (cangas, chapéus, bonés, saída de praia, bolsas e sandálias);
 - III - Artesanato em geral;
 - IV - Aluguel de cadeiras e guarda-sóis (Ponto Fixo);
 - V - Escolas de surf, escola de bodyboard e stand up paddle wave (Ponto Fixo);
 - VI - Aluguel de equipamentos de surf, bodyboard e stand up paddle wave (Ponto Fixo);

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB****VII - Outros.**

2.4. Poderão participar apenas pessoas físicas e ou jurídicas que efetivamente exercerão a atividade pretendida.

2.5. É permitida uma só inscrição por núcleo familiar, quando se tratar de pessoa física.

2.6. Todo aquele que for classificado deverá providenciar Atestado de Saúde para obter a Autorização e o Alvará de Localização e Funcionamento.

2.7. A inscrição e o Alvará de Licença são pessoais e intransferíveis.

2.8. As Tendas e outros utensílios terão padrões definidos pela SEDURB - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

2.9. As Tendas destinadas a venda de bebidas e alimentação poderão disponibilizar cadeiras e guarda-sóis para seus clientes na quantidade máxima de 5 (cinco) jogos, devidamente identificados.

2.10. As cadeiras e guarda-sóis em locação deverão estar em perfeito estado de conservação, não sendo admitido tecido rasgado e efeito de oxidação, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença.

2.11. As cadeiras e guarda-sóis deverão permanecer fechados e dentro de local próprio, parte integrante da tenda, quando não estiverem sendo utilizados.

3. PRAZO

3.1. O prazo de duração dos Alvarás de Licença emitidos para os proponentes classificados, segundo os critérios do presente edital de credenciamento será de 90 (noventa) dias, iniciando-se em **20 de dezembro de 2014** com término em **20 de março de 2015**.

4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO**4.1. DA INSCRIÇÃO**

4.1.1. Os interessados deverão inscrever-se **no período de 03 de dezembro a 12 de dezembro de 2014, das 13:00h às 19:00h**, no Protocolo Geral da Prefeitura, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba/SC.

4.2. DA DOCUMENTAÇÃO**4.2.1. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA ANÁLISE DO PROCESSO:****4.2.1.1. Pessoa Física:**

a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;

b) Cópia do CPF e RG;

c) Cópia do Título de Eleitor;

d) Cópia do Comprovante de Residência: cópia do talão atual de água, telefone fixo ou luz com validade máxima de três meses ou cópia do contrato de locação autenticado em cartório.

Quando o comprovante estiver em nome de terceiro, o mesmo deverá ser acompanhado de

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB**

declaração de residência reconhecida em cartório. Quando o comprovante estiver em nome do cônjuge, o mesmo deverá ser acompanhado de Certidão de Casamento ou declaração reconhecida em cartório que comprove o vínculo;

- e) Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal;
- f) Certidão de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Imbituba;
- g) Duas fotografias (3x4).

4.2.1.2. Pessoa Jurídica:

- a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;
- b) Os documentos elencados nos itens anteriores, conforme a atividade, relativos a pessoa que atuará no Ponto de Atividade;
- c) Contrato Social da Empresa e suas alterações;
- d) CNPJ e RG do Dirigente majoritário;
- e) Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal;
- f) Declaração de um único distribuidor direto que irá representar a empresa, no caso de impedimento da titular;
- g) Alvará de Licença do Município para funcionamento;
- h) Alvará sanitário quando for empresa fabricante de produtos alimentícios.

4.2.1.3. Estrangeiros:

- a) Requerimento padrão (Anexo III do Decreto PMI nº 0120/12) devidamente preenchido, acompanhado de Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;
- b) Os documentos elencados nos itens anteriores, conforme a atividade, relativos a pessoa que atuará no Ponto de Atividade;
- c) Cédula de Identidade de Estrangeiro expedida pela Delegacia de Polícia Federal.

4.2.2. DA DOCUMENTAÇÃO OPCIONAL PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO

- a) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es) em nome do requerente;
- b) Cópia de Certificado do Curso de Relações Humanas;
- c) Cópia de Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos;
- d) Cópia da documentação que comprove a residência no município de Imbituba no último ano (apresentando comprovante de 12 meses atrás da data de protocolo e do mês atual a qual protocolou);
- e) Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade.

5. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO.

5.1. A Comissão de que trata o art. 8º do Decreto PMI nº 0120/12 compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendam as disposições do presente Edital e da legislação em vigor, levando em consideração os seguintes critérios:

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades





**GOVERNO DE
IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

TABELA DE SELEÇÃO E JULGAMENTO		
ITEM	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
5.1.1	Cópia do CPF e RG	1,0
5.1.2	Comprovante de Residência (fatura de água/luz ou contrato de locação)	1,0
5.1.3	Comprovante de Eleitor do Município de Imbituba	5,0
5.1.4	Cópia de Alvará de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará)	2,0
5.1.5	Cópia do Certificado de Curso de Relações Humanas	1,0
5.1.6	Certificado de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal de Imbituba	1,0
5.1.7	Cópia do Certificado de Curso de Manipulação de Alimentos	1,0
5.1.8	Comprovar residência no município de Imbituba no último ano, apresentando comprovante de 12 meses atrás da data de protocolo e do mês atual a qual protocolou.	5,0
5.1.9	Residência num raio de até 5 km da praia pretendida	5,0
5.1.10	Residência num raio de até 10 km da praia pretendida	3,0
5.1.11	Residência num raio de mais de 20 km da praia pretendida	1,0
5.1.12	Cópia da certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade (cada um dos filhos)	0,25

5.2. A Comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação através das informações contidas nos documentos juntados ao processo.

5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas nos Anexos I e II, incluindo os deficientes físicos.

5.4. No caso de empate no item 5.1, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo e munido de Certificado de Conclusão de Curso de Relações Humanas e/ou de Manipulação de Alimentos, persistindo o empate será classificado o de maior idade/tempo de constituição da empresa.

5.5. Para pontuação serão extraídas as informações contidas na documentação do item 4.2.

5.6. A listagem dos classificados será divulgado no dia **15 de dezembro de 2014**, a partir das 18h, no Mural de Atos da Prefeitura, situada na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba/SC.

5.7. A escolha do Ponto de Atividade será realizada de acordo com a tabela dos Anexos I e II, no dia **18 de dezembro de 2014**, conforme horário e local definido na listagem de classificação.

5.7.1. A ausência do classificado no horário e local previsto ensejará preferência, na escolha, ao próximo relacionado na lista de classificação.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1. O resultado com a classificação dos proponentes, de acordo com o número de vagas para cada Ponto de Atividade será submetido à análise do Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável, para homologação e publicação no Mural de Atos da Prefeitura.

7. DOS RECURSOS

7.1. As pessoas que não concordarem com o resultado da classificação poderão solicitar revisão do processo até o dia **16 de dezembro de 2014**, através de recurso devidamente

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB**

fundamentado dirigido ao Chefe do Poder Executivo que decidirá em última instância, depois de ouvida a Procuradoria Geral do Município.

8. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

- 8.1. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação e do Alvará de Licença.
- 8.2. Somente poderá operar a pessoa física ou jurídica classificada, sendo vedada a locação, a sub-locação ou venda do Alvará;
- 8.3. A atividade deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré-determinado, qual seja, das 8:00 às 20:00 horas;
- 8.4. É proibido alterar a localização do Ponto de Atividade;
- 8.5. É proibido depositar caixas ou objetos na área externa da Tenda;
- 8.6. Não será permitida a ligação de água nas tendas;
- 8.7. Os carrinhos, tendas, recipientes e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança, os períodos de funcionamento pré-determinados, e adequarem-se aos modelos padronizados fornecidos pelo Município.
- 8.8. Retirar da praia diariamente, logo após o período de funcionamento, todo o equipamento usado em seu comércio;
- 8.9. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.

8.10. Dos Resíduos:

- 8.10.1. Todo comércio ambulante fixo deverá estar provido de sacos plásticos para o acondicionamento de seus resíduos (lixo), devendo depositá-los em ponto adequado para a coleta após o expediente;
- 8.10.2. Ter pelo menos 2 (duas) lixeiras de 40 litros, revestidas com saco plástico e de fácil acesso aos clientes, sendo que uma dessas lixeiras devem ser de lixo seco (plástico, papel, lata, etc) e outra de lixo orgânico (restos de comida);
- 8.10.3. Toda vez que a lixeira estiver cheia, os resíduos deverão ser acondicionados amarrados e colocados em ponto adequado para a coleta, conforme indicação da SEINFRA;
- 8.10.4. Manter a área em torno de seu Ponto de Atividade, num raio de 50 metros deste, em permanente estado de asseio e limpeza.
- 8.10.5. Proibido o despejo de águas servidas diretamente no meio ambiente sem o prévio tratamento.

8.11. Da Higiene:

- 8.11.1. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bombonas com torneiras e recipientes para coletar a água utilizada, cujo destino final deverá ser feito de acordo com a legislação sanitária e ambiental em vigor;
- 8.11.2. Dispor de sabonete líquido, papel toalha descartável e álcool a 70% para correta higienização das mãos;
- 8.11.3. Dispor de recipiente coletor de lixo, com tampa acionada sem uso das mãos para uso no interior da tenda;
- 8.11.4. O cocô verde, antes de ser oferecido para consumo, deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações. Os utensílios utilizados na sua manipulação devem estar limpos e serem lavados logo após o uso;

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB**

8.11.5. O milho verde deve ser lavado em água potável e mantido livre de contaminações, devendo ser cozido em água potável e mantido em temperatura acima de 60°C. Somente será permitida a oferta de manteiga, margarina, sal e outros acompanhamentos em porções individuais, cujas sobras devem ser descartadas (deve ser observada a temperatura de armazenamento ofertados, impressa em cada embalagem);

8.11.6. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo, devendo ser utilizado suporte com no mínimo 30 cm de altura;

8.11.7. É permitido o comércio tão somente de salgados industrializados, ou seja, embalados de fábrica, contendo informação nutricional, lote de produção, prazo de validade e outras previstas em lei. Não será admitida a comercialização de salgados fritos, assados (processados). **NÃO SERÁ ADMITIDO USO DE ESTUFA;**

8.11.8. É permitido o preparo de COQUETÉIS, desde que garantida a higienização com farta água corrente;

8.11.9. É permitido o comércio tão somente de sucos industrializados, ou seja, embalados de fábrica, não podendo ser processados na tenda;

8.11.10. O ambulante deverá portar o Atestado de Saúde de “apto para exercer atividade de manipulador de alimentos”, à disposição da Divisão de Vigilância Sanitária.

9. REGULAMENTO PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

9.1. Requisitos Gerais para Manipulação de Alimentos

9.1.1. Os manipuladores de alimentos devem apresentar rigoroso asseio pessoal, utilizar uniforme de cor clara (jaleco ou avental), ter os cabelos completamente protegidos, unhas sem esmalte, curtas e limpas, não utilizar adornos;

9.1.2. Os manipuladores de alimentos devem higienizar as mãos constantemente e sempre que tocarem em lixo, dinheiro ou outros locais/objetos não higienizados;

9.1.3. Os alimentos devem estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos) e devem ser mantidos nas condições de temperatura e armazenamento indicadas pelo fabricante;

9.1.4. Somente deve ser utilizado gelo de água potável e mantido livre de contaminações;

9.1.5. As caixas térmicas utilizadas devem apresentar bom estado de conservação e limpeza e permitir completa vedação;

9.1.6. Os utensílios utilizados para manipulação de alimentos devem ser de material de fácil higienização, resistentes à corrosão, lisos e impermeáveis. Fica proibido o uso de utensílios de madeira;

9.1.7. Somente será permitida a oferta ao consumidor de utensílios descartáveis;

9.1.8. Os canudos oferecidos devem estar embalados individualmente e lacrados.

9.2. Penalidades

9.2.1. A inobservância dos requisitos gerais para manipulação de alimentos exigidos pela Vigilância Sanitária acarretará em pena de advertência, apreensão e/ou inutilização dos produtos e/ou multa;

9.2.2. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata do Alvará de Licença. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB**

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. A exploração de atividade comercial e de prestação de serviços em bens públicos, em Ponto Provisório, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal;
- 10.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos de Saúde Federal, Estadual e Municipal;
- 10.3. Os Alvarás e demais documentos decorrentes deste Edital não poderão ser transferidos a terceiros e devem ser apresentados à Fiscalização Municipal sempre que solicitado;
- 10.4. A Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB, reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza;
- 10.5. Aplicam-se ao presente edital e aos procedimentos dele decorrentes toda a legislação pertinente à matéria;
- 10.6. A exploração de atividade comercial e de prestação de serviços em bens públicos, em Ponto Provisório, somente poderá iniciar com o respectivo Alvará de Licença, mediante prévio recolhimento à Fazenda Municipal dos tributos incidentes, mediante prévia Declaração expressa do requerente de que serão observadas e acatadas todas as condições determinadas neste Edital e na legislação em vigor;
- 10.7. Caso o interessado não retire o respectivo Alvará até o dia **05 de janeiro de 2015** o mesmo será automaticamente desclassificado, sendo convocado o próximo candidato por ordem de classificação;
- 10.8. Todos os que ferirem o presente Edital e/ou as posturas municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas Licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade;
- 10.9. Após a protocolização do requerimento de inscrição não será mais permitida entrega de documentos, exceto através de novo requerimento até a data limite para as inscrições;
- 10.10. Não serão permitidas a ligação de energia elétrica e água nas Tendas;
- 10.11. Tanto a distância mínima entre as tendas fixas como a distância mínima entre as tendas fixas e o comércio estabelecido provido de Alvará de Licença para a mesma atividade é de 50 (cinquenta) metros, com exceção da Praia do Rosa (Canto Norte) que deverá ter o padrão estabelecido pela SEDURB;
- 10.12. É expressamente proibido modificar o local designado pela municipalidade para prestação eventual do serviço ou atividade ambulante;
- 10.13. Nenhum ponto fixo ficará alocado em área de vegetação para quaisquer fins.
- 10.14. Havendo patrocinador para o fornecimento de tendas e demais equipamentos, o licenciado deverá dar preferência aos produtos da empresa patrocinadora;
- 10.15. Na falta de patrocinador para o fornecimento de tendas e demais equipamentos, é de responsabilidade do requerente classificado a aquisição do material;
- 10.16. Este Edital estará disponível no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina, endereço eletrônica: www.diariomunicipal.sc.gov.br, e na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades





**GOVERNO DE
IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

10.17. Ressalvados o direito adquirido, este Edital revoga o **EDITAL 001/2013/SEDURB**, naquilo que lhe for contrário.

Imbituba/SC, 03 de dezembro de 2014.

EDUARDO DOS PASSOS NUNES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

ANEXO I

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, I).

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	04
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	01
Ribanceira	01
Rosa	05
Vila Nova	02
Vila (Centro)	04
Demais Praias	01

Tabela para Comércio Ambulante com Ponto Fixo (Art. 3º, II).

LOCALIDADE(PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	05
Itapirubá	03
Luz	02
Porto	02
Ribanceira	02
Rosa	20
Vila Nova	03
Vila (Centro)	03
Demais Praias	02

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

ANEXO II

Tabela para Comércio Ambulante sem Ponto Fixo (Art. 3º, III)

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	10
Itapirubá	08
Luz	03
Porto	05
Ribanceira	05
Rosa	20
Vila Nova	10
Vila (Centro)	15
Demais praias	02

Tabela para Comércio Ambulante sem Ponto Fixo (Redes e Mantas)

LOCALIDADE	Nº DE VAGAS
Centro	03
Outras localidades	05

Tabela para Comércio de picolés e sorvetes

LOCALIDADE (PRAIA)	Nº DE VAGAS
Barra de Ibiraquera	04
Itapirubá	03
Luz	01
Porto	02
Ribanceira	02
Rosa	10
Vila Nova	06
Vila (Centro)	10
Demais praias	01

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

ANEXO III**FICHA CADASTRAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Nome:

Endereço:

Cidade/UF:

Carteira de Identidade:

CPF:

Estado civil:

Nº de filhos:

Situação econômica (em que atividade trabalha):

Renda mensal:

Trabalha ou já trabalhou no município de Imbituba: () Sim () Não

Em que atividade:

Em que período:

Possui preferência por ponto de atividade: () Sim () Não

Em que bairro (ou praia):

Atividade e data do pedido para Inscrição Municipal:

Tipo de instalação: () Trailer () Tenda () Ambulante

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades





GOVERNO DE
IMBITUBA

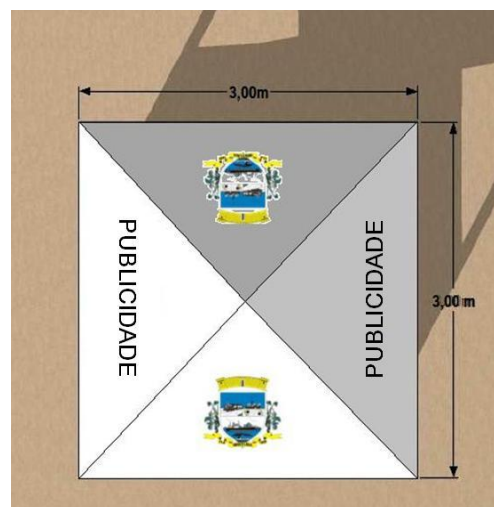
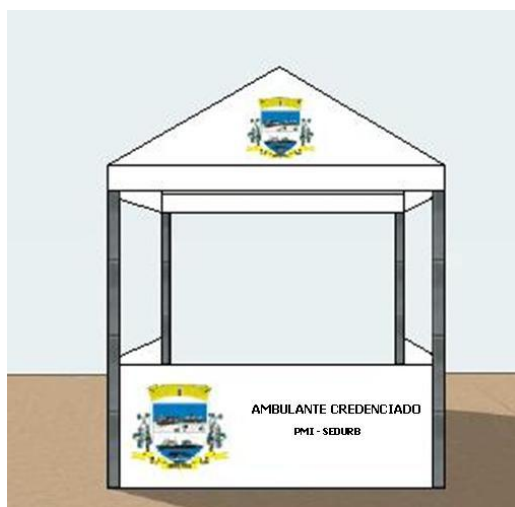
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

ANEXO IV

PADRONIZAÇÃO DE TENDAS

Modelo de Tenda

- Tenda piramidal de 4 águas, com dimensão de 3x4m, totalizando 12m² de área coberta.
- Estrutura de aço carbono, tratado com **zinco branco**, base de apoio dos pés em chapa de aço carbono.
- Travas de aço temperado superiores de segurança e travamento.
- Travas de aço temperado para regulagem de altura do pé direito.
- Base de apoio da estrutura em chapa de aço carbono.
- Pé direito entre 2,15 e 2,50m.
- Cobertura em **PVC (espessura= 0,40mm/ 100% poliéster de alta tenacidade/aditivação UV e anti-fungo).**



Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 055/14**

Ato da Presidência nº 055/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 42ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 04 de dezembro de 2014 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
165	PLC nº 326/2014	02/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 4.022, de 28 de dezembro de 2011, que Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
161	PL nº 4.640/2014	02/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
162	PL nº 4.641/2014	02/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
163	PL nº 4.642/2014	02/12/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio do intermédio do FUNSOCIAL, com a Secretaria do Desenvolvimento Regional de Laguna.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.578/2014	09/06/14	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Altera dispositivos na Lei nº 3.828, de 27 de fevereiro de 2010, que denomina vias no bairro de Araçatuba, Município de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PDL nº 006/2014	28/11/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Estabelece o horário de expediente externo e interno da Câmara Municipal de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 02 de dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 264/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 264/2014.

Pregão Presencial nº 100/2014-10430

Objeto: Locação de impressoras e multifuncionais.

Entrega dos envelopes: 16/12/2014 as 15:30h.

Abertura das propostas: 16/12/2014 as 15:45h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 265/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 265/2014.

Pregão Presencial nº 101/2014-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de fórmulas especiais para alimentação infantil.

Entrega dos envelopes: 19/12/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 19/12/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 10, PP 6-2014-MAT.HOSP. E LAB./FMS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 10/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014, do PROCESSO Nº 10/2014, homologado aos 28 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de materiais laboratoriais e hospitalares, destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, conforme anexo do Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6003 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, situada na ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 1918, município de RIO DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.157.032/0001-22 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.244.710, representado pelo Senhor, JORGE HENRIQUE DA SILVA, CPF: 481.293.139-87.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
17	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts	RI	100,00	Esteril-care	27,26	2.726,00
19	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m	RI	300,00	Missner	3,78	1.134,00
20	Fita crepe hospitalar 16 x 50	RI	300,00	Missner	2,29	687,00
21	Fita Micro-pore 2,5 cm x 10 mts c/ capa	RI	700,00	Missner	1,60	1.120,00
22	Fita Micro-pore 05 cm x 10 mts c/ capa	RI	1.000,00	Missner	2,18	2.180,00
23	Abaixador de língua descartável pct 100 un.	UN	60,00	Estilo	2,43	145,80
24	Fita para auto clave 19 x 30	RI	100,00	Ciex	2,66	266,00
25	lamina p/ preventivo c/ extremidade fosca	CX	150,00	Adlin	2,59	388,50
26	Coletor de urina infantil	UN	1.000,00	Medson-da	0,29	290,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
27	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML	UN	3.000,00	J. Prolab	0,36	1.080,00
28	Papel grau cirúrgico 25cm x 50 mts	RI	40,00	Esteril-care	3,70	148,00
29	esparadrão impermeável 5 x 4,5	RI	300,00	Missner	2,69	807,00
30	Coletor urina sistema fechado bio-bag	UN	300,00	Medson-da	2,46	738,00
31	Coletor urina descartável 2000 ml	UN	500,00	Medson-da	0,32	160,00
32	Descarpax 13 litros	UN	200,00	Emba-laie	2,85	570,00
34	Atadura crepon 06cm x 1,8mts 13F.	UN	1.000,00	Biotextil	0,28	280,00
35	Atadura crepon 08cm x 1,8mts 13F.	UN	1.000,00	Biotextil	0,37	370,00
36	Atadura crepon 10cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	0,46	1.380,00
37	Atadura crepon 15cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	0,69	2.070,00
38	Atadura crepon 20cm x 1,8mts 13F.	UN	4.000,00	Biotextil	0,10	400,00
39	Atadura crepon 25cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	1,05	3.150,00
40	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM x 2,2 MTS	UN	1.500,00	Neve	0,91	1.365,00
41	ATADURA ELASTICA BRANCA 15 CM X 2,2 MTS	UN	1.500,00	Neve	1,35	2.025,00
42	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM X 2,2 MTS	UN	1.500,00	Neve	1,80	2.700,00
43	SORO FISIOLÓGICO 100 ML SIST. FECH. FRASCO	FR	700,00	Equiplex	1,89	1.323,00
44	SORO FISIOLÓGICO 250 ML SIST.FECH. FRASCO	FR	700,00	Equiplex	2,32	1.624,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
45	Soro fisiológico 500 ml sist.fech. frasco	FR	500,00	Equiplex	0,20	100,00
46	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA	FR	300,00	Moph	2,50	750,00
53	Stopper adesivo cx/500	UN	10,00	Ciex	9,99	99,90
54	coletor materias perfurocortantes 07 lts	UN	400,00	Emba-laie	2,24	896,00
55	Cateter p/ oxigênio tipo olhos	UN	10,00	Medson-da	0,75	7,50
56	Cateter Intravenoso 16	UN	30,00	Solidor	0,60	18,00
57	Sonda folley 2 vias nº 22	UN	50,00	Solidor	1,98	99,00
58	Sonda Uretral nº 16 c/ 10	PCT	50,00	Medson-da	5,33	266,50
59	coletor materias perfurocortantes 20 lts	UN	100,00	Emba-laie	3,91	391,00
60	Curativo Hidrocoloide 10 x 10 - extra fino	UN	100,00	LM Farma	12,10	1.210,00
61	Sonda uretral em polivinil Nº 12	UN	4.000,00	Medson-da	0,45	1.800,00
62	Sonda uretral em polivinil Nº 14	UN	1.000,00	Medson-da	0,03	30,00
63	frasco p/nutrição enteral 300ml	UN	300,00	Biobase	0,73	219,00
Valor Total Registrado					35.014,20	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6130 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, situada na ESTRADA BOA ESPERANCA, 2320, município de RIO DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.802.002/0001-02 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.148.995, representado pelo Senhor MAICON CORDOVA PEREIRA, CPF: 015.886.939-70.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Seringas desc.20 ml	UN	3.000,00	SR	0,31	930,00
2	Seringas 3 ml	UN	5.000,00	SR	0,09	450,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Seringas 10 ml	UN	4.000,00	SR	0,19	760,00
4	seringa desc. 01 ml tuberculina S/ag	UN	5.000,00	SR	0,17	850,00
5	AGULHAS DESCARTÁVEIS 13 X 4,5	UN	5.000,00	Lamedid-Solidor-Proc	0,04	200,00
6	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 6	UN	3.000,00	Lamedid-Solidor-Proc	0,05	150,00
7	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 7	UN	6.000,00	Lamedid-Solidor-Proc	0,05	300,00
8	Seringas 5 ml	UN	6.000,00	SR	0,11	660,00
9	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40 X 12	UN	3.000,00	Lamedid-Solidor-Proc	0,05	150,00
10	Agulha desc. 25 x 8	UN	5.000,00	Lamedid-Solidor-Proc	0,05	250,00
11	Seringas Desc. para insulina	UN	5.000,00	SR	0,17	850,00
86	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades	CX	500,00	Acon	25,04	12.520,00
Valor Total Registrado					18.070,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.6257 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, situada na AVENIDA OSCAR BARCELOS, 205, município de RIO DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 03.501.603/0001-65 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.990.807, representado pelo Senhor GILMAR LAMEGO, CPF: 539.236.009-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	Luvas p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex	CX	200,00	NUGARD	13,98	2.796,00
13	Luvas p/ procedimento M - Cx. 100unid. latex	CX	500,00	NUGARD	13,98	6.990,00
14	Luvas p/ procedimento P - Cx. 100unid. latex	CX	500,00	NUGARD	13,98	6.990,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
15	Luvas p/ procedimento extra P - Cx. 100unid. latex	CX	300,00	NUGARD	13,98	4.194,00
16	Touca Sanfonada Elastica cx /100 un.	PCT	50,00	ANADO-MA	5,86	293,00
18	Mascara descartaveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid	CX	150,00	LABOR	4,68	702,00
51	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m	Pt	100,00	M.HOUSE	3,04	304,00
76	Tubos Vacutainer S/EDTA 05 ml	UN	3.000,00	LABOR	0,35	1.050,00
77	Tubos Vacutainer com EDTA 4,5 ml	UN	5.000,00	LABOR	0,46	2.300,00
78	Tubos Vacutainer com Gel Separador 10 ml	UN	5.000,00	LABOR	0,58	2.900,00
79	Tubos Vacutainer com Citrato 4,5 ml	UN	2.000,00	LABOR	0,38	760,00
80	Tubo Vacutainer com Fluoreto 05ml	UN	2.000,00	LABOR	0,38	760,00
81	Tubos vacutainer s/ anticoagulante 10ml	UN	3.000,00	LABOR	0,55	1.650,00
82	Tubo Microhematócrito s/ anticoag. cx. c/ 500tubos	CX	10,00	LABOR	13,00	130,00
89	Cateter Intra Venoso nº 24	UN	100,00	LABOR	0,63	63,00
90	cateter intravenoso nº 14	UN	100,00	LABOR	0,53	53,00
91	almotolia plástica transparente 250ml	UN	100,00	JP	1,35	135,00
92	ESCOVA GINECOLOGICA DESCART. "NÃO ESTERIL"	UN	1.000,00	KOL-PLAST	0,15	150,00
93	Espátula de AyreS madeira pct/ 100 unidades	PCT	1.000,00	ESTILO	4,30	4.300,00
94	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P.	UN	700,00	ADLIN	0,98	686,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
95	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M.	UN	600,00	ADLIN	1,13	678,00
96	Fixador citologico spray 30ml	FR	30,00	ADLIN	3,25	97,50
97	Gel para ecg/ultra som 5000gr	GL	30,00	CAITHEC	13,80	414,00
98	Scalp nº 19	UN	300,00	SOLIDOR	0,13	39,00
99	Tubo de vacutainer 5ml c/ acel.coag. / gel	UN	1.200,00	LABOR	0,35	420,00
100	Agulhas p/ vacutainer 25 x07-22Gx1-	UN	1.700,00	LABOR	0,05	85,00
101	Tubo vacutainer 4ml c/ edta K2	UN	500,00	LABOR	0,34	170,00
102	Adaptador vacutainer p/ coleta de sangue	UN	500,00	LABOR	0,39	192,50
Valor Total Registrado					39.302,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.7009 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: VANUSA EIRELI-EPP, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO 950 D CENTRO, município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 08.850.926/0001-88 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.404.077, representado pela Senhora VANUSA DIAS, CPF: 003.675.490-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
85	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades	PCT	200,00	CREMER	28,39	5.678,00
Valor Total Registrado					5.678,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.7221 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES, situada na AV. LUIZ ANTONIO FAEDO, 1612, município de Francisco Beltrão-PR, inscrita no CNPJ sob n. 06.194.440/0001-03 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.404.077, representado pela Senhora ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, CPF: 896.860.049-04.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
33	ALGO-DÃO HI-DROFILO ROLO 500 G, 100% algodão alvejado	RI	100,00	NA-THALYA	7,78	777,52
47	Campo Operatório comp. Cirurg.G. 45 X 50 PCT C/ 50 UN.	PCT	30,00	AMÉRICA	50,54	1.516,17
48	Campo operatório 23 x 25 pct/50	UN	25,00	AMÉRICA	29,81	745,13
49	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS- 91 x91	RI	200,00	BIOTEX-TIL	43,93	8.785,98
50	Compressa de gaze 10 x10 13 fios, pct com 500 un.	UN	500,00	BIOTEX-TIL	38,23	19.114,05
52	Compressa de Gaze 7,5 x 7,5 13 fios pct c/500 un.	PCT	500,00	BIOTEX-TIL	18,10	9.051,15
Valor Total Registrado					39.989,99	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.10.7280 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR, situada na Rua 25 de dezembro, nº 34, 34, município de SÃO JOSÉ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 14.248.265/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.511.411, representado pelo Senhor JURANDIR FERREIRA MONTEIRO, CPF: 691.269.339-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
64	VDRL test suspensão antigenico pronto - 5,5ml	UN	15,00		22,80	342,00
65	Corante hematologico I-II-III Cx. c/ 3 frascos de 500ml	FR	10,00		33,48	334,80

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
66	ACIDO ÚRICO KIT	UN	10,00	ANALISA	31,50	315,00
67	COLESTEROL TOTAL KIT	UN	10,00	ANALISA	46,20	462,00
68	CREATININA pp-300 KIT	UN	10,00	ANALISA	33,00	330,00
69	Oleo de imersão p/ microscópio óptico c/ 100ml	FR	10,00	NEW-PROV	12,27	122,70
70	TGO KIT	UN	10,00	ANALISA	46,20	462,00
71	TGP KIT	UN	10,00	ANALISA	46,20	462,00
72	TRIGLÍCIDES KIT	UN	15,00	ANALISA	102,30	1.534,50
73	UREIA KIT	UN	10,00	ANALISA	75,90	759,00
74	FITA DE URINA (10 AREAS) MULTITIX c/ 100 unidades	FR	80,00	WAMA	18,00	1.440,00
75	FITA REAGENTES PARA TESTE DE GRAVIDES FRASCO 100 TESTES	UN	50,00	BIOCON	45,00	2.250,00
83	Reagente p/ tipagem sanguínea Anti - A - 10ml	FR	20,00	PRO-DTHEMO	16,05	321,00
84	Reagente p/ tipagem sanguínea Anti - B - 10ml	FR	20,00	PRO-DTHEMO	16,05	321,00
87	Anticoagulante citrato 20 ml	FR	20,00	ANALISA	3,30	66,00
88	Anticoagulante fluoreto 20 ml	FR	20,00	ANALISA	3,30	66,00
Valor Total Registrado					9.588,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 11, PP 7-2014-MAT.ODONTOLÓGICO/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 11/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2014, do PROCESSO Nº 11/2014, homologado aos 28 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, de acordo com as descrições anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.11.6130 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, situada na ESTRADA BOA ESPERANCA, 2320, município de RIO DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.802.002/0001-02 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.148.995, representado pelo Senhor MAICON CORDOVA PEREIRA, CPF: 015.886.939-70.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
46	tesoura iris curva 12cm	UN	10,00	Abc	15,97	159,73
47	espelho clínico Nº 05 plano	UN	150,00	Cassiflex	3,97	595,52
48	Porta amalgama plástico (autoclavável)	UN	50,00	Maquira	12,40	619,98
49	Espátula nº 70-dupla	UN	30,00	Cassiflex	8,20	245,98
50	cureta de gracey	UN	50,00	Cassiflex	10,91	545,66
51	cureta de lucas nº 85	UN	50,00	Cassiflex	11,26	562,92
52	porta matriz tofflemire 142 adulto	UN	50,00	Cassiflex	22,91	1.145,49
53	espatula nº 07-dupla	UN	50,00	Cassiflex	8,26	412,84
54	Espátula para Resina Nº 02	UN	50,00	Golgran	40,28	2.013,84
55	Extirpa nervos c/10-azul	CX	30,00	Medin	27,23	817,04
56	FIO DENTAL 500 M	UN	20,00	Medfio	9,27	185,47

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
57	escova robson branca reta	UN	100,00	Preven	1,28	127,54
58	Sugador colorido descartável pct/40	PCT	200,00	Maxclean	3,72	744,16
59	papel carbono accufilmi cx/280	CX	3,00	Suarez	147,68	443,04
60	Tira de Lixa 4mm x 170 mm cx/150	PCT	30,00	Preven	16,56	496,84
61	Tira de aço p/ matriz 05	UN	50,00	Preven	2,17	108,37
62	Tira de aço p/ matriz 07	UN	50,00	Preven	2,12	105,97
63	óleo alta e baixa rot.200ml c/1bico	UN	10,00	Maquira	19,54	195,44
64	Lima flexofile 21mm Nº 15 cx 06 unidade	CX	30,00	Medin	42,72	1.281,67
65	Enhance Sortido caixa c/ 07	CX	50,00	Dentsply	72,78	3.638,82
66	TIRAS DE LIXA DE ACO 4mm cx/12	UN	30,00	Preven	7,31	219,22
67	Aplicador cavibrush fino-azul	UN	30,00	Kg	7,94	238,21
68	AGULHA GENGI-VAL 30gr Curta	CX	20,00	Lamedid-Solidor-Proc	24,78	495,60
69	AGULHA DE SUTURA DE SEDA 3.0- CX COM/24 UND-ODONT.	CX	30,00	Lamedid-Solidor-Proc	26,10	783,10
99	Lâmina de bisturi nº 12 - Cx. 100 unid.	CX	10,00	Lamedid-Solidor-Proc	29,01	290,09

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
100	Lâmina de bisturi nº 15 - Cx. 100 unid.	CX	10,00	Lamedid-Solidor-Proc	30,25	302,46
Valor Total Registrado					16.774,95	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.11.6765 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME, situada na AVENIDA OSCAR BARCELOS, Nº 380, município de RIO DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.989.294/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.793.215, representado pela Senhora JULIA WAGNER JUMES, CPF: 821.619.099-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
30	RESINA CHARIS-MA OA1	Bis	15,00	KULZER	58,43	876,45
31	RESINA CHARIS-MA OA2	Bis	15,00	KULZER	58,43	876,45
32	RESINA CHARIS-MA OA3	Bis	20,00	KULZER	58,43	1.168,60
33	RESINA CHARIS-MA A1	Bis	10,00	KULZER	58,43	584,30
34	RESINA CHARIS-MA A2	Bis	20,00	KULZER	58,43	1.168,60
35	RESINA CHARIS-MA 3,5	UN	10,00	KULZER	58,43	584,30
36	RESINA CHARIS-MA A3	Bis	40,00	KULZER	58,43	2.337,20
37	RESINA CHARIS-MA B1	Bis	10,00	KULZER	58,43	584,30
38	RESINA CHARIS-MA B2	Bis	10,00	KULZER	58,43	584,30
39	Adesivo prime & bond	UN	40,00	DENTS-PLY	52,14	2.085,50
Valor Total Registrado					10.850,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.11.6994 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: L A DALLA PORTA JÚNIOR, situada na RUA PASCOAL G. LIBRELOTTO, Nº 20, município de SANTA MARIA-RS, inscrita no CNPJ sob n. 11.145.401/0001-56 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.109/0346767, representado pelo Senhor LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, CPF: 016.047.580-58.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
70	Hemos-pon cx/10-esponjas	CX	15,00	TECH-NEW	27,87	418,10
71	Hemos-top 10ml Hemopare clear	FR	15,00	MAQUI-RA	17,96	269,46
72	Nylon preto 4.0 c/ agulha 1,5cm	CX	15,00	LAMEDID	44,86	672,91
73	EUGENOL LIQUIDO 20ML	FR	15,00	IODON-TEC	11,29	169,35
74	Tartarisul 30ml-removedor de mancha	UN	20,00	IODON-TOSUL	16,99	339,70
75	Kit Cimento IRM PÓ + Liquido	KIT	50,00	IODON-TOSUL	103,23	5.161,47
76	Cariostático 12%-10ml	FR	10,00	IODON-TOSUL	20,18	201,82
77	Alveolex 10 gr	UN	10,00	IODON-TOSUL	23,38	233,80
78	TRICRE-SOL FORMALINA 10 ML	UN	20,00	IODON-TOSUL	6,49	129,89
79	Hydro C-Hidroxido de calcio	CX	10,00	TECH-NEW	30,17	301,74
80	PASTA PROFILÁTICA TUBO 90gr	UN	15,00	MAQUI-RA	7,99	119,90
81	Selante Alpha seal foto incolor ligh	UN	5,00	DENTS-PHY	25,17	125,84
82	Acido fosforico 37% seringa gel	UN	50,00	CAITHEC	1,90	94,92
83	KIT PÓ/ LIQUIDO IONOMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO	KIT	60,00	DENTS-CARE	35,37	2.122,13
84	AGUA DESTILADA C/ 5L	UN	70,00	CAITHEC	8,73	611,26

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
85	Paramonoclorofenol canforado 20 ml	UN	10,00	IODON-TOSUL	8,49	84,93
86	Detergente Enzimático 3 enzimas galão 05 lts	GL	30,00	VIC PHARMA	74,43	2.233,04
87	Forceps adulto nº 69	UN	10,00	GOL-GRAM	48,06	480,58
88	FLUOR GEL 1,23% NEUTRO	UN	20,00	IODON-TOSUL	3,85	76,93
89	Verniz c/ fluor	CX	5,00	FGM	26,88	134,38
90	Descolador Freer	UN	5,00	GOL-GRAM	34,17	170,85
91	destaca periosteo de Mead	UN	5,00	SS WHITE	25,18	125,89
92	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM	UN	5,00	ABC	40,96	204,82
93	Algodão rolete pacote c/100 unidades	PCT	150,00	SS PLUS	1,97	295,25
94	Forceps Infantil reto nº 01	UN	10,00	GOL-GRAN	49,06	490,57
96	Brunidor para amalgama ovo de pombo	UN	10,00	GOL-GRAN	5,38	53,75
97	Broca laminada Endo Z	UN	10,00	MEDIN	32,37	323,72
Valor Total Registrado					15.646,97	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.11.7009 de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: VANUSA EIRELI-EPP, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO 950 D CENTRO, município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 08.850.926/0001-88 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.404.077, representado pelo Senhor VANUSA DIAS, CPF: 003.675.490-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 3	UN	40,00	JOTA	6,86	274,24
2	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 4	UN	40,00	JOTA	6,86	274,27
3	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 5	UN	40,00	JOTA	6,86	274,27
4	BROCAS CARBIDE Nº 2 CALIBRE 1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	40,00	JOTA	6,86	274,27
5	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1012/1052 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
6	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
7	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	KG	5,78	577,66
8	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	KG	5,78	577,66
9	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1034 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
10	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1035 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
11	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1090 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
12	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1095 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	40,00	KG	5,78	231,06
14	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190FF PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	30,00	KG	5,78	173,30
15	BROCAS DIAMANTADAS Nº 2135 PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	40,00	KG	5,78	231,06
16	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	100,00	KG	5,78	577,66
17	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118FF PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	50,00	KG	5,78	288,83
18	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO	UN	150,00	KG	5,78	866,49
19	Broca carbide nº 06	UN	100,00	JOTA	6,86	685,68
20	Broca carbide nº 07	UN	100,00	JOTA	6,86	685,68
21	BROCAS CIRURGICAS Nº 702	UN	50,00	MEDIN	10,33	516,61
22	Broca Diamantada 1019	UN	50,00	KG	5,78	288,83
23	BROCAS DIAMANTADAS 1012 HL	UN	80,00	KG	5,78	462,13
24	BROCAS DIAMANTADAS 1014 HL	UN	100,00	KG	5,78	577,66
25	Brocas p/ baixa rotação nº 07 multi laminada	UN	200,00	INJECTA	5,39	1.077,56
26	Brocas p/ baixa rotação nº 04 multi laminada	UN	150,00	INJECTA	5,39	808,14
27	Brocas p/ baixa rotação nº 05 multi laminada	UN	150,00	INJECTA	5,39	808,14
28	Brocas p/ baixa rotação nº 06 multi laminada	UN	150,00	INJECTA	5,39	808,14

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
29	Brocas p/ baixa rotação nº 03 multi laminada	UN	150,00	INJECTA	5,39	808,14
44	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 1 PORCAO	UN	1.200,00	SDI-GS80	1,98	2.372,52
45	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 2 PORCOES	UN	1.200,00	SDI-GS80	2,56	3.072,36
95	Broca diamantada 1016	UN	100,00	KG	5,78	577,66
Valor Total Registrado					19.903,01	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.11.7221
de 28 de novembro de 2014

FORNECEDOR: ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES, situada na AV. LUIZ ANTONIO FAEDO, 1612, município de Francisco Beltrão-PR, inscrita no CNPJ sob n. 06.194.440/0001-03 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.404.077, representado pela Senhora ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, CPF: 896.860.049-04.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
40	Anestésico Lidocaína 3% c/ vaso tubete CX/ 50 un.	CX	30,00	DENTS-PLY	50,12	1.503,47
41	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% + EPIMEFRINA 1:100,00/ MEPIADRE	CX	80,00	DFL	77,70	6.216,27
42	ANESTÉSICO TÓPICO FRASCO/12 GR	FR	30,00	DFL	7,18	215,32
43	Anestésico mepivacaína 3% s/vaso	CX	15,00	DFL	77,99	1.169,79
98	Anestésico xilocaína 10% 50ml-spray	FR	10,00	CRISTÁLIA	72,52	725,15
Valor Total Registrado					9.830,01	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL 10, PP 6-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 1/5

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de materiais laboratoriais e hospitalares, destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, conforme anexo do Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2014 (Sequência: 4)

Ao(s) 26 de Novembro de 2014, às 08:15 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2014, Licitação nº 6/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às oito horas e quinze minutos, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliar, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: VANUSA DIAS EIRELLI - EPP, ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS neste ato sem representante presente, PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA neste ato sem representante presente, ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. As empresas DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS e PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA encaminharam os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta comercial via correio por sedex. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez Srº RENATO FRONZA representante credenciado da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, o Srº HELIO GUIMARÃES procurador da empresa ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, o Srº ARISTORIDES MENDES FILHO procurador credenciado da empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, o Srº VINICIUS ROLIM DE MOURA procurador da empresa VANUSA DIAS EIRELLI - EPP e o Srº FELIPE POLINI procurador da empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA. Indagados pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente as empresas: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA e METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA não se credenciam como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. A empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA e ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA foram desclassificadas do lote 07 por não atender as descrições técnicas, conforme o anexo III do Edital e o representante da empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA o Senhor ARISTORIDES MENDES FILHO pediu desclassificação no lote 10 por o preço estar inexequível com o praticado no mercado. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Seringas desc.20 ml s/ ag	UN	3.000,00	SR	0,0000	0,31	930,00
2	Seringas 3 ml	UN	5.000,00	SR	0,0000	0,09	450,00
3	Seringas 10 ml	UN	4.000,00	SR	0,0000	0,19	760,00
4	seringa desc. 01 ml tuberculina S/ag	UN	5.000,00	SR	0,0000	0,17	850,00
5	AGULHAS DESCARTÁVEIS 13 X 4,5	UN	5.000,00	Lamedid-Solidc	0,0000	0,04	200,00
6	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 6	UN	3.000,00	Lamedid-Solidc	0,0000	0,05	150,00
7	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 7	UN	6.000,00	Lamedid-Solidc	0,0000	0,05	300,00
8	Seringas 5 ml	UN	6.000,00	SR	0,0000	0,11	660,00
9	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40 X 12	UN	3.000,00	Lamedid-Solidc	0,0000	0,05	150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 2/5

LOTE: 1**Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Agulha desc. 25 x 8	UN	5.000,00	Lamedid-Solidc	0,0000	0,05	250,00
11	Seringas Desc. para insulina	UN	5.000,00	SR	0,0000	0,17	850,00

Total do Participante -----> 5.550,00

LOTE: 2**Participante: 6257 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Luvas p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex	CX	200,00	NUGARD	0,0000	13,98	2.796,00
13	Luvas p/ procedimento M - Cx. 100unid. latex	CX	500,00	NUGARD	0,0000	13,98	6.990,00
14	Luvas p/ procedimento P - Cx. 100unid. latex	CX	500,00	NUGARD	0,0000	13,98	6.990,00
15	Luvas p/ procedimento extra P - Cx. 100unid. latex	CX	300,00	NUGARD	0,0000	13,98	4.194,00
16	Touca Sanfonada Elastica cx/100 un.	PCT	50,00	ANADOMA	0,0000	5,86	293,00
18	Mascara descartaveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid	CX	150,00	LABOR	0,0000	4,68	702,00

Total do Participante -----> 21.965,00

LOTE: 3**Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts	RI	100,00	Esterilcare	0,0000	27,26	2.726,00
19	Esparadrapo 10 cm x 4,5 m	RI	300,00	Missner	0,0000	3,78	1.134,00
20	Fita crepe hospitalar 16 x 50	RI	300,00	Missner	0,0000	2,29	687,00
21	Fita Micropore 2,5 cm x 10 mts c/capa	RI	700,00	Missner	0,0000	1,60	1.120,00
22	Fita Micropore 05 cm x 10 mts c/capa	RI	1.000,00	Missner	0,0000	2,18	2.180,00
23	Abaixador de lingua descartavel pct 100 un.	UN	60,00	Estilo	0,0000	2,43	145,80
24	Fita para auto clave 19 x 30	RI	100,00	Ciex	0,0000	2,66	266,00
25	lamina p/ preventivo c/extremidade fosca	CX	150,00	Adlin	0,0000	2,59	388,50
26	Coletor de urina infantil	UN	1.000,00	Medsonda	0,0000	0,29	290,00
27	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML, transparente	UN	3.000,00	J. Prolab	0,0000	0,36	1.080,00
28	Papel grau cirúrgico 25cm x 50 mts	RI	40,00	Esterilcare	0,0000	3,70	148,00
29	esparadrapo impermeável 5 x 4,5	RI	300,00	Missner	0,0000	2,69	807,00
30	Coletor urina sistema fechado bio-bag	UN	300,00	Medsonda	0,0000	2,46	738,00
31	Coletor urina descartável 2000 ml	UN	500,00	Medsonda	0,0000	0,32	160,00
32	Descarpax 13 litros	UN	200,00	Embalaire	0,0000	2,85	570,00
43	SORO FISIOLÓGICO 100 ML SIST. FECH. FRASCO	FR	700,00	Equiplex	0,0000	1,89	1.323,00
44	SORO FISIOLÓGICO 250 ML SIST.FECH. FRASCO	FR	700,00	Equiplex	0,0000	2,32	1.624,00
45	Soro fisiologico 500 ml sist.fech.frasco	FR	500,00	Equiplex	0,0000	0,20	100,00
46	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA + VITAMINAS 100 ML	FR	300,00	Moph	0,0000	2,50	750,00
53	Stopper adesivo cx/500	UN	10,00	Ciex	0,0000	9,99	99,90
54	coletor materias perfurocortantes 07 lts	UN	400,00	Embalaire	0,0000	2,24	896,00
55	Cateter p/oxigênio tipo oculos	UN	10,00	Medsonda	0,0000	0,75	7,50
56	Cateter Intravenoso 16	UN	30,00	Solidor	0,0000	0,60	18,00
57	Sonda folley 2 vias nº 22	UN	50,00	Solidor	0,0000	1,98	99,00
58	Sonda Uretral nº 16 c/ 10	PCT	50,00	Medsonda	0,0000	5,33	266,50
59	coletor materias perfurocortantes 20 lts	UN	100,00	Embalaire	0,0000	3,91	391,00
60	Curativo Hidrocoloide 10 x 10 - extra fino	UN	100,00	LM Farma	0,0000	12,10	1.210,00
61	Sonda uretral em polivinil Nº 12	UN	4.000,00	Medsonda	0,0000	0,45	1.800,00
62	Sonda uretral em polivinil Nº 14	UN	1.000,00	Medsonda	0,0000	0,03	30,00
63	frasco p/nutrição enteral 300ml	UN	300,00	Biobase	0,0000	0,73	219,00

Total do Participante -----> 21.274,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 10/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 3/5

LOTE: 4
Participante: 7280 - DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
64	VDRL test suspensão antigenico pronto - 5,5ml	UN	15,00		0,0000	22,80	342,00
65	Corante hematologico I-II-III Cx. c/ 3 frascos de 500ml	FR	10,00		0,0000	33,48	334,80
66	ACIDO ÚRICO KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	31,50	315,00
67	COLESTEROL TOTAL KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	46,20	462,00
68	CREATININA pp-300 KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	33,00	330,00
69	Oleo de imersão p/ microscopio optico c/ 100ml	FR	10,00	NEWPROV	0,0000	12,27	122,70
70	TGO KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	46,20	462,00
71	TGP KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	46,20	462,00
72	TRIGLICERIDEOS KIT	UN	15,00	ANALISA	0,0000	102,30	1.534,50
73	UREIA KIT	UN	10,00	ANALISA	0,0000	75,90	759,00
74	FITA DE URINA (10 AREAS) MULTISTIX	FR	80,00	WAMA	0,0000	18,00	1.440,00
75	FITA REAGENTES PARA TESTE DE GRAVIDES FRASCO 100 TESTES	UN	50,00	BIOCON	0,0000	45,00	2.250,00
83	Reagente p/ tipagem sanguinea Anti - A - 10ml	FR	20,00	PRODTHEMO	0,0000	16,05	321,00
84	Reagente p/ tipagem sanguinea Anti - B - 10ml	FR	20,00	PRODTHEMO	0,0000	16,05	321,00
87	Anticoagulante citrato 20 ml	FR	20,00	ANALISA	0,0000	3,30	66,00
88	Anticoagulante fluoreto 20 ml	FR	20,00	ANALISA	0,0000	3,30	66,00

Total do Participante -----> 9.588,00
LOTE: 5
Participante: 6257 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
76	Tubos Vacutainer S/EDTA 05 ml	UN	3.000,00	LABOR	0,0000	0,35	1.050,00
77	Tubos Vacutainer com EDTA 4,5 ml	UN	5.000,00	LABOR	0,0000	0,46	2.300,00
78	Tubos Vacutainer com Gel Separador 10 ml	UN	5.000,00	LABOR	0,0000	0,58	2.900,00
79	Tubos Vacutainer com Citrato 4,5 ml	UN	2.000,00	LABOR	0,0000	0,38	760,00
80	Tubo Vacutainer com Fluoreto 05ml	UN	2.000,00	LABOR	0,0000	0,38	760,00
81	Tubos vacutainer s/ anticoagulante 10ml	UN	3.000,00	LABOR	0,0000	0,55	1.650,00
82	Tubo Microhematócrito s/ anticoag. cx. c/ 500tubos	CX	10,00	LABOR	0,0000	13,00	130,00

Total do Participante -----> 9.550,00
LOTE: 6
Participante: 6130 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
86	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades OBS: Somente serão aceitas tiras da marca ON CALL PLUS por motivo que a Secretaria de Saúde possui aparelhos próprios e não serão substituídos.	CX	500,00	Acon	0,0000	25,04	12.520,00

Total do Participante -----> 12.520,00
LOTE: 7
Participante: 7009 - VANUSA EIRELI-EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
85	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades 100% algodão. OBS: (cremer).	PCT	200,00	CREMER	0,0000	28,39	5.678,00

Total do Participante -----> 5.678,00
LOTE: 8
Participante: 6257 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m	Pt	100,00	M.HOUSE	0,0000	3,04	304,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 10/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 4/5

LOTE: 8
Participante: 6257 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
89	Cateter Intra Venoso nº 24	UN	100,00	LABOR	0,0000	0,63	63,00
90	cateter intravenoso nº 14	UN	100,00	LABOR	0,0000	0,53	53,00
91	almotolia plástica transparente 250ml	UN	100,00	JP	0,0000	1,35	135,00
92	ESCOVA GINECOLOGICA DESCT. "NÃO ESTERIL"	UN	1.000,00	KOLPLAST	0,0000	0,15	150,00
93	Espátula de Ayre p/ 100 unidades	PCT	1.000,00	ESTILO	0,0000	4,30	4.300,00
94	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P.	UN	700,00	ADLIN	0,0000	0,98	686,00
95	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M.	UN	600,00	ADLIN	0,0000	1,13	678,00
96	Fixador citologico spray 30ml	FR	30,00	ADLIN	0,0000	3,25	97,50
97	Gel para ecg/ultra som 5000gr	GL	30,00	CAITHEC	0,0000	13,80	414,00
98	Scalp nº 19	UN	300,00	SOLIDOR	0,0000	0,13	39,00
99	Tubo de vacutainer 5ml c/acet.coag. / gel	UN	1.200,00	LABOR	0,0000	0,35	420,00
100	Aagulhas descartável 25 x 7,0- 22G1- preta	UN	1.700,00	LABOR	0,0000	0,05	85,00
101	Tubo vacutainer 4ml c/edta K2	UN	500,00	LABOR	0,0000	0,34	170,00
102	Adaptador vacutainer	UN	500,00	LABOR	0,0000	0,385	192,50

Total do Participante -----> 7.787,00
LOTE: 9
Participante: 6003 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	Atadura crepon 06cm x 1,8mts 13F.	UN	1.000,00	Biotextil	0,0000	0,28	280,00
35	Atadura crepon 08cm x 1,8mts 13F.	UN	1.000,00	Biotextil	0,0000	0,37	370,00
36	Atadura crepon 10cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	0,0000	0,46	1.380,00
37	Atadura crepon 15cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	0,0000	0,69	2.070,00
38	Atadura crepon 20cm x 1,8mts 13F.	UN	4.000,00	Biotextil	0,0000	0,10	400,00
39	Atadura crepon 25cm x 1,8mts 13F.	UN	3.000,00	Biotextil	0,0000	1,05	3.150,00
40	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM	UN	1.500,00	Neve	0,0000	0,91	1.365,00
41	ATADURA ELASTICA BRANCA 15 CM	UN	1.500,00	Neve	0,0000	1,35	2.025,00
42	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM	UN	1.500,00	Neve	0,0000	1,80	2.700,00

Total do Participante -----> 13.740,00
LOTE: 10
Participante: 7221 - ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
33	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500 G 100 % algodão alvejado, inodoro, isento de amido, fibras longas em camadas sobrepostas e uniformes, macio, cor branca. com boa absorvência.	RI	100,00	NATHALYA	0,0000	7,7752	777,52
47	Campo Operatorio comp.Cirurg.G. 45 X 50 PCT C/ 50 UN.	PCT	30,00	AMÉRICA	0,0000	50,5389	1.516,17
48	Campo operatório 23 x 25 pct/50	UN	25,00	AMÉRICA	0,0000	29,805	745,13
49	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS 91 x 91	RI	200,00	BIOTEXTIL	0,0000	43,9299	8.785,98
50	Compressa de gaze 10 x10 13 fios, pct com 500 un.	UN	500,00	BIOTEXTIL	0,0000	38,2281	19.114,05
52	Compressa de Gaze 7,5 x 7,5 13 fios pct c/500 un.	PCT	500,00	BIOTEXTIL	0,0000	18,1023	9.051,15

Total do Participante -----> 39.990,00
Total Geral -----> 147.642,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 10/2014
Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 5/5

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 26 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL 11, PP 7-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2014
b) Licitação Nr.: 7/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, de acordo com as descrições anexas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**VANUSA EIRELI-EPP (7009)**

1	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 3 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,856	274,24
2	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 4 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
3	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 5 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
4	BROCAS CARBIDE Nº 2 CALIBRE 1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
5	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1012/1052 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
6	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
7	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
8	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
9	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1034 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 2/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

VANUSA EIRELI-EPP (7009)

10	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1035 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
11	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1090 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
12	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1095 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
13	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	40,00	0,0000	5,7766	231,06
14	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190FF PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	30,00	0,0000	5,7766	173,30
15	BROCAS DIAMANTADAS Nº 2135 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	40,00	0,0000	5,7766	231,06
16	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
17	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118FF PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
18	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	150,00	0,0000	5,7766	866,49
19	Broca carbide nº 06 - Marca: JOTA	UN	100,00	0,0000	6,8568	685,68
20	Broca carbide nº 07 - Marca: JOTA	UN	100,00	0,0000	6,8568	685,68
21	BROCAS CIRURGICAS Nº 702 - Marca: MEDIN	UN	50,00	0,0000	10,3321	516,61
22	Broca Diamantada 1019 - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
23	BROCAS DIAMANTADAS 1012 HL - Marca: KG	UN	80,00	0,0000	5,7766	462,13
24	BROCAS DIAMANTADAS 1014 HL - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
95	Broca diamantada 1016 - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
Total do Fornecedor:						10.148,00

LOTE: 2

VANUSA EIRELI-EPP (7009)

25	Brocas p/ baixa rotação nº 07 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	200,00	0,0000	5,3878	1.077,56
26	Brocas p/ baixa rotação nº 04 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
27	Brocas p/ baixa rotação nº 05 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
28	Brocas p/ baixa rotação nº 06 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
29	Brocas p/ baixa rotação nº 03 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
44	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 1 PORCAO - Marca: SDI-GS80	UN	1.200,00	0,0000	1,9771	2.372,52
45	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 2 PORCOES - Marca: SDI-GS80	UN	1.200,00	0,0000	2,5603	3.072,36
Total do Fornecedor:						9.755,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 3/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME (6765)

30	RESINA CHARISMA OA1 - Marca: KULZER	Bis	15,00	0,0000	58,43	876,45
31	RESINA CHARISMA OA2 - Marca: KULZER	Bis	15,00	0,0000	58,43	876,45
32	RESINA CHARISMA OA3 - Marca: KULZER	Bis	20,00	0,0000	58,43	1.168,60
33	RESINA CHARISMA A1 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
34	RESINA CHARISMA A2 - Marca: KULZER	Bis	20,00	0,0000	58,43	1.168,60
35	RESINA CHARISMA 3,5 - Marca: KULZER	UN	10,00	0,0000	58,43	584,30
36	RESINA CHARISMA A3 - Marca: KULZER	Bis	40,00	0,0000	58,43	2.337,20
37	RESINA CHARISMA B1 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
38	RESINA CHARISMA B2 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
39	Adesivo prime & bond - Marca: DENTSPLY	UN	40,00	0,0000	52,1375	2.085,50
Total do Fornecedor:						10.850,00

LOTE: 4

ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7221)

40	Anestésico Lidocaína 3% c/ vaso tubete CX/ 50 un. - Marca: DENTSPLY	CX	30,00	0,0000	50,1157	1.503,47
41	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% + EPIMEFRINA 1:100,00/ MEPIADRE/50 CX/50 - Marca: DFL	CX	80,00	0,0000	77,7034	6.216,27
42	ANESTÉSICO TÓPICO GEL FRASCO/12 GR - Marca: DFL	FR	30,00	0,0000	7,1774	215,32
43	Anestésico mepivacaína 3% s/vaso - Marca: DFL	CX	15,00	0,0000	77,9862	1.169,79
98	Anestésico xilocaína 10% 50ml-spray - Marca: CRISTÁLIA	FR	10,00	0,0000	72,5154	725,15
Total do Fornecedor:						9.830,00

LOTE: 5

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

46	tesoura iris curva 12cm - Marca: Abc	UN	10,00	0,0000	15,973	159,73
47	espelho clínico Nº 05 plano - Marca: Cassiflex	UN	150,00	0,0000	3,9701	595,52
48	Porta amalgama plastico (autoclave) - Marca: Maquira	UN	50,00	0,0000	12,3995	619,98
49	Espátula nº 70- dupla - Marca: Cassiflex	UN	30,00	0,0000	8,1992	245,98
50	cureta de gracey - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	10,9131	545,66
51	cureta de lucas nº 85 - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	11,2583	562,92
52	porta matriz tofflemire 142 adulto - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	22,9098	1.145,49
53	espatula nº 07 -dupla - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	8,2567	412,84
54	Espátula para Resina Nº 02 - Marca: Golgran	UN	50,00	0,0000	40,2768	2.013,84
55	Extirpa nervos c/10-azul - Marca: Medin	CX	30,00	0,0000	27,2348	817,04
56	FIO DENTAL 500 M - Marca: Medfio	UN	20,00	0,0000	9,2733	185,47

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 11/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 4/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 5
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

57	escova robson branca reta - Marca: Preven	UN	100,00	0,0000	1,2754	127,54
58	Sugador colorido descartável pct/40 - Marca: Maxclean	PCT	200,00	0,0000	3,7208	744,16
59	papel carbono accufilmi cx/280 - Marca: Suarez	CX	3,00	0,0000	147,6816	443,04
60	Tira de Lixa 4mm x 170 mm cx/ 150 - Marca: Preven	PCT	30,00	0,0000	16,5614	496,84
61	Tira de aço p/matriz 05 - Marca: Preven	UN	50,00	0,0000	2,1673	108,37
62	Tira de aço p/matriz 07 - Marca: Preven	UN	50,00	0,0000	2,1193	105,97
63	oleo alta e baixa rot.200ml c/1bico - Marca: Maquira	UN	10,00	0,0000	19,5438	195,44
64	Lima flexofile 21mm Nº 15 cx 06 unidade - Marca: Medin	CX	30,00	0,0000	42,7222	1.281,67
65	Enhance Sortido caixa c/ 07 - Marca: Dentsply	CX	50,00	0,0000	72,7763	3.638,82
66	TIRAS DE LIXA DE ACO 4mm cx/12 - Marca: Preven	UN	30,00	0,0000	7,3074	219,22
67	Aplicador cavibrush fino-azul - Marca: Kg	UN	30,00	0,0000	7,9403	238,21
68	AGULHA GENGIVAL 30gr Curta - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	20,00	0,0000	24,7798	495,60
69	AGULHA DE SUTURA DE SEDA 3.0- CX COM/24 UND-ODONT. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	30,00	0,0000	26,1032	783,10
99	Lâmina de bisturi nº 12 - Cx. 100 unid. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	10,00	0,0000	29,0089	290,09
100	Lâmina de bisturi nº 15 - Cx. 100 unid. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	10,00	0,0000	30,246	302,46

Total do Fornecedor: 16.775,00
LOTE: 6
L A DALLA PORTA JÚNIOR (6994)

70	Hemospon cx/10-esponjas - Marca: TECHNEW	CX	15,00	0,0000	27,8733	418,10
71	Hemostop 10ml Hemopare clear - Marca: MAQUIRA	FR	15,00	0,0000	17,9642	269,46
72	Nylon preto 4.0 c/ agulha 1,5cm - Marca: LAMEDID	CX	15,00	0,0000	44,8606	672,91
73	EUGENOL LIQUIDO 20ML - Marca: IODONTEC	FR	15,00	0,0000	11,2901	169,35
74	Tartarisul 30ml- removedor de mancha - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	16,9851	339,70
75	Kit Cimento IRM Pó + Liquido - Marca: IODONTOSUL	KIT	50,00	0,0000	103,2293	5.161,47
76	Cariostatico 12%- 10ml - Marca: IODONTOSUL	FR	10,00	0,0000	20,1823	201,82
77	Alveolex 10 gr - Marca: IODONTOSUL	UN	10,00	0,0000	23,3795	233,80
78	TRICRESOL FORMALINA 10 ML - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	6,4943	129,89
79	Hydro C- Hidroxido de calcio - Marca: TECHNEW	CX	10,00	0,0000	30,1735	301,74
80	PASTA PROFILATICA TUBO 90gr - Marca: MAQUIRA	UN	15,00	0,0000	7,993	119,90
81	Selante Alpha seal foto incolor ligh - Marca: DENTSPLY	UN	5,00	0,0000	25,1679	125,84
82	Acido fosforico 37% seringa gel - Marca: CAITHEC	UN	50,00	0,0000	1,8983	94,92

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 11/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 5/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

L A DALLA PORTA JÚNIOR (6994)

83	KIT PÓ/LÍQUIDO IONOMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO - Marca: DENTSCARE	KIT	60,00	0,0000	35,3689	2.122,13
84	AGUA DESTILADA C/ 5L - Marca: CAITHEC	UN	70,00	0,0000	8,7323	611,26
85	Paramonoclorofenol canforado 20 ml - Marca: IODONTOSUL	UN	10,00	0,0000	8,4925	84,93
86	Detergente Enzimático 3 enzimas galão 05 lts - Marca: VIC PHARMA	GL	30,00	0,0000	74,4346	2.233,04
87	Forceps adulto nº 69 - Marca: GOLGRAM	UN	10,00	0,0000	48,0578	480,58
88	FLUOR GEL 1,23% NEUTRO - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	3,8466	76,93
89	Verniz c/fluor - Marca: FGM	CX	5,00	0,0000	26,8764	134,38
90	Descolador Freer - Marca: GOLGRAM	UN	5,00	0,0000	34,17	170,85
91	destaca periosteo de Mead - Marca: SS WHITE	UN	5,00	0,0000	25,1779	125,89
92	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM - Marca: ABC	UN	5,00	0,0000	40,964	204,82
93	Algodão rolete pacote c/100 unidades - Marca: SS PLUS	PCT	150,00	0,0000	1,9683	295,25
94	Forceps Infantil reto nº 01 - Marca: GOLGRAN	UN	10,00	0,0000	49,0569	490,57
96	Brunidor para amalgama ovo de pombo - Marca: GOLGRAN	UN	10,00	0,0000	5,3753	53,75
97	Broca laminada Endo Z - Marca: MEDIN	UN	10,00	0,0000	32,3716	323,72
Total do Fornecedor:					15.647,00	
Total Geral:					73.005,00	

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 10, PP 6-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 1/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2014
b) Licitação Nr.: 6/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de materiais laboratoriais e hospitalares, destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, conforme anexo do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)**

1	Seringas desc.20 ml s/ ag - Marca: SR	UN	3.000,00	0,0000	0,31	930,00
2	Seringas 3 ml - Marca: SR	UN	5.000,00	0,0000	0,09	450,00
3	Seringas 10 ml - Marca: SR	UN	4.000,00	0,0000	0,19	760,00
4	seringa desc. 01 ml tuberculina S/ag - Marca: SR	UN	5.000,00	0,0000	0,17	850,00
5	AGULHAS DESCARTÁVEIS 13 X 4,5 - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	UN	5.000,00	0,0000	0,04	200,00
6	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 6 - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	UN	3.000,00	0,0000	0,05	150,00
7	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25 X 7 - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	UN	6.000,00	0,0000	0,05	300,00
8	Seringas 5 ml - Marca: SR	UN	6.000,00	0,0000	0,11	660,00
9	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40 X 12 - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	UN	3.000,00	0,0000	0,05	150,00
10	Aguilha desc. 25 x 8 - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	UN	5.000,00	0,0000	0,05	250,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 2/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

11	Seringas Desc. para insulina - Marca: SR	UN	5.000,00	0,0000	0,17	850,00
Total do Fornecedor:						5.550,00

LOTE: 2

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6257)

12	Luvras p/ procedimento G - Cx. 100unid. latex - Marca: NUGARD	CX	200,00	0,0000	13,98	2.796,00
13	Luvras p/ procedimento M - Cx. 100unid.latex - Marca: NUGARD	CX	500,00	0,0000	13,98	6.990,00
14	Luvras p/ procedimento P - Cx. 100unid.latex - Marca: NUGARD	CX	500,00	0,0000	13,98	6.990,00
15	Luvras p/ procedimento extra P - Cx. 100unid.latex - Marca: NUGARD	CX	300,00	0,0000	13,98	4.194,00
16	Touca Sanfonada Elastica cx /100 un. - Marca: ANADOMA	PCT	50,00	0,0000	5,86	293,00
18	Mascara descartaveis c/ clipe e elastico - Cx. 50unid - Marca: LABOR	CX	150,00	0,0000	4,68	702,00
Total do Fornecedor:						21.965,00

LOTE: 3

METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

17	Papel grau cirurgico 15cm x 100 mts - Marca: Esterilcare	RI	100,00	0,0000	27,26	2.726,00
19	Esparadrpo 10 cm x 4,5 m - Marca: Missner	RI	300,00	0,0000	3,78	1.134,00
20	Fita crepe hospitalar 16 x 50 - Marca: Missner	RI	300,00	0,0000	2,29	687,00
21	Fita Micropore 2,5 cm x 10 mts c/capa - Marca: Missner	RI	700,00	0,0000	1,60	1.120,00
22	Fita Micropore 05 cm x 10 mts c/capa - Marca: Missner	RI	1.000,00	0,0000	2,18	2.180,00
23	Abaixador de lingua descartável pct 100 un. - Marca: Estilo	UN	60,00	0,0000	2,43	145,80
24	Fita para auto clave 19 x 30 - Marca: Ciex	RI	100,00	0,0000	2,66	266,00
25	lamina p/ preventivo c/extremidade fosca - Marca: Adlin	CX	150,00	0,0000	2,59	388,50
26	Coletor de urina infantil - Marca: Medsonda	UN	1.000,00	0,0000	0,29	290,00
27	COLETOR UNIVERSAL DESCARTÁVEL 80ML, transparente - Marca: J. Prolab	UN	3.000,00	0,0000	0,36	1.080,00
28	Papel grau cirúrgico 25cm x 50 mts - Marca: Esterilcare	RI	40,00	0,0000	3,70	148,00
29	esparadrpo impermeável 5 x 4,5 - Marca: Missner	RI	300,00	0,0000	2,69	807,00
30	Coletor urina sistema fechado bio-bag - Marca: Medsonda	UN	300,00	0,0000	2,46	738,00
31	Coletor urina descartável 2000 ml - Marca: Medsonda	UN	500,00	0,0000	0,32	160,00
32	Descarpax 13 litros - Marca: Embalaire	UN	200,00	0,0000	2,85	570,00
43	SORO FISIOLÓGICO 100 ML SIST. FECH. FRASCO - Marca: Equiplex	FR	700,00	0,0000	1,89	1.323,00
44	SORO FISIOLÓGICO 250 ML SIST.FECH. FRASCO - Marca: Equiplex	FR	700,00	0,0000	2,32	1.624,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 10/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 3/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 3
METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

45	Soro fisiologico 500 ml sist.fech.frasco - Marca: Equiplex	FR	500,00	0,0000	0,20	100,00
46	LOÇÃO OLEOSA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, LECITINA DE SOJA + VITAMINAS 100 ML - Marca: Moph	FR	300,00	0,0000	2,50	750,00
53	Stopper adesivo cx/500 - Marca: Ciex	UN	10,00	0,0000	9,99	99,90
54	coletor materias perfurocortantes 07 lts - Marca: Embalaire	UN	400,00	0,0000	2,24	896,00
55	Cateter p/oxigênio tipo olhos - Marca: Medsonda	UN	10,00	0,0000	0,75	7,50
56	Cateter Intravenoso 16 - Marca: Solidor	UN	30,00	0,0000	0,60	18,00
57	Sonda folley 2 vias nº 22 - Marca: Solidor	UN	50,00	0,0000	1,98	99,00
58	Sonda Uretral nº 16 c/ 10 - Marca: Medsonda	PCT	50,00	0,0000	5,33	266,50
59	coletor materias perfurocortantes 20 lts - Marca: Embalaire	UN	100,00	0,0000	3,91	391,00
60	Curativo Hidrocoloide 10 x 10 - extra fino - Marca: LM Farma	UN	100,00	0,0000	12,10	1.210,00
61	Sonda uretral em polivinil Nº 12 - Marca: Medsonda	UN	4.000,00	0,0000	0,45	1.800,00
62	Sonda uretral em polivinil Nº 14 - Marca: Medsonda	UN	1.000,00	0,0000	0,03	30,00
63	frasco p/nutrição enteral 300ml - Marca: Biobase	UN	300,00	0,0000	0,73	219,00
Total do Fornecedor:						21.274,20

LOTE: 4
DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR (7280)

64	VDRL test suspensão antigenico pronto - 5,5ml	UN	15,00	0,0000	22,80	342,00
65	Corante hematologico I-II-III Cx. c/ 3 frascos de 500ml	FR	10,00	0,0000	33,48	334,80
66	ACIDO ÚRICO KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	31,50	315,00
67	COLESTEROL TOTAL KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	46,20	462,00
68	CREATININA pp-300 KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	33,00	330,00
69	Oleo de imersão p/ microscopio optico c/ 100ml - Marca: NEWPROV	FR	10,00	0,0000	12,27	122,70
70	TGO KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	46,20	462,00
71	TGP KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	46,20	462,00
72	TRIGLICERIDEOS KIT - Marca: ANALISA	UN	15,00	0,0000	102,30	1.534,50
73	UREIA KIT - Marca: ANALISA	UN	10,00	0,0000	75,90	759,00
74	FITA DE URINA (10 AREAS) MULTISTIX c/ 100 unidades - Marca: WAMA	FR	80,00	0,0000	18,00	1.440,00
75	FITA REAGENTES PARA TESTE DE GRAVIDES FRASCO 100 TESTES - Marca: BIOCON	UN	50,00	0,0000	45,00	2.250,00
83	Reagente p/ tipagem sanguinea Anti - A - 10ml - Marca: PRODTHEMO	FR	20,00	0,0000	16,05	321,00
84	Reagente p/ tipagem sanguinea Anti - B - 10ml - Marca: PRODTHEMO	FR	20,00	0,0000	16,05	321,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 10/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 4/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 4
DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR (7280)

87	Anticoagulante citrato 20 ml - Marca: ANALISA	FR	20,00	0,0000	3,30	66,00
88	Anticoagulante fluoreto 20 ml - Marca: ANALISA	FR	20,00	0,0000	3,30	66,00
Total do Fornecedor:						9.588,00

LOTE: 5
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6257)

76	Tubos Vacutainer S/EDTA 05 ml - Marca: LABOR	UN	3.000,00	0,0000	0,35	1.050,00
77	Tubos Vacutainer com EDTA 4,5 ml - Marca: LABOR	UN	5.000,00	0,0000	0,46	2.300,00
78	Tubos Vacutainer com Gel Separador 10 ml - Marca: LABOR	UN	5.000,00	0,0000	0,58	2.900,00
79	Tubos Vacutainer com Citrato 4,5 ml - Marca: LABOR	UN	2.000,00	0,0000	0,38	760,00
80	Tubo Vacutainer com Fluoreto 05ml - Marca: LABOR	UN	2.000,00	0,0000	0,38	760,00
81	Tubos vacutainer s/ anticoagualante 10ml - Marca: LABOR	UN	3.000,00	0,0000	0,55	1.650,00
82	Tubo Microhematócrito s/ antiocoag. cx. c/ 500tubos - Marca: LABOR	CX	10,00	0,0000	13,00	130,00
Total do Fornecedor:						9.550,00

LOTE: 6
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

86	Tira teste realização hemoglicose cx/ 50 unidades OBS: Somente serão aceitas tiras da marca ON CALL PLUS por motivo que a Secretaria de Saúde possui aparelhos próprios e não serão substituídos. - Marca: Acon	CX	500,00	0,0000	25,04	12.520,00
Total do Fornecedor:						12.520,00

LOTE: 7
VANUSA EIRELI-EPP (7009)

85	Atadura de crepom tipo Cysne 20cm x 1,80mts- pct 12 unidades 100% algodão. OBS: (cremer). - Marca: CREMER	PCT	200,00	0,0000	28,39	5.678,00
Total do Fornecedor:						5.678,00

LOTE: 8
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6257)

51	Atadura de Rayon 7,5 cm x 5m - Marca: M.HOUSE	Pt	100,00	0,0000	3,04	304,00
89	Cateter Intra Venoso nº 24 - Marca: LABOR	UN	100,00	0,0000	0,63	63,00
90	cateter intravenoso nº 14 - Marca: LABOR	UN	100,00	0,0000	0,53	53,00
91	almotolia plástica trasnparente 250ml - Marca: JP	UN	100,00	0,0000	1,35	135,00
92	ESCOVA GINECOLOGICA DESCART. "NÃO ESTERIL" - Marca: KOLPLAST	UN	1.000,00	0,0000	0,15	150,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 10/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 5/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 8
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6257)

93	Espátula de AyreS madeira	pct/ 100 unidades - Marca: ESTILO	PCT	1.000,00	0,0000	4,30	4.300,00
94	especulo vaginal esteril lubrificado tam. P.	- Marca: ADLIN	UN	700,00	0,0000	0,98	686,00
95	especulo vaginal esteril lubrificado tam. M.	- Marca: ADLIN	UN	600,00	0,0000	1,13	678,00
96	Fixador citologico spray 30ml	- Marca: ADLIN	FR	30,00	0,0000	3,25	97,50
97	Gel para ecg/ultra som 5000gr	- Marca: CAITHEC	GL	30,00	0,0000	13,80	414,00
98	Scalp nº 19	- Marca: SOLIDOR	UN	300,00	0,0000	0,13	39,00
99	Tubo de vacutainer 5ml c/acet.coag. / gel	- Marca: LABOR	UN	1.200,00	0,0000	0,35	420,00
100	Aglulhas descartável 25 x 7,0- 22G1-	preta - Marca: LABOR	UN	1.700,00	0,0000	0,05	85,00
101	Tubo vacutainer 4ml c/edta K2	- Marca: LABOR	UN	500,00	0,0000	0,34	170,00
102	Adaptador vacutainer p/ coleta de sangue	- Marca: LABOR	UN	500,00	0,0000	0,385	192,50
Total do Fornecedor:							7.787,00

LOTE: 9
METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LTDA (6003)

34	Atadura crepon 06cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	1.000,00	0,0000	0,28	280,00
35	Atadura crepon 08cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	1.000,00	0,0000	0,37	370,00
36	Atadura crepon 10cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	3.000,00	0,0000	0,46	1.380,00
37	Atadura crepon 15cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	3.000,00	0,0000	0,69	2.070,00
38	Atadura crepon 20cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	4.000,00	0,0000	0,10	400,00
39	Atadura crepon 25cm x 1,8mts	13F. - Marca: Biotextil	UN	3.000,00	0,0000	1,05	3.150,00
40	ATADURA ELASTICA BRANCA 10 CM x 2,2 MTS	- Marca: Neve	UN	1.500,00	0,0000	0,91	1.365,00
41	ATADURA ELASTICA BRANCA 15 CM X 2,2 MTS	- Marca: Neve	UN	1.500,00	0,0000	1,35	2.025,00
42	ATADURA ELASTICA BRANCA 20 CM X 2,2 MTS	- Marca: Neve	UN	1.500,00	0,0000	1,80	2.700,00
Total do Fornecedor:							13.740,00

LOTE: 10
ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7221)

33	ALGODÃO HIDROFILO ROLO 500 G 100 % algodão alvejado, inodoro, isento de amido, fibras longas em camadas sobrepostas e uniformes, macio, cor branca. com boa absorvência.	- Marca: NATHALYA	RI	100,00	0,0000	7,7752	777,52
47	Campo Operatorio comp.Cirurg.G. 45 X 50 PCT C/ 50 UN. - Marca: AMÉRICA		PCT	30,00	0,0000	50,5389	1.516,17
48	Campo operatório 23 x 25	pct/50 - Marca: AMÉRICA	UN	25,00	0,0000	29,805	745,13
49	GAZE TIPO QUEIJO 13 FIOS 91 x 91	- Marca: BIOTEXTIL	RI	200,00	0,0000	43,9299	8.785,98

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 6/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 10/2014
Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 6/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 10****ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7221)**

50	Compressa de gaze 10 x10 13 fios, pct com 500 un. - Marca: BIOTEXTIL	UN	500,00	0,0000	38,2281	19.114,05
52	Compressa de Gaze 7,5 x 7,5 13 fios pct c/500 un. - Marca: BIOTEXTIL	PCT	500,00	0,0000	18,1023	9.051,15

Total do Fornecedor: 39.990,00
Total Geral: 147.642,20

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 11, PP 7 -2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2014
b) Licitação Nr.: 7/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de material Odontológico destinado as atividades do atendimento a População com entrega parcelada, para o exercício do ano de 2015, de acordo com as descrições anexas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**VANUSA EIRELI-EPP (7009)**

1	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 3 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,856	274,24
2	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 4 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
3	BROCAS CARBIDE PARA ALTA ROTACAO Nº 5 - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
4	BROCAS CARBIDE Nº 2 CALIBRE 1/4 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: JOTA	UN	40,00	0,0000	6,8568	274,27
5	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1012/1052 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
6	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1011 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
7	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1014 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
8	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1016HL PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
9	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1034 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 2/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

VANUSA EIRELI-EPP (7009)

10	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1035 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
11	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1090 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
12	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1095 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
13	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	40,00	0,0000	5,7766	231,06
14	BROCAS DIAMANTADAS Nº 1190FF PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	30,00	0,0000	5,7766	173,30
15	BROCAS DIAMANTADAS Nº 2135 PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	40,00	0,0000	5,7766	231,06
16	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
17	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3118FF PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
18	BROCAS DIAMANTADAS Nº 3195F PARA ALTA ROTAÇÃO - Marca: KG	UN	150,00	0,0000	5,7766	866,49
19	Broca carbide nº 06 - Marca: JOTA	UN	100,00	0,0000	6,8568	685,68
20	Broca carbide nº 07 - Marca: JOTA	UN	100,00	0,0000	6,8568	685,68
21	BROCAS CIRURGICAS Nº 702 - Marca: MEDIN	UN	50,00	0,0000	10,3321	516,61
22	Broca Diamantada 1019 - Marca: KG	UN	50,00	0,0000	5,7766	288,83
23	BROCAS DIAMANTADAS 1012 HL - Marca: KG	UN	80,00	0,0000	5,7766	462,13
24	BROCAS DIAMANTADAS 1014 HL - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
95	Broca diamantada 1016 - Marca: KG	UN	100,00	0,0000	5,7766	577,66
Total do Fornecedor:						10.148,00

LOTE: 2

VANUSA EIRELI-EPP (7009)

25	Brocas p/ baixa rotação nº 07 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	200,00	0,0000	5,3878	1.077,56
26	Brocas p/ baixa rotação nº 04 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
27	Brocas p/ baixa rotação nº 05 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
28	Brocas p/ baixa rotação nº 06 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
29	Brocas p/ baixa rotação nº 03 multi laminada - Marca: INJECTA	UN	150,00	0,0000	5,3876	808,14
44	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 1 PORCAO - Marca: SDI-GS80	UN	1.200,00	0,0000	1,9771	2.372,52
45	CAPSULAS PARA AMALGAMADOR COM 2 PORCOES - Marca: SDI-GS80	UN	1.200,00	0,0000	2,5603	3.072,36
Total do Fornecedor:						9.755,00

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 10/11/2014
	Folha: 3/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME (6765)

30	RESINA CHARISMA OA1 - Marca: KULZER	Bis	15,00	0,0000	58,43	876,45
31	RESINA CHARISMA OA2 - Marca: KULZER	Bis	15,00	0,0000	58,43	876,45
32	RESINA CHARISMA OA3 - Marca: KULZER	Bis	20,00	0,0000	58,43	1.168,60
33	RESINA CHARISMA A1 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
34	RESINA CHARISMA A2 - Marca: KULZER	Bis	20,00	0,0000	58,43	1.168,60
35	RESINA CHARISMA 3,5 - Marca: KULZER	UN	10,00	0,0000	58,43	584,30
36	RESINA CHARISMA A3 - Marca: KULZER	Bis	40,00	0,0000	58,43	2.337,20
37	RESINA CHARISMA B1 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
38	RESINA CHARISMA B2 - Marca: KULZER	Bis	10,00	0,0000	58,43	584,30
39	Adesivo prime & bond - Marca: DENTSPLY	UN	40,00	0,0000	52,1375	2.085,50
Total do Fornecedor:						10.850,00

LOTE: 4

ODONTOMEDI- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES (7221)

40	Anestésico Lidocaína 3% c/ vaso tubete CX/ 50 un. - Marca: DENTSPLY	CX	30,00	0,0000	50,1157	1.503,47
41	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% + EPIMEFRINA 1:100,00/ MEPIADRE/50 CX/50 - Marca: DFL	CX	80,00	0,0000	77,7034	6.216,27
42	ANESTÉSICO TÓPICO GEL FRASCO/12 GR - Marca: DFL	FR	30,00	0,0000	7,1774	215,32
43	Anestésico mepivacaína 3% s/vaso - Marca: DFL	CX	15,00	0,0000	77,9862	1.169,79
98	Anestésico xilocaína 10% 50ml-spray - Marca: CRISTÁLIA	FR	10,00	0,0000	72,5154	725,15
Total do Fornecedor:						9.830,00

LOTE: 5

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

46	tesoura iris curva 12cm - Marca: Abc	UN	10,00	0,0000	15,973	159,73
47	espelho clínico Nº 05 plano - Marca: Cassiflex	UN	150,00	0,0000	3,9701	595,52
48	Porta amalgama plastico (autoclave) - Marca: Maquira	UN	50,00	0,0000	12,3995	619,98
49	Espátula nº 70- dupla - Marca: Cassiflex	UN	30,00	0,0000	8,1992	245,98
50	cureta de gracey - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	10,9131	545,66
51	cureta de lucas nº 85 - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	11,2583	562,92
52	porta matriz tofflemire 142 adulto - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	22,9098	1.145,49
53	espátula nº 07 -dupla - Marca: Cassiflex	UN	50,00	0,0000	8,2567	412,84
54	Espátula para Resina Nº 02 - Marca: Golgran	UN	50,00	0,0000	40,2768	2.013,84
55	Extirpa nervos c/10-azul - Marca: Medin	CX	30,00	0,0000	27,2348	817,04
56	FIO DENTAL 500 M - Marca: Medfio	UN	20,00	0,0000	9,2733	185,47

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 11/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 4/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 5
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6130)

57	escova robson branca reta - Marca: Preven	UN	100,00	0,0000	1,2754	127,54
58	Sugador colorido descartável pct/40 - Marca: Maxclean	PCT	200,00	0,0000	3,7208	744,16
59	papel carbono accufilmi cx/280 - Marca: Suarez	CX	3,00	0,0000	147,6816	443,04
60	Tira de Lixa 4mm x 170 mm cx/ 150 - Marca: Preven	PCT	30,00	0,0000	16,5614	496,84
61	Tira de aço p/matriz 05 - Marca: Preven	UN	50,00	0,0000	2,1673	108,37
62	Tira de aço p/matriz 07 - Marca: Preven	UN	50,00	0,0000	2,1193	105,97
63	oleo alta e baixa rot.200ml c/1bico - Marca: Maquira	UN	10,00	0,0000	19,5438	195,44
64	Lima flexofile 21mm Nº 15 cx 06 unidade - Marca: Medin	CX	30,00	0,0000	42,7222	1.281,67
65	Enhance Sortido caixa c/ 07 - Marca: Dentsply	CX	50,00	0,0000	72,7763	3.638,82
66	TIRAS DE LIXA DE ACO 4mm cx/12 - Marca: Preven	UN	30,00	0,0000	7,3074	219,22
67	Aplicador cavibrush fino-azul - Marca: Kg	UN	30,00	0,0000	7,9403	238,21
68	AGULHA GENGIVAL 30gr Curta - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	20,00	0,0000	24,7798	495,60
69	AGULHA DE SUTURA DE SEDA 3.0- CX COM/24 UND-ODONT. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	30,00	0,0000	26,1032	783,10
99	Lâmina de bisturi nº 12 - Cx. 100 unid. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	10,00	0,0000	29,0089	290,09
100	Lâmina de bisturi nº 15 - Cx. 100 unid. - Marca: Lamedid-Solidor-Proc	CX	10,00	0,0000	30,246	302,46

Total do Fornecedor: 16.775,00
LOTE: 6
L A DALLA PORTA JÚNIOR (6994)

70	Hemospon cx/10-esponjas - Marca: TECHNEW	CX	15,00	0,0000	27,8733	418,10
71	Hemostop 10ml Hemopare clear - Marca: MAQUIRA	FR	15,00	0,0000	17,9642	269,46
72	Nylon preto 4.0 c/ agulha 1,5cm - Marca: LAMEDID	CX	15,00	0,0000	44,8606	672,91
73	EUGENOL LIQUIDO 20ML - Marca: IODONTEC	FR	15,00	0,0000	11,2901	169,35
74	Tartarisul 30ml- removedor de mancha - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	16,9851	339,70
75	Kit Cimento IRM Pó + Liquido - Marca: IODONTOSUL	KIT	50,00	0,0000	103,2293	5.161,47
76	Cariostatico 12%- 10ml - Marca: IODONTOSUL	FR	10,00	0,0000	20,1823	201,82
77	Alveolex 10 gr - Marca: IODONTOSUL	UN	10,00	0,0000	23,3795	233,80
78	TRICRESOL FORMALINA 10 ML - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	6,4943	129,89
79	Hydro C- Hidroxido de calcio - Marca: TECHNEW	CX	10,00	0,0000	30,1735	301,74
80	PASTA PROFILATICA TUBO 90gr - Marca: MAQUIRA	UN	15,00	0,0000	7,993	119,90
81	Selante Alpha seal foto incolor ligth - Marca: DENTSPLY	UN	5,00	0,0000	25,1679	125,84
82	Acido fosforico 37% seringa gel - Marca: CAITHEC	UN	50,00	0,0000	1,8983	94,92

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 7/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 11/2014
 Data do Processo: 10/11/2014

Folha: 5/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

L A DALLA PORTA JÚNIOR (6994)

83	KIT PÓ/LÍQUIDO IONOMERO DE VIDRO QUIMICAMENTE ATIVADO - Marca: DENTSCARE	KIT	60,00	0,0000	35,3689	2.122,13
84	AGUA DESTILADA C/ 5L - Marca: CAITHEC	UN	70,00	0,0000	8,7323	611,26
85	Paramonoclorofenol canforado 20 ml - Marca: IODONTOSUL	UN	10,00	0,0000	8,4925	84,93
86	Detergente Enzimático 3 enzimas galão 05 lts - Marca: VIC PHARMA	GL	30,00	0,0000	74,4346	2.233,04
87	Forceps adulto nº 69 - Marca: GOLGRAM	UN	10,00	0,0000	48,0578	480,58
88	FLUOR GEL 1,23% NEUTRO - Marca: IODONTOSUL	UN	20,00	0,0000	3,8466	76,93
89	Verniz c/fluor - Marca: FGM	CX	5,00	0,0000	26,8764	134,38
90	Descolador Freer - Marca: GOLGRAM	UN	5,00	0,0000	34,17	170,85
91	destaca periosteo de Mead - Marca: SS WHITE	UN	5,00	0,0000	25,1779	125,89
92	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM - Marca: ABC	UN	5,00	0,0000	40,964	204,82
93	Algodão rolete pacote c/100 unidades - Marca: SS PLUS	PCT	150,00	0,0000	1,9683	295,25
94	Forceps Infantil reto nº 01 - Marca: GOLGRAM	UN	10,00	0,0000	49,0569	490,57
96	Brunidor para amalgama ovo de pombo - Marca: GOLGRAM	UN	10,00	0,0000	5,3753	53,75
97	Broca laminada Endo Z - Marca: MEDIN	UN	10,00	0,0000	32,3716	323,72
Total do Fornecedor:					15.647,00	
Total Geral:					73.005,00	

Ipumirim, 28 de Novembro de 2014.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2014 - PP Nº 47/2014 - RG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 79/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 47/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 01 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 01/2014

Edital 001/2014

A Prefeitura Municipal de Irineópolis NOTIFICA para os fins de direitos, que revendo os livros de Dívida Ativa figuram os contribuintes abaixo relacionados, e solicitando que compareçam ao Setor de Tributação, no Prédio da Prefeitura, sito a Rua Paraná, nº 200, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, conforme consta na Lei nº 185/73, para tratar de assunto do seu interesse, referente a Tributos Municipais dos exercícios de 2010 a 2013.

Contribuinte Tributo Exercício

Auto Viação São Jorge LTDA / Alvará Loc. e Func. / 2010, 2011 e 2012.

Dirceu Correa & CIA LTDA / Alvará Loc. e Func. e Taxa Sanitária / 2010, 2011 e 2012.

José Juraci Gomes de Oliveira - ME / Alvará de Loc. e Func / 2010, 2011 e 2012.

José Norberto Michels / Taxa de Coleta de Lixo e IPTU / 2010, 2011 e 2012.

Maria Aparecida de Souza / Taxa de Coleta de Lixo / 2011, 2012 e 2013.

Mario Olivio Hauth / Taxa de Coleta de Lixo / 2011, 2012 e 2013.

Moacir Rodrigo Swidzinski- ME / Alvará Loc. e Func. e Taxa Sanitária / 2010, 2011 e 2012.

Parra & CIA LTDA / Alvará Loc. e Func. e Taxa Sanitária / 2010, 2011 e 2012.

Valdecir Anton Taxa de Coleta de Lixo e IPTU / 2010, 2011, 2012 e 2013.

Irineópolis, 01 de dezembro de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 22-2014

Portaria Nº 22/2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Conceder ao Servidor ALCIONE AGOSTINHO ADAMI, RG nº 10 -R 962861, inscrita no CPF sob o nº 418.724.109-44, Assessor Parlamentar desta Casa de Leis, afastamento por auxílio doença, no período de 15(quinze) dias, iniciando no dia 18(dezoito) de novembro de 2014 à 02(dois) de dezembro de 2014.

Gabinete da Presidência, em 01 de Dezembro de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

CONTRATOS MÊS DE NOVEMBRO

Contrato Nº.: 188/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 31/03/2015

Objeto : Locação de imóvel constituído de uma sala comercial com área de 40,49m², localizada na Rua 01, no. 155, sala 03, Centro Comercial

Azaléia, Centro, para funcionamento temporário do Terminal Rodoviário,

em virtude do prédio do Terminal Rodoviário estar em reformas.

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 31/03/2015

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 189/2014 - Contrato Nº.: 141/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: LIS AMBIENTAL LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/11/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços prestados. Os serviços passam a ser prestados

somente na Estação de Tratamento de esgoto do Bairro São João.

Contratada....: LIS AMBIENTAL LTDA EPP

Vigência : Início: 01/11/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 190/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: FLORICULTURA FLORIARTE LTDA ME

Valor : 8.280,75 (oito mil duzentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (161), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (277), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (281)

Objeto : Aquisição de mudas de flores.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 191/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: MUDAR TINTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME

Valor : 33.458,00 (trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (160), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (161), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (277), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (281)

Objeto : Contratação de serviços de limpeza e manutenção dos pontos turísticos e acessos principais do Município de Itá.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 192/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: DISBRAPLAC LTDA - EPP

Valor : 64.440,00 (sessenta e quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2014

Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (160), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (161), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (277), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (281)

Objeto : Aquisição de Lixeiras para instalação nos pontos turísticos do município.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 194/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: VANDERLI MAIER

Valor : 16,00 (dezesesseis reais)

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : Serviços de distribuição de adubo nas propriedades do interior indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

com equipamento pertencente a esta municipalidade.

Contratada....: VANDERLI MAIER

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 195/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: CRISTIANO JOSÉ RHODEN

Valor : 16,00 (dezesesseis reais)

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014

Objeto : Serviços de distribuição de adubo nas propriedades do interior indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

com equipamento pertencente a esta municipalidade.

Contratada....: CRISTIANO JOSÉ RHODEN

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 196/2014 - Contrato Nº.: 194/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 8.489,53 (oito mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos)

Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2010

Objeto : Reajuste de valor, conforme contrato.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 200/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: VISUAL FARM PRODUÇÕES LTDA - EPP

Valor : 290.000,00 (duzentos e noventa mil e reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/03/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2014

Recursos : Dotação: 1.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (286)

Objeto : Serviços de concepção e criação de espetáculo, com

desenvolvimento, conteúdo de vídeo, montagem e operação de sistema de

projeção e, incluindo gerenciamento de imagens, visando a

montagem,
operação e manutenção de Espetáculo de projeções na cidade,
com show
de imagens e luzes.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 201/2014 - Contrato Nº: 290/2011
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO
LTDA ME
Valor : 31.410,71 (trinta e um mil quatrocentos e dez
reais e
setenta e um centavos)
Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2011
Objeto : Reajuste anual do valor.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 202/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: ELETRICA JLB LTDA ME
Valor : 84.246,00 (oitenta e quatro mil duzentos e qua-
renta e seis
reais)
Vigência : Início: 19/11/2014 Término: 20/01/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação: 2.044.4.4.90.00.00.00.00 (282)
Objeto : Aquisição de figuras de fibra de vidro para orna-
mentação
natalina 2014 no Município.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 203/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Valor : 199.220,70 (cento e noventa e nove mil duzentos
e vinte
reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 19/04/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
11/2014
Recursos : Dotação: 1.050.4.4.90.00.00.00.00 (209),
1.050.4.4.90.00.00.00.00 (279)
Objeto : Contratação de empresa para pavimentação em
CAUQ
(concreto asfáltico usinado a quente) de parte da estrada de aces-
so a
Linha Simon.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 205/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: M L DE ARAUJO E CIA LTDA ME
Valor : 78.510,00 (setenta e oito mil quinhentos e dez
reais)
Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014
Recursos : Dotação: 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (259)
Objeto : Contratação de empresa para a execução de ser-
viços de
conservação rodoviária (Roçada Mecanizada Costal/Limpeza Sar-
jetas) na
malha rodoviária estadual, de abrangência do Município de Itá.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 206/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: SEARA TERRAPLANAGEM LTDA - ME
Valor : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Vigência : Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (34),
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (265), 2.010.3.3.90.00.00.00.00
(270)
Objeto : Contratação de serviço de Escavadeira hidráulica
peso
operacional mínimo de 20 toneladas e serviço de escavadeira hi-
dráulica
peso operacional mínimo de 12 toneladas.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 207/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: MK TERRAPLANAGEM LTDA - ME
Valor : 26.315,00 (vinte e seis mil trezentos e quinze
reais)
Vigência : Início: 25/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (34),
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (265), 2.010.3.3.90.00.00.00.00
(270)
Objeto : Contratação de serviço de trator de esteiras peso
operacional mínimo de 10,5 toneladas.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 208/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME
Valor : 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)
Vigência : Início: 27/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2014
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00 (178),
2.043.3.3.90.00.00.00.00 (203)
Objeto : Contratação de conjunto/grupos musicais para as
festividades do 58º (quingagésimo oitavo) aniversário de eman-
cipação
político-administrativa do Município de Itá - SC e Réveillon 2014,
incluído o
fornecimento, a instalação dos equipamentos de sonorização e
iluminação.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 209/2014 - Contrato Nº: 128/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA
Contratada...: ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 28/11/2014 Término: 29/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
2/2014
Recursos : Dotação: 1.050.4.4.90.00.00.00.00 (256)
Objeto : Aditivo de prazo devido atrasos na obra.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Contrato Nº.: 197/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: MARIA CECILIA ROMAN ME
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS
para
fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situ-
ação de
vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial,
dos quais
a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque.
Contratada...: MARIA CECILIA ROMAN ME
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2016
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº.: 198/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS
para
fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de
vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial,
dos quais
a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque.
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 11/11/2016
NEVIO ANTONIO MORTARI

Contrato Nº.: 204/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ISABEL MARIA KREUTZ
Valor : 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 20/11/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2014
Objeto : Prestação de serviços profissionais na área de
enfermagem, para sobreaviso.
NEVIO ANTONIO MORTARI

Itaiópolis

PREFEITURA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÕES NOVEMBRO 2014 - ITAIÓPOLIS SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 933/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV6445	54960602E	5169/1	04/10/2014	165
ALD2328	54960556E	5169/1	22/10/2014	165
ALD2328	54960557E	5720/0	22/10/2014	186 * I
ANA1688	54960283E	6530/0	22/10/2014	228
IBY7544	54960605E	6599/2	26/10/2014	230 * V
IBY7544	54960606E	5460/0	26/10/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIÓPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 350 934/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AME0237	54960131E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167
MIF5157	54960133E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 935/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HTQ3569	54960551E	7366/2	07/10/2014	252 * VI
MIB6384	54960398E	6599/2	16/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIÓPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 350 936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIH3175	54960383E	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167
MMJ1273	54960392E	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 937/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFI1448	54960287E	6530/0	14/11/2014	228
ARX8748	54960571E	5185/1	06/11/2014	167
CSE4136	54960558E	5010/0	03/11/2014	162 * I
CSE4136	54960559E	6599/2	03/11/2014	230 * V
CSE4136	54960560E	6564/0	03/11/2014	230 * II
LWT4636	54960284E	7056/1	24/10/2014	244 * III
MCL0237	54960603E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MCL0237	54960604E	6602/0	26/10/2014	230 * VI
MFI4392	54960418E	5010/0	01/11/2014	162 * I
MFI4392	54960420E	6599/2	01/11/2014	230 * V
MHA5270	54960416E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MHA5270	54960417E	5010/0	26/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 938/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABV2546	54960458E	5010/0	24/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AEH7537	54960384E	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167
BQK5177	54960394E	5169/1	31/08/2014	R\$ 1.915,38	165
BQK5177	54960395E	7234/0	31/08/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
BQK5177	54960396E	6912/0	31/08/2014	R\$ 53,20	232
LYO2135	54960038E	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYO2135	54960039E	6599/2	18/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL6311	54960466E	5460/0	12/09/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBV3906	54960035E	6599/2	25/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV3906	54960036E	6912/0	25/07/2014	R\$ 53,20	232
MCE6662	54960278E	5398/0	11/08/2014	R\$ 53,20	181 * II
MCO4495	54960143E	6599/2	01/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHP9034	54960140E	5479/0	23/08/2014	R\$ 85,12	181 * X
MIR3671	54960141E	5479/0	23/08/2014	R\$ 85,12	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 258/2014

Portaria nº 258 de 02 de dezembro de 2014.
Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Ana Paula Matusalém matrícula nº 14631/01, no período de 2/12/2014 até 30/5/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 2 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

LEI Nº 2.942, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.942, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza efetuar despesas para a realização de Feiras e Exposições no Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização de Feiras e Exposições no Município de Itapiranga - SC

Paragrafo único. Os recursos a que se refere o caput deste artigo serão utilizados para custear despesas de organização, infraestrutura e serviços necessários para a realização do evento.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente, na Unidade Orçamentária de cada Secretaria.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar por decreto a presente lei.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Itapiranga, 02 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI Nº 2.943, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.943, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica O Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 54.196,08

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 54.196,08

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 2 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI Nº 2.944, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.944, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica O Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2014:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
31.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
..... R\$ 63.211,75

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total da seguinte dotação:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
 01.031.0001.1001 - Aquisição de Veículo e Equipamento e Material Permanente
 44.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
 R\$ 63.211,75

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 2 de dezembro de 2014.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
 Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 236, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 236, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Reajusta a Unidade Fiscal do Município - UFM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com as disposições da Lei Orgânica Municipal, mais as disposições da Lei Complementar nº 25, de 29 de setembro de 2009;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica reajustado em 3,6543 % o valor da UFM que corresponde à inflação acumulada no período de dezembro de 2013 a novembro de 2014, registrada pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, passando a vigorar com o valor de R\$ 263, 30 (duzentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2015.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA - SC, 1º de dezembro de 2014.
 Milton Simon
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler
 Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº112/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, com sede à Manoel de Arzão, nº 97, Bairro São José, na cidade Itapoá/SC, CEP:89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual nº 255.229.828.

Licitação: CONVITE Nº 32/2014 - PROCESSO Nº 151/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a execução de 453,51m² de pavimentação em bloco sextavado, no pátio externo da Escola Ayrton Senna, no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 53.835,10 (cinquenta e três mil oitocentos e trinta e cinco reais e dez centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Sube- mento
Educação	502	13	01	1030	65800	44905199
Educação	456	13	01	1030	10100	44905199

Data da assinatura: 02/12/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 3 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

Itapoá, 02 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

LM Nº 552/2014 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LEI MUNICIPAL Nº 552/2014

Data: 26 de novembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.02 Departamento de Pesca

0206020012.1017 Desassoreamento e Abertura do Canal do Rio Saí Mirim

34490 Aplicações Diretas (126) DR 10000
 R\$ 280.000,00

Anulação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS

11.01 Departamento de Obras

154510009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (193) DR 10000

..... R\$ 280.000,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a inclusão do crédito adicional suplementar, no PPA - Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2321/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO2321/2014

Data: 26 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/120/2014, de 24 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, referente às DRs 25.202 e 25.204, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 26.798,62 (vinte e seis mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), conforme segue:

Suplementações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

08244005.2123 Manutenção do CRAS

33390 Aplicações Diretas (310) DR 25204

..... R\$ 20.008,62

08243005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (308) DR 25202

..... R\$ 4.074,00

34490 Aplicações Diretas (309) DR 25202

..... R\$ 2.716,00

Total das Suplementações

..... R\$ 26.798,62

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2322/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO2322/2014

Data: 26 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/121/2014, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma categoria de programação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme segue:

Suplementação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal

33390 Aplicações Diretas DR 10000

..... R\$ 60.000,00

Anulação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 Câmara Municipal de Vereadores

010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal

34490 Aplicações Diretas DR 10000

..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2323/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO2323/2014

Data: 26 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 552/2014, de 26 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), conforme segue:

Suplementação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.02 Departamento de Pesca
0206020012.1017 Desassoreamento e Abertura do Canal do Rio Saí Mirim
34490 Aplicações Diretas (126) DR 10000
..... R\$ 280.000,00

Anulação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS
11.01 Departamento de Obras
154510009.1028 Pavimentação de Ruas
34490 Aplicações Diretas (193) DR 10000
..... R\$ 280.000,00
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de novembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2324/2014 – EXONERA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA.

DECRETO MUNICIPAL NO2324/2014
Data: 01 de Dezembro de 2014.
EXONERA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC),
no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado, o Sr. JOAREZ ANTONIO SANTIN, no cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Pesca.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2325/2014 - NOMEIA ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO.

DECRETO MUNICIPAL NO2325/2014
Data: 01 de dezembro de 2014.
NOMEIA ASSESSOR ESPECIAL DE COMÉRCIO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC),
no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado, o Sr. Joarez Antonio Santin, no cargo de Assessor Especial de Comércio, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de dezembro de 2014.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao segundo dia de dezembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) "Ad Hoc" do Município, a Sra. ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, VALERIO PACHECO, nomeados pelo(a) Decreto nº 2192/2014 com o apoio do técnico contábil do município, o Sr. JOÃO GARCIA DE SOUZA, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 72/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAR E GERENCIAR OS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
BANCO BRADESCO S/A	CONRADO RODRIGO LUIZ
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CELSO JOSE STROBEL

Analisados os documentos verificou-se que a instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL juntou parte dos documentos de credenciamento dentro do envelope de habilitação: Estatuto da Caixa Econômica Federal, Decreto Lei de constituição de empresa pública e as declarações que tratam os itens 3.1.2 e 3.1.3 do edital. Contudo, visto que a instituição trata-se de empresa pública, há a possibilidade de consultar alguns dos documentos remetidos no envelope de habilitação via internet. Prezando pelo interesse público, na busca pela melhor proposta para o município, considerando a ampliação da disputa a Pregoeira e respectiva equipe de apoio consultou via internet os respectivos documentos, os quais demonstraram a legitimidade do representante presente, o qual redigiu manualmente as declarações supracitadas suprindo assim as exigências do edital para o credenciamento. Os documentos apresentados pela instituição financeira BANCO BRADESCO S/A foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de elevação dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante da melhor proposta, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para

este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo.

Empresas Vencedora	Valor Total
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	455.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 2 de dezembro de 2014.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Pregoeira "Ad Hoc"	VALERIO PACHECO Membro
SOLAMIR COELHO Membro	
BANCO BRADESCO S/A CONRADO RODRIGO LUIZ	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CELSO JOSE STROBEL

SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2014 DO EDITAL Nº 022/2014 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2014
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 022/2014
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato Claudianir da Silva de Freitas para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);

15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 02 de Dezembro de 2014.

TERMO ADITIVO Nº 54/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 82/2014. (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº 54/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 82/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretaria de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portadora do CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI. RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, de outro lado a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, CEP: 89.163-554, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, e Inscrição Estadual: 253.148.995, representada neste ato por administrador, o Sr. ANACLETO FERRARI, portador do CNPF/MF nº 523.140.819-00, e do CI.RG nº 3R-1.428.772/SSI-SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para uso na Sala de Estabilização do Pronto Atendimento 24 horas, conforme Anexo V do Edital, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2192/2014, de 09 de maio de 2014 e do edital do Pregão nº 48/2014 em epígrafe, ao Processo nº 87/2014 resolvem retificar o preço Total dos itens abaixo discriminados, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente termo visa retificar o preço total da planilha do Contrato nº 82/2014, haja vista tratar apenas de erro de digitação, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
TOTAL				R\$ 13.989,96	

O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 13.989,96 (treze mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 82/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato nº 82/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de outubro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ANACLETO FERRARI
CRISTIAN ANGELO GRASSI MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DA SAÚDE	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 334, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 334, de 27 de novembro de 2014

"Anula Itens do Edital no Processo Licitatório nº 24/2014, modalidade Pregão Presencial nº 11/2014".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode revogar ou anular seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tenham o dever de obedecer à lei e verificar a presença de pressupostos de validade dos atos que pratica;

DECRETA

Art. 1º - Ficam anulados os itens 02, 05, 08, 13, 14, 18, 19 e 24 do Edital no Processo Licitatório nº 24/2014, modalidade de Pregão Presencial nº 11/2014, para aquisição de mobiliário destinado ao Centro de Educação Pedro Júlio Muller deste município e consequentemente os atos e efeitos citado neste Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA,
27 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 333, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 333, de 27 de novembro de 2014

Autoriza o Poder Executivo a efetuar credenciamento de Advogados para prestação de serviços de defensoria dativa.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga - SC, Lei nº 8.666/93 e para atender o previsto no art. 225, da LC 020, de 17 de dezembro de 2008; DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar chamamento público para credenciamento de advogados para prestar serviços de defensoria dativa em sindicâncias e processos administrativos em que os indicados forem declarados revéis.

Art. 2.º Ficam estipulados os valores constantes no Decreto nº 332, de 25 de novembro de 2014, para a prestação de serviços mencionados no art. 1º.

Art. 3.º O credenciamento a que se refere este Decreto será exclusivo para pessoas físicas e precedido de processo licitatório, atendendo ao que estabelece o art. 25 c/c o art. 13 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, cujo edital irá fixar as condições para a habilitação dos interessados.

Art. 4.º O prazo contratual do credenciamento será de 48

(quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 5.º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

27 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 332, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 332 de 25 de novembro de 2014

Autoriza o Poder Executivo a nomear defensores dativos e estabelece o valor de seus honorários.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga - SC e de acordo com o art. 225 da LC 020, de 17 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a nomear defensores dativos aos indiciados revéis em Sindicâncias e Processos Administrativos instaurados pela Administração Municipal.

Art. 2.º Aos defensores dativos a que se refere o artigo 1º, ficam arbitrados os honorários em 50% (cinquenta por cento) da tabela da OAB/SC.

Art. 3.º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício:

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

25 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 336, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 336, de 02 de dezembro de 2014

"Veta permuta entre Professores admitidos em processo seletivo".

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga,

DECRETA

Art. 1º - Fica vedada a permuta entre os Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário através de processo seletivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA,

02 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

SOLANGE APARECIDA GOEDERT PETRI

Secretária da Educação

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Estaduais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Termo de Convênio nº 2277/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá e o Município de Jacinto Machado - SC.

Objeto do Convênio: Aquisição e Instalação de 03 (três) Academias ao ar livre no Município de Jacinto Machado - SC.

Origem dos Recursos: Fundo Social.

Data do Repasse da 3ª Parcela: 28/11/2014.

Valor da Parcela: R\$ 34.999,85 (Trinta e Quatro Mil Novecentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos).

Jacinto Machado/SC, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETO Nº. 129 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 129 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Ar. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, quarta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 03 de março, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 04 de março, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 18 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- V. 21 de abril, segunda-feira, Tiradentes (feriado nacional)
- VI. 01 de maio, quinta-feira, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VII. 02 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);
- VIII. 19 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- IX. 20 de junho, sexta-feira (ponto facultativo);
- X. 23 de julho, quarta-feira, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- XI. 07 de setembro, domingo, Independência do Brasil (feriado

nacional);

XII. 03 de outubro, sexta-feira, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);

XIII. 12 de outubro, domingo, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XIV. 28 de outubro, terça-feira, dia do Servidor Público (ponto facultativo)

XV. 02 de novembro, domingo, Finados (feriado nacional);

XVI. 15 de novembro, sábado, Proclamação da República (feriado nacional);

XVII. 24 de dezembro, quarta-feira, véspera de natal (ponto facultativo);

XVIII. 25 de dezembro, quinta-feira, Natal (feriado nacional);

XIX. 26 de dezembro, sexta-feira (ponto facultativo);

XX. 31 de dezembro, quarta-feira, véspera de ano novo (ponto facultativo);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 062 de 16 de junho de 2014.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 130 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 130 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, IV, da Lei nº. 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do exercício de 2014, na importância de R\$ 27.267,32 (Vinte e sete mil duzentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0065(120) - Aplicações Diretas R\$ 27.267,32

TOTAL R\$ 27.267,32

Art. 2º. Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, por conta de Transferências de Recursos para Aquisição de mobiliário para Creches - Termo de Compromisso PAR n.º 8932/2012, Processo n.º 2340005367201254, no valor de R\$ 27.267,32 (Vinte e sete mil duzentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), depositados na Agência

2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 13.742-1, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 131 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 131 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (78) - 3.3.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina (vinculação 1.0095 - Convênio SSP/Trânsito) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.978-9, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 132 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 132 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (78) - 3.3.90.00.00.0095 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina (vinculação 1.0095 - Convênio Corpo de Bombeiros) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 15.406-7, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 133 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 133 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: (79) - 3.3.90.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recurso transferido pela Fundo Especial de Petróleo (vinculação 1.0116 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditado na conta corrente 12.034-0, Agência 2.192-X do Banco do Brasil..

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 26 de novembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº4.686 DE 02 DE DEZEMBRO 2014

Decreto Nº4.686 de 02 de Dezembro 2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso II da Lei Municipal 4.439 de 20/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.003 Manutenção das Atividades Culturais
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 1 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.230,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Proj./Ativ. 2.003 Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - 3 Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.230,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 02 de dezembro de 2014.
Francisco Moreira Lopes
Prefeito em Exercício

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PL 2/2014/IMPRES - PP 1/2014/IMPRES

PREFEITURA DE JOAÇABA
NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2014
PREGRAO PRESENCIAL Nº 1/2014 IMPRES

OBJETO: A contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), para avaliação de possível aposentadoria por invalidez, revisão de aposentadoria por invalidez ou de dependente inválido.
MOTIVO: Considerando o teor da Ata emitida pela Comissão de Licitações, onde se constatou não acudiram interessados em participar da licitação, resolve declarar:

1. DESERTO, o presente processo licitatório, bem como determinar e extinção do mesmo.

Joaçaba (SC), 02 de dezembro de 2014.
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora -Presidente

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 30/2014/FMS - IN 3/2014/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2014 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2014 - FMS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/FMS em anexo, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS CREDENCIADAS

- ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.757.127/0001-52, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 975, centro, no Município de Fraiburgo, SC, CEP 89.580-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. Flávio José Martins, portador da Carteira de Identidade nº 227.817 e CPF nº 133.199.739-91.

- CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº 188, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Luiz Carlos Biscaino Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 4000754442-SSP/RS e CPF nº 198.062.210-87.

- CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.311.943/0001-05, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 394, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Sra. Nicely Tais Bittencourt, portadora da Carteira de Identidade nº 10997691 e CPF nº 041.228.119-88.

4 - DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 5 deste instrumento.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

6 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 24 de novembro de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MARCOS WEISS

Secretário

EXTRATO CONTRATO Nº 208/2014/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 208/2014/PMJ

PL 80/2014/PMJ - PP 55/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

OBJETO: a operação pela CONTRATADA de serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão de uso de espaço público para instalação de máquina de auto-atendimento.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 701.000,00 (setecentos e hum mil reais).

VIGÊNCIA: de 60 (sessenta meses) a contar do dia 08 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em até 12 (doze meses).

FISCAL DO CONTRATO: Iria Flâmia Rodriguez Torrico.

DATA DE ASSINATURA: 27/11/2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico

Secretaria Gestão Financeira

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SIMAE - JOAÇABA

ORDEM DE SERVIÇO 0014/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0014/2014

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA-ME a iniciar os serviços referentes à Urbanização, reformas e melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto-ETE de Herval D'Oeste-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0049/2014, Tomada de Preços JHL 0008/2014, Protocolo JHL 2426/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0088/2014 de 24 de Novembro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 174.328,09 (Cento e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e nove centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 02 de Dezembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Contratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME

Engº Responsável: Dieison Ramos Glasenapp - Engenheiro Civil

CPF- 017.992.999-29

CREA- 058024-5

RECEBI EM ____/____/____

ORDEM DE SERVIÇO 0013/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0013/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes à Ampliação do sistema de abastecimento de água do Distrito de Santa Helena, no município de Joaçaba-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0050/2014, Tomada de Preços JHL 0009/2014, Protocolo JHL 2467/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0079/2014 de 17 de outubro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 185.080,89 (Cento e oitenta e cinco mil, oitenta reais e oitenta e nove centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 02 de Dezembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade - Engenheiro Civil
CPF- 461.629.179-91
CREA- 022041-6

RECEBI EM ____/____/____

ORDEM DE SERVIÇO 0011/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0011/2014

Autorizo por meio desta, a empresa AUTOMATIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIP ELETRICOS LTDA a iniciar os serviços referentes à Quadros de Comando de Motores- QCM a ser instalado na Elevatória de Água Tratada de Joaçaba denominada EAT-004, localizada no município de Joaçaba _SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0051/2014, Pregão Presencial JHL 0038/2014, Protocolo JHL 2469/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0080/2014 de 20 de outubro de 2014. O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 64.975,00 (Sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 01 de Novembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: AUTOMATIC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA
Responsável: Gunter Knolseisen Ana Lucia Knolseisen
Diretor-CPF020.519.909-72 Diretora - CPF 168.094.409-68

RECEBI EM ____/____/____

ORDEM DE SERVIÇO 0012/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0012/2014

Autorizo por meio desta, a empresa INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME a iniciar os serviços referentes à Quadros de Comando de Motores- QCM a ser instalado na Elevatória de Água Tratada de Joaçaba denominada EAT-022, localizada no município de Joaçaba-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0051/2014, Pregão Presencial JHL 0038/2014, Protocolo JHL 2469/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0081/2014 de 20 de outubro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 15.099,00 (Quinze mil, noventa e nove reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 01 de Novembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Contratado: INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME
Responsável: Taylor Cesar Amaral
Sócio Administrador
CPF 044.142.729-47

RECEBI EM ____/____/____

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 236/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 236/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada da Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas, CEP 89163-554 - Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para uso no pronto atendimento municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 9.735,40 (nove mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)

Lages, 02 de Dezembro 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 237/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 237/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.888.881/0001-42, estabelecida na Avenida Governador Adolfo Konder, 231 - Bairro Campinas, São José/SC, CEP: 88101-400.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para uso no pronto atendimento municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.102,38 dois mil, cento e dois reais e trinta e oito centavos)

Lages, 02 de Dezembro 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 238/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 238/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede a Rua Sebastião Furtado, 101 - Bairro Centro CEP: 88.501-140 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para uso no pronto atendimento municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.828,43 (dez mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos)

Lages, 02 de Dezembro 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 005/2014 FUNREBOM

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 005/2014 FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:88.501.900.

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com sede na Av: Dom Pedro II nº967 - Bairro São Cristóvão cep.88509-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 07/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 06/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 9.532,00 (nove mil, quinhentos e trinta e dois reais)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

Lages, 02 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

EXTRATO CONTRATO 333/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 333/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JO ARTES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.349.725/0001-67, com sede a Rua São Joaquim, 1120 - Centro - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 203/2014, correlato à Convite nº 24/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Confecção, Aquisição, Montagem, Manutenção, Desmontagem, Armazenamento de Elementos de Decoração de Ruas, Praças e Equipamentos do Natal Felicidade de 2014

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02.1 De Início, da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

02.2 De Execução, da data da assinatura do contrato até 23/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 37.275,00 (trinta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais)

Lages, 02 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 51, 52, 53 E 54-2014 FMAS; TP 03-2014 FME

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 51/2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos para o CRAS.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 17/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$181.042,25

Modalidade: PP 52/2014 FMAS

Objeto: Fornecimento e Instalação de Câmeras de Monitoramento

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 16/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$15.024,62

Modalidade: PP 53/2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos para o ASILO SASEADLA

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 16/12/2014 às 16:30

Valor Estimado: R\$7.259,00

Modalidade: PP 54/2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo, Expediente, Higiene e Limpeza para o CREAS

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 17/12/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$65.364,93

Modalidade: TP 03/2014 FME

Objeto: Construção de Campo de Futebol Society

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$227.002,05

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 08-2014 FUNREBOM

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento:

- No Item 01, leia-se: Pneu 1000R20 tipo A, Radial, com 16 lonas direcional, liso, utilização em serviço com terra, cascalheira e pedra. Índice de capacidade mínima de carga 3000kg, índice de velocidade mínima K, profundidade mínima de sulco 19,9 mm, aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos contra vícios ou defeitos de fabricação, aparentes e ocultos;

- No Item 02, leia-se: Pneu 215/75R16 tipo A, Radial. Índice de capacidade mínima de carga 113 (1150 kg), índice de velocidade mínima R (170 km/h), profundidade mínima de sulco 8,6mm, aprovado pelo INMETRO. Garantia de 05 anos contra vícios ou defeitos de fabricação, aparentes e ocultos.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 08/12/2014, para às 14:30 do dia 16/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 90-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 05/12/2014, para às 09:00 do dia 16/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 04 PP 80-2014 PML
RERRATIFICAÇÃO Nº 04

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA USO EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 12/12/2014, para às 14:30 do dia 16/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 02 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 51/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 051/2014 PML- 2º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, com sede a Rodovia BR 282, nº 46 - São Sebastião - CEP: 88520-305 - Lages /SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica das Ruas Guerino Omizzolo, Fortunato Dias Batista, Hilda Schmidt Piccinini e Joaquim Borges de Melo, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato, assim identificadas:

- Lote 01 - Rua Guerrino Omizzolo;
- Lote 02 - Rua Fortunato Dias Batista;
- Lote 03 - Rua Hilda Schmidt Piccinini;
- Lote 04 - Rua Joaquim Borges de Melo.

De acordo com justificativa apresentada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, SUPRIMI-SE ao valor do Contrato inicial o valor de R\$ 2.781,26 (dois mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos) e ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 82.901,77 (oitenta e dois mil, novecentos e um reais e setenta e sete centavos)

Lages, 02 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº124/2014 PMLM 50/2014 FMS**

CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº124/2014 PMLM 50/2014 FMS

PROCESSO Nº124/2014 50/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER e O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame previsto para dia 11 de dezembro de 2014 às 13:00h , processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de seguro para veículos da frota oficial do município de Lauro Muller - SC, esta cancelado por solicitação da administração devido a problemas encontrados na formulação de seu termo de referência, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 2 de dezembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014 - FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 014/2014.

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

CNPJ: 20.081.724/0001-14

RUA ADERBAL DE OLIVEIRA, Nº 136, CENTRO, CEP: 89.170-000, LAURENTINO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 014/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Marca	Empresa Vencedora
1	Microcomputador com Monitor, Teclado e Mouse.	Und.	02	2.050,00	4.100,00	PAUTA/SAM-SUNG	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
2	Estabilizador 1000VA.	Und.	01	270,00	270,00	TS-SHARA	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

3	Impressora a laser com as funções de imprimir, copiar, digitalizar.	Und.	01	655,00	655,00	SAM-SUNG	IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
---	---	------	----	--------	--------	----------	---

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) equipamento(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após entrega dos equipamentos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o

mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das

demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:
I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.305.0006.2.017 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.36 - Vigilância em Saúde - Incentivo de Qualificação das Ações de Dengue

05.01.10.305.0006.2.017 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.46 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS (Transferência Estado)

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de Novembro de 2014.
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014-FMS, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2014.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, conforme as especificações e quantidades de cada item constantes no Anexo I, que acompanha este edital.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

CNPJ: 02.176.518/0001-06

RUA ANITÁPOLIS, Nº 134, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item constantes no Anexo I, que acompanha este edital, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	UNID.	100	ACIDO ÚRICO	ANALISA	1,85	185,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
02	UNID.	05	ACIDO FÓLICO	ANALISA	15,65	78,25	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
03	UNID.	05	ACIDO VALPROÍCO	ANALISA	15,65	78,25	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

04	UNID.	30	ALBUMI- NA	ANALISA	1,85	55,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
05	UNID.	10	ALFA FETO PROTEI- NA	ANALISA	15,06	150,60	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
06	UNID.	10	AMILASE	ANALISA	2,25	22,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
07	UNID.	50	BILIR- RUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	ANALISA	2,01	100,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
08	UNID.	15	CALCIO	ANALISA	1,85	27,75	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
09	UNID.	200	COLES- TEROL - HDL	ANALISA	3,51	702,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
10	UNID.	30	CK	ANALISA	3,68	110,40	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
11	UNID.	15	CK – MB	ANALISA	20,00	300,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
12	UNID.	100	CREATINA	ANALISA	1,85	185,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
13	UNID.	30	FERRO	ANALISA	3,51	105,30	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
14	UNID.	30	FERRITI- NA	ANALISA	15,59	467,70	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

15	UNID.	20	FOSFATA- SE ALCA- LINA	ANALISA	2,01	40,20	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
16	UNID.	50	GAMA GT	ANALISA	3,51	175,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
17	UNID.	200	GLICOSE	ANALISA	1,85	370,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
18	UNID.	50	HEMO- GLOBINA GLICOSI- LADA	ANALISA	7,86	393,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
19	UNID.	10	MAGNÉ- SIO	ANALISA	2,01	20,10	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
20	UNID.	40	POTASSIO	ANALISA	1,85	74,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
21	UNID.	30	SODIO	ANALISA	1,85	55,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
22	UNID.	50	TGO	ANALISA	2,01	100,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
23	UNID.	50	TGP	ANALISA	2,01	100,50	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
24	UNID.	20	TRANS- FERRINA	ANALISA	4,12	82,40	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
25	UNID.	300	TRIGLI- CERIDE- OS	ANALISA	3,51	1.053,00	LABORA- TÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

26	UNID.	30	ÚREIA	ANALISA	1,85	55,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
27	UNID.	10	VITAMINA B12	ANALISA	15,24	152,40	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
28	UNID.	50	TTPA	ANALISA	5,77	288,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
29	UNID.	50	TAP	ANALISA	2,73	136,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
30	UNID.	20	VHS	ANALISA	2,73	54,60	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
31	UNID.	300	HEMOGRAMA	ANALISA	4,11	1.233,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
32	UNID.	30	FATOR REUMATÓIDE	ANALISA	2,83	84,90	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
33	UNID.	20	PCR	ANALISA	2,83	56,60	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
34	UNID.	30	PSA LIVRE	ANALISA	40,00	1.200,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
35	UNID.	05	ASLO	ANALISA	2,83	14,15	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
36	UNID.	15	VDRL	ANALISA	2,83	42,45	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

37	UNID.	20	PARASITOLÓGICO DE FEZES MIF	ANALISA	3,70	74,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
38	UNID.	30	PARASITOLÓGICO DE FEZES	ANALISA	1,65	49,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
39	UNID.	200	PARCIAL DE URINA	ANALISA	3,70	740,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
40	UNID.	200	UROCULTURA	ANALISA	5,62	1.124,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
41	UNID.	200	TSA	ANALISA	4,98	996,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
42	UNID.	10	MICROALBUMINURIA	ANALISA	8,12	81,20	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
43	UNID.	10	ESTRADIOL	ANALISA	10,15	101,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
44	UNID.	10	PROGESTERONA	ANALISA	10,22	102,20	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
45	UNID.	50	TSH	ANALISA	8,96	448,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
46	UNID.	50	T4 LIVRE	ANALISA	10,09	504,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
47	UNID.	50	GRUPO SANGUÍNEO	ANALISA	3,69	184,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

48	UNID.	50	FATOR RH	ANALISA	15,00	750,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
49	UNID.	30	ANTI HCV	ANALISA	18,55	556,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
50	UNID.	20	COPRO-CULTURA	ANALISA	40,00	800,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
51	UNID.	10	CA 15-3	ANALISA	40,00	400,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
52	UNID.	10	CA 125	ANALISA	40,00	400,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
53	UNID.	10	CA 19-9	ANALISA	40,00	400,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
54	UNID.	10	CEA	ANALISA	13,35	133,50	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
55	UNID.	20	VITAMINA D25 HIDROXI	ANALISA	90,00	1.800,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
56	UNID.	20	HEMOGLOBINA GLICADA A1C	ANALISA	35,00	700,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
57	UNID.	50	PSA TOTAL	ANALISA	16,42	821,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
58	UNID.	50	TESTE DE TOLERÂNCIA A LACTOSE	ANALISA	60,00	3.000,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

59	UNID.	15	ANTI-TRANS-GLUTAMINASE IGA	ANALISA	100,00	1.500,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
60	UNID.	15	VITAMINA D	ANALISA	90,00	1.350,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
61	UNID.	10	FTA ABS – IGG – IGM	ANALISA	30,00	300,00	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
62	UNID.	10	TIBC	ANALISA	4,12	41,20	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

A prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do serviço;
- c) Descrição do serviço;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após prestação dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da

elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao

contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.020 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0070 (25) - Gestão do SUS - Comp. Qualid. Da Gestão do SUS - Superávit

05.01.10.301.0006.2.020 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0070 (55) - Gestão do SUS - Comp. Qualid. Da Gestão do SUS - Superávit

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preços ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de Novembro de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS UNIÃO LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014 -FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2014 - FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014-FMS, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ALMOÇOS E MARMITAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2014.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas para o fundo municipal de saúde de leoberto leal, em conformidade com o Anexo I, que acompanha este edital.

HOTEL CHURRASCARIA JK LTDA ME

CNPJ: 80.700.891/0001-28

RUA PADRE ELY, Nº 39, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

PADARIA VÓ RUTH LTDA

CNPJ: 08.105.961/0001-72

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 02, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, almoços e marmitas para o fundo municipal de saúde de leoberto leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2014, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	UND.	1600	MINI - SANDUÍCHE NATURAL (ALFACE, TOMATE, PRESUNTO, QUEIJO).	VÓ RUTH	1,75	2.800,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
02	UND.	500	SALGADINHOS FRITOS (COXINHA, BOLINHO DE CARNE E PASTEL).	VÓ RUTH	1,15	575,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
03	UND.	500	MINI - SANDUÍCHE (PÃO, QUEIJO E PRESUNTO).	VÓ RUTH	1,25	625,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
04	UND.	500	PÃES DE QUEIJO 25 GRAMAS.	VÓ RUTH	0,65	325,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
05	KG.	20	ORELHA DE GATO COM AÇÚCAR E CANELA.	VÓ RUTH	18,50	370,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
06	UND.	10	POTE DE NATA C/ 350 GRAMAS.	TERRA VIVA	4,85	48,50	PADARIA VÓ RUTH LTDA
07	UND.	50	ROSCA DE POLVILHO 300 GRAMAS.	VÓ RUTH	6,42	321,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
08	UND.	60	LEITE INTEGRAL CAIXA 1 LITRO.	AUORRA	3,10	186,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
09	LT.	100	SUCO NATURAL SABORES.	DA FRUTA	5,40	540,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
10	LT.	100	REFRIGERANTE 2 LITROS SABORES (LIMÃO, LARANJA, UVA, ABACAXI).	MAX	5,50	550,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
11	KG.	30	BOLO ROCAMBOLE C/ RECHEIO VARIADOS.	VÓ RUTH	18,66	559,80	PADARIA VÓ RUTH LTDA

12	KG.	20	BOLO RECHEADO C/ RECHEIO VARIADOS.	VÓ RUTH	24,33	486,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA
13	UND.	20	BOLO CENOURA C/ COBERTURA DE CHOCOLATE 1 KG E 600 GRAMAS.	VÓ RUTH	27,00	540,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
14	UND.	30	CUCA DE COCO E FRUTAS VARIADAS C/ 1 KG E 600 GRAMAS.	VÓ RUTH	21,40	642,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
15	UND.	20	BOLO DE COCO (TOICINHO DO CÉU) 2 KG E 100 GRAMAS.	VÓ RUTH	27,83	556,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA
16	UND.	20	BOLO NEGA MALUCA COBERTURA E RECHEIO DE CHOCOLATE 2 KG E 100 GRAMAS.	VÓ RUTH	30,16	603,20	PADARIA VÓ RUTH LTDA
17	PCT.	20	COPOS DESCARTÁVEIS DE 180 ML CONTENDO 50 UNIDADES.	TOTAL PLAST	4,18	83,60	PADARIA VÓ RUTH LTDA
18	PCT.	40	COPOS DE ISOPOR DE 180 ML CONTENDO 25 UNIDADES.	TOTAL PLAST	5,93	237,20	PADARIA VÓ RUTH LTDA
19	PCT.	50	PRATO TRANSPARENTE Nº 21 CONTENDO 10 UNIDADES.	TOTAL PLAST	2,35	117,50	PADARIA VÓ RUTH LTDA
20	PCT.	20	GARFOS DESCARTÁVEIS CONTENDO 50 UNIDADES.	STRAW-PLAST	4,92	98,40	PADARIA VÓ RUTH LTDA

21	UND.	10	CAFÉ SOLÚVEL 200 GRAMAS DE BOA QUALIDADE.	MELITA	12,83	128,30	PADARIA VÓ RUTH LTDA
22	UND.	800	SALADA DE FRUTAS COPO COM 180 GRAMAS, CONTENDO (MAÇÃ, MAMÃO, LARANJA E BANANA).	VÓ RUTH	2,66	2.128,00	PADARIA VÓ RUTH LTDA
23	UND.	200	MARMITAS CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES MÍNIMOS: (ARROZ, FEIJÃO, MASSAS, BATATA INGLESA) TRÊS TIPOS DE SALADAS (CENOURA, BETERRABA E COUVE FLOR) DOIS TIPOS DE CARNE (FRANGO E BOVINA, PESO MÍNIMO DE 950 GRAMAS, ACOMPANHADOS COM SOPA DE LEGUMES E VERDURAS.		11,00	2.200,00	HOTEL E CHURR. JK LTDA ME

24	UND.	30	PRATOS DE MASSAS CONTENDO: LASANHA TAMANHO NO MÍNIMO COM 2,5 KG, COM PRESUNTO, QUEIJO, PALMITO, REQUEIJÃO, FRANGO OU CARNE MOÍDA E MOLHO.		36,50	1.095,00	HOTEL E CHURR. JK LTDA ME
25	UND.	40	PASTELÃO CARNE/FRANGO TAMANHO NO MÍNIMO 2,5 KG, COM OVO, QUEIJO, MILHO, REQUEIJÃO, PALMITO, PRESUNTO E MOLHO.		30,75	1.230,00	HOTEL E CHURR. JK LTDA ME
26	UND.	200	ALMOÇO – BUFFET LIVRE (CARNE, SALADA, MASSAS, ARROZ, FEIJÃO, BATATA FRITA E DERIVADOS).		17,00	3.400,00	HOTEL E CHURR. JK LTDA ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco)

anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os

profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.034 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064 - (28) Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de Novembro de 2014.

JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN

PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

HOTEL CHURRASCARIA JK LTDA ME PADARIA VÓ RUTH LTDA
EMPRESA VENCEDORA EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014 - FMS

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua da Saudade, nº 45 A, Sala 01, Bairro Campo da Mogiana, Poços de Caldas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada pelo Senhor WALTER PROCHNOW JUNIOR, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 852/2014 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 006/2014 - Pregão Presencial nº 005/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 005/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO”.

II - “O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do Miconazol, nitrato de (creme vaginal 2%), conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:”

GRUPO I - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
181	Miconazol, nitrato de (creme vaginal 2%).	Prati Donaduzzi	19,51%	R\$ 4,362

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 005/2014, do Processo de Licitação nº 006/2014, modalidade Pregão Presencial nº 005/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 005/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 1º de dezembro de 2014.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ADENDO PREGÃO 60-2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2014 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, altera o Edital de Licitação nº 78/2014, na modalidade Pregão Presencial nº 60/2014, no seu lote 02 anexo “D” incluindo itens referente ao objeto para aquisição de peças e serviços para conserto da escavadeira hidráulica Caterpillar 312C. Desta forma designa que os envelopes de propostas e de documentação para habilitação poderão ser entregues até as 08:15 horas do dia 17 de dezembro de 2014, com abertura as 08:30 horas do mesmo dia. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, www.lindoiadosul.sc.gov.br, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 02 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PUBLICAÇÃO INSERIDA NA EDIÇÃO Nº 1.536, DO DIA 28/07/2014, À FL. 123 DO DOM/SC. 2º TERMO ADITIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0130.2013 PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0068.2013. TOMADA DE PREÇO – PML Nº 0001.2013

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PUBLICAÇÃO INSERIDA NA EDIÇÃO Nº 1.536, DO DIA 28/07/2014, À FL. 123 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DOM/SC).

2º TERMO ADITIVO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO - PML Nº 0130.2013

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0068.2013

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0001.2013

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0130.2013, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0068.2013, Tomada de Preço PML nº 0001.2013, que entre si celebram a o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito de aditar o objeto contratado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com sede administrativa na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza, em Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 11/C 3.652.085, e inscrito no CPF sob nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 75, Centro, em Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ADITIVO E DO PREÇO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o valor global contratado em aproximadamente 7,8651 (sete pontos e oito mil seiscentos e cinquenta e um décimos percentuais), cujo valor inicial passará de R\$ 253.820,32 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte reais e trinta e dois centavos) para R\$ 273.783,50 (duzentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), representando uma majoração de R\$ 19.963,18 (dezenove mil, novecentos e sessenta e três reais e dezoito centavos).

1.2. O aditivo se dá em função da necessidade da execução de diversos itens não previsto no projeto inicial, previstos em quantitativos inferiores ao efetivamente necessário ou com previsão errônea das medidas efetivamente demandadas, conforme demonstra planilha em anexo; objetivando especialmente a completa execução da obra.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do

Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE _____

JUNIOR DE MATTOS

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

DECRETO 1939

DECRETO Nº 1939 de 01 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 51.534,26 (cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00- Aplicações Diretas-Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos - 0.3.00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 51.534,26

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1940

DECRETO Nº 1940 de 01 de dezembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0301.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 98,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$11.211,39

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 130,00

TOTAL ANULADO R\$ 11.439,39

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ASSESSORIA JURÍDICA

Atividade - 0301.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 98,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação R\$11.211,39

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 130,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 11.439,39

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 1941

DECRETO Nº 1941 de 02 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 499.947,85 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na Fonte 24 - Transferências de Convênios do Estado referente ao Convênio nº 2014TR001890, Processo nº SEF 10957/2014, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Luzerna, que tem por objeto a pavimentação de passeios públicos.

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 1101.15.451.0061.1053-Pavimentação e Alargamento de Ruas e Passeios Públicos

Categoria Econômica - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00 - Investimentos

Fonte 24 - Transferências de Convênios do Estado - Outros R\$ 499.947,85

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 1942

DECRETO Nº 1942 de 02 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação, apurado até 30 de novembro

de 2014, na Fonte 52 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 0.1.52-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV.R\$ 5.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

CONTRATO PML Nº 169.14

CONTRATO PML Nº 169/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DESTINADOS AO SEGUINTE EVENTO: A) ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DE 2014, DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO COM A COMUNIDADE EDUCATIVA E FAMILIAR; B) ENCONTRO FOLCLÓRICO (LEI Nº 1320/14).

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado LOCATÁRIO, e o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado na Avenida 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representada por seu Presidente, CELSO MITTERER, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.511.558 e inscrito no CPF/MF sob o nº 460.804.659-49, residente e domiciliado, neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada LOCADORA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO ESPORTE CLUBE VITÓRIA PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DESTINADOS AOS SEGUINTE EVENTO: A) ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DE 2014, DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO COM A COMUNIDADE EDUCATIVA E FAMILIAR; B) ENCONTRO FOLCLÓRICO (LEI Nº 1320/14), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contrato de locação das dependências do esporte clube vitória para as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes destinados aos seguintes eventos: a) Encerramento do Ano Letivo de 2014, dos alunos da educação infantil junto com a comunidade educativa e familiar; b) Encontro Folclórico (Lei nº 1320/14).

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. O preço total da locação convencionado é de R\$ 6.650,00 (seis mil seiscentos e cinquenta reais), sendo que o pagamento será pago até o quinto dia útil de cada mês ao da prestação do serviço.

2.2 O valor somente será revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela LOCADORA.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO E RESCISÃO

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2014 e poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art.79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

O LOCATÁRIO obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização escrita do LOCADOR.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: aplicações diretas – outras despesas correntes

Elemento: 3.3.90.39.10 – locação de imóveis

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção da Educação Básica – infantil

Reduzido: 001- receita de impostos e transferência de impostos educação

Atividade: 0802.13.392.0046.2038 – apoio para difusão cultural

Fonte: 00 - recurso ordinário

CLÁUSULA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

LOCATÁRIO

CELSO MITTERER
ESPORTE CLUBE VITÓRIA
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

LEI 1321

LEI Nº 1321 de 02 de dezembro de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES, REVOGAR O § 2º DO ART. 3º DA LEI Nº 1262 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014 E CELEBRAR TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES INDUSTRIAIS E ARTESÃOS DE LUZERNA/ACIAL PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO NATAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente e/ou na sua totalidade as dotações atribuídas às Atividades, Encargos Especiais e Projetos abaixo discriminados:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 3.837,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Atividade - 1501.23.691.0100.2047 - Manutenção dos Serviços de Incentivo ao Comércio e Serviços
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 9.163,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural
Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Aplicações Diretas - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 13.000,00

Art.3º- Fica revogado o §2º do art. 3º da Lei nº 1262 de 30 de setembro de 2014.

Art.4º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/14 com a ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES INDUSTRIAIS E ARTESÃOS DE LUZERNA/ACIAL, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.377.126/0001-80, com sede neste Município de Luzerna(SC).

Art.5º- O objeto do Termo Aditivo ao Convênio de que trata o artigo anterior é a cooperação financeira do Município, destinados ao pagamento de despesas com atividades culturais, decorrentes da realização do PROJETO "NATAL DA FAMÍLIA", conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art.6º- A participação do Município consistirá no repasse de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) a serem pagos no decorrer do mês de dezembro do corrente ano.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação dos comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos).

Art.7º- A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada até 31 de janeiro de 2015, constando os documentos previstos nas normas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1943

DECRETO Nº 1943 de 02 de dezembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.353,02 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e dois centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 00, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Crianças e Adolescentes e Contribuições
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 1.353,02

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.353,02

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 135/2014 - PP 082/2014 - AR CONDICIONADO - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0135/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0082/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de ar condicionado, para entrega parcelada, em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital, destinados a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 15 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 15 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 01/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 01/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.769,55
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	3.789,09
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	2.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	2.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.338,27
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.338,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.402,96
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	935,31
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 02/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO 11/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	60.858,75
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	60.858,75
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.896,58
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.962,17
Receita Extra - Orçamentária	102.639,97	Despesa Extra - Orçamentária	65.115,19
DEPÓSITOS	4.281,22	DEPÓSITOS	4.256,44
CONSIGNAÇÕES	4.281,22	CONSIGNAÇÕES	4.256,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.711,30	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.711,30
TESOURO NACIONAL	170,64	TESOURO NACIONAL	170,64
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	220,46	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	195,68
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	178,82	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	178,82
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	60.858,75	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	60.858,75
OBRIGAÇÕES A PAGAR	60.858,75	OBRIGAÇÕES A PAGAR	60.858,75
FORNECEDORES	2.962,17	FORNECEDORES	2.962,17
PESSOAL A PAGAR	46.109,32	PESSOAL A PAGAR	46.109,32
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.787,26	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	11.787,26
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	37.500,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	37.500,00		
REPASSE RECEBIDO	37.500,00		
Saldos anteriores	31.532,69	Saldos atuais	8.198,72
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	31.532,69	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.198,72
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	134.172,66	Total	134.172,66

Luzerna, 02/12/2014

RUBIANA SUELEN BALESTRIN
CONTADORA

MAURI JOSE SCHLINDWEIN
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Macieira**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0019/2014
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0011/2014.

Pregão Presencial nº 0007/2014.

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotivo, 0 km, sedan, modelo 2015, a ser adquirido através de recursos do Convênio nº 002840/2014, conforme especificações do anexo I do Edital, Plano de Trabalho e exigências da Legislação de trânsito vigente, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao transporte de pacientes fora de domicílio de Macieira.

Contrato Administrativo nº 0019/2014.

Contratada: AUTO ELITE LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Entrega: Em até 08 (oito) dias úteis após emissão de Autorização de Fornecimento.

Pagamento: Após a entrega, emissão de Nota Fiscal e liberação dos recursos do Convênio nº 002840/2014 firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador, e o Município de Macieira - Processo nº SDR10 00001185/2014.

Macieira - SC, 28 de novembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATOS Nº 031/2014 E 032/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 31/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

CNPJ Nº: 11.258.607/0001-92

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de solução de gestão escolar on-line, incluindo: implantação do software público i-Educar, implantação de módulo administrativo integrado, serviços de migração de dados, customização e treinamentos, manutenção corretiva e evolutiva, e; também fornecer suporte técnico ao usuário, pelo período de 12 (doze) meses.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 626/2014 - Pregão Presencial nº 044/2014

Valor R\$ 84.200,00 (Oitenta e quatro mil e duzentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 11/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3300-1701.2100.339039570000 Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 32/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME

CNPJ Nº: 15.437.355/0001-10

Objeto: Aquisição de 02 (duas) motocicletas e acessórios destinados ao Programa de Prevenção e Combate a Dengue, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da C.C. 6240003-1 CEF.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 057/2014 - Pregão Presencial nº 017/2014

Valor R\$ 16.020,00 (Dezesseis mil e vinte reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 11/04/2014

Prazo: 31/12/2014.

Dotação Orçamentária:

3056-1602.2091.449052520000

(281) 3065-1602.2091.449030280000

(281) 3066-1602.2091.449052990000

(281) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 033/2014 E 034/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 33/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MARCOS OSIRES NUNES - ME

CNPJ Nº: 81.742.751/0001-85

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização do conserto e manutenção de uma Câmara Científica modelo RC504D e uma Câmara Climatizadora modelo CI3D, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 259/2014 - Inexigibilidade n.º 006/2014

Valor R\$ 2.240,00 (Dois mil duzentos e quarenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 10/04/2014

Prazo: 10/10/2014.

Dotação Orçamentária:

3400-1602.2091.3390391700

(280) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 34/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ALPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - ME

CNPJ Nº: 00.320.955/0001-26

Objeto: Aquisição de peças destinadas a reativação da Usina de Asfalto Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 191/2014 - Pregão Presencial n.º 041/2014

Valor R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 16/04/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3005-1301.2054.3390303900

(119) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 035/2014 E 036/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 35/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA

CNPJ Nº: 76.839.588/0001-33

Objeto: Contratação de clínica médica para prestar serviços de internamento e tratamento psiquiátrico de pacientes, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 291/2014, Dispensa por Justificativa nº 215/2014

Valor R\$ 38.100,00 (Trinta e oito mil e cem reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 23/04/2014

Prazo: 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura

Dotação Orçamentária:

3449-1602.2095.3390395300

(265) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 36/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: INDÚSTRIA TÉCNICA HILARIO LTDA

CNPJ Nº: 53.524.443/0001-48

Objeto: Aquisição de Equipamento para Demarcação Viária Horizontal, destinado ao Departamento de Trânsito, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 188/2014 - Pregão Presencial nº 040/2014

Valor R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 24/04/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3290-1301.2057.4490524800

(129) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 037/2014 E 038/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 37/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: F.B. GERA & CIA LTDA - EPP

CNPJ Nº: 08.480.723/0001-47

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção, ajuste e certificação junto ao INMETRO do equipamento Etilômetro Alco-Sensor IV, pertencente à Polícia Militar de Mafra, com recurso da C/C 137.357-9,

Modalidade: Processo Licitatório n.º 302/2014 - Inexigibilidade nº 007/2014

Valor R\$ 1.290,00 (Um mil duzentos e noventa reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 30/04/2014

Prazo: 30/10/2014

Dotação Orçamentária:

3477-2402.2155.3390391700

(217) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 38/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ Nº: 79.420.873/0001-03

Objeto: Aquisição de veículo STATION WAGON 0 KM, destinado a equipe de topografia e cartografia, através COMSAB com recursos do FUNSAB.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 177/2014 - Pregão Presencial nº 039/2014

Valor R\$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 25/04/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3277-2001.2132.4490525200

(344)

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 041/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: STAFF AUDITORIA E ACESSORIA - EPP

CNPJ nº 07.791.963/0001-08

Objeto O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços especializados de auditoria nos Recursos Humanos (folha de pagamento), objetivando análise de conformidade na gestão de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mafra e das Entidades Autárquicas e Fundacionais, nos anos de 2011 a 2013, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos, nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 037/2014, deste Município de Mafra, cuja Contratada sagrou-se vencedora do certame licitatório

Modalidade Pregão Presencial nº 037/2014

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 25/04/2014

Prazo: 06 (seis) meses, com possibilidade de prorrogação.

Código do Recurso e Fonte:

32700801216339035010000

(39) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 039/2014 E 040/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 39/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RENAULT DO BRASIL S.A

CNPJ Nº: 00.913.443/0001-73

Objeto: Aquisição de veículo 0 KM, através da Secretaria Municipal de Administração.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 193/2014 - Pregão Presencial nº 043/2014

Valor R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 05/05/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3083-0801.2014.449052520000

(36) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 40/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO PEÇAS RENÊ LTDA

CNPJ Nº: 01.488.404/0001-39

Objeto: Aquisição de peças e contratação de mão de obra destinada ao conserto dos veículos Astra Placas MCN-6474, GOL placas MCN-6424, através das Secretarias de Administração e Desenvolvimento Econômico.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 222/2014 - Presencial n.º 052/2014

Valor R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 06/05/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

1355-0801.2016.339030390000

(39) 3345-0801.2016.339039190000

(39) 1391-1902.2126.339030390000

(194) 3344-1902.2126.339039190000

(194) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 042/2014 E 043/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 42/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LIGHT TOYS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP,

CNPJ Nº: 03.007.494/0001-24

Objeto: O presente instrumento tem por objeto aquisição de leões de pelúcia, mascote do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), destinados a Polícia Militar, conforme descrição do anexo I, nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 059/2014, deste Município de Mafra, cuja Contratada sagrou-se vencedora, de acordo com ordem de compras no 1014/2014.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 254/2014

Valor R\$ 16.688,00 (Dezesseis mil seiscentos e oitenta e oito reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 12/05/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3403 - 2401.2145.3390329900

(215) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 43/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS

CNPJ Nº: 85.131.704/0001-56

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças para revisão dos veículos Kombi placas BRE 2235 e BRE 2241, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, considerando o período de garantia dos veículos.

.Modalidade: Processo Licitatório n.º 315/2014, Dispensa por Justificativa n.º 231/2014

Valor R\$ 472,00 (Quatrocentos e setenta e dois reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 13/05/2014

Prazo: 13/11/2014

Dotação Orçamentária:

3050-1301.2054..3390303900

(119) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 044/2014 E 045/2014**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 44/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAFRA,

CNPJ Nº: 83.396.002/0001-79

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de assistência a saúde para atendimento ambulatorial; reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS. Modalidade: Processo Licitatório n.º 355/2014, Dispensa por Justificativa nº 262/2014

Valor R\$ 267.355,20 (Duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 15/05/2014

Prazo: 10 meses

Dotação Orçamentária:

3287-1602.2089.3390399900

(258) Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 45/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RETRÔ FITNESS LTDA - ME

CNPJ Nº: 13.533.189/0001-20

Objeto: O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa especializada para realizar sessões de hidroginástica, destinadas aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da conta corrente 26.819-4 BB, conforme descrição do anexo I, nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 023/2014, deste Município de Mafra, cuja Contratada sagrou-se vencedora, de acordo com as ordens de execução de serviços no 229 e 230.

.Modalidade: Pregão Presencial nº 023/2014

Valor R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 14/05/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

3173-1602.2169.3390.39990000

(255) 3174-1602.295.3390.39990000

(265)

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 52/2014 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 52/2014 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Maracajá e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 15/12/2014

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 15/12/2014
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13:00 as 18:00 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 02 de dezembro de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

LEI 1008/2014

LEI Nº 1008 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Lei do Orçamento Anual - LOA para o ano de 2014 no Município de Maracajá/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de MARACAJÁ, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

'Do Orçamento do Município '

Artigo 1º:

Artigo 2º:

O Orçamento Geral do Município de MARACAJÁ para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais), sendo R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) do Orçamento Fiscal .

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

O Orçamento Geral do Município de Maracajá para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 29.940.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 24.534.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais), para a Câmara Municipal em R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.376.000,00 (três milhões e trezentos e setenta e seis mil reais), para o Fumprev em R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) e para o Fassema em 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.2.RECEITAS DE CAPITAL

4.7.RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Total:

Total geral:

29.940.000,00

15.970.000,00

13.400.000,00

570.000,00

29.940.000,00

29.940.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

17.00 - FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA

02.00 - GABINETE DO PREFEITO

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

04.00 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO

05.00 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

07.00 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

14.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENCIA

15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

16.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO

99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MARACAJA - FUMPREV

01.00 - Órgão 01

Total:

Total geral:

240.000,00

501.760,00

2.537.640,00

705.000,00

9.837.540,00

9.171.980,00

713.080,00

41.000,00

645.000,00

371.000,00

10.000,00

3.376.000,00

1.050.000,00

740.000,00

29.940.000,00

29.940.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

04 - Administração

06 - Segurança Pública

08 - Assistência Social

09 - Previdência Social

10 - Saúde

12 - Educação

13 - Cultura

15 - Urbanismo

16 - Habitação
 17 - Saneamento
 20 - Agricultura
 22 - Indústria
 23 - Comércio e Serviços
 27 - Desporto e Lazer
 28 - Encargos Especiais
 99 - Reserva de Contingência

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa
 122 - Administração Geral
 181 - Policiamento
 241 - Assistência ao Idoso
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
 244 - Assistência Comunitária
 272 - Previdência do Regime Estatutário
 301 - Atenção Básica
 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 306 - Alimentação e Nutrição
 361 - Ensino Fundamental
 363 - Ensino Profissional
 365 - Educação Infantil
 366 - Educação de Jovens e Adultos
 367 - Educação Especial
 392 - Difusão Cultural
 451 - Infra-Estrutura Urbana
 452 - Serviços Urbanos
 453 - Transportes Coletivos Urbanos
 482 - Habitação Urbana
 512 - Saneamento Básico Urbano
 606 - Extensão Rural
 661 - Promoção Industrial
 695 - Turismo
 812 - Desporto Comunitário
 843 - Serviço da Dívida Interna
 999 - Reserva de Contingência

Total:

Total geral:

Total:

Total geral:

740.000,00
 2.312.640,00
 56.760,00
 994.080,00
 650.000,00
 3.376.000,00
 9.374.540,00
 285.000,00
 8.116.980,00
 645.000,00
 1.055.000,00
 655.000,00
 50.000,00
 371.000,00
 178.000,00
 670.000,00
 410.000,00
 29.940.000,00
 29.940.000,00

740.000,00
 2.312.640,00
 56.760,00
 25.240,00

116.000,00
 612.840,00
 650.000,00
 3.376.000,00
 240.000,00
 190.820,00
 7.781.720,00
 97.000,00
 1.195.000,00
 75.000,00
 35.000,00
 285.000,00
 60.000,00
 7.996.980,00
 60.000,00
 645.000,00
 1.055.000,00
 655.000,00
 50.000,00
 371.000,00
 178.000,00
 670.000,00
 410.000,00
 29.940.000,00
 29.940.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 - Encargos Especiais
 1 - Processo Legislativo
 12 - Assistência ao Pequeno Produtor
 18 - Criança na Escola
 21 - Esporte é Vida
 25 - Habitação para Famílias Carentes
 27 - Menor Assistido
 33 - Assistência Social
 36 - Serviços de Utilidade Pública
 37 - Incentivos para Indústrias
 38 - Água Potável
 39 - Saúde para Todos

790.000,00
 740.000,00
 655.000,00
 9.264.540,00
 178.000,00
 645.000,00
 116.000,00
 638.080,00
 1.577.640,00
 50.000,00
 10.000,00
 3.376.000,00

4

- Gestão Administrativa Superior
 501.760,00

42 - Saneamento Básico
 45 - Estradas Vicinais
 49 - Urbanização de Vias
 54 - Meio Ambiente e Turismo
 58 - Regime Próprio de Previdência
 63 - Fortalecimento do Município
 64 - Nossa Cultura
 65 - Assistência ao Servidor Municipal
 1.165.000,00
 1.934.340,00
 4.485.000,00

371.000,00
650.000,00
120.000,00
275.000,00
240.000,00

7

- Gestão Administrativa Geral
1.747.640,00

9999 - Reserva de Contingência

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS

4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA

RESERVA DE CONTINGENCIA

9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

Total geral:

410.000,00

29.940.000,00

29.940.000,00

14.746.000,00

7.852.240,00

170.000,00

6.723.760,00

14.784.000,00

14.264.000,00

520.000,00

410.000,00

410.000,00

29.940.000,00

29.940.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 3º -

O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$

27.294.000,00 (vinte e sete milhões e duzentos e noventa e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 24.534.000,00

(vinte e quatro milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.2.RECEITAS DE CAPITAL

Total:

Total geral:

27.294.000,00

14.694.000,00

12.600.000,00

27.294.000,00

27.294.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração

06 - Segurança Pública

08 - Assistência Social

12 - Educação

13 - Cultura

15 - Urbanismo

16 - Habitação

17 - Saneamento

20 - Agricultura

22 - Indústria

23 - Comércio e Serviços

27 - Desporto e Lazer

28 - Encargos Especiais

99 - Reserva de Contingência

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS

4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA

RESERVA DE CONTINGENCIA

9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

Total geral:

2.312.640,00

56.760,00

754.080,00

9.374.540,00

285.000,00

8.116.980,00

645.000,00

1.055.000,00

655.000,00

50.000,00

371.000,00

178.000,00

670.000,00

10.000,00

24.534.000,00

24.534.000,00

10.734.000,00

5.677.000,00

170.000,00

4.887.000,00

13.790.000,00

13.270.000,00

520.000,00

10.000,00

10.000,00

24.534.000,00
24.534.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

Artigo 4º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.356.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e seis mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.376.000,00 (três

milhões e trezentos e setenta e seis mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS
4.1.RECEITAS CORRENTES
4.2.RECEITAS DE CAPITAL

Total:
Total geral:

1.356.000,00
556.000,00
800.000,00
1.356.000,00
1.356.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde
Total:
Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
Total:
Total geral:

3.376.000,00
3.376.000,00
3.376.000,00

2.516.000,00
1.106.240,00
1.409.760,00
860.000,00
860.000,00
3.376.000,00
3.376.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI

Artigo 5º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.050.000,00 (um

milhão e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS
4.1.RECEITAS CORRENTES
4.7.RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Total:
Total geral:

1.050.000,00
680.000,00
370.000,00
1.050.000,00
1.050.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA DE MARACAJA - FUMPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social
99 - Reserva de Contingência
Total:
Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
RESERVA DE CONTINGENCIA
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Total:
Total geral:

650.000,00
400.000,00
1.050.000,00
1.050.000,00

630.000,00
520.000,00
110.000,00
20.000,00
20.000,00
400.000,00
400.000,00
1.050.000,00
1.050.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA

Artigo 6º -

O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**01 - Legislativa**

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**DESPESAS CORRENTES**

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS

Total:

Total geral:

740.000,00

740.000,00

740.000,00

635.000,00

548.000,00

87.000,00

105.000,00

105.000,00

740.000,00

740.000,00

Do Orçamento do FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA

Artigo 7º -

O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 240.000,00 (duzentos e

quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.7.RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Total:

Total geral:

240.000,00

40.000,00

200.000,00

240.000,00

240.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO DE ASSIST. SAUDE DO SERV. PUB. MUN. MARACAJA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**08 - Assistência Social**

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**DESPESAS CORRENTES**

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS

Total:

Total geral:

240.000,00

240.000,00

240.000,00

231.000,00

1.000,00

230.000,00

9.000,00

9.000,00

240.000,00

240.000,00

Artigo 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar

dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 10º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 15º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 17º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Maracajá, 02 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 02 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1012/2014

LEI Nº 1012 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua MAR nº 126, localizada no bairro São Cristóvão, no Município de Maracajá, passa a denominar-se Rua "JOÃO SATURNINO PEREIRA".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
02 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 02 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Marema

PREFEITURA

CONTRATO FMAS Nº: 039/2014

MINUTA

Contrato FMAS nº: 039/2014 de 12 de Novembro de 2014

Contratante: Município de Marema - SC.

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: DELVINO CARLOS BERTELLA - CPF n. 033.655.229-72

Objeto: Locação de Imóvel - Situação de Vulnerável

Prazo: 12 de Novembro de 2014 a 12 de Janeiro de 2014.

Valor: R\$ 500,00 (reais).

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 12 de Novembro de 2014.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO/FMAS Nº: 040/2014

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 040/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: CTR ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ/MF n. 74.156.159/0001-36.

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 008/2014 - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

Valor Total: R\$ 4.143,50 (reais)

Prazo: até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO/FMAS Nº: 041/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 041/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME - CNPJ/MF n. 14.797.430/0001-90.

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 008/2014 - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

Valor Total: R\$ 2.648,90 (reais)

Prazo: até 31 de dezembro

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO/FMAS Nº: 042/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 042/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME, inscrito no CNPJ/MF n. 03.658.263/0001-80.

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 008/2014 - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

Valor Total: R\$ 2.389,10 (reais)

Prazo: até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO/FMAS Nº: 043/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 043/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA ME

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 008/2014 - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

Valor total: R\$ 2.970,00 (reais)

Prazo: Até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO/FMAS Nº: 044/2014

Minuta

Contrato/FMAS nº: 044/2014

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 008/2014 - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

Valor Total: R\$ 1.624,50 (reais)

Prazo: Até 31 de dezembro de 2014

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de novembro de 2014.

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº178/2014

Portaria nº178/2014

De 13/11/2014

DESIGNA DAIANE PERCIO PARA RESPONDER COMO TESOUREIRA NO PERÍODO DE 13 Á 23 DE NOVEMBRO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar DAIANE PERCIO, para responder como Tesoureira do Município de Marema, tendo principalmente a seguinte função:

*Atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 13 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA Nº 179/2014

Portaria nº178/2014

De 13/11/2014

DESIGNA DAIANE PERCIO PARA RESPONDER COMO TESOUREIRA NO PERÍODO DE 13 Á 23 DE NOVEMBRO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar DAIANE PERCIO, para responder como Tesoureira do Município de Marema, tendo principalmente a seguinte função:

*Atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 13 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA Nº 180/2014

Portaria nº180/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOMINGOS CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal DOMINGOS CAREGNATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 11/12/2014 A 30/12/2014.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 01/12/2014 A 10/12/2014.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 17/04/2013 a 16/04/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 181/2014

Portaria nº181/2014

De 24/11/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE CARLIZE EMANUELLA TODESCATTO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERÍODO 24/04/2014 A 25/10/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional da Servidora Pública Municipal CARLIZE EMANUELLA TODESCATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de ASSISTENTE SOCIAL em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 24/04/2014 A 25/10/2014. QUINTA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº182/2014

Portaria nº182/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE DONZELLI PELEGRINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIANE DONZELLI PELEGRINI por um período de 30 dias, a contar de 10/12/2014 a 08/01/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 05 de maio de 2013 a 04 de maio de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 183/2014

Portaria nº183/2014

De 24/11/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANDRA CASARIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELIZANDRA CASARIL por um período de 30 dias, a contar de 05/01/2015 A 03/02/2015.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 05 de janeiro de 2014 a 04 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3024 DE 28 DE NOVENBRO DE 2014

DECRETO Nº 3024 DE 28 DE NOVENBRO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 36401 - Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 28 de Novembro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

DECRETO Nº 3012 DE 24 DE NOVENBRO DE 2014

DECRETO Nº 3012 DE 24 DE NOVENBRO DE 2014
Regulamenta o Concurso nº 003/2014 do Município de Massaranduba.

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O ingresso de pessoal, a qualquer título, no âmbito da Administração do Município, somente poderá ocorrer mediante classificação em concurso público.

Parágrafo Único Os concursos para seleção de candidatos serão realizados sempre que a Administração julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas no presente regulamento.

Art. 2º O prazo de validade do Concurso será de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação dos resultados podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período.

Parágrafo Único Durante o prazo de validade do concurso o candidato será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo ou emprego público.

Art. 3º A aprovação em concurso não cria direito à nomeação,

mas este quando der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

CAPÍTULO II - DO EDITAL

Art. 4º As normas gerais para realização de concurso público serão estabelecidas em Edital.

§ 1º O Edital de que trata este artigo deverá ser amplamente divulgado através da imprensa oficial.

§ 2º O Edital deverá conter:

- I. Os cargos a prover, com os respectivos números;
- II. Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
- III. Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição e os que deverão ser apresentados pelos candidatos habilitados, no ato da posse;
- IV. As matérias com os respectivos programas, sobre as quais versarão as provas;
- V. A época e o local de realização das provas;
- VI. Taxa de inscrição;
- VII. Critérios e desempate na classificação.

CAPÍTULO III - DOS CANDIDATOS

Art. 5º Poderão candidatar-se aos cargos públicos do quadro de pessoal, todos os cidadãos do Município que atendam aos seguintes requisitos:

- I. Ser brasileiro;
- II. Estar em gozo dos direitos políticos;
- III. Estar quite com as obrigações eleitorais;
- IV. Estar em gozo dos direitos profissionais;
- V. Possuir habilitação profissional conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 491/93.

CAPÍTULO IV - DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições efetuadas em datas, horários e local fixado no edital do concurso.

Art. 7º O pedido de inscrição deverá ser preenchido em formulário disponibilizado pela Internet.

Art. 8º No ato da inscrição o candidato receberá o boleto de pagamento.

Art. 9º Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional.

Art. 10 O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 11 Os trabalhos referentes ao concurso público será conduzido por uma comissão de concurso designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 12 Caberá a Comissão de Concurso fiscalizar as provas, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.
Parágrafo Único - O município poderá contratar uma Instituição ou Pessoa Física especializada para elaborar as provas e efetuar a impressão e aplicação das provas.

CAPÍTULO VI - DAS PROVAS E DO SEU JULGAMENTO

Art. 13 O concurso público constará de provas objetivas.

Art. 14 Todas as provas serão de caráter eliminatório.

Art. 15 Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

Art. 16 Será considerado aprovado o candidato que obtiver na escala de zero a dez, média aritmética, igual ou superior a cinco, somadas as notas da prova escrita, prática e os títulos.

Art. 17 A prova escrita será composta de:

- I. Total de 15 questões de Língua Portuguesa e Matemática;
- II. Total de 05 questões de Conhecimentos Gerais e atualidades;
- III. Total de 20 questões de Conhecimento Específico.

Art. 18 Para o calculo da média, o peso aplicado em cada questão da prova escrita corresponderá a:

- I. Língua Portuguesa e Matemática - peso 0,20;
- II. Conhecimentos Gerais e Atualidades - peso 0,20;
- III. Conhecimentos Específicos - peso 0,30.

CAPÍTULO VII - DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

Art. 19 A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente das médias ponderadas obtidas no conjunto.

Art. 20 A homologação do concurso será feita por ato do Executivo Municipal mediante relatório sobre as fases do mesmo, preparado pela Comissão encarregada do Concurso.

Art. 21 A Administração poderá, a seu critério, antes da homologação, suspender alterar, anular ou cancelar o Concurso Público, não assistindo ao candidato direito a reclamação.

Art. 22 Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Comissão de Concursos Públicos.

Art. 23 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

CAMILA ROSSI
Gerente de Procon

LEI N.º 1638, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 01638/2014

Autoriza o Município a ceder servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários a outros órgãos e entidades da Administração Direta e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Massaranduba, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, a ceder, através de convênio, servidor público efetivo pertencente ao quadro de funcionários, a outros órgãos e Entidades da Administração Direta.

Paragrafo único: A cessão do servidor de que trata o caput deste artigo, tem por finalidade a continuação do serviço público, visando a melhoria na prestação de serviços à população.

Art. 2º A cessão do servidor de que trata esta Lei é limitada a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Paragrafo único: O ato de cessão não acarretará qualquer prejuízo ao servidor cedido.

Art. 3º O ônus com o pagamento do servidor cedido caberá exclusivamente ao Município de Massaranduba.

Art. 4º O prazo de cessão de que trata o art. 1.º desta Lei, será pelo período necessário a manutenção dos trabalhos na entidade, de acordo com a conveniência e o interesse público.

Art. 5º As despesas decorrente da aplicação da presente Lei ocorrerão por conta do orçamento vigente do Município de Massaranduba.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 02 de Dezembro de 2014.
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CAMILA ROSSI
Auxiliar Administrativo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 35/2014
Pregão Presencial Nº. 25/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 25 de Novembro de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 35/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC)., para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por SILVANA SEMENTINO AMARIO	03.612.312/0004-97
BRUTHAN COMERCIAL LTDA, neste ato representado por BRUNA GRAZIELA MAGALHAES CURI	02.625.813/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM

NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC)., em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, PARA USO ORAL OU ENTERAL, ENRIQUECIDO COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, ISENTO DE GLÚTEN, CONTENDO PROTEÍNA DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E FIBRAS. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO DE SABORES: BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS.	UNID	Danone	150,00000	37,0000	5.550,00
Total do Fornecedor: 5.550,00							
00002	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL PARA LACTENTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA. FÓRMULA ELEMENTAR À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES, POLÍMEROS DE GLICOSE OU MALTODEXTROSE OU XAROPE DE GLICOSE, E LIPÍDIOS DE ORIGEM VEGETAL, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, COM TEORES DE NUTRIENTES ATENDENDO OS VALORES MÍNIMOS E MÁXIMOS DE CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS PARA VITAMINAS E MINERAIS. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS.	UNID	Puramino	100,00000	99,5000	9.950,00
Total do Fornecedor: 9.950,00							
Total Geral dos Itens: 15.500,00							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 15.500,00 (QUINZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 35/2014 - Pregão Presencial Nº. 25/2014

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 35/2014 - Pregão Presencial Nº. 25/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2101	MANUTENCAO DO SERVICO DE ATENDIMENTO A POPULACAO.
33903203000000	GENEROS ALIMENTICIOS
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na

Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus,

direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 35/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 25 de novembro de 2014.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

SILVANA SEMENTINO AMARIO

Contratada

BRUTHAN COMERCIAL LTDA

BRUNA GRAZIELA MAGALHAES CURI

Contratada

LICITAÇÃO 86.2014 - PP52.2014 - PLANO ODONTOLÓGICO E DE SAÚDE PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2014

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 52/2014

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - com adjudicação por item, visando a aquisição de serviços odontológicos e de assistência médica de natureza clínica, cirúrgica, hospitalar e ambulatorial e ainda outros serviços auxiliares de diagnósticos e de terapia para atendimento dos agentes públicos municipais

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 16/12/2014

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 16/12/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de Dezembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 466/2014

PORTARIA n.º 466/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita DAIANI DA SILVA MAFIOLETI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da Servidora Maria Tereza Albano da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 392/2014 e nº 424/2014.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

DECRETO Nº 090/2014

DECRETO Nº 090/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e § 5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493 de 08 de abril de 2011, resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogado o prazo do PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, até 31 de dezembro de 2014, com base no §5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1650 de 04 de agosto de 2014.

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 02 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

DECRETO Nº 091/2014

DECRETO Nº 091/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e § 5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493 de 08 de abril de 2011, resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogado o prazo do PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, até 31 de dezembro de 2014, com base no §5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1651 de 04 de agosto de 2014.

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 02 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

PORTARIA N.º 467/2014

PORTARIA n.º 467/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora DULCINÉIA MARTINS BORGES MACHADO, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/12/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 468/2014

PORTARIA n.º 468/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 456/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

REVOGAR

Artigo 1.º A Portaria nº 456/2014, de 28 de Novembro de 2014, que trata da exoneração da Professora Act, NALVA REJANE DA SILVA CORDEIRO, em virtude da substituição da servidora Dulcineia Martins B. Machado de Licença Saúde.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/12/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 456/2014.

Meleiro, 02 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº1417/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1417/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 045/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 045/2014, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA, COM REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, CARGA HORÁRIA DE 24 HORAS SEMANAIS, PARA ELABORAÇÃO DE CARDÁPIOS E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 16/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº411/2014 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 411/2014 - Modalidade Pregão n. 014/2014

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 014/2014, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA, COM REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO CLÍNICO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE NO PERÍODO DE FEVEREIRO À DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 09:00 do dia 16/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Dezembro de 2014.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº1418/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1418/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 014/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 014/2014, para EXECUÇÃO DA OBRA DE ACESSO À LINHA JANGUTA, MODELO - SC (PARTE), COMPREENDENDO OS SERVIÇOS E MATERIAIS CONFORME DISCRIMINADO NO ANEXO I DESTA EDITAL, DEVENDO SER EXECUTADOS E FORNECIDOS CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 18/12/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 02 de Dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 03/dezembro/2014 até as 08:00 horas do dia 15/dezembro/2014

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 15/dezembro/2014

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de Novembro de 2014

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

PORTARIA 2613 PROGRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2613 DE 18 DE JULHO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER KÁTIA REGINA BENTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2614 DE 18 DE JULHO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER KÁTIA REGINA BENTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2662 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER BELMIRA MARIA MARTINS OTTOBONI no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2663 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ MANOEL COUTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Chefe de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2664 DE 6 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LIZETE DE SOUZA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde,

posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2665 DE 6 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I PROMOVER MARLI TEREZINHA MARTINS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2666 DE 6 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I PROMOVER EVANDRO ROBERTO PEREIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Supervisor de Obras e Serviços, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2667 DE 6 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I PROMOVER EVANDRO ROBERTO PEREIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Supervisor de Obras e Serviços, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2693 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CÁSSIO VICENTE no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Calceteiro, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2694 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CÁSSIO VICENTE no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Calceteiro, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2695 DE 11 DE AGOSTO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER NERCI DORVAINO CRISPIM no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e

Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2712 DE 12 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ADILSON DA ROSA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2713 DE 12 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/8/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2769 DE 19 DE AGOSTO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER KARLA CRISTINA FURTADO DOS REIS no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Médica Veterinária, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/7/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2812 DE 4 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LUIZ CLÁUDIO FAGUNDES no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2813 DE 4 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JORGE PEREIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Operador de Máquinas, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2852 DE 9 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER OSMAR JACINTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Vigia, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2866 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2008 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2867 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2868 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DENISE CRISTINA DOMINGOS FLORES no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2871 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANO DO PRADO CORDEIRO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de VETERINÁRIO, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2896 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER FERNANDA DE SOUZA TOMÉ DA SILVA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de NUTRICIONISTA, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2916 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER GERSON DOS SANTOS CAMARGO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2964 DE 7 DE OUTUBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER EDUARDO LUIZ DE SOUZA no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Motorista, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de outubro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2968 DE 9 DE OUTUBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANTÔNIO ALVES DE GOES no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Vigia, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de outubro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2969 DE 9 DE OUTUBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER EDILSON JOAQUIM COUTO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Fiscal de Obras, posicionando para a referência "L", conforme Processo Judicial 0003148-81.2008.8.24.0135/01.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2007 a 2009.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2007.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3001 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER LUCIANE BOZA DELGADO no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Enfermeira, posicionando para a referência "A", a partir de 14/10/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3108 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JANDIR BETTEGA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Operador de Máquina, posicionando para a referência "J" a partir de 1º/11/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3109 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER FERNANDO CARDOSO DE SOUZA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Atividades Complementares, posicionando para a referência "F" a partir de 1º/11/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3110 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CARLOS EDUARDO DE THALES GAYA MÜLLER no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Engenheiro, posicionando para a referência "G" a partir de 1º/11/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3111 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALCINEIA PIERRE DOS PASSOS quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, posicionando para a referência "F" a partir de 1º/11/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3150 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Rodgero da Rosa Moreira quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "B" a partir de 1º/11/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3167 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Carlos Alberto Ottoboni quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "L" a partir de 1º/12/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1.º DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3168 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Cláudia Angioletti do quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Bióloga, posicionando para a referência "A" a partir de 1º/12/2014.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1.º DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 703 NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 703 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora SUILAN SANTOS DE LIMA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 709 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Escola CEI EJA (DESC-4) o senhor José Elias de Jesus.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 710 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente Administrativo Escolar o senhor Sérgio Pinheiro de Macedo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 714 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor DOUGLAS CALISTO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 716 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de

Chefe de Gabinete o senhor JAIR JOSÉ VAVASSORI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 717 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Subprefeito o senhor JAIR JOSÉ VAVASSORI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 721 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora do Centro de Convivência do Bairro São Paulo a senhora TATIANE DA ROSA MIRANDA, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 10/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 722 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Coordenadora de Séries Finais a senhora REGIANE MARINA MATTOS, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 723 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA , A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor ADÃO LUIZ GOULART, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 30/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 730 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ROSELI DO NASCIMENTO SANTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 30/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 731 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora ANA CLEIDE DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 17/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 736 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor JOSIEL FERNANDES DOS SANTOS MATTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 737 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor ALGEMIRO SILVA DE CAMPOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 738 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora GABRIELA BATISTA MACHADO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 739 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora do Centro de Convivência do Bairro São Paulo a senhora GABRIELA BATISTA MACHADO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 749 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora Débora Cristina Rosa, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 750 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhora Doraci Francisco da Silva, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 751 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Eni Edina da Silva, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 752 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora Ivone Maria Paulino de Mello, a partir de 5/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 753 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Karina Cruz, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 754 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Kelli Suellen de Souza, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 755 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Luziane Alves da Silva, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 756 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria Aparecida Espíndola, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 757 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria Aparecida Machado, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 758 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora Maria Aparecida Schneider, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 759 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria de Fátima dos Santos, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 760 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Maria do Espírito Santo Silva Teles, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 761 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Maria Eunice Gomes Soares, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 762 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria Rosa Maciel de Oliveira, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 763 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Marise Moser, a partir de 19/12/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 764 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Rosani Beatriz Zimmermann, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 765 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora Rosângela Aparecida Nhaia, a partir de 5/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 766 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Selma Izolina Pinto, a partir de 19/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 767 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Solange Kolln, a partir de 5/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 768 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Esporte Educacional o senhor Hélio Demétrio, a partir de 5/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 770 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora Berenice Valença Vianna, a partir de 15/12/2014.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 771 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-3) a senhora Silvia Helena Maçaneiro, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 772 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Promoções e Eventos o senhor Paulo Roberto dos Santos, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 776 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Rosemeri Guilherme, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2951 NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO ACTS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2951 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 004/2012, a senhora IZABEL BRUSTOLIN GEISEL para exercer a função de Técnica de Enfermagem do SAMU ACT no período de 23/9/2014 a 31/12/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/9/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2966 DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor Charles Nabhan Leonel dos Santos da função de Odontólogo ESF ACT a partir de 8/10/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 3005 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 004/2012, a senhora INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO para exercer a função de Odontóloga ESF no período de 14/10/2014 a 31/12/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de outubro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3101 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDORA CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR, por término de Contrato, a servidora MARIA APARECIDA LEMOS da função de Instrutora de Pintura ACT com 20 horas semanais a partir de 30/11/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 30/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3131 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 004/2012, a senhora ANGÉLICA CARDOSO COSTA para exercer a função de Odontóloga ESF ACT, com 40 horas semanais, no período de 17/11/2014 a 31/12/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3157 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Giander da Silva Marin da função de Arte Educador I - Pecart por término de Contrato a partir de 19/12/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/12/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3159 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I EXONERAR a servidora Mayara Oliveira de Souza da função de Enfermeira ESF, A PEDIDO, a partir de 25/11/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3004 NOMEAÇÕES POR CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3004 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor OSWALDO GODOY LEITE NETO para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 8/10/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de outubro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 3005 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:
I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora GIOVANA MÜLLER ROSSATO DA FONSECA para exercer o cargo de Médica ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 13/10/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/10/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE OUTUBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de outubro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 3132 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora NILZA TERESINHA DE CAMPOS MARRA para exercer o cargo de Médica ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 17/11/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 3133 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora SILVANA DE JESUS DE SOUZA para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 6/11/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 3162 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora Denise Moreira da Silva para exercer o cargo de Médica do Trabalho com 20 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 27/11/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3047 LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
ASSUNTOS PARTICULARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N.º 3047 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS**

PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor Sérgio Pinheiro de Macedo, Agente de Serviços Gerais, no período de 3/11/2014 a 3/11/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 3/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3121 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida à servidora Ivani Salete Pilloni, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3125 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor Fábio Orestes Policarpo, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3177 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3177 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível descumprimento de horário de expediente por servidor

que especifica.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 780 NOMEIA CONSELHO DE ESPORTE E LAZER

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 780 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, e de acordo com a lei 2581 de 13/3/2012,
DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, de acordo com o que determina a lei 2581 de 13/3/2012, para o mandato de 2 (dois) anos, cujos integrantes são os seguintes:

Entidades Governamentais:

Representantes da Fundação de Esportes: Roberto Costa, Sidney Ventura
Representante da Secretaria da Educação: Valdemir Chagas Santos Júnior
Representantes da Secretaria da Saúde: Juliane Wagner Pacheco, Nadia Braz Bins
Representante da Secretaria de Turismo: Carlos Sérgio de Souza
Representante da Secretaria de Assistência Social: Maria José Flor
Representante da FUMAN: Cláudia Angioletto
Representante da Secretaria de Comunicação Social: Arilson Luiz Moraes
Representante da Secretaria de Governo: Ana Eising
Representante da Procuradoria Geral do Município: Janice Freygang

Entidades Não Governamentais:

Representante da Modalidade Olímpica: Maricleide Laurindo dos

Santos

Representante da Modalidade Não Olímpica: Júlio Cesar Pierre
Representante da Terceira Idade: Elias Rodrigues Diniz
Representante das Associações Paradesportivas: Leander Barbosa de Oliveira
Representante das Associações Desportivas: Volmar Adriano Junior
Representante das Associações de Moradores de Navegantes: Edson Inocêncio
Representante da Imprensa Esportiva de Navegantes: Adão Luiz Goulart
Representante de Instituição Municipal de Ensino Superior: Norton Cordini.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE DEZEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 777 HORÁRIO ESPECIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 777 DE 1.º DE DEZEMBRO DE 2014
DETERMINA HORÁRIO ESPECIAL NA PREFEITURA DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,
DECRETA:

Art. 1.º Em vista das festas de fim de ano, fica determinado horário especial na Prefeitura de Navegantes, cujo expediente normal dar-se-á até as 12 h do dia 24/12/20.

Art. 2.º Nos dias 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e 2/1/2015, a Secretaria de Obras funcionará em regime de plantão.

Art. 3.º Nos mesmos dias, a Secretaria de Saneamento Básico de Navegantes - SESAN - também funcionará em regime de plantão.

Art. 4.º Nos dias aludidos, os atendimentos de Saúde serão feitos no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes.

Art. 5.º O horário de expediente voltará ao normal na Prefeitura de Navegantes no dia 5/1/2015.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 228 DISPÕE SOBRE PERÍCIA MÉDICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 228 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PERÍCIA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

APÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Perícia Médica no Município de Navegantes tem como função proceder à avaliação, inspeção, perícia médica e outros procedimentos assemelhados de avaliação do servidor público e sua condição de saúde, estejam estes em atividade, aposentados, na condição de pensionistas, e naqueles que ingressarão no serviço público municipal, efetivos e não efetivos ou de caráter temporário, com emissão dos respectivos laudos e pareceres técnicos. Parágrafo Único: O laudo médico pericial é fundamental na concessão de benefícios como licenças e aposentadorias.

Art. 2º A Perícia Médica será realizada por Médico do Trabalho do quadro funcional efetivo da Prefeitura.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Médico do Trabalho responsável pela perícia médica de Navegantes as seguintes competências:

I - Realizar exames admissionais e periódicos para verificar a aptidão física e/ou psíquica de pessoa na iminência de ingressar em cargo ou emprego público do Município de Navegantes;

II - Indicar os casos de inaptidão temporária ou permanente para o exercício do cargo;

III - Conceder licença médica nos termos da legislação municipal;

IV - Conceder licença médica para assistir pessoa da família (cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta e enteado ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, colateral consanguíneo ou afim até o 2º grau) nos termos do art.94 da lei complementar nº 007/2003.

V - Conceder licença médica por motivo de lesões produzidas por acidentes em serviço, devendo, o médico do trabalho, estabelecer o nexo causal;

VI - Realizar exame médico por determinação judicial e comparecer

a audiência e perícias judiciais sempre que requisitado;

VII - Realizar autorizações de procedimentos médicos quando houver dúvidas quanto à sua realização;

VIII - Analisar os casos em que a Junta ou a Secretaria de Administração e Logística entenderem necessários para o esclarecimento de fatos relacionados aos servidores públicos municipais;

IX - Atestar e emitir Parecer em casos de pedido de invalidez para fins de aposentadoria;

X - Julgar inapto, física ou mentalmente, para o desempenho das funções do cargo, por doença ou lesão incapacitante de que já era portador o servidor que entrar em efetivo exercício.

Parágrafo Único - É obrigatória a avaliação admissional, pelo médico do trabalho, de pessoa a ser investida em cargo ou emprego público no município de Navegantes com emissão de laudo conclusivo passível de recurso à Junta Médica.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Art. 4º Compete, ainda, ao médico do trabalho, emitir laudos sobre:

I - A aptidão física e mental de servidores públicos municipais, nos casos e para os fins previstos em lei;

II - O estado de saúde de servidores públicos municipais, nos casos e para os fins previstos em lei;

III - As condições de capacidade de trabalho dos servidores, inclusive quando submetidos a processo de readaptação, reversão e aproveitamento;

IV - Demais casos de verificação de sanidade física ou mental e outros requisitos de aptidão para o serviço público e medicina do trabalho, na forma das leis e regulamentos em vigor, notadamente as normas do Conselho Federal de Medicina.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DA PERÍCIA MÉDICA

Art. 5º Os procedimentos de perícia médica serão os seguintes:

I - Caso o servidor esteja hospitalizado ou impossibilitado de locomover-se, o médico do trabalho poderá deslocar-se ao local onde o servidor estiver;

II - O médico do trabalho deverá marcar data de reavaliação do servidor ao término da licença, quando a mesma poderá ser casada ou prorrogada, ou, ainda, indicada à aposentadoria, conforme art. 39 § 2º da lei complementar nº 99 de 23 de maio de 2011. Na oportunidade, o servidor será informado que o não comparecimento por motivo injustificado implicará suspensão de até quinze dias, cessando o seu efeito com o comparecimento à perícia médica;

III - Caso o servidor não compareça à perícia médica na data estabelecida para ser reexaminado com vistas à prorrogação, acontecerá à cessação de sua licença ou aposentadoria;

IV - A Secretaria de Administração e Logística comunicará o servidor sobre a nova data e horário do exame. O médico do trabalho informará à Secretaria de Administração e Logística a ausência do servidor, com a possibilidade de o mesmo remarcar somente mais uma vez nova data e horário do exame;

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 6º Caso o servidor não concorde com o resultado da perícia médica oficial do Município, deverá protocolar, no prazo de 30 (trinta) dias, recurso na Diretoria de Gestão em Recursos Humanos, que designará Junta Médica.

Parágrafo Único: O recurso será analisado pela Junta Médica sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, não podendo integrá-la o médico perito que tiver emitido o laudo objeto de recurso.

Art. 7º A Junta Médica será composta por no mínimo 2 (dois) profissionais, sendo eles médicos do Trabalho com especialização em perícia médica do quadro funcional efetivo da Prefeitura e 1 (um) médico especialista, nomeados através de Portaria expedida pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A Junta Médica terá como função:

- a) Homologar ou contestar laudos, pareceres e atestados de outros profissionais, alterando prazos nos casos que se fizerem necessários;
- b) Opinar sobre a procedência ou a validade de laudos ou pareceres sobre a inspeção médica que lhes sejam submetidos;
- c) Solicitar todos os documentos, exames e/ou outras avaliações que entenderem necessários, independentemente de previsão legal ou não, para análise de aptidão e estado de saúde físico e/ou mental de servidores públicos ou de pessoas a serem contratadas;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

d) Registrar no prontuário do servidor o relatório das condições de saúde que subsidiam a Junta Médica, bem como a determinação por ela tomada;

e) Encaminhar o laudo pericial, com seu resultado de licença médica, à Diretoria de Gestão em Recursos Humanos sem, no entanto, identificar a causa do afastamento, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer outra especificada na legislação pertinente à matéria.

Art. 9º Em se tratando de licença médica para assistir pessoa da família, o médico do trabalho poderá, a seu critério, solicitar ao médico que está acompanhando a pessoa assistida, Parecer sobre o caso, em conformidade com o art. 94 da lei complementar nº 007 de 11/11/2003.

Art. 10 A licença médica para acompanhar pessoa da família somente poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

Art. 11 No caso de o servidor sentir-se em condições de retorno às atividades antes do prazo determinado pelo médico do trabalho, encaminhará à Diretoria de Gestão em Recursos Humanos um pedido de cessação antecipada de licença médica. A Diretoria de Gestão em Recursos Humanos, por sua vez, encaminhará o pedido ao médico do trabalho para avaliação.

Art. 12 Realizada a perícia, o resumo do laudo pericial será encaminhando à Diretoria de Gestão em Recursos Humanos e ao NavegantesPrev para registro e demais providências, devendo, o servidor, registrar sua ciência no referido laudo.

Art. 13 A observância do disposto nesta lei complementar constitui dever do servidor, levando, o seu descumprimento, à aplicação das sanções disciplinares previstas em lei.

Art. 14 Aplica-se o disposto na presente lei complementar à Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

Art. 15 Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 219/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/12/2014 até às 14:50 hs. Abertura envelopes: 15/12/2014 às 15:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 02 de dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CONVOCAÇÕES PARA PROVA PRÁTICA

ATO 018/iobv/001/14/CP

CONVOCA CANDIDATOS AOS CARGOS DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS PARA PROVA PRÁTICA DO EDITAL Nº 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos aos cargos de Operador de Equipamentos (de porte grande, médio e pequeno), aprovados na prova escrita objetiva do 1º (primeiro) ao 10ª (décimo) lugar, para comparecerem no dia 07 de dezembro de 2014, no local e horário conforme tabela abaixo:

Operador de Equipamentos de Grande Porte | Ensino Fundamental Completo

Insc.	CANDIDATO	NASC.	Nota Final	Data	Horário Fechamento Portões	Local
20276	1º. Itazaú Lobato Teixeira Pinto	14/10/1980	8,75	07/12/14	8h15	Centro Municipal de Educação Complementar Cidade da Criança, localizado na Rodovia SC 470, km 03 em frente ao Posto Formento II Navegantes - SC
18044	2º. Guilherme Jorge Vitorrello	06/08/1985	8,25	07/12/14	8h15	
13090	3º. Osvaldo Ghiotto Junior	05/04/1975	8,00	07/12/14	8h15	
18030	4º. Edson Ronei Henrique	05/10/1983	8,00	07/12/14	8h15	
20241	5º. Boneval Francisco Menezes Dos Santos	15/08/1963	7,75	07/12/14	8h15	
18398	6º. Egídio Matias Bohnen	01/09/1967	7,50	07/12/14	8h15	
19244	7º. Marcelo Da Silva	19/07/1973	7,50	07/12/14	8h15	
15009	8º. Jardel Andre Da Costa	22/04/1979	7,25	07/12/14	8h15	
14116	9º. Artur Wilson Koenig Jenisch	21/08/1966	6,75	07/12/14	8h15	
15289	10º. Marcelio Machado Ferreira	17/07/1969	6,25	07/12/14	8h15	

Operador de Equipamentos de Médio Porte | Ensino Fundamental Completo

Insc.	CANDIDATO	NASC.	Nota Final	Data	Horário Fechamento Portões	Local
19567	1º. Silvio Isensee	31/07/1973	7,75	07/12/14	13h15	Centro Municipal de Educação Complementar Cidade da Criança, localizado na Rodovia SC 470, km 03 em frente ao Posto Formento II Navegantes - SC
13963	2º. Wagner Da Costa Galvao	27/02/1980	6,75	07/12/14	13h15	
14690	3º. Jose Sergio Ramos Vieira	29/06/1954	6,00	07/12/14	13h15	
19891	4º. Paulo Roberto Pereira	22/09/1960	6,00	07/12/14	13h15	
15593	5º. Bruno Romero Telino De Freitas	19/12/1977	5,75	07/12/14	13h15	
11060	6º. Flavio Roberto Roda Junior	22/06/1976	5,75	07/12/14	13h15	
15879	7º. Rochester Jobim Mendes	19/02/1978	5,50	07/12/14	13h15	
17006	8º. João Florencio Da Rosa	06/02/1971	5,50	07/12/14	13h15	
10096	9º. Juraci Onório Bortolato	25/05/1962	5,00	07/12/14	13h15	
11537	10º. Anderson Diego Oneda	17/12/1994	5,00	07/12/14	13h15	

Operador de Equipamentos de Pequeno Porte | Ensino Fundamental Completo

Insc.	CANDIDATO	NASC.	Nota Final	Data	Horário Fechamento Portões	Local
17111	1º. Murilo Rodrigues Junior	23/09/1984	9,50	07/12/14	13h15	Centro Municipal de Educação Complementar Cidade da Criança, localizado na Rodovia SC 470, km 03 em frente ao Posto Formento II Navegantes - SC
16742	2º. Wanderley Neves Santos	04/11/1972	5,50	07/12/14	13h15	

2. Conforme edital:

9.2. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, vestidos e calçados de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, portando a Carteira Nacional de Habilitação exigida para a condução do veículo/equipamento para cujo cargo se candidataram, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

9.2.1 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquina, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

Navegantes, 02 de Dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL Nº 282/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 282/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SC FUNERÁRIA LTDA ME.

CNPJ: 74.183.575/0006-38.

Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 01/04/2015.

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 220/2014.

Recursos : Dotação: 2.017 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : Contratação Empresa para de Prestação de Serviços Funerários (com fornecimento de urnas) no Município de Navegantes/SC, conforme Licitação nº Dispensa de 220/2014*.

* Conforme Art. 24, inciso IV, Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 26 de novembro de 2014.

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 004/2014

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 004/2014 CONCURSO PÚBLICO (FUMAN)**

ATO 014/iobv/004/14/CP

PARECERES DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA

EDITAL Nº 004/2014 DO CONCURSO PÚBLICO – FUMAN

O **PREFEITO MUNICIPAL** do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

Parecer 01

arceli 01

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
8756 Michael Ricardo Beck Procurador Fundacional	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO O candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta a candidata fez os seguintes acertos já divulgados preliminarmente: Procurador Fundacional																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>C</td><td>A</td><td>D</td><td>X</td><td>D</td><td>C</td><td>D</td><td>B</td><td>A</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>D</td><td>A</td><td>C</td><td>X</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>X</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td>26</td><td>27</td><td>28</td><td>29</td><td>30</td><td>31</td><td>32</td><td>33</td><td>34</td><td>35</td><td>36</td><td>37</td><td>38</td><td>39</td><td>40</td></tr><tr><td>B</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>X</td><td>C</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td><td>D</td><td>B</td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	X	C	B	D	C	D	B
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
C	A	D	X	D	C	D	B	A	C	A	B	D	A	C	X	A	A	A	X																																																														
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40																																																														
B	D	A	D	C	C	A	B	A	B	B	C	D	X	C	B	D	C	D	B																																																														
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	

Parecer 02

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
19524 Paulo Afonso Ramos Ribeiro Filho Analista Ambiental – Medicina Veterinária	Alega que a candidata 9193 Rafaela Miranda Foresti obteve 23 acertos nos conhecimentos específicos, sendo que com as anulações de 3 questões a candidata poderia ter feito apenas 22 acertos.
Decisão: INDEFERIDO A candidata obteve os exatos acertos divulgados preliminarmente. Conforme edital: <i>9.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.</i> Ou seja, se o candidato já havia acertado a questão, sua pontuação permanece, porém se havia errado a questão recebe esta pontuação, Regra igualmente aplicada a todos os candidatos. (Exemplo: prova com 10 questões = candidato teve 10 acertos, com 1 questão anulada, continua 10 acertos ou prova com 10 questões – candidato teve 9 acertos, uma questão anulada = 10 acertos) PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA	

Navegantes, 02 de Dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 004/2014 CONCURSO PÚBLICO (FUMAN)**

ANEXO I – ATO 014 – CARTÃO RESPOSTA MICHAEL RICARDO BECK

IOBV																																																																																											
Edital: 004/2014 - FUNDAÇÃO	Data: 16/11/2014																																																																																										
Cargo: Procurador Fundacional																																																																																											
Cidade: Navegantes-SC																																																																																											
Local: EEB Adelaide Konder																																																																																											
Sala: Sala 5	Núm. Inscrição: 8756																																																																																										
Nome: Michael Ricardo Beck																																																																																											
CONTROLE INTERNO: 00463																																																																																											
Não Preencher	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td><td>7</td><td>8</td><td>9</td></tr></table>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9																																																																																			
Prova única:																																																																																											
CARTÃO RESPOSTA																																																																																											
01 [A] [B] [C] [D]	21 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
02 [A] [B] [C] [D]	22 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
03 [A] [B] [C] [D]	23 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
04 [A] [B] [C] [D]	24 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
05 [A] [B] [C] [D]	25 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
06 [A] [B] [C] [D]	26 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
07 [A] [B] [C] [D]	27 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
08 [A] [B] [C] [D]	28 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
09 [A] [B] [C] [D]	29 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
10 [A] [B] [C] [D]	30 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
11 [A] [B] [C] [D]	31 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
12 [A] [B] [C] [D]	32 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
13 [A] [B] [C] [D]	33 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
14 [A] [B] [C] [D]	34 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
15 [A] [B] [C] [D]	35 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
16 [A] [B] [C] [D]	36 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
17 [A] [B] [C] [D]	37 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
18 [A] [B] [C] [D]	38 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
19 [A] [B] [C] [D]	39 [A] [B] [C] [D]																																																																																										
20 [A] [B] [C] [D]	40 [A] [B] [C] [D]																																																																																										

Michael R. Beck
Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Professor de Educação Infantil

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	A	X	B	C	D	C	A	A	A	B	D	B	D	D	C	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	C	D	A	D	B	A	D	D	A	C	A	D	B	A	B	B	D

O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no **Anexo I deste Ato**.

PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA

Parecer 04

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
15840 Gabriela Fontana Farmacêutico	Solicita revisão de seus acertos pois alega que com as questões anuladas possuiria mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.

Decisão:

INDEFERIDO

A candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos, já considerando as questões anuladas:

Farmacêutico

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	D	X	D	C	B	D	A	A	A	C	D	A	C	D	C	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	A	C	B	C	B	D	B	A	D	X	A	X	X	B	D	B	X	D

O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no **Anexo I deste Ato**.

PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA

Parecer 05

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
18385 Ticiane Beatriz Dalago Fiscal de Defesa do Consumidor	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais uma questão correta em conhecimentos específicos do que divulgada na classificação preliminar.

Decisão:

DEFERIDO

A candidata assiste razão, em conferência do seu cartão resposta realmente a candidata fez 10 acertos em conhecimentos gerais e 18 acertos em conhecimentos específicos totalizando nota 7,04, conforme segue:

Fiscal de Defesa do Consumidor

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	X	A	B	D	B	A	A	A	C	D	A	D	C	C	B	A	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	A	C	B	D	A	D	B	D	B	C	X	A	B	B	A	B	A	B

O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no **Anexo I deste Ato**.

PONTUAÇÃO DE TICIANA BEATRIZ DALAGO – CORRIGIDA - CLASSIFICAÇÃO ALTERADA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Parecer 06

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
14230 Ednei Araujo de Queiroz Vigia	Solicita que seja revista a alteração de gabarito de letra "B" para "C" da questão 04, pois havia colocado a alternativa "B".
Decisão: INDEFERIDO Recursos contra questões já se encerrou, restando assim intempestivo. Houve alteração de gabarito justamente porque a resposta correta era a alternativa "C" e não a "B" conforme recurso julgado. O candidato rasurou a questão quatro, invalidando a mesma, conforme segue no seu cartão-resposta digitalizado. Conforme edital: 8.6.17 <i>Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:</i> a) <i>Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;</i> b) <i>Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);</i> O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA	

Parecer 07

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
17774 Leonardo Yoshiura Soares Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial	Solicita verificação do cartão resposta pois consta divulgado na classificação preliminar como eliminado, cartão sem assinatura.
Decisão: INDEFERIDO O candidato resta eliminado do certame, atendendo ao edital que é claro nos seguintes itens: 8.6.17 <i>Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:</i> a) <i>Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;</i> b) <i>Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);</i> c) <i>Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;</i> d) <i>Não estiver assinalada no cartão resposta;</i> e) <i>Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.</i> f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato. E ainda: 8.6.18. <i>O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.</i> 8.6.14. <i>Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.</i> Além de que: <ol style="list-style-type: none">1. No quadro havia um cartaz grande com instruções no qual alertava sobre a assinatura no cartão.2. Na prova na folha de instruções também alertava especificadamente sobre a assinatura no cartão.3. No cartão constava um local destacado escrito "assinatura do candidato." Cabendo apenas ao candidato a atenção necessária para o correto preenchimento do cartão-resposta, inclusive sua assinatura. SITUAÇÃO MANTIDA. O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

Parecer 08

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
19914 Luiza Ramos de Lima Couto Professor Anos Iniciais	Solicita que seja revista a data de nascimento da candidata 9671 Carmen Cledi Schwertz Alves pois sua data de nascimento está 01/01/1900.
Decisão: DEFERIDO A candidata ao se inscrever cadastrou sua data de nascimento errada, e até a data de divulgação da classificação preliminar, porém apresentou comprovação através de carteira de identidade com a data de nascimento 21/10/1962, sendo alterada e será divulgada na classificação final corretamente. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO ALTERADA	

Parecer 09

Inscrição	Alegação
9460 – 10885 - 12275	Solicitam a divulgação da pontuação de títulos, pois não consta na classificação preliminar.
Decisão: INDEFERIDO A classificação preliminar divulgada era somente da prova escrita objetiva. A pontuação dos títulos conforme cronograma do edital será divulgada em 08/12/14. (cronograma item 1.2 do edital) PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO MANTIDA	

Navegantes, 02 de Dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

ANEXO I – ATO 016 – CARTÃO RESPOSTA IVANI DE BORBA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
Cargo: Agente de Educação 20h
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 13 Núm. Inscrição: 9898
Nome: Ivani De Borba

CONTROLE INTERNO: 00174

Mão Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Ivani de Borba
Assinatura do Candidato

ANEXO I – ATO 016 – CARTÃO RESPOSTA CARLOS ALBERTO KISS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
 Cargo: Arquiteto
 Cidade: Navegantes-SC
 Local: EEB Adelaide Konder Núm. Inscrição: 18496
 Sala: Sala 3
 Nome: Carlos Alberto Kniss

CONTROLE INTERNO: 00705

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	1	2	3	4	5	6	7	8
0	1	2	3	4	5	6	7	8
0	1	2	3	4	5	6	7	8
0	1	2	3	4	5	6	7	8
0	1	2	3	4	5	6	7	8
0	1	2	3	4	5	6	7	8

Prova única: ☐

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Assinatura do Candidato

ANEXO I – ATO 016 – CARTÃO RESPOSTA MONICA FERREIRA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
 Cargo: Professor EDUCAÇÃO INFANTIL
 Cidade: Navegantes-SC
 Local: EEB Julia Miranda
 Sala: Sala 24 Núm. Inscrição: 12312
 Nome: Monica Ferreira

CONTROLE INTERNO: 02087

Não Preencher	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8

Prova única: XXXX

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do Candidato

ANEXO I – ATO 016 – CARTÃO RESPOSTA GABRIELA FONTANA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
 Cargo: Farmacêutico
 Cidade: Navegantes-SC
 Local: EEB Prof. Neusa Maria
 Sala: Sala 7 Núm. Inscrição: 15840
 Nome: Gabriela Fontana

CONTROLE INTERNO: 00967

01	02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32
33	34	35	36	37	38	39	40

Não Preencher

Prova única: ☐

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do Candidato

ANEXO I – ATO 016 – CARTÃO RESPOSTA TICIANA BEATRIZ DALAGO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
Cargo: Fiscal de Defesa do Consumidor
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Adelaide Konder
Sala: Sala 2 Núm. Inscrição: 18385
Nome: Ticiane Beatriz Dalago

CONTROLE INTERNO: 01054

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63
64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81
82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99
100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117
118	119	120	121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132	133	134	135
136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153
154	155	156	157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168	169	170	171
172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189
190	191	192	193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225
226	227	228	229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240	241	242	243
244	245	246	247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258	259	260	261
262	263	264	265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276	277	278	279
280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312	313	314	315
316	317	318	319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330	331	332	333
334	335	336	337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348	349	350	351
352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369
370	371	372	373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402	403	404	405
406	407	408	409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420	421	422	423
424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441
442	443	444	445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456	457	458	459
460	461	462	463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486
487	488	489	490	491	492	493	494	495
496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513
514	515	516	517	518	519	520	521	522
523	524	525	526	527	528	529	530	531
532	533	534	535	536	537	538	539	540
541	542	543	544	545	546	547	548	549
550	551	552	553	554	555	556	557	558
559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585
586	587	588	589	590	591	592	593	594
595	596	597	598	599	600	601	602	603
604	605	606	607	608	609	610	611	612
613	614	615	616	617	618	619	620	621
622	623	624	625	626	627	628	629	630
631	632	633	634	635	636	637	638	639
640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666
667	668	669	670	671	672	673	674	675
676	677	678	679	680	681	682	683	684
685	686	687	688	689	690	691	692	693
694	695	696	697	698	699	700	701	702
703	704	705	706	707	708	709	710	711
712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729
730	731	732	733	734	735	736	737	738
739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756
757	758	759	760	761	762	763	764	765
766	767	768	769	770	771	772	773	774
775	776	777	778	779	780	781	782	783
784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801
802	803	804	805	806	807	808	809	810
811	812	813	814	815	816	817	818	819
820	821	822	823	824	825	826	827	828
829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846
847	848	849	850	851	852	853	854	855
856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873
874	875	876	877	878	879	880	881	882
883	884	885	886	887	888	889	890	891
892	893	894	895	896	897	898	899	900
901	902	903	904	905	906	907	908	909
910	911	912	913	914	915	916	917	918
919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945
946	947	948	949	950	951	952	953	954
955	956	957	958	959	960	961	962	963
964	965	966	967	968	969	970	971	972
973	974	975	976	977	978	979	980	981
982	983	984	985	986	987	988	989	990
991	992	993	994	995	996	997	998	999
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323
1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332
1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341
1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350
1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359
1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368
1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377
1378	1379	1380	1381	1382				



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
Cargo: Vigia
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Irene Romão
Sala: Sala 18 Núm. Inscrição: 14230
Nome: Ednei Araujo De Queiroz

CONTROLE INTERNO: 02419

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63
64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81
82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99
100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117
118	119	120	121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132	133	134	135
136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153
154	155	156	157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168	169	170	171
172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189
190	191	192	193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225
226	227	228	229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240	241	242	243
244	245	246	247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258	259	260	261
262	263	264	265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276	277	278	279
280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312	313	314	315
316	317	318	319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330	331	332	333
334	335	336	337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348	349	350	351
352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369
370	371	372	373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402	403	404	405
406	407	408	409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420	421	422	423
424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441
442	443	444	445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456	457	458	459
460	461	462	463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486
487	488	489	490	491	492	493	494	495
496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513
514	515	516	517	518	519	520	521	522
523	524	525	526	527	528	529	530	531
532	533	534	535	536	537	538	539	540
541	542	543	544	545	546	547	548	549
550	551	552	553	554	555	556	557	558
559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585
586	587	588	589	590	591	592	593	594
595	596	597	598	599	600	601	602	603
604	605	606	607	608	609	610	611	612
613	614	615	616	617	618	619	620	621
622	623	624	625	626	627	628	629	630
631	632	633	634	635	636	637	638	639
640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666
667	668	669	670	671	672	673	674	675
676	677	678	679	680	681	682	683	684
685	686	687	688	689	690	691	692	693
694	695	696	697	698	699	700	701	702
703	704	705	706	707	708	709	710	711
712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729
730	731	732	733	734	735	736	737	738
739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756
757	758	759	760	761	762	763	764	765
766	767	768	769	770	771	772	773	774
775	776	777	778	779	780	781	782	783
784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801
802	803	804	805	806	807	808	809	810
811	812	813	814	815	816	817	818	819
820	821	822	823	824	825	826	827	828
829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846
847	848	849	850	851	852	853	854	855
856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873
874	875	876	877	878	879	880	881	882
883	884	885	886	887	888	889	890	891
892	893	894	895	896	897	898	899	900
901	902	903	904	905	906	907	908	909
910	911	912	913	914	915	916	917	918
919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945
946	947	948	949	950	951	952	953	954
955	956	957	958	959	960	961	962	963
964	965	966	967	968	969	970	971	972
973	974	975	976	977	978	979	980	981
982	983	984	985	986	987	988	989	990
991	992	993	994	995	996	997	998	999
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323
1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332
1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341
1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350
1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359
1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368
1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377
1378	1379	1380	1381	1382	1383			



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
 Cargo: Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial
 Cidade: Navegantes-SC
 Local: EEB Julia Miranda
 Sala: Sala 36 Núm. Inscrição: 17774
 Nome: Leonardo Yoshiura Soares

CONTROLE INTERNO: 01729

1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63
64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81
82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99
100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117
118	119	120	121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132	133	134	135
136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153
154	155	156	157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168	169	170	171
172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189
190	191	192	193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225
226	227	228	229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240	241	242	243
244	245	246	247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258	259	260	261
262	263	264	265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276	277	278	279
280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312	313	314	315
316	317	318	319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330	331	332	333
334	335	336	337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348	349	350	351
352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369
370	371	372	373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402	403	404	405
406	407	408	409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420	421	422	423
424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441
442	443	444	445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456	457	458	459
460	461	462	463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486
487	488	489	490	491	492	493	494	495
496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513
514	515	516	517	518	519	520	521	522
523	524	525	526	527	528	529	530	531
532	533	534	535	536	537	538	539	540
541	542	543	544	545	546	547	548	549
550	551	552	553	554	555	556	557	558
559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585
586	587	588	589	590	591	592	593	594
595	596	597	598	599	600	601	602	603
604	605	606	607	608	609	610	611	612
613	614	615	616	617	618	619	620	621
622	623	624	625	626	627	628	629	630
631	632	633	634	635	636	637	638	639
640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666
667	668	669	670	671	672	673	674	675
676	677	678	679	680	681	682	683	684
685	686	687	688	689	690	691	692	693
694	695	696	697	698	699	700	701	702
703	704	705	706	707	708	709	710	711
712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729
730	731	732	733	734	735	736	737	738
739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756
757	758	759	760	761	762	763	764	765
766	767	768	769	770	771	772	773	774
775	776	777	778	779	780	781	782	783
784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801
802	803	804	805	806	807	808	809	810
811	812	813	814	815	816	817	818	819
820	821	822	823	824	825	826	827	828
829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846
847	848	849	850	851	852	853	854	855
856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873
874	875	876	877	878	879	880	881	882
883	884	885	886	887	888	889	890	891
892	893	894	895	896	897	898	899	900
901	902	903	904	905	906	907	908	909
910	911	912	913	914	915	916	917	918
919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945
946	947	948	949	950	951	952	953	954
955	956	957	958	959	960	961	962	963
964	965	966	967	968	969	970	971	972
973	974	975	976	977	978	979	980	981
982	983	984	985	986	987	988	989	990
991	992	993	994	995	996	997	998	999
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
1315	1316	1317	1318	1319	1320			

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 005/2014

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ATO 018/iobv/005/14/PS

PARECERES DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA

EDITAL Nº 005/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O **PREFEITO MUNICIPAL** do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

Parecer 01

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
14097 Gianine Lígia Bittencourt Agente de Educação 20h	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO A candidata não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta a candidata fez os seguintes acertos: Agente de Educação 20h																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>D</td><td>A</td><td>C</td><td>X</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td><td>C</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td colspan="15"></td></tr><tr><td>C</td><td>B</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td colspan="15"></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A	21	22	23	24	25																C	B	D	A	D															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
D	A	C	X	B	A	B	D	C	C	B	A	B	C	A	A	B	C	D	A																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
C	B	D	A	D																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	

Parecer 02

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
15799 Alysson Douglas Fernandes Leiturista DAE	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO O candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos: Leiturista DAE																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>D</td><td>A</td><td>C</td><td>D</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td><td>C</td><td>A</td><td>D</td><td>B</td><td>C</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td colspan="15"></td></tr><tr><td>C</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>D</td><td colspan="15"></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A	21	22	23	24	25																C	B	C	A	D															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
D	A	C	D	B	A	B	D	C	C	A	D	B	C	B	A	B	C	D	A																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
C	B	C	A	D																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

Parecer 03

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
17213 Marcia da Silva Professor de Educação Infantil 20h Superior hab.	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO A candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos: Professor de Educação Infantil 20h Superior Habilitado																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>X</td><td>D</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>D</td><td>A</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>B</td><td>D</td><td>A</td><td>C</td><td>D</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A	21	22	23	24	25																B	D	A	C	D															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	A																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
B	D	A	C	D																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	

Parecer 04

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
16644 Silvana Leticia Dumke Professor Series Iniciais 20h Superior Hab.	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO A candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos: Professor Séries Iniciais 20h Superior Habilitado																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>X</td><td>D</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td colspan="15"></td></tr><tr><td>A</td><td>C</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td><td colspan="15"></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	D	21	22	23	24	25																A	C	B	D	C															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	D																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
A	C	B	D	C																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	

Parecer 05

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
18136 Fernanda Silva dos Santos Professor Series Iniciais 20h Superior Hab.	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO A candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos: Professor Séries Iniciais 20h Superior Habilitado																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>X</td><td>D</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td colspan="15"></td></tr><tr><td>A</td><td>C</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td><td colspan="15"></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	D	21	22	23	24	25																A	C	B	D	C															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	C	D																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
A	C	B	D	C																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

Parecer 06

Inscrição/candidato/cargo	Alegação																																																																																
10599 Adriana Erbs Professor de Inglês 20h hab.	Solicita revisão de seus acertos pois alega ter mais questões corretas que as divulgadas na classificação preliminar de acordo com a anulação de uma questão.																																																																																
Decisão: INDEFERIDO A candidato não assiste razão, em conferência do seu cartão resposta o candidato fez os seguintes acertos conforme já divulgado: Professor Inglês																																																																																	
<table><tr><td>01</td><td>02</td><td>03</td><td>04</td><td>05</td><td>06</td><td>07</td><td>08</td><td>09</td><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td><td>19</td><td>20</td></tr><tr><td>X</td><td>D</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>C</td><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>B</td><td>C</td><td>A</td><td>B</td><td>D</td><td>C</td></tr><tr><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td>25</td><td colspan="15"></td></tr><tr><td>D</td><td>A</td><td>D</td><td>C</td><td>B</td><td colspan="15"></td></tr></table>		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C	21	22	23	24	25																D	A	D	C	B															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20																																																														
X	D	A	A	A	A	D	C	A	B	C	D	A	D	B	C	A	B	D	C																																																														
21	22	23	24	25																																																																													
D	A	D	C	B																																																																													
O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA																																																																																	

Parecer 07

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
15697 Talien Eline Stofelli Stachuk Professor de Educação Infantil 20h Magistério hab	Alega que seu nome não consta na lista de classificação preliminar.
Decisão: DEFERIDO A candidata realmente assiste razão, devido a algum erro sanável na formalização do Ato de divulgação da classificação preliminar não constou o nome da candidata. Ela obteve 4 acertos nos conhecimentos gerais totalizando 1,00 e 11 acertos nos conhecimentos específicos totalizando 5,50, somando a nota final em 6,50 restando assim aprovada. O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato para verificação . PONTUAÇÃO ADICIONADA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR ALTERADA	

Parecer 08

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
13756 Priscila Alves Professor de Séries Iniciais 20h Magistério hab	Alega que seu nome não consta na lista de classificação preliminar.
Decisão: DEFERIDO A candidata realmente assiste razão, devido a algum erro sanável na formalização do Ato de divulgação da classificação preliminar não constou o nome da candidata. Ela obteve 3 acertos nos conhecimentos gerais totalizando 0,75 e 6 acertos nos conhecimentos específicos totalizando 3,00, somando a nota final em 3,75 restando assim aprovada. O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato para verificação . PONTUAÇÃO ADICIONADA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR ALTERADA	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

Parecer 09

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
14070 Damaris Beuter do Prado Professor de Séries Iniciais 20h Superior Hab.	Alega que seu nome não consta na lista de classificação preliminar.
Decisão: DEFERIDO A candidata realmente assiste razão, devido a algum erro sanável na formalização do Ato de divulgação da classificação preliminar não constou o nome da candidata. Ela obteve 3 acertos nos conhecimentos gerais totalizando 0,75 e 10 acertos nos conhecimentos específicos totalizando 5,00, somando a nota final em 5,75 restando assim aprovada. O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato para verificação. PONTUAÇÃO ADICIONADA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR ALTERADA	

Parecer 10

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
19206 - Alessandra Pereira Jensen Auxiliar de Consultório Dentário ESF 9052 – Celino da Silva Santos Professor de Inglês 20h hab 10697 – Angelo Marcio Ramos Técnico em Enfermagem SAMU 17934 – Mariana Carla Figleski de Aguiar Auxiliar de Consultório Dentário ESF	Solicitam verificação do cartão resposta pois consta divulgado na classificação preliminar como cartão sem assinatura, candidato eliminado.
Decisão: INDEFERIDO Os candidatos restam eliminados do certame, atendendo ao edital que é claro nos seguintes itens: 8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita: a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is); c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada; d) Não estiver assinalada no cartão resposta; e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova. f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato. E ainda: 8.6.18. <i>O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.</i> 8.6.14. <i>Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.</i> Além de que: 1. No quadro havia um cartaz grande com instruções no qual alertava sobre a assinatura no cartão. 2. Na prova na folha de instruções também alertava especificadamente sobre a assinatura no cartão. 3. No cartão constava um local destacado escrito “assinatura do candidato.” Cabendo apenas ao candidato a atenção necessária para o correto preenchimento do cartão-resposta, inclusive sua assinatura. SITUAÇÃO MANTIDA. O cartão digitalizado do candidato, consta divulgado no Anexo I deste Ato. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR MANTIDA	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

Parecer 11

Inscrição/candidato/cargo	Alegação
19921 Luiza Ramos De Lima Couto Professor Series Iniciais 20h hab.	Solicita que seja revista a data de nascimento da candidata 16932 Elaine Léa Baader pois sua data de nascimento está 01/01/1900.
Decisão: DEFERIDO A candidata ao se inscrever cadastrou sua data de nascimento errada, porém providenciou a alteração, comprovando com o envio da carteira de identidade com data de nascimento em 04/05/1975, sendo alterada e será divulgada na classificação final corretamente. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO ALTERADA	

Parecer 12

Inscrição	Alegação
10108 – 12280	Solicitam a divulgação da pontuação de títulos, pois não consta na classificação preliminar.
Decisão: INDEFERIDO Conforme edital no item 1.2 do cronograma do concurso a pontuação de títulos será divulgada em 08/12/14. Conforme cronograma do edital: • Pontuação de títulos dos cargos com essa exigência - 08/12/14 A classificação preliminar divulgada era somente da prova escrita objetiva. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO MANTIDA	

Parecer 13

Inscrição	Alegação
14680	Solicita ajuda, pois efetuou a inscrição para Professor de Educação Infantil 20h do Magistério mas deveria ter feito para cargo de nível superior, alegando que confusão dos títulos.
Decisão: INDEFERIDO Conforme Edital: 4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações. 4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida. 4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto , pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público. Não há como alterar inscrições já processadas e divulgadas e homologadas. PONTUAÇÃO MANTIDA E CLASSIFICAÇÃO MANTIDA	

Navegantes, 02 de Dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA GIANINE LÍGIA BITTENCOURT

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Agente de Educação (20h)
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Irene Romão
Sala: Sala 5 Núm. Inscrição: 14097
Nome: Gianine Lígia Bittencourt

CONTROLE INTERNO: 00094

Não Preencher

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

001	A	B	C	D	051	A	B	C	D
002	A	B	C	D	052	A	B	C	D
003	A	B	C	D	053	A	B	C	D
004	A	B	C	D	054	A	B	C	D
005	A	B	C	D	055	A	B	C	D
006	A	B	C	D	056	A	B	C	D
007	A	B	C	D	057	A	B	C	D
008	A	B	C	D	058	A	B	C	D
009	A	B	C	D	059	A	B	C	D
010	A	B	C	D	060	A	B	C	D
011	A	B	C	D	061	A	B	C	D
012	A	B	C	D	062	A	B	C	D
013	A	B	C	D	063	A	B	C	D
014	A	B	C	D	064	A	B	C	D
015	A	B	C	D	065	A	B	C	D
016	A	B	C	D	066	A	B	C	D
017	A	B	C	D	067	A	B	C	D
018	A	B	C	D	068	A	B	C	D
019	A	B	C	D	069	A	B	C	D
020	A	B	C	D	070	A	B	C	D



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA ALYSSON DOUGLAS FERNANDES

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Leiturista - DAE
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Irene Romão Núm. Inscrição: 15799
Sala: Sala 8
Nome: Alysson Douglas Fernandes
Nome: Alysson Douglas Fernandes

CONTROLE INTERNO: 00596

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63
64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81
82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99
100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117
118	119	120	121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132	133	134	135
136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153
154	155	156	157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168	169	170	171
172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189
190	191	192	193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225
226	227	228	229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240	241	242	243
244	245	246	247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258	259	260	261
262	263	264	265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276	277	278	279
280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312	313	314	315
316	317	318	319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330	331	332	333
334	335	336	337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348	349	350	351
352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369
370	371	372	373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402	403	404	405
406	407	408	409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420	421	422	423
424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441
442	443	444	445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456	457	458	459
460	461	462	463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486
487	488	489	490	491	492	493	494	495
496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513
514	515	516	517	518	519	520	521	522
523	524	525	526	527	528	529	530	531
532	533	534	535	536	537	538	539	540
541	542	543	544	545	546	547	548	549
550	551	552	553	554	555	556	557	558
559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585
586	587	588	589	590	591	592	593	594
595	596	597	598	599	600	601	602	603
604	605	606	607	608	609	610	611	612
613	614	615	616	617	618	619	620	621
622	623	624	625	626	627	628	629	630
631	632	633	634	635	636	637	638	639
640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666
667	668	669	670	671	672	673	674	675
676	677	678	679	680	681	682	683	684
685	686	687	688	689	690	691	692	693
694	695	696	697	698	699	700	701	702
703	704	705	706	707	708	709	710	711
712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729
730	731	732	733	734	735	736	737	738
739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756
757	758	759	760	761	762	763	764	765
766	767	768	769	770	771	772	773	774
775	776	777	778	779	780	781	782	783
784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801
802	803	804	805	806	807	808	809	810
811	812	813	814	815	816	817	818	819
820	821	822	823	824	825	826	827	828
829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846
847	848	849	850	851	852	853	854	855
856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873
874	875	876	877	878	879	880	881	882
883	884	885	886	887	888	889	890	891
892	893	894	895	896	897	898	899	900
901	902	903	904	905	906	907	908	909
910	911	912	913	914	915	916	917	918
919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945
946	947	948	949	950	951	952	953	954
955	956	957	958	959	960	961	962	963
964	965	966	967	968	969	970	971	972
973	974	975	976	977	978	979	980	981
982	983	984	985	986	987	988	989	990
991	992	993	994	995	996	997	998	999
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323
1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332
1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341
1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350
1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359
1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368
1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377
137								



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA MARCIA DA SILVA

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Professor de Educação Infantil (20h) Superior Ha
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 27 Núm. Inscrição: 17213
Nome: Marcia Da Silva

CONTROLE INTERNO: 01449

Não Preencher

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Marcia da Silva

Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA SILVANA LETICIA DUMKE

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habili
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 32 Núm. Inscrição: 16644
Nome: Silvana Leticia Dumke

CONTROLE INTERNO: 01792

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Silvana Leticia Dumke
Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA FERNANDA SILVIA DOS SANTOS

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS

Cargo: Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habilit

Cidade: Navegantes-SC

Local: EEB Julia Miranda

Sala: Sala 30

Nome: Fernanda Silvia Dos Santos

Data: 15/11/2014

Núm. Inscrição: 18136

CONTROLE INTERNO: 01719

Não Preencher	01	02	03	04	05	06	07	08	09
	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25	26	27
	28	29	30	31	32	33	34	35	36
	37	38	39	40	41	42	43	44	45
	46	47	48	49	50	51	52	53	54

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Fernanda Silvia dos Santos

Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA ADRIANA ERBS

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Professor de Inglês (20h) Habilitado
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 34 Núm. Inscrição: 10599
Nome: Adriana Erbs

CONTROLE INTERNO: 01571

Não Preencher	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Prova única: ☐

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Adriana Erbs Givimalli
Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA TALIEEN ELINE STOFELLI STACHUK

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Professor de Educação Infantil (20h) Magistério
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 22 Núm. Inscrição: 15697
Nome: Talieen Eline Stofelli Stachuk

CONTROLE INTERNO: 01300

Não Preencher

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Talieen Eline Stofelli Stachuk
Assinatura do Candidato



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA PRISCILA ALVES

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Professor de Séries Iniciais (20h) Magistério Hat
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 33 Núm. Inscrição: 13756
Nome: Priscila Alves

CONTROLE INTERNO: 01650

Não Preencher	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	10	11	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25	26	27
	28	29	30	31	32	33	34	35	36
	37	38	39	40	41	42	43	44	45
	46	47	48	49	50	51	52	53	54
	55	56	57	58	59	60	61	62	63
	64	65	66	67	68	69	70	71	72
	73	74	75	76	77	78	79	80	81
	82	83	84	85	86	87	88	89	90
	91	92	93	94	95	96	97	98	99
	100	101	102	103	104	105	106	107	108
	109	110	111	112	113	114	115	116	117
	118	119	120	121	122	123	124	125	126
	127	128	129	130	131	132	133	134	135
	136	137	138	139	140	141	142	143	144
	145	146	147	148	149	150	151	152	153
	154	155	156	157	158	159	160	161	162
	163	164	165	166	167	168	169	170	171
	172	173	174	175	176	177	178	179	180
	181	182	183	184	185	186	187	188	189
	190	191	192	193	194	195	196	197	198
	199	200	201	202	203	204	205	206	207
	208	209	210	211	212	213	214	215	216
	217	218	219	220	221	222	223	224	225
	226	227	228	229	230	231	232	233	234
	235	236	237	238	239	240	241	242	243
	244	245	246	247	248	249	250	251	252
	253	254	255	256	257	258	259	260	261
	262	263	264	265	266	267	268	269	270
	271	272	273	274	275	276	277	278	279
	280	281	282	283	284	285	286	287	288
	289	290	291	292	293	294	295	296	297
	298	299	300	301	302	303	304	305	306
	307	308	309	310	311	312	313	314	315
	316	317	318	319	320	321	322	323	324
	325	326	327	328	329	330	331	332	333
	334	335	336	337	338	339	340	341	342
	343	344	345	346	347	348	349	350	351
	352	353	354	355	356	357	358	359	360
	361	362	363	364	365	366	367	368	369
	370	371	372	373	374	375	376	377	378
	379	380	381	382	383	384	385	386	387
	388	389	390	391	392	393	394	395	396
	397	398	399	400	401	402	403	404	405
	406	407	408	409	410	411	412	413	414
	415	416	417	418	419	420	421	422	423
	424	425	426	427	428	429	430	431	432
	433	434	435	436	437	438	439	440	441
	442	443	444	445	446	447	448	449	450
	451	452	453	454	455	456	457	458	459
	460	461	462	463	464	465	466	467	468
	469	470	471	472	473	474	475	476	477
	478	479	480	481	482	483	484	485	486
	487	488	489	490	491	492	493	494	495
	496	497	498	499	500	501	502	503	504
	505	506	507	508	509	510	511	512	513
	514	515	516	517	518	519	520	521	522
	523	524	525	526	527	528	529	530	531
	532	533	534	535	536	537	538	539	540
	541	542	543	544	545	546	547	548	549
	550	551	552	553	554	555	556	557	558
	559	560	561	562	563	564	565	566	567
	568	569	570	571	572	573	574	575	576
	577	578	579	580	581	582	583	584	585
	586	587	588	589	590	591	592	593	594
	595	596	597	598	599	600	601	602	603
	604	605	606	607	608	609	610	611	612
	613	614	615	616	617	618	619	620	621
	622	623	624	625	626	627	628	629	630
	631	632	633	634	635	636	637	638	639
	640	641	642	643	644	645	646	647	648
	649	650	651	652	653	654	655	656	657
	658	659	660	661	662	663	664	665	666
	667	668	669	670	671	672	673	674	675
	676	677	678	679	680	681	682	683	684
	685	686	687	688	689	690	691	692	693
	694	695	696	697	698	699	700	701	702
	703	704	705	706	707	708	709	710	711
	712	713	714	715	716	717	718	719	720
	721	722	723	724	725	726	727	728	729
	730	731	732	733	734	735	736	737	738
	739	740	741	742	743	744	745	746	747
	748	749	750	751	752	753	754	755	756
	757	758	759	760	761	762	763	764	765
	766	767	768	769	770	771	772	773	774
	775	776	777	778	779	780	781	782	783
	784	785	786	787	788	789	790	791	792
	793	794	795	796	797	798	799	800	801
	802	803	804	805	806	807	808	809	810
	811	812	813	814	815	816	817	818	819
	820	821	822	823	824	825	826	827	828
	829	830	831	832	833	834	835	836	837
	838	839	840	841	842	843	844	845	846
	847	848	849	850	851	852	853	854	855
	856	857	858	859	860	861	862	863	864
	865	866	867	868	869	870	871	872	873
	874	875	876	877	878	879	880	881	882
	883	884	885	886	887	888	889	890	891
	892	893	894	895	896	897	898	899	900
	901	902	903	904	905	906	907	908	909
	910	911	912	913	914	915	916	917	918
	919	920	921	922	923	924	925	926	927
	928	929	930	931	932	933	934	935	936
	937	938	939	940	941	942	943	944	945
	946	947	948	949	950	951	952	953	954
	955	956	957	958	959	960	961	962	963
	964	965	966	967	968	969	970	971	972
	973	974	975	976	977	978	979	980	981
	982	983	984	985	986	987	988	989	990
	991	992	993	994	995	996	997	998	999
	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
	1315	1316							



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA DAMARIS BEUTER DO PRADO

[illegible]



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA ALESSANDRA PEREIRA JENSEN

IOBV

Edital: 001/2014 - ADMINISTR Data: 16/11/2014
Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário ESF
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Irene Romão
Sala: Sala 6 Núm. Inscrição: 19206
Nome: Alessandra Pereira Jensen

CONTROLE INTERNO: 00854

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9

Prova única: ☐

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do Candidato



ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA CELINO DA SILVA SANTOS

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS

Cargo: Professor de Inglês (20h) Habilitado

Cidade: Navegantes-SC

Local: EEB Julia Miranda

Sala: Sala 34

Nome: Celino Da Silva Santos

Data: 15/11/2014

Núm. Inscrição: 9052

CONTROLE INTERNO: 01572

Não Preencher

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25				



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA ANGELO MARCIO RAMOS

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Técnico em Enfermagem SAMU
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda Núm. Inscrição: 10697
Sala: Sala 16
Nome: Angelo Marcio Ramos

CONTROLE INTERNO: 01904

1	2	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60	61	62	63
64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81
82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99
100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117
118	119	120	121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132	133	134	135
136	137	138	139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150	151	152	153
154	155	156	157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168	169	170	171
172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189
190	191	192	193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204	205	206	207
208	209	210	211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222	223	224	225
226	227	228	229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240	241	242	243
244	245	246	247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258	259	260	261
262	263	264	265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276	277	278	279
280	281	282	283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294	295	296	297
298	299	300	301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312	313	314	315
316	317	318	319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330	331	332	333
334	335	336	337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348	349	350	351
352	353	354	355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366	367	368	369
370	371	372	373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384	385	386	387
388	389	390	391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402	403	404	405
406	407	408	409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420	421	422	423
424	425	426	427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438	439	440	441
442	443	444	445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456	457	458	459
460	461	462	463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474	475	476	477
478	479	480	481	482	483	484	485	486
487	488	489	490	491	492	493	494	495
496	497	498	499	500	501	502	503	504
505	506	507	508	509	510	511	512	513
514	515	516	517	518	519	520	521	522
523	524	525	526	527	528	529	530	531
532	533	534	535	536	537	538	539	540
541	542	543	544	545	546	547	548	549
550	551	552	553	554	555	556	557	558
559	560	561	562	563	564	565	566	567
568	569	570	571	572	573	574	575	576
577	578	579	580	581	582	583	584	585
586	587	588	589	590	591	592	593	594
595	596	597	598	599	600	601	602	603
604	605	606	607	608	609	610	611	612
613	614	615	616	617	618	619	620	621
622	623	624	625	626	627	628	629	630
631	632	633	634	635	636	637	638	639
640	641	642	643	644	645	646	647	648
649	650	651	652	653	654	655	656	657
658	659	660	661	662	663	664	665	666
667	668	669	670	671	672	673	674	675
676	677	678	679	680	681	682	683	684
685	686	687	688	689	690	691	692	693
694	695	696	697	698	699	700	701	702
703	704	705	706	707	708	709	710	711
712	713	714	715	716	717	718	719	720
721	722	723	724	725	726	727	728	729
730	731	732	733	734	735	736	737	738
739	740	741	742	743	744	745	746	747
748	749	750	751	752	753	754	755	756
757	758	759	760	761	762	763	764	765
766	767	768	769	770	771	772	773	774
775	776	777	778	779	780	781	782	783
784	785	786	787	788	789	790	791	792
793	794	795	796	797	798	799	800	801
802	803	804	805	806	807	808	809	810
811	812	813	814	815	816	817	818	819
820	821	822	823	824	825	826	827	828
829	830	831	832	833	834	835	836	837
838	839	840	841	842	843	844	845	846
847	848	849	850	851	852	853	854	855
856	857	858	859	860	861	862	863	864
865	866	867	868	869	870	871	872	873
874	875	876	877	878	879	880	881	882
883	884	885	886	887	888	889	890	891
892	893	894	895	896	897	898	899	900
901	902	903	904	905	906	907	908	909
910	911	912	913	914	915	916	917	918
919	920	921	922	923	924	925	926	927
928	929	930	931	932	933	934	935	936
937	938	939	940	941	942	943	944	945
946	947	948	949	950	951	952	953	954
955	956	957	958	959	960	961	962	963
964	965	966	967	968	969	970	971	972
973	974	975	976	977	978	979	980	981
982	983	984	985	986	987	988	989	990
991	992	993	994	995	996	997	998	999
1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008
1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017
1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026
1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035
1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044
1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053
1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062
1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071
1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080
1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089
1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098
1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107
1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116
1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125
1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134
1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143
1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152
1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161
1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170
1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179
1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188
1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197
1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206
1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215
1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224
1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233
1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242
1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251
1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260
1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269
1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278
1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287
1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296
1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305
1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314
1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323
1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332
1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341
1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350
1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359
1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368
1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377
1378	1379	138						



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 PROCESSO SELETIVO**

ANEXO I – ATO 018 – CARTÃO RESPOSTA MARIANA CARLA FIGLESKI DE AGUIAR

IOBV

Edital: 005/2014 - PROCESS Data: 15/11/2014
Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário ESF
Cidade: Navegantes-SC
Local: EEB Julia Miranda
Sala: Sala 16 Núm. Inscrição: 17934
Nome: Mariana Carla Figleski De Aguiar
CONTROLE INTERNO: 00468

Não Preencher

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9

Prova única:

CARTÃO RESPOSTA

01	A	B	C	D	21	A	B	C	D
02	A	B	C	D	22	A	B	C	D
03	A	B	C	D	23	A	B	C	D
04	A	B	C	D	24	A	B	C	D
05	A	B	C	D	25	A	B	C	D
06	A	B	C	D	26	A	B	C	D
07	A	B	C	D	27	A	B	C	D
08	A	B	C	D	28	A	B	C	D
09	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do Candidato

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 001/2014

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

ATO 017/iobv/001/14/CP

**DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA ESCRITA
EDITAL Nº 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

O **PREFEITO MUNICIPAL** do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. A Classificação Final da prova escrita, já considerados os julgamentos dos recursos e os critérios de desempate, consta divulgada no anexo I deste edital, em ordem alfabética de cargos.
2. As datas de nascimento em vermelho dos aprovados estavam erradas na classificação preliminar algumas foram alteradas de acordo com a comprovação dos candidatos, as que ainda estiverem incorretas deverão entrar em contato com o IOBV e alterar na área do candidato em nosso site.
3. A pontuação dos títulos conforme cronograma do Edital será divulgada no dia **08 de dezembro de 2014**.

Navegantes, 02 de dezembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

ANEXO I
ATO 017/iobv/001/14/CP
DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA ESCRITA

Agente Comunitário de Saúde ESF Ensino Médio		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	CANDIDATO		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
59	Jose Maria Ouriques	21/12/1956	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
86	Miriam Dias Dos Santos Maria	31/03/1967	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
30	David Roberto Alves Barbosa	04/12/1966	9	1,80	17	5,10	26	6,90	Aprovado
48	Francisco José Da Costa Silva	13/02/1986	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
69	Leonardo Espindola Pereira	26/11/1989	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
17	Camila Couceiro Pagani	06/02/1997	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
82	Marilene Schneider Ferracioli	09/12/1968	8	1,60	17	5,10	25	6,70	Aprovado
50	Gisela Da Silva Garcez	01/03/1966	14	2,80	13	3,90	27	6,70	Aprovado
104	Sinair Falcade	02/05/1979	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado
24	Cristiane Bastos De Almeida	30/01/1974	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado
67	Karine Silva Lemos	04/07/1990	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
66	Kaoane Pilar De Lima	19/08/1991	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
10	Andreia Do Carmo Borges Doleski	08/10/1971	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
102	Sheila Cristina Da Silva Gomes	12/07/1982	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
91	Odete Petuco Ferreira	28/11/1963	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
4	Amanda Fernanda Miranda	14/07/1989	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
14	Barbara Camila Linzmayer De Sousa	05/11/1992	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

42	15813	Everton Torezan	11/11/1982	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
39	19795	Elida Rejane Pollheim	16/02/1970	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
12	9875	Angela Do Carmo Pereira legli	08/08/1968	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
74	13148	Luciana Ferreira De Souza	23/10/1976	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
53	8803	Heloísa De Souza Garcia	29/10/1958	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
8	16099	Andre Luiz Batschauer	09/10/1982	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
97	8760	Ricardo Felipe Beber	27/05/1986	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
70	19757	Letiane Lima De Almeida	09/06/1984	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
58	14002	Joana Rosa Barbosa	01/01/1985	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
112	9868	Vera Lúcia Dos Santos	04/05/1965	5	1,00	15	4,50	20	5,50	Aprovado
38	18191	Eliane Maria Muller Bohnen	18/12/1957	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
89	19326	Nádia Isabel Rosso Ziem	18/11/1960	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
87	18217	Miriam Leal	05/08/1986	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
76	19790	Lucilene Léa Da Silva Carneiro Schmidt	22/11/1990	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
96	11447	Regiane Ines Braz	10/04/1991	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
105	14545	Suelen Da Silva Arruda	25/01/1982	14	2,80	9	2,70	23	5,50	Aprovado
1	19342	Adinaloia Pereira De Sousa	21/12/1982	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
68	20140	Leidiane Dos Santos Paiva	07/01/1984	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
63	13698	Juliana Coelho Krieger	18/11/1980	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
114	19288	Viviane schell	28/03/1984	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
28	9378	Daniela Domingues Padilha	16/01/1993	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
90	18552	Neusa Cristina Fogaça Dos Santos	28/12/1977	5	1,00	14	4,20	19	5,20	Aprovado
101	19286	Sandra Regina De Souza	09/05/1973	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
95	16637	Paulo Afonso Torquato	23/07/1956	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

5	19156	Ana Carolina Da Silva Do Nascimento	29/09/1990	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
107	13278	Susana Teixeira Da Silva Rodrigues	22/03/1969	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
41	19210	Everson Cesar Annibelli	13/07/1969	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
45	19429	Flaviana Alves Da Silva	07/09/1978	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
81	10150	Maria Verônica De Oliveira Santos Fernandes	01/08/1979	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
34	9477	Elaine Barros Da Silva Cavalcante	02/07/1990	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
21	20325	Claudia Caroline Ferreira	16/03/1986	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
25	19065	Cristina Cordeiro Ribeiro	27/10/1987	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
13	9814	Arlete Correa	14/09/1968	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
31	12859	Denise Maria Da Silva	14/04/1969	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
3	16582	Alexsandra Cristina Ribeiro Dos Santos	23/02/1994	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
27	19736	Daiane Pereira Bicudo Prates	08/06/1982	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
83	10341	Marlete Duarte	05/03/1960	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
64	17106	Juliana Reis Gonzaga	29/12/1983	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
106	9370	Susamara Batista Dos Santos De Carvalho	21/09/1988	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
23	18344	Claudia Walters	27/06/1963	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Aprovado
35	12343	Elaine Gonçalves Maciel	15/03/1985	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Aprovado
60	20175	Josefa De Lourdes Lima João	27/05/1961	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
36	19309	Elaine Junkes De Melo	04/03/1973	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
22	14278	Claudia Dani Natalino Sant Ana	13/03/1976	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
113	15096	Viviane Silva De Santana	02/10/1986	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
99	18480	Ruth Kohler	06/04/1960	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
11	19297	Andreia Felisbino Generoso	08/03/1991	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
93	15499	Patricia Isabella Da Silva Marques	13/09/1995	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

18	14991	Camila Dos Santos Maciel De Souza	15/04/1996	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
9	10484	Andrea Eloise Daniel Pinho De Souza	18/09/1979	4	0,80	12	3,60	16	4,40	Aprovado
100	16424	Saonara Piffero Paz	26/11/1970	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
92	14121	Onis Da Conceição Neves Da Silva	03/03/1973	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
55	17943	Jackeline Lineburger Marega	01/02/1977	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
108	14830	Tatiane Wiersbitski De Almeida	05/12/1976	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
20	11879	Caroline Garcia	01/10/1980	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
109	17826	Tânia Nara Bucher	20/03/1965	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
29	9122	Daniele De Alencar De Lima	14/01/1982	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
61	10501	Joselaine Furtado Dos Santos	22/05/1988	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
110	8779	Tereza Schroeder	02/01/1955	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
7	9995	Ana Maria Bettoni Queiroz	14/09/1987	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
75	17110	Luciana Marques	06/11/1980	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
62	13674	Juciléia Machado	05/04/1979	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Aprovado
111	18612	Thais Ender Fagundes	30/04/1997	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Aprovado
46	8854	Franciele Da Luz	18/05/1995	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
51	18767	Grazianne Ribeiro Andrade	04/10/1991	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
56	12062	Janira Da Silva Arantes Rohrbacher	10/06/1968	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
73	16949	Luciana Correa	31/07/1973	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
57	11930	Jisiani Adelair Bento	13/05/1992	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
98	16838	Rita De Fatima Souza Santos	02/04/1959	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
79	8798	Maria Júlia Plotegher	29/08/1955	4	0,80	9	2,70	13	3,50	Aprovado
103	16129	Sheila Magali Moser Isensee	20/04/1976	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
77	13837	Marfa Fernanda Scramocin	26/06/1980	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2	19894	Adriano Borges Goedert	18/07/1981	7	1,40	5	1,50	12	2,90	Reprovado	
16	18072	Bernadete Ramos Barbosa	01/11/1972	5	1,00	5	1,50	10	2,50	Reprovado	
6	15459	Ana Cleia Da Silva	15/04/1962	6	1,20	4	1,20	10	2,40	Reprovado	
84	18555	Maura Santos Da Silva	02/08/1975	cartão preenchido incorretamente						0,00	eliminado
Agente de Combate às Endemias Ensino Médio											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
123	10675	Sidnei Alves Moreira	17/10/1980	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	
118	17462	Edvaldo Couto	09/02/1960	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	
119	16903	Jose João Da Silva	21/03/1981	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado	
117	11607	Domingos Carlos Neto	27/03/1963	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado	
120	20054	Katiane Batista Da Silva Kataoka	26/08/1980	4	0,80	11	3,30	15	4,10	Aprovado	
116	10641	Adriana Conrado	13/04/1989	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado	
122	14269	Rogério Sant Ana	30/07/1966	7	1,40	4	1,20	11	2,60	reprovado	
Agente de Educação 20h Ensino Médio											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
198	12773	Marcela Cristina De Aragão	05/12/1987	13	2,60	17	5,10	30	7,70	Aprovado	
138	13976	Ariane Soares Alves	04/07/1985	11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado	
153	10706	Débora Schuelter	28/06/1994	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado	
171	12745	Francieli Dias	04/04/1996	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado	
204	15006	Maria Goretti Duplaa Soares	15/10/1965	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

151	18032	Daniele Da Silva Cardoso Flores	13/09/1993	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
238	10370	Sylvana Elizabeth Becker	19/05/1985	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
156	16465	Devanir Maria Zamariola	21/10/1954	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
191	18554	Leticia Alves Jurado	04/05/1973	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
209	9536	Marilin Moreira	23/08/1976	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
168	19982	Fabiana Lorenço	14/01/1981	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
189	13452	Leandra Regeane Ribeiro Souto	18/11/1978	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
185	12627	Juliana Cristina Besel	13/10/1987	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
165	17232	Elisandra Paulina	28/11/1989	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
183	11181	Josiane Rita Celista	29/11/1990	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
140	9762	Carla Christiane Pereira Da Silva	02/09/1984	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
210	14062	Micheli Adriane Raue Verediano	19/03/1984	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
236	19118	Stephanie Figueiredo Da Rosa	13/12/1994	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
166	18778	Elke Maria Kellermann	29/02/1960	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
134	10807	Ana Paula De Oliveira	16/11/1983	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
213	18337	Neiva Fátima De Souza	17/05/1974	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
229	19487	Rubia Cristina Dos Santos	14/04/1975	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
218	17532	Patrícia Colim Da Silva Gonçalves	24/04/1984	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
139	11316	édina De Miranda	15/11/1984	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
237	8714	Suzan Cristina Leal	19/04/1989	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado
199	13523	Marcia Paola Severino	09/04/1989	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
194	18590	Luciana Deschamps	17/03/1971	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
158	19068	Edelzia Vilela Guimarães Silva	06/11/1971	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
205	17425	Maria Nazaré Da Silva	10/01/1978	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

132	9426	Ana Carolina Rosa	19/08/1994	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
239	16604	Tatiana Ribeiro Vilela Camargo	10/04/1973	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
241	10898	Valeria Inêz De Lima E Silva	17/12/1963	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
162	13850	Elaine Ancini Dos Santos	12/11/1985	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
148	15395	Cleiton Roberto Da Silva Queiroz	04/03/1977	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
130	18269	Aline Marchand	25/09/1980	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
219	15702	Patrícia De Souza	23/05/1987	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
186	15925	Juliana Da Silva Coelho Musso Costa	05/03/1978	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
243	9340	Vanessa Bergold	14/12/1984	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
154	19936	Deborah Remiro Ganzert	29/04/1986	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
245	14248	Vania Maria De Almeida	10/09/1957	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
146	19912	Claudete Alves Barbosa Mafra	15/03/1973	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
221	20188	Patrícia Lilian Bozzano Soares	23/04/1977	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
169	9179	Fabianne Paulino De Oliveira	24/10/1980	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
180	10542	Jeannine Ferreira Boing Da Silva	29/10/1992	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
235	19570	Sorlei Aparecida Thiele Dapper	19/10/1973	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
234	11871	Sonia Regina Gaspar Progetti De Oliveira	17/08/1970	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
172	19489	Gilmara Fatima Dos Santos	10/10/1977	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
203	9141	Maria Giseli Da Silveira	06/02/1988	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
184	13243	Julia Natieli De Lima Freitas	26/11/1987	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
214	12372	Nelsi Miranda Dettoni	08/01/1959	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
127	11684	Albertina Kuntz Vieira Da Silva	14/03/1974	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
145	19014	Cintia Cristiane Nunes Da Costa	07/11/1975	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
128	14807	Aline De Lima Vieira	11/03/1981	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

142	12423	Caroline Souza Santos	08/12/1986	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
211	11929	Mirian Maria Gesser De Mattos	06/07/1983	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
174	9898	Ivani De Borba	10/03/1952	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
181	10999	Jessica Lima Da Silva	12/05/1991	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
175	13161	Janaina Muniz	24/07/1982	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
200	14174	Maria Cecilia Piolla Seara	17/05/1960	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
143	13950	Charlene Senair Correia	26/04/1982	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
216	17240	Nicolle Carazzai Da Gama	11/03/1995	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
212	12960	Nair Maria Mance	07/07/1970	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
201	13527	Maria Das Neves Da Silva	19/08/1970	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
227	15794	Rosangela Da Silveira Kososki	10/03/1980	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
244	17301	Vanessa Carolina Machado	29/04/1984	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
157	14381	Douglas Vitorino Cabral	21/11/1991	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
149	19213	Cristiane Irene Francisco	14/11/1979	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
152	19838	Daniella Araujo Storino Caldeira	07/11/1983	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
206	19242	Maricella Dias Guimaraes Vieira	12/08/1970	12	2,40	8	2,40	20	4,80	Aprovado
159	12991	Edinete De Santana	29/01/1970	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
155	16662	Denise Aparecida Nascimento	29/04/1974	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
137	18025	Antonio Marcos Gomes Da Costa	28/12/1979	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
173	12333	Gisely Custodio Dos Santos	26/10/1985	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
182	16328	Josiane Aparecida Guidi Magarotto	29/07/1980	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
230	18067	Rudineia Tamagno	26/09/1981	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
217	20066	Noraides Justino De Freitas	02/09/1957	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
136	16502	Angela Rover Leal	26/04/1976	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

190	19814	Letícia Cristina Vieira	02/11/1996	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
247	17235	Zilda Gaya Da Silva	20/10/1961	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
246	17700	Vivian Cristina Da Silva Vieira	13/09/1977	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
231	11449	Sabrina Aparecida Oneda	18/08/1989	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
131	11245	Amanda Mathiola Vieira	29/03/1996	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
228	9332	Roseli Corrêa De Almeida	26/08/1964	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
195	19245	Luvanes De Souza	18/01/1985	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
141	14995	Carolina Baschta	07/09/1988	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
176	18302	Jane Aparecida Marques Dos Santos	30/11/1973	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
197	20065	Maingra Regina Fausto	23/12/1988	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
179	15265	Jaqueline Suzana De Souza	13/05/1972	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
215	10530	Nelzi Neli Inacio Bittencourt	20/08/1981	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
242	12095	Valquiria B De Melo Aguiar	26/04/1978	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Aprovado
188	16729	Leandra De Almeida	12/06/1985	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado
202	11898	Maria Dolores Ehlers	21/06/1960	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
161	14838	Ednilça Paulo Da Silva Vicente	02/02/1970	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
135	12339	Angela Brangrates	28/02/1992	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
144	12823	Christiane Gambin	24/04/1995	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
170	19653	Fernanda Silvia Dos Santos	06/08/1990	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
160	15222	Edna Da Silva Chagas	01/10/1959	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
240	16381	Tereza Jazinski	28/04/1964	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Aprovado
187	11742	Keli Cristina De Souza De Jesus	28/07/1973	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
178	11747	Jaqueline Rita Celista	29/11/1990	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
150	12659	Cristiane Vicente	09/07/1975	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

133	17621	Ana Lia Da Costa Indio	14/03/1985	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
207	13517	Marilene Elisabeth Kretzer	24/09/1973	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
233	9849	Silvania Narciza Sagas Martins	05/10/1973	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
164	15974	Eliane Borba Couto	01/06/1966	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
Agente de Educação 30h Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
278	10702	Karin Cristine Westerkamp De Carvalho Salvini	04/07/1978	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
250	17441	Ana Paula Ferreira Dos Santos	08/07/1991	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
253	20198	Chaiani Cristina Da Silva Dos Anjos	14/08/1989	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
293	19597	Rosangela Oliveira Dos Santos Carreira	13/03/1964	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
302	10393	Vanessa Camargo Rodrigues De Lima De Oliveira	10/08/1983	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
288	18905	Natally Louise Oliveira Francisco	15/04/1997	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
301	15239	Ticiane Da Silva Alves	07/10/1980	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
265	12262	Francine Simas	05/03/1995	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
251	18326	Ariana Zimmermann Régis Propodoski	07/11/1983	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
260	16653	Deyse Terezinha Zamariola	15/09/1956	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
263	12440	Franciane Regina Da Silva	08/06/1980	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
266	13310	Gabriela Auache Cortes Pereira	06/09/1990	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
259	9054	Danielli Bonin	30/04/1986	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
257	16403	Cristiane Ferreira De Lima	19/05/1982	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
272	17979	Izete Zimmermann Porfírio	07/03/1964	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
271	17312	Ivonete Iracema Da Silva	04/10/1982	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

267	11264	Giseli Do Nascimento	31/05/1994	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
276	15367	Josiane Da Cunha Martins Felício	08/04/1982	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
283	18745	Maria Lúcia Santos Franco	07/01/1956	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
284	17002	Mariana Ferreira Araujo	12/11/1987	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
289	10638	Pamela Ohana Ramos	28/06/1994	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
299	20071	Sueli Da Aparecida Souza	28/07/1965	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
256	8768	Cleuza Aparecida Gomes	18/01/1981	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
277	16997	Karen Suzane Rodrigues Jeronimo	10/11/1992	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
303	9051	Vilmara Alvelina De Souza	26/12/1983	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
300	20280	Thayse Cristine Vieira	20/05/1984	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
292	10133	Raquel Diomar Alves	15/06/1981	4	0,80	15	4,50	19	5,30	Aprovado
280	20097	Margarete Borchardt De Lima Federovicz	29/10/1969	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
304	10288	Vilmara Dias Eleutério	13/08/1991	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
270	20308	Isabel Rossi	13/11/1962	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
275	15550	Josiane Alves De Miranda	10/11/1979	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
262	9069	Fabiana Bonin Vieira	30/04/1980	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
279	15518	Luciane Islabão Vieira	17/06/1981	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
258	18957	Cristiane Zimmermann	27/03/1968	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
252	10293	Bianca Patrício	16/06/1991	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
274	14350	Jessica Vicente Alves Farias	17/02/1993	13	2,60	7	2,10	20	4,70	Aprovado
269	13308	Ianaiana Marques De Lima	21/12/1992	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
285	16462	Marilei Aparecida Gomes Ribeiro	24/06/1978	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
297	12334	Shirlene De Oliveira Silva	03/01/1986	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
295	15542	Rubia Mara Cordeiro Mafra	15/01/1983	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

264	9617	Francieli Emilio De Souza	28/09/1988	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
281	18401	Maria Das Graças Silva	02/05/1959	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
255	12169	Cleusa Aparecida Vieira Da Rocha	12/12/1981	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
294	17619	Rosmeri Teresinha Pozza	30/03/1969	3	0,60	9	2,70	12	3,30	Aprovado
287	14516	Nair Maria De Souza	13/03/1962	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
282	13285	Maria José Dos Santos Severino	08/06/1968	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
298	20284	Silvia Renata Conceicao Dos Santos	01/04/1970	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Aprovado
273	16725	Janaina Campos Da Luz Henrique	17/03/1983	6	1,20	5	1,50	11	2,70	reprovado
Agente de Educação 40h Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
412	12693	Shaiane Louise Baltazar	01/04/1987	13	2,60	18	5,40	31	8,00	Aprovado
322	9770	Carlos Silvano De Oliveira	05/12/1983	13	2,60	17	5,10	30	7,70	Aprovado
356	14449	Janete Lusía Schneider Bodelon	15/07/1974	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado
343	17022	Francielle Gonçalves Matos Bispo	18/07/1990	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
319	19337	Bruna Dos Santos Lemos	04/03/1991	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
345	14089	Francisca Soraia Bruno Dos Santos Sousa	25/04/1987	14	2,80	15	4,50	29	7,30	Aprovado
315	18673	Angela Dos Santos Dias	22/02/1962	12	2,40	16	4,80	28	7,20	Aprovado
364	10082	Juliana Ardigo Gaidarji	28/01/1986	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
341	9850	Francelina Maria Pereira	03/04/1963	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
415	12041	Simone Domiciano	29/10/1984	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
309	9716	André Felipe Da Costa	09/12/1993	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
393	17835	Mirian Rodrigues	27/05/1982	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

371	16651	Laiz Cristina Beber	09/06/1993	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
414	11348	Simone Bento	09/01/1977	9	1,80	16	4,80	25	6,60	Aprovado
339	10308	Fernanda Cristina Machado Gomes	24/01/1993	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
327	19542	Cleunice Paes De Queiroz	13/12/1981	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
406	16197	Rosângela Aparecida De Souza Siqueira	06/09/1977	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
398	17420	Priscila Melchert Vieira	25/02/1982	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
306	13185	Alexandra Arlinda Da Silva	13/08/1988	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
332	19313	Edilene Neusa De Souza	15/06/1991	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
321	11324	Carlos Jose Silva Dos Santos	08/08/1968	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
401	18562	Renata Carine Pickert Dos Santos Da Silva	05/01/1975	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
311	9456	Andréa Machado Garcia	10/08/1981	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
419	9036	Taise De Augustinho	08/05/1995	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
396	19460	Natália Dos Santos	03/11/1990	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
408	14572	Rosimeiremorinigo	13/07/1979	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
405	10017	Rosana Blind Onofre	17/08/1973	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
367	16373	Juliana Ramos	13/02/1986	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
402	19583	Ricardo Ismael Testoni	13/08/1979	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
365	9661	Juliana Da Silva	30/11/1982	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
308	17947	Ana Flávia Zimmermann Porfírio	12/07/1996	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
320	17734	Bruna Eduarda Nagel	15/11/1992	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado
407	15999	Rosilma De Jesus Thomaszeki	21/12/1975	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
340	15981	Fernanda Souza Lucas Paula	12/10/1980	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
324	9333	Claudine Tolentino De Souza	11/10/1989	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
349	10588	Glaís Dos Santos	28/06/1991	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

376	16191	Marcos Paulo Da Silva	23/03/1975	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
347	16840	Gisele Aparecida Stocco	19/07/1981	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
358	9784	Jefferson Siqueira	29/01/1986	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
346	14849	Giander Da Silva Marin	12/12/1986	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
310	19455	André Santana Almeida Do Carmo	20/12/1981	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
316	11578	Anna Lucia Da Silva Pereira	05/01/1970	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
363	9879	Jucely Martins	09/07/1991	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
399	9878	Priscila Renata Emmerich	14/09/1992	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
423	12172	Valda Lopes Maciel Furlan	18/07/1973	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
361	17486	Joana D'arc Da Costa	01/05/1975	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
317	19603	Antonio Augusto Da Silva	08/10/1975	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
354	20068	Ivana Calixto Carnasciali	23/01/1980	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
388	16305	Micaela Marina Diaz	23/11/1992	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
328	10314	Dalane Cristine Antonio	23/01/1986	13	2,60	9	2,70	22	5,30	Aprovado
428	18376	Wagner Almeida Rosa	29/05/1955	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
373	9959	Maiara Cristina Pacheco	16/08/1989	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
352	16745	Hercilio Vargas	27/07/1978	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
329	17231	Dalane Lotti	02/04/1994	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
417	19329	Solange Aparecida Xavier Sutil	25/06/1980	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
424	14299	Valdenir Jose Ferreira	21/04/1970	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
378	14534	Maria Cristina Silva Dos Santos	13/09/1974	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
380	14990	Mariana Mazilda Anacleto Da Graça	14/09/1982	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
313	15348	Andrea Vicente	09/04/1971	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
411	18346	Sandra Regina Dreyer	05/10/1982	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

355	10065	Izabella Evaristo Correa	09/03/1988	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
420	11078	Tamara Luz Domingos	11/07/1993	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
370	10629	Katiane Cerino Soares	05/09/1993	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
350	12851	Glauca Elaine Agostinho	13/08/1974	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Aprovado
337	19061	Erimar Francisco	19/12/1960	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
425	9614	Vanilce Dos Santos De Almeida Holek	19/05/1986	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
409	16552	Sabrina Deitos Da Silva	08/02/1994	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
336	20172	Eliane Terezinha Cristofolini De Espindola	04/11/1960	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
397	13738	Pricila Martins De Melo	16/04/1992	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
334	11932	Elaine Ferreira Costa	03/09/1990	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
360	9062	Jessica Morgana Crispim Bernardes	26/11/1988	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
427	10237	Vitória Régia Honório Dos Santos	24/09/1975	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
342	18349	Francieli De Paula Sobrinho	08/01/1985	5	1,00	12	3,60	17	4,60	Aprovado
410	19151	Sandra Aparecida Marques	10/01/1980	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
391	14794	Miriam Vieira	24/03/1980	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
394	12254	Monalisa Naiara Tomas Ribeiro	12/02/1993	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
314	16920	Andressa Caroline Todesco	26/09/1986	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Aprovado
351	17968	Halini Florentino Pacheco	28/04/1989	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
386	9934	Mauri Santana	02/12/1955	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
372	9809	Lindamar Dos Santos Rodrigues	01/02/1967	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
307	10699	Ana Claudia Fabricio	21/03/1973	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
375	15065	Marciana Aparecida De Oliveira	08/03/1979	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
326	11175	Cleia Teresinha Janing Da Silva	25/12/1980	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
383	11626	Marília Lira De Souza	08/05/1994	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

403	15937	Roberto Machado	17/08/1987	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
389	10167	Micheii Pereira Spiess	11/09/1996	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
426	15243	Vilma Araujo Porto Schaefer	01/04/1949	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
382	18185	Marileia De Andrade Claudino	06/07/1983	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
362	9896	Joelma Romao	09/03/1986	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
377	18363	Maria Aparecida André Serafim	25/04/1962	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
404	12008	Rosa Maria Da Silva	22/01/1967	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
344	17088	Francisca Joelma Ribeiro Teixeira	05/08/1970	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
325	16708	Cledinei Aparecida Ferreira	26/12/1974	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
430	13762	Zulmira Gomes	03/07/1979	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
323	9988	Chanaísa Monteiro	30/01/1993	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
385	10323	Marineusa Emílio	16/03/1983	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
395	9215	Narye Cristine Da Silveira	22/03/1994	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
335	20153	Eleni Luzia Augusto Maciel	05/12/1956	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
418	14341	Suilan Santos De Lima	07/08/1981	10	2,00	5	1,50	15	3,50	Aprovado
416	12595	Solange Aparecida Caetano	14/08/1987	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Aprovado
305	15846	Alessandro Luis Gaik	29/09/1988	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
400	19254	Regiane Gonçalves	22/11/1983	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
331	14127	Dorenilce Tavares Costa Reis	28/03/1987	4	0,80	8	2,40	12	3,20	Aprovado
353	10435	Iraci De Oliveira Pilar	17/11/1968	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
379	12664	Maria Inez Soares Toledo	20/12/1969	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
387	10397	Mayra Natale Santos Rodrigues	09/07/1990	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
318	18388	Bianca Ferreira Da Silva	13/09/1994	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
390	12394	Milena Cristina Valle Ouriques	23/01/1989	7	1,40	5	1,50	12	2,90	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

312	10382	Andrea Ramos	12/09/1969	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
392	17069	Mirian Balok Sant Anna	03/01/1972	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
421	15614	Tânia Maria Goulart Pontes	01/11/1967	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
368	14351	Karine Angioletti Lima	13/08/1979	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação Alfabetizado										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
465	16779	Ediléia Bento Adriano	21/07/1971	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
542	14491	Patrícia Zilda Dos Santos	29/03/1976	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
570	18500	Soraia Aparecida Dos Santos	05/07/1977	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
507	16240	Karolina Luiza Cordeiro Dos Santos	31/12/1990	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
504	8995	Juliana Reis Favaro Albano	09/07/1991	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
583	9683	Valeska Prestes Fortes	15/08/1994	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
547	17128	Rosa Pires Sant'ana	10/08/1966	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
468	11329	Elisa De Borba	24/09/1983	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
448	16669	Cinthia Raeder Morfim	26/01/1985	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
475	12628	Emanuela Gernano Da Silva	19/08/1993	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
554	19319	Rosemeire Barandão Machado	18/07/1979	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
506	13982	Karla Cristiane Brandão Bruno	28/09/1995	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
568	14388	Solange Ramos	05/04/1959	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
581	9268	Valdir Antonio Da Costa	15/04/1959	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
576	14888	Teresinha Rodrigues	07/08/1975	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
467	17056	Eliete Raulino Gonçalves	26/12/1980	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

508	20041	Kelli Suellen De Souza	05/05/1983	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
485	10703	Francimara Pinheiro Da Silva	27/07/1985	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
477	10443	Evelin Aparecida Cardonis Müller	12/06/1996	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
442	13085	Angelita Gomes Schneider Cavalheiro	17/07/1981	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
487	10782	Francisco Antonio De Albuquerque Rocha	21/06/1954	5	2,00	9	5,40	14	7,40	Aprovado
531	11031	Maricélia Souza	02/11/1972	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
523	11999	Maria Da Gloria Perreira Maass	15/08/1975	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
500	11542	Jorgeane Wosniak	08/12/1983	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
496	17691	Jamila Ferreira	08/02/1986	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
436	13353	Ana Paula Da Silva	11/03/1994	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
454	18009	Cleusa Maria De Freitas	08/12/1957	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado
484	14930	Franciele Cristina Borba	24/05/1996	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado
512	19577	Lilian Pereira	07/09/1979	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
511	14191	Leoneia Caldas	27/07/1981	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
453	11987	Cleusa Da Silva De Jesus	07/02/1982	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
495	11729	Jackeline Lisboa Da Luz	06/08/1988	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
443	17036	Ariana Carolina Ramos	22/01/1989	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
527	12500	Maria Do Espirito Santo Silva Teles	06/01/1967	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
447	15316	Catia Magali Dos Passos	04/02/1969	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
553	9592	Rosely Oliveira Da Silva Carniel	09/06/1969	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
466	10355	Eliana De Oliveira Dos Santos	20/07/1973	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
575	19281	Teresinha Aparecida Cardoso	24/10/1973	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
450	14924	Claudinea Schlemper	27/01/1978	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
561	13335	Sara Elisa Emilio Oliveira	23/08/1978	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

579	11639	Terezinha Aparecida De Lima	07/06/1980	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
459	9089	Dirceia Aparecida De Camargo	12/10/1982	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
588	10487	Vanessa Martins Neves	11/04/1983	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
590	16690	Vera Lucia Saraiva	01/01/1900	5	2,00	8	4,80	13	6,80	Aprovado
505	18553	Juscilene Aparecida De Oliveira Lopes	28/08/1979	5	2,00	8	4,80	13	6,80	Aprovado
551	10930	Roseli Aparecida Sumny	17/07/1972	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
543	19606	Renata Pinho Aranha	15/09/1972	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
520	12176	Marcia Pires Dos Santos	17/05/1978	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
538	9992	Monik De Souza Pereira	28/07/1986	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
574	15204	Tamires Gomes Silveira Oliveira	08/09/1990	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
540	18557	Natacha Fabiola Correia	28/11/1995	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
532	19334	Marilene Colombo	14/11/1964	3	1,20	9	5,40	12	6,60	Aprovado
493	9952	Ivone Schwambach	15/08/1972	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
519	8862	Magna Justina Lima	20/01/1976	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
449	12504	Claudia Aparecida Reis Maiximiano	31/05/1981	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
483	12155	Franciele Correia De Melo	29/12/1986	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
571	10943	Suelen Da Silva Araujo	19/09/1994	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
469	10254	Elisângela De Almeida	08/07/1982	9	3,60	5	3,00	14	6,60	Aprovado
441	11746	Angelina Carolina Carvalho	15/05/1994	9	3,60	5	3,00	14	6,60	Aprovado
577	11643	Tereza De Lima	20/08/1975	4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado
525	9283	Maria De Jesus Crespin Machado	08/04/1977	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
541	13446	Noemi De Oliveira Tibiriça	02/08/1981	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
566	16421	Simone De Fátima Jacinto De Sousa	09/01/1986	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
490	14149	Iraide Da Silva Ramos	22/09/1986	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

591	10247	Zenete Maria Dos Reis	07/02/1960	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
580	10364	Terezinha Marquez Pontoli	23/01/1969	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
497	10469	Jaqueline De Almeida Fiao	04/08/1980	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
471	12728	Elizana Santos De Lira	22/08/1984	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
444	11622	Berenice Daiane Voz	10/07/1990	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
526	17045	Maria De Lourdes Bittencourt	14/08/1960	3	1,20	8	4,80	11	6,00	Aprovado
491	15013	Irene Maria Francisco Silvestre	13/08/1963	3	1,20	8	4,80	11	6,00	Aprovado
492	16870	Isael Francisco Da Silva	28/05/1962	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
589	12102	Vera Lucia Dos Santos	27/02/1964	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
528	12675	Maria Helena Ramos Barreiro	18/03/1968	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
503	20035	Jucelaine Gaudencio Da Luz	05/12/1978	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
563	13134	Sileide Nascimento De Freitas Silva	04/01/1979	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
544	17119	Rita De Cássia Santana	18/10/1985	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
464	9486	Edicleia Veiga Da Silva	04/03/1989	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
481	14927	Fernanda De Ramos	02/02/1994	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
514	10927	Luciana Bordin	10/11/1973	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
502	18688	Josineia De Ataíde Medeiros	05/07/1979	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
515	15674	Luciana De Souza	02/10/1986	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
437	16878	Ana Pula Khak	28/04/1988	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
582	9808	Valeria Camargo Da Silva	07/03/1993	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
567	18932	Sirlei Terezinha Dos Santos	29/10/1970	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
438	15318	Andréa Silene Dos Passos Bittencourt	29/06/1973	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
546	9314	Rosa Maria Alves Rodrigues Da Cunha	29/06/1976	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
558	18315	Rozenei De Souza	10/01/1984	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

509	18345	Kely Cristina Lopes Araujo	14/05/1985	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
501	9977	Josiane Nunes Ribeiro	27/07/1987	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
535	10269	Marilucia Anacleto	22/06/1988	8	3,20	4	2,40	12	5,60	Aprovado
521	9234	Maria Aparecida Espindola	23/08/1961	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
559	19642	Said De Souza	10/05/1975	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
513	16810	Lindalva Ferreira De Oliveira	07/10/1975	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
529	17967	Maria Ines Thomaszecki Iachitzki	05/10/1968	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
431	12468	Adriana Cardoso	15/10/1974	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
480	10773	Fabiane Pinto	25/08/1984	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
452	13060	Cleiciane Davi Dos Reis	04/06/1990	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
432	15647	Adriana De Andrade Moura	16/11/1992	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
474	10707	Elza Dos Passos Faria	21/11/1945	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
562	12016	Senir Queiros	24/06/1966	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
488	15862	Gabriela Regina Moreira	23/06/1986	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
478	9991	Fabia Inocencio	09/01/1986	7	2,80	4	2,40	11	5,20	Aprovado
552	14905	Roseli Matias Weiss	29/01/1959	2	0,80	7	4,20	9	5,00	Aprovado
461	17606	Dolores Alves De Jesus Do Nascimento	06/11/1967	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
518	9334	Luziane Alves Da Silva	29/05/1974	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
586	8750	Vanderleia De Fatima Camargo Da Silva	03/06/1974	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
539	19575	Najara Aparecida Ledra	31/05/1976	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
587	15908	Vanessa Francisco Ramos De Oliveira	16/06/1980	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
565	15833	Silvane De Fatima De Oliveira	12/09/1979	8	3,20	3	1,80	11	5,00	Aprovado
494	13654	Izalda Maria Da Silva	21/09/1956	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Aprovado
482	13359	Fernanda De Sousa Belo	18/12/1972	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

556	17488	Rosinha Aparecida Amaral	28/07/1973	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Aprovado
548	14726	Rosane Dos Passos	08/01/1979	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Aprovado
489	11584	Iderli Terezinha Domingos	01/01/1900	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
573	14788	Suely Batista Campos	06/03/1965	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
451	19291	Claudineia Caldas Dos Santos	09/09/1989	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
457	15732	Dayse Manica Pereira	20/01/1992	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
585	12007	Vanderléia Albino	15/09/1966	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
470	10250	Elizabeth Correia Neiciak	07/08/1978	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
440	13542	Angela Maria Da Silva Lopes	20/08/1985	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
458	19181	Debora Malta Gonzaga	29/03/1992	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
533	13357	Marilene Dos Santos Zanato	20/10/1971	3	1,20	5	3,00	8	4,20	Aprovado
434	10241	Amélia De Lima Deola	21/11/1959	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
524	17975	Maria Da Graça De Souza	07/09/1965	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
560	11026	Sandraci Souza Da Silva	10/05/1971	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
530	18803	Maria Laura De Ramos	08/07/1972	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
510	12242	Leia Claudia De Jesus Da Penha Silva	22/11/1979	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
472	13080	Elizangela Maria Da Silva Ribeiro	01/10/1984	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
564	17877	Silvana Ayres	09/02/1961	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Aprovado
522	8820	Maria Aparecida Schneider	09/02/1963	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Aprovado
557	9757	Rozangela Aparecida Nhaia	16/03/1964	5	2,00	3	1,80	8	3,80	Aprovado
584	10316	Valleria Da Silva	15/09/1979	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Aprovado
534	16499	Marilene Pereira Memoria Do Nascimento	10/08/1972	6	2,40	2	1,20	8	3,60	Aprovado
445	11382	Bianca Cristina Bittencourt	03/08/1993	2	0,80	3	1,80	5	2,60	reprovado
516	17882	Luciana Rubia Martins De Lima	16/09/1975	3	1,20	2	1,20	5	2,40	reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

537	10455	Meiry Dias Veloso	22/09/1982	4	1,60	1	0,60	5	2,20	reprovado
536	17784	Marta Serafim	05/08/1966	2	0,80	2	1,20	4	2,00	reprovado
569	11800	Sonia De Melo	18/06/1962	1	0,40	2	1,20	3	1,60	reprovado
572	18959	Sueli Iracema De Souza	08/05/1957	Cartão em branco						
Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde Alfabetizado										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
609	13072	Nathaniel Dias	20/09/1939	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
595	9962	Catia Celeste Julio Martins	05/03/1971	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
604	9830	Leila Mara Dos Santos	19/10/1987	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
611	13016	Rosangela Aparecida Airoso	20/01/1983	6	2,40	9	5,40	15	7,80	Aprovado
608	16692	Mônica Angioletti Negrão	19/03/1969	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
610	11524	Paulo Roberto Couto	20/12/1961	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
597	16761	Conceição Maria Francisco	18/12/1959	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
598	19292	Diolene Medeiros Valin	23/01/1970	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
607	18194	Marina Amaral Camargo	08/03/1995	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
593	20209	Anderson Alves Colzani	22/11/1995	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
616	9855	Teresinha Da Aparecida Domingues	14/06/1973	3	1,20	9	5,40	12	6,60	Aprovado
615	20000	Suleide Maria Da Silva	09/07/1970	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
613	14294	Sandra Marilei Perinazzo Dos Santos	25/07/1971	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
612	9152	Saete Carvalho	01/05/1957	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

594	10111	Angela Maria Jasper	15/06/1957	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
600	15883	Gilberto Pereira Longaray	03/12/1965	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
614	17134	Sueli Da Aparecida Santos Batista	26/04/1970	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
602	11523	Juciane Dos Santos Couto	23/06/1970	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
596	8719	Claudilene De Souza Mafra	11/10/1974	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
606	9806	Maria Telvina Da Silva Matos	15/04/1987	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Aprovado
601	19045	Gislaine Josiane Bento	21/09/1984	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
603	18653	Lavina Linduário Moro	02/07/1958	2	0,80	1	0,60	3	1,40	reprovado
Agente de Serviços Gerais-Obras Alfabetizado										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
677	14455	Pedro Paulo Da Costa	28/06/1959	10	4,00	9	5,40	19	9,40	Aprovado
678	15018	Rômulo César Pereira	04/12/1988	10	4,00	9	5,40	19	9,40	Aprovado
621	18041	Alaor Vieira	11/11/1960	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
632	9609	Carlos Sergio De Souza	20/12/1965	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
661	11550	Josezite Dos Santos	26/01/1968	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
681	18992	Roseli Aparecida Neves	29/07/1971	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
689	19922	Willian Roberto Da Silva	13/08/1984	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
648	19380	Jair Jose Vavassori	07/11/1962	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
660	17878	Jose' dos Santos	07/11/1970	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
650	15855	Jairo Castelan	25/02/1942	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
640	16758	Edson Merivaldo Pacheco	31/01/1964	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
675	18650	Paulo Renato Crispim	16/12/1980	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

620	12990	Airto De Melo	02/12/1955	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
619	19958	Adil Thomé	08/08/1958	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
630	10541	Carlos Alberto De Souza	30/07/1969	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
624	19611	Andrea Da Silva	09/11/1974	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
642	12188	Elcio Jose Pacheco	04/06/1964	6	2,40	9	5,40	15	7,80	Aprovado
655	12708	Joaoa Jorge Santos Da Silva	23/06/1971	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
641	15911	Elaine Cristina Lima	27/07/1989	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
674	11468	Paulo Carvalho Silva	12/06/1984	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
670	16793	Maria Aparecida Machado	04/12/1952	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
633	15872	Claudio Chiminelli	08/07/1968	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
629	8755	Carla Claudino	04/11/1983	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
672	19591	Nilton Oliveira Martins	13/12/1965	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado
625	10358	Andresa Cruz De Oliveira	03/03/1981	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado
652	17143	Joao Francisco Ferreira	09/12/1953	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
647	19825	Jair Hipolito De Amorim	20/06/1970	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
679	13964	Rogério Dos Santos Fernandes	10/12/1974	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
662	17579	Laurecir Luiz Dos Santos	01/04/1956	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
618	12601	Adalberto Jorge Nascimento Filho	06/02/1967	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
638	11187	Demerval Dos Santos Bento	15/05/1948	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
669	13297	Maria Aparecida Lemos	07/10/1957	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
687	18334	Vladimir Silva Dos Santos	15/08/1963	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
663	19673	Leonildo Saldanha De Jesus	08/06/1947	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
651	10767	Joao De Sousa Carolina	05/03/1966	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
631	11477	Carlos Alberto De Souza Mota	11/10/1959	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

665	10953	Luciano Antonio Anacleto	07/07/1988	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado
685	12844	Ulysses Medeiros Dias	28/07/1989	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado
680	11568	Rosangela Rebelo	13/04/1956	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
664	13727	Lorival Kempner	15/03/1958	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
657	12891	João Paulino Claudino	27/03/1957	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
643	19246	Eliana Da Silva Feitosa	08/04/1978	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
683	18931	Sebastião Pereira	30/05/1953	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
682	13695	Sandra Vaz Maia	27/10/1988	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
644	11396	Eugenio Lima	08/12/1950	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
636	15787	Daniela Da Ssilveira	19/03/1982	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
646	9225	Ivone Maria Paulino De Mello	03/03/1975	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
671	15863	Marleci Crispim	17/01/1996	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
623	11230	Alvelina Luiza De Souza	16/07/1958	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
634	19734	Cláudio Dos Santos	03/05/1968	3	1,20	6	3,60	9	4,80	Aprovado
635	20036	Damaceno Gonçalves De Quevedo	27/03/1957	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
622	10304	Altino Gois Neiciak	01/03/1972	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
626	11570	Antenor Hercílio Da Silva	30/09/1949	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
666	18139	Luiz Antonio Vicente	28/04/1964	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
676	17469	Pedro Getulio De Jesus	26/02/1957	2	0,80	5	3,00	7	3,80	Aprovado
656	16944	João Mota Dos Santos	21/08/1966	5	2,00	3	1,80	8	3,80	Aprovado
645	10691	Itamir Dias Da Silva	09/01/1972	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Aprovado
684	13271	Sidnéia Dos Santos Xavier	24/08/1982	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Aprovado
653	9953	Joao Maria De Oliveira	08/07/1950	4	1,60	3	1,80	7	3,40	Aprovado
688	10289	Waldomiro Do Prado	26/10/1963	4	1,60	3	1,80	7	3,40	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

654	13275	Joao Martins	07/12/1955	7	2,80	1	0,60	8	3,40	Aprovado
686	9798	Valdelino Natividade Felicio	22/01/1946	3	1,20	3	1,80	6	3,00	Aprovado
628	15831	Bento Jose Dos Santos	11/02/1978	6	2,40	1	0,60	7	3,00	Aprovado
627	14695	Antenor Rodrigues De Mira	14/02/1948	2	0,80	3	1,80	5	2,60	Reprovado
668	13001	Marcelo Rogério Dos Prazeres	04/05/1971	3	1,20	2	1,20	5	2,40	Reprovado
658	16957	José Lotti	14/03/1974	4	1,60	1	0,60	5	2,20	Reprovado
649	13263	Jair Leite Figueiro	10/04/1952	1	0,40	2	1,20	3	1,60	Reprovado
Arquiteto Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
730	10053	Letícia Mesquita Santana	28/10/1989	12	2,40	22	6,16	34	8,56	Aprovado
716	9173	Fernanda Ruske De Siqueira	16/04/1983	11	2,20	22	6,16	33	8,36	Aprovado
705	18496	Carlos Alberto Kniss	08/06/1965	9	1,80	22	6,16	31	7,96	Aprovado
747	17981	Natali Romano Batista	19/11/1990	9	1,80	22	6,16	31	7,96	Aprovado
694	20264	Ana Paula Campos	08/01/1982	10	2,00	21	5,88	31	7,88	Aprovado
697	16372	Andréia Jeane Liebl	17/09/1986	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
710	18017	Danilo Ricardo Do Valle Ribeiro	06/03/1978	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
718	18880	Gabriel Esteves Ribeiro	16/01/1989	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
762	12829	Thiago Costa De Lima	20/06/1978	12	2,40	18	5,04	30	7,44	Aprovado
696	9990	Andréia Cristina Averbeck	29/01/1991	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
729	9101	Leonard Da Silva Rios	06/08/1990	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

756	17085	Ricardo Tadeu Duarte Da Silva	21/02/1985	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado
763	8767	Waldir Aparecido Lopes Ramos	16/05/1967	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
731	19066	Louise Freire Tenuta	16/03/1987	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
717	9077	Francieli Genero	22/12/1988	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
734	19422	Luiza Linhares Fleck Bresciani	17/09/1983	12	2,40	16	4,48	28	6,88	Aprovado
761	16788	Tatiana Do Amaral	08/01/1979	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
724	15281	Jessica Pollum	05/10/1988	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
703	19475	Bruna Maidel	11/11/1989	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
758	18920	Samara Braun	06/06/1991	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
748	11337	Natália Bacin Morelatto	06/03/1989	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
723	18521	Isabelle Costa Luís	05/11/1987	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
711	13499	Dayana Werncke Sbors	09/08/1990	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
714	15253	Fábio Alan Schaefer	25/11/1991	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
744	14098	Mauricio Geraldo Juvenal Goedert	08/03/1976	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
757	16738	Samantha Raquel Pinheiro Rodrigues	16/06/1988	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
725	12524	José Roberto Martins Junior	29/04/1979	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
726	13304	Josimar Marcelo Finger Tiepo	29/01/1987	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
752	12147	Pedro Oscar Pizzetti Mariano	07/02/1992	12	2,40	14	3,92	26	6,32	Aprovado
695	16687	Andréa Corrêa	28/10/1980	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
727	12057	Karine Rotta Bonifacio	12/02/1988	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
722	17187	Iris De Jesus Honorato	06/04/1983	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado
699	14899	Angelita Feitosa Rodrigues	27/08/1985	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado
753	19310	Priscila Margarida	12/07/1983	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
706	8713	Carolina Tassaroli Brandl	24/04/1989	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

690	13301	Alexandra Risello	27/09/1989	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
693	13168	Ana Carolina Das Neves Andrade	05/11/1991	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
691	15826	Aline Ragnini	12/02/1992	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
704	16458	Camila Dix	11/11/1991	11	2,20	13	3,64	24	5,84	Aprovado
738	17660	Manuela Warth	15/10/1984	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
739	18531	Marcelo Rottili	25/08/1986	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
709	10752	Danielle Cristina Barros Mendes	12/01/1990	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
701	18559	Any Caroline Mazuroski	04/02/1989	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
702	15711	Bárbara Cadorin Heinzen	26/03/1992	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
755	13228	Rafael Rudolf	03/01/1991	11	2,20	12	3,36	23	5,56	Aprovado
700	10218	Anne Caroline Ribeiro Gamba	17/02/1991	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
754	17073	Priscilla Thiesen Becsi	31/12/1986	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
732	17739	Luana Carolina Piske	19/04/1991	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
713	19388	Edimilson Francisco Da Silva	30/08/1969	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
749	19123	Odejan Luis Basso	29/11/1977	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
712	9622	Douglas Balsini	21/05/1988	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
741	12654	Marina Schefer Gervin	28/09/1987	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
715	17099	Felipe Edgar Gehlen	22/05/1990	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
721	12079	Helena Couto Laurentino	25/07/1990	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
743	18354	Mauri Silvestre Spezia Junior	30/07/1981	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
740	15410	Marcos Felipe Terres Dos Santos	14/09/1988	10	2,00	10	2,80	20	4,80	Aprovado
736	15399	Lydia Ereni Reis Balsamo	19/03/1990	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
733	13093	Luciane Candida Pacheco	16/06/1993	7	1,40	11	3,08	18	4,48	Aprovado
759	19406	Simone Dos Santos	14/01/1972	8	1,60	9	2,52	17	4,12	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

708	18158	Claudia Maria Aparecida Moreti	07/02/1977	8	1,60	9	2,52	17	4,12	Aprovado
735	17854	Luiza Venanci Pontes	05/02/1982	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
745	11633	Márcio Fernando De Souza Campos	19/09/1986				cartão sem assinatura		0,00	eliminado
Assistente Social Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
799	19453	Josemara Do Amaral	08/06/1984	10	2,00	21	5,88	31	7,88	Aprovado
811	10043	Lourdes Pinheiro Do Carmo	25/08/1976	6	1,20	22	6,16	28	7,36	Aprovado
829	20289	Naira De Guimarães	15/05/1985	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
776	14798	Carolini Barbosa De Oliveira	24/09/1981	7	1,40	20	5,60	27	7,00	Aprovado
835	16799	Raquel Signori	22/07/1982	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
850	17254	Viviane Pereira Da Silva	26/12/1974	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
800	17531	Josilane De Mello Barbosa	24/02/1975	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
822	9485	Mariana Dos Santos	16/04/1980	7	1,40	19	5,32	26	6,72	Aprovado
832	12984	Patricia Aparecida Da Silva	24/01/1979	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
764	8747	Adriane Nascimento Mendonça	23/10/1987	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
774	10846	Candice De Souza Munhoz Cazorla	21/03/1981	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
791	11203	Flávia Rafaela Ramos	20/08/1988	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
786	11657	Eliane Da Silva	25/05/1967	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
817	19905	Marcia Pawlowytsch	14/08/1981	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

853	18124	Zélia Marques Antunes	05/05/1957	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
808	16224	Laysa De Araújo	09/02/1988	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
780	15209	Cristiane Maria Dos Santos Alvarez	28/04/1972	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
834	11278	Rafaellen Strozzi Pina	02/02/1985	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
798	10806	Joelma Dos Santos Rodrigues	30/10/1978	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
849	10405	Verônica Nunes Castano	06/04/1985	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
824	19504	Marina Feltrin Dambros	23/09/1989	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
852	15618	Zana Maria Macedo	30/12/1977	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
831	17529	Patrícia Andrade Caillot Soares	15/09/1984	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
790	19794	Fátima Lisângela Gomes Poll	29/09/1976	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
842	9275	Silvia Canônico Gonzalez	23/10/1986	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
805	10322	Laís Gianezi	29/06/1993	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
819	12461	Maria Cristina Brito	25/07/1975	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
840	16711	Sílvia Aparecida Patrocínio	24/11/1982	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
816	12952	Marília Campos Mendes	16/01/1986	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
792	19548	Flávia Scalsavara	28/07/1991	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
785	9858	Edneia Da Silva João De Avila	08/08/1978	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
847	16697	Tatielle Adams Rodrigues	17/06/1991	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
797	17359	Jacqueline Teixeira Garcia	01/09/1981	10	2,00	13	3,64	23	5,64	Aprovado
841	18714	Shirley Marcia Da Luz Dos Santos	21/03/1975	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
770	15238	Andréa Altini	15/02/1983	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
801	11658	Juliana Pinto	16/06/1982	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
833	12076	Paula Da Silva Flores	27/11/1990	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
795	8704	Ivanir Zeferino Dos Santos	28/06/1972	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

807	19522	Larissa Carvalho Souza	31/12/1981	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
818	18118	Maria Bernadete Canuto	03/09/1966	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
802	15975	Karin Schwengber	18/07/1983	3	0,60	17	4,76	20	5,36	Aprovado
830	11760	Natalia Todeschini Tonelo	11/12/1991	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
778	12669	Cleusimar Torres Mates	14/09/1976	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
810	10546	Lindomar Feller	24/03/1966	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
851	11012	Vladimir Moneta Vieira	27/03/1972	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
777	19961	Cibele Fiamoncini Demetrio	15/01/1977	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
820	18865	Maria Helena Gonçalves	05/12/1966	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
765	12886	Alessandra Da Rocha Vieira	26/01/1976	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
806	16400	Laiza Souto Ahmad	12/03/1987	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
839	10633	Sandro Tschoke	15/06/1977	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
846	9939	Tamara Da Silva Felipe Do Nascimento	30/07/1984	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
784	9517	Edivania Silva França Romão	16/09/1985	4	0,80	13	3,64	17	4,44	Aprovado
803	13323	Kátia Cilene Alexandre	11/05/1968	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
768	15346	Ana Paula De Col Boldori	24/02/1990	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
821	8769	Maria Zenede Santos Salazar	31/12/1965	2	0,40	14	3,92	16	4,32	Aprovado
773	14977	Bianca Gonçalves Samtos	31/01/1980	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
771	13827	Angela Dos Santos	16/06/1991	3	0,60	13	3,64	16	4,24	Aprovado
826	14305	Marli Alves Benedeti	03/08/1963	1	0,20	14	3,92	15	4,12	Aprovado
843	15891	Silvia Cristina Da Silva	15/02/1974	5	1,00	11	3,08	16	4,08	Aprovado
812	16946	Magrit Decker	01/01/1900	2	0,40	13	3,64	15	4,04	Aprovado
787	18940	Elisabeth Alves Da Silva	28/08/1967	6	1,20	10	2,80	16	4,00	Aprovado
827	19655	Marli Kuchler	09/10/1965	3	0,60	12	3,36	15	3,96	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

766	12512	Aline Gonçalves	03/05/1981	5	1,00	10	2,80	15	3,80	Aprovado
796	19777	Ivone Zimmermann Costa	24/09/1969	2	0,40	12	3,36	14	3,76	Aprovado
844	17618	Solange Aparecida Dacorrégio	10/11/1966	6	1,20	9	2,52	15	3,72	Aprovado
815	11092	Mara Regina Da Rocha Coutinho	07/04/1965	3	0,60	11	3,08	14	3,68	Aprovado
772	15945	Antonia Maria Da Silva	15/09/1957	3	0,60	10	2,80	13	3,40	Aprovado
837	11391	Rita De Cassia De Moura Sperandio	23/10/1966	5	1,00	8	2,24	13	3,24	Aprovado
845	13977	Suelen Candido	05/07/1988	6	1,20	7	1,96	13	3,16	Aprovado
809	12563	Leticia Bernardes	16/12/1977	3	0,60	9	2,52	12	3,12	Aprovado
825	10434	Marineide Cabral Maciel	31/03/1948	4	0,80	8	2,24	12	3,04	Aprovado
793	13546	Franciele Da Silva	08/07/1992	5	1,00	7	1,96	12	2,96	reprovado
788	8717	Emanuelle Caroline Dos Santos Nunes	01/05/1993	3	0,60	8	2,24	11	2,84	reprovado
781	17279	Dalva Maria Pereira	10/01/1971	3	0,60	4	1,12	7	1,72	reprovado
789	15156	Eunice Aparecida De Campos Rodrigues	03/06/1970	5	1,00	2	0,56	7	1,56	reprovado
Auxiliar de Consultório Dentário ESF Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
864	19353	Jaqueline Gabriela De Jesus	20/01/1991	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
865	11197	Kelly Silva Da Rosa	11/02/1987	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
860	18442	Débora Pereira Dos Santos	13/11/1995	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
862	9598	Eodete De Fatima Ramos Zampeze	15/04/1984	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
856	15704	Ana Lúcia Duarte Carvalho	01/05/1977	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
859	11848	Cristine Pena De Oliveira	30/07/1982	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
858	9165	Claudiani Ramos Luz	15/11/1982	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

870	12899	Suellen Veturi Pereira	03/03/1988	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado		
857	14092	Arlete Oliveira Lins	17/09/1972	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado		
855	12118	Alexia Mueller	13/12/1995	4	0,80	9	2,70	13	3,50	Aprovado		
866	10511	Maria Zenilda De Oliveira	17/11/1965	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado		
863	9190	Hilma Carmem Parker Mendonça	15/05/1980	4	0,80	5	1,50	9	2,30	reprovado		
869	10188	Nayara Luciano	21/12/1992	8	1,60	1	0,30	9	1,90	reprovado		
854	19206	Alessandra Pereira Jensen	26/09/1974	Cartão sem assinatura							0,00	eliminado
Cuidador Social Ensino Médio												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
		Não houve aprovados										
Enfermeiro Ensino Superior (Geral)												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
886	20133	Luciano Cleber Furlan	01/04/1966	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado		
873	9869	Ana Paula Licheski Mafra	05/09/1987	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado		
888	9662	Micheli Alves Machado	01/09/1985	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado		
876	19002	Daniele Lorensen	22/10/1980	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado		
890	17395	Nelson Brandt	16/09/1970	13	2,60	14	3,92	27	6,52	Aprovado		
897	11025	Vilmara Rocha Dos Santos	28/04/1967	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado		
878	16336	Enedina Izabel Régis Vieira	02/07/1961	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado		
875	11938	Charlene Deitos De Borba	29/04/1983	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

877	18074	Daniely Bamberg	07/11/1986	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
879	10123	Gabriela Barreto Dos Santos	11/05/1987	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
892	13427	Roberval Adriano	20/01/1962	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
883	20272	Jacqueline Koch	16/03/1984	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
894	18723	Silvana Brandt	02/01/1974	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
885	12447	Luciane Aparecida Herhardt	12/10/1972	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
874	16429	Andrezza Martinha Nicolau Moraes	13/03/1982	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
887	15235	Marinete Da Silva Pereira De Moraes	13/09/1980	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
891	13759	Nicole Cristina Matias	10/08/1990	7	1,40	11	3,08	18	4,48	Aprovado
884	16705	Lucemara Camargo De Oliveira	16/07/1965	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
880	19863	Gabriela Palhares Dos Santos Gabriel	23/09/1981	5	1,00	11	3,08	16	4,08	Aprovado
882	16337	Isabete Ana Da Cunha	01/04/1959	3	0,60	12	3,36	15	3,96	Aprovado
889	15368	Monica Terezinha Assumpção De Carvalho	08/03/1966	3	0,60	12	3,36	15	3,96	Aprovado
881	12640	Grazielli Stamato Dos Santos	26/05/1980	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
896	19743	Thais Weber Gonçalves	30/05/1987	6	1,20	9	2,52	15	3,72	Aprovado
893	17842	Saete De Fátima Dos Santos	11/09/1971	4	0,80	9	2,52	13	3,32	Aprovado
895	19661	Sirlei Aparecida Sperandio Ramalho	07/07/1968	2	0,40	8	2,24	10	2,64	Reprovado
Enfermeiro ESF Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
899	9668	Adriane Fogaça Pilz	05/03/1978	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
905	14404	Camila Matteucci Bitencourt	05/12/1986	11	2,20	17	4,76	28	6,96	Aprovado
908	17564	Cleusa Matteucci	01/03/1961	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

921	15619	Jane Cristine Rossi De Morais	20/03/1976	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
935	19358	Luana Francieli Lazzaretti Hamerski	18/04/1981	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
924	16116	Juliana Chaves Costa	31/03/1988	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
946	14483	Roberta Tramontini	13/11/1989	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
906	13989	Carine Daufenbach	26/06/1990	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
913	17228	Daniele Ortiz	06/02/1991	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
926	8792	Julio Cesar Cruz De Quadros	26/07/1977	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
939	19547	Michelly Annay Varnier	21/05/1984	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
931	15629	Lilian Grazielly Chimentão	14/11/1975	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
911	19154	Cristina Aparecida De Souza Miniuk Farias	21/06/1983	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
912	17241	Daniele Carla Peres De Melo	12/01/1987	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
901	13369	Ana Carolina Da Silva Moacir	04/05/1989	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
927	19787	Karla Larangeira Garcia	29/06/1985	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
947	12410	Rodrigo Costa Ferreira	15/07/1983	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
920	12612	Ivania Salete Spricigo Cegala	13/03/1977	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
933	16557	Lizeila Meireles Machado	28/07/1980	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
902	19797	Ana Valeria Dos Santos	10/03/1962	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
945	9605	Reginaldo Kolatzki	08/08/1977	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
940	19103	Nayara Vilela Rodrigues	22/09/1989	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
932	12643	Liliane Zôrzo	05/04/1984	10	2,00	12	3,36	22	5,36	Aprovado
922	13538	Jean Anderson Pavoski	12/01/1978	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
916	13374	Elisete Barbosa De Souza	16/07/1980	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
909	17848	Cristiane De Carvalho	21/03/1982	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
910	11856	Cristiane Vanesa Holstein Da Mota	06/05/1983	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

943	19205	Priscila Pfitzenreiter Mendes	23/06/1971	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
950	8757	Shalise Sebastiana Nowasky	21/02/1989	10	2,00	11	3,08	21	5,08	Aprovado
900	19771	Airison Guedes Antunes Dos Santos	01/01/1979	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
925	18631	Juliana Viana Schmidt	30/03/1991	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
919	20023	Gustavo Henrique De Castro Da Silva	22/05/1981	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
923	17163	Jean Marie Alves De Araujo	22/11/1986	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
903	15611	Andressa Nicola Caceno	27/07/1989	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
942	17211	Patricia Cozer	29/12/1987	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
956	10888	Vanessa Simas Weis	26/12/1987	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
930	16042	Liara Fernanda Hoepers	05/03/1992	8	1,60	11	3,08	19	4,68	Aprovado
929	14043	Kelly Kristine Keppel	07/03/1990	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
914	19365	Dayane Cristine Soares Da Silva	19/11/1980	8	1,60	9	2,52	17	4,12	Aprovado
949	10202	Sandra Terezinha Vizzotto	24/04/1980	2	0,40	13	3,64	15	4,04	Aprovado
907	11295	Carla Duarte	16/05/1980	6	1,20	10	2,80	16	4,00	Aprovado
918	16331	Fernanda Dos Santos Contarato	20/09/1981	3	0,60	12	3,36	15	3,96	Aprovado
955	12615	Tiago Dos Santos	14/06/1984	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
928	14978	Karoline Gava	23/05/1991	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
934	16433	Louana Fonseca De Souza	11/05/1983	5	1,00	10	2,80	15	3,80	Aprovado
936	8794	Marluza Trevisan	27/12/1988	5	1,00	9	2,52	14	3,52	Aprovado
952	18262	Simey Hallis Da Costa Monteiro	16/02/1990	5	1,00	9	2,52	14	3,52	Aprovado
941	9568	Onadir Amanda Bento	11/06/1980	5	1,00	8	2,24	13	3,24	Aprovado
951	9960	Silvana Adriano Francez	12/01/1972	2	0,40	7	1,96	9	2,36	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Farmacêutico Ensino Superior (Geral)											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA		Nota Final	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				Situação
962	11905	Douglas Goelzer	20/03/1981	12	2,40	21	5,88	33	8,28		Aprovado
974	17102	Mariana Clarindo Paulino	05/10/1986	12	2,40	20	5,60	32	8,00		Aprovado
978	14435	Silviane Copatti	11/11/1977	8	1,60	21	5,88	29	7,48		Aprovado
972	8781	Luiz Antonio Patiño	26/08/1963	9	1,80	20	5,60	29	7,40		Aprovado
969	10652	Josiele Polzin De Oliveira Franceschini	30/10/1982	11	2,20	18	5,04	29	7,24		Aprovado
959	12401	Anita Mauricio Camillo Duarte	10/10/1983	12	2,40	17	4,76	29	7,16		Aprovado
971	12997	Luciane Mazai Maguiroski	20/12/1977	10	2,00	18	5,04	28	7,04		Aprovado
967	15840	Gabriela Fontana	16/04/1992	10	2,00	18	5,04	28	7,04		Aprovado
966	14426	Francielle Zanatta	29/04/1980	8	1,60	19	5,32	27	6,92		Aprovado
982	20076	Vivian Berkenbroch Ramos	15/09/1994	9	1,80	18	5,04	27	6,84		Aprovado
960	9927	Cristiane Konell Da Luz Da Silva	29/12/1981	7	1,40	19	5,32	26	6,72		Aprovado
965	19677	Felix Maciel Meneghelli	07/10/1989	11	2,20	16	4,48	27	6,68		Aprovado
975	13951	Némora Cristina Schwab	06/01/1982	8	1,60	18	5,04	26	6,64		Aprovado
973	9433	Mariana Beckert	20/07/1989	8	1,60	18	5,04	26	6,64		Aprovado
980	11638	Thiago Basilio Promocena	31/05/1983	9	1,80	17	4,76	26	6,56		Aprovado
968	18832	Giovanna Cristina Ramos Rotta	05/06/1985	10	2,00	16	4,48	26	6,48		Aprovado
961	18279	Danyela Francine Benvenutti Brasil	09/04/1987	9	1,80	15	4,20	24	6,00		Aprovado
970	9915	Liana Do Carmo Costa Fedullo	21/05/1985	8	1,60	15	4,20	23	5,80		Aprovado
958	12722	Andrey Savio Lenoir	24/06/1986	6	1,20	16	4,48	22	5,68		Aprovado
964	8859	Fabiane Machado Lobato	26/04/1976	7	1,40	15	4,20	22	5,60		Aprovado
979	20283	Tacyla Christina Hein Teicofski	08/10/1985	9	1,80	12	3,36	21	5,16		Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

976	11892	Orlando De Paula Silva	16/09/1974	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
963	19508	Erika Marlen Carvalho Da Silva	18/11/1993	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
981	17444	Vinícius Cioffi Altnetter	15/03/1990		cartão sem assinatura				0,00	eliminado
Fiscal de Defesa do Consumidor Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
991	18169	Camila Novaes Castilho	18/06/1990	12	2,40	20	5,60	32	8,00	Aprovado
1027	18338	Luiz Fernando Surdi	25/11/1985	8	1,60	21	5,88	29	7,48	Aprovado
996	9597	Cristina Lucia Beninca Kolatzki	22/03/1973	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
1028	10751	Marcelo Mendes Dolzan	01/11/1981	12	2,40	17	4,76	29	7,16	Aprovado
1054	18385	Ticiane Beatriz Dalago (parecer 05 Ato 016)	03/12/1990	10	2,00	18	4,76	27	7,04	Aprovado
1007	10552	Gelson Kohler	21/07/1989	12	2,40	16	4,48	28	6,88	Aprovado
1020	11225	Karoline Soyan Mendes Dolzan	08/11/1977	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
986	14272	Aline Louise Neves De Oliveira	19/10/1991	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado
1035	14179	Marisa Elaine Ribeiro Cipriano	07/09/1988	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
1018	18476	Jhessyka Pereira Soares Mendes Neves	29/12/1990	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
1010	9299	Gladis Regina De Oliveira Aragão	13/03/1980	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1008	14171	Giovanni Gonçalves	13/03/1960	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
1023	14515	Leandro Vieira Costa	29/01/1975	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
990	20137	Camila Heerdt	25/09/1988	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
993	12072	Carla Estefânia Pires Rocha	05/12/1984	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1049	10527	Ruan Carlos Tondorf	25/06/1990	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado
1019	18138	Joanita Maria Alves	24/11/1981	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1009	12950	Gislane Seide Moller	07/03/1983	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1017	8748	Jaqueline Eloize Pereira	15/01/1989	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1051	17856	Sidney De Souza	06/06/1962	10	2,00	14	3,92	24	5,92	Aprovado
995	19880	Claudia Christine Grandberg	14/03/1980	10	2,00	14	3,92	24	5,92	Aprovado
1032	16085	Maria Rosa Andrade Draeger	24/05/1991	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
1053	12340	Thatianne Augusto De Abreu Santos	06/02/1984	10	2,00	13	3,64	23	5,64	Aprovado
1047	9116	Roberta Miranda Da Silva	13/03/1981	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1025	19221	Linda Brittes Mandelli	29/04/1983	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1044	18348	Rafaela Machado Rosa	20/02/1991	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1034	14020	Mario Cesar Dos Santos Filho	11/09/1974	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
988	11440	Ana Carolina Capella Vieira	24/04/1989	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
1052	19119	Steli Smaniotto	29/07/1990	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
1039	12713	Monalise Antunes Morgado	11/11/1982	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1022	19290	Kleber Fabiano Geiser	17/12/1975	10	2,00	12	3,36	22	5,36	Aprovado
989	16199	Anderson Silvestre Da Costa	30/07/1979	10	2,00	12	3,36	22	5,36	Aprovado
1029	19525	Marciela	13/06/1981	10	2,00	12	3,36	22	5,36	Aprovado
1050	19117	Sergio Luiz Da Silva Junior	08/06/1979	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
1002	19802	Fernanda Corvo Fernandez	16/12/1982	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
998	12995	Elisa Couto Laurentino	03/07/1992	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
1011	19873	Guilherme Augusto Ferreira	04/05/1993	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
1059	19220	Wanessa Regina Pereira Pardini	06/04/1972	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1005	16562	Francisco Roberto Xavier De Souza	15/02/1958	9	1,80	11	3,08	20	4,88	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1024	19623	Leticia Fernandes De Miranda	09/04/1990	9	1,80	11	3,08	20	4,88	Aprovado				
1014	10379	Isabelle Kraisch	15/07/1990	9	1,80	11	3,08	20	4,88	Aprovado				
1057	16104	Vanessa Faim	24/12/1979	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado				
999	17801	Erick Ahrens	09/02/1977	10	2,00	10	2,80	20	4,80	Aprovado				
1033	12051	Mariana Maurici	27/03/1986	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado				
1001	18900	Felipe Rafael De Lima	06/05/1988	9	1,80	10	2,80	19	4,60	Aprovado				
1013	10854	Helena Do Rosário	06/06/1989	9	1,80	10	2,80	19	4,60	Aprovado				
1006	14240	Gabriele Torres Almeida	31/08/1991	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado				
1012	19408	Guilherme Trevisan Costa	20/03/1982	7	1,40	11	3,08	18	4,48	Aprovado				
1045	18858	Rafaella Zimmermann Sothe	27/04/1981	9	1,80	9	2,52	18	4,32	Aprovado				
1040	15649	Nadiete Albino Marcilio Feuser	29/03/1985	9	1,80	9	2,52	18	4,32	Aprovado				
987	13972	Aline Perussolo	01/01/1990	8	1,60	9	2,52	17	4,12	Aprovado				
983	19944	Adécio Rech	08/11/1968	7	1,40	9	2,52	16	3,92	Aprovado				
1016	14972	Janaina Franciery Francisco	07/03/1976	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Aprovado				
1058	9049	Vinicius Renan Dos Santos C	24/10/1991	8	1,60	7	1,96	15	3,56	Aprovado				
984	14141	Adriane Teixeira Liborio	24/05/1987	5	1,00	9	2,52	14	3,52	Aprovado				
1015	13555	Jadna Pires De Lima Branco	20/05/1982	6	1,20	8	2,24	14	3,44	Aprovado				
1036	10964	Matheus Lopes Dos Santos	08/07/1993	cartão sem assinatura						0,00	eliminado			
1043	20091	Rafael Schon	10/12/1978	cartão sem assinatura						0,00	eliminado			
1056	18754	Vanessa Christiane Portela Ehlike	28/02/1979	cartão sem assinatura						0,00	eliminado			
Fiscal de Vigilância Sanitária (Eng. Sanitária) Ensino Superior (Geral)			NASC.		CG		CE		TA		Nota Final		Situação	
Cartão	Insc.	CANDIDATO			Acertos		Nota		Acertos		Nota			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1061	18103	Adrian Jan Screnski	24/05/1984	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
1064	17693	Winicius Cercena	13/12/1986	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1062	11170	Karen Barbosa Amarante	23/01/1991	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1063	19730	Luiz Fernando Ferreira Natel	22/09/1988	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
Fiscal de Vigilância Sanitária (Eng.Alimentos) Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1077	9260	Karoline De Oliveira Bittencourt	15/04/1991	15	3,00	19	5,32	34	8,32	Aprovado
1075	9816	Jaison José Policarpo	13/08/1980	12	2,40	20	5,60	32	8,00	Aprovado
1070	18073	Caroline Louise Floriani	20/05/1991	12	2,40	19	5,32	31	7,72	Aprovado
1074	8850	Huana Da Silva De Godoi	02/02/1985	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
1067	19359	Audrey Nührich Ferrão Flâmia	22/04/1980	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
1069	10168	Carolina Rentz Cardoso	30/07/1987	13	2,60	15	4,20	28	6,80	Aprovado
1079	17295	Lucio Pereira Vieira	10/01/1978	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1080	19866	Monica Aparecida Dias Wolf	16/07/1979	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1068	20295	Camila Presendo Pinto	18/09/1988	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1072	15168	Fabiano José Cossettin	07/08/1975	12	2,40	14	3,92	26	6,32	Aprovado
1071	19369	Diana Tremel	25/03/1988	12	2,40	14	3,92	26	6,32	Aprovado
1065	19722	Abel Dos Santos	31/05/1974	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado
1066	9632	Aline Chiarelli Cristofolini	28/04/1990	10	2,00	14	3,92	24	5,92	Aprovado
1082	16998	Roberta Moraes Borges	22/02/1981	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1081	12456	Patrícia Costa Da Silva	22/01/1987	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
1083	19511	Viviane Antunes Dias Da Silva Mundstock	06/02/1990	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1073	12274	Fernanda Fidler	13/12/1989	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1078	10186	Luana Lima Dantas	14/10/1989	6	1,20	9	2,52	15	3,72	Aprovado
Fisioterapeuta Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1131	10283	Suélly Flores Menezes	07/07/1988	10	2,00	21	5,88	31	7,88	Aprovado
1084	12495	Adriana Do Nascimento Possobon	17/05/1981	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
1116	16559	Marcos Roberto Chiquelero Machado	15/06/1982	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado
1126	16951	Paula Carnevali	25/04/1990	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
1123	11776	Otaviane Soares Pinheiro	31/08/1985	13	2,60	15	4,20	28	6,80	Aprovado
1125	19663	Patrick Goellner	25/03/1985	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado
1133	13614	Victor Da Silva Alves	02/04/1993	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado
1115	14258	Marcia Regina Irber Kertscher	20/03/1989	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1124	16641	Patrícia Vieira	11/04/1979	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1118	17097	Marina Stenger	15/09/1988	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
1103	18735	Gianini De Lima	19/12/1979	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
1088	19129	Anderson Guimbala Dos Santos Araujo	30/11/1976	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1110	18380	Leandro Luiz De Andrade	15/03/1983	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1122	15017	Nathaly Bernardon Gimenes	23/11/1987	11	2,20	13	3,64	24	5,84	Aprovado
1134	9728	Vilma De Fatima Meireles	01/01/1983	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
1135	17986	Vivian Alves Novaes	16/01/1985	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
1098	10172	Elaine Cristina Da Costa	24/11/1975	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1097	11029	Deise Cristini Santos	03/01/1992	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1107	16751	Juliana Dos Anjos Borges	29/05/1981	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1089	11395	Anelisa De Castro Caetano	06/09/1984	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1104	14666	Heitor Alexander Lima Háblich	27/07/1980	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
1099	14538	Elisângela Rocha	08/01/1992	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
1121	19767	Naira Santos Rosa	15/08/1981	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
1129	16578	Rivanusia Torquato Dos Santos Carneiro	11/12/1976	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
1117	10492	Marcus Vinícius Cordeiro	22/04/1986	11	2,20	11	3,08	22	5,28	Aprovado
1090	15234	Anna Victoria Coelho	09/11/1988	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
1094	11704	Daniela Araújo Zampirolo	01/08/1979	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
1109	9098	Karlos Eduardo Duarte	17/08/1981	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
1130	12885	Romulo Vicente Coelho	21/06/1983	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1102	12594	Fernanda Schroeder	28/01/1981	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
1112	17234	Lislaine Cristina Dos Santos	02/01/1982	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
1095	15064	Danieli Fabrícia Pereira	27/10/1985	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1087	19707	Ana Paula Francisco	05/07/1972	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
1100	20218	Fabiana Shirley Da Silva	19/10/1973	8	1,60	11	3,08	19	4,68	Aprovado
1128	9168	Rafaele Ferrazzo Bertan Pinheiro	27/02/1986	8	1,60	11	3,08	19	4,68	Aprovado
1091	18761	Cintia Mari Kozonoe Almeida	23/02/1980	9	1,80	10	2,80	19	4,60	Aprovado
1086	17368	Ana Claudia Da Luz Rosa	25/06/1988	9	1,80	10	2,80	19	4,60	Aprovado
1093	9831	Claudia Karine Steckling	10/05/1993	9	1,80	9	2,52	18	4,32	Aprovado
1092	18864	Cinira Gomes	17/09/1975	8	1,60	9	2,52	17	4,12	Aprovado
1101	16110	Fernanda Lais Cardoso	15/09/1989	7	1,40	9	2,52	16	3,92	Aprovado
1132	17175	Taline Vavassori	27/04/1993	8	1,60	7	1,96	15	3,56	Aprovado
1119	14261	Michelle Geane Matos	10/06/1992	5	1,00	9	2,52	14	3,52	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1138	19102	Ana Claudia De Souza	28/04/1976	4	0,80	11	3,08	15	3,88	15	3,88	Aprovado
1157	11833	Siomara Barbosa	18/01/1982	4	0,80	11	3,08	15	3,88	15	3,88	Aprovado
Intérprete de Libras 20h Ensino Médio												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1161	17104	Patricia Rodrigues Tavares	28/01/1977	15	3,00	18	5,40	33	8,40	33	8,40	Aprovado
1160	16926	Marinalva Cleusa Da Silva Machado	30/08/1970	11	2,20	17	5,10	28	7,30	28	7,30	Aprovado
1162	17292	Sonia Quinones Abasto	21/02/1965	10	2,00	17	5,10	27	7,10	27	7,10	Aprovado
1163	9191	Suelen Camacho	10/03/1991	10	2,00	17	5,10	27	7,10	27	7,10	Aprovado
1159	15899	Juscelino Lourencetti Mari	18/08/1986	6	1,20	15	4,50	21	5,70	21	5,70	Aprovado
Intérprete de Libras 40h Ensino Médio												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1164	9718	Camila Francisco	24/05/1987	9	1,80	16	4,80	25	6,60	25	6,60	Aprovado
Médico Anestesista Ensino Superior (Geral)												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1165	17998	Gisana Maria Da Silva Wiethorn Rodrigues	18/04/1981	11	2,20	13	3,64	24	5,84	24	5,84	Aprovado
Médico Auditor Ensino Superior (Geral)												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1166	9407	André Batista Ribeiro	07/12/1988	Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1167	19454	Felipe Sparrenberger	27/04/1963	10	2,00	19	5,32	29	7,32				Aprovado
				11	2,20	14	3,92	25	6,12				Aprovado
Médico Cardiologista Ensino Superior (Geral)													
Nenhum candidato inscrito neste cargo...													
Médico Cirurgião Geral (20h) Ensino Superior (Geral)													
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação			
1168	10326	Manuella Brighenti Bergamaschi	06/07/1985	Acertos	Nota	Acertos	Nota	24	6,08	Aprovado			
1169	17391	Patrícia De Paula Santiago Shimabuku	24/08/1971	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado			
Médico Cirurgião Geral (10h) Ensino Superior (Geral)													
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação			
1171	9655	José Roberto Alves	29/05/1980	Acertos	Nota	Acertos	Nota	28	7,04	Aprovado			
1170	19070	Eduardo Wiethorn Rodrigues	05/01/1981	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado			
Médico Clínico Geral Ensino Superior (Geral)													
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação			
1172	17972	Clayton Moura Belo	23/04/1965	Acertos	Nota	Acertos	Nota	25	6,12	Aprovado			
1175	14382	Vania Sanchez Prette Godo	22/11/1978	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado			
1174	12442	Sérgio Jordan	17/04/1969	6	1,20	10	2,80	16	4,00	Aprovado			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1173	13516	Elisangela Biazoto Massa	08/04/1984	0	0,00	0	0,00	0	ausente	0		eliminado
Médico Endocrinologista Ensino Superior (Geral)												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1176	14496	Andréa Heinen	29/05/1981	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado		
1177	12355	Paula Marina Francisco Da Cruz	24/11/1986	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado		
Médico ESF Ensino Superior (Geral)												
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação		
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1186	19020	Tertuliano Lopes Dos Santos Neto	26/05/1979	11	2,20	17	4,76	28	6,96	Aprovado		
1182	20243	Graciele Bianchi Marcon	14/10/1985	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado		
1179	12119	Aline Knak	19/08/1983	12	2,40	15	4,20	27	6,60	Aprovado		
1178	18747	Alain Felipe Schwartz	10/05/1985	10	2,00	14	3,92	24	5,92	Aprovado		
1185	9575	Rafael Roberto Cardoso	27/11/1985	11	2,20	12	3,36	23	5,56	Aprovado		
1181	17423	Francisco Moraes Mezadri	25/10/1987	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado		
1183	18371	Jessica Sayuri Kumagai	10/10/1990	10	2,00	10	2,80	20	4,80	Aprovado		
1184	17392	Lea Catarina Costa	18/11/1965	7	1,40	8	2,24	15	3,64	Aprovado		
Médico Ginecologista Ensino Superior (Geral)												
Nenhum candidato inscrito neste cargo...												
Médico Oftalmologista Ensino Superior (Geral)												
Nenhum candidato aprovado												



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

[illegible]



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Médico Urologista Ensino Superior (Geral)											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1196	12245	Diego Rafael Oliveira	07/12/1983	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado	
1197	15708	Edmil Phelippe Pinheiro Esnarriaga	09/04/1973	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado	
Médico Vascular 10h Ensino Superior (Geral)											
Nenhum candidato inscrito neste cargo...											
Médico Vascular 20h Ensino Superior (Geral)											
Nenhum candidato inscrito neste cargo...											
Monitor de Abrigo Ensino Médio											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1207	17781	Neusa Schwabe	12/06/1984	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	
1199	20112	Andreia Lucia Viccari	27/09/1972	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado	
1212	19686	Rosicler Lopes	04/01/1964	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado	
1201	10261	Jureide Padilha Vogel	21/08/1969	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado	
1210	19404	Priscilla De Moura Geraldo	24/09/1990	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado	
1208	12901	Patricia Dos Santos Mota	08/02/1991	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado	
1206	18351	Merielly Da Silva Macelan	02/08/1991	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Aprovado	
1202	15582	Karina Kricinski Correa	18/07/1995	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado	
1204	18622	Marcely Ribeiro Pereira	16/12/1996	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado	
1211	11766	Rosemarli Mohr	04/07/1960	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado	
1209	17921	Patricia Bajadares Da Silva	06/07/1978	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1213	16134	Vanessa Vitória Mathiola	03/03/1983	11	2,20	5	1,50	16	3,70	Aprovado
1200	18678	Cecília Cristina Klock Will	01/07/1976	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1203	14803	Luzia Maria Cezario Correia	07/02/1960	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Aprovado
1205	17928	Maria De Fátima Da Conceição Barros	10/08/1968	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
1214	16831	Vera Lucia Lima	05/03/1976	6	1,20	5	1,50	11	2,70	reprovado
Monitor de Educação Infantil Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1226	19742	Amanda Valcácio Marques Da Silva	04/07/1996	15	3,00	15	4,50	30	7,50	Aprovado
1331	17752	Emanoelle Da Silva	30/12/1986	11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado
1304	18215	Dayane Luana Spena	13/09/1989	11	2,20	16	4,80	27	7,00	Aprovado
1314	16509	Edna Correia Leite	16/07/1967	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
1607	19904	Vivian De Oliveira	02/02/1995	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado
1253	17501	Anna Claudia Gaya Costa	10/05/1983	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
1401	11401	Josieli Aparecida De Lima Dos Santos	26/01/1986	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
1306	11359	Dayani Assolari Saldanha Xavier	29/10/1987	11	2,20	15	4,50	26	6,70	Aprovado
1227	9667	Amanda Vitória Da Costa	24/12/1995	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
1230	14818	Ana Claudia Rodrigues	08/01/1980	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
1515	10712	Patrícia Beraldo De Faria	09/08/1983	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
1220	9496	Adriane Montezano Alcantí	30/08/1987	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
1479	17343	Mariele Alves De Miranda	23/01/1994	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
1358	8821	Gilmara Rocha	03/10/1973	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
1422	19732	Karina Satiro Da Siva	12/09/1990	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1485	17695	Marina Castro Batista Dos Santos	20/12/1995	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
1335	18847	Evelyn Gomes Viana De Macedo Silva	06/03/1984	6	1,20	16	4,80	22	6,00	Aprovado
1350	9369	Gabriela Do Prado Martins	17/06/1986	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
1500	18637	Nadimar Krenkel	20/08/1988	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
1332	17266	Erica Helena De Souza	04/06/1989	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
1458	16092	Lucimar Silveira Brito	30/11/1977	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
1433	17940	Keyla Silvano Memoria Souto	30/03/1997	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
1397	12942	Jessyk Da Cunha	23/10/1991	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado
1408	19127	Juliana Da Costa Silva	12/12/1994	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado
1411	12081	Juliana Dos Santos	04/08/1984	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
1262	10422	Bruna Regina Pereira	17/02/1995	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
1431	16587	Kelli Fernanda Bauer	19/07/1996	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
1437	15821	Larissa Rodrigues Da Silva	11/12/1995	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
1254	9899	Annelise Doloris Weirich	23/10/1986	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
1348	12405	Gabriela Aparecida De Jesus	07/10/1994	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
1588	13875	Tamara Paula Rodrigues	09/08/1985	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
1430	20044	Kellen Leticia De Barros	09/09/1986	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
1372	19320	Iliane Ricardi	06/01/1975	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1609	10779	Viviane Colla	16/03/1979	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1482	17433	Marilene Claudino	03/05/1979	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1473	11995	Maria De Lurdes Pereira De Lima	15/01/1982	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1526	11018	Priscila Odete Da Silva	16/04/1994	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1345	17076	Francielle Ignacio De Oliveira	19/06/1994	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1300	16343	Danubia Clementino	01/05/1981	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1506	9554	Natália Cristina Maróstica Da Silva Kitzmann	11/06/1990	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
1436	11620	Larissa Nery Da Hora	24/07/1985	15	3,00	9	2,70	24	5,70	Aprovado
1224	14416	Aline Cristina De Oliveira Gomes	07/10/1988	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
1565	16507	Sara Correia Jerônimo Leite	17/07/1995	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
1266	17829	Carlos Alberto De Souza Melo	21/06/1976	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1486	9887	Marise Moser	23/11/1978	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1229	19128	Ana Célia Moura	28/05/1980	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1243	8867	Andreia Cristina Pasiani	18/05/1982	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1297	16406	Daniele Cristina Alves	23/04/1983	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1511	18241	Nilson Eduardo De Sousa Alves	01/10/1987	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1605	19177	Vanusa Silva Do Rosário	14/03/1990	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1501	15558	Nadine Ramos Régio	07/07/1996	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1494	18765	Merily Jeniffer Da Silva	11/12/1996	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1606	12982	Válery Lei Rodrigues	21/12/1996	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1570	19855	Silvana De Sousa	23/08/1975	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1510	19180	Nilza Da Silva Jensen	02/10/1981	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1538	17815	Rogéria Zanotto De Oliveira	22/05/1983	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1464	11809	Marília Martins Fabricio	09/05/1988	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1434	8944	Lais Scarlet Coelho Galvez	08/11/1991	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1225	12360	Amanda Nayra Pereira Da Cruz	13/07/1992	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1347	14822	Francisca Nazaré Costa Silva	12/10/1992	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1352	17285	Gabriela Rodrigues Mafra	15/05/1997	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1303	19520	Dara Helen Dos Santos	22/07/1997	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
1530	11614	Rainy Correo Silva	06/02/1997	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1387	11685	Janaina Waltrik Betim	06/01/1982	6	1,20	14	4,20	20	5,40	Aprovado
1267	11782	Carolina Pamplona Maciel	03/07/1981	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1275	15385	Cinara Aparecida Justino	16/01/1985	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1529	9628	Rafaela Inthurn	02/12/1988	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1388	19910	Jaqueline Dos Santos Lopes Ferreira Joventino	24/03/1993	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1247	17067	Ane Caroline Dos Passos	15/07/1995	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1592	14104	Tânia Wendhausen Ramos Da Silva	29/12/1952	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
1288	14021	Cristina Rocha De Souza	17/07/1970	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
1493	18270	Meire Leite Fernandes Froede	26/01/1971	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
1368	10400	Greici Kelly Inthurn	06/01/1993	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
1528	18995	Rafaela Aline Cruz De Souza	12/11/1989	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
1249	16456	Angela Maria Anacleto	29/04/1996	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
1311	18497	Djeneffer Kimberly Domingos	22/06/1996	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
1476	9392	Maria Nilzideth Da Silva Santos	05/08/1980	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
1318	20143	Elaina Bernardete De Oliveira Aguiar	25/01/1983	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
1245	10495	Andreia Pereira Andrade	10/12/1988	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
1223	12863	Aline Cristina De Borba	13/06/1990	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
1293	10466	Damaris Alves Barros	19/08/1996	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
1365	10513	Grasiela Correia De Moraes	05/11/1985	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
1572	13246	Silvane Tibes Evangelista	14/07/1988	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
1252	12084	Anielen Garcia	11/06/1990	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
1321	16128	Eliane Berger De Almeida	18/09/1957	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1269	15636	Catia Regina Frottini Da Silva	19/10/1979	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1271	19448	Charlene Fátima Da Siva	16/04/1982	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1215	9451	Adalgisa Verena Paranagua	26/06/1982	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1498	18945	Monica Dos Santos Soares	01/01/1986	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1259	13387	Bruna Dos Santos Brasiani	07/09/1996	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1536	16855	Roberta Cristine Tavares	13/09/1988	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
1457	11221	Lucilene Cardoso Pinheiro	27/07/1970	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1521	11068	Persia Luiza Feirreira	15/04/1975	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1315	19022	Ednéia De Carvalho De Paula	17/04/1978	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1527	9593	Priscila Silva Souza Do Vale	05/07/1982	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1459	12069	Lucinéia Mourão Tavares De Oliveira	31/12/1982	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1608	18987	Viviane Benta Da Cruz	05/12/1984	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1573	10432	Simone Cardoso Esteves	03/01/1985	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1602	18517	Vanessa Da Silva Godinho	20/11/1987	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1251	9233	Angelica Suely Andre	23/06/1992	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1296	11814	Daniela Fabricio	16/12/1992	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1310	18702	Dieini Siqueira	16/07/1994	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1563	11615	Sandra Rosalina Andre	07/02/1996	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1325	18267	Elisandra Machado De Borba Costa	09/09/1980	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
1542	10138	Rosangela Da Penha Lucas Morais	27/06/1975	4	0,80	14	4,20	18	5,00	Aprovado
1578	9187	Solange Aparecida Canofre	29/12/1981	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
1601	10518	Vanessa Cardozo Ouriques	18/12/1983	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
1326	11205	Elisete Alves De Souza	24/10/1988	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
1420	13607	Karina Bohling Micheluzzi	18/05/1994	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
1228	11824	Ana Caroline Ouriques	20/09/1995	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
1519	16684	Paula Roberta De Aguiar	06/01/1996	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1428	10234	Kella Patricia Rodrigues	08/02/1985	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
1389	10311	Jaqueline Ortega	08/06/1994	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
1353	10181	Gabriela Silva Da Costa	02/08/1996	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
1231	9100	Ana Cristina Barbosa Guerra	23/12/1973	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado
1367	18359	Graziela Debarba	15/03/1979	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado
1448	12323	Leticia Rosenbrock	09/02/1990	5	1,00	13	3,90	18	4,90	Aprovado
1477	15483	Maria RONALDA Paranaguá Dos Santos	23/05/1965	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1378	17185	Ivone Teresinha Dos Passos Ortiz	19/04/1966	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1600	17668	Vanessa Aparecida Mendes Madureira	04/09/1980	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1328	10566	Elizandra Eger Xavier Costa	28/09/1981	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1564	13703	Sandy Suelen Regis Da Silva	08/12/1989	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1383	19974	Jacqueline Biegling	30/12/1989	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1598	9582	Valcilene Cristiane Bortolato	09/08/1988	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
1361	16633	Gislane Aparecida De Goes Do Nascimento	12/02/1989	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
1447	20073	Leticia Ana Aragão	20/01/1994	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
1406	10561	Juliana Burlan Da Silva	13/05/1994	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Aprovado
1484	15823	Marilucia Bazotti	05/07/1973	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
1295	11008	Daniela Cristina Urbano Moura	15/12/1982	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
1343	11770	Francieli Rodrigues	14/08/1994	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
1576	10647	Simone Rubia Cabral Freitas	09/09/1970	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1438	19662	Laura Do Carmo Varela Branco	18/02/1975	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1483	18598	Marilene Noronha Medeiros	30/04/1976	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1241	15817	Andrea Isabel Steklain Marques Dos Santos	16/10/1976	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1232	19860	Ana Cristina Dos Santos	28/07/1979	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1574	13864	Simone Ferreira Alflen	12/03/1982	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1584	14285	Tabata Leontina De Oliveira	24/08/1988	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1499	17634	Myllena Marques De Oliveira Silva Crespo	01/09/1994	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1370	11526	Iara Machado Emilio	31/10/1995	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1543	10467	Rosangela Dias De Andrade	15/12/1968	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1551	11169	Rosemeri Da Costa	14/11/1975	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1419	19920	Karim Moraes Da Cruz Correa	17/11/1979	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1233	12679	Ana Lucia Mattos	20/07/1987	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1595	11001	Thais De Masceno	20/02/1991	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1587	10092	Taise Maria Desouza	17/03/1993	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1366	19161	Grasieli Perreira	11/09/1995	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1581	15075	Stefani Larissa De Souza	17/12/1995	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1489	10095	Marli Aparecida Soares	11/12/1967	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1256	18533	Aparecida Rodrigues Freitas Au	26/04/1982	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1386	18456	Janaina Terezinha Weber	11/09/1985	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1342	8942	Francieli Emer Locotti	10/08/1987	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1265	19594	Carla Juliana Ranguet	24/03/1988	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1344	16236	Francielle Aparecida Manoel	19/02/1989	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1322	18061	Eliane Ines Mettler Godinho	15/04/1976	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1560	19627	Samira Valter	09/01/1980	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1449	16319	Ligiane Medianeira Dos Santos Almeida	29/07/1982	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1446	8994	Letícia De Paula Almeida Rosa	22/08/1990	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1323	10537	Elisa Suelli Caldeira	15/04/1993	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1391	11557	Jéssica Dos Santos	22/04/1994	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1287	17929	Cristina Eliane Da Silva	07/04/1987	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Aprovado
1334	8967	Evellyn Luiza De Souza	17/03/1996	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Aprovado
1451	9886	Louise Dos Santos Alexis	30/01/1997	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Aprovado
1541	10428	Rosangela Andrade De Araujo	04/11/1964	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1313	13348	Edicleiamargarete Mendonça Nascimento	21/06/1972	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1308	13959	Debora Maria Da Luz Galvao	23/02/1973	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1237	19649	Ana Paula Schmitt	08/08/1981	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1416	9560	Juliana Stanck Pereira	14/05/1985	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1417	10126	Juliane De Souza	04/08/1985	6	1,20	11	3,30	17	4,50	Aprovado
1585	10191	Taciara Wiersbitski De Almeida Rosanelli	18/06/1978	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1272	10178	Christiane Dos Santos	22/08/1979	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1604	13040	Vani Boaskevis	18/08/1983	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1235	9501	Ana Paula Felicio	07/01/1987	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1586	9527	Tainah Alves Da Silva Pereira	19/12/1991	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1222	14441	Agata Maiara Ernesto	11/02/1996	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1552	18951	Rosita Erotides Silva	13/05/1970	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1455	12645	Luciana Silva Alves	05/04/1982	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1599	10349	Vanderleia Borges	08/03/1984	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1583	17473	Susana Jocoski	30/06/1985	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1407	14384	Juliana Custodio Da Silva	18/08/1985	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1421	11804	Karina Cruz	18/12/1986	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1290	9870	Daiane Cristina De Assis	28/02/1988	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1594	15089	Thacyana Comenale Pereira	15/12/1988	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1307	8863	Débora Louzada De Souza	18/12/1989	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1444	13100	Lelayne Da Rocha	29/04/1992	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1410	9123	Juliana Da Silva	13/10/1992	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1496	10474	Michele Regiane Amaro	21/02/1997	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
1579	12404	Solange Ristow Sidor	08/08/1983	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
1590	9198	Tatiane Carla Pereira	11/09/1984	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
1403	10139	Jucelia Mendes Pires	28/09/1987	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
1381	18306	Jaíne Marques Dos Santos	19/04/1994	13	2,60	6	1,80	19	4,40	Aprovado
1555	10310	Rute Machado	10/10/1967	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1470	14013	Maria Aparecida Vieira Bortolato	27/05/1969	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1567	17147	Sara Pereira Leite Dos Santos	11/12/1977	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1453	15677	Luciana Anacleto Claudino	16/04/1981	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1409	18275	Juliana Da Luz	15/08/1986	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1246	12517	Andressa Borges De Almeida	23/03/1991	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1268	14755	Carulini Alexandrina	30/05/1992	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1414	18595	Juliana Pereira Do Nascimento	29/05/1993	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
1478	14420	Maria Selma Xavier De Sa	21/09/1961	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1355	11921	Geni Dos Santos Padilha	09/12/1970	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1456	17071	Luciane Cordeiro De Lima Silva	14/09/1973	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1273	19120	Christiane Eufrazio	11/08/1974	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1330	16123	Elson Maykow Dos Santos	26/07/1977	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1611	19915	Yagnes Kátia Da Silva	01/03/1982	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1393	19510	Jeanice Jucelandia Laurindo	18/09/1992	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Aprovado
1376	12711	Ivanilde Souza Bezerra	08/08/1982	11	2,20	7	2,10	18	4,30	Aprovado
1475	10558	Maria Lucia Dos Santos Lima	14/12/1980	3	0,60	12	3,60	15	4,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1357	9232	Geruza Darci Francisco	13/01/1990	3	0,60	12	3,60	15	4,20	Aprovado
1400	13453	Josiane Leal Couto	25/11/1978	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1319	19844	Elaine Cristina Pereira	25/02/1985	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1234	16434	Ana Paula Fagundes Mendes	06/09/1986	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1532	9660	Raquel Rosi Joenck Da Cunha	14/12/1986	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1329	15850	Elizangela Fuck Antunes	12/03/1990	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1432	18022	Kelly Ferreira Laureano	05/07/1991	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1285	12681	Cristiane Ferreira Brites	14/08/1992	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Aprovado
1452	13854	Luana Cristina De Jesus	28/09/1982	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1512	11888	Odaiza Keila Teixeira	05/05/1987	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1568	15285	Shanna Francesca Borges	25/01/1988	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1507	12878	Nayara Dos Santos	02/12/1990	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1513	13600	Paloma De Andrade	20/09/1994	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1441	8911	Lays Meire Jacó	24/09/1996	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
1402	12223	Juçara Bazotti Da Silva	23/09/1965	12	2,40	6	1,80	18	4,20	Aprovado
1569	17334	Silvana Aparecida Da Silva Rodrigues	15/09/1971	4	0,80	11	3,30	15	4,10	Aprovado
1240	13463	Andeia Nogueira Da Silva De França	26/11/1979	4	0,80	11	3,30	15	4,10	Aprovado
1504	16800	Natali Costa De Souza	25/04/1986	4	0,80	11	3,30	15	4,10	Aprovado
1333	11357	Ester Evangelista Oliveira De Sousa	17/11/1974	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
1450	17931	Lilian Maria Da Silva Santos	12/12/1975	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
1379	13070	Ivonete Portella De Lima	12/01/1979	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
1274	19398	Cilene Francisca De Santana	23/05/1986	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
1418	14879	Juliane Telles De Bastiano	31/03/1990	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
1520	9264	Pâmela Cristina Inácio	27/11/1993	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1553	19849	Roziane Cassia Ferreira	26/02/1995	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Aprovado
1582	16025	Suelane Silva Coelho	06/01/1988	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado
1405	17489	Judite Bublitz Soares	13/05/1968	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1561	16724	Sandra Aparecida Marcelino Dias Maier	18/06/1985	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1270	18333	Catilha Cristina Borges	28/10/1985	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1217	17927	Adriana De Oliveira	11/12/1987	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1463	9166	Manoela Donata Barbosa	15/12/1993	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1260	9129	Bruna Luiza Machado	11/03/1995	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
1539	10075	Rosa Maria De Fatima Batista Gomes Adriano	11/09/1978	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Aprovado
1236	19175	Ana Paula Santos De Oliveira	11/02/1985	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Aprovado
1294	9389	Daniela Carvalho Rosa	23/09/1992	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Aprovado
1356	12090	Gerusa Tatiane Crispim	06/09/1980	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
1242	11778	Andrea Roberta Rupp Miranda	29/10/1983	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
1523	17960	Priscila Aparecida Lisboa	10/05/1993	6	1,20	9	2,70	15	3,90	Aprovado
1545	19694	Rosângela Ramos Correia	25/10/1963	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
1533	18201	Regiane Gisele Da Silva	27/02/1982	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
1597	13581	Thayse Tomaz	26/01/1987	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
1369	9342	Hindianara Mendes	16/04/1989	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
1546	16143	Roseane Souza Da Rocha	12/02/1993	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado
1468	18489	Maria Amélia Felipe	28/12/1966	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
1508	13345	Nerci Maria Da Costa	10/11/1967	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
1279	13826	Clea Regina De Souza	05/06/1969	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
1575	19925	Simone Karina Moraes Da Cruz	21/01/1975	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
1423	19287	Karla Alaia Souza Amaral	02/11/1985	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1399	10140	Jordania Leite Morais	12/04/1986	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
1426	15262	Katia Luciane Moraes Coelho	03/05/1987	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
1591	16009	Tatiele De Lima Peron	27/04/1992	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
1276	13704	Cintia Conceição Pereira	05/08/1982	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Aprovado
1341	11867	Fernanda Lemes Brites	01/01/1989	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Aprovado
1462	19862	Luziane Teixeira De Mattos	08/07/1991	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Aprovado
1554	18233	Rute Cordeiro	21/04/1962	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
1320	11682	Elaine Lídia Corrêa	07/11/1992	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
1362	17558	Gleice Paloma Triches	05/01/1995	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
1460	13125	Lucineia Santos De Souza	23/09/1996	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
1469	15576	Maria Aparecida Pereira De Souza	11/10/1972	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
1454	12649	Luciana Francisco Ramos Luciana	09/10/1978	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
1392	18906	Jéssica Paranaçu	07/12/1990	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
1557	10050	Samara Amaral Camargo	29/06/1992	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
1263	15680	Camila De Sousa Silva	18/12/1992	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
1435	19266	Ladianir Pereira De Jesus	14/11/1984	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Aprovado
1589	19067	Tamires Sandra Maria	16/10/1987	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Aprovado
1261	14425	Bruna Petry De Souza	07/04/1994	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Aprovado
1580	12998	Sonia Maria Gardini	21/01/1971	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1374	10654	Isabel Cristina Da Rocha	06/01/1979	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1324	9880	Elisandra Francisco Pereira	16/10/1982	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1384	9521	Janaina Correa	06/09/1985	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1531	14462	Raquel Aparecida Tofolli Slongo	29/01/1988	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1549	19328	Roselane Adriana Miguel	31/07/1988	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1238	11284	Ana Paula Silva De Souza	09/12/1989	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1363	8920	Gleiciani D'avila Machado	16/01/1990	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1398	10780	Jhuly Gonçalves De Oliveria	08/01/1994	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
1277	9199	Claudia De Azevedo Velho De Souza	21/04/1982	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1340	11304	Fernanda Eguilhor Rodrigues De Miranda	15/06/1984	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1548	12005	Roselaine Sausen Lenz	08/02/1986	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1302	10242	Dara Haline Dos Santos	23/12/1995	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1593	10350	Thais Dos Santos Alves	05/11/1996	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Aprovado
1404	9948	Jucimara Mail Inocência Bondavalli	18/11/1982	4	0,80	9	2,70	13	3,50	Aprovado
1413	10756	Juliana Patrícia Delfino	01/01/1900	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
1443	19672	Leadar Lenzi Cristofolini	19/06/1966	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
1360	10001	Gislene Elias Rodrigues	31/01/1990	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
1439	15473	Laura Paula Monica	25/08/1991	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
1472	19639	Maria De Lourdes De Lira Santana	25/12/1980	10	2,00	5	1,50	15	3,50	Aprovado
1535	13362	Rita Pereira Lopes	17/05/1978	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Aprovado
1547	9085	Roseani Fátima Rereira	27/12/1991	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Aprovado
1461	18236	Luiz Otavio Correia	29/07/1968	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1577	15427	Sirley Normesia Pereira	23/11/1977	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1375	9189	Ivana Aparecida Harbs	18/06/1991	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1537	19502	Roberta Souza Sant'ana	26/04/1994	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1291	11022	Daiane Garcia Ribeiro	08/10/1994	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1492	15745	Mayara Pedrozo	15/12/1995	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Aprovado
1471	12672	Maria De Fatima Geraldino	14/05/1961	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1481	17632	Marilene Bandeira Santos	21/09/1968	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1467	19072	Margarete Correa De Souza De Oliveira	14/10/1974	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1556	10602	Sabrina Lima Nascimento Duarte	01/01/1985	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1525	19884	Priscila Elisa Mafra Cardoso	07/03/1985	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1284	11289	Cristiane Aparecida De Souza	13/12/1985	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1289	10879	Daiane Caroline Schreiner	28/09/1988	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1305	13954	Dayane Shaine Borba	30/09/1990	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1514	17081	Pamela Teresinha Da Silva	27/03/1992	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1415	19826	Juliana Romao Dos Santos	04/11/1992	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1497	17823	Micheli Coelho	03/08/1993	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1282	9221	Crislaine Espindola	14/03/1994	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
1465	17169	Marciani Dos Santos	07/03/1979	9	1,80	5	1,50	14	3,30	Aprovado
1495	18532	Michele Dias Da Silva	17/05/1996	9	1,80	5	1,50	14	3,30	Aprovado
1518	17520	Patricia Aparecida Gualberto	03/04/1972	4	0,80	8	2,40	12	3,20	Aprovado
1544	10137	Rosangela Leite Morais	10/12/1977	4	0,80	8	2,40	12	3,20	Aprovado
1349	12893	Gabriela Batista Machado	18/02/1989	4	0,80	8	2,40	12	3,20	Aprovado
1382	10480	Jaci De Jesus Dos Santos	18/10/1964	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Aprovado
1338	15933	Fabiana Da Silva Coelho	01/04/1981	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Aprovado
1488	16492	Marlene Pereira Memoria	11/05/1970	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
1354	19419	Geliene Quintino Ramos	01/01/1982	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
1312	15028	Edelir Pereira De Lima	24/01/1990	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
1509	13603	Nicolly Ianka Moreira	18/02/1996	5	1,00	7	2,10	12	3,10	Aprovado
1502	16941	Nadir Natalina Jorge	26/12/1967	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Aprovado
1219	10325	Adriane Meneghelli	13/03/1988	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Aprovado
1424	18545	Karla Nattany Aparecida Oliveira Costa Santos	12/03/1997	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1309	15726	Deise De Liz Neto	22/10/1988	3	0,60	8	2,40	11	3,00	Aprovado
1490	14797	Marlise Salete De Campos Moreira	06/11/1960	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
1466	15814	Marcilene Zardo	09/04/1980	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
1559	14944	Samara Malena Dos Passos	06/09/1993	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
1503	13472	Naiara Krenkel	29/05/1995	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Aprovado
1364	15825	Gleisiane Do Socorro Sales Romao Dos Santos	13/05/1979	4	0,80	7	2,10	11	2,90	Reprovado
1390	10708	Jaqueline Terezinha Hartung	06/07/1988	7	1,40	5	1,50	12	2,90	Reprovado
1440	18290	Laurora Dalberti De Jesus	19/02/1958	2	0,40	8	2,40	10	2,80	Reprovado
1218	18944	Adriana Pereira Da Costa	30/10/1984	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
1603	18272	Vanessa Farias Batista De Oliveira	24/08/1989	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
1239	10409	Anézia Solange Dias	25/03/1962	3	0,60	7	2,10	10	2,70	Reprovado
1534	9379	Regiane Moreira Da Silva	05/11/1983	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1257	12270	Beatriz Cebulski	02/06/1984	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1371	11024	Idinalva Ribeiro Da Silva Pianissole	04/10/1984	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1571	20049	Silvana Gonzaga Dos Santos	29/01/1988	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1283	17646	Cristiana Aparecida Teixeira	26/04/1989	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1216	10924	Adriana Anacleto	27/08/1990	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
1522	14790	Polyani Campos Moreira	04/06/1994	9	1,80	3	0,90	12	2,70	Reprovado
1558	17121	Samara Elisa Emilio	07/08/1986	4	0,80	6	1,80	10	2,60	Reprovado
1339	16151	Fabiana Soares	15/08/1983	2	0,40	7	2,10	9	2,50	Reprovado
1317	12915	Egle Rodrigues	26/04/1968	5	1,00	5	1,50	10	2,50	Reprovado
1442	16992	Léia Silva De Oliveira Gregorio	13/10/1979	5	1,00	5	1,50	10	2,50	Reprovado
1412	11487	Juliana Francisco Spengler Da Rocha	02/10/1977	8	1,60	3	0,90	11	2,50	Reprovado
1301	9301	Danubia Henicha De Almeida	31/07/1989	8	1,60	3	0,90	11	2,50	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1280	15309	Cleide Maria De Souza Antunes Martins	07/02/1973	3	0,60	6	1,80	9	2,40	Reprovado	
1377	14405	Ivone Somariva	13/05/1981	3	0,60	6	1,80	9	2,40	Reprovado	
1327	14401	Elizabeth Da Silva Samariva	03/08/1986	6	1,20	4	1,20	10	2,40	Reprovado	
1596	8960	Thaísa De Oliveira	11/09/1995	6	1,20	4	1,20	10	2,40	Reprovado	
1292	10130	Daiane Stephani Passos Da Luz	07/09/1995	4	0,80	5	1,50	9	2,30	Reprovado	
1610	19938	Viviane Vieira	23/05/1977	5	1,00	4	1,20	9	2,20	Reprovado	
1359	10012	Gisele Cristina Lourenço Do Nascimento	25/04/1983	3	0,60	5	1,50	8	2,10	Reprovado	
1336	19299	Ewelín Da Silva Leal	11/08/1994	3	0,60	5	1,50	8	2,10	Reprovado	
1562	19059	Sandra Renata Maria	08/02/1970	4	0,80	4	1,20	8	2,00	Reprovado	
1316	12106	Edvania Pereira Dos Santos	13/04/1986	4	0,80	4	1,20	8	2,00	Reprovado	
1346	19953	Francinalva Brandão Rodrigues	24/04/1971	5	1,00	3	0,90	8	1,90	Reprovado	
1445	15033	Leonilde Santos Lima Soares	19/09/1970	cartão sem assinatura						0,00	Eliminado
Motorista Socorrista SAMU Ensino Médio											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1627	15150	Rafael Marchand	24/05/1979	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado	
1617	9202	Daniel Messias	29/07/1976	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado	
1622	19053	Jonas Laerte Longen	09/03/1961	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado	
1626	9639	Marcelo Ravache Abreu Lima	09/06/1980	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado	
1613	10371	Anderson Franco	26/07/1974	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado	
1612	16156	Adriano Marcelo Quintino	14/02/1985	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado	
1628	9796	Robson Luiz Gastaldi	09/12/1976	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado	
1632	12561	Vinicius Krumel De Oliveira	24/01/1985	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1625	9363	Marcelo De Carvalho Arantes	30/10/1981	7	1,40	15	4,50	22	5,90	Aprovado
1614	11678	Carlos Emerson Garcia	26/02/1971	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1624	10423	Luciano Angelo Pierre	10/04/1974	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1621	10436	Jhonny Wylland Leal Cabrera	26/02/1990	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
1616	18718	Claudio Fornasaro Junior	12/04/1982	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
1615	13723	Christiano Correa De Souza	10/10/1980	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
1623	16510	Leonardo De Paula	31/05/1984	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Aprovado
1631	20087	Valneir Antonio De Oliveira	22/05/1967	4	0,80	12	3,60	16	4,40	Aprovado
1629	19646	Rodrigo Aguiar Delgado	02/12/1971	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Aprovado
1620	13813	Fatima Lucia Da Silva	29/09/1961	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Aprovado
Nutricionista Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1668	9311	Suzana Tiemi Morais	23/03/1986	10	2,00	24	6,72	34	8,72	Aprovado
1674	17893	Vinicius Da Costa Rodrigues Ballock	29/05/1987	12	2,40	21	5,88	33	8,28	Aprovado
1635	16857	Alexandre Machado Ribeiro	28/08/1975	9	1,80	23	6,44	32	8,24	Aprovado
1654	8764	Julia Graziela Bittencourt Ledra	16/07/1984	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
1634	9900	Alessandra Monestel	18/05/1979	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
1666	9911	Sandra Maria Pereira	09/03/1970	8	1,60	21	5,88	29	7,48	Aprovado
1641	10402	Bruna Taufenbach	24/12/1988	8	1,60	21	5,88	29	7,48	Aprovado
1643	11651	Ceres Tamiozzo Maieron	17/08/1980	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
1672	19377	Thais De Borba	16/02/1987	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
1655	11256	Karla Danielle Gabardo	22/08/1987	7	1,40	21	5,88	28	7,28	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1661	10406	Matheus Camargo Martins	10/11/1981	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
1646	18413	Fabiele Schlickmann	27/04/1989	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
1645	19544	Elaine Mendes Prestes	18/10/1979	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
1642	11421	Carla Gonçalves	11/07/1989	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
1648	9315	Henrique Persch Ribeiro	13/05/1991	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
1640	9242	Angélica Aparecida Flôres	07/09/1992	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
1659	11508	Maiara Dalri	17/10/1993	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
1636	19000	Aline Daniela Nesi	06/10/1981	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
1673	12808	Vanessa Rodrigues	24/09/1990	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
1653	15777	Jovisa Seben Sandini	26/03/1982	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1651	18395	Jeniffer Diniz De Souza	01/11/1985	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1658	12351	Liége Lima Beier	20/10/1986	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1649	11214	Iandra Micheli Rodrigues	29/12/1992	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
1656	15525	Katyucia Getelina	08/04/1991	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
1662	16702	Nayara Momm	10/09/1992	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
1670	12375	Tayanna Toledo Campos	21/04/1993	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
1647	13035	Fernanda Abravanel	13/06/1992	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
1664	19539	Priscila De Lima Cipriano	27/09/1989	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1638	19394	Andriellen Marciniak	26/06/1992	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1663	19321	Priscila De Lima Batista	02/01/1991	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
Odontólogo de Pacientes Necessidades Especiais Ensino Superior (Geral)										
Nenhum candidato inscrito neste cargo...										
Odontólogo Endodontista Ensino Superior (Geral)										



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1675	9073	Joao Paulo Parisotto Andriolli	07/05/1985	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
Odontólogo ESF Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1683	8883	Christopher Berwig	06/10/1987	13	2,60	22	6,16	35	8,76	Aprovado
1681	16639	Caroline Ferreira De Mattos	04/01/1984	11	2,20	20	5,60	31	7,80	Aprovado
1676	8743	Amanda Meireles Gomes Moura	29/10/1987	9	1,80	21	5,88	30	7,68	Aprovado
1679	18899	Camila Prado Das Neves	30/10/1990	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
1717	18933	Nilson Zardo	19/07/1975	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
1722	19303	Silvio De Souza Neves	15/10/1972	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
1719	17577	Priscila Martins	19/05/1988	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
1708	9386	Leonardo Ribeiro Mazzarolo	27/07/1985	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado
1700	18883	Jakson Carlos Isoton	22/07/1986	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
1715	12454	Mariana Vieira Geri	02/11/1985	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
1689	17079	Everthon Tavares Veronese	23/05/1987	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
1727	18596	Yasmim Guterres	20/01/1989	11	2,20	17	4,76	28	6,96	Aprovado
1702	16467	José Eduardo Dias Dos Santos	30/10/1990	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
1709	19347	Luana Beber Yoshizumi	12/05/1991	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
1685	9237	Daniel Kiyoshi Iwai	24/01/1981	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
1697	11478	Ingrid Trosdoff Akiyama Camargo	03/01/1983	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
1714	9944	Mariana Franco Costa	15/01/1992	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1694	14533	Giovana Dal Pupo	03/03/1980	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1710	13311	Luana Cristovão Gross	22/02/1988	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1706	16623	Juliano Rafael Buttendorf	27/03/1974	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1693	19861	Flavia Carvalho Gonçalves	17/11/1989	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
1720	9721	Rosiane Aparecida De Liz Sperb	20/01/1969	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1692	19581	Fernando Dutra Viana	23/07/1973	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1687	15190	Dnyelson Souza Silva	15/12/1979	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1703	9017	Julia Santi Silvano	21/10/1982	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1688	11467	Elisa De Oliveira Schmeling	01/09/1989	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1716	10851	Matheus Dos Santos Pereira	29/08/1985	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1701	18506	Jonatan Hoffmann	13/07/1992	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1705	19695	Juliane Denise Kumm Koguchi	16/10/1977	11	2,20	13	3,64	24	5,84	Aprovado
1691	12566	Fernanda Angeloni De Souza	21/12/1988	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
1718	14591	Paola Bez Goulart	27/02/1987	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
1682	9638	Catiucia Lanzarin	01/11/1992	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
1690	9888	Fabiano Junqueira De Souza	14/08/1974	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1695	19526	Gloria Maria Custodio	19/10/1988	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1704	18538	Juliana Royer Heidmann	02/08/1989	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1698	19534	Isabela Dos Santos Da Cruz	30/06/1993	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1723	14306	Soraya Schweitzer	22/08/1983	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1726	14674	Victor Jose Hackbarth	27/09/1975	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
1724	14643	Suellen Carolina Ditzel	06/01/1991	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1713	14625	Maria Laura Said Brenner	06/09/1989	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1711	17685	Maire Christine Rambo	20/12/1989	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1696	19101	Guilherme Miranda Sampaio	22/11/1982	9	1,80	9	2,52	18	4,32	Aprovado
1707	16332	Karina Spinola Barbato	30/08/1986	5	1,00	11	3,08	16	4,08	Aprovado
1677	19785	Ana Carolina Da Silva Rodrigues Vieira	25/08/1989	7	1,40	9	2,52	16	3,92	Aprovado
1684	12539	Claudia Otelanea Barroso Silva	29/07/1979	4	0,80	9	2,52	13	3,32	Aprovado
Odontólogo Periodontista Ensino Superior (Geral)										
Nenhum candidato aprovado neste cargo										
Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1731	9949	Patrícia Dos Santos Cé	26/04/1984	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
1730	18145	Matheus Coelho Blois	06/03/1990	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
1729	17774	Leonardo Yoshiura Soares	15/10/1982	Cartão sem assinatura					0,00	eliminado

Operador de Equipamentos de Grande Porte Ensino Fundamental Completo										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			Prática - a ser:
1742	20276	Itazau Lobato Teixeira Pinto	14/10/1980	9	2,25	13	6,50	22	8,75	Aprovado
1740	18044	Guilherme Jorge Vitorello	06/08/1985	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
1750	13090	Oswaldo Ghiotto Junior	05/04/1975	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
1738	18030	Edson Ronei Henrique	05/10/1983	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
1735	20241	Boneval Francisco Menezes Dos Santos	15/08/1963	9	2,25	11	5,50	20	7,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1739	18398	Egídio Matias Bohnen	01/09/1967	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado	convocado
1748	19244	Marcelo Da Silva	19/07/1973	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado	convocado
1743	15009	Jardel Andre Da Costa	22/04/1979	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado	convocado
1734	14116	Artur Wilson Koenig Jenisch	21/08/1966	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado	convocado
1747	15289	Marcelio Machado Ferreira	17/07/1969	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado	convocado
1752	14557	Roberto Penz	07/03/1966	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado	
1737	13754	Ederson Dias Victor	10/09/1976	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado	
1732	18971	Altair Miranda	30/04/1977	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	
1736	19604	Cristiano Jose Sbardelatti	18/03/1985	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado	
1733	17253	Arlindo Da Silva Junior	22/07/1974	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado	
1754	12921	Wilson Vitor Amaro	27/09/1974	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado	
1753	13119	Tiago Luiz Da Silva	19/04/1988	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado	
Operador de Equipamentos de Médio Porte Ensino Fundamental Completo											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	Prática a ser:
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1770	19567	Silvio Isensee	31/07/1973	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado	convocado
1771	13963	Wagner Da Costa Galvao	27/02/1980	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado	convocado
1764	14690	Jose Sergio Ramos Vieira	29/06/1954	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado	convocado
1766	19891	Paulo Roberto Pereira	22/09/1960	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado	convocado
1757	15593	Bruno Romero Telino De Freitas	19/12/1977	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado	convocado
1761	11060	Flavio Roberto Roda Junior	22/06/1976	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado	convocado
1767	15879	Rochester Jobim Mendes	19/02/1978	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado	convocado
1762	17006	João Florencio Da Rosa	06/02/1971	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	convocado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1765	10096	Juraci Onório Bortolato	25/05/1962	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado	convocado
1755	11537	Anderson Diego Oneda	17/12/1994	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado	convocado
1768	19569	Ronaldo Dos Santos	17/01/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado	
1759	10938	Clarimundo Nereu Bueno Cardoso	16/03/1955	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado	
1756	10775	Anderson Dos Santos Silva	17/04/1983	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado	
1769	15641	Sidney Ruy Koch	28/10/1972	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado	
1758	11096	Celio Pereira	01/01/1900	Retirou-se sem fazer a prova				0,00 eliminado			
Operador de Equipamentos de Pequeno Porte Ensino Fundamental Completo											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	Prática a ser:
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1773	17111	Murilo Rodrigues Junior	23/09/1984	10	2,50	14	7,00	24	9,50	Aprovado	convocado
1774	16742	Wanderley Neves Santos	04/11/1972	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado	convocado

Orientador Social Ensino Médio		NASC.		CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.	CANDIDATO		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1793	15003	Maria José Flor	19/03/1963	8	1,60	16	4,80	24	6,40	Aprovado
1776	17311	Aline Maira Weise	09/08/1995	17	3,40	10	3,00	27	6,40	Aprovado
1778	16402	Antonio Carlos Uller	29/12/1969	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
1791	14983	Louise Cristina Correa Do Nascimento	10/02/1984	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
1782	18774	Fernanda Monteiro Tomasi	01/01/1900	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
1780	9297	Carlos Eduardo De Figueiredo Andrade	21/06/1984	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1777	17300	Alison Maira Da Silva Weise	21/02/1970	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
1787	16583	Jesiani Maria Caldeira	15/08/1980	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Aprovado
1790	9773	Leila Regina Reis Favaro	13/12/1961	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
1789	8839	Laiza Gonçalves Da Silva	03/08/1990	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
1792	16280	Manoel Luiz Christóvão	16/11/1951	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
1794	12562	Maria Solange Pereira Fornari	19/02/1968	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
1781	13118	Fabio Mirapalhete Maglioni	03/04/1989	15	3,00	7	2,10	22	5,10	Aprovado
1783	19968	Flavio Roberto De Souza	14/06/1972	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
1786	12315	Ingride Da Anunciação Cerqueira	20/12/1982	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
1796	13528	Mary Hestela Pedrozo	21/04/1987	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1803	17918	Tiago Romão Ferreira	04/02/1988	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1784	17382	Gustavo Garcia Dos Santos	06/10/1992	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
1785	15397	Hilton Ernesto Moro Junior	13/03/1959	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
1797	18238	Maylon De Sousa Ferreira	23/04/1990	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
1795	14170	Marilucia Da Luz Tormen Criveletto	09/09/1970	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
1788	16809	Karinny Benedeti	12/08/1992	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Aprovado
1802	14244	Tabita Coreli Montieri De Bittencourt	22/03/1989	7	1,40	5	1,50	12	2,90	reprovado
1779	19064	Bruna Luana Clemente	15/07/1996	7	1,40	5	1,50	12	2,90	reprovado
Professor Anos Iniciais Ensino Superior (professores)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1837	18938	Edineia Monica De Andrade	20/11/1976	11	2,20	21	5,88	32	8,08	Aprovado
1858	14594	Jéssica Dos Santos	28/10/1992	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1856	9585	Janaina Maniscalco Felício De Souza	14/07/1975	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado
1820	10101	Caroline Mendes Bortolato	11/01/1990	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
1806	15362	Ana Caroline Raue	20/05/1992	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
1867	15531	Leticia Setsumi Do Nascimento Machado	20/04/1979	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
1909	9714	Valdeliria Miotto	28/12/1973	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
1827	15659	Cláudia Ruth Da Silva	22/08/1988	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
1866	11695	Leticia Cassimiro Da Silva Cardoso	24/01/1987	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
1810	8826	Andreza Karla De Souza	08/01/1978	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1887	16277	Noemi Colla Reis	08/10/1984	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
1829	10669	Cristiane Severino	05/11/1972	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
1834	16503	Denise Paranaguá	10/06/1978	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
1869	16461	Lindberg Da Silva Jerônimo Leite	10/08/1964	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
1880	18231	Marilena Netto	17/05/1968	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
1862	13449	Jussara Maria Theiss	28/07/1986	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
1898	19165	Silvana Da Silva Camargo De Souza	29/11/1975	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
1877	19384	Maria Estela Gonsalves Araújo Da Silva	23/07/1971	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
1831	16238	Daniela Gonçalves	03/06/1986	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
1809	19766	Andreia Geraldo	09/04/1980	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
1860	15058	Jocimara Pereira Mezzon	24/09/1970	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1822	9349	Charles Alberto Passos	03/10/1971	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
1902	10885	Suzele Benta Do Nascimento	06/03/1985	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1852	18924	Graziele Lourenço Ferreira	13/05/1986	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1861	9538	Juscelino Oliveira	17/05/1961	11	2,20	13	3,64	24	5,84	Aprovado
1908	14592	Terezinha De Jesus Valentim De Oliveira	05/04/1969	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1840	11788	Eliana Cristina Gama Da Silva	03/05/1971	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
1839	15774	Elaine Cristina Da Trindade	31/05/1989	3	0,60	18	5,04	21	5,64	Aprovado
1819	9671	Carmen Cledi Schwartz Alves (parecer 08 Ato 016)	21/10/1962	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1863	11538	Katia Cilene Kloppel Miranda	29/06/1969	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1815	14600	Carina Kruger Penz	04/11/1993	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1875	9854	Maria Aparecida Da Silva	29/05/1968	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
1805	10258	Alessandra Vieira	11/10/1971	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
1857	14094	Janisley Maria Da Cunha	09/08/1993	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
1874	14727	Marcia D Oliveira Steffen	15/01/1974	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1900	18310	Simone Alves Teodoro Coelho	30/07/1977	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1884	11783	Melissa Pontes Rebêlo	25/06/1978	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1841	14702	Eliane Da Silva Uesler	02/01/1974	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1830	10387	Daniela Baron Kolher	02/12/1979	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1864	19755	Katia Da Silva Figueiredo	02/01/1964	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1842	11110	Eliete Amaro	13/09/1972	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1828	15192	Cristiana De Souza D'oliveira	06/06/1976	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1890	16767	Patricia Bittencourt	13/09/1981	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1868	13604	Lilianne Ribeiro Burlier Da Silveira	20/09/1982	3	0,60	17	4,76	20	5,36	Aprovado
1881	10920	Marilene Battisti	08/11/1964	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
1812	12824	Arabel Metrania Galm	11/11/1966	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
1823	10628	Cintia Renata Cabral	23/02/1984	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
1894	11235	Roberta Aparecida Natalini Aguiar	21/08/1980	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
1876	13753	Maria Elena Gubertt	06/08/1966	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
1832	14738	Daniele Carolina De Oliveira Rosa	19/05/1980	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1851	15838	Graziela Da Silva Flores	09/05/1981	2	0,40	17	4,76	19	5,16	Aprovado
1892	16635	Raquel Paloma Da Silva	20/11/1976	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
1870	11058	Lucile Patricia Fonseca	16/06/1978	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
1821	12476	Charlene Oliveira Bráz	25/07/1981	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
1845	9726	Eunidio Luis Rannov	08/05/1976	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1813	14132	Ariane Carolina Da Cruz	17/07/1981	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1855	9367	Janaina Forlim De Souza	20/09/1981	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1846	17060	Eva Aparecida Fernandes Araújo	20/03/1986	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1811	16498	Antonia Edinice Rodrigues De Araújo	13/06/1976	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
1879	11722	Mariana Alcântara Do Nascimento	03/11/1988	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
1826	12882	Claudiane Pierre	26/09/1971	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1818	9607	Carla Da Silva Emilio	07/11/1979	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1899	16647	Silvana Leticia Dumke	24/06/1982	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1807	11312	Ana Lucia Freiberger	08/06/1989	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
1886	10343	Neusa Maria Popeng De Souza	28/12/1962	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1882	12805	Marise Lindomar Couto	29/08/1974	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1808	19842	Andréa Petry	29/11/1976	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1817	12821	Carine Estela Dressel	02/03/1980	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1850	16664	Gardenia De Fatima Alves Rosa Matias	18/05/1959	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
1854	10061	Izabel Cristina Do Nascimento Martini	22/02/1987	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
1885	11076	Neusa Luzia Da Rocha Costa	05/10/1952	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
1871	19914	Luiza Ramos De Lima Couto	06/01/1969	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
1891	14156	Rafaela Kertichka Pereira	04/07/1987	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
1847	9372	Evanir Da Silva	31/05/1959	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1907	16936	Tereza Dos Santos Inacio	19/09/1965	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
1888	14706	Oswaldo Osmundo Isensee Filho	24/05/1985	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
1889	15224	Paloma Pereira	05/11/1992	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
1838	19099	Ednalva Silva França	18/01/1977	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
1904	15515	Tamara Aparecida Dos Santos	10/05/1986	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
1816	20236	Carina Maria Da Silva	25/03/1987	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
1849	13601	Franciele Cristina Schmitt	29/05/1987	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
1906	10363	Tatiany Regina Fabeni	06/02/1989	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
1835	9371	Edilene Iris Caldeira Lourenço	14/01/1984	7	1,40	11	3,08	18	4,48	Aprovado
1848	11244	Fabiana Regina De Souza Santos	13/04/1969	4	0,80	13	3,64	17	4,44	Aprovado
1897	11087	Rosangela Maria Senff Wille	21/11/1969	4	0,80	13	3,64	17	4,44	Aprovado
1853	19701	Ione Gomes Rabito Ferreira	14/08/1984	4	0,80	13	3,64	17	4,44	Aprovado
1814	13124	Beatriz Pacheco	13/07/1973	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
1824	16873	Claudemira Novais Alves	27/01/1979	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
1859	12718	Jean Carlos Ribeiro	06/05/1971	7	1,40	10	2,80	17	4,20	Aprovado
1836	18453	Edilene Maria Da Silva	24/10/1983	7	1,40	10	2,80	17	4,20	Aprovado
1873	16698	Maiara Cristina Segas Dall Agnol	10/11/1985	7	1,40	10	2,80	17	4,20	Aprovado
1844	14640	Ely Da Luz Daradda	09/12/1970	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
1905	16996	Tathiany Sharon Rocha Faccio	25/03/1978	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
1833	17857	Denice Silva Rosa Ferreira	28/10/1978	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
1893	17065	Rita De Cássia Bona	02/07/1980	5	1,00	11	3,08	16	4,08	Aprovado
1825	19222	Claudete Aparecida Da Silva Lourenço	12/12/1966	6	1,20	10	2,80	16	4,00	Aprovado
1896	19599	Rosangela Chimka	09/07/1976	6	1,20	10	2,80	16	4,00	Aprovado
1901	14997	Soila Cristina Dickmann De Oliveira Oliveira	21/04/1971	3	0,60	12	3,36	15	3,96	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1910	14093	Valdilea Santos Coimbra	07/09/1976	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
1895	14048	Roberta Dos Santos De Lima	25/01/1981	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado
1878	12278	Maria Veronica De Oliveira Fujiwara	04/03/1960	5	1,00	10	2,80	15	3,80	Aprovado
1804	12149	Adriana Prestes Furtado	20/07/1976	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Aprovado
1883	12359	Mayara Cristine Cardoso	25/09/1989	2	0,40	11	3,08	13	3,48	Aprovado
1903	15261	Tainara Kreff	24/08/1994	2	0,40	11	3,08	13	3,48	Aprovado
1911	16930	Vanderléia Medeiros Gelsleichter	17/12/1977	4	0,80	9	2,52	13	3,32	Aprovado
1843	15762	Elizete Rebello	16/12/1956	3	0,60	8	2,24	11	2,84	Reprovado
Professor de ARTES (10h) Ensino Superior (professores)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1912	12880	Maria Neucioi Borba Medeiros	27/09/1972	7	1,40	14	3,92	21	5,32	
1913	18843	Simone Zuchelli Jaguszeski	09/09/1986	6	1,20	11	3,08	17	4,28	
Professor de ARTES (20h) Ensino Superior (professores)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			Situação
1922	19438	Patricia Fraga De Batista	05/11/1971	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
1919	19872	Josiani Heusi Vogel	10/02/1981	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
1925	10373	Rose Ledi Goetz Goetz	11/01/1961	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
1915	11721	Anaquel Mattos Da Fonseca	07/07/1988	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
1924	8810	Regina Maria Da Silva	08/03/1961	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1920	18741	Márcia Denyse Macêdo Da Silva	20/11/1971	10	2,00	12	3,36	22	5,36	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1923	9513	Patricia Ondina Coelho	19/07/1977	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1916	18011	Cleusa Mendes	04/06/1969	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1917	10589	Cristina Maria Rosa	21/01/1979	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
1918	15020	Eliane Santos De Oliveira	17/02/1963	7	1,40	7	1,96	14	3,36	Aprovado
Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (10h) Ensino Superior (professores)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1926	10995	Sandra Regina Cazarin Rodrigues	04/02/1972	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (20h) Ensino Superior (professores)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1932	9460	Carina K. Fos Santos	10/06/1982	10	2,00	16	4,48	26	6,48	Aprovado
1937	11501	Francieli Caroline Cabral	29/01/1991	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
1939	16676	Juliana Harumi Nakui	09/06/1982	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
1938	16982	Gabriela Cristina Palmeira	14/06/1988	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
1943	19050	Paula Rubia Gaya	28/12/1983	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1929	9602	Alessandro Mafra	18/03/1993	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1942	9937	Marine Rogeria Dos Passos Reiser	05/10/1982	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
1941	16533	Marcelo De Borba Paulo	27/06/1968	8	1,60	12	3,36	20	4,96	Aprovado
1933	9112	Cintia Cardoso	03/03/1987	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
1935	9107	Everton Kempner	21/05/1993	4	0,80	9	2,52	13	3,32	Aprovado



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)**

Professor de ENSINO RELIGIOSO (10h) Ensino Superior (professores)													
Nenhum candidato inscrito neste cargo...													
Professor de GEOGRAFIA Ensino Superior (professores)													
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação			
				Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1946	10213	Christian Valias Ferreira	01/01/1990	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado			
1949	13921	Régia Seára Salvini	28/12/1983	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado			
1948	10136	Nayara Caroline Leachenski	16/09/1991	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado			
1945	19080	Alessandra Brandl Muniz Do Amaral	06/10/1977	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado			
1947	9545	Janaina Sanches Marques Lopes	17/11/1989	7	1,40	11	3,08	18	4,48	Aprovado			
Professor EDUCAÇÃO INFANTIL Ensino Superior (professores)													
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação			
				Acertos	Nota	Acertos	Nota						
2058	14551	Luciane Gilda Dos Santos	21/11/1989	12	2,40	21	5,88	33	8,28	Aprovado			
1958	15121	Aline Elza Albino	11/11/1988	7	1,40	24	6,72	31	8,12	Aprovado			
2084	15616	Milena Couto Vieira	20/12/1980	7	1,40	23	6,44	30	7,84	Aprovado			
2051	15106	Lilian Gomes Ribeiro	05/07/1982	7	1,40	23	6,44	30	7,84	Aprovado			
2108	12764	Rosleine Burckhart Angioletti	03/02/1980	8	1,60	22	6,16	30	7,76	Aprovado			
1985	11003	Cristina Paulo Monteiro	15/10/1973	6	1,20	23	6,44	29	7,64	Aprovado			
2094	17155	Paula Cristina Gonçalves	05/11/1983	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado			
2038	8912	Josimere De Borba	07/07/1982	7	1,40	22	6,16	29	7,56	Aprovado			
2041	10646	Juliana Hoffmann Krieger	16/11/1986	7	1,40	22	6,16	29	7,56	Aprovado			
1954	13181	Adriana Nascimento Dos Santos De Souza	19/11/1972	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1986	18786	Dagmar Maria Gonzaga Kalbusch	01/10/1984	8	1,60	21	5,88	29	7,48	Aprovado
2130	15060	Tânia Aparecida Alexandre	21/11/1985	5	1,00	23	6,44	28	7,44	Aprovado
2020	19560	Gislene Anacleto Costa	04/12/1979	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
2030	9343	Jeniffer Pereira	08/06/1994	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
1989	16561	Dâmaris Corrêa	02/02/1971	13	2,60	17	4,76	30	7,36	Aprovado
2001	17523	Elizabeth Xavier Franco	04/11/1974	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
1984	19793	Cristina Farias Dos Santos Mafra	07/01/1979	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
2088	9846	Naiara Reis	28/02/1986	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
2004	12398	Evelyn Alves Custódio Do Nascimento	10/01/1993	7	1,40	21	5,88	28	7,28	Aprovado
2062	19582	Maiara Fernandes (vaga deficiente)	25/10/1989	4	0,80	18	5,04	22	5,84	Aprovado
2127	18907	Tanelise Vigarani Prust	06/02/1975	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
2036	13422	Josiani Felício Pereira	08/11/1978	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
2117	20294	Simone Carrão Estrela	21/01/1986	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
1977	19363	Claudinéia Pereira De Paula	12/02/1982	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
2081	9926	Marli De Souza	06/08/1978	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
1987	11659	Dalane Siqueira Ferreira	03/03/1989	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
2043	18069	Kamila Cristina Nascimento	13/07/1990	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
2087	12312	Monica Ferreira	26/06/1978	7	1,40	20	5,60	27	7,00	Aprovado
2056	15979	Luciana Margi Da Silva	14/09/1980	7	1,40	20	5,60	27	7,00	Aprovado
2095	15184	Paula Pricila Da Silva Korb	14/02/1987	7	1,40	20	5,60	27	7,00	Aprovado
2057	18045	Luciana Mendes Furtado	27/02/1990	7	1,40	20	5,60	27	7,00	Aprovado
2015	8715	Geneci Colla	16/05/1987	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
2021	14190	Graciéria Aparecida Rosa Gauto	19/07/1987	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
2019	14007	Gisele Da Silva Couto	08/04/1981	5	1,00	21	5,88	26	6,88	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2100	13414	Renata Ricobom Pivatto	01/07/1979	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
2025	12015	Iara Maria Da Anuniação Cerqueira	28/10/1964	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
2093	10867	Patricia Hering Dos Santos	01/09/1977	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
2126	9028	Suzana José Da Silva	12/09/1979	7	1,40	19	5,32	26	6,72	Aprovado
2023	9539	Helena Isis Leal	19/11/1981	7	1,40	19	5,32	26	6,72	Aprovado
1976	15092	Claudia Taiara Pereira Gomes	07/07/1990	7	1,40	19	5,32	26	6,72	Aprovado
2006	9842	Fabiana Venturi	26/03/1981	4	0,80	21	5,88	25	6,68	Aprovado
2114	15926	Shirlei Francisco Lisboa	22/08/1985	4	0,80	21	5,88	25	6,68	Aprovado
2092	10377	Neuza Maria De Souza	09/01/1962	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
2112	19702	Schirle Dos Santos Policarpo	08/04/1973	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
1997	10276	Eliane Marisa Moneretto	28/06/1977	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
2083	19346	Márcia Barabara Schizzi Ribeiro De Deus	15/04/1982	5	1,00	20	5,60	25	6,60	Aprovado
1953	12832	Adriana Cristini De Souza	23/12/1983	5	1,00	20	5,60	25	6,60	Aprovado
2113	16535	Sheila Maristela Inácio	02/05/1972	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
2139	17438	Zaira Irias Da Silva	31/12/1986	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
2054	9038	Luana Lais Da Costa Campos	22/05/1991	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
1967	20318	Angela Maria Vieira Passos	16/05/1977	3	0,60	21	5,88	24	6,48	Aprovado
2049	12771	Leonilda De Souza	11/12/1974	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
2009	14611	Fernanda Adriano	04/05/1979	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
2022	9298	Graziela Da Silva Pereira	06/10/1981	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
2052	10948	Liliane Cristina Farias Dorneles Machado	15/09/1963	4	0,80	20	5,60	24	6,40	Aprovado
2011	15685	Flavia Marques Da Silva	21/01/1977	4	0,80	20	5,60	24	6,40	Aprovado
2137	11854	Viviane Batheke Inocêncio	05/02/1977	4	0,80	20	5,60	24	6,40	Aprovado
1980	16348	Cristiane Dos Santos Zuchetti	05/06/1983	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1995	19725	Elaine Romi Fernandes	07/06/1969	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
1975	14536	Claudia Maria Sato Delgado	17/07/1973	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2123	19106	Sonilda Correa Dos Santos	10/01/1981	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2115	19397	Silamara Dias	01/08/1981	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2075	12966	Mariângela Pedrozo De Oliveira	30/07/1982	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2124	12560	Suéli Drews	10/09/1990	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
1970	14099	Bruna Kosakoski	01/08/1991	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
1971	17415	Candida Maria Ramos	25/04/1963	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2090	9277	Nelci Maria Vieira Albino	15/06/1968	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2132	10903	Vanessa Juraci Silva	19/08/1984	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2098	16015	Priscilla Thiemi De Mattos Yamada	07/10/1987	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
1981	12275	Cristiane Mendes Da Silva	24/12/1987	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2024	12724	Heloisa Graf Lenoir	03/05/1985	3	0,60	20	5,60	23	6,20	Aprovado
1998	10531	Elisandra Pinheiro Vargas	06/03/1982	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
2061	11435	Luiza Bernadete Leal	07/10/1969	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
1988	18792	Danubia Borba Piolla Seara	07/09/1984	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
2097	15061	Priscilla Cristina Dos Santos	23/03/1989	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
2046	8989	Kelly Lucia De Lima Cabral	09/10/1978	4	0,80	19	5,32	23	6,12	Aprovado
2059	19414	Lucimar Do Nascimento Wiemes	01/01/1979	4	0,80	19	5,32	23	6,12	Aprovado
2017	18872	Giliane Prestes Da Silva De Barba	11/06/1984	4	0,80	19	5,32	23	6,12	Aprovado
2033	13396	Josiane Dos Santos Victor	06/06/1978	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2120	12688	Solange Goretí Da Silva Dos Santos	23/10/1979	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2014	16881	Gabriela Reinert	13/09/1984	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2026	19658	Ilca Schlindwein	14/04/1967	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2134	9218	Vera Lucia Da Silva Dos Santos	01/12/1969	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
1964	15934	Ana Paula Jorge Bernardes	11/04/1975	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
1983	8987	Cristiane Rosa Da Costa	01/10/1979	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
2035	9737	Josiane Pezenti Albuquerque	21/05/1984	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
1982	20114	Cristiane Raquel De Quevedo	28/09/1986	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
2077	15998	Marise Akemi De Mattos Yamada	21/10/1988	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
1955	10006	Alciane Maria Bulitz Sbardelatti	20/12/1983	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
2069	12888	Maria Aparecida Silva Vianna	01/12/1945	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
2101	12421	Renata Luiz	14/04/1972	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
2005	15067	Fabiana De Queiroz Borges Rodrigues	14/12/1977	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1990	12237	Deise Daufenbach	14/01/1989	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
1963	12009	Ana Paula Da Silva Ferri	06/03/1986	3	0,60	19	5,32	22	5,92	Aprovado
2082	14448	Marluce Camila Ouriques Amaro	26/06/1989	3	0,60	19	5,32	22	5,92	Aprovado
2037	10971	Josilene Lourenço	22/06/1981	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2118	10677	Sirlei Pianissolle	10/03/1983	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2040	14209	Juliana Garcia Mascarenhas	25/03/1983	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1969	12525	Beatriz Aparecida De Souza	01/08/1985	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
1991	19678	Denielle Patricio Dos Anjos	19/09/1986	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2047	9862	Laura Milene Bandeira Cremonese	30/07/1985	4	0,80	18	5,04	22	5,84	Aprovado
2079	8962	Maristela Coelho Galvez	23/09/1964	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
1993	19959	Dilva Santos De Jesus	22/10/1976	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
2064	17210	Marcia Da Silva	14/09/1979	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
2016	19407	Genilda Nepomuceno Pereira	15/05/1982	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
2013	9931	Gabriela Dos Santos De Souza	13/10/1991	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2034	12755	Josiane Maia	24/05/1983	2	0,40	19	5,32	21	5,72	Aprovado
2089	9309	Nazareth Bodart Dos Santos Couto	10/06/1968	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
2119	19568	Solange Dos Santos	22/11/1979	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
2136	17647	Visângela Sagás	18/03/1984	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
2078	13879	Marise Sabrina Da Silva	01/02/1993	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
2080	19144	Maristela Vieira	26/12/1975	3	0,60	18	5,04	21	5,64	Aprovado
1965	9752	Analice Dias	23/11/1983	3	0,60	18	5,04	21	5,64	Aprovado
2085	17323	Mirian Cristina Da Silva	10/06/1988	3	0,60	18	5,04	21	5,64	Aprovado
2066	16440	Marcia Regina Luz Rodrigues	30/07/1972	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
2102	14443	Renatalú Mafra Mianes	22/02/1976	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
2007	16904	Fabiane Dallago	06/11/1979	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1961	9401	Ana Candida Nocetti Castro Rodrigues	13/09/1980	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
1951	9914	Adaina Tamires Pacheco	24/11/1987	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
2028	18991	Jacilene Barros Wilde	25/11/1971	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
2110	10735	Sandra Aparecida Becher	31/01/1974	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
2140	11431	Zoraide Waldete Da Silva	09/04/1979	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
2099	10865	Regiane Fernanda Caldonho	22/04/1978	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
1978	17257	Conceça Maria Da Costa Neta Dos Santos	08/01/1965	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1968	10459	Arlete Terezinha Azilero Ferreira	07/08/1969	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2060	12523	Lucimara Pereira Mancio Rosa	29/12/1974	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
1957	10221	Alexandrina Alves De Oliveira	24/11/1977	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2131	16275	Tânia Liliane Pereira	31/01/1982	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2002	14122	Erika Michelle Granja Barreto	17/01/1985	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2027	15019	Ivani Bublitz Pahissa	26/05/1970	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2072	17150	Maria Eli Lourenço	20/04/1974	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
1962	18930	Ana Deise Lopes	16/02/1976	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
2111	10555	Sílvia Leticia Farias Grumiché	25/11/1972	3	0,60	17	4,76	20	5,36	Aprovado
1960	9624	Amanda Borba Couto	14/02/1991	3	0,60	17	4,76	20	5,36	Aprovado
2109	18183	Ruthe Silva Dos Anjos	17/01/1957	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
2086	15290	Mirian Lucimaia Angioletti Dos Santos	02/11/1975	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
2106	11900	Rosaura De Abreu Gauterio	26/10/1980	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
2122	14599	Sonia Regina Rodrigues Botelho	15/01/1971	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
2065	19979	Marcia Dos Santos	04/06/1973	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
2053	18515	Loreni Teresinha De Lima	17/06/1973	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
2105	11818	Rosangela Natalina Cursel Ouriques	21/12/1977	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
1999	15528	Elisangela Aparecida De Oliveira Weimer	10/02/1977	1	0,20	18	5,04	19	5,24	Aprovado
2055	12058	Luciana Helena Crispim Da Silva	21/12/1972	8	1,60	13	3,64	21	5,24	Aprovado
2125	12390	Susana Maria Francisco Despesell	09/01/1978	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
2039	11162	Jucineia Martins Nazario	05/08/1978	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
2010	17833	Fernanda Medeiros	29/12/1981	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
2029	19889	Jenifer Cristiane Texeira	15/10/1985	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
2048	15727	Leia Maria Alves Da Luz	18/12/1959	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
2045	17615	Kelen Sagás De Borba	07/01/1977	3	0,60	16	4,48	19	5,08	Aprovado
2032	17555	Joana Correa	25/08/1992	3	0,60	16	4,48	19	5,08	Aprovado
1956	16135	Alessandra Correa	19/07/1978	7	1,40	13	3,64	20	5,04	Aprovado
1952	19223	Adline Da Silva Rébis	17/02/1985	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
2116	18917	Sílvia Nascimento Libório	31/08/1986	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
2063	18913	Maila Anacleto	22/11/1986	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2096	10534	Priscila Fatima Gomes De Meira	19/09/1986	1	0,20	17	4,76	18	4,96	Aprovado
2104	9279	Rosane Bodanese	02/07/1976	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
2000	18732	Elizabeth Alves Da Silva	02/07/1984	5	1,00	14	3,92	19	4,92	Aprovado
2073	13967	Maria Everaildes Oliveira Bregantini	10/07/1962	2	0,40	16	4,48	18	4,88	Aprovado
1992	17028	Denise Regina Costa Da Silva	01/10/1966	2	0,40	16	4,48	18	4,88	Aprovado
2121	19566	Sonia Mara Correa Dos Santos Conde	10/01/1981	2	0,40	16	4,48	18	4,88	Aprovado
2031	19445	Jennifer Rohde	01/01/1900	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
2135	11055	Verena Leal Lourenço	21/04/1959	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
1996	10418	Eliane Anézia Dias	28/05/1980	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
1972	16153	Cassandra Da Silva Campos Correa	06/06/1980	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
2008	9889	Fabricia Inocência	04/12/1983	7	1,40	12	3,36	19	4,76	Aprovado
2067	14852	Maria Amália De Abreu	25/11/1972	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
2044	18664	Kariny Macuco Regis	26/05/1981	4	0,80	14	3,92	18	4,72	Aprovado
1994	14193	Dinacir Koscianski Dos Santos	05/09/1977	3	0,60	14	3,92	17	4,52	Aprovado
2129	9606	Tatiane Da Rosa Miranda	05/01/1984	3	0,60	14	3,92	17	4,52	Aprovado
2138	10951	Viviane Correa Franco	26/05/1979	4	0,80	13	3,64	17	4,44	Aprovado
1974	11529	Cirleia Juliana Inacio	08/07/1980	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
2042	9002	Juliana Mellies Braatz	28/12/1983	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
1966	13203	Andrieli Grittens	21/11/1990	5	1,00	12	3,36	17	4,36	Aprovado
2071	14185	Maria De Fatima De Souza	26/10/1967	3	0,60	13	3,64	16	4,24	Aprovado
2050	14580	Lidiane Santos Isensee	01/01/1988	3	0,60	13	3,64	16	4,24	Aprovado
1959	15621	Alini Fernandes Da Silva Massacoti	02/06/1982	7	1,40	10	2,80	17	4,20	Aprovado
2128	17044	Tania Regina Galves Pinto	16/09/1962	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
2018	12569	Gilmara Patricia Maes	29/06/1972	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

1973	14770	Cinara Rocha Santos	19/03/1978	2	0,40	12	3,36	14	3,76	Aprovado
2074	9649	Maria Lidia Pereira Provesi	20/08/1958	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Aprovado
2076	10384	Marília Maria De Souza	13/10/1964	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Aprovado
2103	9772	Rosalina Fernandes Dos Santos	25/12/1966	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Aprovado
2091	9812	Nelir Moser	29/11/1964	3	0,60	10	2,80	13	3,40	Aprovado
2107	20297	Rosimeri Maria Santiago Faco	01/05/1969	4	0,80	9	2,52	13	3,32	Aprovado
Professor ENSINO RELIGIOSO (20h) Ensino Superior (professores)										
		Nenhum candidato aprovado neste cargo								
Psicólogo Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2159	19950	Carlos Theodoro De Albuquerque Filho	14/03/1961	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
2209	13870	Talita Rodrigues Heusi	20/10/1984	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
2158	10129	Carina Pohlmann Habermann	06/03/1975	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
2202	11089	Riquele Jantsch Gessner	06/06/1978	5	1,00	22	6,16	27	7,16	Aprovado
2165	16686	Dulce Neida Contreiras Bellodi	12/06/1985	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
2214	16970	Wandre Da Rosa	19/06/1987	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
2196	12089	Natália Gióia Cípola	04/12/1990	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
2199	19779	Odaiz Cilene De Andrade Machado	21/11/1973	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
2177	16286	Jaqueline Coelho Rodrigues Da Silva De Paula	26/07/1985	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
2200	17383	Raissa Fernanda Colares De Nóvoa	15/11/1991	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
2176	14437	Iuri Araujo Sant'anna	03/05/1986	11	2,20	16	4,48	27	6,68	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2184	17039	Lucas Henrique Staffen	06/02/1992	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
2175	20177	Iracy Patricia Tonolli	21/03/1984	12	2,40	15	4,20	27	6,60	Aprovado
2191	17401	Marilene Da Solidade Pereira Da Silva	26/08/1969	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2180	17704	Joyce De Almeida Cruz	07/11/1985	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2187	12387	Manoela Ziegler Huber	21/11/1985	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2188	10448	Maria Eduarda Furlanetto	11/02/1992	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2195	19428	Monica Van Der Neut	27/05/1974	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
2186	15396	Maiara Campestrini	21/12/1989	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
2198	11157	Nicolle Rossana Dos Santos	04/04/1991	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
2156	8975	Brenda Caroline Godoy Schon	02/01/1993	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado
2192	13291	Marise Dabrowski De Araujo Schlichting	01/03/1963	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2205	10781	Saulo Roveres Knoblauch Da Silva	02/02/1985	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2213	10286	Viviane Reis Odebrecht	09/01/1956	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
2162	18973	Daniela Luchtenberg	13/09/1976	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
2183	19592	Luana Martendal	02/04/1981	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
2150	20216	Ariela Cristine Dias Friedrich	05/04/1986	11	2,20	14	3,92	25	6,12	Aprovado
2147	19204	Andrea Carla Nunes Maia	25/03/1971	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2149	11734	Angélica Scartezini Battisteli	20/11/1989	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2167	14440	Eliza Da Silva Hillesheim	12/04/1989	12	2,40	13	3,64	25	6,04	Aprovado
2197	13924	Neusa Maria Vassel	23/08/1957	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
2161	10265	Crislaine Roza	05/05/1990	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
2142	16415	Adriana Antunes Da Silva	01/07/1972	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2190	20141	Maria Helena Macedo Boessio	18/01/1989	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2181	9587	Kelly Maria Freisleben	12/08/1990	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2179	18411	Jonathan Stoll Barni	16/07/1981	11	2,20	13	3,64	24	5,84	Aprovado
2155	12552	Bianca Regina Fornari	23/03/1967	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
2143	8971	Aline Cristina Ferracioli	01/07/1982	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
2210	11976	Vanessa Celina Alves Da Silva	14/02/1984	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
2208	16874	Taciana Hass Miron	14/02/1974	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
2163	20206	Daniela Xavier Antória	18/08/1977	6	1,20	16	4,48	22	5,68	Aprovado
2152	12299	Barbara Estefania De Souza	10/09/1993	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
2151	18936	Ariela Serafim Da Silva	26/10/1986	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
2170	18047	Fernanda Do Nascimento	07/04/1987	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
2174	20147	Igor Molina Carvalho	14/12/1986	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
2144	12509	Aline Reinert	02/10/1992	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
2164	17495	Débora Soares De Bastos	30/06/1980	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
2203	12580	Rosemary Rockenback Pereira	19/05/1975	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
2201	17904	Ricardo Sanches Pinheiro	16/01/1976	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
2148	15942	Ane Caroline Prac	03/08/1988	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
2185	12778	Luciane Kaiser Da Silva	30/11/1989	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
2206	16088	Stephanie Welinski	19/04/1992	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
2157	18988	Camila Denardi De Britto	18/10/1984	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
2194	16848	Monica Soares Baschta	01/01/1990	6	1,20	13	3,64	19	4,84	Aprovado
2211	18854	Victor Moreira De Moraes Lopes	21/07/1992	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
Recepcionista Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2265	12195	Margareth Berlinck Da Costa	09/06/1960	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
2247	12376	Janaina Klaus	03/09/1992	14	2,80	13	3,90	27	6,70	Aprovado
2224	18922	Carla De Souza Gabriel	15/01/1976	7	1,40	17	5,10	24	6,50	Aprovado
2272	12131	Priscila Adriano	20/06/1985	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
2255	16683	Karen Raeder Galm	14/05/1980	9	1,80	15	4,50	24	6,30	Aprovado
2258	14543	Kelen Cristina Silva Dos Santos	16/09/1996	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
2215	19386	Adriana Mazetto	20/11/1986	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
2243	19269	Isabelly Ferreira Pinheiro De Melo	21/09/1996	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
2269	18629	Mirian Goes Dos Santos	03/05/1984	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
2227	12907	Daniela Esperandio Ludovino	18/08/1994	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
2259	19973	Laudineia Aparecida De Oliveira	06/01/1985	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
2221	18428	Bárbara Dos Santos	06/12/1986	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
2246	14130	Izabely Crithiny Bocutti	06/11/1993	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
2249	20309	Jessica Alves Colzani	14/10/1992	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
2239	19741	Gilberto Antonio Piva	20/06/1993	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
2276	18994	Scheila Regina Da Silva Santos	01/10/1979	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
2280	9819	Tathiane Rocha	19/08/1993	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
2260	17652	Luciana Santana Dos Santos	17/11/1971	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
2282	13712	Valnida De Oliveira	18/03/1970	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2225	19191	Caroline Fernandes Freitas	09/10/1982	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2222	17944	Bruna Caroline Pereira	13/05/1990	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2223	17894	Camila Alves Martins Lanfredi	22/05/1991	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2277	10644	Shaiene Kelly Do Amaral Da Silva	21/02/1997	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2241	11733	Heliziele Freitas Pereira De Sousa	07/11/1985	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2235	18335	Fabricia Conceição Pereira Da Fonseca	19/03/1983	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
2281	19647	Thammy Larice Senna Chahm	01/12/1988	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
2231	17977	Edicleia Ribeiro	20/11/1991	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
2242	13251	Isabel Dayane Cabral Monteiro	29/08/1994	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Aprovado
2251	9050	Joelma Garcia Floriano	01/09/1971	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
2278	16082	Sonia Cristina Batschauer	16/07/1979	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
2254	13903	Jussara Leoni	21/11/1955	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
2226	11681	Catiane Alves	25/04/1978	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
2250	15876	Joanine Plucenio Araujo	10/01/1994	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
2216	19219	Agath Stefany Jensen	16/12/1994	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
2219	13749	Aline Gabriela Da Silva Gabriel	17/05/1995	7	1,40	10	3,00	17	4,40	Aprovado
2245	8759	Izabel Cristina Greffe De Ramos	06/12/1980	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
2230	15545	Diulieine Pimentel	29/08/1991	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Aprovado
2262	10587	Lucineli De Souza	21/02/1995	11	2,20	7	2,10	18	4,30	Aprovado
2275	17962	Rozineide Ramos Do Espirito Santos	25/07/1982	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
2218	20190	Alexandra Aparecida Maciel	20/10/1978	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
2270	19737	Nelia De Oliveira Prata	27/09/1978	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Aprovado
2273	10328	Rafaela Hagedorn	04/07/1979	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Aprovado
2263	17262	Luiz Fernando Emilio	22/05/1995	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
2228	17215	Daniele Gomes Inácio	08/03/1990	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Aprovado
2234	19008	Fabiane Pierre Dos Passos	09/11/1970	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
2268	20078	Mirian Celestina Da Silva	13/02/1993	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Aprovado
2266	9621	Maria Regina Dos Passos Pereira	04/06/1972	7	1,40	5	1,50	12	2,90	Reprovado
2238	19993	Gerliane Silva Monteiro	02/09/1994	7	1,40	5	1,50	12	2,90	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2253	17769	Julio Cezar Da Silva Bertoti	23/06/1969	5	1,00	6	1,80	11	2,80	Reprovado
2283	18466	Veronica Nunes	21/07/1992	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprovado
2233	19608	Ester Pereira Dos Santos	09/02/1993	7	1,40	4	1,20	11	2,60	Reprovado
2248	10597	Janete Ortencia Raulino Da Silveira	24/09/1963	5	1,00	4	1,20	9	2,20	Reprovado
Técnico em Agropecuária Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2287	18853	Marcelo José De Oliveira Santos	29/04/1981	20	4,00	20	6,00	40	10,00	
2286	15023	João Paulo Baptista Serpa	01/05/1983	8	1,60	14	4,20	22	5,80	
2284	18053	Adriano Bodanese	07/09/1977	13	2,60	5	1,50	18	4,10	
2288	9448	Paulo De Oliveira	25/01/1985	8	1,60	8	2,40	16	4,00	
2285	18418	Fernando Antonio De Almeida	06/10/1979	5	1,00	9	2,70	14	3,70	
Técnico em Enfermagem Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2292	10094	Ana Paula Fontes Da Silva	30/05/1970	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
2325	19248	Rosilene Pereira	22/06/1976	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Aprovado
2306	14447	Lizandra Lima De Oliveira	06/01/1976	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado
2320	14038	Priscila De Moraes Massaneiro	18/10/1991	8	1,60	14	4,20	22	5,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2316	17332	Nadia Larissa Faustino	11/06/1987	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
2290	13327	Aline Silva Braga	25/05/1986	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
2319	16166	Petrona Ozuna Dos Santos	29/06/1969	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
2308	19135	Luciano Lopes Fernandes	24/12/1976	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
2328	15847	Tania Maria Silva Ferreira	07/09/1973	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
2331	17411	Veronica Ramos Russi	29/07/1993	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
2307	13331	Luciane Aparecida Miranda	17/12/1982	15	3,00	7	2,10	22	5,10	Aprovado
2312	16566	Maria Berenilda Martins Da Silva	15/08/1974	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
2324	19402	Rosiani Dos Santos Sebastião	10/02/1979	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
2294	10278	Andresa Dos Santos	18/04/1980	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
2313	16350	Mirella Anna Da Silva	08/03/1984	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado
2314	9174	Miriam Warmling Pozo	03/06/1965	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
2296	12934	Bruna Mara Dos Santos	19/06/1987	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Aprovado
2295	16695	Anelli Terezinha Pasquali	17/07/1962	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
2310	12920	Luiz Prado Netto	26/03/1977	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
2321	19250	Priscila Roberta Santos	03/07/1983	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Aprovado
2293	19263	Andreia Stefania Ruy Avelino	18/06/1977	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Aprovado
2305	19811	Janaina Nunes Fernandes	14/04/1979	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Aprovado
2330	10076	Verônica Xavier Da Costa	03/11/1964	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado
2309	16899	Lucilene Provezi Vieira	27/12/1965	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado
2301	9381	Daniela Da Silva Marcelino	24/05/1979	5	1,00	10	3,00	15	4,00	Aprovado
2303	14824	Ingrindi Caroline Belo	15/08/1982	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
2315	10446	Miriã Anacleto	27/11/1996	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
2302	15843	Danyelle Lago Santos De Oliveira	02/07/1993	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2318	9982	Patricia Ruzza	27/05/1979	4	0,80	10	3,00	14	3,80		Aprovado
2291	17448	Ana Cláudia Arísio Vieira	24/01/1973	8	1,60	7	2,10	15	3,70		Aprovado
2289	20034	Adilson Eger Da Silva	10/12/1978	7	1,40	7	2,10	14	3,50		Aprovado
2297	19625	Claudia Regina Gonçalves	28/02/1975	5	1,00	7	2,10	12	3,10		Aprovado
2329	10081	Valdete Luciano Corrêa	03/05/1971	6	1,20	6	1,80	12	3,00		Aprovado
Técnico em Enfermagem ESF Ensino Médio											
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
2334	17744	Andressa Alves Voigt Vieira	08/08/1988	12	2,40	14	4,20	26	6,60		Aprovado
2347	14216	Laudelino Luiz Prauso	13/07/1960	8	1,60	15	4,50	23	6,10		Aprovado
2352	9739	Margarete Da Silva	06/12/1971	8	1,60	14	4,20	22	5,80		Aprovado
2357	19185	Vera Fontoura Rodrigues	09/05/1969	12	2,40	11	3,30	23	5,70		Aprovado
2348	9791	Lenisa Maria Veiga	04/12/1978	10	2,00	11	3,30	21	5,30		Aprovado
2354	12210	Marli Falcade	15/10/1966	8	1,60	12	3,60	20	5,20		Aprovado
2342	10681	Evanilda Debernardino	04/10/1977	8	1,60	12	3,60	20	5,20		Aprovado
2340	14915	Debora Vanessa Barbosa De Moraes	21/11/1978	8	1,60	12	3,60	20	5,20		Aprovado
2341	9415	Eliane Marcelino	25/09/1973	8	1,60	11	3,30	19	4,90		Aprovado
2333	19427	Ana Paula Gilli	19/11/1981	11	2,20	9	2,70	20	4,90		Aprovado
2346	13190	Kátia Mara Lopes	23/12/1969	6	1,20	12	3,60	18	4,80		Aprovado
2353	17326	Marilene Lunardi Conti	21/02/1983	6	1,20	12	3,60	18	4,80		Aprovado
2337	16034	Bruno Alfredo Laureano	08/12/1993	6	1,20	11	3,30	17	4,50		Aprovado
2332	14678	Alexsandra Aparecida Rodrigues	31/08/1980	7	1,40	10	3,00	17	4,40		Aprovado
2338	18305	Carina Fernandes Bueno	18/03/1986	5	1,00	10	3,00	15	4,00		Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2339	18703	Carmen Brexi	05/07/1971	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
2355	16168	Miriam Belmonte Brum Da Rosa	21/11/1975	4	0,80	10	3,00	14	3,80	Aprovado
2336	15255	Bernardete Maria Vieira	22/05/1965	3	0,60	10	3,00	13	3,60	Aprovado
2356	15666	Rosane Aparecida Barbosa	26/11/1968	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Aprovado
2349	11375	Liane Junges	11/12/1965	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado
Técnico em Enfermagem SAMU Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2358	11666	Alan Manoel Guimaraes	10/02/1984	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
2361	15490	Joel Godoy Guerra	28/07/1979	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
2359	19159	Eliete Walmira Tomas	14/02/1985	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
2363	11595	Marisete De Amaral Bastos	31/07/1976	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Aprovado
Técnico em Saúde Bucal Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2367	11428	Morgana Pereira	10/06/1975	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Aprovado
2368	17140	Patrícia Regina De Souza	24/03/1986	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
2370	11436	Suellen Barbosa	17/10/1991	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Aprovado
2371	15374	Vanessa De Souza Saturnino	04/01/1981	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Aprovado
2365	19626	Aline Mendes Da Silva	08/08/1983	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Aprovado
2369	18223	Simone Nascimento Dias Da Costa	25/05/1976	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Veterinário Ensino Superior (Geral)										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2375	15122	Beatriz Pavei Bez Batti	01/12/1991	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
2378	10016	Fernanda Euclydes Tavares	12/12/1989	11	2,20	17	4,76	28	6,96	Aprovado
2377	17435	Ellehn Leczko	09/11/1987	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
2376	19760	Danyelle Pantaleão Martins	24/05/1988	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
2372	19441	Andre Felipe Dombeck	07/05/1991	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
2383	9910	Maiara Cristina Becker	01/08/1989	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
2380	15578	Lilian Dordete Steckert	29/03/1990	7	1,40	16	4,48	23	5,88	Aprovado
2373	17001	Andreia Rodrigues Lemes	18/04/1989	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
2386	19131	Sergio Dos Santos Henrique	24/04/1981	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
2379	17200	Karolina Kubisse Hein	24/11/1991	7	1,40	14	3,92	21	5,32	Aprovado
2387	14626	Tiago Antonio Pereira Da Paixão	28/02/1989	10	2,00	10	2,80	20	4,80	Aprovado
2381	8762	Luana Braga De Mafra	01/09/1990	7	1,40	8	2,24	15	3,64	Aprovado
2374	18842	Andressa Fanchin	25/09/1979	6	1,20	8	2,24	14	3,44	Aprovado
Vigia Alfabetizado										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2436	14563	Isack Wellington Silva Dos Santos	17/03/1995	10	4,00	9	5,40	19	9,40	Aprovado
2461	17978	Marcos Alessandro De Castro Batista	06/04/1989	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
2413	13934	Derli Isaias Ferreira De Fraga	22/11/1957	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
2397	18516	Alessandro Medeiros Bernardo	26/12/1972	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2484	17858	Raul Couto Neto	15/12/1974	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
2498	19424	Wilson Thiago De Souza'	03/12/1988	10	4,00	8	4,80	18	8,80	Aprovado
2437	17884	Ivan Rodrigues De Oliveira	13/02/1956	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
2447	14846	Jose Venancio De Almeida	08/06/1964	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
2427	9293	Filomena Shleicher	06/07/1969	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
2494	11209	Tatiana Leão Da Silva	27/11/1985	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
2489	18541	Sergio Lopes Da Silva	16/09/1971	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
2486	13142	Roberto Nogueira De Oliveira	14/05/1956	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
2425	9296	Fabiano Silverio Versiani	07/10/1975	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
2445	17027	José Carlos De Lima	06/10/1982	10	4,00	7	4,20	17	8,20	Aprovado
2477	10563	Osni Florencio Rosa	28/09/1949	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
2492	20208	Tahís Daiane De Vargas	23/06/1977	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
2466	17575	Marlete Maria Alexandre	01/03/1959	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2423	11422	Evandro Nevio Argenton	02/01/1967	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2434	19040	Iara Cristina Balaban Rodrigues	10/09/1973	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2428	18750	Franciane Machado Botelho	13/12/1973	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2431	14843	Gilmar Chagas De Chagas	30/06/1975	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2497	15856	Viviane Santos De Souza Ferreira	16/08/1981	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2410	17162	Daniela Farias Da Silva	23/10/1982	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2419	14230	Ednei Araujo De Queiroz	12/08/1984	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2426	17527	Felipe Paulo De Miranda	09/10/1986	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
2435	14526	Irani Dos Santos	25/07/1969	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
2404	9760	Catiane Farias	12/07/1982	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
2416	8959	Edi Maria Hank	21/03/1955	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2454	18325	Leila Do Socorro Silva Dos Santos Souza	11/05/1961	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
2458	19675	Luiz Carlos Saturnino	23/12/1962	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
2395	13912	Alberi Vaiz	04/12/1965	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
2485	18322	Reginaldo Matos Da Silva	29/09/1981	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado
2446	12730	Jose Renato Da Rocha	20/01/1960	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
2444	17587	José Anderson Silva Dos Santos	26/06/1994	9	3,60	6	3,60	15	7,20	Aprovado
2483	10539	Pedro Estanislau Custodio	03/04/1946	4	1,60	9	5,40	13	7,00	Aprovado
2433	15869	Humberto Wagner De Souza	08/12/1956	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
2403	11247	Casturina Aparecida Paulista	28/07/1960	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
2398	9679	Alexandre Damiao Costa	26/09/1975	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
2469	15836	Maureci Stolfi	15/12/1969	5	2,00	8	4,80	13	6,80	Aprovado
2422	13911	Ely Manoel Rezende	04/05/1960	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
2430	11442	Gercon Roberto De Oliveira	22/09/1973	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
2407	20211	Claudiomar Luis Schenatto	23/05/1979	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
2471	18871	Merlin De Oliveira Pickler	30/09/1984	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
2456	10831	Lucas Martins Rolim	24/09/1975	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
2478	15860	Patricia Luciana Carneiro	24/12/1975	6	2,40	7	4,20	13	6,60	Aprovado
2488	19203	Rosineide Oliveira Costa Santos	16/06/1970	9	3,60	5	3,00	14	6,60	Aprovado
2399	14774	Andre Xavier	28/11/1986	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
2470	12078	Mauro Waltrich Rosa	01/08/1945	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
2418	19828	Edivaldo Pedro Joventino	05/04/1953	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
2441	15215	Joao Verissimo Da Silva Filho	26/08/1962	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
2487	10794	Robson Zuntine Ferreira Da Silva	31/03/1991	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado
2412	18378	Dayane Da Silva Cavalcante	20/07/1991	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2388	11099	Ary José Dos Santos	16/02/1962	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
2448	19016	Josias Krummenauer	02/10/1990	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
2408	19201	Cleido Aparecido Francisco Dos Santos	18/06/1978	9	3,60	4	2,40	13	6,00	Aprovado
2480	19845	Paulo Cesar Cordova Kuster	16/10/1973	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
2493	20204	Talis Russel Ksenso De Vargas	22/07/1976	7	2,80	5	3,00	12	5,80	Aprovado
2455	10728	Lorete Fernandes	16/08/1955	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
2409	18387	Daniel Jacinto	09/10/1967	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
2411	18908	Daniela Mara Corrêa	20/05/1989	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado
2392	17536	Adilson Luebke	09/08/1982	8	3,20	4	2,40	12	5,60	Aprovado
2443	10321	João Carlos Pereira	12/01/1948	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2491	14725	Sonia Aparecida Silva De Almeida	17/05/1965	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2405	18265	Clair Antônio Leandro	21/10/1970	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2464	16773	Maria Luiza Rodrigues Do Amaral	11/09/1971	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2393	17141	Admilson Batista	25/10/1971	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2424	9312	Everaldo Rodrigues Da Cunha	04/03/1977	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2406	10744	Claudiney Farias	07/10/1977	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2452	14840	Katiuci Aparecida Silva Pereira	13/08/1986	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado
2402	18537	Bruna Oliveira Costa Ferreira	12/07/1990	9	3,60	3	1,80	12	5,40	Aprovado
2453	17189	Laercio Souza	01/07/1969	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
2389	18493	Acioli Vilma Leite	05/12/1970	7	2,80	4	2,40	11	5,20	Aprovado
2495	9262	Vanessa Felisberto	14/10/1982	7	2,80	4	2,40	11	5,20	Aprovado
2449	19987	Joyce Aparecida Pereira	11/09/1983	7	2,80	4	2,40	11	5,20	Aprovado
2459	10841	Luiz Gonzaga Luz	21/06/1958	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
2460	16243	Marcia Gomes Baltazar	03/05/1971	8	3,20	3	1,80	11	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 001/2014 CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

2394	19282	Adriana Goulart Pontes	19/06/1984	8	3,20	3	1,80	11	5,00	Aprovado
2391	15873	Adi Schinaider	01/07/1958	6	2,40	4	2,40	10	4,80	Aprovado
2481	13798	Pedro Antonio Goffi	27/11/1956	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
2475	10201	Neri Pereira De Campos	01/11/1972	2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
2451	8710	Jussara Maria Guimarães Da Silva	10/04/1957	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
2490	16226	Silvio Pereira	22/10/1963	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
2439	13325	Jair Antonio Queiros	06/10/1964	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado
2467	10255	Mascos Aurelio Livramento	08/05/1968	6	2,40	3	1,80	9	4,20	Aprovado
2450	9239	Juliano Faustino	14/12/1983	6	2,40	3	1,80	9	4,20	Aprovado
2473	9754	Nayara Carla Farias Gama	20/04/1988	6	2,40	3	1,80	9	4,20	Aprovado
2442	10439	João Alves Ribeiro	10/07/1959	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
2438	10275	Jaderson Souza De Andrade	04/12/1993	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
2468	9042	Mateus Batista	25/09/1982	7	2,80	2	1,20	9	4,00	Aprovado
2421	15849	Elaine De Matos Cabral Pereira	28/10/1982	5	2,00	3	1,80	8	3,80	Aprovado
2414	12059	Diego Damasio	22/08/1990	4	1,60	3	1,80	7	3,40	Aprovado
2465	16893	Marilda Conceição Nascimento	10/07/1974	5	2,00	2	1,20	7	3,20	Aprovado
2474	13434	Neidi Da Silva	20/10/1971	4	1,60	2	1,20	6	2,80	Reprovado
2400	12465	Antoninho Gernecio Dias Da Silva	09/11/1976	4	1,60	2	1,20	6	2,80	Reprovado
2440	15695	Joao De Souza Bueno	03/10/1964	3	1,20	2	1,20	5	2,40	Reprovado
2420	18361	Edu Cirino Inacio	03/12/1954	2	0,80	2	1,20	4	2,00	Reprovado
2401	10277	Augusto Nunes Daicao	31/08/1951	3	1,20	1	0,60	4	1,80	Reprovado
2390	19260	Ademar Luebke	21/07/1958	3	1,20	0	0,00	3	1,20	Reprovado
2463	19978	Maria Goreti Fortuna De Mello	11/05/1967	3	1,20	0	0,00	3	1,20	Reprovado

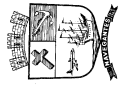
CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 005/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)****Ato 019/PNN/ED5/14-PS****CLASSIFICAÇÃO FINAL PROVA ESCRITA OBJETIVA
DO EDITAL Nº 005/2014 DE PROCESSO SELETIVO**

O **PREFEITO MUNICIPAL** do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público conforme segue:

1. A classificação final da prova escrita dos candidatos ao **Processo Seletivo edital 005/2014**, segue divulgada no anexo I deste Ato, já considerados os critérios de desempate.
2. As datas de nascimento em vermelho dos aprovados estavam erradas na classificação preliminar algumas foram alteradas de acordo com a comprovação dos candidatos, as que ainda estiverem incorretas deverão entrar em contato com o IOBV e alterar na área do candidato em nosso site.
3. A pontuação dos títulos conforme cronograma do Edital será divulgada no dia **08 de dezembro de 2014**.

Navegantes, 02 de Dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL PROVA ESCRITA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 005/2014

Agente Comunitário de Saúde ESF Ensino Médio		CANDIDATO							CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		NASC.	Acertos	Nota	Acertos	Nota		Acertos	Nota					
17	13376	Elisete Barbosa De Souza	16/07/1980	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado					
1	17091	Adriana Maria De Oliveira Santos	11/12/1984	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado					
52	15225	Rosângela Aparecida Terra Mota	20/12/1961	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado					
16	9648	Elaine Gonçalves Maciel	15/03/1985	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado					
46	18219	Miriam Leal	05/08/1986	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado					
36	18986	Luiz Henrique Reuter Vieira	23/06/1971	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado					
55	16975	Tatiane Rassweiler	11/10/1988	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado					
54	12692	Tatiane Gessi Cavalheiro	26/10/1983	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado					
31	19913	Leni Silva Destro	21/09/1956	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado					
25	18701	Ieda Marília Navarro Coelho	23/10/1986	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado					
13	11748	Daiane Mazilda Anacleto Nascimento	12/04/1988	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado					
27	16291	Jocelma Teresinha Mensch	01/04/1980	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado					
24	8806	Heloísa De Souza Garcia	29/10/1958	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado					
53	16537	Rosilete Dozol	13/07/1978	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado					
18	19738	Elisete Duarte Bomfim	08/08/1975	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado					
62	20226	Wuly Vieira Martins	25/02/1993	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado					
40	9096	Maria Aparecida Chaves Badaro	06/02/1974	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado					
29	17890	Kellinger Da Silva	29/04/1975	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado					
57	8783	Tereza Schroeder	02/01/1955	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado					
47	11448	Regiane Ines Braz	10/04/1991	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado					



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

30	11201	Kelly Silva Da Rosa	11/02/1987	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
33	16986	Lidiane Cristine Camilo	18/12/1985	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
22	13734	Francieli Aline Setti	30/05/1987	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
8	9110	Camila Couceiro Pagani	06/02/1997	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
45	15195	Miriam Dias Dos Santos Maria	31/03/1967	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
12	19253	Cristiane Bastos De Almeida	30/01/1974	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
20	17400	Flávia Oliveira Ricardo	13/02/1979	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
35	17112	Luciana Marques	06/11/1980	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
51	13214	Rosane Aparecida Lamega	15/09/1964	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
23	17390	Helani Ricardo De Souza	20/12/1973	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
3	10000	Ana Maria Bettoni Queiroz	14/09/1987	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
5	10966	Andreia Do Carmo Borges Doleski	08/10/1971	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
39	18689	Marcos Fabricio Rossetti Bittencourt	31/10/1988	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
7	10689	Anildo Aladir Schaeffer Gonçalves	01/05/1979	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
38	19683	Marcia Regina Ardigo	22/02/1969	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
41	8800	Maria Júlia Plotegher	29/08/1955	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
58	17409	Thais Ricardo De Souza	02/10/1991	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
4	17078	Ana Maria Demantova	03/05/1955	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
19	12196	Ernilza Dos Santos Lessa	26/10/1967	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
56	10004	Tatiani Medeiros	06/10/1978	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
6	19304	Andreia Felisbino Generoso	08/03/1991	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
37	17166	Manoel Francisco Rodrigues	27/08/1959	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
49	14271	Rogério Sant Ana	30/07/1966	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
43	14682	Mayra Natale Santos Rodrigues	09/07/1990	4	1,00	3	1,50	7	2,50	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

11	14279	Claudia Dani Natalino Sant Ana	13/03/1976	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado
-----------	--------------	--------------------------------	-------------------	----------	-------------	----------	-------------	----------	-------------	------------------

Agente de Educação (20h) Ensino Médio										
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota				
121	15008	Maria Goretti Duplaa Soares	6	1,50	13	6,50	19	8,00	Aprovado	
112	18542	Leticia Alves Jurado	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado	
135	15016	Sandra Luzia Barbosa De Oliveira	9	2,25	11	5,50	20	7,75	Aprovado	
129	17098	Patricia Rodrigues Tavares	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado	
65	11689	Albertina Kuntz Vieira Da Silva	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado	
106	20031	Joao Pedro Lemos Buchalla	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado	
95	19497	Gilmara Fatima Dos Santos	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado	
130	14157	Rafaela Kertichka Pereira	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado	
110	10701	Karin Cristine Westerkamp De Carvalho Salvini	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado	
104	15266	Jaqueline Suzana De Souza	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado	
144	16588	Viviane Alves Fernandes Pereira De Oliveira	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado	
143	14256	Vania Maria De Almeida	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado	
71	11318	édina De Miranda	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado	
94	14097	Gianine Lígia Bittencourt	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado	
89	18724	Eliane Borba Couto	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado	
109	15369	Josiane Da Cunha Martins Felício	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado	
84	10704	Débora Schuelter	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado	



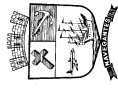
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

99	17309	Ivone Iracema Da Silva	04/10/1982	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
66	10808	Ana Paula De Oliveira	16/11/1983	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
96	12335	Gisely Custodio Dos Santos	26/10/1985	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
100	10063	Izabel Cristina Do Nascimento Martini	22/02/1987	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
92	13312	Gabriela Auache Cortes Pereira	06/09/1990	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
128	19895	Patrícia Hinsching Alves Barbosa	18/04/1969	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
139	9774	Suelen Camacho	10/03/1991	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
132	9335	Roseli Corrêa De Almeida	26/08/1964	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
122	19234	Maricelia Dias Guimaraes Vieira	12/08/1970	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
107	11851	José Miraldo Dos Santos Junior	14/05/1986	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
74	14986	Carolina Baschta	07/09/1988	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
124	9532	Marilin Moreira	23/08/1976	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
85	16672	Denise Aparecida Nascimento	29/04/1974	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
119	11899	Maria Dolores Ehlers	21/06/1960	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
73	9765	Carla Christiane Pereira Da Silva	02/09/1984	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
127	16866	Noraides Justino De Freitas	02/09/1957	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
80	16646	Claudia Ferreira De Sousa	26/03/1972	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
72	16497	Bruna Leal	13/01/1997	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
117	18662	Margit Aparecida Da Silva	12/06/1960	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
123	16459	Marlei Aparecida Gomes Ribeiro	24/06/1978	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
126	10532	Nelzi Neli Inacio Bittencourt	20/08/1981	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
125	12141	Mirian Maria Gesser De Mattos	06/07/1983	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
98	9901	Ivani De Borba	10/03/1952	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
118	14176	Maria Cecília Piolla Seara	17/05/1960	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

114	18414	Luciana Deschamps	17/03/1971	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
120	9142	Maria Giseli Da Silveira	06/02/1988	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
83	18036	Daniele Da Silva Cardoso Flores	13/09/1993	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
115	13519	Luiz Gustavo Saes Agulhari	16/07/1995	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
75	12424	Caroline Souza Santos	08/12/1986	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
101	13159	Janaina Muniz	24/07/1982	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
88	20200	Elaine Cristina Vasttres	05/01/1986	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
113	19687	Lidiane Bilk	30/10/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
86	16466	Devanir Maria Zamariola	21/10/1954	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
111	13454	Leandra Regean Ribeiro Souto	18/11/1978	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
105	10538	Jeannine Ferreira Boing Da Silva	29/10/1992	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
133	16770	Rosemari Aparecida Ramos Nascimento	03/09/1962	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
77	10177	Christiane Dos Santos	22/08/1979	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
142	9387	Tatiana Ribeiro Vilela Camargo	10/04/1973	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
69	9522	Angela Rover Leal	26/04/1976	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
68	12336	Angela Brangrantes	28/02/1992	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
146	17233	Zilda Gaya Da Silva	20/10/1961	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
131	19598	Rosangela Oliveira Dos Santos Carreira	13/03/1964	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
108	16330	Josiane Aparecida Guidi Magarotto	29/07/1980	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
78	12825	Christiane Gambin	24/04/1995	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
140	20099	Sueli Da Aparecida Souza	28/07/1965	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
102	18304	Jane Aparecida Marques Dos Santos	30/11/1973	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
93	19409	Genilda Nepomuceno Pereira	15/05/1982	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
145	16260	Zenilda Candido	21/09/1958	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

103	11750	Jaqueline Rita Celista	29/11/1990	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
81	19224	Cristiane Irene Francisco	14/11/1979	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
70	18983	Ariana Da Silva Martins	21/10/1983	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
138	19235	Sonia Maria Da Silva	13/04/1980	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
91	12406	Eva Maria Alves Silva	14/09/1971	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
87	13844	Elaine Ancini Dos Santos	12/11/1985	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
116	20067	Maingra Regina Fausto	23/12/1988	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
137	10664	Simone Rubia Cabral Freitas	09/09/1970	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
136	9834	Silvania Narciza Sagas Martins	05/10/1973	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
79	19916	Claudete Alves Barbosa Mafra	15/03/1973	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
82	18225	Daniela Corrêa Da Silva Mello	04/12/1977	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
97	13314	Ianaiana Marques De Lima	21/12/1992	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado

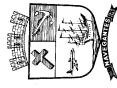
Agente de Educação (30h) | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota			
173	18321	Manuela Ribeiro Sabadini De Morais	23/07/1983	9	2,25	11	5,50	20	7,75	Aprovado
182	10135	Raquel Diomar Alves	15/06/1981	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
184	17847	Roseane De Souza	13/03/1977	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
164	19657	Izete Zimmermann Porfírio	07/03/1964	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
178	13941	Patricia Bonifacio Nhedebaski	11/10/1978	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
185	17663	Sabrina Da Silva Mangrich	06/06/1995	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
171	16912	Lucieide Concari	04/02/1996	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
150	13551	Andria Frömming	30/09/1982	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

155	20116	Drieli Cristina Lebkuchen Ferraz	03/05/1990	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
187	16295	Simone Do Rocio Carvalho	27/06/1979	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
181	15114	Raphaella Noêmia Dutra	26/08/1989	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
165	16728	Janaina Campos Da Luz Henrique	17/03/1983	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
157	12426	Elen Cristina Criz De Jesus	16/10/1987	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
149	9259	Andressa Maria De Santi Pahissa	29/05/1995	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
152	8775	Cleuza Aparecida Gomes	18/01/1981	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
151	9436	Bianca Patrício	16/06/1991	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
167	19768	Jessica Heloise Da Silva Cordeiro	30/12/1989	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
174	15068	Marciana Aparecida De Oliveira	08/03/1979	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
175	19750	Maria Aparecida Rodrigues Da Silva	05/11/1961	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
180	17227	Priscila Lemos	11/08/1988	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
159	9616	Francieli Emilio De Souza	28/09/1988	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
169	19272	Karen Suzane Rodrigues Jeronimo	10/11/1992	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
153	16299	Deisi Aparecida Amaro	12/01/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
188	11850	Tabita Ribeiro Da Silva Pinto	28/09/1989	8	2,00	5	2,50	13	4,50	Aprovado
163	10593	Glais Dos Santos	28/06/1991	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
161	17787	Gabriel Mateus Bento Miguel	30/03/1995	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
154	13557	Dolissete Raimundo	02/08/1971	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
147	18683	Adriani Medeiros Da Silva Mangrich	11/03/1976	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
166	12369	Janete Menezes Do Amaral	27/04/1970	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
158	8961	Francieli Emer Locotti	10/08/1987	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
177	14054	Odilene De Augustinho	15/12/1978	7	1,75	3	1,50	10	3,25	Aprovado
162	11267	Giseli Do Nascimento	31/05/1994	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

176	9450	Marlene Ribeiro Pedroso	14/09/1970	2	0,50	3	1,50	5	2,00	Reprovado
-----	------	-------------------------	------------	---	------	---	------	---	------	-----------

Agente de Educação (40h) Ensino Médio										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
221	9446	Jeferson Andre Pereira	19/03/1987	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
215	17007	Francielle Gonçalves Matos Bispo	18/07/1990	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
242	17422	Priscila Melchert Vieira	25/02/1982	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
250	20270	Tamar Vicente Alves De Moraes	15/04/1988	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado
252	16278	Tânia Liliane Pereira	31/01/1982	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
203	9817	Carlos Silvano De Oliveira	05/12/1983	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
217	16541	Francisca Soraia Bruno Dos Santos Sousa	25/04/1987	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
194	9715	André Felipe Da Costa	09/12/1993	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
198	18320	Ariana Zimmermann Régis Propodoski	07/11/1983	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
223	9881	Jucely Martins	09/07/1991	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
219	16480	Ines Pires Dos Santos	25/04/1983	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
224	10085	Juliana Ardigo Gaidarji	28/01/1986	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
205	9457	Claudine Tolentino De Souza	11/10/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
236	11629	Marília Lira De Souza	08/05/1994	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
197	11580	Anna Lucia Da Silva Pereira	05/01/1970	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
233	16706	Maik Anacleto Lucrezia	28/12/1992	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
201	9325	Brenda Caroline Godoy Schon	02/01/1993	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
240	9719	Mirian Rodrigues	27/05/1982	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
232	9969	Maiara Cristina Pacheco	16/08/1989	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

246	11914	Samara Regina De Mello	11/12/1990	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
214	18115	Fernanda Cristina Machado Gomes	24/01/1993	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
218	17126	Helen Cristina De Souza	25/08/1991	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
235	13445	Marcos Dias Meneghel	05/12/1993	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
226	12329	Ketlin Schmitt	08/12/1994	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
229	19107	Lidiane Souza Da Silva	12/11/1987	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
230	9810	Lindamar Dos Santos Rodrigues	01/02/1967	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
199	20064	Bárbara Carmine Galvez Dias	11/03/1984	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
209	19306	Edilene Neusa De Souza	15/06/1991	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
206	16700	Cledinei Aparecida Ferreira	26/12/1974	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
222	9035	Jessica Morgana Crispim Bernardes	26/11/1988	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
255	15242	Vilma Araujo Porto Schaefer	01/04/1949	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
237	16741	Milena De Pontes Freitas	09/05/1988	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
228	15151	Laiz Cristina Beber	09/06/1993	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
249	9033	Taise De Augustinho	08/05/1995	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
189	17158	Alessandro Luis Gaik	29/09/1988	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
191	9428	Ana Carolina Rosa	19/08/1994	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
211	20155	Eleni Luzia Augusto Maciel	05/12/1956	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
213	19058	Erimar Francisco	19/12/1960	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
210	14836	Ednilça Paulo Da Silva Vicente	02/02/1970	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
216	17090	Francisca Joelma Ribeiro Teixeira	05/08/1970	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
244	18607	Roberta Suavi	17/12/1995	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
208	18954	Cristiane Zimmermann	27/03/1968	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
239	17151	Mirian Balok Sant Anna	03/01/1972	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

243	19231	Regiane Gonçalves	22/11/1983	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
190	10514	Alony De Oliveira	02/04/1988	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
220	9758	Iraci De Oliveira Pilar	17/11/1968	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
193	17436	Ana Paula Ferreira Dos Santos	08/07/1991	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
241	11052	Otávio Chaves Neto	23/01/1993	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
257	12972	Zulmira Gomes	03/07/1979	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
204	12733	Carmen Nelsi Wilbert	16/02/1978	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
207	9375	Cristiane De Borba	29/12/1963	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
212	19217	Elisangela Jacob	18/05/1976	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
192	19664	Ana Flávia Zimmermann Porfírio	12/07/1996	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
238	14799	Miriam Vieira	24/03/1980	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
251	17250	Tamara Luz Domingos	11/07/1993	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
245	12014	Rosa Maria Da Silva	22/01/1967	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
202	11741	Bruna Eduarda Nagel	15/11/1992	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
247	12598	Solange Aparecida Caetano	14/08/1987	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
196	9246	Andrea Ramos	12/09/1969	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
254	10515	Vanessa Cardozo Ouriques	18/12/1983	4	1,00	2	1,00	6	2,00	Reprovado
248	12740	Soraia Cristina Dos Santos	01/01/1900	3	0,75	2	1,00	5	1,75	Reprovado
256	18373	Wagner Almeida Rosa	29/05/1955	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação | Alfabetizado

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
393	16830	Vera Lucia Lima	05/03/1976	5	4,00	5	6,00	10	10,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

268	11628	Angelica Da Silva	16/08/1990	5	4,00	5	6,00	10	10,00	Aprovado
327	18020	Kelly Ferreira Laureano	05/07/1991	5	4,00	5	6,00	10	10,00	Aprovado
261	13354	Ana Paula Da Silva	11/03/1994	5	4,00	5	6,00	10	10,00	Aprovado
319	19105	José Carlos Barboza	11/02/1967	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado
341	17682	Maria Aparecida Ferreira De Souza	20/06/1967	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado
272	17125	Barbara Cristina Bella Cruz	27/07/1985	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado
317	18473	Jessica Ap Leite	10/08/1992	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado
309	16479	Gleice Dos Santos	28/03/1996	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado
350	12736	Maria Rosa Maciel De Oliveira	07/12/1974	5	4,00	4	4,80	9	8,80	Aprovado
361	14488	Patrícia Zilda Dos Santos	29/03/1976	5	4,00	4	4,80	9	8,80	Aprovado
274	11829	Brendon Saturnino	20/07/1993	5	4,00	4	4,80	9	8,80	Aprovado
394	13876	Zeli Da Silva	15/06/1966	3	2,40	5	6,00	8	8,40	Aprovado
348	9020	Maria Helena Ramos Barreiro	18/03/1968	3	2,40	5	6,00	8	8,40	Aprovado
280	14925	Claudinea Schlemper	27/01/1978	3	2,40	5	6,00	8	8,40	Aprovado
366	13017	Rosangela Aparecida Airosso	20/01/1983	3	2,40	5	6,00	8	8,40	Aprovado
287	11740	Denise Souza De Jesus	31/12/1989	3	2,40	5	6,00	8	8,40	Aprovado
342	10353	Maria Aparecida Machado	04/12/1952	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
301	19495	Eva De Fatima Dos Santos	07/05/1964	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
339	17180	Marciani Dos Santos	07/03/1979	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
286	14375	Dúnia Fernanda Antunes	15/06/1981	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
333	16786	Luciene Lopes Barroso De Oliveira	11/08/1986	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
387	17502	Thaiana Marina Cordova	04/01/1988	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
328	18347	Kely Cristina Lopes Araujo	14/05/1985	2	1,60	5	6,00	7	7,60	Aprovado
320	10058	Josiane Da Silva	28/02/1989	2	1,60	5	6,00	7	7,60	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

332	14638	Luciana Da Rosa Branco	18/07/1980	5	4,00	3	3,60	8	7,60	Aprovado
323	16241	Karolina Luiza Cordeiro Dos Santos	31/12/1990	5	4,00	3	3,60	8	7,60	Aprovado
300	16454	Eulice Ullirsch	02/08/1960	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
264	15317	Andréa Silene Dos Passos Bittencourt	29/06/1973	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
329	19279	Laide Esperandio	12/04/1975	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
391	15910	Vanessa Francisco Ramos De Oliveira	16/06/1980	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
324	11439	Kell Eliane Emidio Correa Souza	16/10/1981	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
306	12156	Franciele Correia De Melo	29/12/1986	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
368	19339	Roselane Adriana Miguel	31/07/1988	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
389	9684	Valeska Prestes Fortes	15/08/1994	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
283	11566	Cleusa Alves Da Silva	09/07/1954	4	3,20	3	3,60	7	6,80	Aprovado
363	17120	Rita De Cássia Santana	18/10/1985	4	3,20	3	3,60	7	6,80	Aprovado
292	9487	Edicleia Veiga Da Silva	04/03/1989	4	3,20	3	3,60	7	6,80	Aprovado
357	11903	Michelle Demantova Wendhaunse	25/04/1989	4	3,20	3	3,60	7	6,80	Aprovado
269	9547	Angelina Carolina Carvalho	15/05/1994	4	3,20	3	3,60	7	6,80	Aprovado
313	9967	Ivone Schwambach	15/08/1972	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
325	11610	Kelli Cristina Correa	29/03/1977	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
380	14459	Suzana Rodrigues Silva Dos Santos	02/01/1985	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
267	13543	Angela Maria Da Silva Lopes	20/08/1985	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
315	11730	Jackeline Lisboa Da Luz	06/08/1988	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
265	11011	Andreia Prestes	24/01/1991	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado
294	10366	Eliana De Oliveira Dos Santos	20/07/1973	5	4,00	2	2,40	7	6,40	Aprovado
375	13131	Sileide Nascimento De Freitas Silva	04/01/1979	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
360	19003	Patrícia Reinert	09/02/1979	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

284	11988	Cleusa Da Silva De Jesus	07/02/1982	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
392	10488	Vanessa Martins Neves	11/04/1983	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
258	11919	Alessandra De Carvalho Silva	10/03/1992	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
273	11383	Bianca Cristina Bittencourt	03/08/1993	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
297	11358	Elza Bianekie Skruchinski	15/03/1955	1	0,80	4	4,80	5	5,60	Aprovado
307	12742	Francieli De Souza Gabriel	10/02/1983	1	0,80	4	4,80	5	5,60	Aprovado
289	12963	Doraci Francisco Da Silva	10/01/1937	4	3,20	2	2,40	6	5,60	Aprovado
356	12881	Marlete Francisca dos Santos	05/09/1964	4	3,20	2	2,40	6	5,60	Aprovado
278	11669	Claudete Célia Nascimento	15/06/1967	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
277	15315	Catia Magali Dos Passos	04/02/1969	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
279	17737	Claudia Aparecida Reis Maiximiano	31/05/1981	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
358	10899	Noemi De Oliveira Tibiriça	02/08/1981	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
318	11541	Jorgeane Wosniak	08/12/1983	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
351	9552	Maricélia Souza	02/11/1972	5	4,00	1	1,20	6	5,20	Aprovado
335	10071	Luziane Alves Da Silva	29/05/1974	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
338	12180	Marcia Pires Dos Santos	17/05/1978	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
364	14728	Rosane Dos Passos	08/01/1979	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
316	10470	Jaqueline De Almeida Fiao	04/08/1980	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
330	18645	Lays De Oliveira Reis	18/03/1987	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
282	19399	Cleodir Turella	18/04/1965	1	0,80	3	3,60	4	4,40	Aprovado
340	9212	Maria Aparecida Espindola	23/08/1961	4	3,20	1	1,20	5	4,40	Aprovado
382	11646	Tereza De Lima	20/08/1975	4	3,20	1	1,20	5	4,40	Aprovado
326	19167	Kelli Suellen De Souza	05/05/1983	4	3,20	1	1,20	5	4,40	Aprovado
349	12763	Maria Isolete Decker	10/04/1964	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

296	11644	Eloa Dutra Da Silva Kozarevick	17/07/1965	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
344	12000	Maria Da Gloria Perreira Maass	15/08/1975	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
290	11604	Eclair Cordeiro	20/01/1981	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
381	15344	Tatiane Da Silva	08/12/1982	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
295	13081	Elizangela Maria Da Silva Ribeiro	01/10/1984	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
353	13358	Marilene Dos Santos Zanato	20/10/1971	3	2,40	1	1,20	4	3,60	Aprovado
390	10317	Valleria Da Silva	15/09/1973	1	0,80	2	2,40	3	3,20	Aprovado
312	9228	Ivone Maria Paulino De Mello	03/03/1975	1	0,80	2	2,40	3	3,20	Aprovado
321	20038	Jucelaine Gaudencio Da Luz	05/12/1978	1	0,80	2	2,40	3	3,20	Aprovado
369	14906	Roseli Matias Weiss	29/01/1959	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
343	8815	Maria Aparecida Schneider	09/02/1963	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
347	12501	Maria Do Espirito Santo Silva Teles	06/01/1967	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
386	9254	Terezinha Marquez Pontoli	23/01/1969	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
334	11862	Luiza Helena Bueno De Souza	21/11/1988	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
372	9759	Rozangela Aparecida Nhaia	16/03/1964	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
367	10413	Rosani Beatriz Zimmermann	07/03/1967	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
373	11028	Sandraci Souza Da Silva	10/05/1971	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
384	11641	Terezinha Aparecida De Lima	07/06/1980	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
303	9997	Fabia Inocencio	09/01/1986	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
314	13655	Izilda Maria Da Silva Vieira	21/09/1956	3	2,40	0	0,00	3	2,40	Reprovado
298	11339	Eni Edina De Silva	01/01/1900	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
331	17759	Leonor Santana Romao	14/06/1965	0	0,00	1	1,20	1	1,20	Reprovado
370	19960	Rosemary Dos Santos Ferreira	15/12/1970	0	0,00	1	1,20	1	1,20	Reprovado
346	11152	Maria De Fátima Dos Santos	26/03/1980	0	0,00	1	1,20	1	1,20	Reprovado

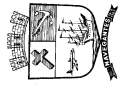


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

377	11801	Sonia De Melo	18/06/1962	1	0,80	0	0,00	1	0,80	Reprovado
322	14395	Juliana Regina Correa	02/04/1989	1	0,80	0	0,00	1	0,80	Reprovado
311	15014	Irene Maria Francisco Silvestre	13/08/1963	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde Alfabetizado										
Cartão		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Situação
Insc.						Acertos	Nota	Acertos	Nota	
396	17684	Ana Paula Knak	28/04/1988	5	4,00	5	6,00	10	10,00	Aprovado
398	13553	Brenda Caroline Ballelo	23/09/1994	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado
400	19918	Diolene Medeiros Valin	23/01/1970	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado
411	8886	Viviane Reiter	16/01/1987	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado
404	16392	Lyncon James Bucher Rodrigues	28/06/1984	4	3,20	2	2,40	6	5,60	Aprovado
407	19336	Marilene Colombo	14/11/1964	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado
397	10112	Angela Maria Jasper	15/06/1957	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
401	19046	Gislaine Josiane Bento	21/09/1984	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
405	12779	Marcia Regina Santana De Souza	21/03/1978	3	2,40	1	1,20	4	3,60	Aprovado
408	14732	Marina Pereira Da Rocha	21/03/1969	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
406	15675	Maria Neusa Brombil Venancio	07/09/1963	0	0,00	1	1,20	1	1,20	Reprovado
410	17136	Sueli Da Aparecida Santos Batista	26/04/1970	1	0,80	0	0,00	1	0,80	Reprovado

Agente de Serviços Gerais-Obras Alfabetizado										
Cartão		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Situação
Insc.						Acertos	Nota	Acertos	Nota	
413	11473	Paulo Carvalho Silva	12/06/1984	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)**

414	17129	Rosa Pires Sant'ana	10/08/1966	3	2,40	2	2,40	5	4,80	Aprovado
-----	-------	---------------------	------------	---	------	---	------	---	------	----------

Arte-Educador Dança de Salão (20h) | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
416	19585	Bianca Alcantara Baldo	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado

Arte-Educador de Artes Plásticas | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
418	17281	Rosiane Domiciano Serafim	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
417	14421	Maria Selma Xavier De Sa	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado

Arte-Educador de Balé | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
419	10324	Berenice Valença Vianna	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado

Arte-Educador de Circo | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
420	19573	Evandro Luís Ignácio Junior	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Arte-Educador de Teatro Ensino Médio									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
423	18873	Felipe Luciano Laurêncio De Souza	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
424	14172	Rafaela Catarina Kinas	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
422	14178	Cleiton Roberto Dos Santos	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
425	17202	Sandra Pantano Tomaz	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado

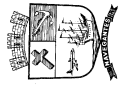
Arte-Educador de Violão Ensino Médio									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
433	18647	Paulo Renato Crispim	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
430	14854	Giander Da Silva Marin	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
428	19762	Bruno Floriano Romao	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
432	10762	Mauri Santana	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
426	16407	Antonio Carlos Uller	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
429	19712	Carlos Fabricio Alves Neukom	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado

Assistente Social Ensino Superior (Geral)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
457	12065	Paula Da Silva Flores	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
451	19227	Lucimara Poletti	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

450	10022	Lourdes Pinheiro Do Carmo	25/08/1976	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
434	8746	Adriane Nascimento Mendonça	23/10/1987	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
443	19471	Josemara Do Amaral	08/06/1984	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
444	15976	Karin Schwengber	18/07/1983	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
449	18144	Liamara Poletti	07/07/1986	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
436	19942	Cibele Fiamoncini Demetrio	15/01/1977	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
454	15288	Mariana Dos Santos	16/04/1980	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
448	16219	Laysa De Araújo	09/02/1988	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
462	16513	Zélia Marques Antunes	05/05/1957	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
435	14979	Bianca Gonçalves Santos	31/01/1980	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
446	12105	Kely Mueller	27/06/1990	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
459	13997	Samanta Botelho Kons	18/02/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
452	16516	Maria Bernadete Canuto	03/09/1966	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
447	20019	Kenia Aparecida De Barros Dias	01/02/1979	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
441	15569	Gisele Nagel	18/06/1981	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
453	10873	Maria Zenede Santos Salazar	31/12/1965	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
442	10184	Ivanir Zeferino Dos Santos	28/06/1972	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
445	10613	Kelly Pereira Da Cunha	06/03/1976	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
460	19368	Suzan Antunes	19/11/1979	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
438	13871	Fernanda Regina Riffel	09/08/1991	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
455	12077	Marinês Segat Taube	25/05/1967	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
456	8858	Patrícia Rodrigues Martins Rosa	17/01/1979	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Auxiliar de Consultório Dentário ESF Ensino Médio										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
467	13281	Kelly Cristina De Augustinho De Bandeira	29/06/1987	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
466	19015	Fabiane Pierre Dos Passos	09/11/1970	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
470	19554	Thayse Cristina Polezza	21/12/1995	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
469	16596	Solange Bueno Pereira Dos Santos	20/06/1978	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
468	17934	Mariana Carla Figleski De Aguiar	15/05/1997	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

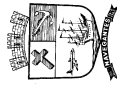
Enfermeiro Ensino Superior (Geral)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
471	16908	Cintia Maria Zerger	28/09/1983	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
486	10180	Sandra Terezinha Vizzotto	24/04/1980	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
473	17880	Cristiane De Carvalho	21/03/1982	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
487	12623	Tiago Dos Santos	14/06/1984	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
477	16530	Flavio Antonio Pereira	07/03/1973	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
484	15370	Monica Terezinha Assumpção De Carvalho	08/03/1966	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
478	15041	Flavio Aparecido Sartori	01/07/1976	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
479	12663	Grazielli Stamato Dos Santos	26/05/1980	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
474	9074	Dilcinara Marques Dos Santos	03/10/1980	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

481	20293	Jessica Dayane Rocha De Almeida	31/01/1988	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
480	9026	Hendy Ruth Vaz Geraldo Duarte	06/07/1984	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
485	19188	Paulo Sergio Scudlarek	30/07/1974	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
472	15140	Cintia San Martins Almeida	24/01/1984	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado

Enfermeiro ESF				Ensino Superior (Geral)						
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
501	9244	Rafaella Rebello	21/11/1986	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
495	16122	Juliana Chaves Costa	31/03/1988	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
489	11376	Carla Juliana Mafra	14/09/1981	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
497	11409	Monica Helen Baracy Gauto	20/03/1986	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
494	12618	Ivania Salete Spricigo Cegala	13/03/1977	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
492	16474	Gisele Cordova Nunes	01/06/1980	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
503	9975	Silvana Adriano Francez	12/01/1972	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
500	11649	Priscila Barbosa Rigaud Neves	20/11/1986	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
499	14834	Paulo Nader	15/02/1982	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
498	20150	Nilton Machado Da Silva	24/01/1969	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
502	14730	Sandra Maria Rodrigues	30/04/1980	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
504	18251	Simey Hallis Da Costa Monteiro	16/02/1990	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Farmacêutico Ensino Superior (Geral)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA
516	9053	Mariellen Araldi		20/11/1986	5	1,25	12	6,00	17
509	11906	Douglas Goelzer		20/03/1981	5	1,25	11	5,50	16
517	12949	Patrícia Muranaka		03/07/1980	6	1,50	10	5,00	16
521	19876	Thayara Tandello Teixeira Portella		25/10/1983	8	2,00	9	4,50	17
505	18085	Amanda Jacobi Trierweiler		20/06/1993	3	0,75	11	5,50	14
518	18066	Pricila Centofante Betiolo		10/10/1986	6	1,50	9	4,50	15
514	9670	Leticia Flausino		24/11/1993	5	1,25	9	4,50	14
519	19883	Priscilla Yumi Gonçalves Ido Silva		06/08/1981	6	1,50	8	4,00	14
515	14200	Loiri Correa		08/05/1966	5	1,25	8	4,00	13
522	9418	Valeska Dias Biagiolli Morette		08/02/1985	5	1,25	8	4,00	13
510	14003	Eclezio Frankenberger		01/05/1979	7	1,75	5	2,50	12
507	15212	Bruno Alves De Almeida		11/07/1988	3	0,75	6	3,00	9
520	12964	Sandra Sayuri Muranaka		01/10/1976	2	0,50	6	3,00	8
506	14835	Bruna Lahud		04/07/1992	2	0,50	6	3,00	8
512	19051	Joyce Maria Famelli Fonseca		20/12/1985	3	0,75	4	2,00	7



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Fisioterapeuta		Ensino Superior (Geral)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
536	19071	Jéssica De Aguiar Menezes	04/03/1992	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado	
535	9029	Haíssa Aguiar Mendes	12/09/1992	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado	
523	12499	Adriana Do Nascimento Possobon	17/05/1981	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado	
548	9729	Vilma De Fatima Meireles	01/01/1983	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	
538	15470	Marina Stenger	15/09/1988	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado	
532	14816	Daiane Cristine Levandoski	08/04/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado	
547	18625	Victor Da Silva Alves	02/04/1993	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado	
534	9177	Gisele Kerber Lautert	23/08/1991	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado	
533	19208	Fernanda Aparecida Da Silva	10/01/1982	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado	
542	12586	Rafaella Caroline Gaya Baldaça	06/04/1990	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado	
541	13529	Nathalia Cristina Prohmann	03/09/1990	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado	
540	17651	Morgana Amanda Vequi	11/09/1990	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado	
528	11676	Caroline Merkle Ferreira	02/06/1993	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado	
530	13769	Claudia Ribeiro Barreto	19/10/1993	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado	
539	15104	Mayane Dos Santos Amorim	10/01/1993	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado	
525	9502	Alini Cristine Lemos Formento	19/07/1987	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado	
524	19705	Aline Da Silva Romano Cipriano	11/08/1979	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado	
546	18329	Tatiane Coffi Da Costa	19/08/1977	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Fonoaudiólogo Ensino Superior (Geral)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	Acertos	Nota	
555	8946			20/08/1982	7	1,75	10	5,00	Aprovado
550	19903			26/03/1986	6	1,50	10	5,00	Aprovado
552	12828			12/06/1983	3	0,75	11	5,50	Aprovado
554	16320			11/03/1973	3	0,75	9	4,50	Aprovado
553	17164			16/07/1959	5	1,25	8	4,00	Aprovado
551	13004			01/09/1989	4	1,00	7	3,50	Aprovado
549	16940			16/01/1974	3	0,75	7	3,50	Aprovado

Instrutor de Artes Aplicadas Ensino Fundamental Completo									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	Acertos	Nota	
556	18857			15/05/1972	6	2,40	5	3,00	Aprovado

Instrutor de Corte de Cabelo Ensino Fundamental Completo									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	Acertos	Nota	
558	12098			27/06/1978	6	2,40	6	3,60	Aprovado
557	9134			15/10/1982	6	2,40	6	3,60	Aprovado

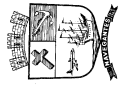


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Instrutor de Crochê e Tricô Ensino Fundamental Completo		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Nota Final	Situação
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota		
560	19357	Lenir De Jesus Dos Santos		01/10/1971		7	2,80	5	3,00	12	Aprovado

Instrutor de Informática (20h) Ensino Fundamental Completo		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Nota Final	Situação
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota		
562	20057	Clayton Moura Belo		23/04/1965		9	3,60	10	6,00	19	Aprovado
566	12973	Leomar José Da Silva		04/05/1993		5	2,00	7	4,20	12	Aprovado
563	9909	Daniela Antonio Pereira		29/01/1974		6	2,40	5	3,00	11	Aprovado
561	11671	Américo Edézio De Souza Jr.		07/06/1992		6	2,40	4	2,40	10	Aprovado
565	20060	Katiane Batista Da Silva Kataoka		26/08/1980		4	1,60	4	2,40	8	Aprovado

Instrutor de Informática (40h) Ensino Fundamental Completo		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Nota Final	Situação
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota		
568	15267	Anderson Do Rosário		03/01/1980		10	4,00	9	5,40	19	Aprovado
574	20004	Leandro Ribeiro De Abreu		04/11/1986		7	2,80	9	5,40	16	Aprovado
572	14553	Isack Wellington Silva Dos Santos		17/03/1995		6	2,40	9	5,40	15	Aprovado
576	20100	Marla Souza Carvalho		07/09/1984		5	2,00	8	4,80	13	Aprovado
573	19252	Kelen Cristina Silva Dos Santos		16/09/1996		6	2,40	7	4,20	13	Aprovado
578	18808	Roberto Machado		17/08/1987		6	2,40	6	3,60	12	Aprovado
581	18261	Roger Douglas Mendonça		04/02/1987		7	2,80	4	2,40	11	Aprovado
580	20248	Rodrigo Bohr		10/10/1996		4	1,60	4	2,40	8	Aprovado



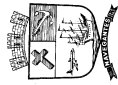
**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)**

571	9087	Gerusa Luiz	02/09/1982	2	0,80	1	0,60	3	1,40	Reprovado
-----	------	-------------	------------	---	------	---	------	---	------	-----------

Instrutor de Manicure Ensino Fundamental Completo										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
585	14707	Maria Raimunda Da Silva Paixao	04/07/1961	5	2,00	4	2,40	9	4,40	Aprovado

Instrutor de Pintura em MDF Ensino Fundamental Completo										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
586	16862	Avelita Muller Campestrini	18/07/1967	7	2,80	3	1,80	10	4,60	Aprovado

Instrutor de Pintura em Tecido Ensino Fundamental Completo										
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
588	12813	Abigail Da Conceição Ferreira	28/11/1965	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Aprovado
589	13299	Maria Aparecida Lemos	07/10/1957	3	1,20	2	1,20	5	2,40	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Intérprete de Libras (20h) Ensino Médio									
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
590	17585	Camila Francisco	24/05/1987	3	0,75	11	5,50	14	Aprovado
592	16919	Marinalva Cleusa Da Silva Machado	30/08/1970	4	1,00	9	4,50	13	Aprovado
591	12293	Cristiane Vicente	09/07/1975	4	1,00	8	4,00	12	Aprovado

Intérprete de Libras (40h) Ensino Médio									
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
594	18358	Ligiane De Oliveira Silva De Oliveira	03/09/1988	0	0,00	10	5,00	10	Aprovado

Leiturista - DAE Ensino Médio									
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
596	15799	Alysson Douglas Fernandes	28/09/1992	7	1,75	12	6,00	19	Aprovado
652	19420	Wilson Thiago De Souza'	03/12/1988	6	1,50	12	6,00	18	Aprovado
642	16755	Pedro Paulo Da Costa	28/06/1959	6	1,50	11	5,50	17	Aprovado
602	16929	Bernardo Marucco Silva	09/11/1995	8	2,00	10	5,00	18	Aprovado
635	19426	Marcelo Starosky	24/01/1982	7	1,75	10	5,00	17	Aprovado
598	8737	Ana Paula Ramalho Saballa	14/06/1988	9	2,25	8	4,00	17	Aprovado
616	18258	Fábio Eduardo Wisintainer	24/10/1970	9	2,25	7	3,50	16	Aprovado
609	11608	Domingos Carlos Neto	27/03/1963	6	1,50	8	4,00	14	Aprovado
638	11227	Matheus Luiz Babinetti	16/07/1996	6	1,50	8	4,00	14	Aprovado
640	16661	Paulo César Gomes Da Cruz	01/02/1967	5	1,25	8	4,00	13	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

644	9698	Ricardo De Barros Pereira	30/07/1971	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
599	19946	Andre Fornara Walter	19/12/1983	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
605	16723	Deley Ednesio Ouriques	16/11/1982	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
632	17230	Lázaro De Oliveira Silva	14/12/1991	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
625	16746	Jessé Da Silva Teixeira	21/11/1981	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
613	19374	Erik Willian Do Nascimento Yagi	30/01/1983	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
615	19934	Fabiana Aparecida Da Silva	01/12/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
623	9447	Jeferson Gabriel Andre	14/11/1985	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
600	16364	Apolo Marques De Amorim	13/01/1975	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
603	19018	Claudio Roberto Gaio	18/01/1963	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
639	11605	Pablo Darlã Marques	15/10/1988	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
631	16472	Juliete Brito Santos	08/03/1990	7	1,75	6	3,00	13	4,75	Aprovado
641	19104	Paulo Roberto Pereira	22/09/1960	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
611	11745	Elton Pauli Nascimento	06/05/1994	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
617	19557	Francisco Araujo Da Silva Neto	20/05/1994	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
610	20255	Elen Dos Santos Paixão	24/08/1987	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
651	13597	Tulio Rafael Farias	17/05/1988	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
601	17526	Ariadne Mendes De Miranda	04/12/1989	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
608	11797	Diogo Jandir Wanger	21/01/1986	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
621	14550	Ildson Da A Nunciação Cerqueira	11/01/1990	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
646	14833	Ruberval Freire Negreiros Junior	18/04/1972	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
612	15690	Emerson Luiz Nardes	24/08/1973	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
645	17680	Rosimeri Silva Maria	22/08/1982	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
614	16470	Ezequiel Alves Da Rocha	25/06/1987	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

643	18202	Regiane Gisele Da Silva	27/02/1982	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
647	9504	Saymonn Cristiann Pacheco	30/06/1985	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
629	9998	Joelma Andercia Patricio	20/10/1974	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
597	13981	Amilton Wanderley Dos Santos	11/04/1982	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
619	14487	Glauca Melchiorretto Kraisch Avansini	10/12/1971	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
618	18771	Gisele Cristina Santiago	03/05/1984	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
626	13882	Jessé Valmor Mariano	04/12/1980	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado

Médico Anestesista Ensino Superior (Geral)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
653	19073	Gisana Maria Da Silva Wriethorn Rodrigues	18/04/1981	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado

Médico Auditor Ensino Superior (Geral)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
654	11328	André Batista Ribeiro	07/12/1988	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado

Médico Clínico Geral Ensino Superior (Geral)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
658	10687	Gerusa Coelho Vaz Murer	20/08/1985	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
659	10757	Luiz Gustavo Teixeira Pinto	15/05/1974	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
661	14379	Vania Sanchez Prette Godo	22/11/1978	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

657	16883	Camila Gindri De Carvalho	22/09/1989	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
-----	-------	---------------------------	------------	---	------	---	------	----	------	----------

Médico Endocrinologista | Ensino Superior (Geral)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
662	19928	Rosangela Bogo Galindo	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado

Médico ESF | Ensino Superior (Geral)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
663	19075	André Alexey Polidoro	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
665	19499	Jaime Ribeiro Freitas	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
664	12382	Anelise Perondi	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado

Médico Ginecologista | Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo...

Médico Oftalmologista | Ensino Superior (Geral)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
668	11962	Flavia Nagel Da Silva	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
670	12441	Patrícia Marcela Mesquini	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
669	19641	Natacha Cavasini Hoffmeister	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado

Médico Otorrinaringologista | Ensino Superior (Geral)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
675	14031	Lys Maria Allenstein Gondim	05/02/1977	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
673	11753	Alice Andrade Takeuti	09/05/1986	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
674	12816	Izabela Rodrigues ávila	22/12/1983	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
676	16595	Renato Tadao Ishie	16/10/1983	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado

Médico Pediatra Ensino Superior (Geral)										
		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Situação
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota	
677	19628	Elisa Schenkel	17/03/1973	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado

Médico Radiologista Ensino Superior (Geral)										
		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Situação
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota	
682	13781	Thiago Casagrande Do Canto	03/10/1984	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado

Médico Urologista Ensino Superior (Geral)										
		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		Situação
Cartão	Insc.									



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

683	13126	Fabio Sant Anna De Moraes	05/03/1979	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Nota Final	
				5	1,25	7	3,50	12	4,75
									Aprovado

Médico Vascular (10h) Ensino Superior (Geral)									
		CANDIDATO				CG		CE	
Cartão	Insc.		NASC.	Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	Situação
684	11904	Eduardo Zeilmann	07/11/1979	6	1,50	7	3,50	13	5,00
									Aprovado

Monitor de Educação Infantil Ensino Médio									
		CANDIDATO				CG		CE	
Cartão	Insc.		NASC.	Acertos	Nota	Acertos	Nota	TA	Situação
976	9891	Marise Moser	23/11/1978	4	1,00	13	6,50	17	7,50
779	11015	Daniela Cristina Urbano Moura	15/12/1982	3	0,75	13	6,50	16	7,25
863	17005	Jair Lucas Mariano Júnior	21/10/1994	9	2,25	10	5,00	19	7,25
744	13385	Bruna Dos Santos Brasiani	07/09/1996	4	1,00	12	6,00	16	7,00
802	8880	Elaine Santos Da Cruz Silva	04/02/1982	8	2,00	10	5,00	18	7,00
1103	9503	Verginia Aparecida Jarski Antunes	11/02/1968	5	1,25	11	5,50	16	6,75
1038	16449	Rosangela De Carvalho	30/09/1976	5	1,25	11	5,50	16	6,75
736	17480	Anna Claudia Gaya Costa	10/05/1983	5	1,25	11	5,50	16	6,75
910	8973	Karina Satiro Da Silva	12/09/1990	7	1,75	10	5,00	17	6,75
860	10287	Jaciane Barros Oliveira	04/05/1995	7	1,75	10	5,00	17	6,75
1069	14409	Sirlene Francisco Vieira	19/08/1970	4	1,00	11	5,50	15	6,50
918	11121	Larissa Cristini Da Silva	31/01/1992	4	1,00	11	5,50	15	6,50
1060	19458	Sarah Cristina Bittencourt	27/02/1993	4	1,00	11	5,50	15	6,50
									Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

893	14385	Juliana Custodio Da Silva	18/08/1985	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
724	10498	Andreia Pereira Andrade	10/12/1988	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
944	13466	Maisa Antonio Faustino	21/06/1989	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
871	16441	Jéssica Nascimento	23/04/1991	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1058	17148	Sara Pereira Leite Dos Santos	11/12/1977	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1104	15463	Vilmara Alvelina De Souza	26/12/1983	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
914	19948	Ketlen Fernanda Boffamam	31/07/1995	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
810	16563	Ellen Michely Leme	11/10/1996	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1077	14369	Taciara Wiersbitski De Almeida Rosanelli	18/06/1978	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
990	14080	Micheli Adriane Raue Verediano	19/03/1984	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1004	20024	Paloma Cristiane Da Silva	07/07/1988	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
788	10799	Dayani Assolari Saldanha Xavier	29/10/1987	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1071	15001	Solange Ristow Sidor	08/08/1983	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
700	9672	Amanda Vitória Da Costa	24/12/1995	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
899	14251	Juliana Nascimento	23/04/1991	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
908	8976	Kamila Satiro Da Silva	13/05/1996	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
917	12641	Laise Camila Pereira De Sousa	25/01/1988	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
1088	14106	Tânia Wendhausen Ramos Da Silva	29/12/1952	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
1106	10786	Viviane Colla	16/03/1979	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
925	11718	Leonardo José Pereira Ferreira	15/04/1987	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1026	9625	Rafaela Inthurn	02/12/1988	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
841	14356	Gislaine Fernanda Antunes	09/10/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1096	10783	Vanessa Cardoso Amaral	11/06/1990	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
832	12417	Geise De Oliveira	27/01/1994	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

892	10556	Juliana Burlan Da Silva	13/05/1994	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
746	9138	Bruna Regina Pereira	17/02/1995	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
962	14049	Maria Ivani Reis	08/11/1959	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
956	14480	Maria Auxiliadora Costa Santos De Freitas	09/11/1964	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
850	19322	Iliane Ricardi	06/01/1975	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
701	15460	Ana Camilo Galieta	10/11/1976	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
714	16361	Ana Paula Felício	07/01/1987	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
847	13980	Heidiane Ribeiro Da Costa	16/09/1990	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
870	11970	Jéssica Jaques	14/02/1995	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
981	9751	Mayely Guzatti Parizotto	05/07/1995	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
786	13242	Dara Haline Dos Santos	23/12/1995	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1086	12765	Tatiane Ferreira Anacleto	15/01/1986	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
993	8930	Nadimar Krenkel	20/08/1988	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
738	15277	Arlison Pereira	21/04/1961	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
685	9192	Adalgisa Verena Paranagua	26/06/1982	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1105	14768	Viviane Benta Da Cruz	05/12/1984	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
748	8853	Carine Boreck	26/06/1990	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
790	9511	Denise Cristina Brito Das Mercês	18/03/1991	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
752	12363	Carolina Maba Da Silva	14/04/1995	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
710	9004	Ana Paula Barcello	15/03/1996	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
731	9544	Angela Maria Anacleto	10/05/1980	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
915	17949	Keyla Silvano Memoria Souto	30/03/1997	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
851	11716	Ingrid Gomes Barboza	03/01/1997	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

882	19579	Joana D'arc Da Costa	01/05/1975	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
816	8751	Fabianne Paulino De Oliveira	24/10/1980	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
753	11780	Carolina Pamplona Maciel	03/07/1981	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
934	13855	Luana Cristina De Jesus	28/09/1982	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1029	9388	Regiane Moreira Da Silva	05/11/1983	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1068	10442	Simone Cardoso Esteves	03/01/1985	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1057	13705	Sandy Suelen Regis Da Silva	08/12/1989	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
855	9188	Ivana Aparecida Harbs	18/06/1991	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
698	10285	Amanda Nayra Pereira Da Cruz	13/07/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
692	19316	Alba Susana Cardoso Da Silveira	14/11/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
987	8941	Micaela Marina Diaz	23/11/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
712	12622	Ana Paula Cordeiro Hinckel	09/08/1993	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
826	12267	Francine Simas	05/03/1995	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1073	12591	Stephanie De Souza	15/01/1996	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
991	13150	Mikaele Karina Rech	04/07/1996	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
913	10109	Kelli Fernanda Bauer	19/07/1996	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1051	15381	Samanta Do Nascimento Torres Strapasson	12/03/1979	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
959	19640	Maria De Lourdes De Lira Santana	25/12/1980	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
723	15407	Andreia Matias Da Silva Wilk	21/12/1982	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1076	12028	Tabata Leontina De Oliveira	24/08/1988	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
773	15334	Dalana Cristina Gonçalves Silveira	28/02/1989	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
945	9471	Manoelly Cristina Leite Couto	17/06/1996	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
940	15560	Ludmila Matos Vieira Da Silva	08/05/1994	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

831	11808	Gabriela Rodrigues Mafrá	15/05/1997	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
706	9102	Ana Cristina Barbosa Guerra	23/12/1973	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
858	19308	Izete Cardoso Da Silveira	26/03/1975	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
807	12122	Elisandra Jacinta Marchioro Leitaó	28/03/1981	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
721	19371	Andréa Altini	15/02/1983	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
715	12739	Ana Paula Kalenik	31/12/1984	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
895	18278	Juliana Da Luz	15/08/1986	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
735	11561	Anielen García	11/06/1990	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
881	10785	Jhuly Gonçalves De Oliveria	08/01/1994	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
988	18543	Michele Dias Da Silva	17/05/1996	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1036	10429	Rosangela Andrade De Araujo	04/11/1964	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
730	8797	Angela Aparecida Celestino	13/10/1979	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
884	10124	Jordania Leite Morais	12/04/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
996	12268	Natali Costa De Souza	25/04/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
728	9220	Ane Karoline Portella	08/12/1988	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
812	9826	Erica Helena De Souza	04/06/1989	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
803	9278	Elica Da Silva	05/04/1990	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
941	14577	Luiz Felipe Furtado	26/10/1991	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1020	11007	Priscila Odete Da Silva	16/04/1994	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
791	18700	Dieini Siqueira	16/07/1994	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
725	16851	Andressa Alves Da Silva	31/10/1994	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
745	11408	Bruna Monique Gonçalves Bittencourt	24/12/1994	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
896	9326	Juliana Del Moro Garcia	26/07/1995	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
708	19563	Ana Flavia De Jesus	05/09/1995	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1000	12367	Nelsi Miranda Dettoni	08/01/1959	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado
767	15539	Cláudia Maria Cipriano	30/10/1973	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
758	11680	Catiane Alves	25/04/1978	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
891	13489	Jucimara Mail Inocêncio Bondavalli	18/11/1982	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
885	10887	Josceimeri Batista De Lima Gruttner	30/01/1984	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
1019	19886	Priscila Elisa Mafra Cardoso	07/03/1985	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
762	19312	Christiane Eufrazio	11/08/1974	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
897	12082	Juliana Dos Santos	04/08/1984	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1043	11998	Roselaine Sausen Lenz	08/02/1986	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1099	14023	Vanessa Francine Costa Prestes	24/10/1986	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
824	16237	Francielle Aparecida Manoel	19/02/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
769	17648	Cristiana Aparecida Teixeira	26/04/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
905	9479	Juliane Romao	13/01/1990	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
742	17946	Bruna Caroline Pereira	13/05/1990	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
924	13096	Lelayne Da Rocha	29/04/1992	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
869	11558	Jéssica Dos Santos	22/04/1994	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
732	16457	Angela Maria Anacleto	29/04/1996	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
985	18759	Merily Jeniffer Da Silva	11/12/1996	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
821	13189	Flavia Ruiz De Oliveira Vieira	12/01/1976	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
854	10655	Isabel Cristina Da Rocha	06/01/1979	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
935	14882	Luciana Anacleto Claudino	16/04/1981	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
909	11805	Karina Cruz	18/12/1986	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1003	19034	Odaiza Keila Teixeira	05/05/1987	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
688	10632	Adriana Conrado	13/04/1989	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

836	8791	Geruza Darci Francisco	13/01/1990	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
916	8943	Laís Scarlet Coelho Galvez	08/11/1991	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
969	17318	Mariele Alves De Miranda	23/01/1994	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1006	20168	Paloma Regiane Cunha	29/10/1994	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
943	19956	Maiara Anjo	29/06/1995	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
699	12001	Amanda Rissatto Geron	28/07/1995	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
930	11429	Lidiane Henrique De Araújo	12/09/1981	0	0,00	9	4,50	9	4,50	Aprovado
973	15830	Marilúcia Bazotti	05/07/1973	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
737	19801	Ariana Da Silva	24/08/1983	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
902	17012	Juliana Reis Gonzaga	29/12/1983	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1080	15526	Talitha Michely Samenezes Dos Anjos	11/06/1985	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1097	18504	Vanessa Da Silva Godinho	20/11/1987	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
967	19163	Maria Terezinha Felício	09/01/1988	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
776	17510	Daiane Da Rosa Lopes	08/03/1990	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
875	8782	Jenaina Barboza Da Silva Vianna	24/02/1992	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
754	17482	Caroline Silva Da Silveira	12/03/1996	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
953	9405	Maressa Naara Faustino	11/09/1996	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
686	9665	Adilia Antunes Hildefonso	09/11/1968	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
693	19496	Alessandra Geraldo	24/12/1974	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
720	13459	Andeia Nogueira Da Silva De França	26/11/1979	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
704	11224	Ana Célia Moura	28/05/1980	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
718	9805	Ana Paula Schmitt	08/08/1981	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
937	12589	Luciana Silva Alves	05/04/1982	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1100	13043	Vani Boaskevis	18/08/1983	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

759	18336	Catilha Cristina Borges	28/10/1985	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
784	15496	Danielli Bonin	30/04/1986	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
911	15260	Katia Luciane Moraes Coelho	03/05/1987	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
879	9290	Jessika Mayra Dranka	01/02/1991	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
874	19114	Jeanice Jucelândia Laurindo	18/09/1992	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
743	11872	Bruna De Oliveira	21/03/1994	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
815	11923	Fabiana De Carvalho Silva	28/03/1994	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
859	18307	Jaíne Marques Dos Santos	19/04/1994	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
999	15773	Nayara Teixeira	06/04/1997	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
830	9284	Gabriela Duarte Da Silva	17/05/1997	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
939	12074	Lucinéia Mourão Tavares De Oliveira	31/12/1982	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
982	18946	Mayra Cristina Garcia Costa	03/02/1986	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
796	13320	Edicleiamargarete Mendonça Nascimento	21/06/1972	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1018	11069	Persia Luiza Feirreira	15/04/1975	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
827	9353	Francisca Elisandra Dos Santos Sousa Silva	05/08/1982	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
984	13193	Merieli Da Costa	23/05/1984	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
948	10179	Marcia Da Silva Pecharka	21/01/1985	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
775	9871	Daiane Cristina De Assis	28/02/1988	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1025	9571	Rafaela Aline Cruz De Souza	12/11/1989	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1075	8919	Suzan Ketlen Przybychewski	01/02/1994	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
755	19480	Caroline Silveira	18/07/1995	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1063	12083	Shaiene Kelly Do Amaral Da Silva	21/02/1997	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1012	17922	Patricia Bajadares Da Silva	06/07/1978	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

839	17373	Gisele Jorge	05/02/1982	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1084	18978	Tatiane Carla Pereira	11/09/1984	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
763	15386	Cinara Aparecida Justino	16/01/1985	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
903	9559	Juliana Stanck Pereira	14/05/1985	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1010	12687	Patricia Damasceno Nunes	11/03/1986	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
946	11810	Marília Martins Fabrício	09/05/1988	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1007	19307	Pamela Priscila Pereira Da Silva	12/05/1988	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
771	16965	Cristiane Espindola	16/08/1990	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
783	16501	Daniella Donca	23/09/1992	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
768	9160	Crislaine Espindola	14/03/1994	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
848	17016	Hendy Jackeline Silva Indalencio	10/03/1995	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
928	19293	Leticia Micheluzzi	08/07/1996	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1023	16057	Quezia Arcelino Valentim Silva	21/09/1996	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
747	17917	Camila Da Costa Antunes	08/03/1997	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
857	13071	Ivone Portella De Lima	12/01/1979	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
770	11291	Cristiane Aparecida De Souza	13/12/1985	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
819	11868	Fernanda Lemes Brites	01/01/1989	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
927	8988	Leticia De Paula Almeida Rosa	22/08/1990	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
933	19379	Liodete Da Rosa	24/06/1968	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
983	18975	Márcia Pereira Basil	10/06/1979	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
835	12092	Gerusa Tatiane Crispim	06/09/1980	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1064	15287	Shanna Francesca Borges	25/01/1988	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1059	10674	Sara Thais Marcondes De Ramos	04/11/1991	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1015	10855	Paula Calian Dos Santos	24/03/1993	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado



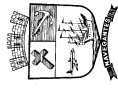
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

825	17122	Francielle Ignacio De Oliveira	19/06/1994	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
823	11768	Francieli Rodrigues	14/08/1994	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1005	13602	Paloma De Andrade	20/09/1994	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
912	10944	Keitiele Correa Da Silva	08/02/1995	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1056	11616	Sandra Rosalina Andre	07/02/1996	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
966	13623	Maria Soraia Da Silva	09/07/1974	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
964	9493	Maria Nilzideth Da Silva Santos	05/08/1980	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
809	10573	Elizandra Eger Xavier Costa	28/09/1981	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1021	9594	Priscila Silva Souza Do Vale	05/07/1982	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1034	17209	Rosa Pricila Bagues	11/09/1982	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
887	12052	Josiane Romani	16/09/1986	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1027	9656	Raquel Rosi Joenck Da Cunha	14/12/1986	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1028	10549	Raquel Silva Vieira	19/05/1988	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
992	11799	Morlowe Cruz	14/08/1990	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
756	14758	Carulini Alexandrina	30/05/1992	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
733	9235	Angelica Suely Andre	23/06/1992	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
901	18997	Juliana Pereira Do Nascimento	29/05/1993	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
822	17749	Franciane Aparecida Celista	24/04/1994	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1102	12977	Válery Lei Rodrigues	21/12/1996	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
960	11997	Maria De Lurdes Pereira De Lima	15/01/1982	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
907	10262	Jureide Padilha Vogel	21/08/1969	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
961	12666	Maria Inez Soares Toledo	20/12/1969	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
950	10983	Marcia Maria Maestro	15/04/1974	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
780	9045	Daniela De Almeida	12/02/1979	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1070	9184	Solange Aparecida Canofre	29/12/1981	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
963	17197	Maria Juliana Bagues	11/07/1989	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
843	8827	Gleiciani D'avila Machado	16/01/1990	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
1078	17403	Taiana Jorge	20/06/1990	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
781	11816	Daniela Fabricio	16/12/1992	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
861	11627	Jacqueline Silva Barbosa	19/11/1994	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
1016	16685	Paula Roberta De Aguiar	06/01/1996	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
811	14495	Eloir Terezinha Da Silva Trento	29/10/1965	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
971	18605	Marilene Noronha Medeiros	30/04/1976	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1095	12097	Valquiria B De Melo Aguiar	26/04/1978	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
975	19387	Marisangela Aparecida Godinho	15/04/1980	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1032	17817	Rogeria Zanotto De Oliveira	22/05/1983	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
814	11195	Fabiana Alves	15/04/1984	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1065	12346	Shirlene De Oliveira Silva	03/01/1986	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
876	12694	Jessica Caetano Antonio	05/04/1991	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
890	12088	Juciane Isabel De Souza	16/06/1991	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
711	18033	Ana Paula Berkenbrock	23/10/1994	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
894	11213	Juliana Da Costa Silva	12/12/1994	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1061	8842	Scarleti Kauana Galieta Cabral	15/12/1994	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
942	9546	Luzia Caroline Luçolli	25/01/1995	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
980	14598	Mayara Pedrozo	15/12/1995	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
886	13456	Josiane Leal Couto	25/11/1978	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
761	15419	Charlene Fátima Da Siva	16/04/1982	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
845	8925	Grasiele Gomes Santiago	03/03/1986	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1085	14277	Tatiane Carneiro Chzuchman	08/03/1989	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1048	19846	Roziane Cassia Ferreira	26/02/1995	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
923	8900	Leidiane Deluca	11/12/1990	0	0,00	7	3,50	7	3,50	Aprovado
760	17836	Célia Teresa Dos Santos	30/04/1962	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
965	15488	Maria RONALDA Paranaquá Dos Santos	23/05/1965	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
978	10097	Marli Aparecida Soares	11/12/1967	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
995	12943	Nair Maria Mance	07/07/1970	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1066	17330	Silvana Aparecida Da Silva Rodrigues	15/09/1971	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1044	12040	Roseli Da Rosa	22/02/1974	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
785	16346	Danubia Clementino	01/05/1981	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1046	17362	Roseni De Andrade Siqueira Matuzaki	02/04/1984	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
904	9707	Juliane De Souza	04/08/1985	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
947	13487	Marcele Cristine Da Silva	11/08/1985	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1030	18894	Roberta Aline Da Luz Patrício	02/08/1988	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
866	12980	Janaina Rocha	10/12/1988	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
829	12895	Gabriela Batista Machado	18/02/1989	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
794	15030	Edelir Pereira De Lima	24/01/1990	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1067	19376	Silvana Casarin Machado	06/03/1990	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1017	9274	Pâmela Cristina Inácio	27/11/1993	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
777	10125	Daiane Stephani Passos Da Luz	07/09/1995	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
697	17242	Amanda Da Silva	09/11/1995	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
741	11344	Bruna Aparecida Lopes Dos Santos	21/11/1995	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
864	15944	Janaina Alice Borges Da Silva	25/12/1995	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1001	12358	Nicolý Ianka Moreira	18/02/1996	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

955	19295	Maria Aparecida Dos Santos Pereira	05/01/1969	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1037	10120	Rosângela Da Penha Lucas Morais	27/06/1975	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
707	19864	Ana Cristina Dos Santos	28/07/1979	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
757	15637	Cátia Regina Frottini Da Silva	19/10/1979	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
808	18257	Elisandra Machado De Borba Costa	09/09/1980	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
853	19931	Iolanda Franciele Boges	03/03/1991	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
713	16432	Ana Paula Fagundes Mendes	06/09/1986	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
787	13955	Dayane Shaiane Borba	30/09/1990	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
862	13020	Jaina Ellen Luz	03/09/1993	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
1054	14945	Samara Malena Dos Passos	06/09/1993	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
977	14039	Marlei Beatriz Wolfart	05/04/1995	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
1052	10144	Samantha Francéz Francisco	01/07/1996	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
1087	19164	Tatiane Sílvia Borges Da Costa	22/04/1979	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
838	10023	Gisele Cristina Lourenço Do Nascimento	25/04/1983	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
865	9515	Janaina Correa	06/09/1985	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1101	8940	Vanilce Dos Santos De Almeida Hólek	19/05/1986	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
929	12327	Leticia Rosenbrock	09/02/1990	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1050	12795	Sabrina Adami	22/10/1990	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
889	16089	Jucemara Linhares De França	19/06/1991	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
920	15475	Laura Paula Monica	25/08/1991	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1042	9084	Roseani Fátima Rereira	27/12/1991	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
702	9599	Ana Caroline Couto Maes	26/03/1993	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1081	8996	Tamires Barbalho Oliveira	14/05/1995	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
834	16860	Gerusa Amabilly Vieira Camilo	01/06/1996	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

778	10468	Damaris Alves Barros	19/08/1996	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
989	10036	Michele Regiane Amaro	21/02/1997	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
798	15228	Edna Da Silva Chagas	01/10/1959	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
1089	9601	Teresa De Amorim De Souza	11/05/1963	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
764	9196	Claudia De Azevedo Velho De Souza	21/04/1982	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
772	12682	Cristiane Ferreira Brites	14/08/1992	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
691	11870	Alaide De Souza Vieira	12/09/1980	0	0,00	6	3,00	6	3,00	Aprovado
1092	9164	Thaísa De Oliveira	11/09/1995	0	0,00	6	3,00	6	3,00	Aprovado
951	16547	Marcia Regina Luciano Severino	07/12/1969	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
938	17074	Luciane Cordeiro De Lima Silva	14/09/1973	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1014	19952	Patricia Simone Siewert	23/01/1975	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
818	11299	Fernanda Eguilhor Rodrigues De Miranda	15/06/1984	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
792	14129	Dorenilce Tavares Costa Reis	28/03/1987	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1031	16856	Roberta Cristine Tavares	13/09/1988	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1098	18273	Vanessa Farias Batista De Oliveira	24/08/1989	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
795	17976	Edicleia Ribeiro	20/11/1991	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
867	8865	Jaqueline Bonette Rosa	15/11/1992	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
846	10403	Greici Kelly Inthurn	06/01/1993	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1035	11916	Rosana De Jesus	20/08/1994	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
703	11825	Ana Caroline Ouriques	20/09/1995	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1072	15076	Stefani Larissa De Souza	17/12/1995	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
696	8939	Amanda Carolina Dos Santos Mendes	15/05/1996	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
954	12271	Mari Lise De Souza Setter	17/05/1966	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
936	17654	Luciana Santana Dos Santos	17/11/1971	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

694	14234	Alexandra Da Silva Batista Venancio	22/06/1989	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
906	14859	Juliane Telles De Bastiano	31/03/1990	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
717	16490	Ana Paula Ranguetti	27/06/1997	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
898	9542	Juliana Francisco Spengler Da Rocha	02/10/1977	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado
765	19602	Claudia Silva Dos Santos	30/03/1979	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado
750	13726	Carla Saraiva Da Silva	19/08/1983	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado
1079	14321	Taise Pereira	23/11/1991	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado
900	10754	Juliana Patrícia Delfino Godinho	01/01/1900	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
921	18309	Laurora Dalberti De Jesus	19/02/1958	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1002	13633	Nilza Custodio Maciel	20/09/1968	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1055	17798	Samira Valter	09/01/1980	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
952	15815	Marcilene Zardo	09/04/1980	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
801	19848	Elaine Cristina Pereira	25/02/1985	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
820	11520	Flavia Andrade Dos Santos	08/02/1993	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
690	20020	Adrielli Aparecida Nunes Souza	27/06/1993	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
994	13477	Naiara Krenkel	29/05/1995	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
932	15105	Liliane Silveira Da Silva	24/04/1982	0	0,00	5	2,50	5	2,50	Reprovado
878	11623	Jessica Caroline Kruchinski Ribeiro	29/11/1996	0	0,00	5	2,50	5	2,50	Reprovado
970	19212	Marilene Moraes	09/06/1970	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1074	9838	Suilian Santos De Lima	07/08/1981	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
868	10709	Jaqueline Terezinha Hartung	06/07/1988	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
849	9094	Hindianara Mendes	16/04/1989	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
998	12879	Nayara Dos Santos	02/12/1990	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
804	13846	Elidiane Helia Albano	01/12/1991	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

727	14585	Ane Caroline Dos Passos	15/07/1995	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
789	15758	Débora Cristina De Almeida Santos	24/07/1995	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1093	20156	Thatiane Aziliero	13/06/1997	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1094	20062	Valdirene Aparecida Gonçalves	24/12/1969	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
1047	10267	Rosimeri Tavares	02/09/1974	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
1033	10084	Rosa Maria De Fatima Batista Gomes Adriano	11/09/1978	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
705	13893	Ana Claudia Silva Dos Santos	08/12/1980	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
722	11777	Andrea Roberta Rupp Miranda	29/10/1983	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
716	14045	Ana Paula Militão	05/01/1992	1	0,25	4	2,00	5	2,25	Reprovado
856	14407	Ivone Somariva	13/05/1981	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado
1008	17082	Pamela Teresinha Da Silva	27/03/1992	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado
986	13843	Merlei Mara Ripari De Medeiros	13/01/1973	5	1,25	2	1,00	7	2,25	Reprovado
806	9882	Elisandra Francisco Pereira	16/10/1982	0	0,00	4	2,00	4	2,00	Reprovado
1049	18235	Rute Cordeiro	21/04/1962	2	0,50	3	1,50	5	2,00	Reprovado
719	10415	Anézia Solange Dias	25/03/1962	4	1,00	2	1,00	6	2,00	Reprovado
828	18046	Francisca Nazaré Costa Silva	12/10/1992	4	1,00	2	1,00	6	2,00	Reprovado
968	20222	Maria Valcira Vieira	20/01/1956	1	0,25	3	1,50	4	1,75	Reprovado
1039	17476	Rosangela Ferreira Rodrigues	30/09/1973	1	0,25	3	1,50	4	1,75	Reprovado
800	12107	Edvania Pereira Dos Santos	13/04/1986	1	0,25	3	1,50	4	1,75	Reprovado
957	12673	Maria De Fatima Geraldino	14/05/1961	3	0,75	2	1,00	5	1,75	Reprovado
813	19301	Ewelín Da Silva Leal	11/08/1994	0	0,00	0	0,00	0	C/X	Eliminado
1040	10131	Rosangela Leite Morais	10/12/1977	0	0,00	0	0,00	0	A/ASS	Eliminado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Motorista Socorrista SAMU Ensino Médio										
CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1115	11791	Guilherme Salvi De Oliveira Iensen	24/09/1993	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
1117	11765	Marcos Aurelio Martins	10/06/1975	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado
1118	15149	Rafael Marchand	24/05/1979	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
1122	18364	Suzani Mara Boettger	08/01/1970	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1113	12503	Ednei Alexandre Borba	18/07/1975	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1114	13606	Eduardo Farias	06/08/1966	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1116	9357	Marcelo De Carvalho Arantes	30/10/1981	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1119	17289	Reinaldo Pfleger Junior	26/04/1990	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1112	9205	Daniel Messias	29/07/1976	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1110	15790	Claudemir Antonio Da Silva	02/03/1984	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1121	11767	Sandy Evers	06/11/1991	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1109	14442	Antonio Marcos Lopes	05/07/1972	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado

Nutricionista Ensino Superior (Geral)										
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1137	8832	Marcelo Bauer Carlini	28/05/1986	8	2,00	14	7,00	22	9,00	Aprovado
1127	18589	Daniella Schmit	02/01/1993	4	1,00	14	7,00	18	8,00	Aprovado
1133	9902	Joseane Colzani	04/12/1988	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
1134	18207	Julia Graziela Bittencourt Ledra	16/07/1984	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1124	15905	Bruna Taufenbach	24/12/1988	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1144	9841	Thais De Borba	16/02/1987	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1123	11779	Andressa Lorenzoni Frizzo	06/06/1990	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1130	12531	Fernanda Abravanel	13/06/1992	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1126	14150	Cintia Joseane Moretti	10/08/1987	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1132	9320	Henrique Persch Ribeiro	13/05/1991	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1128	16988	Débora Dos Santos	31/07/1989	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1125	12326	Camila Cristina Bianchi	04/11/1991	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1131	8949	Franciane Da Silva	08/12/1989	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1143	10292	Susane Fanton	10/01/1991	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1140	10299	Paula Manoela Nienkötter Da Silva	31/05/1990	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1138	12322	Maura Bagnolin Farias	19/09/1986	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1139	12938	Meri Lisabeth Prust	29/07/1989	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1129	18079	Fabrina Centofante Betiolo	31/08/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado

Odontólogo de Pacientes com Necessidades Especiais | Ensino Superior (Geral)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1145	20202	Sonia Yaemi Ozawa España	14/01/1963	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado

Odontólogo Endodontista | Ensino Superior (Geral)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1147	11893	Brianne Carolina Medeiros	10/04/1987	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Odontólogo ESF		Ensino Superior (Geral)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1153	18292	Angelica Cardoso Costa	30/10/1989	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado	
1158	18835	Diogo Alencar Ce	14/09/1986	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado	
1174	20002	Murillo Barreto Cardoso	31/05/1991	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado	
1154	9147	Christopher Berwig	06/10/1987	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado	
1179	19792	Tiago Mucelin	27/10/1985	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado	
1165	9711	Ingrid Trosdoff Akiyama Camargo	03/01/1983	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado	
1178	10766	Stéfano Luiz Pietrobbon Gregio	28/02/1988	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado	
1163	19871	Flavia Carvalho Gonçalves	17/11/1989	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado	
1171	18095	Mariana Morena Argus Casas Aldana	04/01/1984	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado	
1176	19137	Roberta Vedana Erckmann	22/07/1989	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado	
1173	13351	Moisés Acácio De Paula Mello	19/04/1985	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado	
1168	16938	Luana Beatriz Scholz	12/10/1992	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado	
1180	17982	Vagner Aleikseivz Bernardino	10/09/1986	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado	
1151	15939	Ana Caroline Sanches Garcia Kallas	20/10/1987	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	
1172	17374	Mario Dalla Vecchia Spessatto	07/04/1990	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado	
1169	11498	Marcela Souza Lima	15/08/1990	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado	
1157	13804	Danilo Hideo Yetika	26/01/1980	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado	
1167	9018	Julia Santi Silvano	21/10/1982	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado	
1175	15279	Patrícia Guesser Corrêa Raitz	02/04/1988	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado	
1160	12655	Elisa De Oliveira Schmeling	01/09/1989	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado	
1152	18558	Ana Paula Pereira Da Silva	11/07/1989	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1170	17139	Maria Cristina De Moraes Balbas	24/06/1991	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1161	17092	Everthon Tavares Veronese	23/05/1987	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
1148	12305	Ageu Raupp Junior	23/05/1987	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1156	18742	Daniel Hideki Tanaka	18/09/1971	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
1181	17350	Vanessa Escobar Copeti	04/05/1994	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1177	18845	Rogério Gerhardt	02/05/1979	2	0,50	3	1,50	5	2,00	Reprovado

Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial Ensino Superior (Geral)			
CANDIDATO		CG	
Cartão	Insc.	NASC.	
1185	17786	Leonardo Yoshiura Soares	
1184	17396	Jean Francisco Kipper	

Professor de Artes (10h) Habilitado Ensino Superior (professores)			
CANDIDATO		CG	
Cartão	Insc.	NASC.	
1186	8898	Cristina Maria Rosa	

Professor de Artes (10h) não-habilitado Ensino Superior (professores)			
CANDIDATO		CG	
Cartão	Insc.	NASC.	
1187	18885	Sandra Helena Jacó	

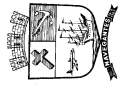


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Artes (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	TA	Nota Final	
1193	18642	3	0,75	09/09/1986	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1190	19296	4	1,00	20/11/1971	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1191	9518	2	0,50	19/07/1977	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1188	18005	4	1,00	04/06/1969	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1192	11573	5	1,25	24/12/1968	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1189	15021	3	0,75	17/02/1963	2	1,00	5	1,75	Reprovado

Professor de Artes (20h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	TA	Nota Final	
1196	16314	5	1,25	17/11/1987	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1195	12974	2	0,50	10/02/1981	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1199	14075	4	1,00	22/01/1989	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1198	19858	6	1,50	23/08/1975	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1197	15307	5	1,25	04/01/1996	7	3,50	12	4,75	Aprovado

Professor de Ciências (10h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
Cartão	Insc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	TA	Nota Final	
1201	19521	3	0,75	22/07/1983	11	5,50	14	6,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Ciências (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1218	18893	Tathiana Cristine Pereira	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
1209	8831	Lisiane Alves Guadaim Ribeiro	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1212	9403	Paloma Regina De Oliveira Patt	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1211	10392	Matheus Camargo Martins	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1204	10901	Andreia Da Silva Alves Renaud	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1208	14055	Hilaire Moura Rodrigues Martins	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1214	17951	Roberson Carlos Kolln	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1202	16202	Aline Elisa Francisca Bianco	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1205	14735	Cristiane Pereira De Araujo Veleda	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1217	15269	Simone Boastik	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1210	16382	Marciana Aguiro Santana	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1216	8945	Sheila Beatriz De Oliveira Bissoli	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1203	19178	Ana Carolina Albino	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado

Professor de Ciências (20h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1219	9633	Aline Chiarelli Cristofolini	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
1222	19537	Janaina Cardoso Bianchi	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
1220	16235	Brigite Hemmer	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1221	11037	Gisele Angioletti Kangerski	16/01/1981	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
------	-------	-----------------------------	------------	---	------	---	------	----	------	----------

Professor de Educação Física (10h) Habilitado | Ensino Superior (professores)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1225	17397	Fernanda Michaeli De Souza	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado

Professor de Educação Física (10h) Não Habilitado | Ensino Superior (professores)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1227	13900	Lilian Maurício Schwertz	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1229	17356	Matheus Roberto Dos Santos Da Rosa	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1230	8906	Pamela Yurie Yamawaki	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1226	19047	Karin Cristina Da Silva	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1228	16958	Marluci Cardozo	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado

Professor de Educação Física (20h) Não Habilitado | Ensino Superior (professores)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1232	19423	André Luiz Da Luz	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
1243	17725	Joao Luiz Aben Athar De Alencar Junior	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
1242	12198	Gilberto Da Rosa Junior	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1235	13588	Bianca Karoline Lopes Goossen	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1231	9195	Alessandro Roberto Fernandes	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1241	15971	Germoci Vailatte De Oliveira	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado

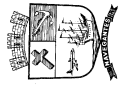


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1250	9530	Maria Verônica Da Silva Chagas	15/02/1989	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
1246	8861	Juliana Lucinéia André De Souza	30/07/1979	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1240	10399	Fernanda Pereira	03/06/1985	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1244	13960	Joaquim Eduardo De Oliveira	17/02/1994	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1255	8761	Ricardo Felipe Beber	27/05/1986	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1257	19798	Silvandro Luis De Assis	23/08/1986	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1233	11654	Andre Ribas Borella	21/10/1982	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1239	9105	Everton Kempner	21/05/1993	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1234	19821	Andrius Inácio	26/07/1981	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1249	18240	Luiz Otavio Correia	29/07/1968	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1251	15054	Michele Santos Ribeiro	29/11/1987	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1252	19027	Paula Rubia Gaya	28/12/1983	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1256	11296	Rosangela Carla Paulini	02/04/1990	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1248	19898	Lucas Vinicius Reis Da Silva	03/06/1991	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1236	12783	Bruna De Souza	23/12/1990	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1254	19937	Raquel Almeida Rocha	17/07/1979	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1238	16362	Delcídio Pereira De Almeida Neto	25/04/1993	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1237	11378	Claudio Henrique Conceição De Oliveira	13/07/1989	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Professor de Educação Física (20h) Habilitado | Ensino Superior (professores)

Cartão	Inc.	CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Nota Final	Situação
		Acertos	Nota		Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1270	12046	Guilherme Augusto De Souza	12/03/1991	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
1267	9031	Francieli Caroline Cabral	29/01/1991	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1271	10118	Janderson Nahring	17/05/1986	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
1260	9608	Alessandro Mafra	18/03/1993	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
1261	18892	Alexsandro De Novais	06/08/1983	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado
1262	9462	Carina K. Fos Santos	10/06/1982	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1278	17118	Oberdan Eugenio Saturnino	22/12/1966	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1273	18332	Letícia Maria Nardi	11/01/1982	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1279	20182	Paulo Henrique De Azevedo	03/02/1983	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1258	16611	Adriana Roberta Palmeira	27/09/1985	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1272	20234	Juliana Harumi Nakui	09/06/1982	1	0,25	12	6,00	13	6,25	Aprovado
1264	18406	Clarice De Almeida Castro	05/06/1984	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1277	18740	Michele Parizotto D Avila	01/10/1984	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1280	16889	Rodrigo Dalton Frutuoso	05/06/1987	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1268	16377	Gabriela Cristina Palmeira	14/06/1988	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1266	15216	Eduardo Borges Da Cunha	27/10/1984	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1265	15177	Daniele Soares Mendonça Marques	27/06/1986	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1259	18738	Alessandro Guerra D Avila	10/05/1973	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1263	9115	Cintia Cardoso	03/03/1987	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1275	17581	Maricleide Dos Santos Laurindo	06/02/1980	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1282	8997	Valmir Leonardo Da Silva	01/03/1977	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1269	16453	Gilza Mendes Passos	23/06/1981	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1276	10116	Marine Rogeria Dos Passos Reiser	05/10/1982	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1274	16534	Marcelo De Borba Paulo	27/06/1968	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1281	9525	Sirley Cristine Medeiros	02/12/1985	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Educação Infantil (20h) Magistério Habilitado | Ensino Superior
 (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1285	9640	Eliane Doraci Reis	16/04/1975	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
1302	14680	Zaira Irias Da Silva	31/12/1986	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
1300	15697	Talieu Eline Stofelli Stachuk (parecer 07 Ato 018)	25/09/1991	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1284	19024	Cintia Cristiane Nunes Da Costa	07/11/1975	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1283	15818	Andrea Isabel Steklain Marques Dos Santos	16/10/1976	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1297	19706	Renata Carine Pickert Dos Santos Da Silva	05/01/1975	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1295	14984	Mariana Mazilda Anacleto Da Graça	14/09/1982	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1291	18252	Leonilda De Souza	11/12/1974	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1287	17260	Gisleine Machado	30/05/1994	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
1286	12044	Fernanda Da Rosa Laguna	25/05/1990	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1296	17649	Miriam Da Silva Vieira	26/04/1965	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1298	18882	Seloni Aparecida Ramos	02/03/1968	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1301	19447	Thais Santos Schumann	18/03/1988	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
1290	8985	Kelly Lucia De Lima Cabral	09/10/1978	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1299	15306	Susana Reis Gomes Da Rocha	12/01/1987	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1293	20093	Margarete Borchardt De Lima Federovicz	29/10/1969	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1289	10245	Keila Patricia Rodrigues	08/02/1985	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1294	10557	Maria Lucia Dos Santos Lima	14/12/1980	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado

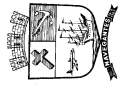


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1288	15828	Gleisiane Do Socorro Sales Romao Dos Santos	13/05/1979	5	1,25	3	1,50	8	2,75	Reprovado
------	-------	---	------------	---	------	---	------	---	------	-----------

Professor de Educação Infantil (20h) Não Habilitado | Ensino Superior
(professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1317	12758	Josiane Maia	24/05/1983	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1338	16714	Thais Costa De Magalhães	10/05/1984	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1328	11944	Noemi Colla Reis	08/10/1984	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1318	16572	Josiane Onofre	24/03/1987	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1330	10912	Rosane Bodanese	02/07/1976	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1303	11165	Ana Carolina Da Silva	03/05/1984	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1319	15004	Josiani Felício Pereira	08/11/1978	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1340	15519	Vanessa Prestes Dos Santos	05/09/1983	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1325	14477	Maria Elisandra Vieira	25/09/1986	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1315	9341	Jeniffer Pereira	08/06/1994	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1336	19391	Silamara Dias	01/08/1981	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1311	12837	Evelyn Alves Custódio Do Nascimento	10/01/1993	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1308	18789	Dagmar Maria Gonzaga Kalbusch	01/10/1984	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1304	14539	Claudia Maria Sato Delgado	17/07/1973	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1339	15761	Valéria Da Rosa Crizel	30/10/1984	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1305	13307	Claudia Taiara Pereira Gomes	07/07/1990	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1324	18051	Luciana Mendes Furtado	27/02/1990	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1321	18910	Leadar Lenzi Cristofolini	19/06/1966	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1334	14296	Séfora De Fátima Mafra	13/05/1976	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1306	15544	Cristiane Da Silva Ferreira	30/12/1978	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1320	10748	Karin Andressa Stein	16/01/1987	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1329	13420	Renata Ricobom Pivatto	01/07/1979	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
1307	11479	Cristiane Meri Felício	22/05/1973	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1332	17470	Sandra De Mello De Lima	26/01/1984	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1337	10375	Sylvana Elizabeth Becker	19/05/1985	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1326	17173	Maristela Vieira	26/12/1975	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1309	18399	Dilza De Fátima Noda Serrano	18/03/1969	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1313	9416	Francielle Ruany Bettoni Inácio	11/05/1988	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1316	20088	Jennifer Luara Rocha	17/03/1990	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1314	19523	Indianara Mendes Cardoso	05/07/1992	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1331	20273	Rosimeri Maria Santiago Faco	01/05/1969	8	2,00	5	2,50	13	4,50	Aprovado
1322	19796	Luana Aliciane Felisky	17/05/1988	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1335	16597	Scheyla Cristina Romão	23/05/1979	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1312	14079	Fernanda Corrêa Carneiro	18/11/1996	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1310	14302	Ester Roselaine Correa De Lima	31/12/1982	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1323	11066	Luana Lacerda	15/04/1991	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado

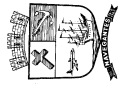
Professor de Educação Infantil (20h) Superior Habilitado | Ensino Superior
(professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1387	14703	Eliane Da Silva Uesler	02/01/1974	7	1,75	12	6,00	19	7,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1481	18909	Rosemere Farias Da Silva	24/09/1979	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
1379	18784	Danubia Borba Piolla Seara	07/09/1984	3	0,75	13	6,50	16	7,25	Aprovado
1347	15914	Alessandra Da Silva	14/08/1980	5	1,25	12	6,00	17	7,25	Aprovado
1466	12318	Monica Ferreira	26/06/1978	2	0,50	13	6,50	15	7,00	Aprovado
1361	13213	Ariane Carolina Da Cruz	17/07/1981	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1506	17706	Visângela Sagás	18/03/1984	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1362	10463	Arlete Terezinha Aziliero Ferreira	07/08/1969	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1441	15980	Luciana Margi Da Silva	14/09/1980	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1417	17217	Iara Maria Da Anunciação Cerqueira	28/10/1964	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1440	12060	Luciana Helena Crispim Da Silva	21/12/1972	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1392	8749	Elisandra Pinheiro Vargas	06/03/1982	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
1505	9224	Vera Lucia Da Silva Dos Santos	01/12/1969	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1487	10559	Sílvia Letícia Farias Grumiché	25/11/1972	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1405	9393	Francislaine Cristina Da Silva	07/02/1976	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1461	9930	Marli De Souza	06/08/1978	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1479	11895	Rosaura De Abreu Gauterio	26/10/1980	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1413	9302	Graziela Da Silva Pereira	06/10/1981	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1352	15615	Alini Fernandes Da Silva Massacoti	02/06/1982	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1447	18790	Maiara Fernandes (20ª Vaga Deficiente)	25/10/1989	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1428	8916	Josimere De Borba	07/07/1982	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1418	9323	Isabel Baumrucker	13/06/1985	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1404	13979	Franciele Candido	30/05/1986	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1345	13184	Adriana Nascimento Dos Santos De Souza	19/11/1972	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1357	10972	Ana Paula Jorge Bernardes	11/04/1975	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1376	10850	Daiane Sarmento	05/09/1976	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1403	15692	Flavia Marques Da Silva	21/01/1977	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1482	12768	Rosleine Burckhart Angioletti	03/02/1980	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1465	15586	Milena Couto Vieira	20/12/1980	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1454	13382	Maria Izabel Emilio Rebello	27/04/1966	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1507	11855	Viviane Batheke Inocência	05/02/1977	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1509	14474	Viviane Dos Santos Simão	15/09/1981	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1501	13936	Tânia Aparecida Alexandre	21/11/1985	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1431	13615	Juliana Hoffmann Krieger	16/11/1986	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1412	14189	Graciéria Aparecida Rosa Gauto	19/07/1987	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1381	17010	Denise Regina Costa Da Silva	01/10/1966	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1365	11911	Bianca Rodrigues Dos Santos	21/09/1980	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1402	17844	Fernanda Medeiros	29/12/1981	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1350	17168	Alice Da Silva	10/10/1985	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1442	14549	Luciane Gilda Dos Santos	21/11/1989	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1434	12024	Lais Braz Da Silva	23/12/1986	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1395	14113	Elizabeth Klimke Do Nascimento	24/01/1963	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1469	9282	Nelci Maria Vieira Albino	15/06/1968	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1445	12526	Lucimara Pereira Mancio Rosa	29/12/1974	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1438	15129	Lilian Gomes Ribeiro	05/07/1982	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1371	15566	Claudineia Pedro	22/12/1987	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1421	9664	Janisley Maria Da Cunha	09/08/1993	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1460	10572	Marli D De Araujo Martins	03/06/1972	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1385	19112	Ednalva Silva França	18/01/1977	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1443	18268	Lucilene Batista De Melo	14/09/1983	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1489	15913	Shirlei Francisco Lisboa	22/08/1985	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1484	16239	Saionara Da Silva Emilio	30/10/1985	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1356	12010	Ana Paula Da Silva Ferri	06/03/1986	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1491	18918	Silvia Nascimento Liborio	31/08/1986	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1366	14105	Bruna Kosakoski	01/08/1991	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1374	8980	Cristiane Rosa Da Costa	01/10/1979	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1368	8927	Cibele D'avila Vieira	11/01/1980	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1396	11441	Eliziane Cristina De Oliveira	25/10/1990	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1382	14133	Dinacir Koscianski Dos Santos	05/09/1977	8	2,00	8	4,00	16	6,00	Aprovado
1419	18980	Jacilene Barros Wilde	25/11/1971	1	0,25	11	5,50	12	5,75	Aprovado
1476	14438	Renatalú Mafra Mianes	22/02/1976	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1400	14613	Fernanda Adriano	04/05/1979	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1497	9032	Suzana José Da Silva	12/09/1979	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1377	11664	Daiane Siqueira Ferreira	03/03/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1462	14451	Marluce Camila Ouriques Amaro	26/06/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1433	8931	Juraci Maria Antonietti	15/04/1954	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1414	18377	Heloisa Demétrio	25/10/1985	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1406	12817	Gabriela Ana Domingos	20/09/1986	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
1499	17035	Tania Regina Galves Pinto	16/09/1962	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1477	10957	Rosa Barbosa	28/02/1970	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1490	17821	Silvana Da Silva Camargo De Souza	29/11/1975	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1348	11901	Alexandra Darci Francisco	26/09/1980	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1456	12965	Mariângela Pedrozo De Oliveira	30/07/1982	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1471	14167	Paula Cristina Gonçalves	05/11/1983	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1426	9738	Josiane Pezenti Albuquerque	21/05/1984	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1363	14579	Bárbara Socorro Guimarães Tomé	10/01/1985	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1473	15186	Paula Pricila Da Silva Korb	14/02/1987	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1464	14436	Meliza De Aguiar De Jesus	21/06/1973	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1398	9844	Fabiana Venturi	26/03/1981	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1411	16927	Gisele Prestes De Sena	13/04/1981	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1474	11794	Renata Gonçalves	16/02/1982	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
1450	19983	Marcia Dos Santos	04/06/1973	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1390	9120	Eliane Marisa Moneretto	28/06/1977	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1427	10967	Josilene Lourenço	22/06/1981	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1415	11960	Heloisa Graf Lenoir	03/05/1985	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1364	11497	Beatriz Aparecida De Souza	01/08/1985	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1422	19451	Jennifer Rohde	10/05/1988	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1351	15110	Aline Elza Albino	11/11/1988	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1495	12558	Suéli Drews	10/09/1990	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1372	17255	Conceça Maria Da Costa Neta Dos Santos	08/01/1965	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1425	13390	Josiane Dos Santos Victor	06/06/1978	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1424	15553	Josiane De Oliveira Gonçalves	22/09/1979	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1510	11423	Zoraide Waldete Da Silva	09/04/1979	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
1378	14204	Dalva Maria Flores	08/06/1958	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1508	10950	Viviane Correa Franco	26/05/1979	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1486	18111	Sandra Barilli Cipriano	18/02/1980	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1410	14006	Gisele Da Silva Couto	08/04/1981	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1472	18090	Paula Da Costa Santos	13/09/1983	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1458	11587	Maristela Camilo Da Silva	30/01/1985	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1373	12280	Cristiane Mendes Da Silva	24/12/1987	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1468	10102	Nazareth Bodart Dos Santos Couto	10/06/1968	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1446	11083	Luiza Bernadete Leal	07/10/1969	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1494	8964	Sonia Regina Rodrigues Botelho	15/01/1971	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1349	10223	Alexandrina Alves De Oliveira	24/11/1977	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1493	12689	Solange Goreti Da Silva Dos Santos	23/10/1979	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1375	14855	Daiane De Jesus	15/02/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1467	9848	Naiara Reis	28/02/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1423	8937	Jessica Manoela Porto	08/02/1991	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1369	14767	Cinara Rocha Santos	19/03/1978	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1459	8966	Maristela Coelho Galvez	23/09/1964	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1480	16405	Rosângela Aparecida Roters	24/01/1966	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1452	17866	Maria Dolores Rodrigues Da Silva	04/09/1970	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1496	12385	Susana Maria Francisco Despesell	09/01/1978	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1370	11311	Cirleia Juliana Inacio	08/07/1980	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1344	12836	Adriana Cristini De Souza	23/12/1983	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1389	15291	Eliane Hasse Buchholz	12/01/1966	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1488	16536	Sheila Maristela Inácio	02/05/1972	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1492	18324	Simone Alves Teodoro Coelho	30/07/1977	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1346	16141	Alessandra Correa	19/07/1978	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1380	17867	Denice Silva Rosa Ferreira	28/10/1978	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1449	17213	Marcia Da Silva	14/09/1979	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1430	14210	Juliana Garcia Mascarenhas	25/03/1983	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1437	12754	Lidiane Santos Isensee	01/01/1988	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1384	19153	Edimari Schaufert	02/12/1965	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1353	19890	Alzenira Geraldo Da Silva	27/12/1973	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1444	11861	Lucimara Dos Santos	11/09/1983	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1391	14827	Elidiane Tamagno	13/04/1985	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1401	9176	Fernanda Galvez Nocetti Couto	13/09/1986	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1447	18790	Maiara Fernandes	25/10/1989	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1483	17800	Ruthe Silva Dos Anjos	17/01/1957	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1360	8708	Angela Ramos Lima	26/05/1976	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1354	9402	Ana Candida Nocetti Castro Rodrigues	13/09/1980	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1408	16877	Gabriela Reinert	13/09/1984	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1409	17528	Geisa Carla Rodrigues Dos Santos	15/02/1985	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1343	15178	Adline Da Silva Rébis	17/02/1985	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1448	19395	Marília Rosa Musso	13/01/1962	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1429	19199	Jucelaine De Fatima Gross Taques	01/12/1975	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1470	8812	Pamella Cristina Ribeiro	24/12/1984	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1397	14117	Erika Michelle Granja Barreto	17/01/1985	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1475	12422	Renata Luiz	14/04/1972	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1394	16589	Elizabeth Alves Da Silva	02/07/1984	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1500	10199	Tatiane Da Rosa Miranda	05/01/1984	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
1453	17145	Maria Eli Lourenço	20/04/1974	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1463	20061	Márcia De Cristo Leite	19/10/1974	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1393	15534	Elisangela Aparecida De Oliveira Weimer	10/02/1977	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1432	8999	Juliana Mellies Braatz	28/12/1983	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1498	18692	Tanelise Vigarani Prust	06/02/1975	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1478	11820	Rosangela Natalina Cursel Ouriques	21/12/1977	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1358	10656	Analu Costa Mafra	19/09/1985	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1342	9920	Adaina Tamires Pacheco	24/11/1987	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1503	19746	Tereza Jazinski	28/04/1964	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1407	9923	Gabriela Dos Santos De Souza	13/10/1991	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1420	10157	Janaina Beatris Rocha Da Luz	05/01/1973	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1383	17040	Ediane Claudino	29/01/1980	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1399	9895	Fabricia Inocência	04/12/1983	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1416	17263	Heloisa Roberta Goedert Rovetto	31/10/1985	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1388	15989	Eliane Gonçalves	15/08/1989	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1451	12892	Maria Aparecida Silva Vianna	01/12/1945	7	1,75	3	1,50	10	3,25	Aprovado
1355	18690	Ana Deise Lopes	16/02/1976	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1359	13209	Andrieli Grittens	21/11/1990	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1455	9651	Maria Lidia Pereira Provesi	20/08/1958	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1436	12632	Leonela De Souza Nascimento	16/09/1983	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1439	17865	Luciana Fagundes Do Nascimento	08/09/1980	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1367	16476	Caroline Chagas Santos	20/07/1989	4	1,00	3	1,50	7	2,50	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Ensino Religioso (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1513	14996	Rodrigo Hogendoorn Haimann, OfS	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1512	19540	Mario Cesar Alves	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado

Professor de Ensino Religioso (20h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1517	14148	Nathalia Wolff Vieira	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1515	8809	Gilmara Rocha	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1516	18711	Marcia Sacavem	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1514	15720	Alex Jorge De Oliveira Lima	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado

Professor de Geografia (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1521	10260	Iracema Faria	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1519	9710	Alessandra Brandl Muniz Do Amaral	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1524	8909	Nayara Caroline Leachenski	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1523	11153	Luiz Fernando Soares	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
1520	16187	Iandra Borges	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1525	20125	Vânia De Sousa Gonçalves	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Geografia (20h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1529	20063	Wilson De Oliveira Neto	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1526	19092	Diego Augusto Paulo	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1528	14082	Eraldo Lopes Carneiro	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1527	18094	Elke Maria Kellermann	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado

Professor de História (10h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1531	11035	Renata Madureira Pavan	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
1530	14777	Mirela Cristina Leite	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado

Professor de História (10h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1532	9178	Gabriela Dias Blanco	7	1,75	14	7,00	21	8,75	Aprovado
1533	10882	Paulo Roberto Valadares	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado

Professor de História (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)									
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1542	9345	Evandro Robson Schaefer	8	2,00	13	6,50	21	8,50	Aprovado
1540	18895	Eliseu Gomes Israel	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado

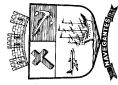


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1536	14095	Cíntia Soares	26/05/1987	9	2,25	11	5,50	20	7,75	Aprovado
1549	11273	Rodrigo Lima Mothe	27/08/1986	4	1,00	13	6,50	17	7,50	Aprovado
1535	16363	Benta Cristina Souza	28/10/1986	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1546	14403	Márcio Roberto De Oliveira	26/10/1980	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1545	17767	Marjorye Lucinger Ruiz	01/04/1980	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1539	18084	Douglas Dos Santos	04/03/1990	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1547	10412	Patricia Coelho Martins Pereira	08/09/1964	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1544	19879	Maria Leopoldina Inocencio Camargo Da Silva Toledo Cruz	13/02/1981	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1534	18848	Amilton Hentchen	28/02/1964	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1554	19875	Wladimir Vieira	10/02/1979	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1551	9009	Samara Maeli Da Silva Eleutério	22/06/1993	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1548	10165	Paulo Roberto Kuster	27/07/1987	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1537	10625	Cléo Juvenal Gonçalves	29/09/1982	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1550	11505	Samara Dantas Trigueiro De Oliveira	20/04/1983	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1552	10348	Vanessa De Oliveira Teixeira Da Cruz	16/04/1990	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado

Professor de História (20h) Não Habilitado | Ensino Superior (professores)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		Nota Final	TA	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1565	13659	Suraia Aparecida De Souza	6	1,50	14	7,00	8,50	20	Aprovado
1561	19031	Jorge Bargordakis Junior	5	1,25	12	6,00	7,25	17	Aprovado
1560	18528	Joélia Da Costa Silva	5	1,25	10	5,00	6,25	15	Aprovado
1566	18331	Tatiana Neri Simoes	6	1,50	9	4,50	6,00	15	Aprovado
1556	12179	Daniele Miranda Rodrigues	5	1,25	8	4,00	5,25	13	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1557	15292	Débora Dos Anjos Santos	09/01/1992	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1569	18027	Walmor Pedro Anotonio De Azevedo	21/07/1993	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1558	10320	Ivanildo Quadros	05/04/1975	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1562	17969	Karla Cristiane Da Silva	25/08/1987	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1568	18121	Thyrciane Feitosa De Santana	09/05/1989	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1567	16371	Tatiana Da Silva Rodrigues	13/08/1973	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1559	11210	Jeferson William Mueller	04/06/1978	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1564	13834	Matheus Francisco Da Silva	16/02/1995	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
1555	18071	Angélica Silva Fortunato	15/12/1970	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado

Professor de Inglês (10h) Habilitado Ensino Superior (professores)											
CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA		Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1570	16654	Maria Benta Emílio		12/06/1965	8	2,00	6	3,00	14	5,00	Aprovado

Professor de Inglês (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)											
CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA		Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1578	10968	Mirella Shelligan Maia Ribeiro		6	1,50	11	5,50	17		7,00	Aprovado
1573	16592	Ediméia Aparecida Sachetti		7	1,75	9	4,50	16		6,25	Aprovado
1579	20102	Ronaldo Ryan Vasconcelos Lima		5	1,25	8	4,00	13		5,25	Aprovado
1580	8716	Suzan Cristina Leal		3	0,75	8	4,00	11		4,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1575	10104	Gisele De Fatima Baldo Bispo	16/05/1982	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1577	19850	Leticia Gutterres Portalet	02/10/1972	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1574	18727	Elisangela Silva Linaldi	27/10/1982	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1576	20105	Joice Daiana Pompeu Silva	25/11/1992	7	1,75	4	2,00	11	3,75	Aprovado
1571	10599	Adriana Erbs	09/08/1982	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1572	9052	Celino Da Silva Santos	06/11/1982	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Professor de inglês (20h) Não Habilitado | Ensino Superior (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1581	19147	Rene Fantin Arnoldo	11/04/1986	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado

Professor de Língua Portuguesa (10h) Habilitado | Ensino Superior (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1582	10055	Ademari Vieira	02/06/1985	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado

Professor de Língua Portuguesa (20h) Habilitado | Ensino Superior (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1587	14445	Caroline Cabral Ferreira	09/04/1983	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
1602	18706	Náda Nice Da Luz	30/04/1965	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
1603	12756	Vanessa Cristina Tavares Lopes Vieira	06/04/1981	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
1598	11724	Luciene Evangelista Dos Santos Silva	13/01/1968	4	1,00	12	6,00	16	7,00	Aprovado
1585	15973	Andréa De Cássia Silveira De Oliveira	01/02/1980	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1584	17191	Ana Alice Teixeira	22/07/1977	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1599	11834	Margarete Elsa Gross Reinke	04/02/1951	7	1,75	8	4,00	15	5,75	Aprovado
1601	9064	Nadir Bett Januario	29/06/1978	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1588	11819	Cristiane Da Conceicao Cerqueira	28/12/1979	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1594	13211	Jeanne Caroliune Theiss	25/03/1983	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1595	19158	Julio Cesar Moraes	15/02/1967	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1596	11996	Jussara Rissatto	31/03/1966	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1593	16863	Gisele Onofre Vieira	06/08/1978	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1600	17908	Micheli Oliveira De Souza	12/08/1983	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1586	9535	Carlos Alberto Medeiros	15/06/1970	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1597	17933	Lilian Maria Da Silva Santos	12/12/1975	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1589	19413	Dailon Soares Rodrigues	07/12/1978	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado

Professor de Língua portuguesa (20h) Não Habilitado | Ensino Superior
(professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1606	9966	Luciana Maba Da Silva	31/01/1977	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1607	11522	Tatiane Roberta Vieira Corrêa	12/04/1981	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1608	14941	Wilson Roberto Natividade Costa	25/08/1977	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1604	11823	Aline Nunes Da Silva Micoski	05/02/1978	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1605	18083	David Alexandre Farias	10/02/1979	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado

Professor de Matemática (10h) Não habilitado | Ensino Superior (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG	CE	TA	Situação
--------	-------	-----------	-------	----	----	----	----------



Professor de Matemática (20h) Habilitado Ensino Superior (professores)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1618	18097	Jonas Waltrik	08/10/1985	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
1617	9435	Cristiane Marilena Da Silva	11/06/1980	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1611	17149	Antonio Eduardo Pinheiro	27/09/1981	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1624	10099	Mário Jose Pirath	02/03/1958	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1612	9704	Antonio Luis Muniz Do Amaral	21/05/1971	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1619	15922	Joselito Linhares	14/09/1969	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1623	13401	Márcia Valéria Guedes Lei Rodrigues	12/10/1969	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1622	13300	Maurício Valpir Da Silva	13/09/1970	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
1613	16024	Carlos Alberto Dias Camargo	05/05/1975	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1615	19518	Claudiomiro Maciel De Oliveira	22/12/1976	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1621	19533	Lígia Mara Evaristo	04/07/1964	6	1,50	4	2,00	10	3,50	Aprovado
1620	19493	Joseane Patricia Chegatti	26/06/1975	4	1,00	3	1,50	7	2,50	Reprovado
1616	19186	Cleber Brunner	02/04/1985	4	1,00	3	1,50	7	2,50	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

Professor de Matemática (20h) Não Habilitado Ensino Superior (professores)										
CANDIDATO			NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.	Acertos		Nota	Acertos	Nota				
1629	13078	Emerson José Da Silva	31/10/1989	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1635	14012	Rafael Nolasco Sgnaolin	01/04/1992	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1636	11775	Rogério Taizo De Melo	17/12/1978	8	2,00	9	4,50	17	6,50	Aprovado
1632	12439	José Elias De Jesus	18/12/1960	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1630	12344	Fernando Rodrigues Orloski	08/12/1990	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1634	19908	Milton Valentim Dos Santos Junior	14/10/1981	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1633	18675	Maurício Mendes Da Silva	07/11/1987	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1627	19778	Bianca Cristina Bonelli	11/10/1984	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado

Professor de Séries Iniciais (20h) Magistério Habilitado Ensino Superior																	
Cartão		Insc.		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA		Nota Final		Situação	
								Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1655		11217		Tereza Dos Santos Inacio		19/09/1965		6	1,50	10	5,00		16		6,50		Aprovado
1642		13156		Cláudia Ruth Da Silva		22/08/1988		4	1,00	10	5,00		14		6,00		Aprovado
1641		13978		Ariane Soares Alves		04/07/1985		6	1,50	9	4,50		15		6,00		Aprovado
1643		8733		Dâmaris Corrêa		02/02/1971		4	1,00	9	4,50		13		5,50		Aprovado
1637		8947		Alessandra Alves Caseres Da Silva		26/03/1981		4	1,00	9	4,50		13		5,50		Aprovado
1644		13605		Franciele Cristina Schmitt		29/05/1987		4	1,00	8	4,00		12		5,00		Aprovado
1646		16038		Katiane Maria Garcia		26/08/1973		3	0,75	8	4,00		11		4,75		Aprovado
1640		16053		Angela Ribeiro Machado Lopes		11/02/1980		2	0,50	8	4,00		10		4,50		Aprovado
1653		11122		Silene Barbosa Leite Vieira		11/04/1975		4	1,00	7	3,50		11		4,50		Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1654	16130	Sueli Maria Trimmer Silva Da Cunha	30/07/1963	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1645	11173	Josiane Rita Celista	29/11/1990	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1638	9580	Ana Roseli Ludvichak De Souza	30/08/1961	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1650	13756	Priscila Alves (parecer 08 ato 018)	31/07/1982	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1648	10667	Maria Aparecida Inacio	06/11/1970	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1652	18475	Rosimeiremorinigo	13/07/1979	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1647	9041	Luana Cristina Fonseca	04/03/1983	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1649	17218	Marilene Claudino	03/05/1979	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1639	18392	Andréa Evelise Cerri	10/12/1985	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Professor de Séries Iniciais (20h) Não Habilitado | Ensino Superior (professores)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1664	11536	Katia Cilene Kloppel Miranda	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1667	13178	Luciléa Maria Bento Miguel	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1662	9913	Joelma Romao	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1656	10103	Caroline Mendes Bortolato	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1672	10360	Tatiany Regina Fabeni	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1673	14016	Valcilene Cristiane Bortolato	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1659	18890	Giovana Lucia Montrezol Vieira Pereira	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1670	15734	Patricia De Souza	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1661	12951	Jessyk Da Cunha	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1668	14015	Maria Aparecida Vieira Bortolato	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1658	12528	Fabia Simone De Aguiar	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1666	10113	Letícia Ranguet Nascimento	03/05/1990	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1663	19259	Joseete Bezerra De Melo Silva	28/04/1969	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1669	13755	Maria Elena Gubertt	06/08/1966	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1671	14046	Roberta Dos Santos De Lima	25/01/1981	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1660	14319	Giselly Taborda Lima Quadros	01/09/1981	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habilitado

(professores)

Ensino Superior

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1728	9586	Janaina Maniscalco Felício De Souza	14/07/1975	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
1769	19856	Náira Rosana Gomes Lima	11/12/1980	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
1730	14605	Jéssica Dos Santos	28/10/1992	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
1805	9445	Willians Corrêa	05/12/1989	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1799	14606	Terezinha De Jesus Valentim De Oliveira	05/04/1969	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
1780	16648	Rita De Cassia Da Cunha Bittencourt	10/09/1975	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1718	16900	Fabiane Dallago	06/11/1979	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1707	9373	Edilene Iris Caldeira Lourenço	14/01/1984	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1680	19843	Andréa Petry	29/11/1976	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1732	8739	Jocimara Pereira Mezzon	24/09/1970	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1706	19681	Denielle Patrício Dos Anjos	19/09/1986	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1757	17562	Maria Fátima Da Silva Ribeiro	13/10/1961	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1689	9351	Charles Alberto Passos	03/10/1971	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1774	10852	Patricia Hering Dos Santos	01/09/1977	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1783	19595	Rosangela Chimka	09/07/1976	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1700	14070	Damaris Beuter do Prado (parecer 09 Ato 018)	31/05/1978	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1768	18291	Miriam Vieira	26/01/1987	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1777	12033	Raquel Wosniak Naumann	07/07/1989	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1678	15364	Ana Caroline Raue	20/05/1992	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1771	10378	Neuza Maria De Souza	09/01/1962	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1683	15648	Andreia Geraldo	09/04/1980	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1688	12478	Charlene Oliveira Bráz	25/07/1981	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1703	11980	Daniela Gonçalves	03/06/1986	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1724	15810	Gardenia De Fatima Alves Rosa Matias	18/05/1959	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1696	10666	Cristiane Severino	05/11/1972	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1720	8894	Flavia Karine Feitosa De Sousa	03/01/1974	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1695	15642	Cristiana De Souza D'oliveira	06/06/1976	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1709	19645	Elaine Regina Baptista Caccia	05/11/1977	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1712	8986	Eliane De Fatima Ramos	09/11/1978	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1745	13598	Lilianne Ribeiro Burler Da Silveira	20/09/1982	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
	14165	Elisane Angioletti Altini	30/06/1984	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1797	10108	Suzele Benta Do Nascimento	06/03/1985	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1741	16645	Karin Marcellos Pereira	23/10/1956	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1779	8796	Regina Maria Da Silva	08/03/1961	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1749	11056	Lucile Patricia Fonseca	16/06/1978	1	0,25	10	5,00	11	5,25	Aprovado
1770	11075	Neusa Luzia Da Rocha Costa	05/10/1952	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1786	16118	Rosenite Martins	17/07/1964	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1764	14337	Marli Regina Pacheco Fausto	29/02/1968	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1677	17268	Amanda Felício Dos Santos	27/12/1974	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1775	15144	Patrícia Pedroso Da Silva Lima	24/06/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1755	9705	Maria Aparecida Serafim	11/08/1966	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1750	19921	Luiza Ramos De Lima Couto	06/01/1969	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1710	16932	Elaine Léa Baader (parecer 10 Ato 018)	04/05/1975	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1704	11731	Daniela Ramos Urbanetti	30/06/1978	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1685	15084	Carina Kruger Penz	04/11/1993	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1790	19698	Sara Jane Ullirsch De Oliveira	05/08/1990	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
1686	9611	Carla Da Silva Emilio	07/11/1979	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1713	11106	Eliete Amaro	13/09/1972	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1697	18698	Cristiani Maria Amorim	21/08/1974	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1763	12799	Marise Lindomar Couto	29/08/1974	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1716	15066	Fabiana De Queiroz Borges Rodrigues	14/12/1977	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1773	16771	Patrícia Bittencourt	13/09/1981	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1726	18927	Graziele Lourenço Ferreira	13/05/1986	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1723	8774	Francieli De Lima	14/01/1985	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1721	17625	Flávia Rodrigues Ferreira	28/02/1988	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1736	9497	Jucelei Pedrozo Dos Santos De Siqueira	07/11/1985	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
1693	19215	Claudete Aparecida Da Silva Lourenço	12/12/1966	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1772	19110	Neuza Maria Dos Reis	04/08/1968	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1753	14005	Marcia Rodrigues Cardoso	14/10/1971	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1698	11014	Cristina Paulo Monteiro	15/10/1973	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1802	14091	Valdilea Santos Coimbra	07/09/1976	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1748	12801	Luciana Tramontin Nolli	20/08/1978	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)**

1795	9688	Simoni Brunner	07/09/1985	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1737	16008	Jucelia Pereira	14/10/1987	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1766	11784	Melissa Pontes Rebêlo	25/06/1978	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1788	14087	Samia Hassan Reslan	22/01/1979	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1691	10668	Cintia Renata Cabral	23/02/1984	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1690	13233	Christiane Da Silva De Souza	19/04/1974	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1765	18886	Márcia Barabara Schizzi Ribeiro De Deus	15/04/1982	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1743	19507	Keity Lima Palombo	20/03/1989	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1708	12792	Elaine Cristina Da Trindade	31/05/1989	2	0,50	8	4,00	10	4,50	Aprovado
1699	15276	Cristina Rute Molinari Rocha	31/01/1964	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1754	9853	Maria Aparecida Da Silva	29/05/1968	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1717	11236	Fabiana Regina De Souza Santos	13/04/1969	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1711	11795	Eliana Cristina Gama Da Silva	03/05/1971	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1705	14739	Daniele Carolina De Oliveira Rosa	19/05/1980	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1776	16634	Raquel Paloma Da Silva	20/11/1976	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
1734	13939	Jonía Guimarães Vieira	19/07/1979	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado
1756	14186	Maria De Fatima De Souza	26/10/1967	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1796	16973	Soila Cristina Dickmann De Oliveira Oliveira	21/04/1971	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1742	19739	Katia Da Silva Figueiredo	02/01/1964	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1738	11112	Jucineia Martins Nazario	05/08/1978	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1725	15845	Graziela Da Silva Flores	09/05/1981	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1740	13443	Jussara Maria Theiss	28/07/1986	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1744	11697	Leticia Cassimiro Da Silva Cardoso	24/01/1987	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1722	17554	Franciane Conceição Rosa De Almeida	27/11/1987	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado
1739	9543	Juscelino Oliveira	17/05/1961	7	1,75	5	2,50	12	4,25	Aprovado
1761	10926	Marilene Battisti	08/11/1964	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1794	9057	Simone Felício Regis	14/07/1984	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1675	12148	Adriana Prestes Furtado	20/07/1976	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1682	11341	Andrea Rodrigues	24/05/1977	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1747	8899	Luana Lais Da Costa Campos	22/05/1991	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1752	14723	Marcia D Oliveira Steffen	15/01/1974	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
1719	18136	Fernanda Silvia Dos Santos	06/08/1990	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
1679	16707	Ana Maria Angioletti	26/07/1962	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1692	16869	Claudemira Novais Alves	27/01/1979	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1782	11239	Roberta Aparecida Nadalini Aguiar	21/08/1980	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1791	9803	Shirley Schneider Schreiber Da Costa	29/01/1984	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1694	10705	Claudiane Pierre	26/09/1971	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1792	16644	Silvana Letícia Dumke	24/06/1982	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1727	8892	Janaina Forlim De Souza	20/09/1981	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1784	11090	Rosangela Maria Senff Wille	21/11/1969	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1729	9637	Janini Laureci Albano Francisco	30/09/1981	3	0,75	5	2,50	8	3,25	Aprovado
1798	15512	Tamara Aparecida Dos Santos	10/05/1986	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1785	12807	Roseli Cunha	01/01/1900	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1804	19703	Vani Francisca Inácio	23/06/1959	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1676	11972	Aline Luisa Souza Gonzales	02/04/1980	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1687	9674	Carmen Cledi Schwertz Alves	21/10/1962	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
1674	17662	Adelina Dias Pereira	11/08/1966	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado

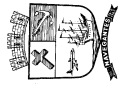


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1731	12714	Jean Carlos Ribeiro	06/05/1971	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1684	12306	Antonia Edinice Rodrigues De Araujo	13/06/1976	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1746	18514	Loreni Teresinha De Lima	17/06/1973	5	1,25	3	1,50	8	2,75	Reprovado
1701	10170	Daniela Baron Kolher	02/12/1979	5	1,25	3	1,50	8	2,75	Reprovado
1759	12279	Maria Veronica De Oliveira Fujiwara	04/03/1960	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1751	16638	Maiara Cristina Sagas Dall Agnol	10/11/1985	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1781	14494	Rita Rose Kormann	01/10/1956	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado
1803	9776	Vanderléia Medeiros Gelsleichter	17/12/1977	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado
1800	18520	Valéria Ribeiro Broslavetz	07/02/1989	2	0,50	3	1,50	5	2,00	Reprovado
1778	10862	Regiane Fernanda Caldonho	22/04/1978	1	0,25	3	1,50	4	1,75	Reprovado
1715	17066	Eva Aparecida Fernandes Araújo	20/03/1986	2	0,50	2	1,00	4	1,50	Reprovado
1787	16602	Sabrina Marcelino Dias Da Silva	01/01/1989	1	0,25	2	1,00	3	1,25	Reprovado
1762	14166	Marilucia Da Luz Tormen Criveletto	09/09/1970	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado
1801	9712	Valdelíria Miotto	28/12/1973	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Professor Sala de Recursos Multifuncionais (20h a 40h) | Ensino Superior
 (professores)

Cartão	Insc.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1806	10256	Alessandra Vieira	11/10/1971	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1807	11310	Ana Lucia Freiburger	08/06/1989	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1815	16852	Monica Soares Baschta	01/01/1990	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1816	18888	Nora Ney Noemia Teragi	05/01/1956	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1818	10374	Rose Ledi Goetz Goetz	11/01/1961	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1812	19571	Luiziane Venturini Gonçalves	23/02/1978	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1814	10381	Marília Maria De Souza	13/10/1964	8	2,00	3	1,50	11	3,50	Aprovado
1817	8908	Rosalina Fernandes Dos Santos	25/12/1966	6	1,50	3	1,50	9	3,00	Aprovado
1808	14584	Fabio Alves	26/02/1983	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado
1813	13685	Maria Cristina Santos Alves	13/10/1954	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1811	19659	Ilca Schlindwein	14/04/1967	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado

Psicólogo | Ensino Superior (Geral)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1846	17214	Thaynara Lech Wendt	3	0,75	14	7,00	17	7,75	Aprovado
1827	19141	Gisele Bege	5	1,25	13	6,50	18	7,75	Aprovado
1832	14679	Jaqueline Rocha	6	1,50	12	6,00	18	7,50	Aprovado
1845	20163	Thamara Garcia Del Mir	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
1819	16418	Adriana Antunes Da Silva	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1833	17661	Jéssica Grachten Fraga	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1847	13084	Vanessa Casagrande	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
1842	12540	Roberto Leon Reich Neto	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
1839	17399	Paulo Roberto Wovst Leite	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
1844	13344	Tainá Hoffmeister Cusinato	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1828	20037	Grace Medeiros Gama Santos	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1830	15854	Guilherme Correa	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1840	17387	Raissa Fernanda Colares De Nóvoa	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1850	12534	Walexandra Leonor Prange	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1834	20014	Karoline Braun	18/10/1978	2	0,50	11	5,50	13	6,00	Aprovado
1848	11977	Vanessa Celina Alves Da Silva	14/02/1984	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1837	20154	Marilisa Remedi Ribeiro	21/03/1973	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1838	17999	Patrícia Pinto Wickboldt	26/02/1990	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1825	19670	Ellen Crsitine Merkel	11/06/1980	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1823	12551	Bianca Regina Fornari	23/03/1967	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1841	16787	Roberta Feltrim Stel	30/03/1982	2	0,50	9	4,50	11	5,00	Aprovado
1835	17427	Marcos Schiavan	24/01/1979	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1836	17402	Marilene Da Solidade Pereira Da Silva	26/08/1969	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1821	19945	Angelita Alves Da Silva	08/03/1959	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1824	10117	Débora Soligo Araldi	24/02/1987	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1820	11719	Ana Paula Batista Cassol	20/10/1978	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1831	10804	Heloisa Frensch Faustino Nascimento	20/09/1983	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado

Recepcionista Ensino Médio		CANDIDATO		NASC.		CG		CE		TA		Nota Final		Situação	
Cartão	Insc.					Acertos	Nota	Acertos	Nota						
1862	18352	Rafaela Machado Rosa		20/02/1991		7	1,75	14	7,00	21		8,75		Aprovado	
1858	11920	Josiane Constante		05/01/1985		2	0,50	13	6,50	15		7,00		Aprovado	
1859	16093	Lucimar Silveira Brito		30/11/1977		7	1,75	9	4,50	16		6,25		Aprovado	
1863	9449	Zandria Carla Negreiros Da Silva Strutz		16/05/1978		1	0,25	11	5,50	12		5,75		Aprovado	
1853	19157	Ana Carolina Da Silva Do Nascimento		29/09/1990		1	0,25	9	4,50	10		4,75		Aprovado	
1855	12910	Daniela Esperandio Ludovino		18/08/1994		3	0,75	8	4,00	11		4,75		Aprovado	
1856	19609	Ester Pereira Dos Santos		09/02/1993		4	1,00	7	3,50	11		4,50		Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1861	17916	Priscila Aparecida Lisboa	10/05/1993	1	0,25	7	3,50	8	3,75	Aprovado
------	-------	---------------------------	------------	---	------	---	------	---	------	----------

Técnico em Enfermagem Ensino Médio										
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1865	17987	Angélica Neckel De Oliveira	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado	
1890	14765	Valeria Bueno	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado	
1882	9627	Raquel Vicente	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado	
1874	14508	Jeanne Cristina Ramos De Campos	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	
1883	14820	Ricardo Bezerra De Oliveira	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado	
1891	9316	Vera Lucia Pereira Neves Turella	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado	
1864	16522	Ana Marta Santos Oliveira	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado	
1868	13970	Dione Fatima De Souza	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado	
1879	15249	Petrona Ozuna Dos Santos	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado	
1878	10447	Miriã Anacleto	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado	
1867	17814	Delzia Anna Bisi Pinto	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado	
1866	16909	Charles Douglas Cantanhede Cabral	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado	
1876	19923	Karim Moraes Da Cruz Correa	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado	
1887	12819	Simone Contezini	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado	
1875	20301	Josiani Aparecida Bueno	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado	
1877	13333	Luciane Aparecida Miranda	1	0,25	8	4,00	9	4,25	Aprovado	
1884	17320	Rosa Belo Cardoso De Almeida	5	1,25	6	3,00	11	4,25	Aprovado	
1892	19452	Zoraya Dos Santos	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado	
1870	18780	Elizete Maria De Souza Machado	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1886	15416	Rosilene Pereira	22/06/1976	6	1,50	5	2,50	11	4,00	Aprovado
1881	19256	Priscila Roberta Santos	03/07/1983	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1873	20026	Iracema Serafim Beretta	27/12/1965	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1880	15493	Priscila Alves Da Silva Teixeira	14/08/1978	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado
1872	19467	Inelvia Nonato Da Silva	18/03/1980	2	0,50	6	3,00	8	3,50	Aprovado

Técnico em Enfermagem ESF Ensino Médio										
		CANDIDATO				CG		CE		Situação
Cartão	Insc.			NASC.		Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1900	15669	Rosane Aparecida Barbosa		26/11/1968		1	0,25	10	5,00	Aprovado
1895	17367	Lilian Kelli Helt		04/06/1987		3	0,75	9	4,50	Aprovado
1893	13365	Angela Maria Simao Borges		10/07/1959		4	1,00	6	3,00	Aprovado
1894	8932	Debora Vanessa Barbosa De Moraes		21/11/1978		3	0,75	6	3,00	Aprovado
1896	16901	Lucilene Provezi Vieira		27/12/1965		2	0,50	5	2,50	Aprovado
1898	15376	Marisete De Amaral Bastos		31/07/1976		3	0,75	3	1,50	Reprovado

Técnico em Enfermagem SAMU Ensino Médio										
		CANDIDATO				CG		CE		Situação
Cartão	Insc.			NASC.		Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1908	10333	Janaina Andrietti Pinto		08/01/1978		5	1,25	9	4,50	Aprovado
1903	12877	Angelita Izidoro Jacintho		18/02/1970		2	0,50	9	4,50	Aprovado
1910	12191	Marenie Pereira		09/08/1987		7	1,75	6	3,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1906	20314	Helio Roque Sobrinho	02/07/1980	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1904	10697	Angelo Marcio Ramos	13/07/1982	0	0,00	0	0,00	0	S/ASS	Eliminado

Técnico em Radiologia | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1944	10761	Leticia Da Silva Braga	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
1918	9747	Bianca Sabrina De Oliveira	9	2,25	9	4,50	18	6,75	Aprovado
1954	11785	Margarete Teresinha Ferranti	2	0,50	12	6,00	14	6,50	Aprovado
1984	10160	Solange Adriano	3	0,75	11	5,50	14	6,25	Aprovado
1940	18127	Joacira De Fatima Da Costa Ennes	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1915	11717	Andiara Carolina Nunes Soares	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
1967	11841	Rafael Costa Silva	7	1,75	9	4,50	16	6,25	Aprovado
1955	17806	Maria Enilda De Moraes	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1980	13252	Silvana Júlia Bento Da Rosa	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
1943	18846	Leda Maria Silva	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1950	19868	Maraisa Cristina Postal	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1938	19444	Jéssika Dos Santos Eble	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
1931	8744	Francielle Vicente Rosa	3	0,75	10	5,00	13	5,75	Aprovado
1913	17809	Adenirde Alves De Barros	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1985	14358	Solange Frigo Orsi Polidoro	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1923	13231	Cleide Labor	5	1,25	9	4,50	14	5,75	Aprovado
1948	9209	Luzia Dos Santos Machado	2	0,50	10	5,00	12	5,50	Aprovado
1919	19693	Caio Eduardo Dutra De Moura	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1946	13061	Lisandra Naiara De Souza Pereira Borges	08/08/1986	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1972	12272	Reginaldo Adenor Elias	13/01/1987	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
1987	13483	Tassiana Alessandra Langer	20/04/1990	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
1933	11445	Gerson De França Cardoso	22/12/1978	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
1959	18140	Mario Serafim Junior	08/09/1984	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1920	20171	Caroline Camillo Nurnberg	14/05/1992	3	0,75	9	4,50	12	5,25	Aprovado
1978	18852	Sérgio Dalvim De Souza	09/11/1967	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1945	9474	Lilian Rebelo	10/10/1985	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado
1989	9695	Thiago Garrido Pereira Da Silva	11/11/1984	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1979	14867	Sheila Elisa Da Cruz	03/01/1989	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado
1973	10670	Robson Salvador	21/05/1989	1	0,25	9	4,50	10	4,75	Aprovado
1916	14363	Andrea Vicente	09/04/1971	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1924	9761	Cristina Maria Hauser Mafra	26/04/1977	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1977	9185	Rosilene Fernandes	04/10/1981	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1993	14084	Viviani Dos Santos Brenner	07/03/1987	3	0,75	8	4,00	11	4,75	Aprovado
1982	19516	Simone Cristina Vicente	24/04/1975	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1991	18147	Vanessa Simonetto	24/04/1986	5	1,25	7	3,50	12	4,75	Aprovado
1958	11548	Marilene Pires Dos Santos	18/01/1976	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1963	20223	Patricia Jungbluth Thompson Flores	07/07/1982	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1974	11404	Rodrigo Salvador	19/08/1990	6	1,50	6	3,00	12	4,50	Aprovado
1935	11983	Gleick Henrique Bilse Silva	25/12/1986	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1921	20022	Cássio Carrança Bueno	05/11/1987	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado
1981	11403	Silvio Jose De Souza	01/11/1973	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado
1927	9003	Diuvana Santos Silva	14/05/1986	2	0,50	7	3,50	9	4,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1960	11672	Michelle Sandini	23/02/1977	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1962	19011	Patrícia Queiroz Rodrigues	08/12/1979	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1939	16508	Jefferson Marcelo Ribeiro	17/04/1981	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1928	20268	Eliza Maurina Coelho	01/07/1984	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1957	19084	Mariana Farina	31/05/1989	4	1,00	6	3,00	10	4,00	Aprovado
1917	15257	Angela Maria Velasques Emmerenciano	14/12/1971	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1953	13793	Marcio José França	06/08/1980	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1942	19519	Leandro Cavalcante Lima	04/04/1986	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1952	12953	Marcelo Barlete	19/07/1986	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1941	19902	Katiane Linhares Velasques	20/03/1987	3	0,75	6	3,00	9	3,75	Aprovado
1922	13254	Chirlene Maria Tomaz	30/04/1982	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1951	13535	Marcele Cristina De Araujo	24/11/1983	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1988	19183	Thayanara Sosa	23/10/1991	5	1,25	5	2,50	10	3,75	Aprovado
1932	10749	Gerlan Bernardi	26/07/1989	4	1,00	5	2,50	9	3,50	Aprovado
1968	9932	Rafael mattos Correia	17/02/1982	8	2,00	3	1,50	11	3,50	Aprovado
1947	19552	Loriane Evelyn Nascimento Blanco Santana	14/10/1987	1	0,25	6	3,00	7	3,25	Aprovado
1925	13113	Daniele Ariane De Souza	02/09/1987	5	1,25	4	2,00	9	3,25	Aprovado
1971	15940	Regiane Righetto Cabral	08/05/1981	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1926	17216	Daniele Gomes Inácio	08/03/1990	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado
1983	19927	Simone Karina Moraes Da Cruz	21/01/1975	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1949	14466	Malu Teixeira Marcelo	21/09/1995	4	1,00	4	2,00	8	3,00	Aprovado
1914	11380	Ana Paula Granemann	14/09/1982	1	0,25	5	2,50	6	2,75	Reprovado
1936	17763	Isabel Cristina Santos	02/09/1978	3	0,75	4	2,00	7	2,75	Reprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

1961	13933	Nara Rose Da Silva	09/10/1972	2	0,50	4	2,00	6	2,50	Reprovado
1969	19710	Rafaela Nascimento De Souza	28/01/1985	3	0,75	3	1,50	6	2,25	Reprovado

Técnico em Saúde Bucal | Ensino Médio

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1996	19714	Elizabeth Marlene Patricio Neukom	8	2,00	7	3,50	15	5,50	Aprovado
1999	17280	Simone Nascimento Dias Da Costa	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
1995	19616	Aline Mendes Da Silva	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado
1997	11430	Morgana Pereira	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
2000	11437	Suellen Barbosa	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
1998	17341	Silvana Nascimento Dias	2	0,50	5	2,50	7	3,00	Aprovado

Veterinário | Ensino Superior (Geral)

CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota			
2013	19138	Tatiane Caleffo	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
2003	19781	Douglas Hideki Tanaka	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
2010	14155	Nathalia Anderson Calomeno	6	1,50	9	4,50	15	6,00	Aprovado
2001	9144	André Luiz Frare	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
2012	20164	Rudiard Nardelli	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
2006	13355	Hannah Lia Ettiene Peruch Lemos Dos Santos	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
2004	10018	Fernanda Euclides Tavares	5	1,25	8	4,00	13	5,25	Aprovado
2015	19315	Thayrine Minuzzi	7	1,75	7	3,50	14	5,25	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL Nº 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

2005	12511	Gisélcia De Cássia Guerini Padovan	11/01/1985	4	1,00	7	3,50	11	4,50	Aprovado
2002	10916	Daniella Caroline Gava Baldaça	06/04/1990	3	0,75	7	3,50	10	4,25	Aprovado

Vigia Alfabetizado										
CANDIDATO		NASC.	CG		CE		TA	Nota Final	Situação	
Cartão	Insc.		Acertos	Nota	Acertos	Nota				
2034	13943	Gilmar Chagas De Chagas	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado	
2036	13321	Jair Antonio Queiros Junios	4	3,20	5	6,00	9	9,20	Aprovado	
2028	11282	Diomar Luiz Correa	4	3,20	4	4,80	8	8,00	Aprovado	
2055	16068	Mario Luiz Da Rosa	5	4,00	3	3,60	8	7,60	Aprovado	
2054	10521	Maria Zenilda De Oliveira	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado	
2021	14775	Andre Xavier	3	2,40	4	4,80	7	7,20	Aprovado	
2033	14433	Geraldo Jorge Da Cruz	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado	
2065	17023	Valdir José Da Silva	2	1,60	4	4,80	6	6,40	Aprovado	
2040	12993	José Picoti Da Silva Junior	5	4,00	2	2,40	7	6,40	Aprovado	
2042	8706	Jussara Maria Guimarães Da Silva	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado	
2017	12603	Adalberto Jorge Nascimento Filho	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado	
2035	17995	Irani Dos Santos	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado	
2056	10192	Neri Pereira De Campos	3	2,40	3	3,60	6	6,00	Aprovado	
2029	19262	Edivaldo Pedro Joventino	4	3,20	2	2,40	6	5,60	Aprovado	
2032	9289	Filomena Schleicher	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado	
2039	17179	Jocelaine Alves De Souza	2	1,60	3	3,60	5	5,20	Aprovado	
2016	11100	Ary José Dos Santos	1	0,80	3	3,60	4	4,40	Aprovado	
2041	19964	Joyce Aparecida Pereira	1	0,80	3	3,60	4	4,40	Aprovado	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
EDITAL N° 005/2014 (PROCESSO SELETIVO)

2037	19981	Jessica Alice Fortuna	02/02/1993	1	0,80	3	3,60	4	4,40	Aprovado
2062	15857	Pedro Antonio Goffi	27/11/1956	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2025	15851	Casturina Aparecida Paulista	28/07/1960	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2020	17142	Admilson Batista	25/10/1971	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2060	15861	Patrcia Luciana Carneiro	24/12/1975	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2024	9249	Bento Jose Dos Santos	11/02/1978	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2043	9422	Kelen Cristina De Lima Rosa	18/01/1979	2	1,60	2	2,40	4	4,00	Aprovado
2046	12605	Lorete Fernandes	16/08/1955	0	0,00	3	3,60	3	3,60	Aprovado
2058	10562	Osni Florencio Rosa	28/09/1949	3	2,40	1	1,20	4	3,60	Aprovado
2053	16774	Maria Luiza Rodrigues Do Amaral	11/09/1971	3	2,40	1	1,20	4	3,60	Aprovado
2045	9226	Liliane Antunes Da Silva	27/07/1988	3	2,40	1	1,20	4	3,60	Aprovado
2064	19442	Sonia Decker	14/11/1962	1	0,80	2	2,40	3	3,20	Aprovado
2063	13268	Sidnéia Dos Santos Xavier	24/08/1982	1	0,80	2	2,40	3	3,20	Aprovado
2057	18953	Osmar Seibt	08/05/1984	2	1,60	1	1,20	3	2,80	Reprovado
2044	17190	Laercio Souza	01/07/1969	0	0,00	2	2,40	2	2,40	Reprovado
2019	19255	Adilson Luebke	09/08/1982	3	2,40	0	0,00	3	2,40	Reprovado
2030	18362	Edu Cirino Inacio	03/12/1954	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
2049	10842	Luiz Gonzaga Luz	21/06/1958	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
2027	18266	Clair Antônio Leandro	21/10/1970	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
2051	12212	Marcia Gomes Baltazar	03/05/1971	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
2022	19720	Antoninho Gernecio Dias Da Silva	09/11/1976	1	0,80	1	1,20	2	2,00	Reprovado
2018	19257	Ademar Luebke	21/07/1958	0	0,00	1	1,20	1	1,20	Reprovado
2023	11019	Ari F.prestes	14/07/1962	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Reprovado

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 990/2014

PORTARIA Nº 990/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 963/2014, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 42 (quarenta e dois) dias, a contar de 08 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 24/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 991/2014

PORTARIA Nº 991/ 2014
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 12 de novembro de 2014 a 26 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 24/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 993/2014

PORTARIA Nº 993/ 2014
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, IRENE GANDIN MICHALSKI, matrícula nº 301, concursada no cargo de Professor Nível I, Referência Q, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 03 de novembro de 2014 a 12 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 27/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 994/2014

PORTARIA Nº 994/ 2014
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, FABIANA SEMIANO, matrícula nº 6499, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I) na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 03 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição a Titular Irene Gandin Michalski, afastada conforme a Portaria nº 993/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de novembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FABIANA SEMIANO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.974.769-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I) na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, em substituição a Titular Irene Gandin Michalski, afastada conforme a Portaria nº 993/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.038,92 (dois mil e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 03 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o

início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 03 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Fabiana Semiano

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 03 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 996/2014

PORTARIA Nº 996/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 548/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, MARIA HELENA MARIAN ABREU, matrícula nº 6399, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 29 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA HELENA MARIAN ABREU, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Dell'Antonia, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 064.698.399-75, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (um mil quatrocentos e sessenta e seis centavos e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 29 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o

início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 29 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Helena Marian Abreu

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 29 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 997/2014

PORTARIA Nº 997/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 549/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 068/2014, SIMONE HELENA GONÇALVES, matrícula nº 6400, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de novembro de 2014 a 28 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SIMONE HELENA GONÇALVES, brasileira, separada, residente e domiciliada na Rua Luiz Gandin, nº 796, Ap. 01, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 247.790.148-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 30 de novembro de 2014 a 28 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 30 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Simone Helena Gonçalves

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 30 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1002/2014

PORTARIA Nº 1.002/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, JOICE DOGNINI, matrícula nº 6114, ocupante do cargo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de dezembro de 2014, em virtude de nomeação em Concurso Público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1.001/2014

Portaria nº 1.001 / 2014

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL INTERNA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os membros Miliani Piffer Mazzola, Diretora de Recursos Humanos e Presidente da Comissão; Valdemir Luiz Quaiatto, Secretário Municipal de Administração e Finanças e Rosimar Darós, Supervisora Administrativa Escolar, para comporem a Comissão Municipal Interna do Processo Seletivo Simplificado, na condição de membros titulares, com competência para elaborar, processar e julgar Processos Seletivos para ingresso de Pessoal na Prefeitura, em conformidade com a legislação em vigor e Aprigio José Botameli, Fabiana Marchiori e Dalila Facchini, na condição de membros suplentes.

Parágrafo Único. Os membros suplentes somente tomarão parte do processo seletivo nas faltas e impedimentos dos membros titulares.

Art. 2º. A Comissão é composta de 03 (três) membros, sendo um Presidente, um Secretário e um Vogal, com validade para um período de 02 (dois) anos a contar desta data.

Parágrafo Único. Na falta do Presidente, o Secretário o substituirá e, por sua vez, o Vogal substituirá o Secretário.

Art. 3º. Compete a Comissão Municipal Interna do Processo Seletivo:

- a) Adotar as providências preliminares ao processo seletivo;
- b) Elaborar o Comunicado de Seleção e seus anexos;
- c) Comunicar aos órgãos interessados e legais;

Fls. 02 - Portaria nº 1.001/2014

- d) Providenciar publicação dos atos, quando for o caso;
- e) Expedir os comunicados e prestar esclarecimentos que forem solicitados;
- f) Dar publicidade ao resultado das provas;
- g) Cumprir todas as demais atribuições previstas na Legislação Municipal pertinente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

RESULTADO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 127/2014

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 080/2014, tendo por objeto: Aquisição de computadores para Vigilância Epidemiológica do Fundo de Saúde de Nova Trento, a serem adquiridos com recursos da Portaria 2363 de 18 de outubro de 2012, teve sua sessão realizada em 26/11/2014, com abertura iniciada às 09:00 horas e encerrada às 09:10, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 26 de novembro de 2014.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2014

DISPESA DE LICITAÇÃO Nº 014/2014

Origem: Edital de Licitação nº 131/2014 - Dispensa de Licitação nº 014/2014. Homologação: 27/11/2014 - Fundamentação: Art. 24, Inciso V da Lei 8666/93; Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: BLUCOMPTEC INFORMÁTICA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Cantório Florentino da Silva, 1764, Sala 03, Centro, Canelinha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.522.035/0001-30, para Aquisição de computadores para Vigilância Epidemiológica do Fundo de Saúde de Nova Trento, a serem adquiridos com recursos da Portaria 2363 de 18 de outubro de 2012, no valor total de: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), por três computadores.

Nova Trento 27 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento

DECRETO Nº 225/2014

DECRETO Nº 225 / 2014

Dispõe sobre o Recesso Natalino e de Final de Ano, nas repartições públicas e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e;

Considerando os Festejos Natalinos e de Final do Ano de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso aos servidores municipais, em exercício nas Secretarias Municipais de Saúde e Desenvolvimento Comunitário (incluindo as Unidades de Saúde Madre Paulina, Trinta Réis, Claraíba, Lageado e Aguti), Bem Estar Social e Habitação, Agricultura e Meio Ambiente, Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, Educação e Esportes, Casa da Cidadania, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e órgãos e entidades da administração municipal direta, no período de 22 de dezembro de 2014 à 04 de janeiro de 2015, com exceção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que cumprirá horário a ser estabelecido.

§ 1º Os servidores em recesso deverão ficar a disposição do

Município e se apresentar de imediato se convocado para o serviço;

§ 2º Os servidores convocados para o serviço durante o recesso não receberão horas extras e terão direito de compensar as horas trabalhadas, de comum acordo com o Secretário imediato.

Art. 2º Fica assegurado o atendimento dos serviços públicos, considerados de natureza essencial, executado por servidores em serviço de urgência, ou necessidades indispensáveis ao funcionamento como os serviços de saúde prestados pelo Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, SAMU, vigilância do prédio da Prefeitura, serviços de recolhimento normal do lixo, serviços de limpeza pública, Conselho Tutelar e outros a critério de cada secretaria municipal, em razão de sua natureza, não possam ser suspensas suas atividades durante o período, ficando cada Secretário responsável por sua pasta, na obrigação de disciplinar os trabalhos e/ou atendimentos, em escala de trabalho específico.

Art. 3º Aos servidores pertencentes ao quadro do magistério do Município de Nova Trento, ficam-lhes concedido férias escolares, de conformidade com o calendário escolar do município, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, a todos os professores municipais, relativo ao período trabalhado no decorrer deste ano.

Fls. 02 - Decreto nº 225/2014

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

SAMAE - NOVA TRENTO

AVISO LICITAÇÃO CV_ 008_2014 HIDROMETROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC

Processo Administrativo: 13/2014
Processo de Licitação: 13/2014
CV CONVITE Nr.: 8/2014
Data do Processo: 03/12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/12/2014, às 09:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 8/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

HIDROMETRO UNIJATO, TRANSMISSÃO MAGNÉTICA, CLASSE B, QMAX 1,5M³/H, QN 0,75M³/H, DIAMETRO NOMINAL DE 1/2", RELOJOARIA SUPER SECA CICLOMÉTRICA COM GIRO DE 360°, COM VISOR COM INCLINAÇÃO A 45°, MECANISMO INTERNOS CONFECCIONADOS COM PLÁSTICOS DE ENGENHARIA, EIXOS EM AÇO INOX RETIFICADO, CARÇA EM LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% EM COBRE E COMPRIMENTO 165 MM E COM CONEXÕES(PORCAS E TUBETES EM METAL E ARRUELAS CONFORME AS NORMAS NM-212 NBR 8194 E 8195 E PORTARIA 246/00 INMETRO. Logotipo SAMAE-NT-

Nova Trento, 03 de Dezembro de 2014.
MARIA DE LOURDES ROVER
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO LICITAÇÃO CV_009_2014 PRODUTOS QUÍMICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC

Processo Administrativo: 14/2014
Processo de Licitação: 14/2014
CV CONVITE Nr.: 9/2014
Data do Processo: 03/12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 14/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/12/2014, às 10:30 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 9/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DA ÁGUA NA ETA 1 E ETA 2 LOCALIZADAS NA LOCALIDADE DA VASCA E LOCALIDADE DO TIROL- DISTRITO DO CLARAIBA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Nova Trento, 03 de Dezembro de 2014.
MARIA DE LOURDES ROVER
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO LICITAÇÃO CV_010_2014 AQUISIÇÃO AREIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC

Processo Administrativo: 15/2014

Processo de Licitação: 15/2014

CV CONVITE Nr.: 10/2014

Data do Processo: 03/12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/12/2014, às 14:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 10/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Aquisição de Areia para Assentamento de Redes de Abastecimento e Macadame para as Valas e Escavações por onde passa a Rede de Água pertencente a este SAMAE, durante o Exercício de 2015.

Nova Trento, 03 de Dezembro de 2014.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO LICITAÇÃO CV_011_2014 SERVIÇOS RETROESCAVADEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC

Processo Administrativo: 16/2014

Processo de Licitação: 16/2014

CV CONVITE Nr.: 11/2014

Data do Processo: 03/12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 16/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/12/2014, às 14:30 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 11/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINA RETROESCAVADEIRA NA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA, NOS BAIRROS PERTENCENTES A ESTE MUNICÍPIO DE NOVA TRENTA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Nova Trento, 03 de Dezembro de 2014.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO LICITAÇÃO CV_012_2014 AQUISIÇÃO COMBUSTIVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC

Processo Administrativo: 17/2014

Processo de Licitação: 17/2014

CV CONVITE Nr.: 12/2014

Data do Processo: 03/12/2014

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 17/2014

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/12/2014, às 15:30 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 12/2014-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LAVAÇÃO, ENGRAXE E LUBRIFICANTE PARA FROTA E A ROÇADEIRA DESTA SAMAE NO PERÍODO DE 2015.

Nova Trento, 03 de Dezembro de 2014.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

Novo Horizonte

PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA 513 NOVO HORIZONTE

LEI nº513/2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE NOVO HORIZONTE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

'Do Orçamento do Município '

Artigo 1º:

Artigo 2º:

§ 1º -

O Orçamento Geral do Município de NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 12.287.050,00 (doze milhões, duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 12.287.050,00 (doze milhões, duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta reais), sendo R\$ 8.262.795,00 (oito milhões, duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e noventa e cinco reais) do Orçamento Fiscal, R\$ 4.024.255,00 (quatro milhões, vinte e quatro mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 12.287.050,00 (doze milhões, duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 610.500,00, em R\$ 8.014.195,00 a Despesa da Prefeitura Municipal e em 2.495.451,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e um reais) as transferências financeiras a TFC - CÂMARA DE VEREADORES, TFC - F.M.SAÚDE, TFC - F.M.D.C.A.

A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES 4.2.RECEITAS DE CAPITAL

4.7.RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS Total:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total geral:

12.287.050,00 11.924.025,00 25,00 363.000,00 12.287.050,00

2.495.451,00 2.495.451,00

14.782.501,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

20.00 - GABINETE DO PREFEITO

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA 40.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

50.00 - SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL 30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA 10.00 - CAMARA DE VEREADORES

Total: TRANSF. FINANC. A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZEN

Total: Total geral:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

04 - Administração 05 - Defesa Nacional

06 - Segurança Pública

403.700,00 1.332.100,00 3.053.611,00 2.857.384,00 361.900,00

5.500,00 2.359.955,00 1.302.400,00 610.500,00 12.287.050,00

2.495.451,00 2.495.451,00 14.782.501,00

610.500,00 1.721.500,00 1.100,00

13.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 09 - Previdência Social 10 - Saúde

12 - Educação 13 - Cultura

15 - Urbanismo 16 - Habitação 20 - Agricultura 22 - Indústria 26

- Transporte

27 - Desporto e Lazer

99 - Reserva de Contingência

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa

122 - Administração Geral 181 - Policiamento

182 - Defesa Civil

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 244 - Assistência Comunitária

272 - Previdência do Regime Estatutário 301 - Atenção Básica

306 - Alimentação e Nutrição 361 - Ensino Fundamental 362 - Ensino Médio

364 - Ensino Superior 365 - Educação Infantil 367 - Educação Especial 392 - Difusão Cultural

451 - Infra-Estrutura Urbana 452 - Serviços Urbanos

481 - Habitação Rural 544 - Recursos Hídricos 606 - Extensão Rural

608 - Promoção da Produção Agropecuária 661 - Promoção Industrial

722 - Telecomunicações 752 - Energia Elétrica

782 - Transporte Rodoviário 812 - Desporto Comunitário 999 - Reserva de Contingência

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total: Total geral:

Total:

Total:

Total geral:

383.900,00 1.302.400,00 2.475.455,00 2.607.004,00 111.104,00
 154.005,00 45.102,00 1.498.206,00 16.501,00 1.143.570,00
 198.003,00 5.500,00 12.287.050,00 2.495.451,00 2.495.451,00
 14.782.501,00

610.500,00 1.721.500,00 11.000,00 3.300,00 22.000,00
 361.900,00 1.302.400,00 2.337.955,00 137.500,00 2.119.703,00
 203.501,00 71.500,00 139.700,00 72.600,00 111.104,00 44.002,00
 110.003,00 45.102,00 18.700,00 1.376.105,00 79.200,00
 16.501,00 18.700,00 5.501,00 1.143.570,00 198.003,00 5.500,00
 12.287.050,00 2.495.451,00 2.495.451,00
 14.782.501,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PROCESSO LEGISLATIVO 610.500,00

10 - DESPORTO A LAZER 11 - OBRAS E SERVIÇOS 12 - HABITAÇÃO
 13 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL 14 - TRANSPORTES
 15 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 16 - SAÚDE PÚBLICA
 17 - ASSISTÊNCIA SOCIAL 18 - ASSISTENCIA SOCIAL
 19 - RESERVA DE CONTINGENCIA
 198.003,00 154.005,00 45.102,00 16.501,00 1.143.570,00
 1.498.206,00 2.337.955,00 361.900,00 22.000,00
 5.500,00

2 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR 403.700,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

20 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM 2.200,00

3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

4 - PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL 5 - CRIANÇA NA ESCOLA
 6 - ENSINO MÉDIO

7 - ENSINO SUPERIOR

8 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

9 - CULTURA
 1.329.900,00 1.302.400,00 2.396.903,00 203.501,00 71.500,00
 72.600,00 111.104,00
 Total: 12.287.050,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total geral:

2.495.451,00 2.495.451,00
 14.782.501,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 DESPESAS DE CAPITAL 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida
 RESERVA DE CONTINGENCIA

9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA Total:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total geral:

10.375.222,00 5.386.151,00 49.500,00 4.939.571,00 911.928,00
 702.928,00 209.000,00 999.900,00 999.900,00 12.287.050,00

2.495.451,00 2.495.451,00
 14.782.501,00

Do Orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Artigo 3º -

O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.509.646,00 (dez milhões, quinhentos e nove mil e seiscentos e quarenta e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.495.451,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.014.195,00 (oito milhões, quatorze mil e cento e noventa e cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.2.RECEITAS DE CAPITAL

Total:

Total geral:

10.509.646,00 10.509.624,00 22,00 10.509.646,00
 10.509.646,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 05 - Defesa Nacional
 06 - Segurança Pública 08 - Assistência Social 10 - Saúde
 12 - Educação 13 - Cultura
 15 - Urbanismo 16 - Habitação 20 - Agricultura 22 - Indústria 26 - Transporte
 27 - Desporto e Lazer

99 - Reserva de Contingência

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

Total:

Total:

Total geral:

1.721.500,00 1.100,00 13.200,00 361.900,00 137.500,00
 2.607.004,00 111.104,00 154.005,00 45.102,00 1.498.206,00
 16.501,00 1.143.570,00 198.003,00 5.500,00 8.014.195,00
 2.495.451,00 2.495.451,00
 10.509.646,00

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 DESPESAS DE CAPITAL 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
 4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida
 RESERVA DE CONTINGENCIA

9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA Total:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total geral:

7.442.170,00 3.721.301,00 49.500,00 3.671.369,00 566.525,00
 357.525,00 209.000,00 5.500,00 5.500,00 8.014.195,00

2.495.451,00 2.495.451,00
 10.509.646,00

Do Orçamento do(a) FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE

Artigo 4º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total:

Total geral:

2.000,00 2.000,00 2.000,00

20.000,00 20.000,00
 22.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 -Assistência Social

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

Total:

Total geral:

22.000,00 22.000,00
 22.000,00

DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES Total:
 Total geral:
 22.000,00 22.000,00 22.000,00
 22.000,00

Do Orçamento do(a) FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Artigo 5º -

O Orçamento da entidade FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 473.004,00 (quatrocentos e setenta e três mil e quatro reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.337.955,00 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil e novecentos e cinquenta e cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES 4.2.RECEITAS DE CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total:

Total geral:
 473.004,00 473.001,00 3,00 473.004,00

1.864.951,00 1.864.951,00
 2.337.955,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

Total:

Total geral:

2.337.955,00 2.337.955,00
 2.337.955,00

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DESPESAS DE CAPITAL 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
Total:

Total geral:

2.194.952,00 1.073.050,00 1.121.902,00 143.003,00 143.003,00
2.337.955,00
2.337.955,00

Do Orçamento do(a) IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN.
NOVO HORIZONTE

Artigo 6º -

O Orçamento da entidade IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.302.400,00 (um milhão, trezentos e dois mil e quatrocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.302.400,00 (um milhão, trezentos e dois mil e quatrocentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.7.RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS Total:

Total geral:

1.302.400,00 939.400,00 363.000,00 1.302.400,00
1.302.400,00

§ 2º - A Despesa da entidade IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

Total:

Total geral:

1.302.400,00 1.302.400,00
1.302.400,00

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RESERVA DE CONTINGENCIA

9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA Total:

Total geral:

308.000,00 275.000,00 33.000,00 994.400,00 994.400,00
1.302.400,00
1.302.400,00

Do Orçamento do(a) CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Artigo 7º -

O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ () e fixa

as Despesas em R\$ 610.500,00 (seiscentos e dez mil e quinhentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Total:

Total geral:

610.500,00 610.500,00
610.500,00

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO ANATUREZA

Total:

Total geral:

610.500,00 610.500,00
610.500,00

DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS
Total:

Total geral:

408.100,00 316.800,00 91.300,00 202.400,00 202.400,00
610.500,00
610.500,00

Artigo 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 10º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício. II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Paragrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 15º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 17º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

NOVO HORIZONTE/SC, em 26 de novembro de 2014.

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 2151

DECRETO Nº 2.151, de 24 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal, no art. 55, inciso VI;

Considerado o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/41, em especial o

seu art. 5º, "i" (a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais);

Considerando a necessidade de readequação da Rua Eulívio Pastre com a execução de pedras irregulares, na extensão da esquina com a João XXIII até a pavimentação ao acesso da empresa Laticínios Horizonte.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 509,60 m² (quinhentos e nove, e sessenta metros quadrados), do perímetro no vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m., situado no limite com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, deste, segue com azimute de 121°55'51" e distância de 31,372 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta até o vértice M-009, de coordenadas N 7.072.882,82 m. e E 317.091,61 m.; deste, segue com azimute de 121°40'55" e distância de 20,029 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-010, de coordenadas N 7.072.872,30 m. e E 317.108,65 m.; deste, segue com azimute de 117°55'45" e distância de 7,211 m., confrontando neste trecho com parte do lote rural n-168A de Verdelino Zanatta, até o vértice M-001, de coordenadas N 7.072.868,92 m. e E 317.115,02 m.; deste, segue com azimute de 178°20'26" e distância de 10,505 m., confrontando neste trecho com parte da chácara reserva de Vitorio Zanatta, até o vértice M-002, de coordenadas N 7.072.858,42 m. e E 317.115,33 m.; deste, segue com azimute de 295°16'13" e distância de 8,696 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-003, de coordenadas N 7.072.862,14 m. e E 317.107,47 m.; deste, segue com azimute de 302°44'55" e distância de 8,755 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-004, de coordenadas N 7.072.866,87 m. e E 317.100,10 m.; deste, segue com azimute de 304°47'33" e distância de 12,626 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-005, de coordenadas N 7.072.874,08 m. e E 317.089,73 m.; deste, segue com azimute de 304°19'19" e distância de 18,013 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente - , até o vértice M-006, de coordenadas N 7.072.884,23 m. e E 317.074,86 m.; deste, segue com azimute de 305°01'12" e distância de 16,596 m., confrontando neste trecho com o eixo da estrada existente, até o vértice M-007, de coordenadas N 7.072.893,76 m. e E 317.061,27 m.; deste, segue com azimute de 33°17'53" e distância de 6,768 m., confrontando neste trecho com a estrada existente e com área do Laticínio Horizonte, até o vértice M-008, de coordenadas N 7.072.899,41 m. e E 317.064,98 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Chapecó, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM, parte constante na matrícula nº 14.911 do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, que consta pertencer ao senhor Verdelino Zanatta, seus herdeiros ou sucessores legais.

Parágrafo Único. O referido imóvel é destinado à readequação da Rua Eulívio Pastre com pavimentação de pedras irregulares, com vista ao melhoramento da extensão da rua existente, (eixo da rua existente numa extensão de 64,686 metros e bordo direito da nova rua de 58,612 metros).

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, 24 de novembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2150

DECRETO Nº 2.150, de 19 de novembro de 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS do LEILÃO MUNICIPAL 001/2014 e dá outras providências

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 511 de 29 de outubro de 2014 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada comissão para avaliação dos bens móveis destinados ao leilão 001/2014, conforme autorização de alienação contida na redação da Lei Municipal nº 511 de 29 de outubro de 2014, composta pelos seguintes membros:

GERALDO VALDUGA

Membro

FERNANDO TRES

Membro

ADEMILSON CORBARI

Membro

ALTAIR MATTOS

Membro

MÁRCIO DE MACEDO

Presidente

Parágrafo Único - Os membros nomeados para esta comissão não poderão participar dos lances do Leilão Municipal 001/2014.

Art. 2º - A Comissão tem a incumbência de avaliar cada item a ser leilado, conforme descrição na Lei Municipal nº 511 de 29 de outubro de 2014, e emitir parecer do valor mínimo de cada item a ser leilado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC. Em 19 de novembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Registre-se

Publique-se

Márcio de Macedo

Secretário de Administração e Fazenda

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 034/2014, AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) TORRES METÁLICAS DE 30 (TRINTA) METROS DE ALTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO NO ANEXO IX A SEREM INSTALADAS NO MUNICÍPIO EM LOCAIS A SEREM DEFINIDOS PELA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 02/12/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: ESQUADRIAS METAL AÇO LTDA ME, que foi vencedora dos itens com valor global de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 034/2014.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Dezembro de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 181/2014 PO DE BRITA E BASE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PO DE BRITA E SEIXO PENEIRADO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 16/12/2014 às 12h45m.

Abertura das Propostas: dia 16/12/2014, às 13h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 01 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 183/2014 MERENDA ESCOLAR

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR - 1º SEMESTRE/2015, PARA ATENDER AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ANEXOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 17/12/2014 às 12h45m.

Abertura das Propostas: dia 17/12/2014, às 13h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 02 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 184/2014 LAMINAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LAMINAS, DENTES E PARAFUSOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DE ORLEANS, CONFORME ANEXOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 16/12/2014 às 14h45m.

Abertura das Propostas: dia 16/12/2014, às 15h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 02 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

LEI Nº919

LEI Nº 919/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa R\$ 13.350.000,00 (treze milhões, trezentos e cinquenta mil reais), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 12.709.637,60 (doze milhões, setecentos e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta centavos); fixada a despesa em R\$ 9.713.787,37 (nove milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e sete centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.048.265,23 (dois milhões, quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social em R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 838.585,00 (oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	12.071.137,60
Receita Tributária	R\$	368.330,88
Receita de Contribuições	R\$	45.463,53
Receita Patrimonial	R\$	38.500,00
Receita Agropecuária	R\$	22.495,32
Receita de Serviços	R\$	47.777,80
Transferências Correntes	R\$	11.452.710,17
Outras Receitas Correntes	R\$	95.859,90
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	638.500,00
Alienação de Bens	R\$	16.500,00
Transferências de Capital	R\$	622.000,00
TOTAL	R\$	12.709.637,60

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	9.713.787,37
-----------------------------	-----	--------------

Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito	R\$	647.899,68
Secretaria de Administração e Gestão	R\$	1.966.718,08
Secretaria da Educação e Esporte	R\$	2.697.739,72
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social	R\$	711.980,70
Secretaria da Agricultura	R\$	702.000,00
Secretaria de Infraestrutura	R\$	1.609.369,19
Secretaria do Meio Ambiente	R\$	201.000,00
Fundo da Criança e Adolescente	R\$	20.000,00
Fundo de Habitação	R\$	90.000,00
Fundo da Cultura	R\$	58.000,00
Encargos Gerais	R\$	1.004.080,00
Reserva de Contingência	R\$	5.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 543.712,56 (quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e doze reais e cinquenta e seis centavos); fixa a despesa em R\$ 2.591.977,79 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 2.048.265,23 (dois milhões, quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	528.712,56
Receita Tributária	R\$	5.000,00
Receita Patrimonial	R\$	14.300,00
Transferências Correntes	R\$	507.412,56
Outras Receitas Correntes	R\$	2.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	15.000,00
Alienação de Bens	R\$	5.000,00
Transferências de Capital	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	543.712,56

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	2.591.977,79
Fundo Municipal de Saúde	R\$	2.591.977,79

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social estima a receita em R\$ 96.649,84 (noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos); fixa a despesa em R\$ 205.649,84 (duzentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	96.649,84
Receita Patrimonial	R\$	2.000,00
Transferências Correntes	R\$	94.649,84

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	205.649,84
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	R\$	205.649,84

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 838.585,00 (oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	838.585,00
Câmara de Vereadores	R\$	838.585,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas e os recursos provenientes de convênios celebrados com os Governos Estadual e Federal.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2015 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2015 o Poder Executivo poderá

realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2015 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. A partir do exercício financeiro de 2015 a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal do Desenvolvimento Social ficarão na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência, Habitação e da Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Parágrafo Único - No encerramento do exercício financeiro de 2014 os saldos existentes nos sistemas financeiros e patrimonial do Fundo da Habitação e Fundo da Infância e Adolescência serão transferidos para a contabilidade patrimonial e financeira da entidade Prefeitura vinculados aos respectivos fundos.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde SC, 02 de dezembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº920

Lei Nº 920/2014.

"AUTORIZA REALIZAR DESPESAS DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a realizar despesas no valor de até 7.990,00 (sete mil e novecentos e noventa reais), destinado ao pagamento de despesas de confraternização dos servidores públicos Municipais em comemoração ao Natal.

Art. 2.º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei

Correrão por conta de dotações consignadas para cada exercício financeiro vigente.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 02 de Dezembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2557

DECRETO N.º 2557/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 24/11/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 20 de novembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2558

DECRETO N.º 2558/2014

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 101, da Responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelece os limites de endividamento para a dívida pública;

CONSIDERANDO que a mesma retro citada legislação estabelece como uma das metas prioritárias do ente público, promover o equilíbrio financeiro anual, não gastando mais do que a arrecadação efetiva do exercício financeiro;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento de metas concretas e reais, objetivando a redução efetiva de despesas para viabilizar o equilíbrio financeiro das contas do Município;

CONSIDERANDO que a utilização do Horário de trabalho em turno único representa economia efetiva de recursos, que servirá para administrar a redução das despesas em relação às receitas;

CONSIDERANDO que a grande maioria dos Municípios brasileiros tem adotado essa prática, e comprovada eficácia no estabelecimento do equilíbrio financeiro das contas públicas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Determinado a entrada em vigor a partir de 02 de dezembro de 2014, novo Horário de Trabalho ao Funcionalismo Público Municipal lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especifica:

SECRETARIA SAÚDE - 07:00 hs. às 13:00 hs.

Art. 2.º - Somente serão pagas horas extras conforme escalas de plantões de final de semana e feriados.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 01 de dezembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 224-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 224/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 15 de dezembro de 2014 às 14:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2014, que tem por aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis, para as unidades escolares através da Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 02 de dezembro de 2014.
A PREGOEIRA.

AUTO DE INFRAÇÃO 436

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	24319/2014	Data:	07/11/2014
Auto de Infração Ambiental N°:	436	Auto de Embargo/Interdição N°:	509

Qualificação do Autuado			
Nome:	Ezequiel Sell Correa	CPF:	069.747.579-48
		RG:	4.821.252
Endereço:	Rua Assis Brasil, 185 - Ponta de Baixo - São José/SC.		CEP: 88104-200

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rua Nelson Floriano Campos, s/n - Pachecos - Palhoça/SC.		
Data da Lavratura:	07/11/2014	Hora da Lavratura:	15:50
		CEP:	88130-000

Descrição Sumária da Infração	
Aterro e Edificação em Área de Preservação Permanente - APP.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 35.000,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.
--

CÂMARA MUNICIPAL**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 16/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA DEPARTAMENTO EIRELI EPP.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 16/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA DEPARTAMENTOS EIRELI EPP.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2014, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EMPRESA DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.570/0001-00, com sede na Rua Imgard Carl, 225, Escola Agrícola, Blumenau, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor, FABRIZIO ROSSO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30886708 SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 031149489-79, doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n. 16/2014, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 28/07/2014, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro termo Aditivo para aquisição de Papel Toalha, para Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 16/2014, o valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 463,05 (quatrocentos e sessenta e três reais e cinco centavos) da CONTRATANTE, o que representa o acréscimo de 19.52% do quantitativo inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 27 de novembro de 2014.
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Contratante

EMPRESA DEPARTAMENTOS EIRELI EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Palmitos**PREFEITURA****PROCESSO 141/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 141/2014. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 15/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO TIPO II, COM 06 SALAS DE AULA, PROJETO PADRÃO MEC/FNDE. ÁREA CONSTRUÍDA: 854,00M2. LOCAL: RUA PARANÁ, ESQUINA COM RUA SERGIPE, BAIRRO BAGATINI. Data da entrega dos envelopes: 18/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 18/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 2 de Dezembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 0099/2014**

EXTRATO CONTRATO n. 0099/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0060/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0016/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS LTDA-ME

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de troféus e medalhas.

Valor: Pelos produtos a serem prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 6.003,00 (seis mil e três reais).

Vigência: O presente contrato vigorará até o dia 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 02 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha**PREFEITURA****CONTRATO Nº 187/2014 PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 188/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 102/2014 PMP - Pregão Presencial 57/2014 PMP

CONTRATADA: BARIGUI VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 63.750,00 (sessenta e três mil, setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2014

Penha, 02 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 324/2014 - PMP, firmado entre a Sra. LEILA ADRIANA PEREIRA e esta PREFEITURA, em 09 de maio de 2014, por interesse próprio, a contar desta data.

Penha/SC, 02 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 11/2014 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 11/2014 - RH/FMAS

Contratado (A): MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO, na função de Assistência Social, início em 01/12/2014 e término em 31/07/2015, para atuar junto a Secretaria da Assistência Social.

Penha/SC, 31 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 419/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 419/2014 - RH/PMP

Contratado (A): LEILA ADRIANA PEREIRA, na função de Servente/merendeira, início em 02/12/2014 e término em 31/07/2015, para atuar junto a Secretaria da de Educação.

Penha/SC, 02 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 420/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 420/2014 - RH/PMP

Contratado (A): PATRICIA DOS SANTOS TAVARES, na função de Servente/merendeira, início em 03/12/2014 e término em 31/07/2015, para atuar junto a Secretaria da de Educação.

Penha/SC, 03 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA 266

PORTARIA Nº 266/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo Administrativo, instaurado pelas Portarias nº214/2014 e nº 259/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 25/11/2014, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de novembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

PORTARIA 267

PORTARIA Nº 267/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo Administrativo, instaurado pelas Portarias nº215/2014 e nº 261/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 25/11/2014, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de novembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

PORTARIA 268

PORTARIA Nº 268/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI, e MANOEL FLÁVIO CUNHA, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o fato referente às escadas da Secretaria da Saúde que não foram encaminhadas ao seu destino conforme relatório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se a Sindicância na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de novembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

CV20/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 20/2014 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado, pintura e instalação elétrica da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 11/12/2014 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 02 de dezembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 152/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 73/2014, Pregão Presencial nº. 39/2014.
Objeto: Aquisição uniformes escolares (Camisetas, regatas, agasalhos completos, calças e bermudas) para alunos da Rede Municipal de Ensino de Peritiba, para o ano letivo de 2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 152/2014

Contratado: MALHARIA RIBALTA LTDA ME.

CNPJ: 82.112.475/0001-34

Data de Vigência: 02/12/2014 à 20/02/2015

Valor do Contrato: R\$ 21.253,84 (Vinte e um mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Município de Peritiba - SC em 02 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 153/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº. 73/2014, Pregão Presencial nº. 39/2014.

Objeto: Aquisição uniformes escolares (Camisetas, regatas, agasalhos completos, calças e bermudas) para alunos da Rede Municipal de Ensino de Peritiba, para o ano letivo de 2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 153/2014

Contratado: ROSICLEI SANDRA DE MORAES GONÇALVES.

CNPJ: 17.351.022/0001-07

Data de Vigência: 02/12/2014 à 20/02/2015

Valor do Contrato: R\$ 3.493,00 (Três mil quatrocentos e noventa e três reais).

Município de Peritiba - SC em 02 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 84/2014 – TP 05/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de preço, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 84/2014 - Tomada de Preço 05/2014.

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CBUQ de 740,12m2 no pátio do Centro Educacional Professor José

Arlindo Winter, localizado à Rua Reinaldo Gaspareto, 01, Centro, Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: O início da abertura dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h45min do dia 18 de Dezembro 2014.

ENVELOPES: O recebimento do Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto à Prefeitura Municipal de Peritiba, dar-se-á até às 08h30min do dia 18 de Dezembro 2014, na Recepção desta Prefeitura, no endereço acima indicado. O recebimento do Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 17h30min do dia 16 de Dezembro 2014, na Recepção desta Prefeitura.

O recebimento dos envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 08h30min do dia 18 de Dezembro 2014, na Recepção desta Prefeitura.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 03 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 85/2014 – PP 47/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 85/2014 - Pregão Presencial 47/2014.

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes para veículos e máquinas da frota municipal incluindo Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 17/12/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 17/12/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 03 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 86/2014 – PP 48/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 85/2014 - Pregão Presencial 47/2014.

Objeto: Aquisição de Colhedora de forragens nova, acoplável a trator agrícola (Ensiladeira).

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 17/12/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 17/12/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 03 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 53/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 53/2014 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA Nº 2014003060, CONFORME PROPOSTA SIGEF Nº 13139/2014, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h do dia 16/12/2014, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151.

Petrolândia, 03 de dezembro de 2014.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.117, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.117, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 1.050,00m², (um mil e cinquenta metros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 6.571, à desmembrar em 02 (dois) Lotes distintos, terreno este situado à Rua Antonio Costenaro Filho, São José, Município e cidade de Pinheiro Preto-SC, conforme Processo Administrativo nº 03/2014, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente ALBINO MENSEN, inscrito no CPF sob nº 387.161.199-91, e sua cônjuge, MARLENE RUPPENTHAL MENSEN inscrita no CPF 031.492.229-66, residentes na Linha Navegantes, Interior, Pinheiro Preto-SC.

Relação das Áreas:

PERIMETRO DA MATRÍCULA 6.571

ÁREA: 1.050,00M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, distância de 47,58m;

SUL (Fundos): Confronta-se com Leocliedes Zanella, distância de 36,32 m;

LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Leocliedes Zanella, distância de 23,32m;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Waldemar Alves, distância de 26,59 m;

PERIMETRO DO LOTE 01 - REMANESCENTE

ÁREA: 648,07M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, distância de 32,34 m;

SUL (Fundos): Confronta-se com Leocliedes Zanella, distância de 23,51 m;

SUDESTE (Lado Direito): Confronta-se com Leocliedes Zanella, distância de 23,32 m;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Lote 02, distância de 27,04 m;

PERIMETRO DO LOTE 02 - À DESMEMBRAR

ÁREA: 401,93M²

NORTE (Frente): Confronta-se com Rua Antonio Costenaro Filho, distância de 15,24 m;

SUL (Fundos): Confronta-se com Leocliedes Zanella, distância de 12,81 m;

LESTE (Lado Direito): Confronta-se com Lote 01 - remanescente, distância de 27,04 m;

OESTE (Lado Esquerdo): Confronta-se com Waldemar Alves, distância de 26,59 m;

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 01 de Dezembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.888, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 2.888, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE IVONE BAHR RAMTHUN E ADEMAR RAMTHUN, LOCALIZADOS À RUA RICARDO BAHR, PARA INSTALAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, consoante atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO, a grande demanda por vagas na Educação Infantil do município de Pomerode;

CONSIDERANDO, a demanda reprimida nas proximidades dos Bairros Wunderwald, Testo Rega e Testo Alto, e a necessidade do município de Pomerode adquirir imóvel para a edificação e/ou aproveitamento do já existente, para atender tal demanda;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, os imóveis de propriedade de IVONE BAHR RAMTHUN E ADEMAR RAMTHUN, localizados à Rua Ricardo Bahr, a seguir descritos:

I - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de um mil, quinhentos e vinte e seis metros e quinze decímetros quadrados (1.526,15m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em cinco metros (5,00m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em cinquenta e sete metros e sessenta e cinco centímetros (57,65m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO em três (3) linhas, sendo, a partir da frente, a primeira (a oeste) de vinte e dois metros (22,00m) com terras de Hannelore Lemke (R.16-988), a segunda (ao sul) de cinquenta e um metros (51,00m), dos quais quarenta e dois metros (42,00m) confrontam terras de Hannelore Lemke (R.16-988) e nove metros (9,00m) confrontam terras de Têxtil Artur Ltda. (R.7-3466), e a terceira (a oeste) de trinta e um metros (31,00m) com terras de Maria Christina Cesar Schmidt de Mirson (R.2-3518); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em quarenta e um metros e noventa centímetros (41,90m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13040); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, oitenta e cinco metros e noventa e sete centímetros (85,97m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13039.

II - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de um mil e um metros e trinta e cinco decímetros quadrados (1.001,35m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em vinte cinco metros e trinta e cinco centímetros (25,35m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em vinte e cinco metros e oitenta e cinco centímetros (25,85m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO (a oeste) em quarenta e um metros e noventa centímetros (41,90) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13039); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em trinta e sete metros e trinta centímetros (37,30m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13041); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, sessenta metros e sessenta e dois centímetros (60,62m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13040.

III - Um terreno situado nesta cidade, à RUA RICARDO BAHR, bairro Centro, contendo a área de seiscentos e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados (604,65m²), de forma irregular, fazendo FRENTE (ao sul) em dezessete metros e trinta e seis centímetros (17,36m) com o lado par da Rua Ricardo Bahr; limitando-se nos FUNDOS (ao norte) em dezessete metros e noventa e cinco centímetros (17,95m) com terras de Gabriel Erdmann e Gutierrez Erdmann (R.4-3546); extremado pelo lado DIREITO (a oeste) em trinta e sete metros e trinta centímetros (37,30) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13040); e pelo lado ESQUERDO (a leste) em trinta e três metros e noventa e cinco centímetros (33,950m) com terras de Ivone Bahr Ramthun e seu marido, Ademar Ramthun (M-13042); distando, do vértice formado pelas linhas da frente e do lado esquerdo, quarenta e três metros e vinte e seis centímetros (43,26m) da esquina formada pelas ruas Ricardo Bahr e Hermann Weege. SEM EDIFICAÇÕES. Imóvel de Matrícula 13041.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

POMERODE, em 1º de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 033/2014.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO DA RUA ARTUR REINERT - CENTRO, POMERODE/SC, COM BLOCOS RETANGULARES INTERTRAVADO DE CONCRETO, RESPEITANDO A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prazo adicional - 60 dias - Prazo final - 09/12/2014.

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 60 (sessenta) dias em virtude de condições climáticas desfavoráveis, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 022/2014.

Pomerode/SC, 26 de Setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 033/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO DA RUA ARTUR REINERT - CENTRO, POMERODE/SC, COM BLOCOS RETANGULARES INTERTRAVADO DE CONCRETO, RESPEITANDO A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor Aditivo - 6,75% - R\$7.096,74 (sete mil, noventa e seis reais e setenta e quatro centavos).
Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 6,75%, conforme planilha anexa, em função de acréscimo de serviços devido ao alargamento da calçada em alguns pontos da via pública, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 022/2014.

Pomerode/SC, 13 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014 REDUÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022/2014
REDUÇÃO

Processo Administrativo n.º 033/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO DA RUA ARTUR REINERT - CENTRO, POMERODE/SC, COM BLOCOS RETANGULARES INTERTRAVADO DE CONCRETO, RESPEITANDO A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor Redução - 2,60% - R\$2.731,23 (dois mil, setecentos e trinta e um reais e vinte e três centavos).
Justificativa: Redução de valores unitários em 2,60%, conforme planilha anexa, em função de serviços não realizados devido aos quantitativos previstos inicialmente estarem acima do encontrado no local da obra, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 022/2014.

Pomerode/SC, 13 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 116/2014.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 16/12/2014.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 16/12/2014.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.
O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 02 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO N.º 2.889, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N.º 2.889, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2.885, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE TRATA DOS "PONTOS FACULTATIVOS" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 24 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de das atribuições que lhe confere o artigo 62, XII, combinado art. 74, I, "n", da Lei Orgânica do Município

Considerando que no preâmbulo do Decreto nº 2.885, de 26 de novembro de 2014, consta: "Declara "Ponto Facultativo" nas repartições públicas municipais nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014";

Considerando que no artigo 1º do Decreto nº 2.885, de 26 de novembro de 2014, consta: "Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional nos dias 24 e 31 de dezembro de 2012, ressalvadas as necessidades essenciais de serviço de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal."

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2.885, de 26 de novembro de 2014, que passará a ter a seguinte redação:

"Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014, ressalvadas as necessidades essenciais de serviço de cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 2.885, de 26 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 01 de dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 533/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 533/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABH6954	55256271B	27/01/2008	55500	181 * XVIII
AHA6161	55192138B	19/01/2008	55680	181 * XIX
AHW0602	55256266B	27/01/2008	55250	181 * XV
AJE9369	55255836B	06/01/2008	55680	181 * XIX
BMI0112	55256262B	24/01/2008	55250	181 * XV
BXE1861	55255786B	15/12/2007	58350	195
BXE1861	55255785B	15/12/2007	62700	220 * II
FTS1010	55255850B	21/01/2008	51930	168
ICU2204	55255874B	20/01/2008	58350	195
LWY2214	55255845B	20/01/2008	55680	181 * XIX
LWY2778	55255882B	01/02/2008	73660	252 * VI
LXR8583	55192149B	20/01/2008	55680	181 * XIX
LYV1662	55192144B	19/01/2008	58780	199
LZA8748	55255958B	09/01/2008	58350	195
LZN5173	55192427B	20/12/2007	51850	167
LZX9811	55255621B	06/01/2008	55250	181 * XV
MAM8220	55192273B	18/01/2008	54520	181 * VIII
MBM0684	55191592B	27/01/2008	53800	181 * I
MDT0262	55192139B	19/01/2008	55500	181 * XVIII
MFF4968	55255826B	02/01/2008	70480	244 * II
MFH9972	55192140B	19/01/2008	55500	181 * XVIII
MJP1400	55192136B	19/01/2008	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 95/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 95/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ8083	54486756A	03/10/2001	62380	218 * II * a	127.69
CIA6687	54486353A	01/10/2001	60500	208	191.53
JTB7363	54486558A	17/09/2001	69120	232	53.20
LXA1296	54486506A	03/10/2001	50450	162 * V	191.53
LXC9947	54486351A	15/09/2001	54600	181 * IX	85.12
LXL5744	54486754A	19/09/2001	69200	233	127.69
LYU7982	54486752A	10/09/2001	69200	233	127.69
LZY4581	54487051A	13/09/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 163/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 163/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AEJ8511	54487989A	03/02/2003	55250	181	*	XV	85.12
AEZ5630	54488234A	07/02/2003	55250	181	*	XV	85.12
GMO0211	54488233A	03/02/2003	50450	162	*	V	191.53
LWS0133	54487696A	30/01/2003	51850	167			127.69
LXF6017	54487882A	25/01/2003	70480	244	*	II	191.53
LXK1201	54487695A	30/01/2003	66020	230	*	VI	191.53
LXP3685	54487698A	30/01/2003	62380	218	*	II * a	127.69
LXS5757	54487611A	01/02/2003	51850	167			127.69
LYI5022	54487694A	30/01/2003	67000	230	*	XVI	127.69
LZV8632	54488235A	07/02/2003	55500	181	*	XVIII	85.12
MBE9694	54487988A	29/01/2003	51850	167			127.69
MBI1227	54487608A	20/01/2003	58350	195			127.69
MBO7164	54487614A	05/02/2003	51850	167			127.69
MBX6962	54487609A	20/01/2003	73660	252	*	VI	85.12
MER6820	54487697A	30/01/2003	59240	203	*	I	191.53
MFL1070	54487693A	30/01/2003	62380	218	*	II * a	127.69
MFM4300	54487610A	28/01/2003	73660	252	*	VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 172/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 172/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHZ1407	54488307A	11/04/2003	65560	230 * I	191.53
AHZ1407	54488306A	11/04/2003	73400	252 * IV	85.12
AHZ1407	54488308A	11/04/2003	66100	230 * VII	127.69
ASP3000	54488303A	11/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
LYZ5499	54488305A	11/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
MAH7519	54488304A	11/04/2003	62380	218 * II * a	127.69
MAO1270	54487887A	25/03/2003	55250	181 * XV	85.12
MBI9933	54487886A	21/03/2003	70480	244 * II	191.53

MMJ0005 54488118A 06/04/2003 65300 228 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 434/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 434/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRE9666	55190320B	17/03/2007	56650	182 * X	85.13
LZU3802	55190532B	09/03/2007	74630	218 * II	127.69
MBH2031	55601944A	10/11/2006	53800	181 * I	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 485/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 485/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALG4851	55191489B	07/09/2007	55680	181 * XIX
AMB8248	55192063B	11/08/2007	55410	181 * XVII
IAT7273	55191830B	07/08/2007	51850	167
ILO9429	55192099B	27/08/2007	60500	208
LND1027	55191871B	14/09/2007	54520	181 * VIII
LWX5505	55192065B	17/08/2007	60500	208
LXE8838	55192064B	11/08/2007	55680	181 * XIX
LYI7986	55192070B	16/08/2007	55410	181 * XVII
LYW1818	55190389B	04/08/2007	73660	252 * VI
MAI2281	55192205B	02/09/2007	70300	244 * I
MAM1908	55191827B	07/08/2007	59670	203 * V
MAR4860	55192208B	31/08/2007	55410	181 * XVII
MBG6423	55191572B	11/08/2007	70480	244 * II
MCA2494	55191869B	19/08/2007	55680	181 * XIX
MCG5280	55600638A	01/09/2007	72340	250 * I * a
MCT8245	55192151B	18/08/2007	70300	244 * I
MCV6903	55191447B	10/08/2007	60500	208
MEM8650	55192152B	28/08/2007	55500	181 * XVIII
MHH9090	55192219B	03/09/2007	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 57/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 57/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEX9623	55541791	11/01/2000	69120	232	53.20
LWS8544	55541790	11/01/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXG8030	55541916	11/01/2000	58430	196	127.69
LXI5975	55561315	07/01/2000	65990	230 * V	191.53
LYN1190	55541792	11/01/2000	65990	230 * V	191.53
LYY2524	55561275	24/12/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1580/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1580/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ5593	54450904E	03/07/2014	66372	230 * IX	127.69

APV9981	54882987E	18/07/2014	50100	162	*	I	574.61
APV9981	54882988E	18/07/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
HRZ1150	54882537E	04/07/2014	51770	166			191.53
HRZ1150	54882538E	04/07/2014	67691	230	*	XXII	85.12
HRZ1150	54882536E	04/07/2014	51691	165			1915.38
LWW0954	54883491E	20/06/2014	65992	230	*	V	191.53
LWY7988	54882845E	15/07/2014	65992	230	*	V	191.53
LZP8086	54882833E	10/07/2014	65992	230	*	V	191.53
MAT3452	54882728E	13/06/2014	66372	230	*	IX	127.69
MBV6489	54882175E	30/07/2014	67692	230	*	XXII	85.12
MDC2239	54882513E	13/06/2014	67691	230	*	XXII	85.12
MEU4770	54883362E	14/07/2014	50450	162	*	V	191.53
MEZ3503	54883035E	14/06/2014	66372	230	*	IX	127.69
MEZ3503	54883034E	14/06/2014	50100	162	*	I	574.61
MEZ3503	54882966E	14/06/2014	65992	230	*	V	191.53
MEZ3503	54883036E	14/06/2014	73400	252	*	IV	85.12
MGC6569	54882714E	04/06/2014	65992	230	*	V	191.53
MHL8948	54882721E	13/06/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MIL5484	54985713E	30/07/2014	66372	230	*	IX	127.69
MIN4328	54883380E	26/07/2014	69120	232			53.20
MJG8218	54985601E	14/06/2014	69120	232			53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 262/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 262/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD8421	55600146A	15/12/2004	59670	203 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 150/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 150/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KDK1782	54488151A	29/10/2002	69200	233	127.69
LYV2562	54488152A	31/10/2002	57200	186 * I	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 141/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 141/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL3806	54487778A	18/08/2002	60500	208	191.53
LXV3610	54487953A	13/08/2002	60500	208	191.53
LYB2221	54487779A	18/08/2002	51690	165	957.69
LYK7050	54486836A	11/08/2002	60500	208	191.53
LYZ6670	54486719A	17/08/2002	59910	206 * I	191.53
LZA4847	54932492A	11/08/2002	73740	253	191.53
LZF2502	54487777A	16/08/2002	51850	167	127.69
LZR7418	54487780A	20/08/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 34/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 34/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW8435	55559524	26/09/1998	55410	181 * XVII	53.20
LWZ1599	55560034	12/08/1998	57380	186 * II	191.53
LXA7320	55559990	15/08/1998	70300	244 * I	191.53
LXC5872	55560777	12/09/1998	66370	230 * IX	127.69
LXO8118	55559673	26/08/1998	52740	175	191.53
LXO8118	55559673	26/08/1998	52070	169	53.20
LXS2648	55560040	02/09/1998	70300	244 * I	191.53
LXS7829	55560235	19/08/1998	51850	167	127.69
LXT5907	55560244	20/08/1998	51850	167	127.69
LXT7466	55559823	10/08/1998	65800	230 * IV	191.53

LXU0443	55559129	18/08/1998	50100	162	*	I	574.61
LXU4288	55559824	11/08/1998	67690	230	*	XXII	85.12
LXX4884	55560213	08/08/1998	51850	167			127.69
LXX5205	55560755	11/08/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LXX5205	55560754	11/08/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LXX8691	55560128	15/08/1998	51930	168			191.53
LYF0163	55560146	09/10/1998	54520	181	*	VIII	127.69
LYG8512	55560878	14/10/1998	62200	218	*	I * b	574.61
LYN5469	55559825	14/08/1998	55410	181	*	XVII	53.20
LYN8801	55560224	11/08/1998	51850	167			127.69
LYN9228	55560950	17/10/1998	57380	186	*	II	191.53
LYO9846	55560225	08/08/1998	50290	162	*	II	957.69
LYO9846	55560217	08/08/1998	69120	232			53.20
LYO9846	55560216	08/08/1998	55500	181	*	XVIII	85.12
LYQ9497	55560131	19/08/1998	51930	168			191.53
LYY5587	55560141	02/10/1998	57380	186	*	II	191.53
LZB4945	55559816	09/08/1998	57970	191			191.53
LZC1103	55560248	21/08/1998	51850	167			127.69
LZH9089	55560814	05/09/1998	57380	186	*	II	191.53
LZM9939	55560923	24/09/1998	55410	181	*	XVII	53.20
LZN5238	55560763	25/08/1998	51850	167			127.69
LZP4921	55559827	17/08/1998	70480	244	*	II	191.53
LZV5750	55561060	15/10/1998	54520	181	*	VIII	127.69
MAD9843	55559136	11/09/1998	65990	230	*	V	191.53
MAD9843	55559131	11/09/1998	69120	232			53.20
MAF1174	55559044	16/10/1998	65990	230	*	V	191.53
MAF1174	55559044	16/10/1998	69120	232			53.20
MAL3960	55560760	21/08/1998	54520	181	*	VIII	127.69
MAM2230	55560145	07/10/1998	69120	232			53.20
MBO4360	55560147	09/10/1998	54520	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 467/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 467/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KDG0205	55600632A	05/07/2007	66100	230 * VII
LXI9674	55191409B	29/04/2007	51690	165
LXI9674	55191408B	29/04/2007	66370	230 * IX
LXI9674	55191407B	29/04/2007	65990	230 * V
LYA9809	54488350A	25/05/2007	50450	162 * V
MAM3422	55191113B	11/05/2007	65990	230 * V
MAM3422	55190618B	16/04/2007	73400	252 * IV
MBH6477	55190388B	07/07/2007	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 495/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 495/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNI4167	55190399B	24/09/2007	50370	162 * III
GVM8211	55192302B	11/10/2007	65800	230 * IV
GVM8211	55192452B	11/10/2007	69120	232
ICU2204	55192401B	11/10/2007	65990	230 * V
LYX9318	55191879B	26/09/2007	69200	233
MAM7709	55192157B	20/09/2007	69200	233
MGD4842	55191127B	06/10/2007	52820	176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 368/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 368/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE9306	55601381A	15/10/2006	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 445/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 445/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCL5900	55190775B	07/02/2007	51850	167	127.69
MCM4890	55190884B	16/04/2007	60840	211	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 427/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 427/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGC5952	55190149B	10/01/2007	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 504/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 504/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALX8559	55600472A	04/11/2005	54520	181 * VIII
DAM0440	55191487B	07/09/2007	55680	181 * XIX
LXO4950	55192359B	19/10/2007	55250	181 * XV
MAB9623	55600639A	26/10/2007	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1562/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1562/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOI5954	54882560E	19/08/2014	66372	230 * IX
KFZ2400	54882672E	29/08/2014	66372	230 * IX
KFZ2400	54882673E	29/08/2014	67261	230 * XVIII
KFZ2400	54882674E	29/08/2014	65992	230 * V
LWR0812	54882595E	26/08/2014	67261	230 * XVIII
LYZ1490	54882585E	22/08/2014	73400	252 * IV
MBH3951	54882432E	12/08/2014	65561	230 * I
MDB8942	54882688E	06/09/2014	51180	164 c/c 162 * I
MDB8942	54882687E	06/09/2014	50100	162 * I
MDB8942	54882686E	06/09/2014	69120	232
MDD0359	54882562E	19/08/2014	66372	230 * IX
MGN0205	54883423E	19/08/2014	65992	230 * V
MGN0205	54883425E	19/08/2014	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 246/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 246/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYI7986 55599929A 13/11/2004 60500 208
MBW3715 55599975A 15/11/2004 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 45/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 45/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ACA6074 55560394 14/08/1999 52820 176 * I 957.69
ADF6010 55541672 11/09/1999 51690 165 957.69

LXR1981	55541592	30/08/1999	73660	252	*	VI	85.12
LZB1972	55541661	02/09/1999	62380	218	*	II * a	127.69
MAC5005	55541670	11/09/1999	54520	181	*	VIII	127.69
MAF4091	55561308	08/09/1999	50100	162	*	I	574.61
MAP9180	55560395	30/08/1999	73660	252	*	VI	85.12
MAT2606	55541595	06/09/1999	72340	250	*	I * a	85.12
MBJ3640	55541664	07/09/1999	55250	181	*	XV	85.12
MMM2611	55541660	02/09/1999	62380	218	*	II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

SAMAE**EXTRATO DE CONTRATO 06/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: GRAFTIM SERVIÇOS GRAFICOS LTDA-ME, com sede na RUA GERMANO BRANDES SENIOR - 770 SALA 01, BAIRRO CENTRO - TIMBÓ/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 08.656.943/0001-89.

Objeto: O objeto do presente contrato:Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 16/02/2015.

Pomerode/SC,

18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: RAFAEL DENILSON XAVIER E CIA LTDA ME, COM SEDE NA(O) RUA MADRE INÊS Nº 161 BAIRRO ALTO DE MAFRA - MAFRA -SC , SOB O CNPJ N.º 08.727.640/0001-00

Objeto: O objeto do presente contrato:Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor: R\$ 15.990,00(quinze mil novecentos e noventa reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 16/02/2015.

Pomerode/SC,

18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: SUSTENTAR CONSULTORIA EM SOLUÇÕES E SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL LTDA ME, com sede na(o) RUA CARAMURU Nº 521 BAIRRO ESCOLA AGRÍCOLA - BLUMENAU -SC , sob o CNPJ n.º 16.807.658/0001-40

Objeto: O objeto do presente contrato:Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor Total contratado: R\$ 46.997,00 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e sete reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 18/11/2015.

Pomerode/SC,

18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: MARCOPOLLO VIAGENS E TURISMO LTDA ME, com sede na(o) RUA LUIZ ABRY Nº 547 SALA 03 BAIRRO CENTRO - POMERODE -SC , sob o CNPJ n.º 08.532.266/0001-97

Objeto: O objeto do presente contrato:Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor total do contratado: R\$ 5.200 (cinco mil e duzentos reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 17/05/2015.

Pomerode/SC,

18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: LIVRARIA ACADÊMICALTDA ME, com sede na(o) RUA ANTÔNIO DA VEIGA Nº 303 BAIRRO - VÍCTOR KONDER - BLUMENAU - SC, sob o CNPJ n.º 83.440.529/0001-53

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor Total contratado: R\$ 8.900,00(oito mil e novecentos reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 18/12/2015.

Pomerode/SC,
18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: JORNAL DE POMERODE EDITORA LTDA - EPP, com sede na(o) RUA ARARANGUÁ Nº 99 BAIRRO CENTRO - POMERODE - SC, sob o CNPJ n.º 03.148.398/0001-04

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor Total contratado: R\$ 29.999,00(vinte e nove mil novecentos e noventa e nove).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 18/11/2015.

Pomerode/SC,
18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO 12/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: RADIO POMERODE LTDA, com sede na(o) AVENIDA 21 DE JANEIRO Nº 1470 BAIRRO CENTRO - POMERODE - SC, sob o CNPJ n.º 75.293.126/0001-09

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Valor Total contratado: R\$ 17.160,00(dezessete mil cento e sessenta reais).

Prazo de vigência: 18/11/2014 À 18/11/2015.

Pomerode/SC,
18/11/2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0105/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0045/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE FORMA PARCELADA DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 16/12/2014.
Abertura: às 09h00min horas do dia 16/12/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 02 de dezembro de 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2.228

LEI Nº 2.228/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Ponte Serrada tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, a melhora na qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;
- esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de

atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- universalização do acesso;
- integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- eficiência e sustentabilidade econômica;
- utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- controle social;
- segurança, qualidade e regularidade;
- integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II DO INTERESSE LOCAL

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no Artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

- Incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
- a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
- a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;
- a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;
- a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais Municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;
- a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental;
- o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potenciais ou efetivamente degradadoras e poluidoras;
- a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;
- o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;
XI - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;
XII - o reaproveitamento de efluentes destinados a quaisquer atividades;
XIII - a drenagem e a destinação final das águas;
XIV - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;
XV - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

XVI - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;
XVII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 4º A execução da Política Municipal de Saneamento Básico, será executada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e distribuída de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e Órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB

Art. 5º Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretarias Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo EXECUTIVO MUNICIPAL.

Art. 6º Os recursos do FMSB serão provenientes de:

- I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;
- II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;
- III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo Único - O percentual descrito no inciso II deste artigo será regulamentado por Decreto.

Art. 7º O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderá ser aplicado no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 8º O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade

e universalidade.

Parágrafo Único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 9º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 10 O Prefeito Municipal, por meio da Gerência de Contabilidade do Município, enviará, bimestralmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 11 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, cuja composição, será formada paritariamente por representantes da Sociedade Civil de Ponte Serrada e de Secretarias Municipais e outros órgãos públicos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 12 O Conselho Municipal de saneamento básico será composto por 08 (oito) membros sendo 04 (quatro) membros representantes dos órgãos governamentais e 04 (quatro) membros representantes da área não governamental municipal assim distribuídos.

§ 1º Indicarão os representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II - Secretaria Municipal do Urbanismo;
- III - Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- IV - Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

§ 2º Indicarão os representantes da área não governamental municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Pastoral da Criança;
- II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- III - Câmara de Dirigentes Lojistas de Ponte Serrada- CDL;
- IV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

§ 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico definirá seu regimento interno num prazo de 60 (sessenta) dias contados do seu efetivo funcionamento que, posteriormente será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 13 O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter deliberativo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 14 O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 O Chefe do Poder Executivo adotará as providências necessárias à implementação da política e diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 16 O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores Projeto de Lei específico, abrindo crédito especial e criando o orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 17 Enquanto não houver os regulamentos específicos, as tarifas relativas aos serviços de água e esgotos sanitários poderão ser reajustadas anualmente, pelos índices de inflação.

Art. 18 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada
Em data supra.

JUSTIFICATIVA AO PL Nº 044/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Ilmo Senhor
VALDOMIRO ACUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA - SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei Complementar nº 044/2014, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei foi elaborado com base nas diretrizes nacionais para o saneamento básico expostas na Lei Federal nº 11.445/07, destacando-se a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo no controle social.

No tocante ao Fundo Municipal de Saneamento Básico é proposto para que o Município possa participar de fato das decisões inerentes ao futuro do sistema de águas e esgotamento sanitário no Município de Ponte Serrada, bem como para que possa realizar o seu próprio planejamento sanitário. Além disso, a Lei autoriza o Município de Ponte Serrada a firmar os instrumentos necessários para uma gestão associada com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Na certeza de contar com a atenção dos membros dessa Casa para a aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, cuja tramitação solicito que seja feita em regime de urgência.

Cordialmente,
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO 106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0106/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0046/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a aquisição de gás para suprir as necessidades das secretárias municipais.

Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 16/12/2014.
Abertura: às 14h00min horas do dia 16/12/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30 min. e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 02 de dezembro de 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.279, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.279, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente nos Órgãos do Poder Executivo Municipal, entre o período de 08 de dezembro de 2014 à 18 de fevereiro de 2015, será o seguinte: de Segunda à Sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 2º Este Decreto não abrange as Secretaria de Educação, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos e Secretaria de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

ANEXO 01 RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.975.317,00	56.975.317,00	7.895.160,40	13,86	43.700.390,35	76,70
RECEITAS CORRENTES	44.372.317,00	44.372.317,00	7.772.403,71	17,52	41.998.056,91	94,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.197.367,00	13.197.367,00	1.992.869,42	15,10	12.842.867,49	97,31
IMPOSTOS	11.513.200,00	11.513.200,00	1.754.113,75	15,24	10.983.634,62	95,40
TAXAS	1.684.167,00	1.684.167,00	238.755,67	14,18	1.859.232,87	110,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.730.000,00	1.730.000,00	241.356,94	13,95	1.529.161,22	88,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	780.000,00	780.000,00	167.521,64	21,48	815.979,03	104,61
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	950.000,00	950.000,00	73.835,30	7,77	713.182,19	75,07
RECEITA PATRIMONIAL	787.320,00	787.320,00	270.039,43	34,30	1.319.933,96	167,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	787.320,00	787.320,00	270.039,43	34,30	1.319.933,96	167,65
RECEITA DE SERVIÇOS	700.000,00	700.000,00	19.706,52	2,82	488.363,84	69,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.752.130,00	26.752.130,00	4.903.435,62	18,33	24.480.641,56	91,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.129.130,00	26.129.130,00	4.903.326,73	18,77	24.480.317,38	93,69
Transf. de Instituições Privadas	16.000,00	16.000,00	108,89	0,68	324,18	2,03
Transf. de Pessoas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.205.500,00	1.205.500,00	344.995,78	28,62	1.337.088,84	110,92
Multas e Juros de Mora	231.500,00	231.500,00	106.664,33	46,08	476.209,60	205,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	108.649,34	621,64	119.464,98	982,17
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	950.000,00	950.000,00	129.020,61	13,58	740.035,88	77,90
RECEITAS DIVERSAS	21.000,00	21.000,00	661,50	3,15	1.378,38	6,56
RECEITAS DE CAPITAL	12.603.000,00	12.603.000,00	122.756,69	0,97	1.702.333,44	13,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.033.000,00	9.033.000,00	122.756,69	1,36	1.702.333,44	18,85
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	30.412,80	3,04	253.636,80	25,36
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.033.000,00	8.033.000,00	92.343,89	1,15	1.448.696,64	18,03
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.240.000,00	1.240.000,00	226.426,09	18,26	1.186.329,32	95,67
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	226.426,09	18,26	1.186.329,32	95,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	226.426,09	18,26	1.186.329,32	95,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	226.426,09	18,26	1.186.329,32	95,67

Continua 1/3

28/11/2014 09:57:40 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

Continuação 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.240.000,00	1.240.000,00	226.426,09	18,26	1.186.329,32	95,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	58.215.317,00	58.215.317,00	8.121.586,49	13,95	44.886.719,67	77,10
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	58.215.317,00	58.215.317,00	8.121.586,49	13,95	44.886.719,67	77,10
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	58.215.317,00	58.215.317,00	8.121.586,49	13,95	44.886.719,67	77,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.504.731,07	—	—	1.973.284,68	—
Superávit Financeiro	—	3.504.731,07	—	—	1.973.284,68	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.561.617,00	7.612.317,12	64.173.934,12	8.232.509,13	45.927.037,13	7.484.849,33	37.562.946,19	58,53
DESPESAS CORRENTES	37.777.956,50	6.940.315,87	44.718.272,37	5.931.848,71	38.633.031,31	6.836.442,38	34.419.707,60	76,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.201.079,00	1.362.276,67	24.563.355,67	3.733.955,75	20.645.747,28	3.897.034,21	20.375.626,93	82,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	380.000,00	-145.000,00	235.000,00	0,00	223.350,95	28.518,89	176.080,98	74,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.196.877,50	5.723.039,20	19.919.916,70	2.197.892,96	17.763.933,08	2.910.889,28	13.867.999,69	69,62
DESPESAS DE CAPITAL	17.609.660,50	672.001,25	18.281.661,75	2.300.660,42	7.294.005,82	648.406,95	3.143.238,59	17,19
INVESTIMENTOS	17.059.660,50	452.001,25	17.511.661,75	2.278.660,42	6.532.184,13	569.724,26	2.453.855,95	14,01

Continua 2/3

28/11/2014 09:57:40 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

Continuação 3/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	56.561.617,00	7.612.317,12	64.173.934,12	8.232.509,13	45.927.037,13	7.484.849,33	37.562.946,19	58,53
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	180.000,00	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00	100,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	450.000,00	40.000,00	490.000,00	22.000,00	481.821,69	78.682,69	409.382,64	83,55
RESERVA DE CONTINGENCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.119.000,00	0,00	1.119.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.653.700,00	-106.900,00	1.546.800,00	237.566,83	1.228.684,40	243.373,57	1.205.300,91	77,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.588.700,00	-43.400,00	1.545.300,00	237.566,83	1.228.684,40	243.373,57	1.205.300,91	78,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	-63.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.215.317,00	7.505.417,12	65.720.734,12	8.470.075,96	47.155.721,53	7.728.222,90	38.768.247,10	58,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.215.317,00	7.505.417,12	65.720.734,12	8.470.075,96	47.155.721,53	7.728.222,90	38.768.247,10	58,99
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.118.472,57	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.215.317,00	7.505.417,12	65.720.734,12	8.470.075,96	47.155.721,53	7.728.222,90	44.886.719,67	68,30

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.644.035,09

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.01, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 28/Nov/2014 e hora de emissão 09:55

PORTO BELO, 28/11/2014

EVALDO JOSE GUERREIRO FILH	RENEU NYLAND	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI	CLARICE LOURDES DORFSCHMI	JOÃO ONEIDES LIRA
PREFEITO MUNICIPAL	COORDENADOR DE CONTROLE	SECRETÁRIO DA FAZENDA	CONTADORA - CRC 028610/O-0	CONTADOR - CRC 028270/O-7

ANEXO 02 RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.561.617,00	64.173.934,12	8.232.509,13	45.927.037,13	7.484.849,33	37.562.946,19	96,89	59,53
Legislativa	1.538.500,00	1.538.500,00	40.819,32	1.166.591,29	165.577,62	852.253,70	2,20	55,40
Ação Legislativa	1.538.500,00	1.538.500,00	40.819,32	1.166.591,29	165.577,62	852.253,70	2,20	55,40
Judiciária	280.000,00	40.000,00	11,42	39.512,13	892,45	39.512,13	0,10	98,78
Ação Judiciária	280.000,00	40.000,00	11,42	39.512,13	892,45	39.512,13	0,10	98,78
Administração	5.088.446,00	6.438.446,00	620.007,57	5.093.512,65	968.184,59	4.380.369,74	11,30	68,03
Administração Geral	3.359.446,00	4.165.446,00	484.480,08	3.500.126,26	640.633,23	3.119.400,38	8,05	74,89
Administração Financeira	1.615.000,00	2.144.000,00	129.564,19	1.510.574,95	314.121,29	1.195.646,07	3,08	55,77
Previdência do Regime Estatutário	114.000,00	129.000,00	5.963,30	82.811,44	13.430,07	65.323,29	0,17	50,64
Segurança Pública	504.200,00	570.200,00	18.904,22	268.004,08	32.355,29	202.707,94	0,52	35,55
Policimento	480.200,00	570.200,00	18.904,22	268.004,08	32.355,29	202.707,94	0,52	35,55
Defesa Civil	1.239.120,00	2.151.559,49	284.392,05	1.450.033,10	309.142,34	1.208.468,40	3,12	56,17
Assistência Social	26.000,00	91.000,00	19.743,57	80.241,71	57.928,57	74.691,71	0,19	82,08
Assistência ao Idoso	165.000,00	171.000,00	0,00	161.432,60	23.103,44	120.585,14	0,31	70,52
Assistência ao Portador de Deficiência	208.500,00	258.500,00	42.910,63	145.791,04	27.035,20	110.370,12	0,28	42,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	839.620,00	1.631.059,49	221.737,85	1.062.567,75	201.075,13	902.821,43	2,33	55,35
Assistência Comunitária	2.324.000,00	2.309.000,00	179.297,48	936.300,03	179.297,48	936.300,03	2,42	40,55
Previdência Social	2.324.000,00	2.309.000,00	179.297,48	936.300,03	179.297,48	936.300,03	2,42	40,55
Previdência do Regime Estatutário	9.765.543,00	11.791.742,66	1.817.789,35	8.669.151,13	1.510.405,24	7.386.002,06	19,05	62,64
Saúde	7.713.503,00	8.769.063,00	1.151.268,93	6.623.451,74	1.135.943,67	5.846.056,58	15,08	66,67
Atenção Básica	1.591.090,00	2.443.125,56	508.695,18	1.525.290,30	294.369,07	1.150.566,06	2,97	47,09
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	261.200,00	307.304,10	68.525,69	279.021,77	59.312,46	217.354,61	0,56	70,73
Suporte Profilático e Terapêutico	116.750,00	116.750,00	14.899,29	99.837,99	15.481,79	99.757,49	0,26	85,45
Vigilância Sanitária	83.000,00	155.500,00	74.400,26	141.549,33	5.298,25	72.267,32	0,19	46,47
Vigilância Epidemiológica	15.324.104,00	17.370.381,44	2.467.726,96	14.882.533,61	2.301.708,27	12.923.530,57	33,34	74,40
Educação	839.300,00	1.140.362,85	144.217,15	1.139.894,48	112.823,95	894.755,78	2,31	78,46
Alimentação e Nutrição	9.636.854,00	10.231.067,48	1.619.858,74	8.570.324,54	1.442.566,83	6.992.988,77	18,04	68,35
Ensino Fundamental	950,00	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio								

Continua 1/4

28/11/2014 09:54:47 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Educação	56.561.617,00	64.173.934,12	8.232.509,13	45.927.037,13	7.484.849,33	37.562.946,19	26.610.987,93
Ensino Superior	15.324.104,00	17.370.381,44	2.467.726,96	14.882.533,61	2.301.708,27	12.923.530,57	4.446.850,87
Educação Infantil	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Educação de Jovens e Adultos	4.662.000,00	5.814.001,11	703.651,07	5.072.314,59	731.317,49	4.965.786,02	848.215,09
Educação Especial	44.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Cultura	81.000,00	106.000,00	0,00	100.000,00	15.000,00	70.000,00	36.000,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	550.000,00	703.250,00	74.203,32	588.788,49	104.136,12	540.811,68	162.438,32
Difusão Cultural	150.000,00	25.000,00	0,00	24.300,00	0,00	24.300,00	700,00
Direitos da Cidadania	400.000,00	678.250,00	74.203,32	564.488,49	104.136,12	516.511,68	161.738,32
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	30.000,00	5.000,00	0,00	279,30	0,00	279,30	4.720,70
Urbanismo	30.000,00	5.000,00	0,00	279,30	0,00	279,30	4.720,70
Infra-Estrutura Urbana	11.184.500,00	11.936.230,38	2.101.052,11	8.188.656,90	1.104.038,57	5.256.535,89	6.679.694,49
Serviços Urbanos	6.169.500,00	6.037.500,00	1.539.510,39	3.351.583,12	310.674,14	967.553,26	5.069.936,74
Habituação	5.015.000,00	5.898.730,38	561.541,72	4.837.073,78	793.364,43	4.288.972,63	1.609.757,75
Habituação Urbana	2.108.600,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Saneamento	2.108.600,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Saneamento Básico Urbano	701.000,00	757.500,00	155.333,00	757.395,22	166.218,47	609.874,01	147.625,99
Gestão Ambiental	701.000,00	757.500,00	155.333,00	757.395,22	166.218,47	609.874,01	147.625,99
Preservação e Conservação Ambiental	525.612,00	733.112,00	47.826,62	633.856,17	113.072,85	505.872,59	227.239,41
Recuperação de Áreas Degradadas	485.968,00	733.112,00	47.826,62	633.856,17	113.072,85	505.872,59	227.239,41
Agricultura	39.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	554.000,00	683.000,00	70.628,01	432.260,73	93.525,67	399.575,55	283.424,45
Comércio e Serviços	554.000,00	683.000,00	70.628,01	432.260,73	93.525,67	399.575,55	283.424,45
Turismo	2.926.667,00	3.286.187,15	263.390,35	1.243.055,94	192.642,47	996.794,58	2.289.392,57
Desporto e Lazer	2.926.667,00	3.286.187,15	263.390,35	1.243.055,94	192.642,47	996.794,58	2.289.392,57
Desporto Comunitário	581.000,00	658.000,00	68.351,36	421.370,72	67.135,72	369.804,67	288.195,33
Encargos Especiais	581.000,00	658.000,00	68.351,36	421.370,72	67.135,72	369.804,67	288.195,33
Serviço da Divisão Interna	1.281.325,00	1.176.825,00	22.775,99	1.155.735,64	176.516,18	954.253,35	222.571,65
	830.000,00	725.000,00	22.000,00	705.172,64	107.201,58	585.463,62	139.536,38

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Encargos Especiais	56.561,617,00	64.173.934,12	8.232.509,13	45.927.037,13	7.484.849,33	37.562.946,19	58,53
Outras Transferências	1.281.325,00	1.176.825,00	22.775,99	1.155.735,64	176.516,18	954.253,35	81,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	451.325,00	451.825,00	775,99	450.563,00	69.314,60	368.789,73	81,62
	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
Legislativa	1.653.700,00	1.546.800,00	237.566,83	1.228.684,40	243.373,57	1.205.300,91	77,92
Ação Legislativa	61.500,00	61.500,00	0,00	50.000,00	5.806,74	26.616,52	0,07
Administração	61.500,00	61.500,00	0,00	50.000,00	5.806,74	26.616,52	0,07
Administração Geral	218.700,00	207.700,00	28.118,45	151.652,80	28.118,45	151.652,80	0,39
Administração Financeira	138.500,00	132.500,00	17.837,08	99.474,96	17.837,08	99.474,96	0,26
Previdência do Regime Estatutário	75.000,00	70.000,00	10.281,37	52.177,84	10.281,37	52.177,84	0,13
Segurança Pública	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	41.000,00	49.300,00	10.800,43	46.432,34	10.800,43	46.432,34	0,12
Saúde	41.000,00	49.300,00	10.800,43	46.432,34	10.800,43	46.432,34	0,12
Atenção Básica	250.000,00	227.500,00	37.310,27	185.426,70	37.310,27	185.426,70	0,48
Vigilância Sanitária	245.000,00	225.000,00	37.310,27	184.265,60	37.310,27	184.265,60	0,48
Vigilância Epidemiológica	2.500,00	2.500,00	0,00	1.161,10	0,00	1.161,10	0,00
Educação	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	882.000,00	827.000,00	135.828,99	666.108,11	135.828,99	666.108,10	1,72
Educação Infantil	540.000,00	530.000,00	89.549,11	436.942,07	89.549,11	436.942,06	1,13
Cultura	342.000,00	297.000,00	46.279,88	229.166,04	46.279,88	229.166,04	0,59
Diffusão Cultural	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	140.000,00	132.000,00	18.878,95	97.173,01	18.878,95	97.173,01	0,25
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	2.359,90	16.979,53	2.359,90	16.979,53	0,04
Gestão Ambiental	115.000,00	107.000,00	16.519,05	80.193,48	16.519,05	80.193,48	0,21
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	10.000,00	1.590,58	7.988,09	1.590,58	7.988,09	0,02
	2.000,00	10.000,00	1.590,58	7.988,09	1.590,58	7.988,09	0,02

Continuação 3/4

28/11/2014 09:54:47 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Agricultura	1.653.700,00	1.546.800,00	237.566,83	1.228.684,40	243.373,57	1.206.300,91	3,11	77,92
Extensão Rural	25.000,00	25.500,00	4.161,31	19.963,16	4.161,31	19.963,16	0,05	78,29
Comércio e Serviços	25.000,00	25.500,00	4.161,31	19.963,16	4.161,31	19.963,16	0,05	78,29
Turismo	25.500,00	5.300,00	877,85	3.940,19	877,85	3.940,19	0,01	74,34
Desporto e Lazer	25.500,00	5.300,00	877,85	3.940,19	877,85	3.940,19	0,01	74,34
Desporto Comunitário	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	58.215.317,00	65.720.734,12	8.470.075,96	47.155.721,53	7.728.222,90	38.768.247,10	100,00	58,99

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.01, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 28/Nov/2014 e hora de emissão 09:52

PORTO BELO, 28/11/2014


EVALDO JOSE GUERREIRO FILH- RENEU NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL COORDENADOR DE CONTROLE

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI
SECRETÁRIO DA FAZENDA

CLARICE LOURDES DORFSCHIM JOÃO ONEIDES LIRA
CONTADORA - CRC 029510/O-0 CONTADOR - CRC 028270/O-7

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

28/11/2014 09:54:47 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ANEXO 08 RREO - 5º BIMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.527.700,00	12.527.700,00	1.935.890,18	11.946.226,60	95,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.594.500,00	7.594.500,00	782.442,29	6.566.144,70	86,46
1.1.1- IPTU	6.600.000,00	6.600.000,00	622.378,46	5.690.865,15	86,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.000,00	21.000,00	15.679,30	29.727,51	141,56
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	850.000,00	850.000,00	97.651,73	607.448,99	71,46
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	125.000,00	125.000,00	46.732,80	244.406,90	195,53
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.500,00)	(1.500,00)	0,00	(6.303,85)	420,26
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.598.500,00	2.598.500,00	677.997,20	2.615.313,05	100,65
1.2.1- ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	685.215,00	2.631.211,06	101,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	59,22	11,84
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(2.000,00)	(2.000,00)	(7.217,80)	(15.957,23)	797,86
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.017.700,00	2.017.700,00	397.604,80	2.209.798,29	109,52
1.3.1- ISS	2.000.000,00	2.000.000,00	393.671,76	2.148.452,14	107,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.500,00	2.500,00	1.276,06	17.190,12	687,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	15.166,58	51.174,25	341,16
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	5.269,95	12.584,99	2.517,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(300,00)	(300,00)	(17.779,56)	(19.603,21)	6.534,40
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	317.000,00	317.000,00	77.845,89	554.970,56	175,07
1.4.1- IRRF	317.000,00	317.000,00	77.845,89	554.970,56	175,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.930.000,00	16.930.000,00	2.942.468,78	16.010.137,51	94,57
2.1- Cota-Parte FPM	9.300.000,00	9.300.000,00	1.417.219,94	9.131.791,19	98,19
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.300.000,00	9.300.000,00	1.417.219,94	9.131.791,19	98,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.130.587,33	5.329.027,34	88,82
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	30.000,00	30.000,00	4.583,94	20.627,73	68,76
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	90.000,00	90.000,00	16.867,63	81.992,56	91,10
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	6.979,05	20.978,04	209,78
2.6- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	366.230,89	1.425.720,65	95,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.457.700,00	29.457.700,00	4.878.358,96	27.956.364,11	94,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.161.350,00	1.161.350,00	319.745,71	1.200.695,75	103,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	900.000,00	900.000,00	160.308,35	809.490,61	89,94
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	1.140,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	238.300,00	238.300,00	56.256,00	234.894,00	98,56
5.4- Transferências Diretas - FNATE	7.950,00	7.950,00	3.518,46	5.745,84	72,27
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	80.223,48	80.223,48	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	15.100,00	15.100,00	16.439,42	69.231,82	458,49
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	950.000,00	950.000,00	0,00	487.052,51	51,27
6.1- Transferências de Convênios	950.000,00	950.000,00	0,00	487.052,51	51,27
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	476.000,00	476.000,00	127.169,56	494.112,59	103,81
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.587.350,00	2.587.350,00	446.915,27	2.181.860,85	84,33
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.386.000,00	3.386.000,00	588.488,07	3.201.787,84	94,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.860.000,00	1.860.000,00	283.443,95	1.826.358,01	98,19
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	226.117,23	1.065.804,51	88,82
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	916,78	4.125,51	68,76
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.373,52	16.399,93	91,11
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.390,61	4.190,39	209,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	300.000,00	300.000,00	73.245,98	284.909,49	94,97
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.430.000,00	8.430.000,00	1.621.734,69	7.901.910,78	93,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.400.000,00	8.400.000,00	1.617.516,13	7.877.479,79	93,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	4.218,56	24.430,99	81,44
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	5.014.000,00	5.014.000,00	1.029.028,05	4.675.691,95	93,25
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.747.000,00	7.104.065,23	1.344.699,54	6.429.527,11	90,50
13.1- Com Educação Infantil	2.800.000,00	3.100.000,00	554.731,85	2.955.469,30	95,34
13.2- Com Ensino Fundamental	3.947.000,00	4.004.065,23	779.967,69	3.474.037,81	88,76
14- OUTRAS DESPESAS	1.683.000,00	1.833.000,00	281.044,15	1.446.258,05	78,90
14.1- Com Educação Infantil	580.000,00	680.000,00	106.616,08	594.493,81	87,43
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.153.000,00	174.428,07	851.764,24	73,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	8.430.000,00	8.937.065,23	1.625.743,69	7.875.785,16	88,12
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.065,23
17.1 - FUNDEB 60%					7.065,23
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					7.065,23
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.868.719,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					81,28
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					18,90
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					7.065,23
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					7.065,23
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	7.364.425,00	7.364.425,00	1.219.589,74	6.989.091,03	94,90
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.767.000,00	5.294.487,40	780.110,37	4.689.566,23	88,57
23.1- Creche	4.767.000,00	5.294.487,40	780.110,37	4.689.566,23	88,57
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.380.000,00	3.780.000,00	671.347,93	3.549.983,11	93,91
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.387.000,00	1.514.487,40	108.762,44	1.139.583,12	75,25
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.236.579,00	8.222.156,83	1.347.999,55	6.809.633,67	82,82
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.050.000,00	5.157.065,23	954.395,76	4.325.802,05	83,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.186.579,00	3.065.091,60	393.603,79	2.483.831,62	81,04
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.003.579,00	13.516.644,23	2.128.109,92	11.499.199,90	85,07
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.675.691,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					24.430,99
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.065,23
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.707.188,17
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					6.792.011,73
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,3
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	914.000,00	1.352.000,00	127.799,16	542.736,49	40,14
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.421.525,00	3.108.945,21	194.538,01	1.643.102,63	52,85
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.335.525,00	4.460.945,21	322.337,17	2.185.839,12	49,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.339.104,00	17.977.589,44	2.450.447,09	13.685.039,02	76,12

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	123.751,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.877.479,79	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.893.392,19	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	7.893.555,56	0,00
49.2 Restos a Pagar	26.836,63	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	24.430,99	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	132.270,07	0,00

PORTO BELO, 28/11/2014

_____ EVALDO JOSE GUERREIRO FILH RENEU NYLAND PREFEITO MUNICIPAL	_____ ROBERTO BAYER BATTISTOTTI COORDENADOR DE CONTROLE SECRETÁRIO DA FAZENDA	_____ CLARICE LOURDES DORFSCHMI CONTADORA - CRC 029510/O-0	_____ JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 028270/O-7
--	---	--	---

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.01, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 28/Nov/2014 e hora de emissão 11:43

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.035,23, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

ANEXO 12 RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		12.527.700,00	12.527.700,00	11.946.226,60	95,36
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		6.598.500,00	6.598.500,00	5.684.561,30	86,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		2.598.000,00	2.598.000,00	2.615.253,83	100,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		1.999.700,00	1.999.700,00	2.128.848,93	106,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		317.000,00	317.000,00	554.970,56	175,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		24.000,00	24.000,00	46.976,85	195,74
Divida Ativa dos Impostos		865.000,00	865.000,00	658.623,24	76,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Dívida Ativa		125.500,00	125.500,00	256.991,89	204,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		16.930.000,00	16.930.000,00	16.010.137,51	94,57
Cota-Parte FPM		9.300.000,00	9.300.000,00	9.131.791,19	98,19
Cota-Parte ITR		10.000,00	10.000,00	20.978,04	209,78
Cota-Parte IPVA		1.500.000,00	1.500.000,00	1.425.720,65	95,05
Cota-Parte ICMS		6.000.000,00	6.000.000,00	5.329.027,34	88,82
Cota-Parte IPH-Exportação		90.000,00	90.000,00	81.992,56	91,10
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		30.000,00	30.000,00	20.627,73	68,76
Desoneração ICMS (LC 87/96)		30.000,00	30.000,00	20.627,73	68,76
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		29.457.700,00	29.457.700,00	27.956.364,11	94,90

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		4.033.580,00	4.033.580,00	2.146.653,89	53,22
Provenientes da União		3.822.880,00	3.822.880,00	1.974.088,01	51,64
Provenientes dos Estados		210.700,00	210.700,00	172.565,88	81,90
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		183.000,00	183.000,00	227.030,73	124,06
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		4.216.580,00	4.216.580,00	2.373.684,62	56,29

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.260.343,00	9.930.452,13	8.075.914,43	81,32	7.203.082,37	72,54
	5.006.000,00	5.597.010,44	4.587.312,12	81,96	4.560.286,30	81,48
	3.254.343,00	4.333.441,69	3.488.602,31	80,50	2.642.796,07	60,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.755.200,00	2.088.790,53	778.663,40	37,28	368.346,39	17,63
	1.755.200,00	2.088.790,53	778.663,40	37,28	368.346,39	17,63

Continua 1/4

28/11/2014 12:08:26 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.755.200,00	2.088.790,53	778.663,40	37,28	368.346,39	17,63
Investimentos	1.755.200,00	2.088.790,53	778.663,40	37,28	368.346,39	17,63
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.015.543,00	12.019.242,66	8.854.577,83	73,67	7.571.428,76	62,99
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.233.580,00	4.820.894,10	2.458.206,88	27,76	1.893.692,24	25,01
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.233.580,00	4.820.894,10	2.458.206,88	27,76	1.893.692,24	25,01
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.233.580,00	4.820.894,10	2.458.206,88	27,76	1.893.692,24	25,01
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.781.963,00	7.198.348,56	6.396.370,95	45,91	5.677.736,52	37,98
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						20,31
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						1.484.281,90

Continúa 2/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
Inscritos em 2013	159.098,98	0,00	42.187,43	116.911,55	0,00	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
TOTAL	159.098,98	0,00	42.187,43	116.911,55	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
SALDO INICIAL		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (l)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00	0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26							
SALDO INICIAL		LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
	7.958.503,00	8.994.063,00	6.807.717,34	76,88	6.030.322,18	79,65	
	1.591.090,00	2.443.125,56	1.525.290,30	17,23	1.150.566,06	15,20	
	261.200,00	307.304,10	279.021,77	3,15	217.354,61	2,87	
	119.250,00	119.250,00	100.999,09	1,14	100.918,59	1,33	
85.500,00	155.500,00	141.549,33	1,60	72.267,32	0,95		
TOTAL	10.015.543,00	12.019.242,66	8.854.577,83	100,00	7.571.428,76	100,00	

FONTE: Sistema Beltra Sapo v 6.0.01, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 28/Nov/2014 e hora de emissão 12:07

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

PORTO BELO, 28/11/2014

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC 029510/O-0	JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 028270/O-7	

Porto União

PREFEITURA

LEI Nº 4.288/2014

LEI Nº 4.288, de 26 de novembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, objetivando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Art. 2º O Convênio tem por objetivo repassar à Polícia Militar, mensalmente, a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cobrir as despesas com manutenção das viaturas colocadas a serviço, bem como com a manutenção do aquartelamento, móveis e equipamentos utilizados no policiamento ostensivo.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE	2030	Convênio Polícia Militar
DOTAÇÃO	3390 – 167	Aplicações Diretas

Art. 4º O Convênio de que trata esta Lei terá vigência pelo período de 05 (cinco) anos contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CONVÊNIO Nº 026/14

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONVÊNIO Nº 026/14

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Porto União, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

Aos 26 dias do mês de novembro de 2014, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, doravante denominado - MUNICÍPIO, situado à

Rua Padre Anchieta, nº 126 - Porto União - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, neste ato representado pelo Exmo. Sr. ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 180.245.569-87, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549 - Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM VALDEMIR CABRAL, amparados na Lei Municipal nº 4.288, de 26 de novembro de 2014, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) À PMSC:

- I- dispor de Organização Policial Militar no Município;
- II- destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;
- III- fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastradas no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;
- IV- equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;
- V- manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;
- VI- publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

b) Ao Município:

- I- disponibilizar, mensalmente, a importância de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço, bem como com a manutenção do aquartelamento, móveis e equipamentos utilizados no policiamento ostensivo;
- II- depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados a título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;
- III- realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento

Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
ATIVIDADE	2030	Convênio Polícia Militar
DOTAÇÃO	3390 – 167	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 05 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, podendo ser denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

VALDEMIR CABRAL
Cel PM Comandante Geral da PMSC

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2014

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 13/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. O item a ser aditivado, teve sua quantidade previamente definida para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com a quantidade esgotada deve ser acrescida, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 02, item 34.
VALOR:	Em razão do acréscimo na quantidade do medicamento fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 98.541,29 (noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais, com vinte e nove centavos) para R\$ 98.598,49 (noventa e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais, com quarenta e nove centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	02/12/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Marisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2014EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 14/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 03, itens 17, 32 e 58, e lote 05, item 17.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 54.524,48 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais, com quarenta e oito centavos) para R\$ 54.620,18 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais, com dezoito centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	02/12/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito MunicipalMarisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2014**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	S & R DISTRIBUIDORA LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2014. Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do lote 07, item 32, e lote 08, item 73.

VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 139.770,25 (cento e trinta e nove mil, setecentos e setenta reais, com vinte e cinco centavos) para R\$ 139.890,59 (cento e trinta e nove reais, oitocentos e noventa reais, com cinquenta e nove centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	02/12/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito MunicipalMarisa Petkov Talini
Secretária Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 013, de 19 de Novembro de 2014.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA A SENHORA ARLETE APARECIDA GEISER"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Dezembro de 2014, o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - especial de magistério a servidora pública Sra. Arlete Aparecida Geiser, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade nº 1.229.994, CPF nº 003.504.539-69 domiciliada e residente na Rua Travessa Emílio Trevisani, 46, Bairro Barra Itoupava, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Novembro de 2014 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Novembro de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº 010, de 20 de Junho de 2014.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA À SENHORA ANTONIA FRANCISCA DE ARAÚJO"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 01 de Setembro de 2014, o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério a Sra. Antonia Francisca de Araújo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 730.130-87 e CPF nº 421.886.443-87, matrícula nº 99252, domiciliada e residente na Rua 6 de Junho, 1057, Bairro Fundos Aurora, em Aurora/SC, no cargo de Professora, nível 3, classe C, com proventos integrais e paridade, a partir de 1º de Setembro de 2014..

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º, § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Agosto de 2014 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 20 de Agosto de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 20 DE JUNHO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº 011, de 20 de Junho de 2014.

"HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA A SENHORA SUELI JUNG"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 02 de Setembro de 2014, o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Sueli Jung, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.423.140 e CPF nº 645.481.989-20, domiciliada e residente na Rua Fredolino Erckmann, 76, Bairro Barragem em Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar Administrativo II, nível D-1 com proventos integrais, com paridade a partir de 02 de Setembro de 2014.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º, § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 20 de Agosto de 2014 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 20 de Agosto de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

PRESIDENTE DO FAP

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 014, de 19 de Novembro de 2014.

"HOMOLOGA PEDIDO DE PENSÃO À Sra. SONIA COMPER BRANDALIZE, SAIONARA COMPER BRANDALIZE E EMERSON COMPER BRANDALIZE"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a partir de 25 de Outubro de 2014, o pedido pensão por morte à Sra. SONIA COMPER BRANDALIZE, SAIONARA COMPER BRANDALIZE E EMERSON COMPER BRANDALIZE, todos domiciliados e residentes na Rua Do Escultor, 270, Bairro Navegantes em Rio do Sul/SC, em virtude do falecimento de seu marido e pai, respectivamente, Sr. Silvio Tobias Brandalize, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor, nível 3/C Lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 25/10/2014.

Art. 3º - A pensão foi concedida na proporção de 50% para Sra. Sonia Comper Brandalize, 25% para Saionara Comper Brandalize, 25% para Emerson Comper Brandalize, sendo assegurado o direito da viúva em acrescer à sua pensão a cota-parte pertencente ao filho quando este completar 21 (vinte e um) anos de idade.

Art. 4º - Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social

Art. 5º - A aprovação de que tratam o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 19 de Novembro de 2014 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC 19 de Novembro de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
PRESIDENTE DO FAP

3º TERMO ADITIVO - FABIANA THOLL

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL, portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	FABIANA THOLL Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

4º TERMO ADITIVO - FABIANA THOLL

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL, portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABIANA THOLL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO - JAQUELINE MARCHI

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 15/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE MARCHI, portador(a) do CPF nº 041.839.719-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37/2014, iniciando-se a prorrogação em 16/08/2014 e encerrando-se em 18/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE MARCHI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2014

EDITAL Interno de Avaliação para Progressão Funcional n. 001/2014

O Município de Rio do Sul faz saber aos servidores do Magistério da Rede Pública Municipal que estará aberto, a partir de 04/12/2014 a 23/12/2014 o período de entrega dos certificados para pontuação no item Qualificação Profissional, nos termos do Decreto n. 2.323 de 30 de dezembro de 2011, que altera o Decreto n. 446 de 29 de outubro de 2004.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionados ao presente, serão publicados no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou Diário Oficial dos Municípios - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.2. Devem obrigatoriamente inscrever-se e apresentar os certificados de que trata o presente Edital os Professores e Pedagogos relacionados no Anexo I deste.

2. DOS REQUISITOS PARA A PROGRESSÃO FUNCIONAL

- 2.1. Ter sido aprovado nas três avaliações de desempenho correspondente ao triênio de 2011 a 2014.
- 2.2. Não ter falta injustificada no triênio.
- 2.3. Não estar em licença para tratar de assuntos particulares.
- 2.4. Não ter ficado em disponibilidade no período.
- 2.5. Não ter sofrido punição disciplinar em processo administrativo disciplinar ou de sindicância.
- 2.6. Apresentar certificados de qualificação profissional.

3. DO PERÍODO PARA ENTREGA DOS CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- 3.1. O período para a entrega de cópia dos certificados de cursos de qualificação profissional será de 04/12/2014 a 23/12/2014.
- 3.2. A inscrição para entrega dos certificados será realizada no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de julho, nº. 1, Bairro Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 07:30 às 11:30, pessoalmente.
- 3.3. O servidor deverá preencher em duas vias a tabela de títulos disposta no Anexo II e anexar a esta cópia os certificados de qualificação profissional.
- 3.4. A inscrição do candidato será cancelada se a qualquer momento prestar declarações falsas, inexatas ou comprovado a adulteração de qualquer documento informado e apresentado que não atender integralmente todos os critérios estabelecidos neste Edital.
- 3.5 O candidato declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas no presente edital, em plena concordância das mesmas.
- 3.6. Após o prazo da inscrição, dia 07/01/2015, será publicada a homologação das inscrições em ordem alfabética.
- 3.7. O candidato terá 02 (dois) dias úteis contados da publicação no site para apresentar recurso formal, através de requerimento encaminhado à Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A comissão, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento do recurso impetrado.

4. DA AVALIAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

- 4.3.1. Os cursos apresentados no ato da inscrição serão analisados pela Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério no período de 12/01/2015 a 16/01/2015.
- 4.3.2. Para efeito de progressão terá validade somente os cursos de atualização/aperfeiçoamento realizados em instituições credenciadas, observando-se:
 - I - carga horária mínima de 16 horas por curso;
 - II - para o cômputo da carga horária dos cursos de atualização/aperfeiçoamento serão considerados os certificados e/ou as declarações, cujo curso seja na área do magistério com, realização nos últimos 03 (três) anos, que corresponde ao triênio de 2011 a 2014, podendo somar até 100 (cem) horas, desde que conste: título do curso;
- b) entidade executora;
- c) período de execução;
- d) carga horária;
- e) conteúdo programático;
- f) registro no órgão competente.

III - Os cursos apresentados devem obrigatoriamente estar dentro do período e data das avaliações de desempenho, conforme Anexo I deste Edital.

4.3.3. Os pontos atribuídos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, com vistas à avaliação de qualificação obedecerão aos critérios a seguir: Para cada hora de curso de atualização ou aperfeiçoamento, realizado na área de magistério, valerá 0,1 (zero vírgula um décimo), podendo no máximo apresentar 100 (cem) horas, totalizando até 10 pontos.

4.3.4. A contagem dos pontos será realizada pela Comissão de

Avaliação de Progressão Funcional do Magistério.

5 DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO PRAZO DE RECURSO

5.1 O Resultado Final Provisório será publicado no Portal do Servidor Público do Município de Rio do Sul e no DOM - Diário Oficial dos Municípios, a partir do dia 20/01/2015 com classificação em ordem decrescente.

5.2 Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado à Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III.

5.3 Será indeferido o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido no item 5.2.

5.4 Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

5.5 Será dada publicidade quanto ao resultado das decisões dos recursos.

5.6 No dia 23/01/2015 o Resultado Final Definitivo será publicado no site do Portal do Servidor Público Municipal e no Diário Oficial dos Municípios.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A homologação do processo de avaliação para progressão funcional será feita por ato do Prefeito Municipal de Rio do Sul, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

6.2 Será excluído do certame, por ato da Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, bem como poderá responder a Processo Administrativo Disciplinar o candidato que:

a) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
e) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

6.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do processo de avaliação, tais como se acham estabelecidas.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Progressão Funcional do Magistério, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

6.5 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III, que o acompanham.

6.6 O presente Edital e demais atos relativos ao mesmo estarão disponibilizados no Diário Oficial dos Municípios - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no Portal Servidor Público Municipal (www.riodosul.sc.gov.br) e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

Rio do Sul (SC), 01 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Servidores que deverão apresentar os certificados de capacitação para a Progressão Funcional:

Descrição Funcionário	Triênio de Avaliação
ADRIANA CLAUDINO MACHADO SALLA	25/02/2011 a 24/02/2014
ALCIONE CERONI RUCKERT	01/03/2011 a 28/02/2014
ANELORE BUZZI	18/03/2011 a 17/03/2014

ANGELA CRISTINA HAMANN SCUSSEL	25/02/2011 a 24/02/2014
ARLETE APARECIDA GEISER	01/06/2011 a 31/05/2014
BIANCA NECKEL BACK	14/02/2011 a 13/03/2014
CASSIA CRISTINA DE SOUZA WESTPHAL	25/02/2011 a 24/02/2014
CHEILA SIMONE NIEHUES	25/02/2011 a 24/02/2014
CIMARA BENTA DA SILVA	01/08/2011 a 31/07/2014
CINTIA ROLING MENDONÇA	06/03/2011 a 05/03/2014
CRISTIANA DALPIAZ GIRARDI	07/03/2011 a 06/03/2014
CRISTIANE LESSA CORREA	13/03/2011 a 12/03/2014
CRISTIANE RASSINI	03/11/2011 a 02/11/2014
CRISTIANI DA SILVA	25/02/2011 a 24/02/2014
DAIZE GIOVANELLA	25/02/2011 a 24/02/2014
DALILA MARCHI ROSSETTI	12/06/2011 a 11/06/2014
DEBORA OSSEMER SCHLUP	25/03/2011 a 24/03/2014
DEISE FERREIRA	25/02/2011 a 24/02/2014
DEISE MONTIBELER	30/12/2011 a 29/12/2014
DENISE COSTA	01/05/2011 a 30/04/2014
DILZA BROERING	25/02/2011 a 24/02/2014
DINALVA MARIA SEMEONI	13/07/2011 a 12/07/2014
DINI CRISTINA WORDELL BECKER	03/06/2011 a 02/06/2014
DOMINANDA APARECIDA DOS SANTOS	25/02/2011 a 24/02/2014
DULCE BINI TINTI	11/08/2011 a 10/08/2014
DULCE SAUTNER DESTRO	25/02/2011 a 24/02/2014
EDOLAR PAVANELLO	03/01/2011 a 02/01/2014
ELENICE FLOR SORA	25/02/2011 a 24/02/2014
ELIANA VIRGINIA PHILIPPI	01/03/2011 a 28/02/2014
ELIANE DA COSTA	14/03/2011 a 13/03/2014
ELIANE LEA VICENTE TESTONI	01/04/2011 a 30/03/2014
ELISIANA KNOPF	13/05/2011 a 12/05/2014
ERIVONETE COSTA LUCIO	25/02/2011 a 24/02/2014
EVELISE SUCATELLI MATE	20/02/2011 a 19/02/2014
FABIOLA REGINA HINCKEL DE JESUS	01/03/2011 a 28/02/2014
FERNANDA STRINGARI	01/08/2011 a 31/07/2014
FLAVIA CIRLEI CERCAL	25/02/2011 a 24/02/2014
FLORENTINA STUPP SILVA	23/12/2011 a 22/12/2014
FRANCISCA AURICELIA ALVES DE MATOS	01/03/2011 a 28/02/2014
GENIR CEOLA	01/03/2011 a 28/02/2014
GLAUCEMARA BONACOLSI	04/04/2011 a 03/04/2014
GLORIA JANAINA MERIZ AVI	25/02/2011 a 24/02/2014
GREICE APARECIDA DA CONCEICAO	01/03/2011 a 28/02/2014
GRETI ELAINE DOS SANTOS ERN	17/10/2011 a 16/10/2014
IRACI ROSA OSTERNO TONET	01/03/2011 a 28/02/2014
IRIS HERWEG HEINRICH	25/02/2011 a 24/02/2014
IRIS WESSLING ROMANIO	25/02/2011 a 24/02/2014
IVO RENATO MERIZI	24/05/2011 a 23/05/2014
JANAINA DA SILVA	01/03/2011 a 28/02/2014
JANARA ELIANA DOEGE	23/09/2011 a 22/09/2014
JANE LAURENTINO SEZERINO	01/11/2011 a 31/10/2014
JANETE SCHMIDT HOELLER	25/02/2011 a 24/02/2014
JENIANA BECHTOLD BRUNING	01/03/2011 a 28/02/2014
JOANA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS	28/09/2011 a 27/09/2014
KARLA KARDAUKE	01/08/2011 a 31/07/2014
LAURECI CLAUDINO PERINI	14/07/2011 a 13/07/2014

LEILA DENISE GUCKERT LOSI	10/11/2011 a 09/11/2014
LEILA MARA AMORIM KRAJESKI	01/03/2011 a 28/02/2014
LEOCADIA SBORZ	25/02/2011 a 24/02/2014
LILIAM DA LUZ TONETI	01/03/2011 a 28/02/2014
LILIAN RODE BARBOSA	30/04/2011 a 29/04/2014
LUCEIA SCHAFFER	14/10/2011 a 13/10/2014
LUCIANA GOEDERT WEHMUTH	02/05/2011 a 01/05/2014
LUCIANE KIRCHNER	25/02/2011 a 24/02/2014
LUCIANO DIAS	25/02/2011 a 24/02/2014
MARA RUBIA ERNST	16/03/2011 a 15/03/2014
MARCIA CATARINA SIQUEIRA FACHINI	07/03/2011 a 06/03/2014
MARCIA WESSNER VINOTTI	01/08/2011 a 31/07/2014
MARGARET ODEBRECHT	01/03/2011 a 28/02/2014
MARIA APARECIDA DE LINO DAY	01/11/2011 a 31/10/2014
MARIA ROSELI DOS SANTOS	01/03/2011 a 28/02/2014
MARILENE BACK ESPINDOLA	25/02/2011 a 24/02/2014
MARILENE RIZZI	25/02/2011 a 24/02/2014
MARILSE ELIANE MATTOS POMPILIO	02/03/2011 a 01/03/2014
MERES APARECIDA DE ANDRADE	01/08/2011 a 31/07/2014
MERI ADRIANA BAADE BECKER	08/10/2011 a 07/10/2014
MICHELE KNOPF	03/03/2011 a 02/03/2014
MIRIAM GARCIA	07/03/2011 a 06/03/2014
NEUZA MARGARETE GIACOMOZZI SCHLUP	25/02/2011 a 24/02/2014
NEVANIR CORREIA MALHEIROS	25/02/2011 a 24/02/2014
NILZA COELHO	11/06/2011 a 10/06/2014
NILZA MINATTI	25/02/2011 a 24/02/2014
NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER	25/02/2011 a 24/02/2014
RAQUEL HAFFERMANN CONSTANTE	01/05/2011 a 30/04/2014
ROMI KUSTERKO	15/04/2011 a 14/04/2014
ROSA FERREIRA DE MATOS	01/08/2011 a 31/07/2014
ROSANE ZANIS	25/02/2011 a 24/02/2014
RUBIANA CARLA SLOMP	25/02/2011 a 24/02/2014
SANDRA FIGUEREDO	20/04/2011 a 19/04/2014
SANDRA MARA SCHONS XAVIER	25/02/2011 a 24/02/2014
SELIA SEIDE	01/06/2011 a 30/05/2014
SENELI FERREIRA DA SILVA ZONTA	04/05/2011 a 03/05/2014
SILENE SCHMITZ CONTEZINI	25/02/2011 a 24/02/2014
SILVANA DO NASCIMENTO	25/02/2011 a 24/02/2014
SILVIA VIGNOLA	04/03/2011 a 03/03/2014
SIMONE APARECIDA PEREIRA MULLER	18/03/2011 a 17/03/2014
SIRLEI APARECIDA SCHMITT	31/12/2011 a 30/12/2014
SOLANGE BRANGER	25/02/2011 a 24/02/2014
SONIA EGER CENSI	25/02/2011 a 24/02/2014
SUELI HENN ZABEL	24/02/2011 a 23/02/2014
TAISA ADAM ERN	31/05/2011 a 30/05/2014
TANIA BAASCH BREMER	04/03/2011 a 03/03/2014
VALQUIRIA MONTAGNA	01/03/2011 a 28/02/2014
VANIA JOCHEM ALVES	20/02/2011 a 19/02/2014
WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ	03/06/2011 a 02/06/2014
YARA DINORA NECKEL	25/02/2011 a 24/02/2014

ANEXO II

TABELA TÍTULOS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉ-
RIO - ANO 2014

[illegible]

Declaro que entreguei na data de _____, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão de Avaliação da Progressão Funcional do Magistério, bem como de que não serão aceitos documentos em outra data que não a do ato de inscrição.

Assinatura Servidor

Assinatura recebedor dos títulos

ANEXO III

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DO
MAGISTÉRIO

Edital Interno n. de Avaliação de Progressão Funcional n.001/2014.

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Função a que concorre: _____

Número de Inscrição: _____

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: ___/___/20__.

Assinatura: _____

5º TERMO ADITIVO - JAQUELINE MARCHI

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 18/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE MARCHI, portador(a) do CPF nº 041.839.719-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2014 e encerrando-se em 19/11/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE MARCHI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.372, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.372, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.
Outorga Comenda do Esporte Rio-sulense 2014.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º Fica outorgada a Comenda do Esporte Rio-sulense aos homenageados indicados no ano de 2014, pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Assistência Social, Política Urbana, Agrícola e Meio Ambiente da Câmara de Rio do Sul, em conformidade com a Lei 5.283, de 18 de abril de 2012, nas seguintes categorias:

I - "Melhor Atleta do Ano" ao Sr. Edemilson Gutz dos Santos;

II - "Atleta Revelação do Ano", ao Sr. Luiz Fernando Matias;

III - "Destaque Imprensa Desportiva", ao Sr. Lourival Goulart;

IV - "Prêmio de Incentivo ao Esporte Rio-sulense" à empresa

Bonfort Contabilidade;

V - "Gran Mérito Esportista" à equipe do Juventus Atlético Clube;

VI - "Melhor Equipe do Ano" à Rio do Sul Futsal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 1º de dezembro de 2014.

JAIME SBORZ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2014 FMS**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2014 FMS

O PREFEITO do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item, visando o registro de preços para Aquisição de medicamentos para atender as necessidades do SAMU e farmácia básica da Secretaria Municipal de saúde Rio do Sul.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até o dia 16/12/2014 às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/12/2014 às 08:15 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 16/12/2014 às 08:30 horas.

CONTATO: Luis Henrique

e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO - Registro de preços para aquisição de medicamentos para o Programa de Atenção ao Idoso e para a Atenção Básica da Secretaria de Saúde.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, esclarecimentos e maiores informações, poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 03 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 084/2014

DECRETO Nº 084 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 5.902,00 (Cinco Mil Novecentos e Dois Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.028 - MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.902,00

Fonte: 01.18

RED: 49

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.028 - MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica 4.0 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.902,00

Fonte: 01.19

RED: 54

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 28 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 085/2014

DECRETO Nº 085 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.572,00 (Um Mil Quinhentos e Setenta e Dois Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4051 - MANUTENÇÃO DO PROG. DE MERENDA ESCOLAR

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.572,00

Fonte: 01.60

RED: 26

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 28 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 95/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 95/2014- CV Nº 95/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para execução de serviços de mão-de-obra na construção de 2(duas) cabeceiras de Ponte na comunidade de Lajeado, no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico financeiro em anexo. Com entrega dos envelopes marcada às 13h:45min do dia 10 de dezembro de 2014 com abertura dos envelopes 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113
E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do sul, 02/12/2014
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 312/2014

DECRETO Nº 312/2014
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE FEIFERBERG MRIBEIRO, matrícula nº 1254/8, CPF: 050.366.689.01, ocupante do cargo de Chefe De Divisão, 40 Horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

PORTARIA Nº 142/2014

PORTARIA Nº 142/2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. ALTAIR BRAGANHOLI, matrícula nº 740/4, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Publica, relativamente ao período aquisitivo 26/02/2012 a 25/02/2013, a serem gozadas no período de 02 de Dezembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1268/8

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº079-A/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº079-A/2014 - DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a Substituição de membro da Comissão Especial para recebimento de Obras e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o disposto no Art. 73 e observado o disposto no Art. 69, respectivamente da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro da Comissão Especial para Recebimento de Obras do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, composta pelos seguintes membros:

- I - Vanderlei Paulo Backes - Servidor Municipal;
- II - Radi Chiodelli - Servidor Municipal;
- III - Gerson Carlos Rissardo - Servidor designado para Fiscalizar as Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 31 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº080-A/2014 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 080-A/2014 - DE 09 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal VILMAR ZANIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao

Servidor VILMAR ZANIN, ocupante do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 15 (Quinze) dias, conforme - CID M 23 - Transtornos Internos dos Joelhos, ou seja, no período de 09 de novembro de 2014 a 23 de novembro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº081/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº081/2014 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Interrompe Férias da Servidora Pública Municipal JOZIANE CÁTIA GROLI PALUDO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER as férias da Servidora Pública Municipal JOZIANE CÁTIA GROLI PALUDO, ocupante do Cargo de TESOUREIRA, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 11 de novembro de 2014, para realizar trabalhos necessários junto a Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 20 (Vinte) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº078/2014, de 28 de outubro de 2014 quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº082/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº082/2014 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal ROSELI MARIA GIRARDI CARARO, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e finanças, a partir do dia 24 de novembro de 2014 à 13 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os 20 (Vinte) Dias consecutivos de férias interrompidas, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº083/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº083/2014 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a designação da Servidora Municipal SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA responsável por alimentar o SISC - "Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo", e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, para, concomitantemente com suas atribuições, ficar responsável por alimentar as informações do SISC - Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº084/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 084/2014 - DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal DAIANE GEREMIA SOMAVILLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, ocupante do Cargo Temporário de Professora de Educação Infantil (Não Habilitada), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 19 de novembro de 2014 a 20 de novembro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 19 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº085/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 085/2014 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal EDICLERI VANZIN PELINSON e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa

que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora EDICLERI VANZIN PELINSON, ocupante do Cargo Temporário de Professora de Artes (Não Habilitada), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 24 de novembro de 2014 a 25 de novembro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº086/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº086/2014 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Licença por motivo de Falecimento de Mãe ao Servidor GERSON CARLOS RISARDO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a letra "b", Inciso II, do Artigo 77 da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA EM RAZÃO DE FALECIMENTO DE MÃE ao servidor GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária 40 horas semanais, nomeado através do Decreto de Nomeação nº105/98, de 02 de Junho de 1998 e Decreto de Estabilidade nº 108/2000 de 07 de junho de 2000, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do dia 24 de Novembro à 28 de Novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de Novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº087/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº087/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de Férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de agosto de 2013 a 01 de agosto de 2014 para Gozo no período de 01 de dezembro de 2014 a 10 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº088/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº088/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal MONICLÉIA DE CESARO GUEDES.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal MONICLÉIA DE CESARO GUEDES, ocupante do Cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (TRINTA) dias de Férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, para Gozo de 01 de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº089/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº089/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO o requerimento em anexo em que o Servidor abaixo solicita a antecipação de suas férias, pelo prazo de 10 (dez) dias, sem que o período aquisitivo esteja completo; e

CONSIDERANDO ainda que no período pretendido há pouca procura pelos serviços odontológicos não só em razão do recesso escolar mas, principalmente, em razão das festividades de fim de ano;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA, ocupante do Cargo de ODONTÓLOGO, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (Dez) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, para Gozo de 22 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº090/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº090/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com

os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, nomeado através do Decreto nº 396/2012 - de 10 de Outubro de 2012, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 10 de Outubro de 2013 à 09 de Outubro de 2014, a serem gozadas no período de 01 de Dezembro de 2014 à 30 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº091/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 091/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede Folga Compensatória ao Servidor Municipal PEDRO LUIS PACAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FOLGA COMPENSATÓRIA ao Servidor PEDRO LUIS PACAZZA, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no período de 01 de dezembro de 2014 a 04 de novembro de 2014, em razão do mesmo ter sido nomeado para auxiliar nas eleições 2014 pela Justiça Eleitoral, conforme declaração anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº272/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº272/2014 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$628,00 (Seiscentos e vinte e oito reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Sub-Função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0024 - Assistência ao Produtor Rural

Ação: 1.042 - Aquisição de Implementos Agrícolas

Projeto: 1.042 - Aquisição de Implementos Agrícolas

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.24-Aplicações Diretas R\$ 628,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos/íduso 0.1.24-Transferência de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), relativo aos rendimentos de aplicação financeira, na rubrica da receita 4.1325.01.99.15.00.00 - Remuneração Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Convênios, do Convênio Nº.2014-TR-1362 - Processo nº.SDR32 0419/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Diretora de Departamento - Sec.Administração.

DECRETO Nº273/2014 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 273/2014 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a substituição de Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº249/2004, de 29 de junho de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, que passa a ser composto conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

- Claudedir Trevisol	Titular
- Tiago de Paris	Suplente
- Rodrigo Marcos Simon	Titular
- Elder Campanholo	Suplente
- Gerson Risardo	Titular
- Odair José Prati	Suplente
- Rudinei Toazza	Titular
- Danimar Guedes	Suplente

II - REPRESENTANTES DOS AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DO INTERIOR**LINHA MADOGGIO**

- Edenirto Bressiani	Titular
- Osmar Antonio dos Santos	Suplente

LINHA PROGRESSO

- Valdir Luis Comin..	Titular
- Claudemir Molossi	Suplente

LINHA MOLOSSI

- Idalino Luza	Titular
- Valdir Ravello	Suplente

LINHA STEFFANES

- Francisco Zat	Titular
- Claudia Salvático	Suplente

LINHA BRESOLIN

- Ari Trevisol	Titular
- Domingos Bottega	Suplente

LINHA CAÇADOR

- Vilmar Trevisol	Titular
- Ademar Trevisol	Suplente

LINHA SANTA ROSA

- Daniel Brezezinski	Titular
- Gilberto Brezezinski	Suplente

LINHA BARRA DO LEÃO

- Gilda Somavilla	Titular
- Claudedir Ghidolin	Suplente

LINHA PICCOLI

- Luis Carlos de Paris	Titular
- Alexandre Macieiski	Suplente

AGRICULTORES REPRESENTANDO OS ARREDORES DA SEDE DO MUNICÍPIO

- Jandir Antonio Rigo	Titular
- Jaime Campanholo	Suplente

III - REPRESENTANTES LOCAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

- Dorvalino CasagrandeTitular
 - Ides CasanovaSuplente
IV - REPRESENTANTES DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA LTDA.
 - Alair DagustiniTitular
 - Alex Benini Suplente

V - REPRESENTANTES DA EPAGRI

- Almeri Piazza Pontel Titular
 - Regina Moretto Bernardi Suplente

VI - REPRESENTANTES DA CRESOL

- Alacir Durante Titular
 - André MaccariSuplente

VII - REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

- Vanderlei Luiz Conci Titular

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário, em especial as constantes no Decreto 183/2013- de 14 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº274/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº274/2014 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
 Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 511 - Saneamento Básico Rural

Programa: 0024 - Assistência ao Produtor Rural

Ação: 2.055 - Manut.Sistema de Distribuição de Água - Rural

Atividade: 2.055 - Manut.Sistema de Distribuição de Água - Rural
 Da Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00-Transf.a Inst. Privadas s/fins lucrativos.. R\$ 1.000,00

Para a Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.00 - Aplicações Diretas R\$1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº275/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº275/2014 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$14.499,99 (Quatorze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - Pró Vias

Ação: 2.053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.24-Aplicações Diretas R\$14.499,99

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos/íduso 0.1.24-Transferência de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), na rubrica da receita 4.1762.99.06.00.00.00 relativo ao Convênio Nº.2014-TR-3278 - Processo nº.SDR32 00000946/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Quilombo, disponíveis na conta bancária do Município N.29.866-2 Ag.1393-5 Bco.Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº276/2014 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº276/2014 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$10.217,39 (Dez mil, duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Atividade: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.52 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 1.757,39

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 1.018 - Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS

Projeto: 1.018 - Aquisição de Móveis e Equipamentos para o CRAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 D.R.0.1.52 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 8.460,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos/íduso 0.1.52- Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social, nas rubricas das receitas 4.1722.99.02.00.00.00-Rec.Fundo Estadual - FEAS Serviços Proteção Social e 4.1325.01.10.06.00.00-Rem.Depósitos Bancários Recursos Vinculados-FEAS Estado, disponíveis na conta bancária do Município N.28.673-7 Ag.1393-5 Bco.Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº277/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº277/2014 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Decreta ponto facultativo para todos os Servidores Públicos Municipal e da outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO para todos os Servidores Públicos Municipal nos dias 24 e 31 de dezembro de 2014 pelo período da tarde e nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015 o dia todo, para comemorações de natal e ano novo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº278/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº278/2014 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.930,00 (Hum mil e novecentos e trinta reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 121 - Planejamento e Orçamento

Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Ação: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Da Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 1.930,00

Para Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 1.930,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº279/2014 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº753/2014, de 17 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$23.300,00 (Vinte e três mil e trezentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 122 - Administração Geral
Programa: 0004 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Ação: 2.004 - Manut. das Atividades da Administração Geral
Atividade: 2.004 - Manut. das Atividades da Administração Geral
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 - Encargos Especiais
Sub-Função: 846 - Outros Encargos Especiais
Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS
Ação: 0.002 - Contribuição ao PASEP
Atividade: 0.002 - Contribuição ao PASEP
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 - Educação Infantil
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.010 - Manutenção Atividades Educação Infantil
Atividade: 2.010 - Manutenção Atividades Educação Infantil
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.19 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes das anulações das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0011 - ESPORTE É SAÚDE
Ação: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 121 - Planejamento e Orçamento
Programa: 0005 - MUNICIPALISMO FORTALECIDO
Ação: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas
Atividade: 2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas
Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental
Atividade: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.19 - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 17 de novembro de 2014.
Registrada e Publicada em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº280/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº280/2014 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$174,16 (Cento e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E

ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.012 - Programa Alimentação Escolar - Educação Infantil

Atividade: 2.012 - Programa Alimentação Escolar - Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.60 - Aplicações Diretas ..
..... R\$97,46

Ação: 2.017 - Programa Alimentação Escolar - Educação Infantil
Atividade: 2.017 - Programa Alimentação Escolar - Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.60 - Aplicações Diretas ..
..... R\$76,70

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação a ser verificado no exercício de 2014, na Fonte de Recursos 0.1.60 - Transferências do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº281/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº281/2014 - DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$3.512,29 (Três mil, quinhentos e doze reais e vinte e nove centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 121 - Planejamento e Orçamento

Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

Ação: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas ..
..... R\$ 3.512,29

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº282/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº755/2014, de 21 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$49.208,00 (Quarenta e nove mil e duzentos e oito reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 1.016 - Aquisição de Veículos

Projeto: 1.016 - Aquisição de Veículos

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 49.208,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 1.014 - Aquisição de Móveis e Equipamentos

Projeto: 1.014 - Aquisição de Móveis e Equipamentos

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 718,96

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.028 - Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 - Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 4.4.71.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal
Atividade: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 39.489,04

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.034 - Manutenção Atividades Agentes de Saúde
Atividade: 2.034 - Manutenção Atividades Agentes de Saúde
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.036 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Atividade: 2.036 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2014.
Registrada e Publicada em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº283/2014 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº757/2014, de 21 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$4.881,04 (Quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e quatro centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Atividade: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.881,04

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 1.014 - Aquisição de Móveis e Equipamentos
Projeto: 1.014 - Aquisição de Móveis e Equipamentos
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 881,04

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.031 - Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família
Atividade: 2.031 - Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.065 - Manut. das Academias de Saúde
Atividade: 2.065 - Manut. das Academias de Saúde
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2014.
Registrada e Publicada em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº284/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº284/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a alteração da jornada de trabalho do Servidor Público Municipal EDUARDO CANDIDO MACCARI PEREIRA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a jornada de trabalho do Servidor Público Municipal EDUARDO CANDIDO MACCARI PEREIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 2 (Serviços Operacionais -SOP), nível 16, código 01.01, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por necessidade da Administração, o qual passará a desempenhar suas funções no horário das 13h00min às 19h00min.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº285/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº285/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0007 - Toda Criança na Escola

Ação: 2.063 - Manut.das Atividades da Creche

Atividade: 2.063 - Manut.das Atividades da Creche

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.01-Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 25 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº286/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº286/2014 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.327,18 (Um mil e trezentos e vinte e sete reais e dezoito centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.010 - Manut.Atividades Ensino Infantil

Atividade: 2.010 - Manut.Atividades Ensino Infantil

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.18-Aplicações Diretas ..
..... R\$ 1.327,18

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do provável excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº287/2014 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 287/2014 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Fixa preço público para a prática desportiva na quadra poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural e dá outras providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 737/2014, de 26 de agosto de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Para uso exclusivo da quadra poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural para fins da prática desportiva fica fixado o preço público no valor de R\$ 10,00 (dez reais) para uso de 01 (uma) hora de atividade.

§ 1º O valor de que trata o caput do presente artigo será atualizado sempre no mês de janeiro de cada ano, com base no Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M acumulado dos doze meses do ano imediatamente anterior, ou outro índice que venha substituí-lo, juntamente com os demais Tributos Municipais.

§ 2º A primeira atualização será no mês de janeiro de 2016, com base no IGP-M acumulado no ano de 2015.

Art. 2º O uso exclusivo da quadra poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural para outras finalidades de ocupação que não sejam a prática desportiva (bailes, shows, casamentos, aniversários e outros) não será autorizado num primeiro momento, devendo o Chefe do Poder Executivo editar novo decreto específico para regular tais situações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº288/2014 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº288/2014 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do

Município, Entidade Prefeitura Municipal, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.000,00 (Hum mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
Atividade: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas ..
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Diretora de Departamento - Sec.Administração

DECRETO Nº289/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº289/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANALICE MATTIELLO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora ANALICE MATTIELLO, nomeada através do Decreto Nº041/2014 de 18 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº290/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº290/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal ADRIANA RESTELATTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora ADRIANA RESTELATTO, nomeada através do Decreto Nº107/2013 de 11 de março de 2013, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE JOVENS E ADULTOS (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº291/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº291/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal ANA PAULA GUEDES MATIELLO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora ANA PAULA GUEDES MATIELLO, nomeada através do Decreto Nº246/2014 de 03 de outubro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº292/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº292/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal CATIANE PIVA VANZIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora CATIANE PIVA VANZIN, nomeada através do Decreto Nº028/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº293/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº293/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera o Servidor Público Municipal GABRIEL KICHEL e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir de 19 de dezembro de 2014 o Servidor GABRIEL KICHEL, nomeado através do Decreto Nº039/2014 de 13 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 10 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº294/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº294/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera o Servidor Público Municipal JAISON LEANDRO LUNARDI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir de 19 de dezembro de 2014 o Servidor JAISON LEANDRO LUNARDI, nomeado através do Decreto Nº032/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de

15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº295/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº295/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal VERIDIANA PEDROTTI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora VERIDIANA PEDROTTI, nomeada através do Decreto Nº037/2014 de 12 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ARTES (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, carga horária de 30 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº296/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº296/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal CLAUDIA BRUNETTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora CLAUDIA BRUNETTO, nomeada através do Decreto Nº191/2014 de 04 de agosto de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº297/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº297/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal NAYARA PATRICIA FARESIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora NAYARA PATRICIA FARESIN, nomeada através do Decreto Nº030/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante

no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº298/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº298/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal DEVANIR DE MORAES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora DEVANIR DE MORAES, nomeada através do Decreto Nº188/2014 de 01 de agosto de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº299/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
DECRETO Nº299/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera o Servidor Público Municipal ROMUALDO REBELATTO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidor ROMUALDO REBELATTO, nomeado através do Decreto Nº131/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº300/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
DECRETO Nº300/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera a Servidora Pública Municipal EDICLERI VANZIN PELINSON e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora EDICLERI VANZIN PELINSON, nomeada através do Decreto Nº033/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ARTES (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 30 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no

anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº301/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
DECRETO Nº301/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Exonera a Servidora Pública Municipal DAIANE GEREMIA SOMAVILLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, nomeada através do Decreto Nº034/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº302/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº302/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal RAQUEL PASA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora RAQUEL PASA, nomeada através do Decreto Nº189/2014 de 01 de agosto de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº303/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº303/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal JURACI PIVA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 08 de dezembro o Servidor JURACI PIVA, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores, nomeado através do Decreto nº225/2014 de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº304/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº304/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera a Servidora Pública Municipal JANICE LUCI DE MARQUI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 19 de dezembro de 2014 a Servidora JANICE LUCI DE MARQUI, nomeada através do Decreto Nº029/2014 de 10 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº305/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº305/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal JAIR GONÇALVES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro o Servidor JAIR GONÇALVES, ocupante do Cargo de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Grupo 6, Código 06.06, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores, nomeado através do Decreto nº104/2014 de 05 de maio de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº306/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº306/2014 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidora Pública Municipal SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 31 de dezembro a Servidora SILVIA MARIA NIEVINSKI TIBOLA, ocupante do Cargo de ASSESSORA DE SECRETARIA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, Grupo 6, Código 06.13, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores, nomeado através do Decreto nº024/2014 de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto

correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 324/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 324/2014
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 15 de dezembro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP ZERO QUILOMETRO E CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA ZERO QUILOMETRO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO ATRAVES DO CONVÊNIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 807329/2014/MDA/CAIXA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

TERMO ADITIVO Nº 029/2014

TERMO ADITIVO Nº 029/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 023/2014 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.049.301/0001-25, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo Presidente da ACISBS, Sr. OSMAR MÜHLBAUER, portador da Carteira de Identidade nº 717.975, CPF/MF nº 311.242.599-53, residente e domiciliado à Rua Paulo Linzmeyer, 146, Bairro Oxford, em São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, nas Leis Municipais nº 3397 de 09 de julho de 2014 e nº 3448 de 24 de novembro de 2014, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelecem o que abaixo segue:

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE até o dia 31 de dezembro de 2014, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes

documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- e) Parecer do Conselho Curador, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- f) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por se acharem convenientes, firmam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

OSMAR MÜHLBAUER
Presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS
PEDRO IVO DIENER
Chefe de Gabinete
CPF nº 020.084.599-34

CLEUSA PICOLLI VIEIRA
Assessora de Gabinete
CPF nº 422.708.639-68

LEI Nº 3453/2014

LEI Nº 3453, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE PRIORIDADE DE VAGAS EM CRECHE E ESCOLAS PÚBLICAS OU PARTICULARES PRÓXIMAS DE SUAS RESIDÊNCIAS, ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal, Sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. É garantida a prioridade de vagas para matrícula de pessoa portadora de necessidades especiais, em creches e escolas públicas ou privadas no Município de São Bento do Sul, ou sob seu controle, situadas nas proximidades de sua residência.

Art. 2º. A presente lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 764/2014

DECRETO Nº 0764, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

CORRIGE OS VALORES DA BOLSA ATLETA MUNICIPAL

FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reajustados os valores da Bolsa Atleta Municipal, constantes do art. 6º da Lei nº 2.490, de 10 de fevereiro de 2010, conforme valores abaixo:

I - Categoria Jogos Abertos de Santa Catarina- JASC e PARAJASC:

- a) Atletas e paratletas até R\$ 2.510,10 (dois mil, quinhentos e dez reais e dez centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 4.392,68 (quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos);

II - Categoria Joguinhos Abertos de Santa Catarina e Parajoguinhos:

a) Atletas e paratletas até R\$ 1.882,58 (um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 3.765,16 (três mil, setecentos e sessenta e cinco reais, e dezesseis centavos);

III - Categoria Olimpíada Estudantil de Santa Catarina e Paradesportivo:

a) Atletas e paratletas até R\$ 1.255,05 (um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 2.510,10 (dois mil quinhentos e dez reais e dez centavos);

IV - Categoria Jogos Escolares de Santa Catarina e paradesportivo:

a) atletas e paratletas até R\$ 753,03 (setecentos e cinquenta e três reais e três centavos);

b) Guias e técnicos até R\$ 1.882,58 (um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos);

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1260 de 19 de outubro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 765/2014

DECRETO Nº 0765, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS-COMAD

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01, de 11 de novembro de 2014, do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº. 01/2014

DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD.

O Conselho Municipal de Políticas públicas sobre Drogas - COMAD de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº. 3082/2012 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 11 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD, publicado mediante a Resolução nº 01/2012 deste Conselho e Homologado pelo Decreto Municipal nº 1.343, de 13 de dezembro de 2012, no qual:

§ 1º o Artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD é composto por membros escolhidos na forma do disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº 3082, de 23 de outubro de 2012.

§ 1º - As entidades não governamentais serão eleitas, bialmente, titulares e suplentes, em Fórum especialmente convocado para este fim por meio de Edital de convocação, aprovado por maioria absoluta dos membros do COMAD.

§ 2º - Os Conselheiros eméritos serão escolhidos, devendo:

I - Ter atuado dentro do COMAD;

II - Relevante papel na luta contra as drogas e entorpecentes no município; e

III - Ser escolhido com aprovação da maioria absolutas dos membros do COMAD.

§ 2º o Artigo 17 passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução e será presidido por um de seus membros, escolhido em assembleia geral.

§ 1º. O mandato de Presidente, sempre que possível será observado a alternância entre representantes dos órgãos governamentais e não governamentais.

Art. 2º Esta resolução entra em vigência na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2014

Elisabeth Maria Nardelli de Oliveira

Presidente do COMAD

DECRETO Nº 766/2014

DECRETO Nº 0766, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1847 de 06 de junho de 2007, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI, como segue:

Representantes Governamentais

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
CLÉVERSON ISRAEL MINIKOVSKY - Titular
INGRID MALLON DO NASCIMENTO - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
ELSINA NEHLS - Titular
MARIA APARECIDA SCHARMACH - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Turismo
RAFAEL MUEHLBAUER - Titular
MIRIAN BALAN - Suplente

IV - Representantes da Fundação Municipal de Desportos
VALÉRIO NAZÁRIO - Titular
LAURO RANK - Suplente

V- Representantes da Fundação Cultural
BRÁULIO HANTSCHER - Titular
ROBSON RODRIGUES DA SILVA - Suplente

VI - Representantes da Procuradoria Jurídica
MATHEUS GUEDES REIS - Titular
ALEXANDRE WEISS - Suplente

Representantes Não Governamentais

VII - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
EUNICE CRISTINA BORBA HÄNSCH - Titular
MARILÉIA DO RÓCIO PRESTES GONÇALVES - Suplente

VIII - Representantes da Associação Sãobentense da Terceira Idade - ASBETI
WALTIVIA OSSOSVSKY - Titular
MARIA KOVALHUK - Suplente

IX - Representantes da Fundação Cidadania
CLEUSA PICCOLI VIEIRA - Titular
SIMONE LINZMEYER - Suplente

X - Representantes do Hospital e Maternidade Sagrada Família
LANDIVO GERALDO DE OLIVEIRA - Titular
BERENICE DE SOUZA ANTUNES - Suplente

XI - Representantes do Lions Clube de São Bento do Sul
JURACY HOFMANN - Titular
RAFAEL OLICES CELESKI - Suplente

XII - Representantes do Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Móveis
WALTER LUIZ WOLFF - Titular
PEDRO SANTANA MOTA - Suplente

Art. 2º O mandato do Conselho nomeado pelo presente é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 28/11/2014 a 28/11/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 767/2014

DECRETO Nº 0767, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.670,00 (cento e sete mil, seiscentos e setenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 04 - Departamento de Defesa Civil

Atividade: 2.003 - Departamento de Defesa Civil - DEFIV

(36) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 320,00

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica

(45) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais

R\$ 1.200,00

(46) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 500,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(59) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Despesas Variáveis - PC

R\$ 15.000,00

(69) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 2.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(118) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(443) 3.3.90.18.00.00.00 001 - Aux. Financ. a Estudantes

R\$ 500,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

(138) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 500,00

(148) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 1.500,00

(142) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Auxílio Financ. a Estudantes

R\$ 2.400,00

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

(160) 3.1.90.13.00.00.00 156 - Obrigações Patronais

R\$ 1.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serv. Urbanos - SEMOB

(205) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais

R\$ 10.000,00

Atividade: 2.031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(224) 3.1.90.13.00.00.00 017 - Obrigações Patronais

R\$ 2.500,00

(228) 3.3.90.36.00.00.00 017 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 4.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(234) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 10.000,00

(246) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 20.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF
 (283) 3.1.90.11.00.00.00 152 - Venc. Vant. Fixas - PC
 R\$ 10.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR
 (351) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 150,00
 (352) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC
 R\$ 1.000,00
 (362) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 100,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
 (23) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Financ. PF
 R\$ 4.500,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia
 (125) 3.3.90.30.00.00.00 600 - Material de Consumo
 R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 04 - Departamento de Defesa Civil

Atividade: 2.003 - Departamento de Defesa Civil - DEFIV
 (41) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 320,00

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 - Gestão da Assessoria Jurídica
 (47) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrig.Patronais - Op.Intra-Orçamentárias... R\$ 1.700,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD
 (58) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 15.000,00
 (67) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-obra R\$ 2.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 2.007 - Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
 (117) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 500,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino
 (453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 500,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

(139) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições
 R\$ 500,00

(145) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF
 R\$ 3.900,00

Atividade: 2.015 - Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA

(163) 3.1.91.13.00.00.00 156 - Obrig. Patronais-Op.Intra-Orçamentária... R\$ 1.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serv. Urbanos - SEMOB
 (206) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC
 R\$ 10.000,00

Atividade: 2.031 - Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(225) 3.1.90.16.00.00.00 017 - Outras Desp. Variáveis PC
 R\$ 1.500,00

(226) 3.1.91.13.00.00.00 017 - Obrig. Patronais-Op.Intra-Orçamentária R\$ 1.000,00

(229) 3.3.90.39.00.00.00 017 - Outros Serv. Terc. PJ
 R\$ 4.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(659) 3.3.90.31.00.00.00 100 - Prem. Cult., Art. Científicas e Outras R\$ 3.000,00

(241) 3.3.90.32.00.00.00 100 - Mat. Distribuição Gratuita
 R\$ 25.000,00

(243) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF
 R\$ 2.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF
 (288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF
 R\$ 10.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(350) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC
 R\$ 1.150,00
 (357) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 100,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

(20) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo
 R\$ 4.500,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia
 (99) 3.1.90.34.00.00.00 600 - Outras Desp. Pessoal Dec. Contratos Terc R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 768/2014

DECRETO Nº 0768, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto de 2014 na forma que segue:

“Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 14.997.424,10 (quatorze milhões, novecentos e noventa e sete mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e dez centavos), alterando e excluindo os valores das seguintes Dotações do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 001 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação		
Órgão: 07	Secretaria de Educação	
Unidade: 07.01	Secretaria de Educação	
Proj./Ativ.: 2.021	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino	
(453) 44.90.51	Obras e Instalações	9.000,00
Proj./Ativ.: 2.022	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil	
(461) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	20.300,00
(462) 33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	15.450,00
(467) 44.90.51	Obras e Instalações	32.800,00
Proj./Ativ.: 2.026	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental	
(482) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	7.000,00
(488) 44.90.51	Obras e Instalações	1.040,00
Proj./Ativ.: 8.024	Transporte Escolar – Ensino Médio	
(497) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente		
Órgão: 03	Procuradoria	
Unidade: 01	Assistência Jurídica	
Proj./Ativ.: 2.006	Manutenção da Assessoria Jurídica	
(55) 33.90.91	Sentenças Judiciais	27.500,00
Órgão: 11	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
Unidade: 01	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
Proj./Ativ.: 2.016	Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
(330) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
Proj./Ativ.: 2.070	Departamento de Indústria e Comércio	

(338) 33.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
Unidade: 02	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	
Proj./Ativ.: 2.078	Gestão do Fundo Mun. De Desenvolvimento Econômico	
(342) 33.50.41	Contribuições	16.700,00
(348) 33.90.93	Indenizações e Restituições	30.000,00
Fonte de Recurso: 0152 – Outras Transferência de Recursos do Fundo de Assistência Social		
Órgão: 10	Secretaria de Assistência Social	
Unidade: 02	Fundo de Assistência Social	
Proj./Ativ.: 2.081	Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - PBF	
(283) 31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	8.935,12
(288) 33.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho das dotações orçamentárias relacionadas no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento da receita nas fontes de recurso: Fonte de Recurso: 001 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação, 0100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente e 0152 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 770/2014

DECRETO Nº 0770, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Mauro Siqueira Ramos, Jocemari Telma Teixeira, Ricardo Callado e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 3342014, a realizar-se às 14:30 horas, do dia 15 de dezembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA REFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 771/2014

DECRETO Nº 0771, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal, UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,3729, a partir de 01 de dezembro de 2014, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 772/2014

DECRETO Nº 0772, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 -SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secret. Municipal de Desenvolvimento Econômico

(325) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias R\$ 200,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 -SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secret. Municipal de Desenvolvimento Econômico

(326) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6926/2014

PORTARIA Nº 6926, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DINANCI MARIA ROSA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00135/14-1, de 13 anos, 09 meses e 27 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 7540, de 19 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6928/2014

PORTARIA Nº 6928, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA PORTARIA Nº 681/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 681/2013 que autorizou o servidor ANGELO RONEI PESCHINSKI a dirigir, eventualmente e quando necessário, diversos veículos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de dezembro de 2014.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 6929/2014

PORTARIA Nº 6929, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA PORTARIA Nº 3331/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, no tocante a ANGELO RONEI PESCHINSKI, a

Portaria nº 3331/2013, que autorizou o servidor a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa Classic, placas MLO 1104.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de dezembro de 2014.

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

EDITAL Nº 008/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta e Indireta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei Complementar nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009, para o ano letivo de 2015, que regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo a que se refere o presente Edital será executado pela Omni Concursos, e será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos.

1.2 A seleção destina-se ao provimento de vagas no quadro de servidores da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com a Tabela 2.3 e, ainda, das que surgirem no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo, que será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame, a critério da administração da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC.

1.2.1 O contrato será pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até 02 (dois) anos, a critério da Administração.

1.3 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exame para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva de caráter classificatório para todos os cargos, de acordo com as Tabelas do item 8 deste Edital.

1.4 A contratação para os cargos informados na Tabela 2.3 deste item será feita de acordo com a necessidade e conveniência da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

1.5 Os Requisitos e Atribuições para os cargos estão relacionados no Anexo I deste Edital.

1.6 O Conteúdo Programático da prova objetiva encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.7 Não serão fornecidas, por telefone e e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários da realização da prova objetiva. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.sao-bentodosul.sc.gov.br.

2. DAS VAGAS

2.1 Os cargos, a carga horária semanal, remuneração inicial, estão estabelecidos a seguir:

2.2 Os vencimentos são correspondentes a carga horária de 40 horas semanais, sendo este proporcional a carga horária pela qual optar o candidato, com exceção do cargo de Atendente Educativo, o qual a carga horária é de 30 horas semanais.

TABELA 2.3

CARGO	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial
Auxiliar de Serviços	40h	R\$ 809,26
Auxiliar de Serviços - Zona Rural	40h	R\$ 809,26
CARGO	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial
Atendente Educativo	30h	R\$ 921,67
Auxiliar de Biblioteca	40h	R\$ 1.285,63
Secretaria de Escola	40h	R\$ 1.779,24
CARGO	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial
Especialista em Educação – Habilitado	40h	R\$ 2.353,96
Professor – Anos Iniciais – Habilitado	20/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Anos Iniciais – Não Habilitado	20/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) – Habilitado	20/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) – Não Habilitado	20/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Anos Iniciais – EMEJA – Habilitado	20/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Artes – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Artes – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Artes – EMEJA – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Artes – EMEJA – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Ciências – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Ciências – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Ciências – EMEJA – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Ciências – EMEJA – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Educação Especial – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Educação Especial – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Educação Especial Intérprete de Libras – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Educação Especial Intérprete de Libras – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Educação Física – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Educação Física – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Educação Física – EMEJA – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Educação Física – EMEJA – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Educação Infantil – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Educação Infantil – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Geografia – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96

Professor – Geografia – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Geografia – EMEJA– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Geografia – EMEJA– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – História – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – História – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – História – EMEJA– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – História – EMEJA– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Inglês – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Inglês – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Inglês – EMEJA– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Inglês – EMEJA– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Língua Portuguesa – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Língua Portuguesa – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Língua Portuguesa – EMEJA– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Língua Portuguesa – EMEJA– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Matemática – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Matemática – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Matemática – EMEJA– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Matemática – EMEJA– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos – Habilitado	40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos – Não Habilitado	40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Esportes – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Esportes – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Música - Coral – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Música - Coral – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Banda – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Banda – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Teatro – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Teatro – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Dança– Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Dança– Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Informática – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Informática – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59
Professor – Oficina Capoeira – Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 2.139,96
Professor – Oficina Capoeira – Não Habilitado	10/20/30/40h	R\$ 1.665,59

3. REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 São requisitos básicos para o ingresso no Serviço Público do Município de São Bento do Sul/SC:

- a) ser brasileiro nos termos da Constituição Federal;
- b) comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
- c) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) estar quite com obrigações civis, militares e eleitorais;
- e) ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- f) gozar de boa saúde, condição que será comprovada no processo de admissão através de laudo médico oficial, entregue no ato da contratação.
- g) não ter sofrido penalidades, quando no exercício de função ou cargo público, fato a ser comprovado no ato da contratação
- h) Não ter antecedentes criminais, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da contratação através de certidão de antecedentes criminais.
- i) apresentar, para fins de contratação nos cargos onde houver a exigência, a comprovação da inscrição ou a devida regularização junto aos órgãos de classe;
- j) possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no ato da contratação;
- k) e demais exigências contidas neste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

4.2 As inscrições para o Processo Seletivo da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC serão realizadas apenas via internet. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.

4.3 O candidato poderá efetuar inscrição para mais de um cargo deste Processo Seletivo, desde que as provas aplicadas não sejam no mesmo período/horário.

4.4 O valor da taxa de inscrição deverá ser recolhido para cada cargo escolhido no valor de:

Valor da Inscrição	Nível de Escolaridade
R\$ 30,00 (trinta reais)	para cargos de Nível Superior
R\$ 20,00 (vinte reais)	para cargos de Nível Médio
R\$ 15,00 (quinze reais)	para cargos de Nível Ensino Fundamental Incompleto

4.5 O período para a realização das inscrições será a partir das 08h00min do dia 03/12/2014 às 12h00min do dia 10/12/2014, observado o horário oficial de Brasília - DF, nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

4.6 Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:

4.6.1 Preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para contratação no cargo e submetendo-se as normas expressas neste Edital.

4.6.2 Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição.

4.7 O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento pela Omni Concursos, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.

4.7.1 O candidato que realizar mais de uma inscrição para o mesmo período/horário de aplicação da prova, terá confirmada apenas a última inscrição realizada, sendo as demais canceladas independentemente da data em que os pagamentos tenham sido efetuados.

4.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.

4.9 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de

declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando em qualquer época, na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a contratação do candidato, o mesmo será demitido do cargo pelo Município de São Bento do Sul/SC.

4.10 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, até a data de seu vencimento. Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar os endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia 10 de dezembro de 2014. As inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

4.11 A Omni Concursos, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 4.10 deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste concurso.

4.12 Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito ou transferência bancária e, nem tampouco, as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.

4.13 O Município de São Bento do Sul e a Omni Concursos não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5. DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNEs

5.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados de acordo com o § 2º da Lei Municipal 228/2001, o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto Federal 3.298/99 e Lei Federal 8.112/90, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

5.2 Nos casos onde a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre as vagas de cada cargo resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 20% (vinte por cento) para as vagas reservadas;

5.3 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado em cada cargo no Processo Seletivo Simplificado será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte vagas providas na função.

5.4 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações;

5.5 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar em campo específico do Formulário Eletrônico de Inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador;

5.6 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

5.7 O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo 03/12/2014 até 04/12/2014, para a organizadora Omni Concursos no endereço Rua Mieko Imai da Silva, 196-A, Jardim Licce, CEP 87025-640, Maringá-PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença-CID, bem como a provável

causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, nos termos do Item 6 deste Edital, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer responsabilidade.

5.8 No envelope deverá conter: Nome do Processo Seletivo, Fase do Processo, Nome do Candidato, Endereço e o Cargo para o qual está concorrendo, conforme exemplo abaixo:

Processo Seletivo da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC

Solicitação de Inscrição PNE

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX

CARGO: XXXXXXXXXXXXX

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

5.9 Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem a documentação exigida, dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.10 O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.7 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.11 Ao ser convocado para assumir o cargo, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.12 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.13 Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

6. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

6.1 Da Solicitação de Condição Especial para a Realização da Prova Objetiva

6.1.1 O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da prova objetiva, poderá solicitar esta condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 3.298/99.

6.1.2 As condições específicas disponíveis para realização da prova são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal leitor, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 1 (uma) hora para realização da prova (somente para os candidatos com necessidades especiais). O candidato com necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização da prova objetiva deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no subitem 6.3 deste Edital.

6.1.3 Para solicitar condição especial o candidato deverá:

6.1.3.1 No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais os recursos especiais necessários.

6.1.3.2 Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.

6.1.3.2.10 laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença - CID, justificando a condição especial solicitado.

6.2 Da Candidata Lactante

6.2.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:

6.2.1.1 Solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção lactante;

6.2.1.2 Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.

6.2.2 A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.

6.2.3 Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 12 deste Edital durante a realização do certame.

6.2.4 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar durante o período de realização da prova.

6.3 Os documentos referentes às disposições dos subitens 5.1, 5.7, 6.1.2, 6.2.1, 6.2.1.1 e 6.2.1.2 deste Edital deverão ser encaminhados, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia 04/12/2014 em envelope fechado endereçado a Omni Concursos com as informações abaixo:

DESTINATÁRIO: Omni Concursos

Rua Mieko Imai da Silva, 196-A

Jardim Licce

CEP 87025-640

Maringá - PR

Processo Seletivo da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC

(Necessidade Especial)

NOME DO CANDIDATO: XXXXXX XXXXXXXXXXXXX

CARGO: XXXXXXXXXXXXX

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: XXXXXXXX

6.4 O envio desta solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pela Omni Concursos, após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.5 O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 6.3 ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.

6.5.1 A Omni Concursos não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.

6.6 Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias dos mesmos.

6.7 A Omni Concursos não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.

6.8 O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, à partir da data provável de 12/12/2014. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso na forma do item 13 deste Edital.

7. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

7.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado no endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, na data provável de 12/12/2014.

7.2 No edital de deferimento das inscrições, constará a relação dos candidatos com inscrição homologada e dos candidatos com as solicitações de condições especiais deferidas.

7.3 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 13 deste Edital.

7.4 A Omni Concursos, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Processo Seletivo, que decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

8. DAS PROVAS OBJETIVAS

8.1 O Processo Seletivo constará das seguintes provas:

TABELA 8.2

NÍVEL FUNDAMENTAL							
Cargo	Fase	Tipo De Prova	Área De Conhecimento	Nº de Questões	Valor Por Questão (pontos)	Valor Total (pontos)	Caráter
Nível Fundamental Incompleto	Única	Objetiva	Língua Portuguesa	5	4,0	20,0	Classificatório
			Matemática	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Gerais	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Específicos	10	4,0	40,0	
		TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			25	---	100,0

TABELA 8.3

NÍVEL MÉDIO COMPLETO							
Cargo	Fase	Tipo De Prova	Área De Conhecimento	Nº de Questões	Valor Por Questão (pontos)	Valor Total (pontos)	Caráter
Nível Médio	Única	Objetiva	Língua Portuguesa	5	4,0	20,0	Classificatório
			Matemática	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Gerais	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Específicos	10	4,0	40,0	
		TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS			25	---	100,0

TABELA 8.4

NÍVEL SUPERIOR							
Cargo	Fase	Tipo De Prova	Área De Conhecimento	Nº de Questões	Valor Por Questão (pontos)	Valor Total (pontos)	Caráter
Nível Superior	Única	Objetiva	Língua Portuguesa	5	4,0	20,0	Classificatório
			Matemática	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Pedagógicos e Legislação	5	4,0	20,0	
			Conhecimentos Específicos	10	4,0	40,0	
			TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS	25	---	100,0	

9. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

9.1 A prova objetiva será aplicada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

9.2 A prova será aplicada na data provável de 21 de dezembro de 2014, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

9.2.1 Os Portões do local da Prova Objetiva serão abertos às 08h00min e fechados às 08h45min, no período matutino e no período vespertino serão abertos às 12h00min e fechados às 12h e 45min.

9.2.2 A aplicação das Provas Objetivas terá duração de 2h, sendo que últimos 03 (três) candidatos deverão permanecer em sala, até o último candidato concluir sua prova.

9.2.2.1 As Provas Objetivas serão aplicadas nos períodos, conforme quadro abaixo:

CARGOS	PERÍODO	CARGOS	PERÍODO
Atendente Educativo, Auxiliar de Serviços, Auxiliar de Biblioteca e Secretária de Escola	Matutino	Professores e Especialistas	Vespertino

9.3 O CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, a partir de 12 de dezembro de 2014.

9.4 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

9.4.1 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que, por lei federal, valem como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação com foto, nos termos da Lei nº 9.503 art. 159, de 23/9/97.

9.4.2 No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão

digital.

9.5 Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Processo Seletivo.

9.6 Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova, acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporárias e necessidade extrema, que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 45 (quarenta e cinco) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um Fiscal.

9.7 Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.

9.7.1 O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizadas em diferentes locais.

9.8 Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

9.8.1 prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha no mínimo, foto, filiação e assinatura;

9.8.2 realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;

9.8.3 ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;

9.8.4 realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados;

9.8.5 comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;

9.8.6 portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no subitem 12.1.3 deste Edital.

9.9 A Omni Concursos recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 12 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences fornecidos pela Omni Concursos e conforme o previsto neste Edital. Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado, visto que se o aparelho eletrônico emitir qualquer ruído durante a prova o candidato será automaticamente ELIMINADO.

9.10 A Omni Concursos não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

9.11 Não será permitida entrada de candidatos no local de prova portando armas. O candidato que estiver armado será encaminhado à Coordenação.

9.12 Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha no certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 6.2.2 (Acompanhante de Lactante) deste Edital.

9.13 A Omni Concursos poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais.

9.14 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará obrigatoriamente ao Fiscal de Sala sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.

9.15 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

9.16 O candidato poderá entregar sua Folha de Respostas e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente após decorridos, no mínimo, 45 (quarenta) minutos do seu início, e não poderá levar consigo o Caderno de Questões.

9.17 Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.

9.18 O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões em nenhuma hipótese, devendo, obrigatoriamente, ao final da prova, devolver ao fiscal da sala seu Caderno de Questões e

sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.

9.19 A prova objetiva, de caráter classificatório, será distribuída e avaliada conforme Tabelas 8.2, 8.3 e 8.4 do item 8 deste Edital.

9.20 Cada questão da prova objetiva terá 04 (quatro) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.

9.21 O candidato deverá obter pontuação diferente de zero na prova objetiva para ser considerado classificado.

9.22 A prova objetiva terá a duração de 02 (duas) horas, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.

10. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

10.1 O gabarito preliminar e os cadernos da Prova Objetiva serão divulgados 01 (um) dia após a aplicação da prova objetiva, nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

10.2 Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados, caberá interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 13 deste Edital.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

11.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.

11.2 Para todos os cargos, a Nota Final dos candidatos habilitados será igual a nota obtida na prova objetiva.

11.3 Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- a) tiver maior idade, dentre os candidatos com idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
- b) obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos;
- c) obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
- d) obtiver a maior nota em Conhecimentos Gerais;
- e) obtiver maior nota em Matemática;
- g) tiver maior idade;

11.4 O resultado final do Processo Seletivo será publicado por meio de uma listagem, a saber:

- a) Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como portador de deficiência em ordem de classificação;
- b) Lista Geral, contendo a classificação dos candidatos PNE, em ordem de classificação;

12. DA ELIMINAÇÃO

12.1 Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:

12.1.1 Não estiver presente na sala ou local de realização da prova no horário determinado para o seu início;

12.1.2 For surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros;

12.1.3 For surpreendido, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:

- a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;
- b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;
- c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer

acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.

12.1.4 Caso qualquer objeto, tais como aparelho celular, aparelhos eletrônicos ou relógio de qualquer espécie venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova.

12.1.5 For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;

12.1.6 Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

12.1.7 Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos;

12.1.8 Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

12.1.9 Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;

12.1.10 Descumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas;

12.1.11 Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

12.1.12 Não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização da prova;

12.1.13 For surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;

12.1.14 Recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

12.1.15 Recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;

12.1.16 Não atingir a pontuação mínima diferente de zero estabelecida neste Edital para ser considerado classificado/aprovado em qualquer fase do certame.

12.2 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

13. DOS RECURSOS

13.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Omni Concursos no prazo de 01 (um) dia útil da publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:

13.1.1 Contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como candidato com necessidades especiais;

13.1.2 Contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;

13.1.3 Contra o resultado da Prova Objetiva;

13.1.4 Contra o resultado final e classificação dos candidatos;

13.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, sob pena de perda do prazo recursal.

13.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio disponível nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

13.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados.

13.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

13.6 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.

13.7 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.

13.8 Se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.

13.9 No caso de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a

pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

13.10 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.

13.11 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.

13.12 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

13.13 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.

13.14 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

13.15 Os recursos serão analisados e somente serão divulgadas as respostas dos recursos DEFERIDOS nos endereços eletrônicos www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

13.16 A Banca Examinadora da Omni Concursos, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

14. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1 O resultado final do Processo Seletivo, após analisados todos os recursos interpostos, será homologado pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul e publicado no Diário Oficial dos Municípios e nos sites www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br, em duas listas, por Cargo, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos portadores de deficiências e outra somente com a classificação dos candidatos portadores de deficiências.

15. DA ESCOLHA DE VAGAS

15.1 A escolha de vagas obedecerá os seguintes critérios: Estão automaticamente convocados os primeiros 70 classificados para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS a comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 15/01/15 às 08h:00min, para a escolha de vaga.

15.2 Estão automaticamente convocados os primeiros 70 classificados para o cargo de ATENDENTE EDUCATIVO a comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 16/01/15 às 08h:00min, para a escolha de vaga.

15.3 Estão automaticamente convocados os primeiros 15 classificados para o cargo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS a comparecerem da Secretaria Municipal de Educação no dia 19/01/15 às 08h:00min, para a escolha de vaga.

15.4 Estão automaticamente convocados os primeiros 50 classificados para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL a comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 20/01/15 às 08h:00min, para a escolha de vaga.

15.5 Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários citados nos itens 15.1, 15.2, 15.3 e 15.4, serão automaticamente desclassificados, perdendo assim o direito em assumir a vaga oferecida.

15.5.1 Os demais candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios, em caso de não se obter contato via ligação telefônica.

16. DA ADMISSÃO

16.1 A contratação para o cargo obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos classificados neste certame, devendo apresentar a seguinte documentação:

- a) ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal ☐ SBS;
 - b) Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).
 - c) 01 Foto 3x4
 - d) Laudo de inspeção de saúde procedido por órgão médico oficial;
 - e) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego, ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho;
 - f) Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
 - g) Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
 - h) Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
 - i) Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca de São Bento do Sul (www.tjsc.jus.br);
- Obs.: Todas as declarações devem ser redigidas de forma clara, legíveis, sem rasuras e devem ser assinadas pelo candidato.

16.1.1 Fotocópias (xerox):

- a) Cédula de Identidade;
- b) C.P.F.;
- c) Título de Eleitor;
- d) Comprovante de votação da última Eleição ou certidão de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral;
- e) Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;
- f) Certidão de Nascimento/Adoção e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos;
- g) Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;
- h) Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista, quando for o caso ;
- i) Declaração de Residência Conforme modelo fornecido pelo RH, corretamente preenchida, datada, assinada e sem rasuras;
- j) Comprovante de Escolaridade (de acordo com a exigência do cargo) autenticado em cartório
- k) Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) - autenticado em cartório
- l) Comprovante de regularidade com o Conselho de Classe, quando for o caso ☐ autenticado em cartório
- m) Registro no Conselho de Classe, quando for o caso ☐ autenticado em cartório
- n) Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Lei 10.196 de 24 de julho de 1996
- o) Nº do PIS/PASEP;
- p) Carteira de Trabalho onde constam a Foto e os dados Pessoais.
- q) Atender a todos os requisitos da Legislação Municipal pertinente para a investidura em cargo público.

16.2 As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do cargo e neste Edital de Processo Seletivo Simplificado.

16.3 O candidato que, na data da admissão, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e aqueles exigidos em lei, perderá o direito à contratação no referido cargo.

16.4 Caso não seja realizado a entrega correta dos documentos solicitados na admissão e no prazo estabelecido, ocorrerá a suspensão imediata da contratação.

16.5 O órgão promotor do Processo Seletivo e a empresa executora não se responsabilizam por contatos não estabelecidos em decorrências de mudanças de endereço e telefone dos candidatos, o candidato aprovado é responsável em manter atualizado

seu telefone e endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São Bento do Sul.

16.6 O candidato convocado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura da notificação para entregar a documentação exigida no Departamento de Recursos Humanos e assumir o cargo.

16.7 A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

16.8 Caso o exame médico conclua negativamente ou não apto para o exercício da função/cargo quanto a compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à contratação, seguindo-se para o próximo candidato, na ordem de classificação.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Os candidatos serão convocados em observância a ordem de classificação, a conveniência da Administração Municipal.

17.2 O candidato classificado e convocado para assumir a vaga disponível e que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas no dia da escolha, será desclassificado automaticamente.

17.2.1 O candidato classificado e convocado que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vaga, perderá o direito de preenchimento da vaga.

17.3 O número de aulas oferecidas em uma Unidade Escolar não poderá ser fragmentado, exceto quando for maior que a carga horária permitida semanalmente.

17.4 O candidato que não comparecer na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos para a realização do exame médico admissional, este não será reagendado, ficando o candidato desclassificado.

17.5 Não será permitido ao candidato contratado, e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração Municipal.

17.6 Exercido o direito de escolha, não será permitido a transferência de Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, ressalvo o interesse público ou retorno do titular da vaga.

17.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pela Prefeitura do Município de São Bento do Sul no endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

17.8 Qualquer inexistência e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Processo Seletivo e embora tenha obtido aprovação, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.

17.9 A Omni Concursos não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Processo Seletivo.

17.10 O candidato que necessitar atualizar dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer através e-mail candidato@omniconcursos.com.br, anexando documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso, Cargo e número de Inscrição, até a data de publicação da homologação dos resultados, e após esta data, junto a Prefeitura do Município de São Bento do Sul, situada à Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89280-902, São Bento do Sul/SC, telefone (47) 3631-6000, ou enviar a documentação via SEDEX com AR, para o mesmo endereço, aos cuidados da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 08/2014.

17.11 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais

publicações no endereço eletrônico www.omniconcursos.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

17.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo ouvida a Omni Concursos.

17.13 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 03 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I DO EDITAL PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

NÍVEL FUNDAMENTAL

Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços (Zona Rural)	
Atribuições	É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino

NÍVEL MÉDIO

Atendente Educativo	Ensino médio Completo ou Magistério
Atribuições	É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.

Auxiliar de Biblioteca	Ensino médio completo ou magistério com conhecimento em informática
Atribuições	É responsável pelo registro, controle e atualização do acervo bibliográfico da escola, bem como pela leitura de histórias infantis para alunos do ensino fundamental, orientação em pesquisas, exposição de obras literárias, controle do empréstimo de livros, bem como atender o público em geral, responsabilizando-se em deixar a biblioteca em perfeito estado de organização, propiciando assim meios para que a comunidade escolar crie hábitos, pesquisa e gosto pela leitura.

Secretaria de Escola	Ensino médio completo ou magistério, com conhecimento em informática.
----------------------	---

Atribuições	Manter em dia a escrituração escolar, correspondências, protocolo e arquivo. Executar a escrituração efetuando matrículas, transferências, imprimindo diários de classe, boletins e históricos. Redigir e expedir a correspondência da unidade escolar, submetendo-a a assinatura do diretor. Manter atualizado os dados dos alunos, professores e funcionários do sistema Escola Via Net. Responder e encaminhar anualmente o censo escolar. Organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e despachos que interessem para a unidade escolar. Encaminhar documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados. Expedir certificados e guias de transferências cumprindo as formalidades legais. Cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com as chefias. Zelar pela guarda de matérias e equipamentos de trabalho e executar outras atividades compatíveis com a função.
-------------	--

NÍVEL SUPERIOR

Especialista em Educação	Habilitação: Licenciatura plena em pedagogia
Atribuições	O Especialista em Assuntos Educacionais é responsável pelo suporte pedagógico e administrativo da escola, subsidiados por todos os setores que envolvem o universo escolar. Assumir postura ética e respeitosa com alunos, pais, funcionários e demais profissionais, participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela escola e Secretaria Municipal de Educação, desenvolver atividades que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico da escola. Executar outras atividades compatíveis com a função.

Professor - Anos Iniciais (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Professor - Anos Iniciais (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Professor - Anos Iniciais (Zona Rural) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Professor - Anos Iniciais (Zona Rural) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Professor - Anos Iniciais - EMEJA (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Professor - Artes (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Artes (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Artes (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Artes (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Ciências (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Ciências (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Ciências (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Ciências (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Educação Especial (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Pós -Graduação em Educação Especial
--	--

Professor - Educação Especial (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em Educação Especial.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Professor - Educação Especial Intérprete de Libras (habilitado)	Habilitado = Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena Letras de LIBRAS/ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – em Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas)/ Licenciatura Plena em Pedagogia c/ Pós em LIBRAS.
Professor - Educação Especial Intérprete de Libras (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena de LIBRAS /ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio(Magistério- Séries Iniciais) com Comprovante de mínimo de 120 (cento e vinte horas) de curso em LIBRAS, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em LIBRAS.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

Professor - Educação Física (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor - Educação Física (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Educação Física (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor - Educação Física (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor Educação Infantil (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.
--	---

Professor Educação Infantil (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Professor - Geografia (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Geografia (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Geografia (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Geografia (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - História (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - História (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - História (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - História (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Inglês (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
---------------------------------	--

Professor - Inglês (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Inglês (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Inglês (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Língua Portuguesa (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Língua Portuguesa (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Língua Portuguesa (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Língua Portuguesa (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Matemática (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
Professor - Matemática (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Matemática (EMEJA) (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena na área de atuação
---	--

Professor - Matemática (EMEJA) (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Professor - Oficina Esportes (habilitado)	Habilitado = Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor - Oficina Esportes (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Música - Coral (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins
Professor - Oficina Música - Coral (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Banda (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Música ou áreas afins
Professor - Oficina Banda (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica

Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.
-------------	---

Professor - Oficina Teatro (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Artes Cênicas, Artes Visuais ou Música
Professor - Oficina Teatro (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Dança (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor - Oficina Dança (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Professor - Oficina Informática (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Ciências da Computação ou áreas afins
Professor - Oficina Informática (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou Ensino Médio/Magistério completo com curso no mínimo de 120 horas na área específica.

Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.
-------------	---

Professor - Oficina Capoeira (habilitado)	Habilitação = Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor - Oficina Capoeira (não habilitado)	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou Ensino Médio completo com curso mínimo de 120 horas na área específica.
Atribuições	É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO II DO EDITAL PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2014 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS CARGOS

COMUM AOS EMPREGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

- Língua Portuguesa	Encontros vocálicos e consonantais; Dígrafos; Divisão silábica; Ortografia oficial; Acentuação gráfica. Substantivo; Adjetivo; Pronome; Verbo. Termos essenciais da oração Sentido conotativo e denotativo. Compreensão e interpretação de textos.
- Matemática	Sistema de medida. Sistemas de numeração. Sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo. Grandezas diretas e inversamente proporcionais; Regra de três simples e compostas; Porcentagem; Juros Simples. Problemas com números naturais. Divisibilidade. Números negativos (soma, divisão, multiplicação, subtração). Equação e Inequação. Números inteiros. Médias (média aritmética e ponderada). Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Raiz. Fração (classificação, simplificação, operação). Conjunto de números naturais.

- Conhecimentos Gerais	1. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança e ecologia com as diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Desenvolvimento urbano brasileiro; 4. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro; 5. História, Cultura, Turismo e Geografia do Estado de Santa Catarina e do Município de São Bento do Sul;
------------------------	--

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENSINO FUNDAMENTAL

- Auxiliar de Serviços - Auxiliar de Serviços - Zona Rural	Direitos e deveres no ambiente de trabalho. Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.
---	---

COMUM AOS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

- Língua Portuguesa	1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos); 2. Tipologia e gêneros textuais; 3. Figuras de linguagem; 4. Emprego dos pronomes demonstrativos; 5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.); 6. Relações de sinonímia e de antonímia; 7. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação); 8. Funções do que e do se; 9. Emprego do acento grave; 10. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto; 11. Ortografia; 12. Concordâncias verbal e nominal; 13. Regências verbal e nominal; 14. Emprego de tempos e modos verbais; 15. Formação de tempos compostos dos verbos; 16. Locuções verbais (perífrases verbais).
---------------------	---

- Matemática	1. Teoria dos conjuntos. Conjuntos numéricos (definições, operações e propriedades): números naturais, números inteiros, números racionais, números irracionais e números reais; 2. Unidades de medida; 3. Relações: par ordenado, representação gráfica, produto cartesiano, relação binária, domínio e imagem e relação inversa; 4. Análise de gráficos e tabelas; 5. Teoria das funções. Funções do 1º grau. Funções do 2º grau; 6. Equações irracionais. Inequações irracionais. Potenciação. Radiciação. Equação do 1º e 2º grau. Trigonometria; 7. Sequências; 8. Progressão aritmética e geométrica; 9. Matrizes; 10. Sistemas lineares; 11. Análise combinatória: princípio fundamental de contagem, fatorial, permutações, arranjos e combinações; 12. Probabilidade; 13. Razão e proporção; 14. Regra de três simples e composta; 15. Matemática financeira: porcentagem, capital, montante, descontos, lucros, prejuízos, taxas de juros, juros simples e juros compostos; 16. Estatística; 17. Geometria plana: ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo, cálculo de áreas, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras; 18. Geometria Espacial: poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindros, cones e cálculo de volumes. Resolução de situações-problema;
- Conhecimentos Gerais	1. Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança e ecologia com as diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Desenvolvimento urbano brasileiro; 4. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro; 5. História, Cultura, Turismo e Geografia do Estado de Santa Catarina e do Município de São Bento do Sul;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENSINO MÉDIO

- Atendente Educativo	Princípios constitucionais da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação complementar. Financiamento da educação. Fundamentos históricos, filosóficos e políticos da educação. Psicologia e educação. História da educação brasileira. Proposta pedagógica e autonomia da escola. Avaliação do processo educativo. Prática pedagógica: métodos e princípios. Educação especial. Parâmetros curriculares nacionais. Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Desenvolvimento infantil com base nas concepções de Vygotski e Piaget. Organização do tempo e espaço nas instituições de educação infantil. Conhecimentos básicos de higiene, saúde e nutrição infantil. Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul/SC. Constituição Federal/88 (Artigos 37, 38, 39, 41).
- Auxiliar de Biblioteca	Bibliotecas: tipos e conceitos, estrutura física; Acervo: catalogação, classificação, indexação, preparação física do livro; Armazenagem da documentação, preservação e conservação de acervo; Normalização de documentos conforme ABNT; Catálogos: tipos e referências; Serviços aos usuários; Serviços de referência; Clipping; Pesquisas e levantamentos bibliográficos; Empréstimo (Circulação); Comunicação visual: sinalização; Ética profissional. Relações públicas e interpessoais; Lei Federal 1.244/2010. Conhecimentos de Informática: Sistema Operacional Windows XP Professional SP3 - Português, Windows Explorer, Internet (browsers/navegadores) e Ferramentas do Pacote Microsoft Office Professional 2003 - Português (Word, Excel e PowerPoint). Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul/SC. Constituição Federal/88 (Artigos 37, 38, 39, 41).

- Secretária de Escola	Educação Básica Brasileira - contexto e legislação; Níveis e Modalidades de Ensino; Avaliações Externas; SARESP, Prova Brasil, SAEB, IDEB, ENEM; Censo Escolar; Proposta Pedagógica; Plano Escolar; Regimento Escolar; Educação à distância; Inclusão e Educação Especial; Ética profissional; Atendimento ao público; Organização e funcionamento das instituições educacionais; Escrituração escolar. Conhecimentos de Informática: Sistema Operacional Windows XP Professional SP3 - Português, Windows Explorer, Internet (browsers/navegadores) e Ferramentas do Pacote Microsoft Office Professional 2003 - Português (Word, Excel e PowerPoint). Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul/SC. Constituição Federal/88 (Artigos 37, 38, 39, 41).
------------------------	---

COMUM AOS EMPREGOS DE ENSINO SUPERIOR

- Língua Portuguesa	1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos); 2. Tipologia e gêneros textuais; 3. Figuras de linguagem; 4. Emprego dos pronomes demonstrativos; 5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.); 6. Relações de sinonímia e de antonímia; 7. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação); 8. Funções do que e do se; 9. Emprego do acento grave; 10. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto; 11. Ortografia; 12. Concordâncias verbal e nominal; 13. Regências verbal e nominal; 14. Emprego de tempos e modos verbais; 15. Formação de tempos compostos dos verbos; 16. Locuções verbais (perífrases verbais); 17. Sintaxe de colocação pronominal; 18. Paralelismo sintático e paralelismo semântico.
- Matemática	1. Teoria dos conjuntos. Conjuntos numéricos (definições, operações e propriedades): números naturais, números inteiros, números racionais, números irracionais e números reais; 2. Unidades de medida; 3. Relações: par ordenado, representação gráfica, produto cartesiano, relação binária, domínio e imagem e relação inversa; 4. Análise de gráficos e tabelas; 5. Teoria das funções. Funções do 1º grau. Funções do 2º grau; 6. Equações irracionais. Inequações irracionais. Potenciação. Radiciação. Equação do 1º e 2º grau. Trigonometria; 7. Sequências; 8. Progressão aritmética e geométrica; 9. Matrizes; 10. Sistemas lineares; 11. Análise combinatória: princípio fundamental de contagem, fatorial, permutações, arranjos e combinações; 12. Probabilidade; 13. Razão e proporção; 14. Regra de três simples e composta; 15. Matemática financeira: porcentagem, capital, montante, descontos, lucros, prejuízos, taxas de juros, juros simples e juros compostos; 16. Estatística; 17. Geometria plana: ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo, cálculo de áreas, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras; 18. Geometria Espacial: poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindros, cones e cálculo de volumes. Resolução de situações-problema;

- Conhecimentos Gerais	A educação e suas relações com os campos sócio-econômico políticos e culturais. As grandes questões da Escola Pública atual: acesso e permanência, reprovação e evasão. Concepções de currículo. Projeto Político Pedagógico. Tendências pedagógicas contemporâneas. Indisciplina na Escola. Constituição Federal/1988 (Capítulo III da educação, da cultura e do desporto – artigos 205 a 214). Lei nº 9.394/1996 - LDB e alterações posteriores. Plano Nacional de Educação. Ensino Fundamental com duração de 09 anos. Lei nº 8.069/1990 - ECA Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – artigos 53 a 59. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ensino de história e cultura afro-brasileira. Ensino da música na Educação Básica.
------------------------	--

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENSINO SUPERIOR

- Especialista em Educação – Habilitado	Concepção de Currículo. Projeto Político Pedagógico: elaboração, organização e estrutura. Tendências pedagógicas contemporâneas. Fundamentos da Educação. História da educação brasileira. Políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Tendências pedagógicas contemporâneas. Concepções de aprendizagem. Concepções de avaliação.
- Professor – Anos Iniciais – Habilitado - Professor – Anos Iniciais – Não Habilitado - Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) – Habilitado - Professor – Anos Iniciais (Zona Rural) – Não Habilitado - Professor – Anos Iniciais – EMEJA – Habilitado - Professor – Educação Infantil – Habilitado - Professor – Educação Infantil – Não Habilitado - Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos – Habilitado - Professor – Oficina Aprendizagem e Projetos – Não Habilitado	Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação. Concepções Pedagógicas. A Leitura e a Escrita na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Psicologia da educação. Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico. Concepções de aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem significativa. Concepções de Educação. Correntes teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Desenvolvimento Infantil.
- Professor – Educação Especial – Habilitado - Professor – Educação Especial – Não Habilitado - Professor – Educação Especial Intérprete de Libras – Habilitado - Professor – Educação Especial Intérprete de Libras- Não Habilitado	Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. Deficiências física, mental, visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psiquiátricos, altas habilidades/superdotação. O desenvolvimento da criança nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Educação Especial. Educação Inclusiva. Avaliação da Aprendizagem. A Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro.

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Artes – Habilitado - Professor – Artes – Não Habilitado - Professor – Artes – EMEJA – Habilitado - Professor – Artes – EMEJA – Não Habilitado - Professor – Oficina Teatro – Habilitado - Professor – Oficina Teatro – Não Habilitado 	<p>Teoria da Arte: História da arte-educação no Brasil; fundamentos da arte-educação; significados da arte. História da Arte: Origem, características; principais obras e artistas dos estilos da arte: renascentista, barroco, impressionista, expressionista e da arte brasileira (século XIX, moderna e contemporânea). Modalidades Artísticas – Desenho/Pintura: composição plástica e seus elementos, estudo das cores; Música: o som (fontes sonoras, qualidade do som, nomes dos sons musicais), a voz (classificação vocal, tipos de conjunto), música folclórica e popular brasileira (nacional e paraense); Teatro: história do teatro no Brasil. Noções Geométricas: ponto, linha, reta, plano; figuras geométricas: triângulo, quadrilátero e polígonos.</p>
--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Ciências – Habilitado - Professor – Ciências – Não Habilitado - Professor – Ciências – EMEJA – Habilitado - Professor – Ciências – EMEJA – Não Habilitado 	<p>Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas consequências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Educação Física – Habilitado - Professor – Educação Física – Não Habilitado - Professor – Educação Física – EMEJA – Habilitado - Professor – Educação Física – EMEJA – Não Habilitado - Professor – Oficina Esportes – Habilitado - Professor – Oficina Esportes – Não Habilitado - Professor – Oficina Xadrez – Habilitado - Professor – Oficina Xadrez – Não Habilitado - Professor – Oficina Dança – Habilitado - Professor – Oficina Dança – Não Habilitado - Professor – Oficina Capoeira – Habilitado - Professor – Oficina Capoeira – Não Habilitado 	<p>Concepção de Educação Física. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Educação Física e Educação, Educação Física e Esporte, Educação Física e Motricidade Humana, Educação Física e Saúde, Educação Física e Sociedade, Educação Física Escolar na perspectiva interdisciplinar. Esporte como: Fenômeno sócio- cultural. Finalidades da Educação Física Escolar: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão / análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Geografia – Habilitado - Professor – Geografia – Não Habilitado - Professor – Geografia – EMEJA – Habilitado - Professor – Geografia – EMEJA – Não Habilitado 	<p>A atmosfera e a dinâmica climática. A dimensão simbólica do espaço geográfico. Cultura e representações espaciais. A dinâmica populacional. A formação dos estados nacionais modernos. A formação geográfica das Sociedades Contemporâneas. A Geografia da Natureza. A Geografia no Tempo: o alargamento das fronteiras de apropriação do planeta pelas sociedades humanas ao longo da história. A hidrosfera, a água e sua importância. A industrialização e seus impactos na organização do espaço contemporâneo. A litosfera, composição e dinâmica. A modernização da agricultura e suas consequências. A urbanização e as transformações na relação cidade-campo. África. América Latina. Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico. Conceito de Geografia. Ditadura militar brasileira. Divisões regionais do território brasileiro, histórico e situação atual. Grandes blocos econômicos (MERCOSUL, NAFTA, União Europeia, etc.). Os espaços da Produção, da Circulação e do Consumo no mundo e no Brasil. O Pantanal. Regionalização do Espaço Brasileiro. Rússia e Europa Oriental.</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – História – Habilitado - Professor – História – Não Habilitado - Professor – História – EMEJA – Habilitado - Professor – História – EMEJA – Não Habilitado 	<p>Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus . Escravidão na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização européia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O Fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Inglês – Habilitado - Professor – Inglês – Não Habilitado - Professor – Inglês – EMEJA – Habilitado - Professor – Inglês – EMEJA – Não Habilitado 	<p>Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs.Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension.</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Língua Portuguesa – Habilitado - Professor – Língua Portuguesa – Não Habilitado - Professor – Língua Portuguesa – EMEJA – Habilitado - Professor – Língua Portuguesa – EMEJA – Não Habilitado 	<p>Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, unções, análise. Língua falada e escrita. Variações lingüísticas. Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise lingüística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 – com as antigas. Funções da Linguagem.</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Matemática – Habilitado - Professor – Matemática – Não Habilitado - Professor – Matemática – EMEJA – Habilitado - Professor – Matemática – EMEJA – Não Habilitado 	<p>Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades, funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L'Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.</p>
--	--

<ul style="list-style-type: none"> - Professor – Oficina Música – Coral – Habilitado - Professor – Oficina Música – Coral – Não Habilitado - Professor – Oficina Banda – Habilitado - Professor – Oficina Banda – Não Habilitado 	<p>História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música(som,partituras ,timbre,voz,notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais.</p>
--	---

<p>- Professor – Oficina Informática – Habilitado</p> <p>- Professor – Oficina Informática – Não Habilitado</p>	<p>Modelagem de dados: diagrama de fluxo de dados, modelo entidade/relacionamento. Banco de dados: conceitos e arquitetura para sistemas de dados: características de SGBD, categorias de modelos de dados. Arquitetura cliente – servidor (conceitos). SQL SERVER 2000 e 2005. Redes de computadores - arquitetura de redes, topologias (lógica e física), tecnologias e projetos de redes locais e longa distância. Arquitetura TCP/IP (alguns protocolos que considero importantes: DNS, DHCP, SMTP, HTTP, HTTPS, FTP). Equipamentos: switches, roteadores, firewall, filtros de conteúdo. Redes sem fio, protocolos aplicados à voz (áudio) e vídeo em tempo real. Planejamento e Projeto de Cabeamento, sistemas operacionais (envolvendo instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows, Unix e Linux), sistemas de arquivos (envolvendo direitos de acesso, segurança e integridade). Multitarefa, multiusuário, núcleo e dispositivos como arquivos. Gerenciamento de serviços de rede (servidor de arquivos, servidor de impressão e servidor de aplicação), ambiente de gerenciamento Microsoft e Linguagens de Script. Gestão de TI: gerenciamento de projetos (análise de viabilidade, estimativas de prazo e custo, processos da gerência de projetos, planos do projeto, gerenciamento do escopo). Análise de impactos, custos, riscos e benefícios de mudança. Segurança física e lógica - Firewall e Proxy. Protocolos certificação digital, criptografia. Políticas de segurança de informação (disponibilidade, integridade, confidencialidade, plano de contingência, controle de acesso, auditoria, rotinas de backup). A questão do vírus, spywares, rootkit, etc. Desenvolvimento de Sistemas: engenharia de software (requisitos, análise e projeto orientado a objetos, implementação, testes, etc). Rotinas de Backup.</p>
---	--

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 429/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 428/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, MARCELO GROSSL, matrícula 035272, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 01/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº210, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 210, de 01 de dezembro de 2014.

"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 0013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 154 de 08 de julho de 2013 que cedeu o servidor EMERSON PISKE BONETES, para trabalhar 20 horas semanais no DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de dezembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº209, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 209, de 01 de dezembro de 2014.

"CONCEDE CONCLUSÃO

ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor ZENILDO JOÃO FERREIRA DE FRANÇA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01.11.2011 a 30.11.2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01.12.2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº208, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 208, de 01 de dezembro de 2014.

“CONCEDE CONCLUSÃO
ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor TEREZIO KOASKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA e ETE, Grupo Ocupacional 04, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 07.11.2011 a 06.11.2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 07.11.2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 207, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Portaria /SAMAE/SBS Nº 207, de 01 de dezembro de 2014.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JAIR HENRIQUE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 10/12/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 206 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 206, de 01 de dezembro de 2014.

“ CONCEDE FÉRIAS ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ADAIR CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 01/12/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 204 DE DEZEMBRO DE 2014

Portaria/SAMAE/SBS Nº 204 de 01 de dezembro de 2014.

“CONCEDE LICENÇA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º- Art.1º- CONCEDER ao servidor MARCELO CIRÍACO AI-ROSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001 e do Processo nº 14/2014, de 02.10.2014.

Art. 2º-A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 01/07/2011 a 30/06/2014, com efeitos a partir de 01/12 a 30/12/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 211 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 211 de 02 de dezembro de 2014.

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidor GABRIEL BENJAMIN DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para o nível vertical II classe B.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 13 de agosto de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 81/2014

Pregão Presencial nº 81/2014
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 81/2014
MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 12 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição equipamentos e licenças de software para uso nos setores administrativos do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

- (11) 3.3.90.30 - Setor Administrativo - Exercício Vigente.
- (22) 4.4.90.30 - Setor Administrativo - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 85/2014

Pregão Eletrônico nº 85/2014
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 85/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 85/2014, e o envio das propostas será das 17:00hrs do dia 03/12/2014 até as 08:00hrs do dia 16/12/2014 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 16/12/2014 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: Aquisição de Sopradores, difusores, inversores de frequência e materiais em PPR termo fusão para instalação de sistema de aeração na Estação de Tratamento de Esgoto ETE - CRUZEIRO do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 02 de dezembro de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 135/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 135/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 045/2014

O Pregoeiro Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de dezembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS para uso de todas as Secretarias e Fundos do Município. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 27 de novembro de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial do Município.

CONT. PREFE N. 059 OI SA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 059 de 29/07/2014

VALOR MENSAL TOTAL CONTRATO: R\$ 3.613,27

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/07/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 084/2014 Modalidade: Pregão Presencial n. 024/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, QUE POSSUA OUTORGA DA ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL DIGITAL PÓS-PAGO, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE APARELHOS EM REGIME DE COMODATO, COM GARANTIA DE AMPLA COBERTURA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: OI MÓVEL S. A.

CNPJ n. 05.423.963/0001-11

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 29/07/2015

ADITIVO FMS 013 APAE - VALOR

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO DO ADITIVO: Aditivo FMS n. 013 de 28/10/2014

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 22.246,36 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/10/2014

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS n. 001/2013

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração do preço constante na Cláusula Sétima - Dos Recursos Orçamentários do Convênio FMS n. 001 de 02/12/2013,

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos - APAE.

CPF/CNPJ/MF: 78.480.597/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02/12/2014

ADITIVO FMS 016 APAE

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014

TERMO ADITIVO: FMS Nº 016/2014 DE 21/11/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/11/2014

DESCRIÇÃO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

CPF/CNPJ: 78.480.597/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02/12/2015

ADITIVO 030 PORTO SEGURO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: AGOSTO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 030 de 12/08/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n 005/2014, Pregão Presencial n. 004/2014

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e da CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR do contrato PREFE n. 013 de 18/02/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE n. 013 de 18/02/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 2.692,83

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n.28.784-b

CONTRATADOS: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CPF/CNPJ: 61.198.164/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 17/02/2015

ADITIVO 040 COLORSUL

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N 040 DE 13/11/2014

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE N. n. 031 de 26/05/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/11/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 028/2011 Modalidade: Pregão

Presencial n. 017/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da vigência do contrato para locação e manutenção de copiadoras e impressoras incluindo fornecimento de equipamentos, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças de reposição e todo o material necessário à execução dos serviços, exceto papel, com fornecimento de software de gerenciamento e bilhetagem para emissão de relatórios para atender as necessidades das secretarias e fundos do Município.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Color Sul Impressoras e Suprimentos Ltda.

CPF/CNPJ: 07.806.780/0001-00

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2015

ADITIVO 041 WINCK ENGENHARIA CRAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO PREFE N. 041 de 13/11/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 061/2013 Tomada de Preços 014/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato PREFE 004 de 06 de janeiro de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Winck Engenharia e Construções Ltda

CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 20/12/2014

NOT REC FEDERAIS 01 A 31 10 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		910.936,43
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	861.720,45
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	385.216,97
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	371.503,84
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	222.902,31
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25% Educação	92.875,96
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15% Saúde	55.725,57
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	13.713,13
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - Ordinário	8.227,87
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - 25% Educação	3.428,28
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - 15% Saúde	2.056,98
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	154.986,29
4.1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	139.802,13
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	15.184,16
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	162.866,91
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	20.342,83
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Saúde Da Família - SF	19.130,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde Bucal - SB	6.690,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	24.336,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	44.568,08
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	35.800,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	35.818,53
4.1.7.2.1.34.01.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	35.818,53
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	120.378,45
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	20.605,62
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	8.480,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.898,05
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	82.394,78
4.1.7.2.1.35.99.01.00	Apoio Financeiro a Creches	82.394,78
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.453,30
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	1.471,97
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	613,33
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	368,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	126.750,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	126.750,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-77.534,02
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-77.043,36
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-74.300,75
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.742,61
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66

SAO DOMINGOS, 02/12/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

NOT REC FEDERAIS 01 A 30 11 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		601.698,60
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	700.540,72
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	491.757,49
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	491.732,86
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	295.039,71
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25% Educação	122.933,22
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15% Saúde	73.759,93
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	24,63
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - Ordinário	14,78
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - 25% Educação	6,16
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - 15% Saúde	3,69
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.354,28
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.354,28
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	129.142,55
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	20.342,83
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Saúde Da Família - SF	19.130,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde Bucal - SB	6.690,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	24.336,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.084,68
4.1.7.2.1.33.09.00.00	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfvs (Ex- Média e Alta Complexidade - MAC	9.990,96
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	44.568,08
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	31.037,67
4.1.7.2.1.34.01.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - AB	31.037,67
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	38.795,43
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	21.417,38
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	8.480,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.898,05
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.453,30
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	1.471,97
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	613,33
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	368,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-98.842,12
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-98.351,46
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-98.346,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4,91
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66

SAO DOMINGOS, 02/12/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
 CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2014

OBJETO: ASSESSORIA PEDAGÓGICA NO ESTUDO E REELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PATRICIA MIGUEL DE FARIAS DA SILVA

VIGÊNCIA: 28/10/2014 à 19/12/2014.

VALOR: R\$ 4.500,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta nº. 352/2014 de 28/10/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 - 12.365.0128.2032 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0102.

São João do Sul, 28 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 157/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL/SC (S10 para o SCFV).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 29/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 433,95

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 063/2014 - Pregão Presencial nº 026/2014 - Registro de Preços nº 002/2014 de 16/07/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0059.

São João do Sul, 29 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2014

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato até 07/05/2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CAMILO & GHISI LTDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 006/2014 - Concorrência nº 001/2014 de 07/01/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 30 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2014

OBJETO: SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DA 16ª TAÇA CIDADE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: WEA INFORMÁTICA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/10/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 10.500,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 077/2014 - Carta Convite nº 019/2014 de 16/10/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 - 27.812.0130.2041 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 16 de Setembro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 160/2014

OBJETO: SERVIÇO DE MANICURE PARA REALIZAÇÃO DO CURSO DE MANICURE NA OFICINA DO CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FRANCINI DA SILVA LUMMERTZ

VIGÊNCIA: 04/11/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 2.880,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta nº. 362/2014 de 04/11/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.3051.

São João do Sul, 28 de Outubro de 2014.

RONI MARINHO FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2014

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 112/2014

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 112/14 referente à AQUISIÇÃO DE ENGRIPANTE, MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, FERRAMENTAS, MAT. DE LIMPEZA, MATERIAL DE MANUT. DE MOVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS, REDE VIÁRIA MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL, de acordo com as especificações e quantitativos definidos no Termo original celebrado em 14/06/2014.

CONTRATANTE: Município de São João do Sul.

CONTRATADO: COMERCIAL DE AGROF. QUADROS LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 060/2014 - Carta Convite nº 014/2014 de 30/06/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 11 de Novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS ÔNIBUS PERTENCENTES AO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER - ME

VIGÊNCIA: 11/11/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 11.710,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 078/2014 - Pregão Presencial nº 032/2014 de 24/10/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0108.

São João do Sul, 11 de Novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA E CHAPEAÇÃO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS ÔNIBUS PERTENCENTES AO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONARDO DE BORBA BORGES ME

VIGÊNCIA: 11/11/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 11.710 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 078/2014 - Pregão Presencial nº 032/2014 de 24/10/2014, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2036 - 3.3.90.30.01.00.00.00.0108.

São João do Sul, 11 de Novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

LEI Nº. 1.740 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1.740 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), com a seguinte classificação:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
26.782.0135.1056 - Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas
..... R\$ 340.000,00
TOTAL
..... R\$ 340.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente da seguinte dotação orçamentária:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.0135.1059 - Infraestrutura para Saneamento Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas
..... R\$ 340.000,00 TOTAL
.....
.. R\$ 340.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 120 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 120 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº. 1.740 de 02 de dezembro de 2014;

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), com a seguinte classificação:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
26.782.0135.1056 - Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas
..... R\$ 340.000,00
TOTAL
..... R\$ 340.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será anulada parcialmente da seguinte dotação orçamentária:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17.512.0135.1059 - Infraestrutura para Saneamento Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas
..... R\$ 340.000,00
TOTAL
..... R\$ 340.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 297/2014

DECRET O Nº 297/2014

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 566, datado de 17/11/2014; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO, de um imóvel urbano de terras medindo 33.055,00m², situado na Rua Prudente Cândido da Silva, Bairro Três Pedrinhas, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
ÁREA TOTAL: 33.055,00 m²

Trata-se de uma área de terras medindo 33.055,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a rua Prudente Cândido da Silva, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Tem com ponto de partida o marco nº 01, situado no canto divisa com terras de Adílio Nunes e Estrada Municipal Lourenço Nascífico, seguindo 92,20 Metros numa linha reta até encontrar o marco nº 02, confrontando com terras de Adílio Nunes; do marco nº 02 ao nº 03, seguindo 353,00 Metros numa linha reta, confronta-se com terras de Alzira Pereira de Figueiredo; do marco nº 03 ao nº 04, seguindo 107,00 Metros numa linha com uma deflexão, confronta-se com a rua Prudente Cândido da Silva; do marco nº 04 ao nº 05, seguindo 37,90 Metros numa linha reta, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; do marco nº 05 ao nº 06, seguindo 34,00 Metros numa linha reta, confronta-se com terras de Alcides José Suzin; do marco nº 06 ao nº 07, seguindo 25,00 Metros numa linha reta, confronta-se com terras de Alcides José Suzin; do marco nº 07 ao nº 08, seguindo 34,00 Metros numa linha reta, confronta-se novamente com terras de Alcides José Suzin; do marco nº 08 ao nº 01, seguindo 295,50 Metros numa linha com deflexões e curvas, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, fechando as confrontações e medidas da área total.

LOTES A SEREM DESMEMBRADOS

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 01: 506,70 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 506,70 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 25,00 Metros, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; Fundos com 6,30 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 33,70 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 37,40 Metros, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 02: 436,70 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 436,70 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 12,90 Metros, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; Fundos com 12,90 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 34,00 Metros, confronta-se com terras de Alcides José Susin; Pelo lado direito com 33,70 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 03: 360,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 360,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 12,00 Metros, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; Fundos com 12,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de Alcides José Susin, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 04: 360,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 360,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 12,00 Metros, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; Fundos com 12,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 05: 360,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 360,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 12,00 Metros, confronta-se com a Estrada Municipal Lourenço Nascífico; Fundos com 12,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 06: 394,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 394,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Rua Prudente Cândido da Silva, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 14,00 Metros, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva; Fundos com 14,00 Metros, confronta-se com terras de

José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se respectivamente, no sentido frente fundos, 19,20 Metros com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo e 10,80 Metros com terras de Alcides José Susin; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 07: 394,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 394,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Rua Prudente Cândido da Silva, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 14,00 Metros, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva; Fundos com 14,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 08: 394,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 394,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Rua Prudente Cândido da Silva, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 14,00 Metros, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva; Fundos com 14,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

Proprietário: JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO
LOTE 09: 463,00 m²

Trata-se de um lote de terras urbano medindo 463,00 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Rua Prudente Cândido da Silva, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Frente com 13,85 Metros, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva; Fundos com 19,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado esquerdo com 30,00 Metros, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; Pelo lado direito com 31,90 Metros, confronta-se com terras de Alzira Pereira de Figueiredo, fechando as confrontações e medidas do lote a ser desmembrado.

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietário: José Odilon Pereira de Figueiredo
ÁREA REMANESCENTE: 29.386,60 m²

Trata-se de uma área de terras medindo 29.386,60 m², propriedade de José Odilon Pereira de Figueiredo, situado com frente para a Estrada Municipal Lourenço Nascífico, São Joaquim - SC, com as seguintes confrontações e medidas:

Tem com ponto de partida o marco nº 01, situado no canto divisa com terras de Adílio Nunes e estrada municipal Lourenço Nascífico, seguindo 92,20 Metros numa linha reta até encontrar o marco nº 02, confrontando com terras de Adílio Nunes; do marco nº 02 ao nº 03, seguindo 321,10 Metros numa linha reta, confronta-se com terras de Alzira Pereira de Figueiredo; do marco nº 03 ao nº 04, seguindo 63,00 m numa linha irregular, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, do marco nº 04 ao

nº 05, seguindo 14 Metros numa linha reta, confronta-se com a Rua Prudente Cândido da Silva; do marco nº 05 ao nº 06, seguindo 58,00 Metros numa linha irregular, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo, do marco nº 06 ao nº 07, seguindo 18,20 Metros numa linha irregular, confronta-se com terras de Alcides José Suzin; do marco nº 07 ao nº 08, seguindo 66,00 Metros numa linha irregular, confronta-se com terras de José Odilon Pereira de Figueiredo; do marco nº 08 ao nº 01, seguindo 259,50 Metros numa linha com deflexões e curvas, confronta-se com a estrada municipal Lourenço Nascíco, fechando as confrontações e medidas da área remanescente.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 298/2014

DECRET O Nº 298/2014

"QUE REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 284/2013, DE 16/08/2013 - QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO REQUERIDO POR ROGÉRIO TARZAN ANTUNES DA SILVA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 580/2014, datado de 25/11/2014; Ficam REVOGADOS os efeitos do Decreto Nº 284/2013, de 16/08/2013, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO REQUERIDO POR ROGÉRIO TARZAN ANTUNES DA SILVA, por haver saído com incorreções.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 284/2013 de 16/08/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 299/2014

DECRET O Nº 299/2014

"QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor RAULINO LOTIN, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe do Britador - CC-2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 300/2014

DECRETO Nº 300/2014

"QUE AUTORIZA UNIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE TERRAS URBANAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 552, datado de 07/11/2014; Fica autorizado a UNIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por JAIME COSTA MARTINS, de um imóvel urbano de terras medindo 1.119,72m², situado na Rua: Jorge Bleyer, Bairro Martorano - nesta cidade, conforme especificações que segue:

Memorial Descritivo Área Unificada

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

MATRICULA 7788 559,86 m²

MATRICULA 7789 559,86 m²

TOTAL 1.119,72 m²

PERÍMETRO: 137,32 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca que faz divisa com o CLUBE ASTREA, segue com o rumo de 53°56'20"SE e percorre 26.66 m por cerca que faz divisa com o CLUBE ASTREA, até o marco P2, segue com o rumo de 36°41'36"SO e percorre 42.00 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo de 53°52'50"NO e percorre 26.66 m por divisa projetada que faz divisa com a RUA JORGE BLEYER, até o marco P4, segue com o rumo de 36°41'38"NE e percorre 42.00 m por muro que faz divisa com a AV. JOÃO AUGUSTINHO SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Memorial Descritivo LOTE 1

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área: 559,86m²

Perímetro: 95,44 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca dividindo-o com terrenos de CLUBE ASTREA, segue com o rumo SE e percorre 26.66 m por cerca dividindo-o com terrenos de CLUBE ASTREA, até o marco P2, segue com o rumo SO e percorre 21.00 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo NO e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, até o marco P4, segue com o rumo NE e percorre 21.00 m por muro dividindo-o com terrenos de AVENIDA JOÃO AUGUSTO

SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Memorial Descritivo LOTE 2

Propriedade	LOTE URBANO
Proprietário	JAIME COSTA MARTINS
Imóvel	GLEBA DE TERRAS

Área: 559,86m²

Perímetro: 95,44 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, segue com o rumo SE e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAIME COSTA MARTINS, até o marco P2, segue com o rumo SO e percorre 21.07 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM DE LIMA, até o marco P3, segue com o rumo NO e percorre 26.66 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de RUA JORGE BLEYER, até o marco P4, segue com o rumo NE e percorre 21.05 m por muro dividindo-o com terrenos de AVENIDA AUGUSTINHO SCHLISCHTING, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 499/2014

PORTARIA Nº 499/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARCELO LUIZ SCHMITT, ocupante do Cargo de Farmacêutico Bioquímico, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 10/11/2014, e o retorno de acordo com o INSS. - IARA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 10/11/2014. - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/11/2014. - LAYSE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 14/11/2014, e o retorno de acordo com o INSS. - ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 17/11/2014. - JOSÉ VILSON HASCKEL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 19/11/2014. - RAFAELA V. BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/11/2014. - ELOIZA NUNES DEMESIANO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 20/11/2014. - NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 21/11/2014. - ADRIANA ALMEIDA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 24/11/2014.

- ADRIANA APARECIDA ALMEIDA GUIMARÃES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/11/2014. - KELI GUIMARÃES DUTRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 24/11/2014. - LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/11/2014. - ROSANI VALIN GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 25/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 500/2014

PORTARIA Nº 500/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor ANDRÉ LUIZ BARDET, ocupante da Função de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 26/11/2014 à 25/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 501/2014

PORTARIA Nº 501/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - VENAIR DA CARMO BARBOSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 374/2014, de 19/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Dezembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3476/2014

DECRETO Nº 3476/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MURILO DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal, em São José (SC), 01 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3461/2014

DECRETO Nº 3461/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LILIANE WERNER DOS SANTOS para o cargo em comissão de Supervisor de Pessoal - CCM6, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3462/2014

DECRETO Nº 3462/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LÚCIA DE FÁTIMA KUNTZ MAKOWIECKY do cargo de Diretora Geral de Projetos- CCM 9, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3463/2014

DECRETO Nº 3463/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LÚCIA DE FÁTIMA KUNTZ MAKOWIECKY para exercer o cargo de Diretor Geral de Vigilância - CCM -09 com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3464/2014

DECRETO Nº 3464/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor RODRIGO DE OLIVEIRA do cargo de Diretor de Vigilância Sanitária - CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3492/2014

DECRETO Nº 3492/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor MICHEL DA SILVA SCHLEMPER do cargo de Secretário de Serviços Públicos - SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3482/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

DECRETO Nº 3482/2014**ATUALIZA O REGULAMENTO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 14 DE JANEIRO DE 2011.**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o teor da Lei Complementar N.º 49, de 14 de Janeiro De 2011;

DECRETA:

Art. 1º- A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e e a Declaração Eletrônica do ISSQN - ISS-e, de existência exclusivamente digital, deverão ser geradas, armazenadas e apresentadas eletronicamente à Administração Tributária, por meio do uso da tecnologia da informação, tendo como objetivo registrar as operações relativas à prestação e contratação de serviços.

Parágrafo único. A geração da NF-e e da Declaração Eletrônica do ISSQN - ISS-e somente se darão através dos serviços informatizados disponibilizados pelo município de São José na Internet no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br>, sendo vedada a utilização de meio não previsto neste decreto.

CAPÍTULO I**Da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e****Seção I****Dos Contribuintes Obrigados**

Art. 2º. As pessoas jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN, ainda que optantes pelo regime previsto na lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, que aprovou o Simples Nacional, independente da incidência do ISSQN sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro de Contribuintes do município de São José, emitirão a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFS-e, utilizando-se da tecnologia da informação.

§1º - Os contribuintes referidos no *caput* são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, descritos no Art. 249, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 021 de 2005 que instituiu o Código Tributário Municipal - CTM.

§2º - A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de *Download* no portal do Município na Internet.

Art. 3º. Todos os contribuintes estabelecidos no Município estão obrigados a emitir a NF-e, exceto nos casos previstos no artigo seguinte.

1

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção II

Dos Contribuintes Dispensados da Obrigação

Art. 4º. Fica dispensada a obrigatoriedade definida no artigo anterior nos casos em que:

I – as prestações forem objeto de lançamento efetuado de ofício pela Autoridade Administrativa, na forma da legislação tributária municipal;

II - os serviços forem executados sob forma de trabalho pessoal, em caráter eventual e sem envolvimento de terceiros;

Seção III

Do Uso do Sistema

Art. 5º. Os contribuintes estabelecidos neste Município estão tacitamente enquadrados na nova metodologia de geração de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e, mediante acesso ao site da Prefeitura Municipal de São José, no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

Art. 6º. A autorização para a geração da NF-e deve ser requerida eletronicamente, mediante preenchimento de solicitação de acesso ao sistema respectivo, no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

Art. 7º. A autorização obtida será definitiva.

Art. 8º. A confirmação de regularidade para emissão de documentos fiscais por via eletrônica será efetuada pela Secretaria Municipal da Receita, mediante apresentação do documento "TERMO DA SOLICITAÇÃO DE ACESSO", preenchido diretamente na página da internet da Prefeitura Municipal e entregue ao setor de Fiscalização de Tributos.

§ 1º - Caso se constate qualquer inconsistência nas informações prestadas, o interessado na obtenção da senha será informado pela via do correio eletrônico (e-mail) contido no cadastramento para, no prazo de 10 (dez) dias tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que tenham sido adotadas as medidas exigidas, a solicitação de desbloqueio será automaticamente rejeitada, determinando ao peticionário reinício integral do cadastramento.

Art. 9º. A senha de acesso representa a assinatura eletrônica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 10. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, desde que esteja em situação regular e ativa perante as Receitas Federal, Estadual e do Município.

Parágrafo único. A liberação de acesso concedida ao representante legal indicado no formulário "Solicitação de Acesso" conterà as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NF-e;

II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 11. O detentor da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados que atuem em seu nome.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Art. 12. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NF-e, que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante senha de acesso.

Art. 13. A senha de acesso definida no artigo anterior será de uso do Secretário da Receita ou de quem por ele indicado por ato legal.

Art. 14. Aos servidores da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NF-e de acordo com o perfil habilitado, levando-se em consideração, para este efeito, a função exercida.

Seção IV

Da Geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e

Art. 15. A geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e é compulsória em qualquer prestação de serviços, seja com destino a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do ISSQN na prestação.

Parágrafo único. A geração a que se refere o *caput* será feita no portal do Município na internet ou via *Web Services*, disponibilizados no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

Art. 16. A identificação do tomador de serviços será obrigatória quando a prestação estiver sendo executada, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, tendo por tomadores:

I – pessoas naturais capazes de exercer pessoalmente os atos da vida;

II – pessoas jurídicas de direito público interno ou externo, e de direito privado.

Art. 17. Após gerada a NF-e deverá ser impresso em via única o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – DANFSE, para entrega ao tomador.

Parágrafo único. Quando a NF-e, por solicitação do tomador, lhe for encaminhada por *e-mail*, mesmo que tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviço - RPS, poderá ser dispensada a providência estabelecida no *caput*.

Art. 18. Todos os serviços executados deverão constar do arquivo de geração da NF-e, ainda que a prestação de serviço contemple mais de um subitem, não sendo permitido o agrupamento dos subitens.

Art. 19. Não pode ocorrer alteração na NF-e após a sua geração.

Parágrafo único. Havendo erro ou omissão, a providência que pode ser adotada, mediante autorização do Fisco, é o cancelamento.

Art. 20. Quando o serviço executado pelo prestador referir-se a execução de obras de construção civil, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e deverá ser gerada de acordo com a obra objeto da contratação.

Parágrafo único. A Administração Tributária utilizará as coordenadas geográficas para localização exata da obra, bem como para diferenciá-la das demais, conforme legislação municipal.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção V

Dos quadros e campos da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e

Art. 21. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NF-e conterá:

I – o brasão do município;

II – informações do município, inclusive CCM do contribuinte;

III – nome da Secretaria responsável;

IV – número do telefone, o endereço do município na Internet;

V – o termo “Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e”.

VI – todos os dados que serão impressos no documento auxiliar da nota fiscal eletrônica.

Art. 22. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e não possuirá seriação.

Art. 23. Para cada um dos contribuintes emitentes da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e, a numeração do documento será iniciada por 2014-000.001.

Parágrafo único. A numeração da NF-e será gerada pelo sistema, em ordem numérica crescente e sequencial.

Art. 24. O documento auxiliar da NF-e, conforme modelo disponibilizado pelo sistema, no ato da sua impressão deverá conter, em seus quadros e campos, as seguintes informações:

I – numeração sequencial (da nota fiscal a a que se refere), código de verificação de autenticidade e data e hora de emissão;

II – a logomarca e os dados cadastrais do contribuinte, inclusive CCM;

III – a data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;

IV – o brasão do município e seus dados;

V – a data da geração da NF-e, a natureza da operação e o município onde o ISSQN é devido;

VI – os dados cadastrais de quem contrata o serviço:

a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual, quando possuir cadastro de contribuinte no estado, e inscrição municipal, quando possuir cadastro de contribuinte no município;

b) nome ou razão social;

c) nome fantasia, quando for o caso;

d) endereço completo, bairro e CEP;

e) cidade;

f) estado;

g) telefone.

VII – intermediário do serviço, quando for o caso;

VIII – identificação do(s) serviço(s) executado(s):



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

- a) subitem constante na lista de serviços no Art. 249, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 021 de 2005 que instituiu o Código Tributário Municipal - CTM;
- b) descrição dos serviço(s) executado(s);
- c) valor total;
- d) valor das deduções, quando as houver;
- e) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;
- f) valor do imposto;
- g) indicação de retenção na fonte, quando for o caso.

IX – base de cálculo e valor do ISSQN das notas emitidas;

X – base de cálculo e valor do ISSQN das notas emitidas com retenção na fonte;

XI – valor total do ISSQN;

XII – valor dos descontos;

XIII – valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;

XIV – informações adicionais.

XIV - cadastro específico do INSS - CEI e anotação de responsabilidade técnica - ART quando o serviço executado referir-se a construção civil.

Seção VI

Da Impressão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e.

Art. 25. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e poderá ser impressa pelo sistema de gestão instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, a partir do arquivo *XML - Extensible Markup Language* gerado após emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pelo sistema NFS-e disponibilizado pela Prefeitura, devendo o prestador:

I - utilizar, na íntegra, o modelo da NF-e vigente disponível no sistema NFS-e instalado nas dependências da Prefeitura, sendo opcional o uso do código de barras;

II - imprimir todas as informações contidas no arquivo *XML* nos espaços reservados, conforme modelo citado no inciso anterior;

III - submeter previamente o modelo desenvolvido no sistema de gestão instalado no sistema utilizado pelo prestador, mediante processo administrativo, a aprovação do Secretário Municipal da Receita;

IV - atualizar periodicamente o modelo que está sendo utilizado no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, em consonância com o modelo disponibilizado pelo sistema NF-e da Prefeitura;

5

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

V – submeter a atualização à validação da Secretaria Municipal da Receita;

VI - imprimir ao final do documento, no espaço destinado ao prestador e no espaço destinado ao tomador, a expressão "DOCUMENTO IMPRESSO PELO SISTEMA DE GESTÃO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR".

Art. 26. As pessoas físicas inscritas no Cadastro Econômico Municipal poderão emitir NFS-e nos mesmos moldes e com as mesmas obrigações das pessoas jurídicas.

Art. 27. As pessoas físicas não inscritas no Cadastro Econômico do Município que tiverem necessidade eventual da NFS-e deverão solicitá-la à Secretaria da Receita.

Parágrafo único. O documento será impresso por servidor fazendário habilitado, no Centro de Atendimento ao Cidadão e somente será entregue ao requerente após comprovação do pagamento do ISSQN.

Seção VII

Do Cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e.

Art. 28. A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e poderá ser cancelada pelo emitente nos casos de ocorrência de erro formal insanável, por meio do sistema informatizado (online), no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da emissão, quando não tiver sido pago o ISSQN.

§ 1º. Ocorrendo o cancelamento da NFS-e o contribuinte deve registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que determinaram a providência, quando o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço, informando o cancelamento do documento.

§ 2º. Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido bem como a prova da não validade do documento.

§ 3º. O documento cancelado permanecerá armazenado na base de dados do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca d'água identificando a invalidade do mesmo.

Art. 29. Não é permitido o cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, consoante dispõe a Lei Complementar nº 021/2005 - CTM.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção VIII

Da Carta de Correção Eletrônica

Art. 30. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal a figura da "carta de correção", destinada a corrigir erros de dados do documento, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º. É admitida a utilização da carta de correção para regularização de erro ocorrido na geração da NFS-e.

§ 2º. Não é admitida a utilização da carta de correção quando o erro for relativo à base de cálculo, à alíquota, ao valor do imposto ou ao destinatário.

§ 3º. A carta de correção eletrônica – CC-e poderá ser assinada digitalmente pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ ou do CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º. Havendo mais do que uma CC-e para a mesma NFS-e, o emitente deverá consolidar na última carta de correção todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º. Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Seção IX

Do Recibo Provisório de Prestação de Serviços – RPS.

Art. 31. No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e pelos contribuintes obrigados, deverá ser emitido o Recibo Provisório de Prestação de Serviços - RPS.

Art. 32. O RPS deverá conter as seguintes informações:

I – número, série, data da emissão do RPS e data do serviço;

II – natureza da operação;

III – dados cadastrais, inclusive CCM, endereço completo e e-mail do prestador do serviço;

IV – dados cadastrais, inclusive CCM, quando houver, endereço completo e e-mail do tomador do serviço;

V – estado e município onde o serviço foi executado;

VI – subitem da lista de serviços, na forma da legislação, descrição do serviço executado, preço unitário, valor total, alíquota aplicável, valor do imposto e indicação de retenção na fonte do ISSQN, quando for o caso;

VII – destaque dos valores do PIS, da COFINS, da contribuição ao INSS, do imposto de renda, da CSLL e outras retenções não especificadas;

VIII – cadastro específico do INSS - CEI e anotação de responsabilidade técnica (ART), quando for o caso;

7

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

IX – inserção, no corpo do documento, da seguinte mensagem:
ESTE DOCUMENTO SERÁ SUBSTITUÍDO POR NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 49/2011.

Art. 33. O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção, pelo contribuinte, de regimes especiais que lhe sejam deferidos pelo Fisco;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento do prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da NFS-e;

IV – como forma de operacionalização das atividades, em casos de grandes volumes de NFS-e, sob autorização do Fisco;

V – por prestadores de serviços que não disponham, em seus estabelecimentos, de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 34. O RPS seguirá o modelo descrito no Anexo único.

§1º. O documento previsto no caput será impresso tipograficamente, em modelo de talonário ou formulário contínuo, devendo ser preenchido manualmente ou pelo sistema de gestão instalado nas dependências do prestador, sendo que em ambos os casos conterá todas as informações necessárias à conversão do documento em NFS-e.

§ 2º. O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª destinada ao tomador dos serviços e a 2ª arquivada pelo contribuinte, à disposição da Administração Tributária.

§3º. Deverão ser impressas tipograficamente as informações do prestador do serviço e o número e série do RPS de acordo com a sequência autorizada pela Administração Tributária.

§4º. É facultada a impressão do RPS através de arquivo *XML - Extensible Markup Language* por intermédio do Portal do Município na Internet ou *WEB SERVICES*, aos prestadores que optarem pelo envio dos dados necessários à geração da NFS-e ao sistema da NFS-e desde que o envio dos dados em arquivo XML respeite o prazo previsto no artigo 38.

§5º. Na hipótese do parágrafo 4º deverá constar o número do RPS no arquivo *XML*, em conformidade com a sequência autorizada pela Administração Tributária em processo administrativo.

Art.35. A obrigatoriedade de prévia Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF para composição do RPS será definida em Portaria do Secretário da Receita.

Art. 36. O RPS deve ser emitido com a data efetiva da prestação dos serviços.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeitura

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção X

Da Geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços – RPS.

Art. 37. A geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços – RPS, dar-se-á:

I - mediante a geração da NF-e na Internet, no endereço [HTTP://www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br), indicando ao sistema da NF-e o número, a data e os demais dados do RPS, necessários à geração da NFS-e;

II - alternativamente, mediante o envio de arquivo contendo lotes de RPS ao sistema NFS-e, disponível na Internet, no endereço [HTTP://www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br);

Parágrafo único. Para cada um dos Recibos Provisórios de Prestação de Serviços – RPS será gerada uma Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e.

Art. 38. Emitido o Recibo Provisório de Serviços – RPS, este deverá ser substituído por Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e até o 10º(décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços, perdendo sua validade após transcorrido o prazo, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 049/11, artigo 3º.

Parágrafo único. A não conversão do RPS ou a conversão fora do prazo, em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no artigo 6º, inciso I, da lei complementar 049/11.

Seção XI

Do Envio de Lotes de Recibo Provisório de Prestação de Serviços – RPS.

Art. 39. O envio de lotes do Recibo Provisório de Prestação de Serviços – RPS será feito no portal do município ou via *Web Services* disponibilizados na Internet.

Art. 40. O arquivo contendo lotes de RPS deve estar no padrão XML - *ExtensibleMarkupLanguage* e o leiaute será especificado pela Administração Tributária mediante expedição de portaria.

§1º. O arquivo a que se refere o *caput* do artigo conterá um ou mais RPS.

§2º. A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.

Art. 41. Após o envio do arquivo contendo lotes de RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e colocará o lote em fila de processamento, validando as informações em momento oportuno, e depois de processado, gerará um resultado que estará disponível ao contribuinte em consulta específica.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

§1º - O resultado a que se refere o *caput* poderá ser uma NF-e correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.

§2º. Um único erro provocará a rejeição de todo o lote e o prestador do serviço deverá providenciar a correção do lote e refazer o envio, aguardando um novo processamento.

Art. 42. Um RPS convertido em NF-e não poderá ser reenviado, visto que ocorrendo o reenvio este será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote.

Art. 43. A partir da vigência deste decreto, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional, anteriormente ao início de vigência deste Decreto.

§ 1º. Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador de serviços obrigado a inserir no corpo da nota fiscal a declaração "ESTE DOCUMENTO SERÁ SUBSTITUÍDO POR NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 49/2011."

§ 2º. As notas fiscais convencionais emitidas até a data da vigência deste decreto devem ser mantidas em arquivo, pelo contribuinte, pelo prazo prescricional.

Art. 44. A partir da data de vigência deste decreto, todas as notas fiscais convencionais conjugadas, ainda não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços – RPS.

Art. 45. Fica admitido o uso de notas fiscais convencionais, simples ou conjugadas, como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham valores de prestação de serviços.

Seção XII

Da utilização de Cupom Fiscal ECF

Art. 46. As empresas usuárias de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF autorizado pela Fazenda Estadual, que realizam concomitantemente operações de revenda de mercadorias sujeitas ao ICMS e prestações de serviços sujeitas ao ISSQN, deverão observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal será concedida por regime especial, após comprovação da lacração do equipamento emissor de cupons fiscais pelo Fisco Estadual;

II – o contribuinte deverá cumprir as normas legais correspondentes ao ISSQN, de competência municipal e ao ICMS, de competência estadual;

10

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

III – a autorização para emissão dos Cupons Fiscais não dispensa o contribuinte de cumprir todas as obrigações acessórias definidas na legislação municipal do ISSQN.

Art. 47. As empresas usuárias de ECF deverão emitir, diariamente, uma nota fiscal eletrônica de serviços – NFS-e, com o somatório do valor dos serviços contido na Redução Z ou na Leitura X.

Seção XIII

Da Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC

Art. 48. Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”, de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 49. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços – RPS, ficam obrigadas a gerar a DDNC na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, no prazo fixado neste regulamento.

Art. 50. A DDNC deve ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo implicará na imposição da multa definida pelo inciso I do artigo 6º da Lei Complementar número 049/2011.

Art. 51. A DDNC deve conter todos os dados necessários à identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I – CPF/CMPJ do prestador e do tomador;

II – endereço e telefone do tomador e do prestador;

III – e-mail do tomador;

IV – valor dos serviços prestados e tomados;

V – enquadramento na lista de serviços;

VI – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção XIV

Do Cancelamento de Recibo Provisório de Prestação de Serviços RPS

Art. 52. Um Recibo Provisório de Prestação de Serviços - RPS poderá ser enviado com o *status* cancelado e gerará uma Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-e cancelada.

Seção XV

Do Pagamento do Imposto sobre Serviços

Art. 53. O recolhimento do Imposto sobre Serviços - ISSQN será efetuado de acordo com as normas contidas no artigo 274 da lei complementar 021, de 20 de dezembro de 2005, *verbis*:

I – por ocasião da ocorrência do fato gerador;

II – quando fixo, em até 03 (três) parcelas, com vencimento da 1ª em 30 de junho e as demais a cada 30 (trinta) dias;

III – quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o último dia útil do mês da ocorrência do fato gerador;

IV – quando por substituição tributária ou retenção na fonte, até o dia 10(dez) do mês seguinte ao da retenção;

V – nos demais casos, sobre o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente, até o último dia do mês seguinte ao de referência.

Seção XVI

Da Escrituração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e.

Art. 54. As Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços – NF-e, geradas pelo sistema NFS-e, serão enviadas ao sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN automaticamente, devendo o prestador, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário, conforme o caso, fazer o fechamento do movimento, emissão da guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.

Parágrafo único. Os demais documentos fiscais, emitidos e recebidos, pelo prestador, tomador, intermediário ou responsável tributário, deverão ser escriturados no sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN conforme especificação deste decreto.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Seção XVII

Das Disposições Finais

Art. 55. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto sobre Serviços – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita às penalidades previstas no Código Tributário Municipal instituído pela Lei Complementar nº 021/2005.

Art. 56. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, tendente a acobertar prestações de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I – aumentar a renda auferida para efeito de financiamentos e congêneres;

II – registrar despesas ou créditos indevidos de tributos federais, estaduais ou municipais.

Art. 57. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Receita pelo contribuinte, mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados na NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo somente terá tramitação regular antes se protocolizado antes da instauração de procedimento de fiscalização.

Art. 58. A partir da data de vigência deste Decreto ficam sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados aqueles deferidos aos contribuintes usuários de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF autorizados pela receita estadual e aqueles autorizados a quem está enquadrado no regime de estimativa fixa, com pagamento mensal.

Art. 59. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, a autoridade fiscal pode inserir de ofício, no Cadastro Econômico Municipal, todas as informações que se encontrarem incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa.

Art. 60. A data inicial para utilização obrigatória do sistema da NFS-e, bem como os contribuintes abrangidos, serão definidos em Portaria do Secretário da Receita.

§ 1º. Os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitados automaticamente, devendo o formulário SOLICITAÇÃO DE ACESSO ser entregue na Secretaria da Receita do Município, assinado e com firma reconhecida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da geração deste documento.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

§ 2º. Os contribuintes que descumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso ao sistema da NFS-e suspenso até a data da regularização da exigência.

Art. 61. Os contribuintes que foram autorizados a emitir a NFS-e conjugada, com venda de mercadorias e prestação de serviços, pelo Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado, nos moldes do artigo 8º da Portaria SEF nº 048/2010, deverão converter seu sistema de acordo com as exigências do Município para emissão da NFS-e.

Art. 62. A utilização do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica dispensa os contribuintes da obrigatoriedade da impressão e registro do livro de registro do ISSQN.

Art. 63. As normas complementares a este Decreto serão estabelecidas em Portaria do Secretário da Receita.

Art. 64. Sempre que for possível conciliar os interesses do Fisco e dos contribuintes, com referência a obrigações acessórias, poderá ser concedido pela administração tributária regime especial no qual serão estabelecidas todas as normas e exigências não integralmente descritas neste regulamento.

CAPÍTULO II

Da Declaração Eletrônica do ISSQN - ISS-e

Seção I

Da finalidade da Declaração Eletrônica - ISS-e

Art. 65. A Declaração Eletrônica do ISSQN destina-se à escrituração mensal de todos os documentos correspondentes aos serviços prestados e contratados, descritos na legislação tributária municipal, sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços – ISSQN ou não, devido ou não ao Município de São José.

Parágrafo único. O documento referido no *caput* é obrigação acessória composta por dados contábeis e fiscais necessários à apuração do ISSQN dos contribuintes e sua omissão ou incorreção acarretará penalidade aos omissos ou a quem declarar de forma incorreta.

Seção II

Dos Obrigados à Declaração Eletrônica

Art. 66. O Contribuinte, o tomador, o intermediário do serviço ou o responsável tributário, ainda que não sujeitos a inscrição no cadastro de contribuintes, ainda que sejam optantes pelo regime previsto na Lei

14

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Simples Nacional, deverão registrar mensalmente todas as informações referentes aos serviços prestados ou contratados, havendo incidência do ISSQN ou não, de acordo com o período de competência.

§1º Incluem-se nesta obrigação:

I – as pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado nos termos do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406, de 2002;

II – os contribuintes, prestadores de serviços, enquadrados na modalidade de lançamento por homologação, de ofício e os arbitrados em processo administrativo que leve em consideração o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos;

III – os responsáveis tributários;

IV – os cartórios notariais e de registros.

§2º. O disposto no caput deste artigo não se aplica a pessoas físicas.

§3º. O Microempreendedor Individual, nos termos da Lei Complementar Nacional nº 123, de 2006, será:

I – facultado à declaração de todos os serviços executados;

II – obrigado à declaração de todos os serviços contratados.

§4º. As hipóteses de isenções, imunidades e outros benefícios fiscais, bem como a inclusão do prestador, do tomador, do intermediário ou do responsável tributário em regime especial previsto na legislação federal, estadual ou municipal, não excluem a obrigatoriedade de preenchimento e envio da declaração prevista no caput deste artigo.

§5º. Os tomadores dos serviços das empresas públicas de telefonia, energia elétrica, água e esgoto, transporte de passageiros, de instituições financeiras ou equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de empresas administradoras de consórcios e dos serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e agências franqueadas, não serão obrigados a fazer a retenção na fonte do ISSQN e estarão dispensados da escrituração.

§ 6º. Ficam excluídos da retenção na fonte, os serviços prestados por profissional autônomo, que comprove a inscrição no cadastro de contribuintes de qualquer município, cujo regime de recolhimento do ISSQN seja fixo anual e dos prestadores cujo ISSQN seja devido no domicílio do prestador do serviço.

Seção III

Do Acesso ao Sistema da Declaração Eletrônica - ISS-e

Art. 67. As pessoas citadas na Seção anterior farão a solicitação de cadastro, na Internet, no endereço [HTTP://www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

15

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

§1º. A Administração Tributária analisará a solicitação de cadastro, citada no *caput*, aprovando-a conforme o caso.

§2º. A aprovação gerará uma "chave de acesso" ao sistema de Declaração Eletrônica - ISS-e, a qual será encaminhada ao solicitante via e-mail.

§3º. No primeiro acesso ao sistema de Declaração Eletrônica - ISS-e o solicitante deverá definir a sua senha de acesso, ficando responsável pela mesma.

§4º. No caso de não aprovação do cadastro, o solicitante irá receber um e-mail comunicando a sua não aprovação, bem como as providências que deverá adotar para regularização.

Seção IV

Da Composição da Declaração Eletrônica.

Art. 68. Após deferida a solicitação de cadastro, o contribuinte, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário deverão preencher e enviar a Declaração Eletrônica do ISSQN, individualmente, por inscrição municipal.

Parágrafo único. Os contribuintes, tomadores, intermediários e os responsáveis tributários que não executarem e/ou contratarem serviços deverão compor a Declaração Eletrônica do ISSQN- ISS-e com a expressão "SEM MOVIMENTO".

Art. 69. A declaração, depois de encaminhada à Administração Tributária, poderá sofrer retificações, antes da inscrição em dívida ativa ou qualquer medida fiscalizatória, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Parágrafo único. As guias de recolhimento geradas após a data do vencimento do ISSQN, mesmo as decorrentes de declaração retificadora, terão data limite de pagamento especificada pelo próprio contribuinte, tomador, intermediário ou responsável tributário, limitada ao mês da sua emissão e sobre o valor do imposto devido devem ser acrescidos os valores da correção monetária, dos juros e da multa de mora.

Art. 70. As Instituições Financeiras e os Assemelhados declararão à Administração Tributária, mensalmente, a base de cálculo de cada uma das contas originadas da Prestação de Serviços, descritas na lista de serviços do Código Tributário Municipal instituído pela Lei Complementar nº 021, de 2005, independente do grupo das contas a que pertencer, e utilizar-se-á do:

I – Plano Contábil Geral (PCG) específico da Instituição Financeira; ou

II – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

§1º. As contas do PCG especificado no inciso I, deste artigo, deverão estar relacionadas com as contas contidas no COSIF.

§2º. A Administração Tributária utilizará o Plano COSIF quando houver qualquer fato que impossibilite ou dificulte a apuração do ISSQN em substituição ao PCG especificado no inciso I deste artigo.

§3º O disposto neste artigo não se aplica às Instituições Financeiras obrigadas à geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Seção V

Do Sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN

Art. 71. O sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN será disponibilizado no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br> e conterá as seguintes funcionalidades:

I – escrituração de todos os serviços prestados e contratados pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários, ainda que optantes pelo Simples Nacional;

II – sistema de transmissão da Declaração Eletrônica do ISS, via Internet;

III – emissão de relatório analítico e sintético para conferência das notas fiscais emitidas e recebidas escrituradas;

IV – entrega da Declaração Eletrônica do ISSQN e emissão do comprovante de entrega;

V – emissão do comprovante de retenção na fonte do ISSQN;

VI – emissão da guia de recolhimento do ISSQN próprio e/ou do ISSQN retido na fonte, com código de barras, utilizando o padrão FEBRABAN ou outro padrão estabelecido através de convênio de recebimento de tributos do Município de São José com órgãos arrecadadores.

Parágrafo único. As guias de recolhimentos do ISSQN deverão ser geradas e obtidas pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários somente por meio do sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS-Elétrônico, disponível no *site* do Município de São José.

Art. 72. Os documentos fiscais confeccionados em formulários contínuos e emitidos com uso da Tecnologia da Informação, deverão ser informados e identificados na Declaração Eletrônica do ISSQN pelo número de ordem do documento fiscal de serviços gerado e impresso, vedada a utilização do número de controle do formulário.

Art. 73. Os responsáveis pela retenção na fonte e recolhimento do ISSQN ficam obrigados a fornecer ao prestador do serviço o documento comprobatório do valor do imposto retido, gerado pelo sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, disponível no *site* <http://www.pmsj.sc.gov.br>.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

Art. 74. A declaração eletrônica do ISSQN deverá conter:

I – os dados cadastrais do prestador, tomador, intermediário e do responsável tributário, ainda que fornecido pelo sistema de Administração Tributária utilizado pelo município;

II – o registro dos documentos a seguir listados, emitidos e recebidos, independente da incidência do ISSQN, da quantidade de informações:

a) notas fiscais de serviços;

b) notas fiscais-fatura de serviços;

c) cupons fiscais;

d) plano de contas;

e) recibos;

f) demais documentos que possam identificar a prestação e/ou contratação do serviço;

III – a identificação completa do contribuinte, tomador, intermediário ou responsável tributário, conforme artigo 13 deste decreto;

IV – o valor total de cada documento fiscal ou não fiscal;

V – o dia da emissão de cada documento fiscal;

VI – o registro de dedução da base de cálculo devidamente autorizado pela legislação;

VII – o registro do subitem constante da lista de serviços;

VIII – o registro do ISSQN devido pelo contribuinte;

IX – o registro do ISSQN devido pelos responsáveis tributários, nas hipóteses previstas na legislação.

Seção VI

Da Primeira Declaração e dos Procedimentos Obrigatórios

Art. 75. A primeira declaração deve ser entregue no mês de janeiro de 2015, correspondentes aos fatos geradores ocorridos no mês de dezembro de 2014, e assim sucessivamente a partir desta data.

§ 1º. Facultativamente, o contribuinte poderá entregar, na forma deste decreto, no mês de novembro de 2014 a declaração correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de outubro de 2014, o mesmo ocorrendo com a declaração de dezembro relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de novembro de 2014.

§2º. O prestador de serviços deverá informar em cada nota fiscal emitida os dados completos dos tomadores, a base de cálculo, a alíquota, o valor do ISS, a circunstância de estar o serviço sujeito ao regime da substituição tributária, da retenção na fonte e demais



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

informações complementares necessárias à completa identificação do contribuinte e do responsável tributário;

§3º. O livro de registro de prestação e contratação de serviços, conforme modelo disponibilizado pelo programa de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS-Eletrônico, estará disponível no *site* do município na internet;

§4º. Caso seja optado pelo livro eletrônico em formato *Portable Document - PDF*, este registro também deverá ser encerrado anualmente, assinado eletronicamente pelo contabilista, mantido em arquivo pelo prazo decadencial e impresso quando requerido pelo Fisco.

Seção VII

Da Declaração Eletrônica Mensal

Art. 76. Os contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários deverão entregar a Declaração Eletrônica, mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao das prestações de serviços executadas ou tomadas.

Parágrafo único. Consideram-se cumpridas as obrigações tributárias principal e acessórias quando procedida corretamente a entrega da declaração eletrônica e recolhido o ISSQN devido.

Seção VIII

Dos Serviços Disponíveis na Internet (*Web Services*)

Art. 77. As funcionalidades e o funcionamento do *Web Services*, o método de acesso e a utilização pelos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários, o uso do certificado digital, padrão ICP-Brasil, e os padrões de comunicação, *layout* e conteúdo do arquivo *XML Extensible Markup Language* serão disciplinados em regulamento próprio.

Seção IX

Das Sanções Administrativas

Art. 78. Considera-se não emissão de documento fiscal, estando sujeito a sanções previstas na Lei Complementar nº 049, de 2011, a não emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e, a não emissão do Recibo Provisório de Prestação de Serviços - RPS ou a não substituição do RPS pela NF-e.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

§ 1º. A geração da NF-e em substituição ao RPS, após o prazo contido neste decreto, acarretará também as sanções previstas na Lei Complementar 049, de 2011.

§ 2º. As infrações cometidas serão punidas com as seguintes multas:

I – 5 URM (cinco Unidades de Referência Municipais) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e devida e não emitida, bem como para a não substituição de cada um dos Recibos Provisórios de Serviços – RPS pelas NF-e;

II – 2 URM (duas Unidades de Referência Municipais) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e indevidamente cancelada;

III – 1 URM (uma Unidade de Referência do Município) para cada emissão indevida de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NF-e tributáveis como isentas, imunes ou não tributáveis.

Art. 79. Salvo as exceções expressas neste decreto, a não identificação do tomador de serviços estará sujeita a sanções previstas na Lei Complementar nº 049, de 2011, sendo considerado o ato omissão na declaração de dados.

Art. 80. Será considerada omissão de informações fiscais a não indicação na NF-e de serviço executado, a consolidação de serviços executados de subitens diversos em único subitem ou qualquer outra informação necessária a composição da NF-e, ainda que a NF-e seja gerada a partir do RPS, estando esta omissão sujeita a sanções previstas na Lei Complementar nº 49, de 2011.

Art. 81. A emissão da NF-e, contendo informações de mais de uma obra, será considerada omissão de informações e estará sujeita às sanções previstas na Lei Complementar nº 049, de 2011.

Art. 82. O preenchimento da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN de forma inexata ou incompleta, ou de forma inverídica, a falta da transmissão nos prazos estabelecidos pela legislação municipal, bem como o cometimento de outras infrações às obrigações acessórias, relacionadas com o objeto deste Decreto, sujeitam os infratores às penalidades previstas na Lei Complementar nº 049 de 14 de janeiro de 2011.

TÍTULO IV

Das Disposições Finais

FATURAMENTO DAS EMPRESAS DO SIMPLES.

Art. 83. As NF-e geradas e os demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pelo município, e estarão disponíveis para consulta pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis

20

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

tributários, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional.

Art. 84. Os procedimentos para geração da NF-e e da declaração eletrônica do ISSQN, bem como o *lay-out* para integração do sistema de computador instalado nas dependências do prestador, do tomador, do intermediário e do responsável tributário, com o sistema de ISSQN Eletrônico, estarão previstos em Portaria a ser publicada pela Administração Tributária e serão disponibilizadas no endereço <http://www.pmsj.sc.gov.br>.

Art. 85. O contribuinte, o tomador de serviços, o intermediário e o responsável tributário deverão manter em seus estabelecimentos, todos os documentos e informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de cálculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento, referente as NF-e geradas e das declarações eletrônicas entregues, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 86. Os contribuintes, os tomadores de serviços e os responsáveis tributários, com início de atividade posterior a publicação deste decreto, deverão atender a estes preceitos imediatamente, sendo vedada a utilização de outro meio não autorizado pela Administração Tributária.

Art. 87. Integram este decreto o anexo único.

Art. 88. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Secretário Municipal da Receita

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador- Geral do Município

21

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3482/2014

ANEXO ÚNICO
Do Modelo do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Recibo Provisório de Serviços – RPS				
Dados do Prestador				
Data do Serviço	Natureza da Operação	Número do Recibo <imprimir a sequência autorizada>	Série do Recibo <imprimir a série autorizada>	
Local da Prestação do Serviço				
Estado	Município			
Dados do Tomador do Serviço				
CPF/CNPJ	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal		
Nome / Razão Social				
Endereço (Rua e Número)		Complemento do Endereço	Bairro	
CEP	Município e UF	Telefone(s)		
Dados do Intermediário do Serviço				
CPF/CNPJ	Inscrição Municipal			
Nome / Razão Social				
Dados da Prestação do Serviço				
Item da Lista	Descrição do Serviço Prestado	Valor Total do Serviço	Alíquota	Retido? S/N
Outros Valores				
PIS		INSS		COFINS
IR		Outras Retenções		Deduções (*)
CSLL		Desconto Condicionado		Desconto Incondicionado (*)
<p>▪ NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO FISCAL.</p> <p>▪ Documento de uso exclusivo aos Prestadores obrigados a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.</p> <p>▪ Este documento deve ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no prazo estabelecido em decreto municipal.</p>				
<p>Natureza da Operação: 1-Tributado no Município 2-Tributado fora do Município 3-Isenção 4-Imune</p> <p>AIDF Nº: _____ Data: ____/____/____ Qt. Impressão: _____ a _____ Nº de Vias: _____</p>				

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº: 013/2014**

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 013/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 102/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviço de administração, gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação por meio de cartão magnético, para os servidores públicos da Câmara de Vereadores de São José/SC.

Abre-se o presente edital com data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 15/12/2014 às 8h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 15/12/2014 às 09h00min.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 02 de dezembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014

AVISO DE SUSPENSÃO DE REABERTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 029/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática, conforme a quantidade e especificações contidas no Edital, (desktops e notebooks com garantia de três anos e assistência técnica com tempo de solução máximo de 7 (sete) dias e pacote de softwares, estabilizadores e pacote de softwares, estabilizadores e pacote de software para equipamentos existentes atualmente).

Diante do equívoco na publicação referente à Reabertura da licitação, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, que mantém a SUSPENSÃO do Pregão Presencial Nº. 08/2014.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 02 de dezembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

São José do Cedro**PREFEITURA****EXTRATO HOMOLOGADOS FMS MÊS 11**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14

CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.517,00 (nove mil quinhentos e dezessete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14

CONTRATADO: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.304,00 (dez mil trezentos e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.297,00 (dez mil duzentos e noventa e sete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 69.223,00 (sessenta e nove mil duzentos e vinte e três reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: NORMELIA LOTTERMANN - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.529,00 (dez mil quinhentos e vinte e nove reais)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/14
HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
CONTRATADO: INÊS MARIA TRIACA CANTON
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS, PARA ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA, PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA ATENDIMENTO DE PSICOLOGIA, PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E PARA RECEPÇÃO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
CONTRATADO: FORTUNA SERVIÇOS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SILAGEM DE GRÃOS E PASTAGENS, COM TRATOR DE PNEUS 4X4, ENSILADEIRA, CARRETÃO BASCULANTE, E COM COLHEDORA DE FORRAGENS AUTOPROPELIDA A SER REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº4.048/2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
CONTRATADO: RODRIGUES & COLLE LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SILAGEM DE GRÃOS E PASTAGENS, COM TRATOR DE PNEUS 4X4, ENSILADEIRA, CARRETÃO BASCULANTE, E COM COLHEDORA DE FORRAGENS AUTOPROPELIDA A SER REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº4.048/2013.
VALOR DA DESPESA: R\$ 733.600,00 (setecentos e trinta e três mil

e seiscentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 107/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
HOMOLOGAÇÃO: 14/11/14
CONTRATADO: FISCALE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTITUIÇÃO E REVISÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS E CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (PREVIDENCIÁRIAS), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil e reais)

CONVITE Nº 111/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/14
HOMOLOGAÇÃO: 26/11/14
CONTRATADO: VALDIR BECKER - MEI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LUZES EM PONTOS DA CIDADE, CONFORME PROJETO ELÉTRICO DA DECORAÇÃO NATALINA DA 13ª EDIÇÃO DO NATAL LUZ, PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, VISANDO INCENTIVAR A DECORAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO DAS CASAS E DO COMÉRCIO LOCAL DO MUNICÍPIO. DESPESA AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL N.4.309/2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.318,50 (sete mil trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos) DATA: 02/12/14 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.574,00 (dois mil quinhentos e setenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
CONTRATADO: INVIOVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES

LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
CONTRATADO: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.995,00 (quatorze mil novecentos e noventa e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/14
HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14
CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS EDUCANDOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃO AO NATAL, CONF. LEI MUNICIPAL N.4.067/2013, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS A TÍTULO DE PREMIAÇÃO, PARA OS PARTICIPANTES DO 13º NATAL LUZ, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONF. LEI MUNICIPAL Nº. . 4.309/2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/14
HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14
CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS EDUCANDOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃO AO NATAL, CONF. LEI MUNICIPAL N.4.067/2013, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS A TÍTULO DE PREMIAÇÃO, PARA OS PARTICIPANTES DO 13º NATAL LUZ, REALIZADO PELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONF. LEI MUNICIPAL Nº. . 4.309/2014.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.759,00 (cinco mil setecentos e cinquenta e nove reais).

EXTRATO HOMOLOGADOS PREF. MÊS 11

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.517,00 (nove mil quinhentos e dezessete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.304,00 (dez mil trezentos e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.297,00 (dez mil duzentos e noventa e sete reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
 CONTRATADO: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 69.223,00 (sessenta e nove mil duzentos e vinte e três reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14
 HOMOLOGAÇÃO: 10/11/14
 CONTRATADO: NORMELIA LOTTERMANN - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.529,00 (dez mil quinhentos e vinte e nove reais)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/14
 HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
 CONTRATADO: INÊS MARIA TRIACA CANTON
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS, PARA ATENDIMENTO DE FISIOTERAPIA, PARA FUNCIONAMENTO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA ATENDIMENTO DE PSICOLOGIA, PARA O SETOR ADMINISTRATIVO E PARA RECEPÇÃO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.630,00 (dois mil seiscentos e trinta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
 CONTRATADO: FORTUNA SERVIÇOS LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SILAGEM DE GRÃOS E PASTAGENS, COM TRATOR DE PNEUS 4X4, ENSILADEIRA, CARRETÃO BASCULANTE, E COM COLHEDORA DE FORRAGENS AUTOPROPELIDA A SER REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº4.048/2013.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/14
 HOMOLOGAÇÃO: 13/11/14
 CONTRATADO: RODRIGUES & COLLE LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SILAGEM DE GRÃOS E PASTAGENS, COM TRATOR DE PNEUS 4X4, ENSILADEIRA, CARRETÃO BASCULANTE, E COM COLHEDORA DE FORRAGENS AUTOPROPELIDA A SER REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº4.048/2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 733.600,00 (setecentos e trinta e três mil e seiscentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 107/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/14
 HOMOLOGAÇÃO: 14/11/14
 CONTRATADO: FISCALE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTITUIÇÃO E REVISÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS E CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (PREVIDENCIÁRIAS), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil e reais)

CONVITE Nº 111/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/14
 HOMOLOGAÇÃO: 26/11/14
 CONTRATADO: VALDIR BECKER - MEI
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LUZES EM PONTOS DA CIDADE, CONFORME PROJETO ELÉTRICO DA DECORAÇÃO NATALINA DA 13ª EDIÇÃO DO NATAL LUZ, PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, VISANDO INCENTIVAR A DECORAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO DAS CASAS E DO COMÉRCIO LOCAL DO MUNICÍPIO. DESPESA AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL N.4.309/2014.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
 CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.318,50 (sete mil trezentos e dezoito reais e cinquenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
 CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.574,00 (dois mil quinhentos e setenta e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
 CONTRATADO: INVIOVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

 PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
 CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

 PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/14
 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/14
 CONTRATADO: NEIDE SILVA SANTIAGO EIRELI - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, QUE SERÃO ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO E REPASSADOS PARA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO N.2014TR002729/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.995,00 (quatorze mil novecentos e noventa e cinco reais)

 PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/14
 HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14
 CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS EDUCANDOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃO AO NATAL, CONF. LEI MUNICIPAL N.4.067/2013, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS A TÍTULO DE PREMIAÇÃO, PARA OS PARTICIPANTES DO 13º NATAL LUZ, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONF. LEI MUNICIPAL Nº. . 4.309/2014.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais)

 PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/14
 HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14
 CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES DIVERSOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS EDUCANDOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM COMEMORAÇÃO AO NATAL, CONF. LEI MUNICIPAL N.4.067/2013, BEM COMO, AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS A TÍTULO DE PREMIAÇÃO, PARA OS PARTICIPANTES DO 13º NATAL LUZ, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONF. LEI

MUNICIPAL Nº. . 4.309/2014.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.759,00 (cinco mil setecentos e cinquenta e nove reais)

EXTRATO CONTRATOS PREF. MÊS 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 EXTRATO CONTRATUAL

 Contrato Nº.: 100.2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: FISCALE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA
 Valor : 140.000,00 (cento e quarenta mil e reais)
 Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/11/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 107/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTITUIÇÃO E REVISÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS E CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (PREVIDENCIÁRIAS), DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

 Aditivo Nº : 101.2014 - Contrato Nº.: 1.2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: PANDA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA
 Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, re-ajustar os valores, dos itens contratados por meio do Processo Licitatório N.135/2013, conforme objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

 Contrato Nº.: 102.2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: VALDIR BECKER - MEI
 Valor : 10.850,00 (dez mil oitocentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 26/11/2014 Término: 15/01/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 111/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LUZES EM PONTOS DA CIDADE, CONFORME PROJETO ELÉTRICO DA DECORAÇÃO NATALINA DA 13ª EDIÇÃO DO NATAL LUZ, PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, VISANDO INCENTIVAR A DECORAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO DAS CASAS E DO COMÉRCIO LOCAL DO MUNICÍPIO. DESPESA AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL N.4.309/2014.

 Aditivo Nº : 103.2014 - Contrato Nº.: 103.2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
 Contratada...: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA
 Valor : 3.992,22 (três mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos)
 Vigência : Início: 01/12/2014 Término: 30/06/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 101/2013
 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade,

SUPRIMIR

itens do orçamento contratado, devido a alterações necessárias do projeto,

contratada conforme objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CRAS

- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", conforme parecer do engenheiro e orçamento anexo.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 104.2014 - Contrato Nº: 103.2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA

Valor : 28.219,50 (vinte e oito mil duzentos e dezenove reais e

cinquenta centavos)

Vigência : Início: 01/12/2014 Término: 30/06/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 101/2013

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, ADICIONAR

itens do orçamento contratado, devido a alterações necessárias do projeto,

contratada conforme objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO CRAS

- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL", conforme parecer do engenheiro e orçamento anexo.

EXTRATO CONTRATOS FMS MÊS 11

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 22.2014 - Contrato Nº: 1.2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PANDA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2013

Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, re-ajustar os

valores, dos itens contratados por meio do Processo Licitatório N.40/2013,

conforme objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA

PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.114/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº114/2014

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 114/2014, Edital de

Pregão Nº 114/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e materiais de copa e cozinha para uso e manutenção dos setores administrativos da delegacia de polícia de São José do Cedro. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 08:00 horas do dia 15/12/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 08:00 horas do dia 15/12/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 136/2014 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 009/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PERFURAÇÃO EM ROCHAS BASALTICAS, DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM NO PROJETO E SEGUNDO NORMAS DA ABNT NBR - 11244, VISANDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA LINHA TRÊS VOLTAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PFG POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP - CNPJ: 13.250.019/0001-38.

VALOR: R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/11/2014.

VIGÊNCIA: 24/11/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

DECRETO Nº 4.997, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.997, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa Equipe Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros, a seguir relacionados, para comporem a Equipe Técnica, para elaboração do Plano Municipal de Educação, sob a presidência do primeiro:

I - Lucia Iliane da Costa, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, matrícula nº 435/01;

II - Gilda Valandro, ocupante do cargo de Diretora Geral de Educação, matrícula nº 1394/01, na Secretaria Municipal de Educação;

III - Vanessa Regina Sartor Galeazzi, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 22/02, na Secretaria Municipal de Educação;

IV - Adrielle Geremias, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1909/01, na Secretaria Municipal de Educação;

V - Édisson Ari Piletti, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1943/01, na Secretaria Municipal de Educação;

VI - Neli Bastezini Kronbauer, ocupante do cargo de Coordenadora do Censo Escolar, Matrícula nº 203001203, na Gerência Regional de Educação, membro do Conselho Municipal de Educação e representante do Ensino Superior;

VII - Marli Hentges, ocupante do Cargo de Gerente de Recursos Humanos e Capacitação, matrícula nº 63201, na Prefeitura Municipal;

VIII - Antônio Jocenei Waiss dos Santos, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº 320501, na Prefeitura Municipal;

IX - Marlete de Fátima Bandeira, ocupante do cargo de Coordenadora de Odontologia, matrícula nº 300094, na Secretaria Municipal de Saúde;

X - Valmir Luiz Maboni, ocupante do cargo de Vereador, na Câmara Municipal e São Lourenço do Oeste e membro do Fórum Municipal de Educação;

XI - Fábio Zanella, ocupante do Cargo de Diretor Geral, matrícula 1681233, no Instituto Federal de Educação.

Art. 2º Compete a Equipe Técnica:

I - elaborar o Documento-Base;

II - realizar o diagnóstico;

III - definir metas e estratégias;

IV - propor processos de monitoramento e de avaliação;

VI - apresentar o documento à Comissão Coordenadora - Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º A Equipe Técnica deve encaminhar o Documento-Base para a Câmara de Vereadores, após a aprovação do Plano Municipal de Educação pela Comissão Coordenadora.

Art. 4º As decisões da Equipe Técnica serão tomadas pela maioria simples de votos, cabendo a presidente voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao município, os membros da Equipe Técnica não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº202/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº202/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2062- Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal R\$ 2.500,00
Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº203/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº203/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma

categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2056- Funcionamento e Manutenção da R\$ 4.297,97
Coordenadoria da Saúde

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 4.297,97

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 4.297,97

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 26 de novembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 08, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição nº1613 pág 465; do dia 12/11/2011, PAULO HENRIQUE LOHN, Presidente do Conselho Municipal de Educação de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê:

EMENTA - "Art. 1º I - Tempo de serviço no magistério público do município; havendo empate".

*Leia-se:

EMENTA - "Art. 1º I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate".

Art 2º.- Os demais termos e condições da Resolução nº 08/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Art. 3.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

*Alterações corretas destacadas em negrito.

São Pedro de Alcântara, 28 de novembro de 2014.

PAULO HENRIQUE LOHN
Presidente do Conselho Municipal de Educação

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 058/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 058/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA ROSA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina,

CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA ROSA, brasileira, União Estável, inscrita no CPF sob nº 035.907.489-82, residente e domiciliada a Rua Mathias Leopoldo Hoffmann, s/nº. - Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 058/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 058/2014 até o dia 30/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 28 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PORTARIA N.º 448/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 448/2014
Concede licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 28/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de novembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 449/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 449/2014
Exonera ANA PAULA SCHVEITZER do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA PAULA SCHVEITZER do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor a partir de 30/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de novembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 450/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
PORTARIA n.º 450/2014
Concede licença para tratamento de saúde a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCKES, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ZELIA HOFFMANN JUNCKES, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 18/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de novembro de 2014.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 451/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 451/2014

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 02/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 452/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 452/2014

Concede a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria Educação, Cultura e Desporto, licença para atendimento de pessoa da família.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 14/11/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14/11/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 453/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 453/2014

Concede férias a servidora MARIANA LOHN.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIANA LOHN, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, férias por 18 dias que gozará a partir de 02/12/2014 a 19/12/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 454/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 454/2014

Concede férias a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista, férias por 20 dias que gozará a partir de 04/12/2014 a 23/12/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

ADITIVO I PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2014 EDITAL N.º 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.221

www.pmspa.sc.gov.br - cleonice@pmspa.sc.gov.br

ADITIVO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2014

EDITAL n.º 002/2014

O Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 209, da Lei Complementar n.º 05/1997, bem como ao disposto no Edital n.º. 02/2014, faz saber que ficam alteradas as seguintes cláusulas, conforme disposição abaixo:

1- Onde se lê:

8.9 Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

CARGO	ATIVIDADES
Operador de Máquinas I, II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 1,00 pontos - em um total de até 5,00 pontos para todos os critérios.</p>

1.1- LEIA-SE:

CARGO	ATIVIDADES
Operador de Máquinas I, II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de até 10,00 pontos para todos os critérios.</p>

2- Todas as alterações constantes deste Aditivo I já estão incluídas no Edital n.º 002/2014, publicado no site www.pmspa.sc.gov.br. As novas inserções estão em fonte azul.

3- Ficam ratificados os demais termos e itens do Edital n.º. 002/2014 não alterados por este Aditivo.

São Pedro de Alcântara/SC, 1.º de dezembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e. e.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 137/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 137/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 88/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 61/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, nº. 847, Vila Parolin, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.220-410.

Objeto: aquisição de medicamentos a serem fornecidos para pacientes através das Ações Cíveis Públicas nº 0900363-50.2014.8.24.0026 e 0900489-03.2014.8.24.0026. Secretaria de Saúde e Assistência Social. Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	VERSA 40mg INJETÁVEL	36	Ampola	16,00	576,00
02	VERSA 60mg INJETÁVEL	72	Ampola	25,00	1.800,00
VALOR R\$ TOTAL					2.376,00

Valor do contrato: R\$ 2.376,00 (dois mil trezentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 02/12/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A64/2014 – PMS**TERMO ADITIVO Nº. A64/2014 – PMS****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/201-PMS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor **Oswaldo Jurck**, e,

CONTRATADA: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo Senhor **Cleiton André Weldt**, inscrito no CPF sob o nº 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade nº 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2014-PMS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº. 27/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 – PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel, para as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor total de **R\$ 29.041,20 (vinte e nove mil quarenta e um reais e vinte centavos)**, para período de **01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015**.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, IV e 65, I, b da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, **resolve-se:**

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01 aditivada a quantidade de 1.443.600 páginas, totalizando o valor do item **R\$ 24.541,20 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos)**, no item 02 aditivada a quantidade de 147.600 páginas, totalizando o valor do item **R\$ 2.214,00 (dois mil duzentos e quatorze reais)** e no item 03 aditivada a quantidade de 152.400 páginas, totalizando o valor do item **R\$ 2.286,00 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais)** e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para **R\$ 53.242,20 (cinquenta e três mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)**, sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. MÊS	QTDE. TOTAL	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	<p>Item 1 - 59 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 120.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 1.203.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão preto(rascunho, A4) deve ser de no mínimo 32 páginas por minuto e colorido(rascunho, A4) mínimo de 32 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão em melhor qualidade preto 1200x600dpi, colorido 4800x1200dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: até 4800 dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.</p>	120.300	1.443.600	páginas/mês	0,017	24.541,20

	<p>Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows..</p> <p>Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 32 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 1200 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps (3 seg. por página). Páginas guardadas na memória: mínimo de 100 páginas.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet, Wireless, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11 e Pen-Drive.</p> <p>Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão.</p>					
2	<p><u>Item 2 - 06 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 123.000 páginas para o período de 10 Meses</u></p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	12.300	147.600	páginas/mês	0,015	4.500,00
	<p><u>Item 3 - 02 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.700 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 127.000 páginas para o período de 10 Meses</u></p>	12.700	152.400	páginas/mês	0,015	

<p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 40 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>					
TOTAL R\$					29.041,20

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 42/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de **1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.**

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 27 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

CLEITON ANDRÉ WELDT ME
Cleiton André Weldt
CPF nº 035.205.319-41

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

DECRETO Nº 3.175 /2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 3.175 /2014, de 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, da funcionária Sra. Ketlin Alaide Fritzke Zils, conforme prevê a Lei Municipal nº 096/2010, art. 12, § 1º, totalizando 02 (dois) anos, 20 (vinte) dias de tempo de serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.176/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.176/2014, de 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 10922/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Noeli Maske Kraemer;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Noeli Maske Kraemer	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.177/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.177/2014, de 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 28 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Divie Roberta Welter Carvalho	C-5-I	C-5-II
Eberton Vargas Trentin	B-2-I	B-2-II
Margid Stein	C-4-I	C-4-II
Rosimeri Sara Boshammer Stein	C-III-13	C-IV-13

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014-FMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2014-FMS, PROCESSO Nº. 79/2014-FMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, a ser realizado entre janeiro de dezembro de 2015, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.444.392/0001-00, estabelecida na Rua Modelo nº. 33, Bairro Floresta, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-670.

Valor da proposta vencedora: R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 02/12/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 138/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 138/2014-FMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2014-FMS - Processo nº. 79/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IGLESIAS & CARDOSO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.444.392/0001-00, estabelecida na Rua Modelo nº. 33, Bairro Floresta, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-670.

Objeto: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, a ser realizado entre janeiro de dezembro de 2015, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 02/12/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 3.173/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.173/2014 de 28 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.671,00 (quatro mil seiscentos e setenta e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 2.961,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.710,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000. R\$ 4.671,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**DECRETO Nº 3.174/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.174/2014 de 28 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.720,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000 R\$ 3.720,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**LEI Nº 2.075/2014**

LEI Nº 2.075/2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Schroeder, para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$53.785.702,48 (cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dois reais e quarenta e oito centavos) assim divididos:

I - CLASSIFICAÇÃO POR ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Schroeder R\$ 39.900.681,48
 Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.708.854,00
 Fundo Municipal de Saúde de Schroeder R\$ 10.679.767,00
 Fundo Municipal de Assistência Social de Schroeder R\$ 1.306.900,00
 Fundo Municipal de Habitação R\$ 126.500,00
 Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder R\$ 63.000,00
TOTAL R\$ 53.785.702,48

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3000 - Ação Legislativa R\$ 1.708.854,00
 3001 - Gestão Municipal e Modernização Administrativa R\$ 4.522.516,00
 3003 - Schroeder em Obras R\$ 8.990.109,60
 3004 - Economia Solidária R\$ 1.035.314,05
 3005 - Amigos da Natureza R\$ 1.091.944,32
 3006 - Conhecendo Schroeder R\$ 219.500,00
 3007 - Schroeder é Saneamento Ambiental R\$ 7.274.720,00
 3008 - Schroeder Empreendedor R\$ 167.000,00
 3009 - Rumo Certo R\$ 13.051.577,51
 3010 - Schroeder é Esporte e Lazer R\$ 858.000,00
 3011 - Cultura Viva R\$ 813.500,00
 3012 - Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente R\$ 171.000,00
 3013 - Schroeder Saudável R\$ 10.679.767,00
 3014 - Schroeder Segura R\$ 265.500,00
 3015 - Encargos Especiais R\$ 1.440.000,00
 3016 - Schroeder Solidário R\$ 1.496.400,00
TOTAL GERAL R\$ 53.785.702,48 R\$ 40.146

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Schroeder

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a receita em R\$49.638.602,48 (quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, seiscentos e dois reais e quarenta e oito centavos) e fixa a despesa da Prefeitura em R\$39.900.681,48 (trinta e nove milhões, novecentos e dez mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, receitas correntes e de capital oriundas de convênios com o governo estadual e federal de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$ 43.019.931,81
 4.7 Receitas Correntes Intra-Orçamentárias R\$ 41.200,00
 4.2 Receitas de Capital R\$ 11.430.461,00
 9.0 Deduções da Receita (-) R\$ -4.852.990,33
T O T A L R\$ 49.638.602,48

§ 2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - Gabinete do Prefeito Municipal R\$ 1.752.000,00
 03.00 - Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças R\$ 4.468.516,00
 05.00 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer R\$ 14.901.577,51
 06.00 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos R\$ 8.990.109,60
 07.00 - Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo R\$ 2.513.758,37
 08.00 - Fundo Municipal de Saneamento Básico R\$ 7.274.720,00

TOTAL R\$ 39.900.681,48

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração R\$ 4.380.016,00
 06 - Segurança Pública R\$ 133.000,00
 12 - Educação R\$ 13.230.077,51
 13 - Cultura R\$ 813.500,00
 15 - Urbanismo R\$ 8.365.975,72
 17 - Saneamento R\$ 7.274.720,00
 18 - Gestão Ambiental R\$ 1.091.944,32
 20 - Agricultura R\$ 1.035.314,05
 22 - Indústria R\$ 167.000,00
 23 - Comércio e Serviços R\$ 219.500,00
 25 - Energia R\$ 756.633,88
 27 - Desporto e Lazer R\$ 858.000,00
 28 - Encargos Especiais R\$ 1.440.000,00
 99 - Reserva de Contingência R\$ 135.000,00
TOTAL GERAL R\$ 39.900.681,48

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES R\$ 24.308.016,20
 3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 14.000.915,00
 3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 180.000,00
 3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 10.090.101,20
 3.3.00.00.00.00 - Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias R\$ 37.000,00
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 15.457.665,28
 4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 14.197.665,28
 4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 1.260.000,00
 9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA. R\$ 135.000,00
TOTAL R\$ 39.900.681,48

§ 3º As transferências financeiras do Município para os Fundos Municipais e Câmara Municipal de Vereadores ficam orçadas em:

Fundo Municipal de Saúde R\$ 6.905.667,00
 Fundo Municipal da Assistência Social R\$ 1.092.400,00
 Fundo Municipal da Infância e Adolescência R\$ 5.000,00
 Fundo Municipal da Habitação R\$ 26.000,00
 Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.708.854,00
TOTAL R\$ 9.737.921,00

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015 estima a receita orçamentária em R\$3.774.100,00 (três milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cem reais) e transferências financeiras do Município em R\$6.905.667,00 (seis milhões novecentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais) e fixa a despesa em R\$10.679.767,00 (dez milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais).

§1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Fundo Nacional da Saúde, composta de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

4. RECEITAS
 4.1 Receitas Correntes R\$ 2.849.200,00
 4.2 Receitas de Capital R\$ 924.900,00
TOTAL R\$ 3.774.100,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada

segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde R\$ 10.669.767,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.679.667,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 9.541.067,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 6.134.628,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 3.402.239,00
3.3.00.00.00.00 - Despesas Correntes - Intra-Orçamentárias R\$ 4.200,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.128.700,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 1.128.700,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.679.767,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 4º O orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social para o exercício de 2015 estima a receita em R\$214.500,00 (duzentos e catorze mil e quinhentos reais) e transferências financeiras do Município de R\$1.092.400,00 (um milhão, vinte e três mil e setecentos reais) e fixa a despesa em R\$1.306.900,00 (um milhão, trezentos e seis mil e novecentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Sistema Único de Assistência Social, receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 214.500,00
T O T A L R\$ 214.500,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza distribuídos da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 1.301.900,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 1.306.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.267.400,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 720.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 547.400,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 34.500,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 34.500,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência. R\$ 5.000,00
T O T A L R\$ 1.306.900,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito reais) e transferências financeiras do Município de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e fixa despesa em R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, de instituições privadas, receitas correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 58.000,00
T O T A L R\$ 58.000,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 58.000,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 63.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 58.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 56.000,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 2.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 63.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Habitação

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para o exercício de 2015 estima a receita em R\$100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) e transferências financeiras do Município de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) e fixa a despesa em R\$126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, de outras esferas de governo, receitas de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 500,00
4.2. Receitas de Capital R\$ 100.000,00
T O T A L R\$ 100.500,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16 - Habitação R\$ 121.500,00
99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 126.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 18.500,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 18.500,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 103.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 53.000,00
4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras R\$ 50.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Cont. R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 126.500,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 6º O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, para o exercício de 2015 estima a receita e fixa a despesa em R\$1.708.854,00 (um milhão, setecentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal.

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$ 1.708.854,00
TOTAL R\$ 1.708.854,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 1.498.854,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.195.155,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 303.699,00
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 210.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 210.000,00
TOTAL R\$ 1.708.854,00

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A utilização do recurso de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a necessidade especificada neste artigo.

Art. 8º O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I. A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

II. O superávit financeiro do exercício anterior;

III. O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Fica o executivo municipal autorizado a remanejar através de Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade, ou operações especiais.

Art. 11. Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento dos programas priorizados nesta lei, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de conformidade como às exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Ficam convalidados os anexos do PPA e LDO, integrantes desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 2 dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.076/2014

LEI Nº2.076/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A REPASSAR RECURSOS À ENTIDADE AMIGA SOLIDÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o município de Schroeder a repassar recursos no valor de R\$7.568,80 (sete mil quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos) a Entidade Amiga Solidária, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº04.777.463/0001-15, com endereço na Rua Marechal Castelo Branco, nº2981, bairro Centro, município de Schroeder - SC, representada por sua Presidente, Senhora NEIVA GAEDKE ROTERS, de ora em diante denominada simplesmente de ENTIDADE AMIGA SOLIDÁRIA.

§ 1º Os recursos serão repassados em 12 parcelas no valor de R\$ 630,40 (seiscentos e trinta reais e quarenta centavos) totalizando R\$ 7.568,80 (sete mil quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

§ 2º A entidade referida no caput desta Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após seu efetivo recebimento.

I - enquanto não ocorrer a prestação de contas dos recursos repassados, fica vedado o repasse da parcela seguinte.

§ 3º O Município obriga-se à:

I - efetuar o repasse financeiro na conta bancária específica, vinculada a esta Lei cumprindo os pagamentos devidos;

II - fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do repasse;

III - examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

§ 4º A Entidade Amiga Solidária, obriga-se à:

I - responsabilizar-se pela correta execução do repasse e aplicação dos recursos recebidos;

II - responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitida à instituição proponente a utilização de recursos do presente repasse para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrente da execução normal das ações estabelecidas com este objeto;

III - manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este repasse cumprindo os pagamentos devidos e manutenção de conta ativa;

IV - aplicar os saldos financeiros do repasse não utilizados;

V - devolver ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da conclusão, rescisão ou extinção do repasse;

VI - apresentar o Plano de Trabalho de acordo com a vigência do repasse.

a) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Repasse não seja alterada.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual do exercício 2015.

§ 1º A vigência do Convênio dar-se-á de 01 de Janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.077/2014

LEI No2.077/2014

ALTERA PARCIALMENTE DISPOSITIVOS DA LEI N.º2.053/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$385.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E CINCO MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei n.º 2.053/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício de 2014, no

valor de até R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.122.3001.2.308 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
3.1.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0001	Obrigações Patronais	4.500,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0001	Material de Consumo	3.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.322 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
3.1.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	35.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0001	Obrigações Patronais	14.500,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.371 – TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.39.00.00	00.01.0058	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	65.000,00

Art. 2º O art. 2º da Lei n.º 2.053/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício de 2014, no valor de até R\$255.000,00 (duzentos cinquenta e cinco mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.1.317 – REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES			
4.4.90.51.00.00	00.01.0058	Obras e Instalações	255.000,00

Art. 3º O art. 3º da Lei n.º 2.053/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 3º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.361.3009.2.321 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.30.00.00	00.01.0058	Material de Consumo	43.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0058	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	110.000,00

4.4.90.52.00.00	00.01.0058	Equipamentos e Material Permanente	132.000,00
-----------------	------------	------------------------------------	------------

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.365.3009.2.322 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.39.00.00	00.01.0058	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
-----------------	------------	--	-----------

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.39.00.00	00.01.0058	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
-----------------	------------	--	-----------

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO

12.361.3009.2.371 – TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	65.000,00
-----------------	------------	--	-----------

Art. 4º O art. 4º da Lei n.º 2.053/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares e especiais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 5º Cria-se o art. 5º na Lei n.º 2.053/2014 com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.078/2014

LEI Nº2.078/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$7.319,07(sete mil, trezentos e dezenove reais e sete centavos) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.989/2013, de 18 de dezembro de 2013:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0023 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$7.319,07

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão

utilizados recursos provenientes da anulação de R\$7.319,07 (Sete mil, trezentos e dezenove reais e sete centavos) da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0023 - Equipamentos e Material Permanente R\$7.319,07

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.079/2014

LEI Nº.2.079/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$40.554,73 (QUARENTA MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS, SETENTA E TRÊS CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$40.554,73 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais, setenta e três centavos), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.735,73
3.3.91.47.00.00	00.01.0000	Obrigações Tributárias e Contributivas	300,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
01 – UNIDADE DE OBRAS			
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	19.519,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
02 – PROCURADORIA JURÍDICA			
04.122.3001.2.304 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	15.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	3.000,00

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.93.00.00	00.01.0000	Indenizações e Restituições	300,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 – UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS			
04.122.3001.2.306 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	4.799,99
3.3.90.36.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	4.999,99
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.560,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0000	Equipamentos e Material Permanente	3.159,02

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
02 – UNIDADE DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO			
22.661.3008.2.319 – CONTRIBUIÇÃO A SCHROEDER FEST E EXPO SCHROEDER			
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	3,83
3.3.90.36.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.102,10
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.629,80

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.080/2014

LEI Nº 2.080/2014

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER GRATIFICAÇÃO NATALINA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder gratificação aos servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores de Schroeder, no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), a ser paga juntamente com o salário do mês de dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas para execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A67/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A67/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Maicon Cordova Pereira, inscrito no CPF sob o nº. 015.886.939-70, portador da Carteira de Identidade nº. 3.242.195, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 41/2014-PMS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 32/2014-PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro

de Preço nº. 14/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para atendimento clínico veterinário para utilização na assistência médico veterinária do Município, conforme Lei nº. 1799/2010, para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei Federal nº 8.666/93, bem como previsto na cláusula 4.3 contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo reajustado o item 01, a quantidade 08 unidades, no valor unitário de R\$ 17,024 (dezesete mil e dois quatro centésimo de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
01	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX CAIXA DE 50 PARES - TAMANHO P LÁTEX	15	12,91	Unidades	08	17,024

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 32,912 (trinta e dois reais e noventa e um centésimo de real), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 3.606,942 (três mil, seiscentos e seis reais e noventa e quatro dois centésimo de real).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 41/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 02 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Maicon Cordova Pereira

CPF no 015.886.939-70

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A68/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A68/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 263/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.854/0001-30, estabelecida na Rua Papa João Paulo II nº. 1478, Bairro Ubatuba, na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.240-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Cristina Isabel Voltolini Vacchi, inscrito no CPF sob o nº. 890.285.469-87.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 263/2014-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2014, Processo de licitação nº. 220/2014 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 12/2014 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação e reforma parcial do telhado do Jardim de Infância Abelhinha Feliz, localizada na Rua Erich Froehner, Schroeder I, do Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 147,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente à prorrogação da vigência do contrato de 1º de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015, em virtude da parada de férias coletivas dos funcionários do poder público municipal (engenharia e fiscalização).

Enquadra-se nos termos do artigo 57 II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1 do contrato nº 263/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 263/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 02 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA

Cristina Isabel Voltolini Vacchi

CPF nº. 890.285.469-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

DECRETO Nº 3.178/2014, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.178/2014, de 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Luciano Francisco Pedro	45	46
Marcelo Borges de Azevedo	35	36
Marieli Janke Lange	32	33

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Lidiane Silveira	C-3	C-4

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 01 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.796/2014, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 5.796/2014, de 2 de dezembro de 2014

REESTRUTURA O CONSELHO DA CIDADE DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho da Cidade de Schroeder, de acordo com Art. 128, da Lei Municipal Complementar nº 080/2009, a saber:

I - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO VALE DO ITAPOCU - AMVALI:

- Ademir Bruch

II - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- Elmer Sandro Quadros

- Walter Egidio Mukai

III - REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

- Angélica Sonntag

IV - REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL:

- Aldo Romeo Pasold

- Hervé Sandmann Souza

SECRETÁRIA:

- Marlene Neumann

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 2 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.797/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.797/2014, de 02 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Douglas da Silva Brem em 05 de novembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Paola Marostica para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA TOMADA DE PREÇOS 15/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 226/2014 Data do Processo: 29/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 169/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Atualização do Patrimônio do Município de acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade Pública, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME encaminhou os envelopes e documentos via correio. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatando que a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA não apresentou a Certificação exigida no item 8.1.19 "Certificação de capacidade técnica referente a conhecimentos do sistema Betha Patrimônio, fornecido pela Empresa Betha Sistemas.", sendo assim a empresa não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 09 de dezembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 11 de dezembro de 2014, às 09h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 2 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 226/2014 Data do Processo: 29/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 169/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR - - Representante

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR - - Setor Solicitante

JOSÉ LUIS SACOMAN - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 226/2014 Data do Processo: 29/10/2014
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 169/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Atualização do Patrimônio do Município de acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade Pública, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME encaminhou os envelopes e documentos via correio. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI - ME e W.L.A. ASSESSORIA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatando que a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA não apresentou a Certificação exigida no item 8.1.19 "Certificação de capacidade técnica referente a conhecimentos do sistema Betha Patrimônio, fornecido pela Empresa Betha Sistemas.", sendo assim a empresa não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 09 de dezembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 11 de dezembro de 2014, às 09h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 2 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 226/2014 Data do Processo: 29/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 169/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR - - Representante

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR - - Setor Solicitante

JOSÉ LUIS SACOMAN - - Setor Solicitante

ATA PREGÃO PRESENCIAL 100/2014-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 100/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 216/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 170/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de condicionador de ar para as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 2 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 100/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 100/2014 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 216/2014
Data do Processo: 21/10/2014

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de condicionador de ar para as unidades escolares do ensino fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 19 / 2014

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 2 de Dezembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta**PREFEITURA****PORTARIA Nº 114/2014**

PORTARIA Nº 114/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de PATRICIA JAIVANE MEZZOMO DE SOUZA PINTO, CPF 054.915.389-65 e RG 5.200.571 do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nível 11 do Grupo 1- SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Portaria Municipal nº102/2014 percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 02 de Dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis**PREFEITURA****PORTARIA Nº 297/2014**

PORTARIA Nº 297, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO CARLOS ALBERTO LAURENTINO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário CARLOS ALBERTO LAURENTINO CPF Nº 480.026.749-87, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/11/2014.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 07 de novembro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 07 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 298/2014

PORTARIA Nº 298 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº 265/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº265/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora CLADIS MERI ZANELLATTO TRENTTO, CPF/MF nº 715.646.759-04, Professor MAG-LP, a contar de 08/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de novembro de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 299/2014

PORTARIA Nº 299 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº 279/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº279/2014, considerando

o retorno ao trabalho da servidora MÁRCIA DA SILVA, CPF/MF nº 660.922.809-49, Professor MAG-LP, a contar de 08/11/2014.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 300/2014

PORTARIA Nº 300, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA PAULA TRAJANO DA ROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária PAULA TRAJANO DA ROSA, CPF/MF sob nº 053.526.509-36, Médica Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 03/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 301/2014

PORTARIA Nº 301, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
CONTRATA DAIANE POSSAMAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011 ,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DAIANE POSSAMAI, CPF/MF sob nº 069.065.289-55, para ocupar a função Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/11/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 11 de novembro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 302/2014

PORTARIA Nº 302, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
EXONERA ELAINE RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ELAINE RODRIGUES, brasileiro (a), inscrita no CPF sob nº951.310.789-20, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Permanente do Município, a contar de 13/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de novembro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 303/2014

PORTARIA Nº 303, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº297/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº297/2014, considerando o retorno ao trabalho do servidor CARLOS ALBERTO LAURENTINO, CPF/MF nº 480.026.749-87, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 15/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de novembro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 304/2014

PORTARIA Nº 304, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
CONTRATA BÁRBARA APARECIDA FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011 ,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente BÁRBARA APARECIDA FERNANDES, CPF/MF sob nº 764.820.579-34, para ocupar a função Médico Pediatra, Unidade de Saúde São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar desta data, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 305/2014

PORTARIA Nº 305, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA FABIANA BITTENCOURT

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora FABIANA BITTENCOURT, CPF Nº 854.919.779-34, Professor MAG LP, de 30h para 10h semanais, por retorno da titular do cargo, a contar de 17/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 306/2014

PORTARIA Nº 306, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PAULA PÉRICO ELIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora PAULA PÉRICO ELIAS, CPF Nº 097.076.579-79, Professor MAG LP, de 20h para 10h semanais, por retorno da titular do cargo, a contar de 17/11/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 307/2014

PORTARIA Nº 307, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
CONTRATA ANALU ROCHA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal

Nº1.983/2011 ,
RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANALU ROCHA PEREIRA, CPF/MF sob nº 052.171.269-65, para ocupar a função Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 14/11/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 308/2014

PORTARIA Nº 308, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº294/2014

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº294/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora REJANE MICHELE BETTIOL, CPF/MF nº 025.776.169-10, Professor MAG-LP, a partir de 29/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 309/2014

PORTARIA Nº 309, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
Cessa os efeitos da portaria nº295/2014

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº295/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora ROSA SUSANA SALVARO FERNANDES, CPF/MF nº 025.776.169-10, Professor -I/B, a contar de 26/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 310/2014

PORTARIA Nº 310, DE 28 DE NOVEMBRO 2014

Rescinde o Contrato Temporário da funcionária ALINE MANOEL VIEIRA DE OLIVEIRA e dá outras providências.

RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária ALINE MANOEL VIEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 045.896.529-43 da função de Professor MAG-LP, 20h, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a partir de 01/12/2014, por retorno do titular do cargo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 176/2014

DECRETO N.º 176 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	1.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – Samu
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação do recurso Ordinários, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 177/2014

DECRETO N.º 177 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	1.0019	Transferências do FUNDEB – 40%
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Transferência de Recurso FUNDEB - 40%, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 178/2014

DECRETO N.º 178 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	1.0057	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	40	

VALOR: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Transferência de Recurso do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 179/2014

DECRETO N.º 179 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	1.0056	Convênio Rádio Patrulha – Prefeitura
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	13	

VALOR: R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Convênio da Rádio Patrulha, no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 180/2014

DECRETO N.º 180 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
CÓDIGO REDUZIDO	06	

VALOR: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Ordinários, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 181/2014

DECRETO N.º 181 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.0023	Transferência de Convênios-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial-CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 1.000,00 (mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.0064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica-PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	19	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.0002	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica-Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Ordinários, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), recursos do Bloco Atenção Básica-PAB Fixo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e recursos Transferência de Convênios-Saúde no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de outubro de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 182/2014

DECRETO N.º 182 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA O FERIADO MUNICIPAL DO DIA 26/12/2014 PARA O DIA 02/01/2015.

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere de conformidade com o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;
DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o feriado municipal do dia 26/12/2014 para o dia 02/01/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 21 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 183/2014

DECRETO Nº 183, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
ESTABELECE CRITÉRIOS OPERACIONAIS PARA O PROGRAMA COLÔNIA DE FÉRIAS A SER DESENVOLVIDO NA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Prefeito Municipal em Exercício, RONI REMOR, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso VII da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art.1º - O Programa Colônia de Férias tem como objetivo o atendimento a crianças em dias e em horários que não coincidam com o período de atividades educacionais previsto no calendário escolar das instituições de período integral da rede municipal de ensino. Este programa será desenvolvido de forma articulada entre as áreas educacionais, assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer, funcionando na própria instalação da creche, mediante a contratação de profissionais para o atendimento da demanda das crianças.
§ 1º O Programa Colônia de Férias será desenvolvido no período de 07 de janeiro a 02 de fevereiro de 2015, para o atendimento das crianças de 8 meses a 5 anos e 7 meses no ato da matrícula, que frequentam a Educação Infantil de período integral da rede municipal.

§ 2º O atendimento do Programa Colônia de Férias não garantirá a matrícula para o ano letivo de 2015.

§ 3º O atendimento do Programa Colônia de Férias será prestado em 01 (uma) Unidade de Educação Infantil: CEIM Olírio Cesa.

§ 4º O programa Colônia de Férias atenderá no máximo 120 crianças.

§ 5º Ficam estabelecidos o local e período para inscrições e seleções das crianças:

I - As inscrições serão realizadas no CEIM Olírio Cesa.

II- O período de inscrição será de 25 a 28 de novembro de 2014.

III - O processo de seleção das crianças será realizado pela Comissão Municipal de Matrícula, no dia 01 de dezembro de 2014.

IV - A divulgação do resultado das crianças selecionadas, bem como a lista de espera, em ordem de classificação, no CEIM Olírio Cesa, será no dia 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º - No ato da inscrição, os pais e/ou responsáveis deverão apresentar a cópia da Carteira de Trabalho ou do contracheque atualizado.

Art. 3º - A criança que não comparecer à Unidade Educativa até o 5º (quinto) dia útil de janeiro de 2015, bem como aquela que apresentar 02 (dois) dias consecutivos de faltas, sem apresentação de uma justificativa por escrito ou atestado médico ao coordenador, perderá o direito à vaga, sendo substituída por outra criança, observando-se a classificação da lista de espera.

Art. 4º - A Unidade Pólo da Educação Infantil ficará sob a responsabilidade de um(a) profissional, que coordenará todas as atividades.

Art. 5º - O horário de atendimento das crianças inscritas no Programa Colônia de Férias será das 6h40min às 18h.

Art. 6º - As atividades do Programa Colônia de Férias serão desenvolvidas por profissionais do quadro do magistério, do quadro civil, terceirizados e entidades afins.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

Art. 8º - Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal de Matrícula, junto à Secretaria de Educação.

Art 9º - Para o desenvolvimento do Programa Colônia de Férias o Município terá como despesas o valor de até R\$ 40.000,00.

Art. 10 - As despesas correrão a conta da dotação constante do orçamento municipal: 53 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1 - Manutenção de Creches e Pré-Escolas.

Art.11 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Novembro de 2014.

DECRETO Nº 184/2014

DECRETO N.º 184 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício, RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
FUNÇÃO	18	Gestão ambiental
PROGRAMA	11	Gestão de Proteção Ambiental
SUBFUNÇÃO	542	Controle Ambiental
RECURSO	1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.019	Manutenção das Atividades de Coleta e Destinação Final do Lixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	76	

VALOR: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Ordinários, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 185/2014

DECRETO N.º 185 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício, RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.0023	Transferências de Convênios – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Transferências de Convênios - Saúde, no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 186/2014

DECRETO N.º 186 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício, RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	1.0058	Salário Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Manutenção do Transportes Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	47	

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos do Salário Educação, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 187/2014

DECRETO N.º 187 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício Roni Remor, no uso de suas atribuições

legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	01.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

Valor: 22.000,00 (vinte dois mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1.0064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	22	

Valor: 20.000,00 (vinte mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica

RECURSO	1.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	04	

Valor: 225.000,00 (duzentos e vinte cinco mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
CÓDIGO REDUZIDO	05	

Valor: 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	23	

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0064	Atenção Básica

PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	24	

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar Ambulatorial
RECURSO	01.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	39	

Valor: 22.000,00 (vinte dois mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	9	

Valor: 3.000,00 (três mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0002	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	07	

Valor: 206.000,00 (duzentos e seis mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 188/2014

DECRETO N.º 188 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício Roni Remor, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	35	

Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	91	

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão de Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

Valor: 20.000,00 (vinte mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão de Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	38	

Valor: 30.000,00 (trinta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	94	

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 189/2014

DECRETO N.º 189 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício, RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação

PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	1.0019	Transferência do FUNDEB - 40%
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 150.00,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação do recurso da Transferência do FUNDEB - 40%, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 190/2014

DECRETO N.º 190 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício Roni Remor, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária

RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
CÓDIGO REDUZIDO	06	

Valor: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	05	

Valor: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de novembro de 2014.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de novembro de 2014.

LEI Nº 2.121/2014

LEI Nº 2.121, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

“Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Siderópolis, para o exercício de 2015”.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Siderópolis, relativo ao exercício financeiro de 2015, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64 e na Lei Complementar 101 de 04/05/00, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Siderópolis;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

CAPITULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Com referência as Metas Fiscais para 2015 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentadas em anexo:

I - Demonstrativo de Metas Anuais;

II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;

IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Metas Anuais para as Receitas;

XI - Metas Anuais para as Despesas;

XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIII - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais;

Art. 3º - Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual de 2014/2017.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º As metas e prioridades constantes da presente Lei farão parte integrante do Plano Plurianual do Município de Siderópolis para o período de 2014 a 2017.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.
IV - Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, sub-função, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
II - Receitas por Categorias Econômicas;
III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
IV - Funções e Sub funções de Governo;
V - Programa de Trabalho de Governo;
VI - Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);
VII - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;
VIII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;
IX - Demonstrativo da Evolução da Receita;
X - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais;

Art. 5º - O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e fonte de recursos.

Art. 6º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Fundação abaixo descrito:

- Câmara de Vereadores;
- Prefeitura Municipal
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundação Municipal de Cultura;

Art. 7º - A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º - O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida;

CAPITULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão se realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade.

Art. 10 - O Poder Legislativo Municipal terá como limites as despesas conforme o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº 25).

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12 - A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13 - As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o cumprimento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 16 - É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

Art. 17 - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

Art. 18 - As expansões das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão no exercício de 2015, a 15% (quinze por cento) da receita apurada no exercício de 2014.

Art. 19 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo XII desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 20 - O orçamento para o exercício de 2015 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2,0% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo XII desta lei.

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçado ou orçado a menor.

Art. 21 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22 - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - emitir, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara.
- III - o Poder Executivo emitirá até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

Art. 23 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão executados a partir da assinatura do convênio.

§ 1º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

Art. 24 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são constantes do Anexo VIII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 26- Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convenio, acordos ou ajustes previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28 - A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 29 - O Poder Executivo poderá ser autorizado a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - abrir créditos adicionais suplementares.
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.
- V - abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício de 2014.

Art. 30 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto no Inciso I, II e III do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1.º - Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

§ 2.º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as administrações direta e indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com Folha de Pagamento.

Art. 32 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma

de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo XIII desta Lei e alterações posteriores.

Art. 33 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitidas por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 35 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art. 36 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 - O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixadas somente será possível nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico, de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2014 ou no decorrer de 2015, respeitando-se os requisitos para preenchimento;

Art. 38 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e legislativo não excederá em percentual os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal, poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41 - Os contratados de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43 - O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Artigo 47 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Artigo 48 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Artigo 49 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Artigo 50 - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Artigo 51 - A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Artigo 52 - O Chefe do Poder Executivo Municipal de Siderópolis enviará à Câmara Municipal, até quinze de novembro de dois mil e quatorze, a proposta orçamentária para o exercício de 2015.

§ 1º Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Artigo 53 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 13 de novembro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 13 de novembro de 2014.

LEI Nº 2.122/2014

LEI Nº 2.122, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
Altera o art. 9º da Lei 2.120 de 08 de outubro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o art. 9º da Lei 2.120 de 08 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. A Taxa de licença deverá ser recolhida antecipadamente à expedição desta no valor de:

I - 100 (cem) UFM's - Unidade Fiscal do Município por dia, para estandes com até 15 metros quadrados;

II - 200 (duzentos) UFM's por dia, para estandes de 15 a 30 metros quadrados;

III - 400 (quatrocentos) UFM's por dia, para a empresa promotora do evento."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 19 de novembro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de novembro de 2014.

LEI Nº 2.123/2014

LEI Nº 2.123, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza o PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a conceder PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE ECOPONTO COM A FINALIDADE DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS TECNOLÓGICOS e dá outras providências.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Permissão de Uso de Espaço Público para instalação de ecopontos, cujos locais serão determinados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com a finalidade de coleta, transporte e disposição final de resíduos tecnológicos.

Art. 2º - Consideram-se resíduos tecnológicos: televisões, rádios, computadores, celulares, baterias, pilhas, eletrônicos, lâmpadas fluorescentes dentre outros.

Art.3º - A presente Permissão será concedida gratuitamente, por período indeterminado, sendo a título precário.

Parágrafo Único - O Município se resguarda no direito de, havendo interesse justificado e relevante ou, sendo ignorada a finalidade desta permissão, revogá-la, sem que caiba qualquer tipo de indenização à beneficiada.

Art.4º - A Permissão de que trata a presente Lei fica condicionada à observância de todas as Leis, normas e regras ambientais e obtenção de licença perante órgãos competentes.

§1º - O não cumprimento da exigência deste artigo revogará de imediato a Permissão constante do caput do art. 1º desta Lei, sem qualquer indenização à beneficiada.

§2º - O Município, quando achar conveniente, efetuará a fiscalização para verificar o cumprimento dos objetivos da Permissão e normas ambientais, podendo proceder na forma do parágrafo anterior caso a finalidade não seja cumprida.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 19 de novembro de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de novembro de 2014.

LEI Nº 2.124/2014

LEI Nº 2.124, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui o Programa Colônia de Férias a ser desenvolvido na Unidade de Educação Infantil/Creche da Rede Municipal de Ensino

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - O Programa Colônia de Férias tem como objetivo o atendimento a crianças em dias e em horários que não coincidam com o período de atividades educacionais previsto no calendário escolar das instituições de período integral da rede municipal de ensino. Este programa será desenvolvido de forma articulada entre as áreas educacionais, assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer, funcionando na própria instalação da creche, mediante a contratação de profissionais para o atendimento da demanda das crianças.

§ 1º O Programa Colônia de Férias será desenvolvido no período de 07 de janeiro a 02 de fevereiro de 2015, para o atendimento das crianças de 8 meses a 5 anos e 7 meses no ato da matrícula, que frequentam a Educação Infantil de período integral da rede municipal.

§ 2º O atendimento do Programa Colônia de Férias não garantirá a matrícula para o ano letivo de 2015.

§ 3º O atendimento do Programa Colônia de Férias será prestado em 01 (uma) Unidade de Educação Infantil: CEIM Olírio Cesa.

§ 4º O programa Colônia de Férias atenderá no máximo 120 crianças.

§ 5º Ficam estabelecidos o local e período para inscrições e seleções das crianças:

I - As inscrições serão realizadas no CEIM Olírio Cesa.

II- O período de inscrição será de 25 a 28 de novembro de 2014.

III - O processo de seleção das crianças será realizado pela Comissão Municipal de Matrícula, no dia 01 de dezembro de 2014.

IV - A divulgação do resultado das crianças selecionadas, bem como a lista de espera, em ordem de classificação, no CEIM Olírio Cesa, será no dia 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º - No ato da inscrição, os pais e/ou responsáveis deverão apresentar a cópia da Carteira de Trabalho ou do contracheque atualizado.

Art. 3º - A criança que não comparecer à Unidade Educativa até o 5º (quinto) dia útil de janeiro de 2015, bem como aquela que apresentar 02 (dois) dias consecutivos de faltas, sem apresentação de uma justificativa por escrito ou atestado médico ao coordenador, perderá o direito à vaga, sendo substituída por outra criança, observando-se a classificação da lista de espera.

Art. 4º - A Unidade Pólo da Educação Infantil ficará sob a responsabilidade de um(a) profissional, que coordenará todas as atividades.

Art. 5º - O horário de atendimento das crianças inscritas no Programa Colônia de Férias será das 6h40min às 18h.

Art. 6º - As atividades do Programa Colônia de Férias serão desenvolvidas por profissionais do quadro do magistério, do quadro civil, terceirizados e entidades afins.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

Art. 8º - Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal de Matrícula, junto à Secretaria de Educação.

Art 9º - Para o desenvolvimento do Programa Colônia de Férias o Município terá como despesas o valor de até R\$ 40.000,00.

Art.. 10 - As despesas correrão a conta da dotação constante do orçamento municipal: 53 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1 - Manutenção de Creches e Pré-Escolas.

Art 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 19 de novembro de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de novembro de 2014.

LEI Nº 2.125/2014

LEI Nº 2.125, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO A APROVAR PROJETOS DE CONDOMÍNIO HORIZONTAL DE LOTES NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Esta lei institui o Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condomínio fechados, na atual lei de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano, que será regido pelos dispositivos desta lei e de seus anexos integrantes.

§ 1º. Serão permitidos condomínios horizontais de lotes, também chamados de condomínios fechados, nas áreas urbanas, aos quais se aplicam os requisitos e procedimentos prescritos nesta Lei e nas demais leis específicas, os índices urbanísticos definidos no Plano Diretor do Município.

§ 2º Serão permitidos condomínios horizontais de lotes, também chamados de condomínios fechados, na área rural desde que respeitados os módulos rurais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e atendidas as especificações prescritas nesta lei.

§ 3º. Para efeitos desta Lei, considera-se como Condomínio Horizontal de Lotes, também chamado de condomínio fechados, o parcelamento de solo, sob a forma da Lei nº 4.591/64 e do Decreto-Lei nº 271/67.

Art. 2º. As obras previstas no artigo 8º da Lei nº 4.591/64, por força do artigo 3º do Decreto-Lei nº 271/67, são as obras de infraestrutura do empreendimento e a unidade autônoma será o lote e não a edificação sobre este.

Parágrafo Único. A propriedade do sistema viário e dos equipamentos comunitários, não passará ao Município, ao contrário, permanece como propriedade dos condôminos.

Art. 3º - Os direitos e deveres dos condôminos deverão ser estabelecidos através de Convenção Condominial, que conterá as normas que vigorarão entre os condôminos, bem como as limitações edilícias e de uso do solo relacionadas com cada unidade, observados o Código de Obras e Plano Diretor do Município.

Art. 4º. Os requisitos para a configuração do Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condomínio fechados, nos quais não haja prévia construção de prédio são:

I - que o empreendimento seja projetado nos moldes da Lei nº 4.591/64, com as alterações constantes do Código Civil vigente, em que cada lote será considerado como unidade autônoma, a ele atribuindo-se uma fração ideal de gleba e coisas comuns, sendo que neste todo existirão também áreas e edificações de uso comum;

II - que haja uma Convenção detalhada de Condomínio, contendo as limitações edilícias e de uso individual e coletivo do solo, elaborada para resguardar a paz jurídica entre os condôminos.

III. Cujo perímetro seja murado e o acesso seja restrito.

Art. 5º. A aprovação dos condomínios horizontais de lote ou também chamados de condomínio fechados, que ser refere esta lei, estará condicionado aos atendimentos das contrapartidas sociais exigidas pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único - Fica dispensada das contrapartidas sociais se o terreno onde será implantado o condomínio horizontal for de propriedade do Poder Público Municipal.

Art. 6º. Após aprovação do empreendimento junto a Prefeitura Municipal de Siderópolis, o empreendedor deverá apresentar ao Ofício do Registro de Imóveis da comarca, no mínimo, os seguintes

documentos:

I - requerimento solicitando o registro da instituição condominial;
II - projeto devidamente aprovado pela Municipalidade, contendo a presente Lei Municipal e o que segue:

- a) memorial descritivo informando todas as particularidades do empreendimento;
- b) planta dos lotes;
- c) planilha de cálculo das áreas;
- d) planilha dos custos da realização da infraestrutura.

III - convenção do condomínio;

IV - anotação de responsabilidade técnica (ART) do responsável pelo projeto e execução.

V- Licenciamento Ambiental na forma da legislação Ambiental, sendo aplicados os parâmetros de loteamento;

VI - Instrumento de garantia da execução das obras;

Art. 7º. Poderá haver a realização de incorporação imobiliária para a consecução do Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados, neste caso, a documentação a ser exigida pelo Registrador Imobiliário será a constante da Lei nº 4.591/64 e suas alterações, se houver.

Art. 8º. Para efeitos tributários, cada lote mencionado no Registro do Condomínio Horizontal de Lotes constituirá unidade isolada, contribuindo, o proprietário, diretamente com as importâncias relativas aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais, na forma dos respectivos lançamentos ou instrumentos de cobrança.

Art. 9º. O projeto do Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados, para ser aprovado pela Municipalidade, primeiro, deverá ser submetido à viabilidade e diretrizes estabelecidas pelo Município, através da no que tange aos aspectos urbanísticos, ambientais e demais legislações em vigor.

Art.10º. Aprovado pela Prefeitura Municipal, totalmente implantado, registrado no Ofício Imobiliário e constituído legalmente o Condomínio, os serviços de instalação, manutenção e conservação de via interna, recolhimento de lixo, pintura de meio-fio, rede de energia elétrica e iluminação, rede de água e esgoto cloacal com tratamento que deverão ser efetuados pelo próprio Condomínio.

§ 1º. Todo o perímetro da Área do Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados deverá ser murado, sendo que o muro deverá ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), que caracterizará a separação da Área utilizada da malha viária urbana, e o acesso ao Condomínio deve ser projetado para a via principal do Município, com recuo adequado para as manobras de acesso dos veículos, com acesso mínimo para dois (02) veículos simultaneamente.

§ 2º. O incorporador deverá executar as seguintes obras, além da infraestrutura: portaria, área destinada ao zelador, prédio da administração do Condomínio, área de lazer e recreação.

§ 3º. Os lotes terão área mínima de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), e pelo menos uma das testadas não poderá ter dimensões menores que 15,00 (quinze metros), a exceção dos lotes de esquina, que terão área mínima de 600,00m² (seiscentos metros quadrados) de área e testada mínima de 18,00 (dezoito) metros; e, em caso de Condomínio Horizontal Popular, obedecerão à metragem mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), com testada mínima de 5m (cinco) metros.

§ 4º. As áreas verdes e de recreação, serão de uso exclusivo do Condomínio, perfazendo um mínimo de 10 % (dez por cento) da área total da gleba do empreendimento; deste percentual, 60% (sessenta por cento) deverão ser equipados para lazer e recreação, e 40% (quarenta por cento) tratada paisagisticamente.

a) Parágrafo único - Fica dispensada das contrapartidas sociais se o terreno onde será implantado o condomínio horizontal for de propriedade do Poder Público Municipal.

§ 5º. No caso de existirem áreas de preservação, poderá ser utilizado no percentual de paisagisticamente.

§ 6º. As áreas de preservação não poderão incidir sobre os lotes e também não poderão ficar encravada, sem acesso.

§ 7º. As divisas dos Condomínios Horizontais de Lotes, também chamado de condomínios fechados, poderão ter até 30(trinta por cento) do seu perímetro com lotes de frente e aberto para via oficial.

§ 8º. A Leitura do consumo de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de energia elétrica por unidade autônoma, pelas concessionárias de serviços, deverá ser garantidas.

Art. 11. Por se tratar de ruas internas e não haver tráfego de veículos pesados, somado ao fato de cada veículo ter estacionamento próprio, não havendo ligação com o sistema viário do Município, para as ruas do Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados será exigido gabarito mínimo de 12,00 (doze), sendo 8 (oito) metros de pista e 2,00 (dois) metros para cada passeio lateral. O material a ser utilizado na pavimentação do arruamento será CBUQ ou bloco intertravado de concreto, aprovada pela Municipalidade.

Art. 12. Para todas as questões técnicas referentes a arruamento e obras de infraestrutura, bem como a aprovação do projeto de Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados, será de competência da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.

Art. 13. Os Condomínio Horizontal de Lotes também chamado de condômino fechados, com área superior a 10.000,00 (dez mil metros quadrados), deverão doar a 4%(quatro por cento) do total do terreno para equipamentos comunitários.

Parágrafo único. A critério de uma comissão interna designada para este fim poderão ser adotadas as seguintes alternativas prevista no caput deste artigo:

I. Doação de área para equipamentos comunitários equivalentes a 4% (quatro por cento) do total do terreno em área não adjacente ao condomínio, mediante estudo de demanda a ser apresentado pelo interessado equivalente em valor e potencial construtivo à que seria doado no perímetro do Condomínio Horizontal de Lotes também chamados de condomínio fechado;

II. Doação de valor monetário correspondente a 4% (quatro por cento) do total do terreno do Condomínio Horizontal de Lotes, também chamado de condomínio fechado, ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social;

III. Aplicação em benfeitoria social no valor monetário correspondente a 4% (quatro por cento) do total do terreno do Condomínio Horizontal de lotes também chamado de condomínio fechado.

Art. 14. No caso de extinção dos Condomínios Horizontais de Lotes, também chamado de condomínios fechados, as áreas comuns, inclusive os benefícios nela executadas, e as vias internas, serão doadas, sem qualquer ônus, para o Município de Siderópolis.

Art. 15. Não serão considerados Condomínios Horizontais de Lotes, também chamado de condomínios fechados, para efeito desta lei, a edificação multifamiliar vertical isolada construída em lote resultante de parcelamento.

Art. 16. Ao ser registrado na Serventia Registral da Comarca, o projeto de Condomínios Horizontais de Lotes, também chamado de condomínios fechados, deverá ter especificada a condição de uso da área somente para este fim.

Art. 17. Os demais procedimentos para aprovação do projeto de Condomínios Horizontais de Lotes, também chamado de condomínios fechados, serão aplicados subsidiariamente as leis de

parcelamento do solo, Municipal, Estadual e Federal.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 21 de novembro de 2014.

RONI REMOR

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 21 de novembro de 2014.

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 153/2014

PORTARIA Nº 153 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/12/2014, o senhor ERNANI GILBERTO MARQUES BARBOSA, matrícula 2817, nomeada pela portaria nº 009, de 06 de janeiro de 2003, para o Cargo de Fiscal de Tributos, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria 009, de 06 de janeiro de 2003.

Município de Sombrio-SC, 01 de dezembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL 776

LEI MUNICIPAL Nº. 776/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial do Município de Tigrinhos.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Diário Oficial dos Municípios" emitido por intermédio do Consórcio de Informática na Gestão Municipal - CIGA, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos do Município de Tigrinhos.

§ 1º O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

§ 2º A instituição do Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei não exclui a possibilidade de publicação de leis ou atos administrativos por meio da imprensa local e regional.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos, salvo disposição em contrário, entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Enquanto não iniciada a veiculação do Diário Oficial dos Municípios, as leis e atos administrativos do Município continuarão a ser publicados na imprensa local.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Tigrinhos/SC, 25 de Novembro de 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 777 - LOA 2015

LEI MUNICIPAL Nº. 777/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de TIGRINHOS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.118.357,91 (dez milhões, cento e dezoito mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 10.118.357,91 (dez milhões, cento e dezoito mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) sendo em R\$ 10.118.357,91 (dez milhões, cento e dezoito mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.118.357,91 (dez milhões, cento e dezoito mil trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos) e fixa a Despesa para Câmara Municipal em R\$ 531.470,00 (quinhentos e trinta e um mil quatrocentos e setenta reais), em R\$ 9.586.887,91 (nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 1.977.465,96 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos) as Transferências Financeiras a TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS A CAMARA DE VEREADORES, TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS FUNDO DE SAÚDE.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.Receitas	10.118.357,91
4.1. RECEITAS CORRENTES	9.264.857,91
4.2. RECEITA DE CAPITAL	853.500,00

Total: 10.118.357,91

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.977.465,96
Total:	1.977.465,96
Total geral:	12.095.823,87

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - GABINETE DO PREFEITO	449.400,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	899.938,50
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA	280.031,60
05.00 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE	2.191.413,20
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL	2.679.342,08
07.00 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URB. AGRIC. INTER	3.041.762,53
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00

Total: 10.118.357,91

TRANSF. FINANC. A SECRETARIA DA FAZENDA 1.977.465,96

Total: 1.977.465,96
Total geral: 12.095.823,87

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	531.470,00
04 - Administração	1.352.179,60
06 - Segurança Pública	14.980,00

08 - Assistência Social 580.292,50
 10 - Saúde 2.098.049,58
 12 - Educação 2.038.753,20
 13 - Cultura 58.500,00
 15 - Urbanismo 1.432.477,00
 16 - Habitação 1.000,00
 18 - Gestão Ambiental 20.000,00
 20 - Agricultura 892.513,53
 22 - Indústria 5.000,00
 26 - Transporte 691.772,00
 27 - Desporto e Lazer 104.160,00
 28 - Encargos Especiais 252.210,50
 99 - Reserva de Contingência 45.000,00

Total: 10.118.357,91

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.465,96
 Total: 1.977.465,96 Total geral: 12.095.823,87

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa 531.470,00
 61 - Ação Judiciária 50.000,00
 121 - Planejamento e Orçamento 449.400,00
 122 - Administração Geral 759.100,00
 123 - Administração Financeira 143.679,60
 128 - Formação de Recursos Humanos 65.858,50
 181 - Policiamento 14.980,00
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 107.990,00
 244 - Assistência Comunitária 483.302,50
 301 - Atenção Básica 1.969.996,26
 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 86.216,32
 304 - Vigilância Sanitária 41.837,00
 306 - Alimentação e Nutrição 69.229,00
 361 - Ensino Fundamental 1.585.717,19
 362 - Ensino Médio 76.071,96
 363 - Ensino Profissional 23.112,00
 364 - Ensino Superior 48.150,00
 365 - Educação Infantil 236.473,05
 392 - Difusão Cultural 58.500,00
 451 - Infraestrutura Urbana 1.319.510,00
 452 - Serviços Urbanos 112.967,00
 453 - Recuperação de Áreas Degradadas 836.713,53
 544 - Recursos Hídricos 20.700,00
 605 - Abastecimento 33.700,00
 608 - Promoção da Produção Agropecuária 21.400,00
 661 - Promoção Industrial 5.000,00
 782 - Transporte Rodoviário 691.772,00
 812 - Desporto Comunitário 94.160,00
 843 - Serviço da Dívida Interna 136.352,00
 999 - Reserva de Contingência 45.000,00
 Total: 10.118.357,91

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.465,96
 Total: 1.977.465,96
 Total geral: 12.095.823,87

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1000 - PROCESSO LEGISLATIVO 531.470,00
 1001 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR 449.400,00
 1002 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 769.100,00
 1003 - TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 143.679,60
 1004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA PLENA 8.560,00
 1005 - CRIANÇA NA ESCOLA 1.993.093,20
 1006 - ESPORTE E CULTURA 152.660,00
 1008 - ASSISTENCIA SOCIAL 172.025,00
 1010 - SAÚDE 2.092.699,58
 1011 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA 451.777,00

1014 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA 80.700,00
 1015 - PARQUE RODOVIÁRIO E RODOVIAS MUNICIPAIS 691.772,00
 1016 - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E MATERIAIS 10.000,00
 1017 - PROFISSIONALIZANDO, CAP. PRODUTOR RURAL 858.813,53
 1018 - ÁGUA POTÁVEL 43.700,00
 1019 - ENCARGOS GERAIS 267.190,50
 1021 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00
 1024 - Construção de Pavilhão Industrial e Infraestrutura 900.000,00
 1025 - Manutenção e Conservação Centro de Saúde 5.350,00
 1026 - Ampliação do Colégio Municipal 37.100,00
 1135 - Aquisição de área de terra para Const. Unid. Habit. 5.000,00
 1136 - Concessão de Incentivos Econômicos e/ou Materiais Ind. 5.000,00
 1142 - Incentivo a Habitação 1.000,00
 1143 - Proteção Social Básica 272.867,50
 1144 - Serviço da Proteção Social Especial 130.400,00

Total: 10.118.357,91

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.467,96
 Total: 1.977.467,96
 Total geral: 12.095.823,87

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 8.267.286,59
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.587.069,30
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 2.140,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.678.077,29

DESPESAS DE CAPITAL 1.806.071,32
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 1.671.859,32
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 134.212,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00
 9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00

Total: 10.118.357,91

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.465,96
 Total: 1.977.465,96 Total geral: 12.095.823,87

Do Orçamento do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Art. 3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 9.466.304,19 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil trezentos e quatro reais e dezenove centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.977.465,96 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 7.488.838,33 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 9.466.304,19
 4.1. RECEITAS CORRENTES 8.634.204,19
 4.2. RECEITAS DE CAPITAL 832.100,00
 Total: 9.466.304,19

Total geral: 9.466.304,19

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.352.179,60
 06 - Segurança Pública 14.980,00
 08 - Assistência Social 580.292,50
 12 - Educação 2.038.753,20
 13 - Cultura 58.500,00
 15 - Urbanismo 1.432.477,00
 16 - Habitação 1.000,00
 18 - Gestão Ambiental 20.000,00
 20 - Agricultura 892.513,53
 22 - Indústria 5.000,00
 26 - Transporte 691.772,00
 27 - Desporto e Lazer 104.160,00
 28 - Encargos Especiais 252.210,50
 99 - Reserva de Contingência 45.000,00
 Total: 7.488.838,33

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.465,96

Total: 1.977.465,96

Total geral: 9.466.304,29

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 5.715.706,33
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.128.373,10
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 2.140,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 2.585.193,23

DESPESAS DE CAPITAL 1.728.132,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 1.593.920,00
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 134.212,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00
 9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00

Total: 7.488.838,33

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.977.465,96

Total: 1.977.465,96 Total geral: 9.466.304,29

Do Orçamento do (a) CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Art. 4º - O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 531.470,00 (quinhentos trinta um mil quatrocentos e setenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 531.470,00
 Total: 531.470,00
 Total geral: 531.470,00

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional,

funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 531.470,00
 Total: 531.470,00
 Total geral: 531.470,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 522.910,00 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 428.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 94.910,00

DESPESAS DE CAPITAL 8.560,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 8.560,00

Total: 531.470,00
 Total geral: 531.470,00

Do Orçamento do (a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIGRINHOS

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIGRINHOS para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 652.053,72 (seiscentos e cinquenta dois mil cinquenta e três reais e setenta dois centavos) e fixa as Despesas em R\$ 2.098.049,58 (dois milhões, noventa e oito mil quatrocenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 652.053,72
 4.1. RECEITAS CORRENTES 630.653,72
 4.2. RECEITA DE CAPITAL 21.400,00
 Total: 652.053,72

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 1.445.995,96
 Total: 1.445.995,96
 Total geral: 2.098.049,68

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 2.098.049,58
 Total: 2.098.049,58
 Total geral: 2.098.049,58

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 2.098.049,58
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 1.030.696,20
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 997.974,06

DESPESAS DE CAPITAL 69.379,32
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 69.379,32

Total: 2.098.049,58

Total geral: 2.098.049,58

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00

9.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 45.000,00

Total: 45.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "outros riscos e eventos imprevistos", conforme definido no §2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas

priorizados nesta lei.

Art. 13º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 778

LEI MUNICIPAL Nº. 778/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONFERE NOVA REDAÇÃO AO § 1º e § 2º, DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº. 584/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado §1º e §2º, do Artigo 2º da Lei Municipal nº. 584/2010 de 20 de Dezembro de 2010, que passaram a ter a seguinte redação:

Art. 2º O Bônus Fiscal será calculado tendo como referência base o movimento anual de vendas, o qual será apurado com o Bloco de Produtor Rural, devidamente acompanhado de Contra Nota Fiscal de venda do ano anterior.

§ 1º O percentual de base de cálculo será de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do movimento de vendas nos termos do caput deste artigo, onde:

a) Movimento de vendas, (MV), referente ao ano base, para ser pago no exercício seguinte.

b) Base de cálculo (2,50%)

c) Bônus Fiscal (BF)

$MV \times 2,50\% = BF$.

§ 2º O limite máximo fixado por Bônus Fiscal é de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta Reais) por Inscrição Estadual ano, e o limite mínimo será de R\$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art.3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 779

LEI MUNICIPAL Nº. 779/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 012/1997, QUE DISPÕE SOBRE O
ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TI-
GRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os artigos 70, 81, 126, 127, 128 e 129 da Lei Municipal Nº 012/1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. A revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais será realizada anualmente no mês de janeiro, através de decreto, pelo índice de variação do INPC apurado pelo IBGE.

“Art. 81. O adicional por tempo de serviço prestado exclusivamente com servidor efetivo municipal, será devido à razão de 6% (seis por cento) para cada 03 (três) anos de serviço público prestado ao Município, contados a partir da data de posse no cargo Público, incidente sobre o vencimento base do servidor ocupante de cargo efetivo.

§ 1º O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.

§ 2º O servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o maior vencimento.

§ 3º O adicional por tempo de serviço é acrescido em caráter definitivo ao vencimento, não servindo como base para cálculo de outros adicionais.

§ 4º O servidor terá como teto para a percepção do adicional por tempo de serviço, o percentual de 30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento base.”

“Art. 126. Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 1º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, que deverá ser concedida pelo Chefe do Poder Público dentro dos 12 (doze) meses posteriores ao requerimento.

§ 2º É vedado o acúmulo de licença-prêmio, podendo a mesma ser convertida em abono pecuniário até o percentual de 50% (cinquenta por cento), desde que o servidor apresente requerimento e seja deferido pelo Prefeito Municipal.

§ 3º Em caso de excepcional necessidade de continuidade do serviço público desenvolvido pelo servidor municipal, que não possa ser substituído por outro servidor do quadro efetivo, poderá ser convertida a licença prêmio em abono pecuniário em percentual equivalente a 100% (cem por cento).

“Art. 127. Interrompem o curso do prazo de prêmio, para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

- I - penalidade disciplinar de suspensão;
- II - afastamento do cargo em virtude de:
 - a) licença para tratar de interesses particulares;
 - b) licença para tratamento de pessoa da família quando não remunerada;
 - c) condenação à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
 - d) desempenho de mandato classista;

- e) afastamento de cônjuge ou companheiro; e
- f) licença para atividade política.

Parágrafo único. As faltas não justificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo.”

Art. 128. Revogado

Art. 129. O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de Janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL 780

LEI MUNICIPAL Nº. 780/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERE-
ADORES ATRAVÉS DA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PROJ/ATIV: 01.031.1000.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
MODALIDADE: 3.1.90.01.0000 (2).. R\$ 35.000,00
FONTE DE RECURSOS: 0000 - Recursos Ordinários Livres
MODALIDADE: 3.3.90.01.0000 (4) R\$ 15.000,00
FONTE DE RECURSOS: 0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), através da redução de dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
PROJ/ATIV: 13.392.1006.1.169 - Construção Salão Comunitário de Linha Nova
MODALIDADE: 4.4.90.01.0000 (173) R\$ 50.000,00
FONTE DE RECURSOS: 0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 105/2014

DECRETO Nº. 105/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 7º, da Lei Municipal nº 0731, de 27 de novembro de 2013 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores na seguinte dotação orçamentária:

01 - PREFEITURA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.1000.2.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 30.000,00 (vinte mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica reduzida a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores:

01 - PREFEITURA MUNICIPAL

01.02 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.1000.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EMENDA LEI ORGÂNICA 003/2014

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº. 003/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que trata da publicação dos atos Municipais.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica:

Art. 1º O Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 88 A publicação dos atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em órgão da imprensa local ou regional a que pertencer.

§ 1º. A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para

publicação dos atos municipais.

§ 2º. A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 046-2014

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 046/2014.

Convite nº. 018/2014

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 86.242.252/0004-95 para fornecimento de Peças e Mão de Obra para Conserto do Caminhão Truque Placas MKL7893, sob o regime de Menor Preço por Item.

TIGRINHOS/SC, em 26 de Novembro de 2014.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.737/2014

LEI Nº 1.737, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Timbé do Sul para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.550.000,00 (dezessete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 12.323.800,00 (doze milhões, trezentos e vinte e três mil e oitocentos reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 5.226.200,00 (cinco milhões, duzentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 15.428.000,00 (quinze milhões quatrocentos e vinte e oito mil reais), fixa a Despesa em R\$ 12.216.000,00 (doze milhões, duzentos e dezesseis mil reais) do Poder Executivo, fixa em R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais) as transferências financeiras para a Câmara Municipal, e em R\$ 2.422.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada no quadro abaixo, com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	16.141.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	636.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	50.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.283.200,00
9.0	DEDUÇÕES P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	(2.476.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	141.800,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	1.763.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	380.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.363.000,00
	TOTAL	15.428.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas

da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 -	GABINETE DO PREFEITO	315.000,00
03 -	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.425.000,00
04 -	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	5.134.000,00
07 -	SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	3.117.000,00
08 -	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	748.000,00
09 -	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	160.000,00
11 -	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	676.200,00
14 -	ENCARGOS GERAIS	456.000,00
15 -	FUNDO M. DIR. INFÂNCIA E ADOLESCENTE	152.000,00
16 -	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	114.800,00
13 -	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00
	SOMA:	12.216.000,00

Transferências Financeiras para o F. M. Saúde	2.422.000,00
Transferências Financeiras para a Câmara Municipal de Vereadores	790.000,00
SOMA:	3.212.000,00
TOTAL:	15.428.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	1.740.000,00
08	Assistência Social	888.200,00
12	Educação	4.579.000,00
13	Cultura	137.000,00
15	Urbanismo	1.015.000,00
16	Habitação	54.800,00
20	Agricultura	714.000,00
22	Indústria	160.000,00
26	Transporte	2.136.000,00
27	Desporto e Lazer	418.000,00
28	Encargos Especiais	456.000,00
99	Reserva de Contingência	8.000,00
	SOMA:	12.216.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.212.000,00
	TOTAL:	15.428.000,00

III- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA (Não inclusa a Câmara e Vereadores)

	DESPESAS CORRENTES	9.506.800,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargo Sociais	5.861.800,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	46.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.599.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	2.709.200,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.499.200,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	210.000,00
	SOMA:	12.216.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS P/ O FUNDO M. SAÚDE	2.422.000,00
	TRANSF. PARA A CÂMARA DE VEREADORES	790.000,00
	TOTAL:	15.428.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 3º - O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL para o exercício de 2015 estima as Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura e fixa as Despesas em R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentárias, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA PREFEITURA	790.000,00
TOTAL:	790.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVA	790.000,00
TOTAL:		790.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	690.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	100.000,00
TOTAL:		790.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

Art. 4º - O Orçamento da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL para o exercício de 2015, estima a Receita em

R\$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.422.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 3.752.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas no quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.150.000,00
1.3	RECEITA TRIBUTÁRIA	80.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.050.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	170.000,00
	SOMA:	1.330.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.422.000,00
	SOMA:	3.752.000,00

§ 2º - A Despesa da Unidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	3.748.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
	SOMA:	3.752.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	3.505.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.644.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.861.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	243.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	243.000,00
9.9.99.00.00.00	Reserva de Contingência	4.000,00
	SOMA:	3.752.000,00

DO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

Art. 5º - O Orçamento da Unidade SAMAE DE TIMBÉ DO SUL para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 792.000,00 (setecentos e noventa dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas no quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	592.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	1.660,00

1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	562.720,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.620,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00
	SOMA:	792.000,00

§ 2º - A Despesa da Unidade SAMAE DE TIMBÉ DO SUL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	792.000,00
	SOMA:	792.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	517.447,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	270.467,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	246.980,00
	DESPESAS DE CAPITAL	274.553,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	274.553,00
	SOMA:	792.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 6º - As despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, para o exercício de 2.015, estão destacadas em órgão próprio da Administração Municipal no Orçamento da Unidade Gestora Central.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas próprias na Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 7º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

99	Reserva de Contingência	4.000,00
	Passivos Contingentes	4.000,00

UNIDADE GESTORA SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

99	Reserva de Contingência	1.980,00
	Passivos Contingentes	1.980,00

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

99	Reserva de Contingência	8.000,00
	Passivos Contingentes	8.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 07/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 9º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurando o ingresso dos recursos no fluxo de caixa.

Art. 11 - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 13 - Durante o Exercício de 2015, através de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, verificados os dispositivos da legislação federal pertinente.

Art. 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios, Ajustes ou Acordos a que se referem este artigo e o artigo anterior serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em

até 30 dias contados de sua assinatura.

Art. 16 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Art. 18 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Timbé do Sul, 02 de dezembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO LEI Nº 1.737/2014**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						315.000,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO						315.000,00
Proj./Ativ.: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito			Localizador: Descrição gerada pela conver			
1	04.122.102	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	277.000,00
1	04.122.102	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
1	04.122.102	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
Total:						300.000,00
Proj./Ativ.: 2.033 - Manutenção das Ações da Defesa Civil			Localizador: Descrição gerada pela conver			
2	04.122.117	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
2	04.122.117	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						15.000,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						1.425.000,00
Unidade: 03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						1.425.000,00
Proj./Ativ.: 1.003 - Aquisição de Veículos e Equip. Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver			
3	04.122.117	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
3	04.122.117	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0091.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						10.000,00
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção da Secretaria de Adm e Finanças			Localizador: Descrição gerada pela conver			
4	04.122.103	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	600.000,00
4	04.122.103	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	100.000,00
4	04.122.103	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	656.000,00
4	04.122.103	3.3.93.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorre	Não	Não	Não	4.000,00
4	04.122.103	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
Total:						1.415.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						5.134.000,00
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						5.134.000,00
Proj./Ativ.: 1.004 - Ampliação da Rede Física do Ensino Básico			Localizador: Descrição gerada pela conver			
6	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
6	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0022.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
6	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						70.000,00
Proj./Ativ.: 1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver			
7	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0022.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110.000,00
7	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
7	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
7	12.361.118	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0091.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						265.000,00
Proj./Ativ.: 1.006 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil			Localizador: Descrição gerada pela conver			
8	12.365.104	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0022.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	210.000,00
8	12.365.104	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.000,00
Total:						219.000,00
Proj./Ativ.: 1.007 - Aquisição, Const. Ampliação de Praças Poliesportivas			Localizador: Descrição gerada pela conver			
9	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	22.000,00
9	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.400,00
9	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
Total:						96.400,00
Proj./Ativ.: 1.008 - Construção de Ginásio de Esportes			Localizador: Descrição gerada pela conver			
10	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
10	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0087.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	33.600,00
10	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						5.134.000,00
Unidade: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						5.134.000,00
Proj./Ativ.: 1.008 - Construção de Ginásio de Esportes						Localizador: Descrição gerada pela conver
10	27.812.119	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						201.600,00
Proj./Ativ.: 2.006 - Manutenção do Ensino Básico						Localizador: Descrição gerada pela conver
11	12.361.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0088.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	766.000,00
11	12.361.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	209.000,00
11	12.361.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	480.000,00
11	12.361.104	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0082.000000.01.03.00 - Transferencias a Instituic	Sim	Não	Não	5.000,00
11	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
11	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
11	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0086.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	20.000,00
11	12.361.104	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
Total:						1.650.000,00
Proj./Ativ.: 2.007 - Programa de Alimentação Escolar						Localizador: Descrição gerada pela conver
12	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	80.000,00
12	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0084.000000.01.03.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	50.000,00
Total:						130.000,00
Proj./Ativ.: 2.008 - Manutenção do Transporte Escolar						Localizador: Descrição gerada pela conver
13	12.361.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.01.02.03 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	100.000,00
13	12.361.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	600.000,00
13	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
13	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0086.000000.01.03.01 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	100.000,00
13	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0085.000000.01.03.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	150.000,00
13	12.361.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
Total:						1.350.000,00
Proj./Ativ.: 2.009 - Manutenção do Ensino Infantil						Localizador: Descrição gerada pela conver
14	12.365.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	15.000,00
14	12.365.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0088.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	530.000,00
14	12.365.104	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	295.000,00
14	12.365.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0089.000000.01.02.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
14	12.365.104	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	25.000,00
14	12.365.104	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0087.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	25.000,00
Total:						895.000,00
Proj./Ativ.: 2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura						Localizador: Descrição gerada pela conver
15	13.392.126	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	25.000,00
15	13.392.126	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						35.000,00
Proj./Ativ.: 2.011 - Promoção e Divulgação de Eventos Culturais						Localizador: Descrição gerada pela conver
16	13.392.126	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	10.000,00
16	13.392.126	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
16	13.392.126	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	42.000,00
Total:						102.000,00
Proj./Ativ.: 2.012 - Manutenção do Esporte Amador						Localizador: Descrição gerada pela conver
17	27.812.119	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	60.000,00
17	27.812.119	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
Total:						120.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES						3.117.000,00
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS						3.117.000,00
Proj./Ativ.: 1.014 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários						Localizador: Descrição gerada pela conver
18	26.782.122	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	95.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES						3.117.000,00
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS						3.117.000,00
Proj./Ativ.: 1.014 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários			Localizador: Descrição gerada pela conver			
18	26.782.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0091.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
18	26.782.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
18	26.782.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
18	26.782.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	75.000,00
Total:						285.000,00
Proj./Ativ.: 1.015 - Construção de Praça Pública			Localizador: Descrição gerada pela conver			
19	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
19	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
19	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						60.000,00
Proj./Ativ.: 1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas			Localizador: Descrição gerada pela conver			
20	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
20	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
20	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
20	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
Total:						390.000,00
Proj./Ativ.: 1.017 - Construção de Ponte, Pontilhões e Passeios Públicos			Localizador: Descrição gerada pela conver			
21	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
21	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	35.000,00
21	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
21	15.451.123	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
Total:						85.000,00
Proj./Ativ.: 2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município			Localizador: Descrição gerada pela conver			
22	26.782.110	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	920.000,00
22	26.782.110	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
22	26.782.110	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0070.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
22	26.782.110	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0061.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
22	26.782.110	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0060.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
22	26.782.110	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
22	26.782.110	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
22	26.782.110	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
Total:						1.800.000,00
Proj./Ativ.: 2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo			Localizador: Descrição gerada pela conver			
23	15.451.122	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
23	15.451.122	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
23	15.451.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
23	15.451.122	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						200.000,00
Proj./Ativ.: 2.026 - Manutenção de Iluminação Pública			Localizador: Descrição gerada pela conver			
24	15.451.122	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
24	15.451.122	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	230.000,00
Total:						280.000,00
Proj./Ativ.: 2.040 - Convênio Fiscalização Trânsito e Segurança			Localizador: Descrição gerada pela conver			
25	26.782.127	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
25	26.782.127	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0020.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
25	26.782.127	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0021.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
25	26.782.127	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200,00
25	26.782.127	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0470.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.800,00
25	26.782.127	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0483.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES						3.117.000,00
Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS						3.117.000,00
Proj./Ativ.: 2.040 - Convênio Fiscalização Trânsito e Segurança			Localizador: Descrição gerada pela conver			
25	26.782.127	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0019.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500,00
25	26.782.127	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0020.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500,00
25	26.782.127	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0021.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.500,00
Total:						17.000,00
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						658.000,00
Unidade: 08.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA						658.000,00
Proj./Ativ.: 1.018 - Aquisição de Veiculos e Equip. p/ Agricultura			Localizador: Descrição gerada pela conver			
26	20.122.125	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0091.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
26	20.122.125	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0093.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
26	20.122.125	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	21.000,00
26	20.122.125	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.000,00
26	20.122.125	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
Total:						104.000,00
Proj./Ativ.: 1.020 - Sinalização de Transito e Indicativos			Localizador: Descrição gerada pela conver			
27	26.122.126	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	24.000,00
27	26.122.126	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						34.000,00
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura			Localizador: Descrição gerada pela conver			
28	20.122.125	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	135.000,00
28	20.122.125	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
Total:						190.000,00
Proj./Ativ.: 2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor			Localizador: Descrição gerada pela conver			
29	20.122.125	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	180.000,00
29	20.122.125	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	30.000,00
29	20.122.125	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
Total:						330.000,00
Órgão: 09.00 - SECR. PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO						160.000,00
Unidade: 09.01 - DEPARTAMENTO PLANEJ. INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO						160.000,00
Proj./Ativ.: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo			Localizador: Descrição gerada pela conver			
30	22.122.126	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	80.000,00
30	22.122.126	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
Total:						160.000,00
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO						676.200,00
Unidade: 11.01 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO						676.200,00
Proj./Ativ.: 1.009 - Construção do Centro de Múltiplo Uso			Localizador: Descrição gerada pela conver			
31	08.241.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
31	08.241.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						110.000,00
Proj./Ativ.: 1.011 - Construção de Unidades Sanitarias Domiciaieares			Localizador: Descrição gerada pela conver			
33	08.244.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.400,00
33	08.244.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						22.400,00
Proj./Ativ.: 2.013 - Manutenção do Dpto de Promoção Social			Localizador: Descrição gerada pela conver			
34	08.241.121	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0037.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	45.000,00
34	08.241.121	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	124.800,00
34	08.241.121	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Não	1.000,00
34	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	53.000,00
34	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0037.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO						676.200,00
Unidade: 11.01 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO						676.200,00
Proj./Ativ.: 2.013 - Manutenção do Dpto de Promoção Social			Localizador: Descrição gerada pela conver			
34	08.241.121	4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						234.800,00
Proj./Ativ.: 2.014 - Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes			Localizador: Descrição gerada pela conver			
35	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
Total:						12.000,00
Proj./Ativ.: 2.015 - Apoio a Clube de Mães			Localizador: Descrição gerada pela conver			
36	08.244.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.000,00
36	08.244.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						24.000,00
Proj./Ativ.: 2.016 - Apoio a Pessoa Idosa			Localizador: Descrição gerada pela conver			
37	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
37	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0478.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						20.000,00
Proj./Ativ.: 2.017 - Apoio ao Portador de Deficiência			Localizador: Descrição gerada pela conver			
38	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	64.000,00
38	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0032.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
Total:						79.000,00
Proj./Ativ.: 2.018 - Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes			Localizador: Descrição gerada pela conver			
39	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
39	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
39	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.000,00
39	08.241.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0395.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
Total:						24.000,00
Proj./Ativ.: 2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil			Localizador: Descrição gerada pela conver			
40	08.244.121	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
40	08.244.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
40	08.244.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0034.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
Total:						140.000,00
Proj./Ativ.: 2.043 - Manutenção do Fundo de Assistência Social			Localizador: Descrição gerada pela conver			
52	08.122.121	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						10.000,00
Órgão: 13.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						8.000,00
Unidade: 13.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						8.000,00
Proj./Ativ.: 9.991 - Reserva de Contingência - Prefeitura			Localizador: Descrição gerada pela conver			
5	99.999.135	3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	8.000,00
Total:						8.000,00
Órgão: 14.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						456.000,00
Unidade: 14.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO						456.000,00
Proj./Ativ.: 0.001 - Amortização da Dívida Fundada			Localizador: Descrição gerada pela conver			
41	28.843.0	3.2.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	46.000,00
41	28.843.0	4.6.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	110.000,00
Total:						156.000,00
Proj./Ativ.: 0.004 - Encargos Gerais do Município			Localizador: Descrição gerada pela conver			
42	28.843.0	3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	200.000,00
42	28.843.0	4.6.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						300.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL						12.216.000,00
Órgão: 15.00 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊ						152.000,00
Unidade: 15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolesce						152.000,00
Proj./Ativ.: 2.020 - Manutenção do Fundo M. Dir. Criança e do Adolec.			Localizador: Descrição gerada pela conver			
49	08.243.121	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	30.000,00
49	08.243.121	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0481.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
49	08.243.121	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
49	08.243.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
Total:						72.000,00
Proj./Ativ.: 2.042 - Apoio a Criança e Adolescente em Situação de Risco			Localizador: Descrição gerada pela conver			
51	08.243.121	3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Pút	Não	Sim	Não	50.000,00
51	08.243.121	3.3.71.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	20.000,00
51	08.243.121	4.4.71.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						80.000,00
Órgão: 16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL						114.800,00
Unidade: 16.01 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social						114.800,00
Proj./Ativ.: 1.010 - Construção de Unidades Habitacionais			Localizador: Descrição gerada pela conver			
32	16.842.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
32	16.842.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.800,00
Total:						54.800,00
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção do Fundo Munic. de Habitação de Interesse Social			Localizador: Descrição gerada pela conver			
50	08.482.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
50	08.482.121	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						60.000,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL						3.752.000,00
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						3.748.000,00
Unidade: 06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						3.748.000,00
Proj./Ativ.: 1.012 - Aquisição de Veículos			Localizador: Descrição gerada pela conver			
1	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0091.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
1	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
1	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0023.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
1	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	35.000,00
Total:						100.000,00
Proj./Ativ.: 1.013 - Construção e Ampliação da Unidade Central de Saúde			Localizador: Descrição gerada pela conver			
2	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0023.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	15.000,00
2	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
2	10.301.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0026.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	115.000,00
Total:						140.000,00
Proj./Ativ.: 2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde			Localizador: Descrição gerada pela conver			
3	10.301.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0303.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	125.000,00
3	10.301.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0041.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	200.000,00
3	10.301.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	1.075.000,00
3	10.301.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0043.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	190.000,00
3	10.301.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0042.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	40.000,00
3	10.301.109	3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Transferencias a Instituic	Não	Não	Sim	240.000,00
3	10.301.109	3.3.71.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Transferências a Consór	Não	Não	Sim	300.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0042.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	624.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0041.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0043.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
3	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0040.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	296.000,00
Total:						3.250.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL						3.752.000,00
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						3.748.000,00
Unidade: 06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						3.748.000,00
Proj./Ativ.: 2.022 - Manutenção da Vigilância Sanitária			Localizador: Descricao gerada pela conver			
4	10.304.109	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Sim	14.000,00
4	10.304.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0045.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	7.000,00
4	10.304.109	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0045.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	3.000,00
Total:						24.000,00
Proj./Ativ.: 2.023 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica			Localizador: Descricao gerada pela conver			
5	10.305.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	10.000,00
5	10.305.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0046.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	14.000,00
Total:						24.000,00
Proj./Ativ.: 2.031 - MAC Ambulatoria e Hospitalar			Localizador: Descricao gerada pela conver			
6	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
6	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0362.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	40.000,00
Total:						50.000,00
Proj./Ativ.: 2.032 - Assistencia Farmaceutica Basica			Localizador: Descricao gerada pela conver			
7	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	85.000,00
7	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0103.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
7	10.301.109	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						160.000,00
Órgão: 99.00 - Reserva de Contingência						4.000,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência						4.000,00
Proj./Ativ.: 9.992 - Reserva de Contingência			Localizador: Descricao gerada pela conver			
8	99.999.9999	9.9.99.00.00.00.00.00.00.01.0101.000000.02.01.00 - RESERVA DE CONTINC	Não	Não	Sim	4.000,00
Total:						4.000,00
Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL						792.000,00
Órgão: 02.00 - SAMAE						1.980,00
Unidade: 02.99 - Reserva de Contingência.						1.980,00
Proj./Ativ.: 9.993 - Reserva de Contingencia - SAMAE			Localizador: Descricao gerada pela conver			
6	98.998.135	3.3.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.980,00
Total:						1.980,00
Órgão: 17.00 - SAMAE						790.020,00
Unidade: 17.01 - SAMAE						790.020,00
Proj./Ativ.: 1.021 - Ampliação do Sist. de Abastecimento de Água da Sede			Localizador: Descricao gerada pela conver			
1	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
1	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0090.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
Total:						160.000,00
Proj./Ativ.: 1.022 - Implantação Sistema Esgoto Sanitário (Redes e Lagoa)			Localizador: Descricao gerada pela conver			
2	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0090.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
2	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
Total:						95.000,00
Proj./Ativ.: 1.023 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais			Localizador: Descricao gerada pela conver			
3	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
Total:						12.000,00
Proj./Ativ.: 1.024 - Obras e Instalações no Laboratório CISAN-SUL			Localizador: Descricao gerada pela conver			
4	17.122.130	4.4.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.553,00
Total:						2.553,00
Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do SAMAE (Pessoal)			Localizador: Descricao gerada pela conver			
5	17.122.130	3.1.70.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Transferencias a Consór	Não	Sim	Não	5.000,00
5	17.122.130	3.1.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	265.467,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/8

Data: 05/11/2014

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL						792.000,00
Órgão: 17.00 - SAMAE						790.020,00
Unidade: 17.01 - SAMAE						790.020,00
Proj./Ativ.: 2.030 - Manutenção do SAMAE (Pessoal)			Localizador: Descrição gerada pela conver			
5	17.122.130	3.3.70.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Mu	Não	Não	Não	5.000,00
5	17.122.130	3.3.90.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	240.000,00
5	17.122.130	4.4.70.00.00.00.00.00.00.02.0001.000000.00.00.00 - Transf a Instituicoes Mul	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						520.467,00
Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBE DO SUL						790.000,00
Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES						790.000,00
Unidade: 01.01 - CAMARA DE VEREADORES						790.000,00
Proj./Ativ.: 1.001 - Aquisição de Veiculo e Equipamento Funcionais			Localizador: Descrição gerada pela conver			
1	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						30.000,00
Proj./Ativ.: 1.002 - Ampliação da Sede do Poder Legislativo			Localizador: Descrição gerada pela conver			
2	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
Total:						60.000,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores			Localizador: Descrição gerada pela conver			
3	01.031.1	3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	600.000,00
3	01.031.1	3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
3	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						700.000,00
Total Geral:						17.550.000,00

ANEXO LEI Nº 1.737/2014

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/7
Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		636.000,00	16.141.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		571.000,00	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	431.000,00		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	240.000,00		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 60%	144.000,00		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 25%	60.000,00		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana 15%	36.000,00		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	165.000,00		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	165.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60%	99.000,00		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25%	41.250,00		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15%	24.750,00		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	26.000,00		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis 60%	15.600,00		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis 25%	6.500,00		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis 15%	3.900,00		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	140.000,00		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	140.000,00		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60%	84.000,00		
1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25%	35.000,00		
1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15%	21.000,00		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		60.000,00	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	30.000,00		
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	15.000,00		
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	15.000,00		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	30.000,00		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	30.000,00		
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		5.000,00	
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	5.000,00		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		50.000,00	
1.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		50.000,00	
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação	50.000,00		
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		30.000,00	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		30.000,00	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	30.000,00		

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/7

Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Rec Vinculados	30.000,00		
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	30.000,00	15.283.200,00	
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		15.278.200,00	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.672.200,00		
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.025.000,00		
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.000.000,00		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 60%	5.202.400,00		
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 25%	288.250,00		
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 15%	1.529.350,00		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	25.000,00		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propri Territorial 60%	15.000,00		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propri Territorial 25%	6.250,00		
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propri Territorial 15%	3.750,00		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.000,00		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	10.000,00		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	70.000,00		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	130.000,00		
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferência de Recursos FNAS/CRAS	68.000,00		
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PTMC-EDUC. Espec	15.000,00		
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PETI	20.000,00		
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PBF - IGD	5.000,00		
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/IDOSO	10.000,00		
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/GDSUAS-M	12.000,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	325.000,00		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	120.000,00		
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	50.000,00		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	150.000,00		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	15.000,00		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 60%	6.250,00		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 25%	3.750,00		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 15%	87.200,00		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Outras Transferências da União	5.720.000,00		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.370.000,00		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.900.000,00		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.940.000,00		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%			

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/7
Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	1.225.000,00		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	735.000,00		
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	340.000,00		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	204.000,00		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	85.000,00		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	51.000,00		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	54.000,00		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	22.500,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	13.500,00		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv.no Domínio Econômico	40.000,00		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	350.000,00		
1.7.2.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências dos Estados	150.000,00		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transf. do Estado p/ Transporte Escolar	200.000,00		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.886.000,00		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.886.000,00		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.266.000,00		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	620.000,00		
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		5.000,00	
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		141.800,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		28.500,00	
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	15.000,00		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00		
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	13.500,00		
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	13.500,00		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	13.500,00		
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Convenio Transito - Prefeitura	4.500,00		
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Convenios Transito - Policia Civil	4.500,00		
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Convenios Transito - Policia Militar	4.500,00		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		40.000,00	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	40.000,00		
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	40.000,00		
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	40.000,00		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		73.300,00	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	73.300,00		
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Radio Patrulha	1.800,00		
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras receitas	70.000,00		
1.9.9.0.99.03.00.00.00	Corpo de Bombeiros	1.500,00		

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7

Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.763.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		380.000,00	
2.1.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		380.000,00	
2.1.1.4.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	380.000,00		
2.1.1.4.01.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	80.000,00		
2.1.1.4.99.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	300.000,00		
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		20.000,00	
2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		20.000,00	
2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis			
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.363.000,00	
2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.363.000,00	
2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	560.000,00		
2.4.7.1.02.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	345.000,00		
2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	215.000,00		
2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed e suas Entid.	803.000,00		
2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	803.000,00		
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.476.000,00	
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-2.476.000,00	
9.1.7.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.476.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.410.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.405.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.400.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-5.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.066.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-1.066.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-980.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-68.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-18.000,00		
Total das receitas:			15.428.000,00	
Total por entidade:			15.428.000,00	
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.150.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		80.000,00	

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/7

Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
IMPOSTOS				
1.1.1.10.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	80.000,00	80.000,00	
1.1.1.1.2.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00		
1.1.1.2.04.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	80.000,00		
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ Rend Trab - 60%	48.000,00		
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ Rend Trab - 25%	20.000,00		
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ Rend Trab - 15%	12.000,00		
1.1.1.2.04.31.03.00				
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.050.000,00	
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.050.000,00	
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	900.000,00		
1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	900.000,00		
1.7.2.1.33.01.00.00	PAB Fixo	296.000,00		
1.7.2.1.33.02.00.00	Saude da Familia	220.000,00		
1.7.2.1.33.03.00.00	Agente Comunitario de Saude - PACS	50.000,00		
1.7.2.1.33.04.00.00	Assistencia Farm. Básica	10.000,00		
1.7.2.1.33.05.00.00	Vigilancia Sanitaria	60.000,00		
1.7.2.1.33.07.00.00	Programa Saude Bucal - PSB	14.000,00		
1.7.2.1.33.08.00.00	Compensação de Especialidades Regionais	40.000,00		
1.7.2.1.33.10.00.00	MAC Ambulatorial e Hospitalar	150.000,00		
1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	150.000,00		
1.7.2.2.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	25.000,00		
1.7.2.2.33.01.00.00	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	125.000,00		
1.7.2.2.33.02.00.00	Saúde da Família ESF - Estado			
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.000,00	
1.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		20.000,00	
1.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	20.000,00		
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			180.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		10.000,00	
2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		10.000,00	
2.2.1.5.00.00.00.00	Alienação de Veículos	10.000,00		
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		170.000,00	
2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	150.000,00		
2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	150.000,00		
2.4.7.1.01.01.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS - União	20.000,00		
2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.			

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/7
Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	20.000,00		
				Total das receitas: 1.330.000,00
				Total por entidade: 1.330.000,00
Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.660,00	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.660,00	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.660,00		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec de Rem de Depósito de Poupança	1.660,00		
1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec de Rem de Depósito de Poupança	1.660,00		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		562.720,00	
1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	562.720,00		592.000,00
1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	510.650,00		
1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Industrial	4.420,00		
1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/Comercial	18.800,00		
1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligação de Água	16.360,00		
1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	220,00		
1.6.0.0.41.06.00.00.00	Desligamento de Água	220,00		
1.6.0.0.41.07.00.00.00	Aterção de Hidrometro	450,00		
1.6.0.0.41.09.00.00.00	Outras Receitas	11.600,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		27.620,00	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		11.000,00	
1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	11.000,00		
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora		16.620,00	
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	16.620,00		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	16.620,00		
1.9.3.2.99.02.00.00.00	Parc. - Rec da Div At Não-Tributária de Out Rec	16.620,00		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			200.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		200.000,00	
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		200.000,00	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	200.000,00		
2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	200.000,00		

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/7

Data: 05/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
2.4.7.1.03.01.00.00.00	Transf. Convenios da União Destin Programa Saneame	200.000,00		
			Total das receitas:	792.000,00
			Total por entidade:	792.000,00
			Total geral:	17.550.000,00

ANEXO LEI Nº 1.737/2014**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 1/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0019 Convênio Trânsito - Prefeitura****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Convenio Transito - Prefeitura	4.500,00
Total:		4.500,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.500,00
Total:		4.500,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 2/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0020 Convênio Trânsito - Civil****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Convenios Transito - Policia Civil	4.500,00
Total:		4.500,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.500,00
Total:		4.500,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 3/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0021 Convênio Trânsito - Militar****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Convenios Transito - Policia Militar	4.500,00
Total:		4.500,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.500,00
Total:		4.500,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 4/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0022 Transferências de Convênios - Educação

Receitas

Conta	Descrição	Valor
2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	345.000,00
Total:		345.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	345.000,00
Total:		345.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 5/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0024 Transferências de Convênios - Outros****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências dos Estados	150.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	803.000,00
Total:		953.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	803.000,00
Total:		953.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 6/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0026 Outras Transf. Convênios da União

Receitas

Conta	Descrição	Valor
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	215.000,00
Total:		215.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	215.000,00
Total:		215.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 7/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0032 Transferência Recursos FNAS - PTMC - APAE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PTMC-EDUC. Espec	15.000,00
Total:		15.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.000,00
Total:		15.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 8/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0034 Transferência Recursos FNAS - PETI/PVMC

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PETI	20.000,00
Total:		20.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 9/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0036 Transferência Recursos FNAS - IGD- BF

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/PBF - IGD	5.000,00
Total:		5.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00
Total:		5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 10/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0037 Transferência Recursos FNAS - CRAS****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferencia de Recursos FNAS/CRAS	68.000,00
Total:		68.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	23.000,00
Total:		68.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 11/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0060 Fundo Especial do Petróleo****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	70.000,00
Total:		70.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	70.000,00
Total:		70.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 12/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0061 Compensação Financeira Recursos Minerais - CFEM****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	10.000,00
Total:		10.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00
Total:		10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 13/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0070 RECURSOS DA CIDE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	40.000,00
Total:		40.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00
Total:		40.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 14/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0071 RECURSOS DA COSIP

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação	50.000,00
Total:		50.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total:		50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 15/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0080 Recursos Ordinários

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ Urbana 60%	144.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60%	99.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imoveis 60%	15.600,00
1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60%	84.000,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	15.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	15.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	30.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	5.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 60%	5.202.400,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propr Territorial 60%	15.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 60%	15.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	87.200,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	2.940.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	204.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	54.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	40.000,00
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras receitas	70.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.400.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-5.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-980.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-68.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-18.000,00
Total:		6.574.200,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.771.800,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	46.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	141.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.108.200,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	4.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	423.200,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	210.000,00
Total:		5.784.200,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 16/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0081 RECURSOS DO ESTADO P/O TRANSPORTE ESCOLAR

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Tranf. do Estado p/ Transporte Escolar	200.000,00
Total:		200.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00
Total:		200.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 17/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0082 RECURSOS FNDE/PDDE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00
Total:		5.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.000,00
Total:		5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 18/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0084 RECURSOS FNDE/PNAE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	50.000,00
Total:		50.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total:		50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 19/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0085 RECURSOS FNDE/PNATE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	150.000,00
Total:		150.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00
Total:		150.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 20/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0086 SALÁRIO EDUCAÇÃO

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	120.000,00
Total:		120.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	120.000,00
Total:		120.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 21/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0087 RECURSOS DE IMPOSTOS P/MDE****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ Urbana 25%	60.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25%	41.250,00
1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imoveis 25%	6.500,00
1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25%	35.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 25%	268.250,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propr Territorial 25%	6.250,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 25%	6.250,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	1.225.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	85.000,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	22.500,00
Total:		1.756.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.104.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	355.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	297.000,00
Total:		1.756.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 22/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0088 RECURSOS FUNDEB 60%****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	30.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.266.000,00
Total:		1.296.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.296.000,00
Total:		1.296.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 23/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0089 RECURSOS FUNDEB 40%

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	620.000,00
Total:		620.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	595.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00
Total:		620.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 24/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0091 Alienação de Bens

Receitas

Conta	Descrição	Valor
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	20.000,00
Total:		20.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 25/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0093 RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS

Receitas

Conta	Descrição	Valor
2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	80.000,00
2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	300.000,00
Total:		380.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	380.000,00
Total:		380.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 26/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0101 RECURSOS DE IMPOSTOS P/SAÚDE****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ Urbana 15%	36.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15%	24.750,00
1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imoveis 15%	3.900,00
1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15%	21.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Mun 15%	1.529.350,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp s/ a Propr Territorial 15%	3.750,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC nº 87/96 - 15%	3.750,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	735.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	51.000,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	13.500,00
Total:		2.422.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 27/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0395 Transf. de Recursos do FNAS/IGDSUAS-M

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/IGDSUAS-M	12.000,00
Total:		12.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.000,00
Total:		12.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 28/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0470 Convênio Trânsito - Rádio Patrulha

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Radio Patrulha	1.800,00
Total:		1.800,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.800,00
Total:		1.800,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 29/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0478 Transferência Recursos FNAS - SCFV

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transf. Recursos do FNAS/IDOSO	10.000,00
Total:		10.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00
Total:		10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 30/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0481 FMDCA - Fundo Munic.Direito Criança Adolescente

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	5.000,00
Total:		5.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00
Total:		5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 31/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0483 Convênio Corpo de Bombeiros

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.9.9.0.99.03.00.00.00	Corpo de Bombeiros	1.500,00
Total:		1.500,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.500,00
Total:		1.500,00

Total das receitas por entidade: 15.428.000,00**Total das despesas por entidade: 12.216.000,00**

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 32/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0023 Transferências de Convênios - Saúde****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	20.000,00
Total:		20.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 33/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0026 Outras Transf. Convênios da União****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
2.4.7.1.01.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS - União	150.000,00
Total:		150.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00
Total:		150.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 34/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0040 Transf. de Recursos do SUS - PAB****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.01.00.00.00	PAB Fixo	296.000,00
Total:		296.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	296.000,00
Total:		296.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 35/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0041 Transf. de Recursos do SUS - PSF

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Saude da Familia	220.000,00
Total:		220.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		220.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 36/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0042 Transf. de Recursos do SUS - Saúde Bucal****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa Saude Bucal - PSB	60.000,00
Total:		60.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		60.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 37/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0043 Transf. de Recursos do SUS - PACS****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Agente Comunitario de Saude - PACS	210.000,00
Total:		210.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	190.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		210.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 38/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0044 Transf. de Recursos do SUS - Farmácia Básica

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Assistencia Farm. Básica	50.000,00
Total:		50.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total:		50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 39/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0045 Transf. de Recursos do SUS - Vigigância Sanitária****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Vigilancia Sanitaria	10.000,00
Total:		10.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000,00
Total:		10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 40/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0046 Transf. de Recursos do SUS - Epidemiologia - ECD****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.08.00.00.00	Compensação de Especialidades Regionais	14.000,00
Total:		14.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.000,00
Total:		14.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 41/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0080 Recursos Ordinários****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ Rend Trab - 60%	48.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ Rend Trab - 25%	20.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ Rend Trab - 15%	12.000,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.000,00
Total:		100.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00
Total:		100.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 42/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0091 Alienação de Bens****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	10.000,00
Total:		10.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00
Total:		10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 43/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0101 RECURSOS DE IMPOSTOS P/SAÚDE

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.089.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	240.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	729.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	60.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.000,00
Total:		2.422.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 44/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0103 RECURSOS VINCULADOS - SUS ESTADO****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	25.000,00
Total:		25.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00
Total:		25.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 45/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0303 Transf. de Recursos do SUS - Estado****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.2.33.02.00.00.00	Saúde da Família ESF - Estado	125.000,00
Total:		125.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	125.000,00
Total:		125.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 46/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBE DO SUL**Fonte de Recurso: 00.01.0362 Transf. de Recurso do SUS - MAC. Hosp. Amb.****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
1.7.2.1.33.10.00.00.00	MAC Ambulatorial e Hospitalar	40.000,00
Total:		40.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00
Total:		40.000,00
Total das receitas por entidade:		1.330.000,00
Total das despesas por entidade:		3.752.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 47/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.02.0001 Recursos Ordinários SAMAE

Receitas

Conta	Descrição	Valor
1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec de Rem de Deposito de Poupança	1.660,00
1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Agua Residencial	510.650,00
1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Industrial	4.420,00
1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Agua Poderes Publicos/Comercial	18.800,00
1.6.0.0.41.04.00.00.00	Ligação de Agua	16.360,00
1.6.0.0.41.05.00.00.00	Expediente	220,00
1.6.0.0.41.06.00.00.00	Desligamento de Agua	220,00
1.6.0.0.41.07.00.00.00	Aferição de Hidrometro	450,00
1.6.0.0.41.09.00.00.00	Outras Receitas	11.600,00
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	11.000,00
1.9.3.2.99.02.00.00.00	Parc. - Rec da Dív At Não-Tributária de Out Rec	16.620,00
Total:		592.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	265.467,00
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	241.980,00
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	69.553,00
Total:		592.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 48/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 7 - SAMAE DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.02.0090 RECEITAS E CONVENIOS FEDERAIS

Receitas

Conta	Descrição	Valor
2.4.7.1.03.01.00.00.00	Transf. Convenios da União Destin Programa Saneame	200.000,00
Total:		200.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00
Total:		200.000,00
Total das receitas por entidade:		792.000,00
Total das despesas por entidade:		792.000,00

Natureza Jurídica não encontrada**MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Página: 49/49

Data: 28/10/2014

Entidade: 8 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBE DO SUL

Fonte de Recurso: 00.01.0080 Recursos Ordinários

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00
Total:		790.000,00
Total das receitas por entidade:		0,00
Total das despesas por entidade:		790.000,00
Total geral das receitas:		17.550.000,00
Total geral das despesas:		17.550.000,00

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 025 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 025 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "EMILIO LEITZKE JUNIOR", situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado direito do imóvel, 100,43 metros da esquina formada com o lado par da Rua Nova Brasília, nesta Cidade, com a área de 91.995,59m² (Noventa e um mil, novecentos e noventa e cinco metros e cinquenta e nove décimos quadrados), processo D-019/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente EMILIO LEITZKE JUNIOR, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.403, datado de 28 de outubro de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.220, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.060.1521.001, sendo constituído:

De 07 (sete) lotes e mais uma área remanescente abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 6.271,63m² (Seis mil, duzentos e setenta e um metros e sessenta e três décimos quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, esquina formada com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto; estremando na frente em linha quebrada de 54,82 metros e em 32,98 metros com o lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 93,31 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 68,32 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 9,99 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da rua 28 de Agosto e em 63,78 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto. Edificado com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 162,90m²;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 1.957,70m² (Hum mil, novecentos e cinquenta e sete metros e setenta décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 70,37 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em 21,00 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto; fundos estrema em 21,00 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 93,31 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em 93,13 metros com o lote nº 03;

03 - Lote nº 03 (três) - com área de 5.341,23m² (Cinco mil, trezentos e quarenta e um metros e vinte e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 91,37 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em 51,47 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto. Continuação da Certidão n.º 025/2014, fls. 02

Agosto; fundos estrema em 63,54 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 93,13 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 93,36 metros com o lote nº 04;

04 - Lote nº 04 (quatro) - com área de 1.942,42m² (Hum mil, novecentos e quarenta e dois metros e quarenta e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 142,84 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em 21,00 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto; fundos estrema em 21,00 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 93,36 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 93,18 metros com o lote nº 05;

05 - Lote nº 05 (cinco) - com área de 4.612,38m² (Quatro mil, seiscentos e doze metros e trinta e oito décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 163,84 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em 53,02 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto; fundos estrema em 46,99 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 93,18 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 92,19 metros com o lote nº 06;

06 - Lote nº 06 (seis) - com área de 4.590,83m² (Quatro mil, quinhentos e noventa metros e oitenta e três décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 216,86 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em 53,02 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto; fundos estrema em 46,99 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 92,19 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 91,59 metros com o lote nº 07;

07 - Lote nº 07 (sete) - com área de 8.461,52m² (Oito mil, quatrocentos e sessenta e um metros e cinquenta e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 269,88 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em linha quebrada de 1,45 metros, em 19,56 metros com o lado ímpar da Rua 28 de Agosto e em 7,62 metros com o término da Rua 28 de Agosto; fundos estrema em 96,47 metros com a área remanescente e em 88,00 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 91,59 metros com o lote nº 06; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 59,43 metros e em 7,86 metros com terras de André Luiz Nones, matrícula nº 24.228, livro 2;

08 - Área Remanescente - com área de 58.817,88m² (Cinquenta e oito mil, oitocentos e dezessete metros e oitenta e oito décimos quadrados), situado nos fundos do término da Continuação da Certidão n.º 025/2014, fls. 03

Rua 28 de Agosto, distando pelo lado direito do imóvel, 7,86 metros e 59,43 metros da Rua 28 de Agosto, que deste dista 7,62 metros pelo término da rua 28 de Agosto que deste dista 290,89 metros pelo lado ímpar da Rua 28 de Agosto da esquina formada com o lado par da Rua Tiroleses; estremando na frente em linha quebrada de 26,27 metros, em 83,91 metros e em 109,62 metros com terras de André Luiz Nones, matrícula nº 24.228, livro 2; fundos estrema em linha quebrada de 235,55 metros e em 140,59 metros com terras de Kurt Emil Benecke, matrícula nº 12.320, livro 2 e em 141,40 metros com terras de José Luiz da Silva, transcrição nº 3.305, folha 11, livro 3-B; lado direito estrema em 96,47 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 335,72 metros, sendo em 81,74 com terras de Marlene Dallabona, transcrição nº 1.953, folha 71, livro 3-A e em 253,98 metros com terras

de Welfried Klitzke, matrícula nº 5.755, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 24 de novembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 026 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 026 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "ADEMAR PISKE", situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 545,12 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Benjamin Constant, nesta Cidade, com a área de 11.883,70m² (Onze mil, oitocentos e oitenta e três metros e setenta décimos quadrados), processo D-012/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ADEMAR PISKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 4.347, datado de 14 de julho de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.831, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.05.002.0031.001, sendo constituído:

De 02 (dois) lotes e mais área remanescente, abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 654,45m² (Seiscentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e cinco décimos quadrados), situado no lado par da Rua Seara, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 113,10 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Caçador; estremando na frente em 25,00 metros com o lado par da Rua Seara; fundos estrema em 27,62 metros com terras de Alfredo Viebrantz, matrícula nº 3.713, livro 2; lado direito estrema em 24,89 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 42 de propriedade de Amandus Lewin, matrícula nº 8.295, livro 2;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 1.666,98m² (Hum mil, seiscentos e sessenta e seis metros e noventa e oito décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 545,12 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Benjamin Constant; estremando na frente em 5,29 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 26,48 metros com a área remanescente; lado direito

estrema em 87,41 metros com terras de Magali Grundmann Viebrantz, matrícula nº 8.746, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 22,61 metros e em 20,14 metros com terras de Adolar Piske, matrícula nº 14.145, livro 2 e em 57,86 metros com o lote 36 de propriedade de Ida Holstein, matrícula nº 19.408, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 794,68m², constante da faixa de 30,00 metros de ambos os lados do ribeirão Pomeranos, com a seguinte descrição: estremando na frente, em 26,50 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 26,48 metros com a área remanescente; lado direito, estrema em 39,41 metros com terras de Magali Grundmann Viebrantz, matrícula nº 8.746, continuação da Certidão n.º 026/2014, fls. 02.

livro 2; e, lado esquerdo, estrema em 31,68 metros com o lote 36 de propriedade de Ida Holstein, matrícula nº 19.408, livro 2. Neste imóvel está edificada uma residência em alvenaria, um pavimento, com 99,66m², uma ampliação residencial em alvenaria, um pavimento, com 27,50m², uma ampliação residencial em alvenaria, um pavimento, com 88,25m², e uma ampliação residencial em alvenaria, um pavimento, com 134,25m², sob nº 1865;

03 - Área Remanescente - com área de 9.562,27m² (Nove mil, quinhentos e sessenta e dois metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Seara, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 138,10 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Caçador; estremando na frente em 387,09 metros, sendo em 106,40 metros com o lado par da Rua Seara e em 280,69 metros com a área remanescente de propriedade de Ida Holstein, matrícula nº 5.936, livro 2; fundos estrema em 378,58 metros, sendo em 7,73 metros com terras de Magali Grundmann Viebrantz, matrícula nº 8.746, livro 2 e em 370,85 metros com terras de Alfredo Viebrantz, matrícula nº 3.713, livro 2; lado direito estrema em 26,48 metros com o lote 02; e, lado esquerdo estrema em 24,89 metros com o lote 01. Neste imóvel fica reservada a área destinada à Área de Preservação Permanente - conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a área de 4.497,61m², constante da faixa de 30,00 metros de ambos os lados do ribeirão Pomeranos, com a seguinte descrição: estremando na frente, em 188,48 metros com a área remanescente de propriedade de Ida Holstein, matrícula nº 5.936, livro 2; fundos, estrema em 7,73 metros com terras de Magali Grundmann Viebrantz, matrícula nº 8.746, livro 2 e em 157,21 metros com terras de Alfredo Viebrantz, matrícula nº 3.713, livro 2; lado direito, estrema em 26,48 metros com o lote 02; e, lado esquerdo, estrema em linha curva de 30,44 metros com terras do proprietário;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 25 de novembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 027 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 027 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "ROLF HERMANN ERDMANN", situado no lado par da Rua Blumenau, esquina formada com o lado par da Rua Espírito Santo, nesta Cidade, com a área de 2.897,93m² (Dois mil, oitocentos e noventa e sete metros e noventa e três décimos quadrados), processo D-025/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente ROLF HERMANN ERDMANN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 6.893, em data de 19/11/2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.469, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.004.0265.001, sendo constituído:

De 01 (um) lote e uma Área Remanescente, abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 450,08m² (Quatrocentos e cinquenta metros e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Espírito Santo, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 31,28 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 31,39 metros com o lado par da Rua Espírito Santo; fundos estrema em 30,38 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 16,00 metros com terras de Edson Hermann Hansen, matrícula nº 2.292, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 13,21 metros com a área remanescente;

02 - Área Remanescente - com área de 2.447,85m² (Dois mil, quatrocentos e quarenta e sete metros e oitenta e cinco décimos quadrados), situado no lado par da Blumenau, esquina formada com o lado par da Rua Espírito Santo, edificado com uma casa sob o nº 684; estremando na frente em 22,74 metros com o lado par da Rua Blumenau; fundos estrema em 28,29 metros com o lote nº 07 de propriedade de Gertrudes Knoch Roepke, matrícula nº 10.915, livro 2; lado direito estrema em 10,19 metros na curva de transição formada com o lado par da Rua Espírito Santo, em 24,46 metros com o lado par da Rua Espírito Santo, em 13,21 metros com o lote nº 01, em 51,14 metros, sendo em 30,38 metros com o lote nº 01 e em 20,76 metros com terras de Edson Hermann Hansen, matrícula nº 2.292, livro 2, e em 13,54 metros com terras de Nereu Liesenberg, matrícula nº 1.265, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 30,35 metros e em 11,00 metros com o lote nº 02 de propriedade Antonio Carlos Stulert, matrícula nº 10.916, livro 2, em 29,77 metros com o lote nº 03 de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP, matrícula nº continuação da Certidão n.º 027/2014, fls. 02.

21.842, livro 2, em linha sinuosa de 10,32 metros e em 15,69 metros com o lado par da Rua Rudolfo Gellert.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 27 de novembro de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_169 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/169

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Jailson Roberto Vailatti Me

OBJETO: A execução do(s) serviço(s) de Filmagem, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 04 e 05 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_170 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/170

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Casa Moreira Eventos Ltda Epp

OBJETO: A locação de Linóleo, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 03 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado, que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 1195,00 (hum mil cento e noventa e cinco reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_171 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/171

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Comercial Multisom Ltda

OBJETO: A locação de Grupo Gerador, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 07 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado, que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 1.999,00 (hum mil novecentos e noventa e nove reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_172 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/172

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Som Três Ltda Me.

OBJETO: A execução do(s) serviço(s) de sonorização, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 02 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_173 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/173

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Bellos Eventos Ltda Epp.

OBJETO: A locação de tenda e galpão de lona, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 09 e 12 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado, que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e

demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 12.460,00 (doze mil quatrocentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_174 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/174

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Lind Guimar Machado Me.

OBJETO: A execução do(s) serviço(s) de sonorização e iluminação, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 06 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_175 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/175

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Lego Feiras Ltda Me..

OBJETO: A execução do(s) serviço(s) de sonorização, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 01 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_176 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/176

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Lego Feiras Ltda Me.

OBJETO: A locação de Estrutura para Camarim, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 08 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado, que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2014_177 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/177

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

AUTORIZADO: Djalma Produções Artísticas Ltda.

OBJETO: A locação de Tenda e Grades de Ferro para isolamento de público, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no(s) lote(s) 10 e 11 do Anexo I (Especificações do Objeto e Valor Estimado) do Edital, para toda a programação artística e cultural do Natal Mais Encantado, que se realizará nos dias 29/11/2014 a 21/12/2014 junto ao Parque Central de Timbó e demais dependências, tudo de conformidade com a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 24/2014.

VALOR: R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

SAMAE

PORTARIA N. SAMAE- 137, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA N. SAMAE- 137, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por quarenta e quatro (44) dias, a contar de 27 de novembro de 2014 (período de 27/11/2014 a 09/01/2014), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE -138 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SAMAE -138 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor André José Prust, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 01/12/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal ANDRÉ JOSÉ PRUST, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 132 de 12 de novembro de 2014, a contar de 01 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE -139 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SAMAE -139 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor Flávio José da Silva, contratado temporariamente para cargo de Motorista, a contar de 01/12/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal FLÁVIO JOSÉ DA SILVA, contratado temporariamente para o cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 110, de 01 de setembro de 2014, a contar de 01 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 05/2014

EDITAL N. 05/2014.

O Vereador JOÃO FRANCISCO CANANI, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que no dia 8 (oito) de Dezembro de 2014, às 20:00 (vinte) horas, na Câmara de Vereadores, situada à Avenida Rigesa, n. 2949, Bairro João Paulo II, na cidade de Três Barras-SC, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos do Art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, para discussão do Projeto de Lei n. 57/2014, de 31 de Outubro de 2014, que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 1º de Dezembro de 2014.

JOÃO FRANCISCO CANANI

PRESIDENTE

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA N 127/2014

PORTARIA Nº 127/14 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Alberto Erharter	29/01/2013 a 28/01/2014	07/12/2014 a 05/01/2015	30
Alvino Hentz	25/11/2014 a 24/11/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Armando Ramos	02/06/2014 a 01/06/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Carlos Roberto Weiler	10/10/2014 a 09/10/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Conrado Gomig	01/10/2014 a 30/09/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Eloi Leodoro	06/03/2014 a 05/03/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Leandro Kamin	02/07/2013 a 01/07/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Olívio Ribeiro da Silva	17/06/2013 a 16/06/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Osmar Stobbe	05/05/2014 a 04/05/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Ramon Botelho Felizardo	22/01/2014 a 21/01/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Thiago Treitinger	05/05/2014 a 04/05/2015	15/12/2014 a 13/01/2015	30
Valdecir J. Oliveira Bello	18/09/2013 a 17/09/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Valdir Darci Selzlein	08/11/2012 a 07/11/2013	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Valdir Rodrigues de Jesus	03/02/2014 a 02/02/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Valentin C. Frank Larentis	02/10/2014 a 01/10/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Vanderlei Serighelli	02/02/2014 a 01/02/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Vilmar Schneider	01/07/2013 a 30/06/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N 128/2014

PORTARIA Nº 128/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Rafael Chediak Trost	26/09/2014 a 25/09/2015	01/12/2014 a 30/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N 129/2014

PORTARIA Nº 129/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Verônica Neumayr Tiecker	25/04/2013 a 24/04/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N 130/2014

PORTARIA Nº 130/14 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Cleidi Aparecida Lopes	01/11/2013 a 31/10/2014	01/12/2014 a 30/12/2014	30
Diana M. Vuelma Conte	02/07/2013 a 01/07/2014	05/12/2014 a 24/12/2014	20
Gisele Rofner Joenck	21/07/2013 a 20/07/2014	05/12/2014 a 24/12/2014	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 09/2014

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 09/2014, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA execução da primeira etapa de CONSTRUÇÃO do quartel do corpo de bombeiros militar de trombudo central, com área de 384,75M². A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 18 de dezembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 02 de dezembro de 2014.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 43/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 43/2014 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Institui o Código Sanitário Municipal de Tunápolis - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Tunápolis, regem-se pela presente Lei Complementar, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Tunápolis, está sujeita às determinações da presente Lei Complementar, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 4º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela mesma autoridade, com fundamento na legislação em vigor.

§ 5º Todo estabelecimento deverá cumprir as normas técnicas de acesso ao público.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com outras secretarias e demais órgãos especializados, desenvolverá programas de educação sanitária.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - água bruta: água de mananciais antes de receber qualquer tratamento;

II - água pluvial (água de chuva): proveniente de precipitações pluviométricas que poderão ser captadas (canalizada ou não), para o sistema público de drenagem de água pluvial (galeria ou sarjeta);

III - água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereçam riscos à saúde;

IV - caixa de gordura: dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede coletora de esgotos sanitários;

V - caixa de inspeção: caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza e desobstrução de canalizações;

VI - consumo de água: é todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período;

VII - despejo industrial: efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos similares;

VIII - esgoto ou despejo: efluente líquido gerado nos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado;

IX - esgoto tratado: esgoto submetido a tratamento com técnicas normatizadas e/ou com legislação vigente, para a remoção de substâncias indesejáveis e a estabilização da matéria orgânica;

X - fossa séptica ou tanque séptico: tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuais que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas;

XI - sumidouro: unidade de absorção no solo dos líquidos provenientes de tratamento preliminar;

XII - instalação predial de água: conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água;

XIII - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o tubo de inspeção e limpeza (til), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto;

XIV - ligação: derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário;

XV - manancial: corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público;

XVI - padrão de potabilidade: conjunto de valores máximos permitíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano;

XVII - rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgotos;

XVIII - rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água;

XIX - reservatório domiciliar (caixa d'água): depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de doze horas quando da supressão do abastecimento de água;

XX - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico, comercial e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

XXI - sistema de abastecimento de água: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;

XXVI - sistema de esgoto: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuais ou servidas;

XXVII - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente regulamento.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde formular a política municipal de saúde, manter o controle de sua execução, pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem à promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Município.

§1º A Secretaria Municipal de Saúde estimulará, orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

§2º A Secretaria Municipal da Saúde deverá garantir os meios necessários para a denúncia de infrações sanitárias pela população.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde, como órgão sanitário no Município de Tunápolis, através da Vigilância Sanitária, quando for de sua competência manterá:

I - a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento:

a) industrial, comercial (de qualquer espécie), de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública;

b) estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual;

c) clínicas em geral, serviços ou unidades de saúde, salões de beleza, salas de massagem, saunas, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde;

d) consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas e de estabelecimentos de atividades afins;

e) institutos de esteticismo, tatuagem e afins, ginástica, fisioterapia e de recuperação;

f) estabelecimentos de ensino público ou privado;

g) estabelecimento veterinário, estabelecimento agropecuário e afins;

h) veículos que transportam alimentos e produtos de interesse da saúde;

i) hotéis, motéis, pensões, clubes, locais de esporte e recreação;

j) estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto e unidades de tratamento, destinação e disposição de resíduos sólidos;

Parágrafo único. A concessão do alvará sanitário se fará perante assinatura do Secretário Municipal da Saúde e Fiscal Sanitário.

II - O registro de antecedentes relativos, às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º Os servidores de provimento efetivo lotados na Secretaria Municipal de Saúde, ou outro profissional eventualmente designado pelo órgão e credenciado pela Vigilância Sanitária Estadual, têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Tunápolis, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias. Parágrafo único. As autoridades de Vigilância Sanitária, no exercício de suas funções, deverão ter livre acesso a quaisquer locais, independentemente de dia ou horário, podendo requisitar força policial, quando necessário, e lançar mão de meios fotográficos ou de filmadora para o registro das infrações de saúde.

Art. 8º O Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde é competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária.

Art. 9º O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade competente

para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Chefe da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. O Prefeito Municipal é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 11. A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I - constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;

II - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

Art. 12. Para as autoridades em Vigilância Sanitária fica assegurada proteção funcional jurídica para o exercício de suas funções.

CAPÍTULO III DO REGISTRO E DO CONTROLE

Art. 13. Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de observado a legislação vigente.

TÍTULO II AÇÕES DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 14. Toda pessoa física ou jurídica deve zelar no sentido de, por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

Art. 16. É vedado a pessoas físicas ou jurídicas, a colocação ou disposição de recipientes que possam acumular água e/ou produto ou substâncias que favoreçam a proliferação de vetores de doenças transmissíveis.

CAPÍTULO II DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 17. O profissional de ciência da saúde atuará de conformidade com as normas legais regulamentares e as de ética.

§ 1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 18. O profissional da saúde deve colaborar com o serviço de saúde ou com a autoridade de Vigilância Sanitária, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou calamidade pública.

Art. 19. O profissional da saúde deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar danos à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de vigilância sanitária.

Parágrafo único. É proibida, ao profissional da saúde que atua no município de Tunápolis, a utilização de jalecos ou aventais fora do ambiente de trabalho.

CAPÍTULO III PRESTADORES DE SERVIÇOS E FORNECEDORES DE SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE

Art. 20. Os prestadores de serviços, produtores e fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde, deverão manter em local visível ao público o telefone e indicação do órgão de vigilância fiscalizadora.

Art. 21. Os prestadores de serviços à saúde deverão estar sempre prontos a informar à população sobre sua área de atuação e competência quando solicitados.

Art. 22. Os serviços de saúde considerados essenciais (hospitais, pronto-socorro, farmácias) deverão, sempre que necessário, divulgar através dos meios de comunicação, a ocorrência de eventuais alterações no atendimento à saúde.

Art. 23. De prestadores de serviços à fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde deverão informar, através dos meios de comunicação, eventuais ocorrências que impliquem em riscos à saúde, bem como, a ação proposta para a sua resolução adequada.

Art. 24. Os prestadores de serviços de saúde deverão, sempre que solicitados, informar à população o seu direito ao acesso aos registros dos prontuários e laudos de apoio diagnóstico.

Art. 25. É assegurado à população o direito à informação sobre as etapas de seu tratamento de saúde, quer relacione-se aos métodos diagnósticos ou terapêuticos.

Art. 26. Os receituários médicos deverão conter informações legíveis a respeito dos cuidados do tratamento, condições de retorno e orientações necessárias para completar a prescrição médica.

Art. 27. Os prestadores de serviços e fornecedores de substâncias e produtos de interesse à saúde deverão notificar a vigilância à saúde, as doenças de notificação compulsória, os casos de infecção hospitalar, os índices de doenças transmitidas e eventuais surtos de doenças de veiculação alimentar e/ou hídrica.

Art. 28. O serviço de vigilância Sanitária deverá informar à população, as ações coletivas de sua competência.

CAPÍTULO IV

ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 29. Serão considerados para fins de aplicação deste código, estabelecimentos de serviços de saúde aqueles destinados a promover e proteger a saúde, prevenir e limitar os danos causados pelas doenças e reabilitar a capacidade física, psíquica ou social.

Art. 30. Os serviços de saúde deverão seguir o disposto neste código, em normas técnicas especiais e receberão as denominações genéricas a seguir:

I - serviços médicos de saúde: consultórios, ambulatorios, unidades básicas de saúde, unidade mista ou integrada de saúde, unidades de saúde especializadas, clínica especializada, pronto-socorro, pronto atendimento, hospital, SPA e afins;

II - serviços odontológicos de saúde: consultórios, unidades móveis, divisões dentárias, policlínicas odontológicas, pronto-socorro odontológico, centros médicos odontológicos e afins;

III - serviços de assistências complementares à saúde: clínicas de repouso, de emagrecimento, acupuntura, reabilitação física, asilos, institutos de podologia, fonoaudiologia, análises clínicas, ultrassonografia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, estabelecimentos de enfermagem, clínicas de nutrição, casa de massagem terapêutica, empresas de transportes de pacientes com a finalidade de remoção simples ou atendimento emergencial, farmácia, drogaria, posto de medicamentos e unidades volantes, dispensário de medicamentos; distribuidor, representante, importador e exportador de drogas, medicamentos e afins;

IV - para fins de denominações, os estabelecimentos relacionados neste artigo, não poderão ser registrados como marca de fantasia, sendo o uso de suas denominações restrito aos estabelecimentos que possuam requisitos mínimos de instalações, recursos materiais e humanos e afins.

Art. 31. Os estabelecimentos de saúde serão mantidos em rigorosas condições de higiene devendo obedecer normas de esterilização e controle de infecções estipulados na legislação sanitária.

Art. 32. Os estabelecimentos de interesse à saúde somente

poderão funcionar mediante licença (Alvará Sanitário) e, observar a legislação vigente quanto a responsabilidade técnica.

Parágrafo único. O estabelecimento só poderá realizar as atividades que foram aprovadas pela vigilância sanitária.

Art. 33. Para o funcionamento dos serviços de saúde, estes deverão apresentar a programação e os serviços técnicos relativos à sua estrutura mediante memorial de atividades onde deve deverão constar:

I - instalações físicas que obedeçam ao disposto neste código;

II - medidas de higiene concernentes à legislação sanitária;

III - contrato junto ao serviço de coleta de resíduos sólidos;

IV - especialidades referentes ao seu funcionamento;

V - responsáveis técnicos e relação das atividades específicas;

VI - número de pessoal envolvido e carga horária de trabalho;

VII - relação e calibração dos equipamentos destinados as suas atividades afins;

VIII - plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

IX - comprovante de dedetização;

X - planilha de limpeza da caixa de água;

XI - planilha de limpeza dos sistemas de ar/climatização.

Parágrafo único. O memorial de atividades do estabelecimento deverá ser de livre acesso à população e qualquer modificação na sua estrutura, deverá ser comunicada à comunidade atendida e à vigilância Sanitária do Município.

Art. 34. Os serviços médicos de saúde que atuem em regime de internação deverão manter comissões de controle de infecção hospitalar e notificar as suas ocorrências de modo regular.

Art. 35. Os instrumentos para recurso diagnóstico ou terapêutico deverão estar em quantidades suficientes para atender a demanda dos pacientes sem prejuízo do atendimento da esterilização.

Art. 36. Medicamentos que sejam de regime de controle especial deverão manter registros dos mesmos pelos estabelecimentos de saúde na forma prevista pela legislação vigente.

Art. 37. Os serviços de saúde deverão zelar pelas condições de instalações, equipamentos e aparelhagens indispensáveis para seu perfeito funcionamento.

Art. 38. O arquivo com os dados sobre os pacientes será de responsabilidade do prestador dos serviços de saúde, que deverá estar atualizado e com facilidade de acesso quando necessário para a eventual vistoria da autoridade em vigilância Sanitária.

Art. 39. Os veículos que prestam assistência aos serviços de saúde deverão servir para o transporte exclusivo e excedente de pacientes, produtos e insumos, medicamentos e cadáveres sendo vedado o transporte conjunto.

Art. 40. Os serviços de saúde deverão zelar pela segurança de seus trabalhadores, obedecendo às normatizações quanto às condições de insalubridade e precauções universais, além das contidas neste código.

Art. 41. Os serviços de saúde deverão adotar procedimentos para a gestão adequada, o destino final e demais questões relacionadas aos resíduos gerados, de acordo com previsto neste código e em normas técnicas especiais.

Parágrafo único. Os serviços de saúde deverão manter e apresentar contrato com empresa devidamente autorizada, para a coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos.

Art. 42. Nos casos de interdição de serviços de saúde, a empresa fica suspensa de eventuais convênios públicos e impedida a prestação de serviços, quer sejam de natureza pública ou privada.

Art. 43. Amostras grátis de medicamentos só serão distribuídas a médicos, cientistas e veterinários, ficando proibida a amostragem de produtos psicotrópicos.

Art. 44. Farmácias e drogarias poderão funcionar em esquema de plantão com notificação clara à população, a fim de atendimento ininterrupto à comunidade.

Art. 45. Para autorização, os registros e funcionamento de estabelecimento de saúde, deverão cumprir normas regulamentares sobre o projeto de construção, saneamento, instalação, material permanente, instrumentos, pessoal e procedimentos técnicos, conforme a natureza e importância das atividades.

Art. 46. Para fechar estabelecimento de saúde, a pessoa responsável deve requerer cancelamento do registro junto ao órgão de vigilância Sanitária do Município, de acordo com normas regulamentares.

CAPÍTULO V SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 47. Considera-se como serviços de interesse da saúde para fins de classificação neste código, os estabelecimentos que prestam ações em caráter genérico de prevenção, promoção, proteção e preservação da saúde, sendo dirigidos à população e realizados por órgãos públicos, empresas públicas ou privadas, instituições filantrópicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, pessoas físicas nos termos do art. 196 da Constituição Federal.

Art. 48. Serão considerados serviços de interesse da saúde e só poderão funcionar mediante Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária:

I - estabelecimentos de ensino 1º, 2º e 3º graus, creches e similares, escolas de natação, escolas de balé, academias de ginástica, instituições de escotismo e congêneres;

II - estabelecimentos, tais como: academias, piscinas, colônia e acampamento de férias, danceterias, boates, motéis, parques de diversões, zoológicos, jardim botânico, áreas de lazer de conjuntos, circos, teatros, clubes sociais, casas de espetáculos e congêneres;

III - estabelecimentos de esteticismo e cosmética, tatuagem e afins, cabeleireiros, barbearias, institutos de beleza, massagem, saunas, casas de banho e congêneres;

IV - estabelecimentos de hospedagem.

V - estabelecimentos de ótica e congêneres.

Art. 49. O estabelecimento só poderá realizar as atividades que foram aprovadas pela vigilância sanitária.

Art. 50. Será exigida a carteira de saúde dos trabalhadores da área de interesse da saúde, conforme legislação pertinente.

Art. 51. É obrigatória a adoção de procedimentos de limpeza, desinfecção e/ou esterilização, após cada uso de utensílios e instrumentais que entrem em contato direto com o usuário, utilizados na prática profissional em estabelecimentos de interesse da saúde.

Art. 52. É vedada a exposição e utilização de produtos de interesse à saúde pública, que não possuam registro, nem indicativo de isenção do órgão sanitário competente, ou ainda, com qualquer tipo de alteração de rotulagem.

Art. 53. Os estabelecimentos não poderão fornecer medicamentos para o consumo de seus funcionários, colaboradores ou usuários.

Art. 54. Os serviços de interesse da saúde deverão estar consonantes com este código, em conformidade com a legislação federal e estadual pertinentes.

Art. 55. Para estabelecimentos tipo motéis, wiskerias e congêneres, deverão disponibilizar aos usuários, preservativo normatizado, além de informações sobre a prevenção da AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis (DST's), na forma de cartaz legível.

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo, deverão obrigatoriamente efetuar a limpeza e desinfecção das roupas de cama e banho, bem como, a troca após cada uso.

Art. 56. O usuário de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico, na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 1º Deverá ser contratado um responsável técnico habilitado para realizar o controle higiênico-sanitário das piscinas de uso coletivo e/ou especial.

§ 2º Além dos requisitos previstos neste artigo, o proprietário de piscina de uso coletivo e/ou especial deverá cumprir as normas técnicas específicas.

Art. 57. Todos e quaisquer estabelecimentos que não se enquadrem naqueles previstos no artigo 48 da presente Lei, que sejam de interesse à saúde, poderão sofrer a intervenção quando for de interesse público.

CAPÍTULO VI ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 58. Serão considerados estabelecimentos de interesse da saúde aqueles que se destinam à importação, exportação, extração, beneficiamento, produção, depósito, transporte, distribuição, esterilização, reprocessamento, comercialização de alimentos, de substâncias e produtos de interesse à saúde e deverão possuir:

I - alvará de localização;

II - alvará sanitário;

III - autorização especial para funcionamento, se necessário;

IV - responsável legal.

§ 1º A expedição do alvará sanitário será anual, após vistoria e parecer da autoridade em vigilância

Sanitária devendo estar afixado em local visível ao público.

§ 2º A renovação do alvará sanitário far-se-á através de novas vistorias.

§ 3º Em casos de mudança de ramo de atividade e/ou endereço será expedido novo alvará sanitário, cancelando-se o anterior.

§ 4º O comércio transitório ou temporário de substâncias de interesse à saúde está sujeito, no que lhe for aplicável às disposições deste código.

§ 5º As licenças para comércio transitório ou temporário de substâncias de interesse à saúde devem ser solicitadas à autoridade de vigilância à saúde com antecedência.

Art. 59. Os veículos vinculados ao transporte de substâncias e produtos de interesse à saúde estão sujeitos às exigências deste código, e devem possuir:

I - Licença de Transporte, onde deve constar além do nome do proprietário do veículo e seu endereço, o número da placa de licenciamento no Departamento de Trânsito, e a natureza da mercadoria transportada;

II - compartimento de carga de acordo com a substância ou produto a ser transportado;

III - prateleiras e/ou estrados removíveis para facilitar a limpeza;

IV - compartimento de carga completamente fechado e dotado de isolamento térmico para substâncias e produtos perecíveis;

V - no transporte de produtos refrigerados deverá ser observada a temperatura constante no rótulo do produto ou conforme legislação vigente.

Art. 60. Os alimentos serão sempre e obrigatoriamente mantidos afastados de saneantes, desinfetantes, solventes, combustíveis, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

Art. 61. É proibido o uso de veículo de transporte de substâncias e produtos de interesse à saúde para outras atividades, principalmente o transporte de resíduos sólidos, substâncias repugnantes, tóxicas ou capazes de contaminação ou alteração de suas características organolépticas.

Art. 62. Os trabalhadores, efetivos ou temporários, deverão ter condições de saúde e higiene, não usar adornos, não fumar nos locais de manipulação e utilizar uniforme adequado e carteira de saúde atualizada.

Art. 63. Os proprietários ou trabalhadores que submetidos à inspeção de saúde apresentarem qualquer doença infectocontagiosa, doenças de pele, corrimento nasal, supuração ocular, infecção respiratória ou ferimento nas mãos, serão afastados do serviço, só retornando após a cura total, devidamente comprovada.

Art. 64. Os estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir maquinários, utensílios e recipientes, equipamentos outros e embalagens adequadas para a natureza de suas atividades, devendo ser mantidos íntegros, limpos e livres de sujidades, poeiras, insetos, animais e outras contaminações.

Parágrafo único. Serão apreendidas e inutilizadas as embalagens, os utensílios e recipientes que se encontrarem quebrados, rachados, lascados, gretados, defeituosos e sem condições de higiene.

Art. 65. Os estabelecimentos de que trata este título deverão:

I - possuir as instalações que facilitem boas condições de higiene, devendo o material de superfície que entre em contato com alimentos ser resistente à corrosão, liso, impermeável e não

absorvente;

II - assegurar condições de limpeza, possuir piso, paredes, teto de material íntegro, lavável, resistente, impermeável, não corrosivo e de cor clara;

III - apresentar condições ambientais de iluminação, ventilação e aeração;

IV - possuir estrados gradeados e prateleiras, para armazenamento, depósito ou exposição de substâncias e produtos de interesse à saúde;

V - garantir a proteção coletiva e individual de seus funcionários;

VI - dotar os fogões e churrasqueiras de coifa ou cúpula exaustora, para evitar fumaça, gordura e odor nas áreas de manipulação de alimentos;

VII - proibir que nos compartimentos de manipulação de alimentos, haja o depósito de caixas ou qualquer material estranho às suas finalidades;

VIII - prover as pias com fornecimento contínuo de água corrente, devendo haver pia separada exclusivamente para limpeza prévia dos alimentos;

IX - possuir recipientes coletores com tampa e acionamento automático ou facilitado;

X - manter funcionário específico para manipular dinheiro, não sendo permitido para aqueles que manipulam qualquer tipo de alimento.

Art. 66. É obrigatória a dedetização, desinsetização e desratização periódica dos estabelecimentos de interesse à saúde, conforme laudo técnico feito por empresas autorizadas, credenciadas junto à vigilância Sanitária e com o uso de produtos registrados pelo órgão oficial competente.

Parágrafo único. Quando a autoridade de saúde constatar a presença ou vestígios de roedores ou insetos, poderá determinar nova desinsetização e/ou desratização do estabelecimento, independentemente da periodicidade exigida.

Art. 67. As dependências e instalações devem ser suficientes em número, adequadas ao ramo explorado e ajustar-se a capacidade instalada e operacional do estabelecimento.

Art. 68. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir sanitários para ambos os sexos com piso e paredes impermeáveis até o teto, não sendo permitido o acesso direto à área de manipulação.

Art. 69. Os lavatórios devem ser localizados junto às instalações sanitárias e providos de água corrente, toalha de uso individual, saboneteira com sabonete líquido e cestos coletores com tampa de acionamento automático.

Art. 70. É proibido utilizar as dependências como habitação, dormitório ou outras atividades estranhas às atividades licenciadas.

Art. 71. As aberturas deverão estar teladas e as portas internas deverão ser de abertura facilitada.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão dispor de dispositivos que impeçam a entrada de animais, insetos e de impurezas evitáveis.

Art. 72. Os estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir dispositivos de produção de frio, quando se fizer necessário, em número, capacidade e eficiência adequados às finalidades do estabelecimento.

Parágrafo único. As câmaras frias devem ter controle permanente de temperatura e umidade relativa para assegurar adequada conservação dos alimentos e atenuar o gotejamento proveniente da condensação da umidade nas superfícies dos tetos e paredes.

Art. 73. Aos estabelecimentos de interesse à saúde que explorem o ramo de alimentos, é proibida a comercialização de medicamentos, conforme legislação vigente.

Art. 74. A comercialização de substâncias e produtos por ambulantes e em feiras livres obedecerá a legislação federal, estadual e municipal específica, normas técnicas expedidas pela autoridade de vigilância sanitária e ao disposto neste código no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO VII

SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 75. Para efeitos desta lei Complementar, consideram-se substâncias e produtos de interesse da saúde e é competência do Sistema de Vigilância Sanitária, a fiscalização objetivando a avaliação e controle de risco, os alimentos de origem animal e vegetal, produtos dietéticos, bebidas, águas minerais e de fontes, gêneros alimentícios, medicamentos, drogas, insumos, próteses, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, agrotóxicos e correlatos.

Art. 76. Compete aos órgãos federais e/ou estaduais a normatização, controle e fiscalização das condições sanitárias e técnicas de qualquer procedimento relacionado a uma das substâncias e produtos de interesse da saúde.

Art. 77. No controle de suas substâncias e produtos de interesse da saúde, serão verificadas as condições de sanidade, integridade, conservação, exigências de registro e rotulagem, higiene e conservação das instalações e dos estabelecimentos, do pessoal neles empregados e da tecnologia adotada.

Art. 78. Toda substância ou produto de interesse da saúde exposto a venda e/ou entregue ao consumo, deverá atender as normas técnicas quanto a registro, conservação, embalagem, rotulagem, prazo de validade e outros aspectos inerentes a sua formulação.

Parágrafo único. É proibido o depósito ou venda de substâncias e produtos de interesse da saúde não licenciados.

Art. 79. A fiscalização dos produtos e substâncias de interesse da saúde estende-se também à sua propaganda e publicidade, qualquer que seja o meio empregado para sua divulgação.

Art. 80. Para o processamento de substâncias e produtos de interesse da saúde, deve ser garantido em todas as fases, que os mesmos estejam livres e protegidos de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e do meio ambiente.

Art. 81. Substâncias e produtos de interesse da saúde devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de higiene, temperatura, umidade e ventilação adequados para sua conservação.

Art. 82. Aquele que elabora, fabrica, armazena, comercializa ou transporta substância ou produto perigoso deve possuir Alvará Sanitário, local ou de origem, do serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares em defesa da saúde pública.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei Complementar, o constante nas normas da ABNT ou legislação específica.

§ 2º É proibida a entrega ao público de substância e produto mencionados neste artigo, sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, bem como, das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

§ 3º O destino das embalagens de agrotóxicos deverá seguir norma ou legislação específica.

Art. 83. A produção, acondicionamento, transporte, armazenamento e uso de substâncias tóxicas, explosivas, corrosivas, inflamáveis e radioativas obedecerão às condições sanitárias expressas neste código e em suas normas técnicas especiais.

Art. 84. Caberá à vigilância Sanitária a informação, através dos meios de comunicação, sobre situações e/ou substâncias presentes no ambiente com riscos à saúde propondo medidas de controle ou supressão às mesmas.

CAPÍTULO VIII

SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 85. Toda pessoa empregadora é responsável pelo fornecimento de condições de trabalho compatíveis com a promoção, a proteção e a defesa da saúde de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Entende-se por saúde do trabalhador o conjunto de atividades

desenvolvidas através de ações de vigilância epidemiológica e ambiental, assim como as que visam à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

§ 2º As atividades relativas à saúde do trabalhador, no Município, serão estruturadas em um sistema de vigilância à saúde dos trabalhadores, em que se articularão informações, assistência e vigilância em locais de trabalho, na forma regulada em decreto do Chefe do Poder Executivo, observada a legislação federal e estadual pertinente.

TÍTULO III

AÇÕES DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE AMBIENTAL

Art. 86. Os fatores ambientais de risco à saúde são aqueles decorrentes de quaisquer situação ou atividade no meio ambiente - organização territorial, ambiente construído, saneamento, proliferação de insetos e roedores, atividades produtoras de substâncias tóxicas, inflamáveis, corrosivas e radioativas.

Art. 87. Além das condições deste código e de suas normas técnicas especiais, a autoridade de Vigilância Sanitária poderá determinar medidas sobre o saneamento do meio, independentemente da fase de investigação nos casos de risco iminente à saúde.

CAPÍTULO I

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 88. Compete à autoridade de Vigilância Sanitária, a fiscalização de todo e qualquer sistema de abastecimento de água de natureza pública ou privada.

Art. 89. Para fins de construção, ampliação e reforma dos sistemas de abastecimento de água, caberá à Vigilância Sanitária emitir seu parecer de acordo com normas técnicas e legislação pertinente.

Art. 90. Compete ao órgão responsável pelo abastecimento de água o exame periódico de suas redes e demais instalações, com o objetivo de constatar a possível existência de fatores que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Parágrafo único. Compete ao órgão credenciado pelo poder público a implantação, manutenção e funcionamento da rede de abastecimento de água, ficando sujeito à fiscalização pelo órgão competente, todo e qualquer sistema de abastecimento de água, seja público ou privado.

Art. 91. Todo e qualquer sistema de abastecimento de água deverá obedecer aos princípios gerais da legislação vigente.

Art. 92. Deverá ser utilizada a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta em conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

Art. 93. Para conjuntos habitacionais e unidades isoladas não atendidas por rede de água, as soluções para o abastecimento deverão seguir o previsto neste regulamento e em legislação específica, aprovadas pelo serviço de Vigilância Sanitária.

§ 1º As fontes, poços e reservatórios deverão possuir, proteção adequada contra infiltrações de poluentes.

§ 2º Constitui obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações adequadas de abastecimento de água potável, cabendo ao ocupante do imóvel, a manutenção, limpeza e desinfecção com a técnica, periodicidade e prazo prescritos pela autoridade de Vigilância Sanitária.

Art. 94. Os poços, minas e fontes cuja qualidade de água não seja própria para o consumo humano ou não satisfaça as exigências deste regulamento, após esgotadas as formas de recuperação dos mesmos, serão lacrados pela Vigilância Sanitária.

Art. 95. Equipamentos utilizados na purificação ou tratamento de água para consumo humano serão fiscalizados pela autoridade de Vigilância Sanitária devendo atender às normas e legislação específica.

Art. 96. A fim de verificar os padrões de potabilidade da água, esta será objeto de análise sobre suas condições sempre que houver dúvidas a respeito.

Art. 97. Águas destinadas a balneabilidade em piscinas próprias ou em clubes recreativos deverão obedecer aos parâmetros fixados nas legislações federal, estadual em vigor e as normas técnicas e regulamentares específicas.

Art. 98. Todos os reservatórios de água potável deverão sofrer limpeza e desinfecção periódicas, conforme legislação vigente, serem de fácil acesso em uma eventual inspeção e permanecer devidamente tampados e protegidos, evitando o acesso de estranhos.

Art. 99. É proibido comprometer por qualquer forma, a pureza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Parágrafo único. Qualquer dano aos recursos hídricos incorrerá na urgência da recuperação dos mesmos pelos responsáveis, devendo estes arcar com todos os custos necessários.

Art. 100. Sempre que o órgão competente da saúde pública municipal detectar a existência de anormalidade ou falha no sistema de abastecimento de água, oferecendo risco à saúde, comunicará o fato aos responsáveis para imediatas correções.

Art. 101. A comercialização de água para consumo, excluídas as condições dos serviços de abastecimento público, será normatizada pela autoridade municipal competente.

Art. 102. Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, deverão encaminhar anualmente ou quando se fizer necessário, o termo de responsabilidade técnica de profissional, responsável pelo serviço, à autoridade em vigilância sanitária.

Art. 103. A fim de verificar os padrões de potabilidade da água, esta será objeto de análise sobre suas condições sempre que houver dúvidas a respeito.

CAPÍTULO II

ESGOTO SANITÁRIO

Art. 101. Os projetos de construção, ampliação, reforma e manutenção do sistema de esgoto sanitário, de ordem pública ou privada deverão ser elaborados, executados e operados de acordo com normas técnicas específicas e estarão sujeitos à fiscalização e controle do Sistema de Vigilância Sanitária.

Art. 102. Para conjuntos habitacionais não atendidas por rede coletora de esgotos, deverão ser previstas soluções para coleta, tratamento e destino final dos esgotos de acordo com as normas e legislação vigente.

Art. 103. Todos os prédios residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouros públicos, localizados em área servida por sistema oficial de coleta de esgotos serão obrigados a fazer as ligações ao respectivo sistema, aterrando e isolando fossas existentes, não sendo permitido, nesses casos, o uso de fossa séptica, filtro anaeróbico, sumidouro ou outras formas de tratamento individual.

§ 1º As ligações de esgoto deverão ser feitas pela equipe do setor de esgotos, não podendo ser feitas pelo responsável do imóvel.

§ 2º Nenhum imóvel poderá ser ligado na rede pública de esgoto sem prévia inspeção e aprovação pela equipe técnica da vigilância sanitária, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 104. A execução de instalações domiciliares de coleta e tratamento adequadas de esgoto é obrigação do proprietário, cabendo a manutenção dessas instalações em bom estado de conservação e funcionamento.

Art. 105. Todas as habitações estão sujeitas a fiscalização sanitária, sejam edificações novas ou antigas, as quais deverão estar de acordo com as normas exigidas para a coleta e tratamento corretos de esgoto.

Art. 106. Qualquer solução individual ou coletiva para a coleta, tratamento e destino final de esgotos, deverão atender as normas técnicas especiais aprovadas pela autoridade em Vigilância Sanitária.

Art. 107. É vedada a introdução direta ou indireta de águas residuais ou esgotos sanitários "in natura" (sem tratamento) nas vias públicas ou em galerias de águas pluviais.

Art. 108. É vedada a introdução direta ou indireta de águas pluviais em redes de esgotos sanitários.

Art. 109. Fica terminantemente proibido o lançamento de quaisquer despejos em águas superficiais, independente de sua origem, sem que haja o devido tratamento.

Parágrafo único. A disposição no solo dos efluentes também não deverá causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente.

Art. 110. Toda ligação clandestina de esgoto doméstico "in natura" (sem tratamento) ou de outras procedências feitas à galeria de águas pluviais deverá ser desconectada desta e ligada à rede pública coletora de esgotos, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 111. Todo prédio, residência ou similar, que utilizar tratamento individual, ou seja, não ligado à rede pública de coleta, será obrigado a manter a mesma em perfeito estado de conservação e funcionamento, providenciando a sua limpeza sistemática, através de seus responsáveis.

Art. 112. Os dejetos provenientes de ônibus ou trailers deverão ser obrigatoriamente lançados em coletores públicos para o devido tratamento, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 113. A utilização de esgoto ou lodo proveniente de seu tratamento com finalidades agrícolas ou pastoris deverá ser regulamentada por normas técnicas especiais.

Art. 114. A irrigação de plantações de frutas e hortaliças rasteiras com água contaminada será terminantemente proibida.

Parágrafo único. A irrigação de plantações de frutas e hortaliças rasteiras com água proveniente de estação de tratamento de esgotos ou efluentes líquidos de qualquer origem, somente poderá ser realizada em consonância com as normas e legislações específicas do assunto.

Art. 115. As empresas que operam em atividades de limpeza de fossas deverão estar licenciadas junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Todo lodo ou esgoto sanitário coletado deverá ser submetido a tratamento em grau de eficiência suficiente para garantir a qualidade do corpo receptor ou do meio ambiente.

Art. 116. Qualquer pedido de licenciamento para construção de empreendimentos e atividades que impliquem na emissão de efluentes poluidores deverá ser acompanhado de projetos de acordo com o sistema de tratamento necessário, conforme o caso.

CAPÍTULO III DRENAGENS

Art. 117. Deverá haver um sistema de drenagem com a finalidade de impedir a estagnação de águas pluviais em todo assentamento urbano, sistema viário, terrenos, glebas e loteamentos, devidamente regulamentados.

Art. 118. Não é permitido manter água estagnada, sem utilização específica, nos quintais ou pátios dos prédios, situados na cidade, vilas, povoados ou bairros.

§ 1º As providências para o escoamento das águas estagnadas sem utilização, nos terrenos particulares competem ao respectivo proprietário, sujeito às penalidades previstas neste código, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 2º As águas estagnadas utilizadas com fins específicos deverão ser tratadas e mantidas para garantir a qualidade do meio ambiente.

CAPÍTULO IV RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 119. Ao sistema de vigilância da saúde caberá fiscalizar, sob todos os aspectos relacionados à saúde pública, o sistema individual ou coletivo, público ou privado de produção, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destino final dos resíduos sólidos de qualquer natureza.

Art. 120. Processar-se-ão, em condições que não afetem a estética, nem tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e ao bem-estar coletivo ou do indivíduo, a disposição, a coleta, a remoção, o acondicionamento e o destino final dos resíduos sólidos.

Art. 121. Os estabelecimentos de saúde deverão desenvolver e implantar um sistema de gestão para os seus resíduos, em observância às normas e legislações específicas sobre o tema.

Parágrafo único. Os resíduos provenientes destes estabelecimentos deverão ser acondicionados em recipientes resistentes de forma a impedir vazamento, identificados conforme seus grupos de classificação e em atendimento às normas e legislação pertinente, armazenados temporariamente nos limites de sua propriedade, em local apropriado e inacessível ao público, não podendo ser colocado em vias públicas.

Art. 122. As instalações destinadas ao manuseio dos resíduos sólidos, bem como o seu armazenamento deverão obedecer às condições básicas sanitárias a fim de preservar a saúde e o meio ambiente.

Art. 123. A adoção de soluções coletivas e/ou individuais para o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverá estar de acordo a preservar as condições sanitárias do ambiente.

Art. 124. É proibida, a utilização de terrenos e edificações públicas ou privadas para o destino ou manuseio de resíduos sólidos sem o devido licenciamento dos órgãos competentes.

Art. 125. O serviço público ou privado de coleta de resíduos sólidos deverá cumprir a legislação vigente.

Art. 126. Para o destino final dos resíduos deverão ser tomadas medidas necessárias para proteção das águas superficiais e subterrâneas, não sendo permitida a disposição dos resíduos a céu aberto, lixões ou vazadouros.

Art. 127. É proibida a queima de resíduos que por sua forma ou composição possam causar danos à saúde de terceiros.

Art. 128. Não será permitida em nenhuma hipótese, a utilização de restos de alimentos ou resíduos orgânicos provenientes de estabelecimentos hospitalares e congêneres com suspeita de contaminação de qualquer espécie.

Parágrafo único. Os restos de alimentos ou resíduos orgânicos não contaminados, devidamente comprovados, poderão ser encaminhados para processo de reutilização somente após vistoria da Vigilância Sanitária.

Art. 129. É terminantemente proibido o acúmulo, nas habitações e nos terrenos a elas pertencentes ou terrenos vazios, de resíduos alimentares ou qualquer outro material que contribua para a proliferação das larvas de moscas e de outros insetos e animais daninhos.

Parágrafo único. É permitida a compostagem de materiais orgânicos em recipientes adequados.

Art. 130. É de responsabilidade dos estabelecimentos produtores a destinação dos resíduos industriais, que deverão ser realizados de forma adequada, que não represente riscos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 131. Fica proibida a colocação de resíduos sólidos nos locais de coleta, mesmo em vasilhas ou sacos plásticos, fora do cronograma estabelecido pela municipalidade.

Art. 132. Fica terminantemente proibida a colocação nos passeios ou vias públicas de: terra, materiais e restos de construções, detritos provenientes de demolições e entulhos em geral.

Parágrafo único. O proprietário deverá utilizar a caixa de entulhos para tal finalidade, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 133. É terminantemente proibido, em qualquer caso, varrer resíduos sólidos de qualquer natureza, para os ralos e galerias pluviais dos logradouros públicos.

Art. 134. As medidas que visem à reciclagem e reaproveitamento racional dos resíduos deverão ser incentivadas.

CAPÍTULO V HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 135. Toda construção, ampliação ou reforma em edificações de interesse à saúde deverá estar de acordo com as exigências deste regulamento e receber o parecer técnico, atendendo a legislação vigente.

Art. 136. O proprietário de/ou responsável por terreno baldio em

zona urbana, rural ou urbanizável é obrigado a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

Art. 137. O proprietário de/ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o meio ambiente.

Art. 138. O proprietário ou usuário de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares, relacionadas com a salubridade.

§ 1º Aquele que construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas à habitação ou a parte desta, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, não poderá iniciar as obras sem a prévia aprovação de seu projeto hidrossanitário.

§ 2º A aprovação prévia será concedida mediante análise do projeto, considerando as disposições desta Lei Complementar e aos requisitos exigidos em normas técnicas, visando a proteção da saúde individual e coletiva e os efeitos decorrentes ao meio ambiente.

§ 3º O responsável pela aprovação do projeto hidrossanitário terá prazo de quinze dias, contados a partir do protocolo, para promover a análise e deixar disponível o parecer ao interessado.

§ 4º No caso de pendências ou solicitação de documentos complementares, referente o projeto hidrossanitário, inicia outro prazo de quinze dias contados do novo protocolo do interessado, para o responsável pela aprovação emitir novo parecer.

§ 5º Para aprovação do projeto hidrossanitário, o proprietário será obrigado a apresentar, além dos demais documentos exigidos, termo de ciência ou documento similar disponibilizado pela divisão, o qual obriga o proprietário a deixar as caixas sépticas, caixas de gordura, fossas sépticas, sumidouros e/ou filtros anaeróbicos abertos para vistoria da autoridade de saúde.

Art. 139. Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda a espécie de obras em execução e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 1º O proprietário tem obrigação de entregar o imóvel em condições higiênicas e o usuário tem a obrigação de assim conservá-lo.

§ 2º O proprietário, usuário de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se também a hotéis, motéis, albergues, dormitórios, pensões, pensionatos, internatos, creches, asilos, cárceres, quartéis, conventos e similares.

Art. 140. Para o caso de edificações que possam servir como fonte geradora de radiação, calor, fumaça, ruídos e outras formas de poluição, deverá haver a devida segurança e proteção a edificações vizinhas com o intuito de não causar incômodo a terceiros, observando a legislação vigente.

Art. 141. A autoridade em Vigilância Sanitária poderá interditar a edificação ou habitação que não reúna as condições de higiene, conservação e segurança indispensáveis, observando a legislação vigente.

Art. 142. Somente poderá ocorrer a ocupação ou utilização de habitação nova ou reformada após a expedição do Habite-se.

Art. 143. As construções situadas em zona rural serão mantidas de maneira a evitar condições propícias à criação e proliferação de animais sinantrópicos.

TÍTULO IV

INTERDIÇÃO, APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 144. A autoridade de Vigilância Sanitária procederá à apreensão e/ou inutilização de produtos e substâncias de interesse à saúde, bem como, a interdição do estabelecimento, quando cabível.

Art. 145. Ao proprietário, detentor, possuidor, responsável ou fiel depositário de substâncias ou produtos de interesse da saúde apreendidos, fica proibido de entregá-los ao consumo, desviá-los,

substituí-los ou modificá-los, no todo ou em parte ou de empregá-los de qualquer forma, sob pena de sanções legais em grau máximo previsto neste código.

Art. 146. O termo de interdição ou apreensão será lavrado em três vias sendo que a primeira será endereçada ao detentor ou ao seu representante.

Art. 147. A apreensão de substância ou produto de interesse da saúde durará o tempo necessário para a realização de provas e análises fiscais, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. Em caso de não comprovação de qualquer infração, a autoridade em Vigilância Sanitária comunicará de imediato ao interessado, fornecendo cópia do laudo e providenciando a pronta liberação da substância ou produto.

Art. 148. A autoridade em Vigilância Sanitária quando da apreensão e inutilização ou interdição, lavrará auto circunstanciado que especificará a procedência, natureza, marca, lote, quantidade da substância ou produto de interesse da Saúde.

CAPÍTULO II

DA INTERDIÇÃO

Art. 149. Os estabelecimentos que estiverem em desacordo com a legislação vigente, serão interditados, sujeitos às penalidades previstas neste Código, sem prejuízo as sanções penais e civis.

SEÇÃO I

ANÁLISE FISCAL

Art. 150. A autoridade em vigilância Sanitária fará, quando necessário, a coleta de amostras de substâncias e produtos de interesse da saúde a fim de análise fiscal.

Art. 151. Em caso de risco iminente à saúde da população, a coleta de amostras para análise fiscal poderá ser precedida por apreensão cautelar do produto ou apenas do lote, ou em situações pertinentes da produção.

Art. 152. A coleta de amostras para análise fiscal deverá respeitar e seguir o estabelecido na legislação vigente.

Art. 153. O infrator, discordando do resultado condenatório, poderá requerer perícia de contra prova no período de dez dias e em vinte e quatro horas no caso de produtos perecíveis.

Parágrafo único. Após decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, se não ocorrer defesa ou requerimento de contra prova o laudo analítico será considerado definitivo.

Art. 154. Se a natureza ou a quantidade do produto ou substância de interesse da saúde não possibilitar a coleta de amostra, este deverá ser apreendido mediante lavratura do auto respectivo e levado até laboratório oficial onde deverá ser realizada a análise laboratorial.

Art. 155. Qualquer substância ou produto de interesse da saúde, de origem clandestina, ficará sujeito à apreensão pela autoridade em vigilância sanitária.

Art. 156. Para os casos de constatação em flagrante de atos de fraude, falsificação ou alteração de substâncias e produtos de interesse da saúde, não caberá recurso.

Art. 157. Nos casos de substâncias ou produtos claramente deteriorados ou alterados e por isto tornados impróprios para o consumo, a autoridade em Vigilância Sanitária fica dispensada da coleta de amostra devendo lavar Auto.

Parágrafo único. Estão igualmente dispensados da coleta de amostra para análise, as substâncias e produtos que:

I - estiverem depositados, expostos à venda ou ao consumo, com prazo de validade vencido;

II - tenham sua embalagem amassada, violada, rotulados em desacordo com a legislação vigente ou não possuírem registro no órgão competente;

III - possuam presença de elementos estranhos, impurezas, demonstrem pouco asseio ou sejam atingidos por ação de causas naturais, tornando-os potencialmente perigosos à saúde do consumidor;

IV - produtos alimentícios acondicionados juntamente com produtos saneantes.

V - quando não possa ser comprovada a sua procedência.

SEÇÃO II

PERÍCIA DE CONTRAPROVA

Art. 158. A perícia de contraprova será realizada no laboratório oficial em que tenha ocorrida a análise fiscal, sobre a amostra em poder do detentor ou responsável, com a presença do perito do laboratório oficial e de um perito indicado pelo responsável com habilitação legal.

Parágrafo único. A perícia será considerada encerrada se o perito indicado pelo detentor ou responsável, não comparecer em dia e hora fixados sem prévia justificativa.

Art. 159. A perícia de contraprova não será realizada caso a amostra em poder do infrator apresente quaisquer sinais de alteração ou violação do produto, prevalecendo neste caso o laudo condenatório da análise fiscal inicial.

Art. 160. Para os casos de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial, confirmado em perícia de contraprova, não caberá recurso ao acusado.

TÍTULO V

DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA E DOS CONTRIBUINTES

Art. 161. A taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pela execução dos seguintes serviços realizados através da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Vistoria Sanitária: à pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa e de interesse da Vigilância Sanitária, no imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento e divulgação que possa interessar a saúde pública;

II - vistoria prévia: vistoria realizada antes do início das atividades, sempre a fim de instruir o processo para a concessão de alvará sanitário;

III - concessão de alvará sanitário: autorização sanitária para o funcionamento do estabelecimento, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária;

IV - revalidação do alvará sanitário: deverá ser feita uma vistoria para concessão do mesmo, antes do término do prazo do alvará em vigor.

V - concessão de licença especial: autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

VI - concessão de licença sanitária: autorização sanitária para a realização de atividades por prazo determinado que não ultrapasse trinta dias, prorrogável por mais trinta dias, formalmente requerido e justificado;

VII - fornecimento de certidão, declaração ou atestado, relativos a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - análise e aprovação sanitária de projetos residenciais, comerciais e industriais para construção, reforma e ampliação;

IX - demais taxas fixadas na legislação municipal.

Parágrafo Único. Toda arrecadação proveniente dos incisos acima, bem como multas pecuniárias ou outras, reverterá ao Fundo Municipal de Saúde e ao financiamento das ações de prevenção, educação, fiscalização e manutenção do setor de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO

Art. 162. As taxas dos atos de Vigilância Sanitária Municipal são aquelas previstas no anexo único desta Lei Complementar.

§ 1º O pagamento da taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º A taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal será paga através de guia própria, autenticada mecanicamente, com data anterior a execução do ato.

§ 3º A taxa referente aos serviços descritos no art. 161, VIII, terá um prazo de até trinta dias para ser quitada.

§ 4º As demais taxas dos atos de vigilância sanitária não previstas nos artigos desta lei, deverão ser pagas no prazo de quinze dias da solicitação do serviço.

TÍTULO VI

INFRAÇÕES SANITÁRIAS - PENALIDADES

CAPÍTULO I

GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 163. Para fins de aplicação neste código considera-se infração a não observância ou não cumprimento das normas legais ou regulamentares que se destinem à proteção, promoção, preservação ou recuperação da saúde.

Art. 164. Estarão sujeitos a sanções todos aqueles que por motivo de ação ou omissão tenham lhes dado causa, concorrerem para a sua prática ou obtiverem benefícios delas.

Art. 165. As infrações sanitárias se classificam em:

I - leves - neste caso o infrator se beneficia por circunstância atenuante;

II - graves - casos de circunstância agravante;

III - gravíssimas - casos de ocorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 166. São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consumação do evento;

II - compreensão errônea da norma sanitária, admitida como escusável;

III - incapacidade patente do agente para entender o caráter ilícito do ato praticado;

IV - o infrator, por livre e espontânea vontade, imediatamente procurar reparar ou minorar as consequências lesivas do ato;

V - o infrator primário e a infração ser de pouco significado em relação à saúde pública.

Art. 167. São circunstâncias agravantes:

I - ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé;

II - a infração ser de natureza clara de obtenção de vantagem pecuniária;

III - deixar o infrator de adotar providências de sua competência, tendentes a evitar ou sanar o ato ou fato lesivo à saúde pública;

IV - o infrator utilizar de coação para a execução de infração;

V - a infração ser de caráter significativo para a saúde pública;

VI - o infrator ser reincidente na prática do ato ou fato lesivo à saúde pública.

Art. 168. Casos de reincidência colocam o infrator enquadrado na penalidade máxima e na caracterização da infração de gravíssima.

Art. 169. A fim de aplicação da pena e sua graduação a autoridade em vigilância à saúde deverá considerar:

I - circunstâncias agravantes e atenuantes;

II - gravidade do fato;

III - antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 170. Nos casos de concomitância de circunstâncias agravantes e atenuantes a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 171. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente que objetiva a apuração e consequentemente imposição da pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

CAPÍTULO II ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 172. As infrações sanitárias, independentes e sem prejuízo das sanções de natureza civil e criminal, serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente as penas de:

I - advertência;

II - multas de duas a dez vezes o valor nominal da UFM;

III - apreensão de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;

IV - inutilização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;

V - suspensão de comercialização de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;

VI - suspensão de fabricação de substâncias, produtos, equipamentos e utensílios;

VII - cancelamento de registro de substâncias, produtos, equipamentos e atividades;

VIII - interdição total ou parcial do estabelecimento;

IX - proibição de propagandas enganosas;

X - cassação de licença de funcionamento de estabelecimentos;

XI - intervenção.

Art. 173. A pena de multa será de:

I - infrações leves - duas vezes a UFM;

II - infrações graves - cinco vezes a UFM;

III - infrações gravíssimas - dez vezes a UFM.

Art. 174. Os valores das multas previstas neste código aplicar-se-ão à Unidade Fiscal do Município (UFM).

Parágrafo único. Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão participar de licitações, celebrar contratos ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 175. A pena de interdição será aplicada a estabelecimentos prestadores de serviços de saúde que atuem com negligência, imperícia ou imprudência.

Art. 176. A pena de interdição se aplica de imediato a situações em que se constata infração sanitária que cause risco de saúde à população.

Art. 177. A pena de interdição será extensiva para os estabelecimentos industriais comerciais de substâncias e produtos de interesse da saúde cuja atividade seja entendida pela autoridade em vigilância sanitária como passível de gerar risco iminente à vida ou saúde pública ou comprometer de modo irreversível a proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde da população.

CAPÍTULO III CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 178. A pessoa física ou jurídica que comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de interesse a saúde sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normatização legal pertinente;

Pena: advertência, interdição e/ou multa;

II - instalar consultórios médicos ou odontológicos, atividades paramédicas, locais que utilizem

quaisquer equipamentos geradoras de radiação ou outros sem licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação vigente;

Pena: Advertência, interdição, apreensão e/ou multa;

III - construir clínicas ou fazer funcionar estabelecimentos veterinários, agropecuário ou afins, sem alvará ou licença do órgão sanitário contrariando o disposto na legislação pertinente;

Pena: advertência, interdição, apreensão e/ou multa;

IV - extrair, produzir, fabricar, transportar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar, importar, exportar, armazenar, expandir, comprar, vender, ceder ou utilizar produtos de interesse da saúde em desacordo com a legislação vigente;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização e/ou multa;

V - dificultar as ações de vigilância sanitária no exercício de suas funções;

Pena: interdição, cancelamento de alvará sanitário e/ou multa;

VI - aviar receitas que não se correlacionem a prescrição médica, odontológica e veterinária;

Pena: advertência, interdição, cancelamento de alvará sanitário e/ou multa;

VII - fornecer ou comercializar medicamentos, drogas e correlatos que dependem de prescrição médica sem a observância desta exigência;

Pena: advertência, apreensão, interdição, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

VIII - alterar ou rotular produtos e substâncias sujeitos a controle sanitário sem a necessária autorização do órgão competente;

Pena: interdição, apreensão, cancelamento de alvará e/ou multa;

IX - reutilizar vasilhames em desacordo com as normas da vigilância sanitária;

Pena: intervenção, apreensão, inutilização e/ou multa;

X - expor à venda produtos e substâncias de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha sido expirado;

Pena: apreensão, inutilização e/ou multa;

XI - aplicação de dedetizadas, produtos raticidas, químicos defensivos agrícolas, agrotóxicos e outros que possam ser prejudiciais à saúde em quaisquer estabelecimentos que possam estar em comunicação com residências ou outros locais frequentados por pessoas ou animais em desacordo com as normas da vigilância sanitária;

Pena: interdição, apreensão, cancelamento de alvará e/ou multa.

XII - desrespeitar ou desacatar a autoridade de saúde no exercício de suas atribuições legais;

Pena: advertência, e/ou multa sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis;

XIII - não cumprimento das leis sanitárias em imóveis por parte de seus proprietários e/ou quem detenha legalmente sua posse;

Pena: advertência, interdição e/ou multa;

XIV - proceder a cremação de cadáveres ou utilizá-los contrariando as normas sanitárias pertinentes;

Pena: advertência e/ou multa;

XV - transgredir normas legais federais, estaduais ou municipais que se destinem a promoção, recuperação e proteção da saúde;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

XVI - descumprir atos emanados pela autoridade em vigilância à saúde visando a aplicação da legislação pertinente;

Pena: advertência, intervenção, interdição total ou parcial, apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação, cancelamento do alvará sanitário, proibição da propaganda e/ou multa;

XVII - extrair, produzir, fabricar, transformar, manipular, purificar, fracionar, embalar, transportar ou utilizar produtos e/ou resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, emissores de radiações ionizantes entre outros contrariando a legislação sanitária em vigor;

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação parcial ou total do estabelecimento, cancelamento do alvará sanitário, proibição de propaganda e/ou multa;

XVIII - deixar de fornecer à autoridade em vigilância sanitária dados técnicos sobre os produtos e substâncias em questão no que se relaciona a sua produção e composição.

Pena: advertência, interdição, apreensão, inutilização, suspensão da venda, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa;

XIX - não fornecer condições ambientais de trabalho adequadas à saúde do trabalhador;

Pena: advertência, interdição do equipamento, máquina e/ou multa;

XX - Iniciar as atividades sem alvará sanitário ou sem revalidar no prazo determinado;

Pena: Interdição e/ou multa.

TÍTULO VII
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS INFRAÇÕES DE NATU-
REZA
SANITÁRIA
CAPÍTULO I
DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 179. Os procedimentos relacionados à infração sanitária terão lavratura do auto de infração.

Art. 180. O auto de infração será lavrado ao ser verificada qualquer infração ao dispositivo legal relativo à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde pública previstos neste código, suas normas técnicas especiais e legislação vigente.

Art. 181. O auto de infração será lavrado em três vias sendo a primeira destinada ao autuado e conterà:

I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada, especificação do ramo de atividade e seu endereço;

II - ato ou fato gerador da infração, local, hora e data;

III - disposição legal transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que determina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo legal para defesa ou impugnação do auto de infração;

VI - assinatura do agente autuante e sua identificação;

VII - assinatura do autuado ou de seu representante legal, em caso de recusa ou impedimento, consagração da circunstância pela autoridade autuante e encaminhará a autoridade competente.

Parágrafo único. Se não houver possibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá receber a notificação do auto de infração por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 182. Quando, após a lavratura do auto de infração, subsistir ainda, para o infrator a obrigação a cumprir, será ele intimado a fazê-lo no prazo assinalado.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento poderá ser reduzido ou ampliado, em casos excepcionais, desde que não afete o interesse público.

CAPÍTULO II
DO AUTO DE INTIMAÇÃO

Art. 183. O auto de intimação será lavrado pelas autoridades de vigilância sanitária quando a infração for considerada leve, sem risco à saúde pública.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento da intimação será a critério da autoridade de saúde, contado à partir de sua ciência por parte do infrator podendo ser prorrogado em casos em que não interfira com o interesse público.

Art. 184. O auto de intimação deverá ser lavrado em três vias, destinando a primeira via ao intimado e deverá conter:

I - nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e endereço;

II - número, série e data do auto de intimação respectivo;

III - dispositivo legal infringido;

IV - medida sanitária exigida;

V - prazo para sua execução;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação;

VII - a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal; em caso de recusa, a consignação dessa circunstância ensejará o auto de infração.

CAPÍTULO III
DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

Art. 185. O auto de imposição que trata penalidades deverá ser lavrado pela autoridade em dez dias, no máximo, a contar da lavratura do auto de infração.

§ 1º Se houver necessidade de confirmação laboratorial o prazo fixado no art. 189 será de cinco dias a partir do recebimento pela

autoridade sanitária do laudo de análise.

§ 2º Em casos de risco iminente para a saúde pública as penalidades de apreensão, interdição e de inutilização serão aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 3º O auto de imposição de penalidades de apreensão, inutilização ou interdição deverá vir anexado ao auto de infração original.

Art. 186. O auto de imposição de penalidades será lavrado em três vias, destinando-se a primeira via ao infrator e conterà:

I - nome da pessoa física ou jurídica e sua identificação, ramo de atividade e seu endereço;

II - número, série e data do auto de intimação;

III - número, série e data do auto de infração respectivo;

IV - ato ou fato constituído da infração e o local, a hora e a data respectivos;

V - disposição legal infringida;

VI - penalidade imposta;

VII - nome e cargo legível e assinatura da autoridade autuante;

VIII - nome do infrator ou do seu representante legal.

Parágrafo único. Se não houver possibilidade de notificação ao infrator diretamente de sua penalidade, esta deverá ser enviada por meio de carta registrada ou edital publicado na imprensa uma única vez, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 187. Depois de transcorrido o prazo estipulado para recurso ou pagamento de multa, o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de quinze dias ao órgão municipal competente, respeitando a legislação tributária vigente.

CAPÍTULO IV
DO RECURSO

Art. 188. Ao infrator é oferecida a possibilidade de defesa do auto de infração no prazo de quinze dias contados de sua ciência.

Art. 189. A defesa ou impugnação será de julgamento do superior imediato do servidor autuante, ouvido este, preliminarmente o qual terá prazo de dez dias corridos para se pronunciar a respeito seguindo-se a lavratura do auto de imposição e penalidade se for o caso.

Art. 190. O recurso do infrator à autoridade imediatamente superior será apenas da imposição de penalidade.

Art. 191. Em se havendo a manutenção da decisão condenatória do auto de imposição de penalidades, caberá recurso de reconsideração de despacho no prazo de trinta dias ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 192. Os recursos serão decididos depois de ouvida a autoridade de recorrida, a qual poderá reconsiderar decisão anterior.

Art. 193. Os recursos só terão efeito suspensivo em casos de imposição de multas.

Art. 194. Ao infrator haverá a ciência das decisões das autoridades em vigilância sanitária:

I - Pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo;

II - Mediante notificação, por carta registrada ou através da imprensa oficial.

TÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 195. A infração do disposto neste Código caberá ao infrator às sanções previstas neste Código, sem prejuízo de outras sanções civis ou penais.

Art. 196. O disposto neste código deverá ser compatível com a legislação sanitária vigente com a finalidade maior de proteção, promoção, preservação da saúde.

Art. 197. Os estabelecimentos públicos estão sujeitos ao disposto neste código e em normas técnicas especiais, além das resoluções do conselho federal, estadual e municipal de saúde.

Art. 198. Uma vez que se constate a infração das leis sanitárias e demais normas técnicas especiais pertinentes, a autoridade em

Vigilância Sanitária procederá ao rito processual para a capitulação da infração sanitária prevista neste regulamento e ainda:

I - deverá comunicar através de ofício às autarquias profissionais da ocorrência de indícios de transgressões éticas e profissionais;

II - comunicará imediatamente à autoridade policial competente nos casos de recusa de cumprimento de expediente circunstancial.

Art. 199. O Município elaborará e/ou adotará, através de Decreto, normas técnicas específicas, sem prejuízo da vigência deste código, com a finalidade de complementá-lo e tornar mais claro e eficaz o seu cumprimento sempre que necessário.

Art. 200. As disposições sobre permanência de animais no perímetro urbano será determinada por legislação específica.

Art. 201. As disposições sobre recolha e destinação de animais mortos serão regulamentadas por legislação específica.

Art. 202. Fatos não previstos neste código serão avaliados pela autoridade de Vigilância Sanitária, observando o que dispõem as legislações federais e estaduais.

Art. 203. Esta lei complementar entrará em vigor na data de 01 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 03 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei Complementar foi
publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO ÚNICO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 43/2014.

GGRUPO	ATOS DE SAÚDE PÚBLICA	VALORES EM UFM
1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA) CONFORME INÍCIO DAS ATIVIDADES	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11101	Doces / produtos de confeitaria (c/ creme)	0,80
11102	Massas frescas	0,80
11103	Panificação (fab. / distrib.)	0,80
11104	Refeições, cozinhas industriais	0,80
11105	Sorvetes e similares	0,80
11106	Produtos congelados	0,80
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
11201	Amidos e derivados	0,50
11202	Bebidas analcoólicas, sucos e outras	0,50
11203	Biscoitos e bolachas	0,50
11204	Cacau, chocolates e sucedâneos	0,50
11205	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	0,50
11206	Condimentos, molhos e especiarias	0,50
11207	Confeitos, caramelos, bombons e similares	0,50
11208	Desidratadora de frutas e vegetais	0,50
11209	Farinhas (moinhos) e similares	0,50

11210	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	0,50
11211	Gelo	0,50
11212	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	0,50
11213	Marmeladas, doces e xaropes	0,50
11214	Derivados de cana	0,50
11215	Massas secas	0,50
11216	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	0,50
11217	Salgadinhos e frituras	0,50
11218	Suplementos alimentares enriquecidos	0,50
11219	Tempero à base de sal	0,50
11220	Torrefadora de café	0,50
11221	Demais industrias de alimentos	0,50
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12101	Açougue	0,50
12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	0,50
12103	Cantina escolar	0,50
12104	Casa de carnes	0,50
12105	Casa de frios (lactínicos e embutidos)	0,50
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	0,30
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121	0,40
12108	Confeitaria	0,30
12109	Cozinha de escolas	0,30
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	0,50
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. / casas de saúde	0,50
12112	Lanchonete / café colonial e petiscarias	0,30
12113	Mercados / super / mini (somatório das atividades)	0,50
12114	Mercearia / armazém (única atividade)	0,40
12115	Padaria / panificadora	0,50
12116	Pastelaria	0,50
12117	Peixaria	0,50
12118	Pizzaria	0,50
12119	Produtos congelados	0,50
12120	Restaurante / buffet / churrascaria	0,50
12121	Serv. Carro / drive-in / quiosque / trailer e similares	0,50
12122	Sorveteria e/ou posto de venda	0,50
12123	Bar / boate / uisqueria	0,50
12124	Café	0,50
12125	Demais estabelecimentos do grupo 121	0,50
122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
12201	Depósito de bebidas	0,30
12202	Depósito de frutas e verduras	0,30
12203	Depósito de alimentos	0,30
12204	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	0,30

12205	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, de frutas, legumes e verduras entre outros)	0,30
12206	Quitanda, frutas e verduras	0,30
12207	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	0,30
12208	Comércio atacadista de alimentos	0,40
12209	Demais estabelecimentos do grupo 122	0,40
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
13101	Ambulatório médico	0,80
13102	Ambulatório odontológico	0,80
13103	Ambulatório veterinário	0,50
13104	Ambulatório de enfermagem	0,50
13105	Clínica médica	0,80
13106	Clínica veterinária	0,50
13107	Policlínica	0,80
13108	Pronto socorro	0,50
13109	Serviço de nutrição e dietética	0,50
13110	Unidade sanitária	Isento
13111	Farmácia (alopática)	0,50
13112	Farmácia (homeopática)	0,50
13113	Drogaria	0,50
13114	Posto de medicamentos	0,50
13115	Dispensário de medicamentos	0,50
13116	Ervanária	0,50
13117	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	0,50
13118	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	0,50
13119	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	0,50
13120	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	0,50
13121	Hospital veterinário	0,50
13122	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	0,50
13123	Unidade integrada de saúde / unidade mista (soma das atividades desenvolvidas)	0,50
13124	Laboratório de análises clínicas	0,50
13125	Laboratório de análises bromatológicas	0,50
13126	Laboratório de anatomia e patologia	0,50
13127	Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica	0,50
13128	Laboratório químico-toxicológico	0,50
13129	Laboratório cito / genético	0,50
13130	Posto de coleta de material biológico	0,50
13131	Unidade volante de assistência médica e/ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	0,50
13132	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	0,50
13133	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	0,50
13134	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	0,50

13135	Unidade volante de assistência odontológica	0,50
13136	Serviços de tatuagem e piercing	0,50
13137	Congêneres grupo 131	0,50
132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	0,50
13201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	0,30
13202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	0,30
13203	Clínica de psicanálise	0,30
13204	Clínica de odontologia	0,30
13205	Clínica de tratamento e repouso	0,30
13206	Clínica de ortopedia	0,30
13207	Ultrassonografia	0,30
13208	Clínica de fonoaudiologia	0,30
13309	Consultório de fisioterapia	0,30
13210	Consultório médico	0,30
13211	Consultório nutricional	0,30
13212	Consultório odontológico	0,30
13213	Consultório de psicanálise / psicologia	0,30
13214	Consultório/clínica veterinário	0,30
13215	Serviço de acupuntura	0,30
13216	Estabelecimento de massagem	0,30
13217	Laboratório ou oficina de prótese dentária	0,30
13218	Laboratório de prótese auditiva	0,30
13219	Laboratório de prótese ortopédica	0,30
13220	Laboratório de ótica	0,30
13221	Ótica	0,30
13222	Consultório psico-pedagógico	0,30
13223	Estabelecimentos saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
13224	Congêneres grupo 132	0,30
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
14101	Asilo e similares	0,30
14102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	0,30
14103	Escola de natação e similares	0,30
14104	Estação hidromineral / termal / climatério	0,30
14105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	0,30
14106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	0,30
14107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	0,30
14108	Piscina coletiva	0,30
14109	Sauna	0,30
14110	Zoológico	0,30
14111	Estab. de propriedade da união, estado e municípios	Isento
14112	Centro de formação de condutores	0,50
14113	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos sólidos	0,50
14114	Serviços de coleta, transporte e destino de resíduos de serviços de saúde	0,50

14115	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços	0,50
14116	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de caixas d'água	0,50
14117	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	0,50
14218	Estação de tratamento de água para abastecimento público	0,50
14219	Estação de tratamento de esgoto	0,50
14120	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	0,50
14121	Congêneres grupo 141	0,50
142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFM
14201	Hotel para pequenos animais	0,30
14202	Academia de ginástica, musculação, hidroginástica, natação, dança, artes marciais e similares	0,30
14203	Agência bancária e similares	0,30
14204	Camping	0,30
14205	Cárcere / penitenciária e similares	Isento
14206	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	0,30
14207	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	0,30
14208	Cemitério / necrotério / crematório	0,30
14209	Clubes em geral	0,10
14210	Cinema / auditório / teatro	0,30
14211	Circo / rodeio / hípica / parque de diversão	0,30
14212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	0,30
14213	Lojas de conveniência	0,30
14214	Escritório em geral	0,30
14215	Floricultura / plantas / mudas	0,30
14216	Garagem / estacionamento coberto	0,30
14217	Hotel, motel e afins	0,30
14218	Igrejas e similares	0,30
14219	Lavanderia	0,30
14220	Tabacaria	0,30
14221	Oficina, borracharia, ferro velho e galvanoplastia	0,30
14222	Orfanato / patronato	0,30
14223	Posto de combustível / lubrificante	0,30
14224	Salão de beleza para pequenos animais	0,30
14225	Pet Shop	0,30
14226	Agropecuárias e congêneres	0,50
14227	Serviço de lavagem de veículo	0,30
14228	Salão de beleza / manicure / pedicure / cabeleireiro / barbearia	0,30
14229	Veículos de transporte de alimentos / saneantes / e produtos de interesse da saúde	0,30
14230	Estabelecimentos de propriedade da união, estado e município	Isento
14231	Congêneres grupo 142	0,30

ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO

ÁREA CONSTRUÍDA	VALORES EM UFM
ATÉ 80 M ²	ISENTO PARA 1ª RESIDENCIA
DE 80,01 M ² À 120 M ²	0,15
DE 120,01 M ² À 300 M ²	0,30
MAIS DE 300 M ²	0,60
Nas ampliações serão cobradas as metragens além da área construída, conforme tabela acima	

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 44/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2014 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014. ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 26/2011 de 01 de abril de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 6º

.....

§ 1º

.....

§ 2º Fica elevado para 3,63 (três, vírgula sessenta e três) pisos municipais, o vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde, na forma constante do Anexo I, assim como as descrições das atribuições do cargo estabelecidas no Anexo II, que passam a fazer parte integrante da presente Lei Complementar".

Art. 2º Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 26/2011 de 01 de abril de 2011, passando a vigorar com as alterações dadas pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 3º Aplica-se o reajuste anual da renumeração geral dos servidores públicos também aos Agentes Comunitários de Saúde, estabelecida no art. 18 da Lei complementar nº 025/2010, de 21 de dezembro de 2010 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis - quanto ao índice oficial (INPC), acumulado dos últimos doze meses na revisão geral anual aos vencimentos, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado através de ato próprio a elevar os vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde até o limite mínimo do piso salarial profissional nacional, estabelecido pelo Governo Federal, quando da alteração efetuada pelo Ministério da Saúde nos repasses realizados ao Município a título de Incentivo Financeiro.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vereadores de Tunápolis,
03 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO I

TABELA DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS

Todos os cargos previstos na Lei Complementar nº 025/2010, bem como no Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Público Municipal e demais cargos conforme tabela abaixo:

NIVEL	Nº DE VAGAS	PISOS 40 HORAS	1
ATNM 03	12	3,63	A

LEGENDA- CARGOS : 1) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

ANEXO II

DESCRICAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E DESCRIÇÃO ATRIBUIÇÕES DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DESCRIÇÃO DO CARGO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO

Atribuições:

Descrição sumária

Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

01.Presta assistência ao indivíduo, família e comunidade, visando a promoção, proteção e recuperação da saúde; 03. Participa de programas de acordo com a programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde; 04. Participa na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; 05. Participa de atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; 06. Participa na execução de programas de vacinação de acordo com o esquema adotado pela Secretaria de Estado da Saúde; 07. Notifica doenças transmissíveis; 08.Participa das atividades de vigilância epidemiológicas; 09. Faz visita domiciliar; 10. Participa de ações de saúde, desenvolvidas na comunidade; 14. Participa da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência; 15. Faz registro das atividades realizadas; e 16. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau ou treinamento específico na área de atuação

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 03 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

LEI 1201/2014

Lei nº 1.201/2014 de 03 de dezembro de 2014.

Institui procedimentos para obtenção da Carta de Habite-se Especial de edificações construídas no Município de Tunápolis e dá outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam instituídos os seguintes procedimentos para obtenção da Carta de Habite-se Especial de edificações no Município, sem prejuízo da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2003.

Art. 2º Fica autorizado o Setor de Obras e Engenharia do Município a emitir a CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL com ressalva e por decadência de prazo para edificações comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2003.

Art. 3º - As edificações do Município só obterão a Carta de Habite-se Especial após a sua devida conclusão, e comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2003.

Art. 4º - A Carta de Habite-se Especial deverá ser solicitada à Administração Municipal, mediante protocolo de requerimento junto ao Setor de Tributos, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Declaração sob penas da lei, com firma reconhecida em cartório, (de todos os proprietários do imóvel), de que assume total responsabilidade sobre a edificação construída e habitada anteriormente a 15/05/2003;

II - Certidão de matrícula atualizada do imóvel objeto da solicitação, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga;

III - Comprovante - mínimo 2 (duas) comprovações - de que o imóvel foi edificado habitado anteriormente a 15/05/2003, dentre elas, podendo apresentar:

a) Cópia Atestado de Vistoria, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, da época;

b) Cópia de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física ou Jurídica;

c) Fotos datadas da época;

d) Cópias de Jornais da época onde consta a edificação;

e) Cópia do Carnê de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

f) Cópia de Ficha Imobiliária, relativa ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

g) ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - da época, com dados da edificação;

h) Contrato da época, constando dados do imóvel e dados da edificação, com reconhecimento de assinaturas na época;

i) Cópia de financiamentos da época, onde constam os dados do imóvel e dados da edificação;

j) Para pessoas jurídicas denominadas por lei entidades sem fins lucrativos: cópia autenticada de folhas do livro ata, da época, onde constam dados da edificação, época de construção.

IV - Para edificações não residenciais unifamiliares, destinadas para fins comerciais (clubes, associações, comércio), e residências multifamiliares apresentar Cópia Atestado de Vistoria, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, do exercício corrente;

V - Certidão Negativa de Débitos Municipais - CND, fornecida pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal;

VI - Para pessoa física: cópia do documento de identidade civil, CPF de todos os proprietários do imóvel objeto do pedido;

VII - Para pessoas jurídicas denominadas por lei entidades sem fins lucrativos, cópia da Lei que determinou entidade pública;

VIII - Para pessoas jurídicas denominadas por lei entidades sem fins lucrativos, cópia da ata de designação da presidência;

IX - Para pessoa jurídica - associações: cópia do documento de identidade civil, CPF do Presidente conforme ata de designação;

X - Para pessoas jurídicas denominadas por lei entidades sem fins lucrativos, cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica - emitido pela Receita Federal do Brasil.

Art. 5º - Atendido o disposto no artigo anterior e após análise da documentação apresentada e aprovação do pedido, a Carta de Habite-se Especial será expedida no prazo máximo de quinze (15) dias.

§ 1º - Serão aceitas eventuais divergências de até 5% (cinco por cento) nas metragens lineares entre as comprovações apresentadas e a obra efetivamente construída/habitada, para emissão da Carta de Habite-se Especial.

Art. 6º - O Poder Público Municipal designará entre os servidores públicos municipais, cinco (5) membros para compor Comissão Especial para análise dos pedidos de CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL.

§ 1º - A Comissão para análise dos pedidos de CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL, deverá ser composta por:

- Um membro do Setor de Projetos e Obras;
- Um membro do Setor de Tributação;
- Um membro da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Um membro da Secretaria de Administração Finanças e Planejamento;
- Um membro da Secretaria de Transportes e Obras.

§ 2º - Cabe a Comissão Especial a análise e parecer dos pedidos de CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL, protocolados junto à Administração Pública Municipal.

Art. 7º - Nos casos onde for comprovada a fraude no pedido será indeferido o requerimento, devendo o requerente apresentar projeto de regularização completo, inclusive com a regularização do sistema de tratamento de efluentes, conforme Decreto n.º 1.392 de 17 de junho de 2011.

Art. 8º Para os casos que não se enquadram na presente Lei, projeto de regularização de imóvel deverá ser apresentado juntamente com a comprovação de regularização do sistema de tratamento de efluentes, sendo este devidamente analisado pelo Setor de Projetos e Obras do Município.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 03 de Dezembro de 2014.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 205/2011/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 205/2011/FMS

Data de assinatura: 02/12/2014

Processo de Licitação n.º 28/2011/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

CNPJ/CPF: 83.719.963/0001-77

Objeto: prestação de serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto

Vigência prorrogada até 31/12/2014

Valor global do aditivo: R\$ 14.259,48

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 160/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 160/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXO3693	55935715	08/09/2003	69200	233	127.69
LYA8725	55935718	11/09/2003	69200	233	127.69
LYN2034	55936140	23/09/2003	69200	233	127.69
LYS4973	55936321	25/09/2003	69200	233	127.69
LYV8126	55935717	11/09/2003	69200	233	127.69
MBA6902	55593864	12/09/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 62/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 62/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFE6980	55935091	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
CAT9015	55935095	09/10/2001	60500	208	191.53
IBB0970	55935422	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
LXD1133	55935423	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
LXG0081	55935093	07/10/2001	53800	181 * I	85.12
LXH1751	55935089	06/10/2001	73660	252 * VI	85.12
LYB5301	55935014	05/10/2001	55410	181 * XVII	53.20
LYB9869	55935092	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
LYE2723	55935418	07/10/2001	54520	181 * VIII	127.69
LYI5875	55935088	06/10/2001	60500	208	191.53
LYJ5372	55935415	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
LYL3152	55935308	08/10/2001	73660	252 * VI	85.12
LYU4590	55935018	11/10/2001	69200	233	127.69
LYV0887	55934912	11/10/2001	55500	181 * XVIII	85.12
LZB4628	55935116	09/10/2001	69200	233	127.69
LZB8128	55935090	06/10/2001	60500	208	191.53
LZD2061	55935424	07/10/2001	55170	181 * XIV	127.69
LZK8273	55935420	07/10/2001	53800	181 * I	85.12
LZL5987	55935416	07/10/2001	53800	181 * I	85.12
MAP5725	55935251	05/10/2001	55410	181 * XVII	53.20
MAT8893	55935094	09/10/2001	60500	208	191.53
MAV2583	55935211	09/10/2001	61220	214 * I	191.53
MAW8547	55935015	11/10/2001	69200	233	127.69
MBB5678	55935096	09/10/2001	60500	208	191.53
MBE7841	55935417	07/10/2001	53800	181 * I	85.12
MBQ8401	55935421	07/10/2001	55410	181 * XVII	53.20
MDM8390	55934568	07/10/2001	52070	169	53.20
MDM8390	55935358	07/10/2001	62970	220 * IV	127.69
MEK9999	55935252	05/10/2001	55410	181 * XVII	53.20
MLV7070	55935019	11/10/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 174/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 174/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIQ8939	55593972	15/12/2003	69200	233	127.69
LXT3239	55593971	15/12/2003	69200	233	127.69
LYX8210	55593977	18/12/2003	65990	230 * V	191.53
MAS4130	55593974	17/12/2003	69200	233	127.69
MBN9849	55936280	18/12/2003	65990	230 * V	191.53
MDJ7669	55936147	18/12/2003	58350	195	127.69
MDJ7669	55936146	18/12/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 109/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 109/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZM8884	55934731	17/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MCC0721	55936021	19/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 54/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 54/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH5128	55934602	23/07/2001	65210	227 * V	53.20
ABG4329	55934505	18/07/2001	69120	232	53.20

BLC7104	55028294	23/05/2001	60500	208		191.53
BOE6006	55934810	08/07/2001	55500	181	* XVIII	85.12
BOU6283	55934952	05/08/2001	73150	252	* I	85.12
BYM3510	55934049	12/07/2001	60500	208		191.53
CJR1791	55935157	05/07/2001	69200	233		127.69
DCW1044	55935103	07/08/2001	61220	214	* I	191.53
DZF9999	55935177	26/07/2001	69200	233		127.69
IDS3380	55935184	07/08/2001	61220	214	* I	191.53
LWT4408	55934555	15/07/2001	58350	195		127.69
LWT4408	55934555	15/07/2001	70480	244	* II	191.53
LXB6780	55934435	19/06/2001	60500	208		191.53
LXQ4231	55934437	22/06/2001	65990	230	* V	191.53
LXW9795	55935188	10/08/2001	55410	181	* XVII	53.20
LYI4183	55934553	09/07/2001	69200	233		127.69
LYI5060	55935352	27/07/2001	60410	207		127.69
LYI8794	55934173	14/05/2001	50100	162	* I	574.61
LYM5880	55934757	10/07/2001	60410	207		127.69
LYN6425	55934044	18/06/2001	69200	233		127.69
LYQ1676	55935051	14/07/2001	60500	208		191.53
LYQ1676	55934411	25/06/2001	54790	181	* X	85.12
LYQ2732	55934852	09/08/2001	69200	233		127.69
LYT0412	55934805	08/07/2001	55500	181	* XVIII	85.12
LYT1001	55935174	10/07/2001	50100	162	* I	574.61
LYZ5309	55935173	20/07/2001	69200	233		127.69
LZE0158	55935169	11/07/2001	60500	208		191.53
LZH1328	55934802	04/07/2001	69200	233		127.69
LZL8430	55934287	15/06/2001	66020	230	* VI	191.53
LZN4082	55934365	11/06/2001	58350	195		127.69
LZN4082	55934452	14/06/2001	58350	195		127.69
LZN4082	55934452	14/06/2001	70300	244	* I	191.53
LZN4082	55028292	17/05/2001	70300	244	* I	191.53
LZR2411	55028498	26/05/2001	55500	181	* XVIII	85.12
LZT6490	55935201	05/07/2001	69120	232		53.20
LZV4058	55934332	16/05/2001	69120	232		53.20
LZZ7676	55935353	05/08/2001	61810	215	* II	127.69
MAE5390	55935055	07/08/2001	55170	181	* XIV	127.69
MAJ4035	55934603	02/08/2001	60410	207		127.69
MAL1890	55934762	19/07/2001	55410	181	* XVII	53.20
MAP3189	55935005	09/08/2001	60500	208		191.53
MAR6450	55934270	08/06/2001	65990	230	* V	191.53
MAW1352	55934271	08/06/2001	69200	233		127.69
MAY1539	55934453	23/06/2001	70480	244	* II	191.53
MBI2246	55934502	30/06/2001	66020	230	* VI	191.53
MCB5092	55935185	07/08/2001	59670	203	* V	191.53
MDI4180	55934851	09/08/2001	69200	233		127.69
MDK8888	55935401	12/07/2001	54100	181	* IV	85.12
MEF2190	55935002	13/07/2001	60500	208		191.53
MEF9200	55935403	20/07/2001	73660	252	* VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 310/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 310/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JLJ3662	55594649	20/01/2006	69200	233	127.69
LXK1862	55594681	19/12/2005	69200	233	127.69
LZV4058	55594521	24/08/2005	65990	230 * V	191.53
MAD3104	55594859	21/11/2005	54280	181 * V	191.53
MAL9502	55594650	23/01/2006	69200	233	127.69
MAT8889	55595006A	16/12/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 80/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 80/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BSQ2629	55935139	21/02/2002	65480	229	85.12
CXJ6006	55935444	17/02/2002	52070	169	53.20
ICE0144	55935524	15/02/2002	60500	208	191.53
KBT1876	55934605	16/02/2002	69120	232	53.20
LXC5848	55934786	15/02/2002	60500	208	191.53
LXF3888	55935526	15/02/2002	60500	208	191.53
LYC8188	55934715	19/02/2002	60500	208	191.53
LYD1740	55935138	21/02/2002	69200	233	127.69
LYL2487	55934920	17/02/2002	69120	232	53.20
MBF2760	55934714	16/02/2002	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 312/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 312/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BTR0141	55594529	08/09/2005	69200	233	127.69
DFT2470	55595055A	17/01/2006	69200	233	127.69
LXK7926	55594858	17/11/2005	69200	233	127.69
LYH5336	55594675	18/11/2005	69200	233	127.69
LYL2552	55594851	11/11/2005	65560	230 * I	191.53
LYN4313	55594673	18/11/2005	69200	233	127.69
LYO1682	55594778	04/11/2005	55410	181 * XVII	53.20
LYY0891	55594819	08/10/2005	51690	165	957.69
LZF3854	55594853	14/11/2005	55500	181 * XVIII	85.12
MAJ8125	55935293A	10/11/2005	55500	181 * XVIII	85.12
MBE2267	55594833	21/10/2005	69200	233	127.69
MBK9271	55594648	20/01/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 197/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 197/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM8137	55936239	27/05/2004	69200	233	127.69
MBL5858	55936238	27/05/2004	69200	233	127.69
MDK0761	55936237	27/05/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 86/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 86/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC5315	55935543	01/04/2002	60500	208	191.53
CQC6403	55934880	03/04/2002	69200	233	127.69
LYI2920	55934588	05/04/2002	53800	181 * I	85.12
LZC8077	55935362	02/04/2002	69200	233	127.69
MAM3971	55935365	05/04/2002	69200	233	127.69
MBX4298	55935321	06/04/2002	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 27/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 27/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICS8448	55026781	01/03/1998	51850	167	127.69
ICS8448	55026781	01/03/1998	65990	230 * V	191.53
JNN5085	55026896	13/03/1998	57970	191	191.53
LXA0013	55026640	27/03/1998	60840	211	127.69
LXK7863	55027038	27/03/1998	60500	208	191.53
LXP7786	55026477	25/03/1998	51850	167	127.69
LYM3844	55026472	17/03/1998	51850	167	127.69
LYS4998	55027506	22/02/1998	58350	195	127.69
LYS4998	55027506	22/02/1998	69120	232	53.20
LYS4998	55027506	22/02/1998	50100	162 * I	574.61
LYT4698	55026474	21/03/1998	70480	244 * II	191.53
LYT4698	55026367	06/03/1998	70300	244 * I	191.53
LZJ5521	55027602	24/03/1998	57620	188	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 859/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 859/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABA3235	54261844E	06/07/2013	73662	252 * VI
AHQ5332	54262356E	17/06/2013	50100	162 * I
AHQ5332	54262355E	17/06/2013	65992	230 * V
AJI1862	54262706E	28/06/2013	66532	230 * XI
AJI1862	54262704E	28/06/2013	66102	230 * VII
CAZ2728	54262705E	28/06/2013	51691	165
CEG9845	54262555E	22/06/2013	51851	167
CGA2809	54262507E	27/06/2013	69200	233
CIW8384	54261830E	27/06/2013	55411	181 * XVII
CLD4307	54262502E	27/06/2013	69200	233
CXU6157	54262902E	17/07/2013	65992	230 * V
DCC7394	54262508E	27/06/2013	69200	233
DCL7351	54262267E	17/07/2013	65561	230 * I
DCL7351	54262266E	17/07/2013	65992	230 * V
DEZ3416	54262506E	27/06/2013	69200	233
GRR5657	54262762E	08/07/2013	67000	230 * XVI
HRD7916	54262764E	11/07/2013	69200	233
ICH2573	54261740E	16/06/2013	51851	167
ICY0092	54261831E	27/06/2013	55411	181 * XVII
JUV6620	54262868E	18/07/2013	55172	181 * XIV
KCO5382	54262372E	23/06/2013	66102	230 * VII
KCO5382	54262484E	23/06/2013	67000	230 * XVI
LXC7723	54262903E	20/07/2013	65992	230 * V
LXE0937	54261796E	18/07/2013	69200	233
LZY0369	54262673E	08/07/2013	65992	230 * V
MAN7362	54262551E	22/06/2013	55414	181 * XVII
MAY6274	54262763E	11/07/2013	69200	233
MBS0457	54262487E	23/06/2013	67000	230 * XVI
MBU2782	54261794E	18/07/2013	69200	233
MCB4971	54261800E	18/07/2013	69200	233
MCE7257	54262186E	17/06/2013	55414	181 * XVII
MCR3013	54262500E	25/06/2013	67000	230 * XVI
MDA0228	54262401E	28/06/2013	50450	162 * V
MDF7615	54261824E	18/06/2013	50450	162 * V
MDI2381	54262511E	09/07/2013	67000	230 * XVI
MDX7581	54262504E	27/06/2013	69200	233
MEK7434	54262710E	29/06/2013	69120	232
MEL6862	54262621E	11/07/2013	69200	233
MEQ0904	54262861E	18/07/2013	55250	181 * XV
MEW4999	54262639E	17/07/2013	65992	230 * V
MEW4999	54262063E	17/07/2013	50100	162 * I
MFC8724	54262383E	29/06/2013	65992	230 * V
MFC8724	54262384E	29/06/2013	50100	162 * I
MFC8724	54262652E	29/06/2013	51180	164 c/c 162 * I
MFN8524	54262626E	11/07/2013	65992	230 * V
MFN8524	54262774E	11/07/2013	65561	230 * I
MFO9746	54262708E	29/06/2013	67000	230 * XVI
MGZ5841	54262601E	23/06/2013	66102	230 * VII
MHB6700	54262579E	14/07/2013	67000	230 * XVI
MHL6473	54262183E	17/06/2013	55414	181 * XVII
MHW2046	54262901E	17/07/2013	50450	162 * V

MIX9474	54262773E	11/07/2013	65992	230	* V
MJS4454	54262854E	15/07/2013	69120	232	
MJS4454	54262853E	15/07/2013	50100	162	* I
MKA0104	54262803E	13/07/2013	66102	230	* VII
MKM7483	54262250E	25/06/2013	67000	230	* XVI
MLV5019	54262453E	17/06/2013	70302	244	* I
MLV5019	54262452E	17/06/2013	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 148/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 148/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE1654	55935975	15/06/2003	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 895/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 895/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIR4315	54756000E	24/10/2013	50100	162 * I
AIR4315	54756507E	24/10/2013	65992	230 * V
DDP8958	54756561E	25/10/2013	51851	167
JPR0229	54756326E	22/10/2013	69200	233
LXB0277	54756553E	22/10/2013	69200	233
LYB6868	54756651E	08/11/2013	65992	230 * V
LYP1714	54755992E	15/10/2013	50450	162 * V
LYP1714	54755994E	15/10/2013	69120	232
MBV2410	54756047E	25/10/2013	65561	230 * I
MEJ5262	54756447E	23/10/2013	65992	230 * V
MFQ2262	54756460E	24/10/2013	69120	232
MGW9955	54756562E	25/10/2013	51851	167
MHD5824	54756324E	22/10/2013	69200	233
MHE4021	54756322E	22/10/2013	69120	232
MHE4021	54756323E	22/10/2013	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 199/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 199/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJB7111	55594166	23/06/2004	50450	162 * V	191.53
KOZ0231	55936291	15/06/2004	69200	233	127.69
LXT8013	55934978	29/06/2004	69200	233	127.69
LYZ3556	55594305	30/06/2004	65990	230 * V	191.53
LZP7393	55594279	03/07/2004	55250	181 * XV	85.12
MBW7746	55936191	04/07/2004	66530	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 95/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 95/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA0568	55935807	31/05/2002	55500	181 * XVIII	85.12
COT8636	55935902	05/06/2002	69200	233	127.69
LYA1003	55935812	01/06/2002	65480	229	85.12
LZR4073	55935810	01/06/2002	65480	229	85.12
MBB8117	55934597	01/06/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 92/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 92/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDL9965	55934532	14/05/2002	69200	233	127.69
KEN1478	55934533	14/05/2002	69200	233	127.69
LYC8459	55935605	13/05/2002	69200	233	127.69
LYS3652	55935659	10/05/2002	61810	215 * II	127.69
LYV5335	55935448	15/05/2002	54870	181 * XI	127.69
LYV5349	55935602	10/05/2002	69200	233	127.69
LZL4586	55935607	22/05/2002	55170	181 * XIV	127.69
LZL9311	55935802	16/05/2002	69200	233	127.69
MAD3693	55934796	13/05/2002	60500	208	191.53
MCT3260	55934795	13/05/2002	73660	252 * VI	85.12
MGM0179	55935601	10/05/2002	53800	181 * I	85.12
MGM0179	55935601	10/05/2002	53980	181 * II	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 89/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 89/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ6770	55934883	24/04/2002	69200	233	127.69
LXZ2719	55935549	22/04/2002	69200	233	127.69
LYQ2170	55935550	22/04/2002	73660	252 * VI	85.12
MAG3422	55934882	24/04/2002	69200	233	127.69
MEO8585	55935150	25/04/2002	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 157/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 157/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJU1659	55935768	20/08/2003	69200	233	127.69
LXV1664	55935767	20/08/2003	69200	233	127.69
LZC3998	55936162	22/08/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 146/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 146/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LBG1633	55935969	05/06/2003	69200	233	127.69

LWY2638	55936311	11/06/2003	69200	233	127.69
LXC8927	55936310	05/06/2003	69200	233	127.69
MAA7422	55935970	05/06/2003	69200	233	127.69
MAG7845	55936270	06/06/2003	69200	233	127.69
MBP4262	55936269	06/06/2003	69200	233	127.69
MBX3188	55935973	15/06/2003	55410	181 * XVII	53.20
MIL0159	55935971	05/06/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 130/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 130/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DZK4848	55936055	11/02/2003	60500	208	191.53
LXY1293	55935346	09/02/2003	50100	162 * I	574.61
LXY1293	55935346	09/02/2003	65990	230 * V	191.53
LXY1293	55935346	09/02/2003	51690	165	957.69
LZL7118	55936112	10/02/2003	69200	233	127.69
LZX4713	55935764	07/02/2003	69200	233	127.69
MAF4298	55934931	07/02/2003	69200	233	127.69
MBE6375	55934742	12/02/2003	65480	229	85.12
MBM7061	55936114	11/02/2003	69200	233	127.69
MEB1070	55934930	07/02/2003	50100	162 * I	574.61
MEB1070	55934930	07/02/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2014.

EXTRATO DE CONTRATO nº 169/2014.
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ILUMICORE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME
OBJETO: Aquisição de cortinas de LED para decoração natalina.
VALOR: R\$ 17.372,16 (dezessete mil trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações e Contrato nº 169/2014.

Vargeão, SC, 02 de dezembro de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI N.1027/2014

LEI Nº 1.027/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
"AUTORIZA O REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Artigo 1º- Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a repassar a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de subvenção social à APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VARGEM BONITA (SC), pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº. 782/2009, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.324.639/0001-86, situada na Rua José de Alencar, s/nº em Vargem Bonita.

§ 1º. O valor a ser repassado a título de subvenção social deverá ser utilizado no pagamento de despesas da entidade, inclusive pagamento de pessoal e encargos sociais.

§ 2º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas 60(sessenta) dias após o recebimento.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 02 de dezembro de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1028/2014

LEI Nº 1.028/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina,

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Vargem Bonita para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 20.990.000,00 (Vinte milhões, novecentos e noventa mil reais).

II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 20.990.000,00 (Vinte milhões, novecentos e noventa mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) e R\$ 19.990.000,00 (Dezenove milhões, novecentos e noventa mil reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Infância e Adolescência, Fundo Municipal do Idoso, Fundo Municipal de Agricultura e Fundo Municipal de Habitação integrarão o orçamento do Poder Executivo como unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 4.908.700,00 (Quatro milhões, novecentos e oito mil, e setecentos reais) integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	20.230.000,00
Receita Tributária	1.006.720,00
Receita de Contribuições	130.000,00
Receita Patrimonial	138.600,00
Receita Agropecuária	200,00
Receita de Serviços	92.360,00
Transferências Correntes	18.814.180,00
Outras Receitas Correntes	47.940,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	760.000,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	760.000,00
TOTAL	17.770.000,00

§ 4º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	15.081.300,00	71,8%
Gabinete do Prefeito	350.000,00	1,7%
Secretaria de Planejamento e Controle	83.000,00	0,4%
Secretaria de Administração e Finanças	2.044.720,00	9,7%
Secretaria de Educação e Cultura	6.381.020,00	30,4%
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	3.523.720,00	16,8%
Secretaria da Agricultura	1.581.820,00	7,5%

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Encargos Gerais do Município	439.000,00	2,1%
Secretaria de Saúde e Bem Estar Social	663.020,00	3,2%
Reserva de Contingência	15.000,00	0,1%
Unidade Gestora – Fundo Municipal da Saúde	4.908.700,00	23,4%
Fundo Municipal da Saúde	4.908.700,00	23,4%
Unidade Gestora – Câmara	1.000.000,00	4,8%
Câmara de Vereadores	1.000.000,00	4,8%
TOTAL	20.990.000,00	100,0%

§ 5º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita mediante autorização do Legislativo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 26, parágrafo único da Lei nº 1.020/2014 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao limite de 15% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Mediante de Lei autorizativa do Poder Legislativo para transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Vargem Bonita/SC, em 02 de dezembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1029/2014

LEI Nº 1.029/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO COM A SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a transferência de recursos financeiros do Município de Vargem Bonita, para à Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, em parceria com os Municípios de Catanduvas e Jaborá, destinados à construção da sede própria, no município de Catanduvas-SC.

Parágrafo Único. Em decorrência do disposto neste artigo, fica o Município de Vargem Bonita, autorizado a firmar Termo de Convênio de Parceria de Cooperação Técnico-financeiro, com a Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, localizado em Catanduvas Santa Catarina, em parceria com os municípios de Catanduvas e Jaborá.

Art. 2º. Para efeitos do disposto no artigo primeiro, fica o Município de Vargem Bonita autorizado a repassar como transferência financeira a importância total de até R\$ 147.851,83 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), nos termos ajustados em Convênio, para a construção, da sede própria da Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, na sede do Município de Catanduvas-SC, mediante ordem bancária na conta vinculada ao Convênio.

Art. 3º. A doação do terreno para a construção da referida sede é de responsabilidade do Município de Catanduvas.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2015. ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL UNIDADE 03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Atividade 2.037 - Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade Modalidade 445000000000000001.0000 - Aplicações diretas

Art. 5º. A Entidade Sociedade Patronato Anjo da Guarda, com sede no Município de Catanduvas - SC prestará contas do recebimento dos recursos na forma da legislação vigente, especialmente de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no prazo de 60 dias, após o recebimento de cada etapa construída.

Parágrafo Único. Os pagamentos serão feitos por Laudo de Medição, cujo valor deverá ser rateado, após cada evento, entre os Municípios de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita.

Art. 6º. Fica fazendo parte integrante do presente Projeto de Lei a Minuta do Termo de Convênio.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 02 de dezembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR N.101/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO A CELULOSE IRANI S/A NO QUE SE REFERE À ARRECADAÇÃO DE ISSQN DEVIDO PELOS SEUS PRESTADORES DE SERVIÇO.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, de que tratam as Leis Municipais nº 056 de 28 de outubro de 1993, que instituiu o Código Tributário Municipal; e, Lei Complementar nº 033 de 20 de dezembro de 2002, terá a alíquota de 2,00% (dois por cento), sobre a prestação de serviço realizado à EMPRESA CELULOSE IRANI S/A, localizada em Campina da Alegria, neste Município, ou qualquer outra filial ou empresa do Grupo em operação no Município.

Parágrafo 1º - Deverá ocorrer à retenção do ISSQN no ato de pagamento da prestação de serviços pela EMPRESA CELULOSE IRANI SA, que deduzirá o valor do ISSQN correspondente a Nota Fiscal emitida pelo Prestador, e mediante DAM - Documento de Arrecadação Municipal, procederá ao recolhimento do valor ao Município.

Parágrafo 2º - Cabe ao Setor de Fiscalização do Município, acompanhar a execução destas medidas, aplicando em todos os casos, a legislação municipal.

Artigo 3º - Não se incluem na presente Lei as empresas integrantes do Simples Nacional.

Artigo 4º - A exposição de motivos passa a fazer parte integrante da presente lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Atos necessários a adequação da presente lei aos sistemas de emissão de nota fiscal eletrônica e outros ajustes, serão regulamentados por decreto pela Chefe do Poder Executivo.

Artigo 7º - Fica revogada a Lei nº 463/2002 de 08 de abril de 2002.

Vargem Bonita, em 02 de dezembro de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Exposição de Motivos

A Lei Ordinária nº 463/2002 de 08 de abril de 2002 que autorizou a Celulose Irani S.A. recolher 0,5% da alíquota de 3% do imposto devido - ISSQN - pelas prestadoras de serviços para a Celulose Irani, para a AMOCA - Associação dos Moradores da Campina da Alegria estava disposta em instrumento jurídico impróprio. Então inicialmente a Lei nº 463/2002 de 08 de abril de 2002 deve ser convertida em lei complementar, pois este é o instrumento adequado para disciplinar, instituir, modificar matéria de ordem tributária.

A motivação específica do tratamento tributário diferenciado, de que trata o presente projeto como sucesso da Lei nº 463/2002, é o estabelecimento de uma forma de manutenção financeira a citada Associação.

Em que reside o interesse público em tal Associação? - A Vila Campina da Alegria é originalmente uma propriedade privada do grupo econômico IRANI S.A., administrado pela Celulose Irani S.A., que serve para residência de seus trabalhadores e familiares. Ocorre que o Poder Público lá já vem investindo em serviços públicos como: creche e outros órgãos do sistema municipal de ensino, posto de saúde, consultório odontológico e manutenção de instalações para prática de esportes por entender que não obstante a Vila ser uma propriedade privada, ela implicitamente cumpre uma função social fundamental por destinada a residência e abrigo dos trabalhadores e seus familiares.

Independente de onde quer que seja que resida o cidadão, ou a quem pertença a propriedade o Estado deve ir e investir onde se encontra o cidadão, portanto esse é o espírito da lei e finalidade do presente projeto.

A redução da alíquota do ISSQN correspondente a 0,5%, sobre o valor da prestação de serviço das empresas que prestam serviços à Celulose Irani S.A. ou outras empresas do seu grupo que venham a se instalar no território de Vargem Bonita, sempre foram destinados à manutenção das atividades da Associação de Moradores da Vila Campina da Alegria (AMOCA), tendo em vista que a finalidade precípua desta Associação é a manutenção de atividades sociais de seus moradores e a manutenção física da dita Vila, assim como será o percentual proposto atualmente dessa redução, 1% da alíquota, sobre a base de cálculo do ISSQN.

O mecanismo de transferência estabelecido no presente projeto, diferente da Lei anterior, surgiu da necessidade de adequar o processo de cobrança e arrecadação a atual realidade da nota fiscal

de serviço eletrônica. Estão sujeitas à alíquota de 2% (dois por cento) as Empresas prestadoras de serviço optantes pelo lucro presumido e pelo lucro real que prestarem serviços à Celulose Irani S.A. ou outras empresas do seu grupo que venham a se instalar no território de Vargem Bonita.

Em função disso, um percentual de 1% (um por cento) sobre a mesma base tributária será repassado diretamente pela Celulose Irani S.A. à AMOCA, justamente para atender aos objetivos desta Lei. O repasse do recurso para a AMOCA se dará mediante termo de ajuste entre as partes.

É visto que a arrecadação tributária destinada por este projeto não eliminará a necessidade de outros investimentos públicos e privados no local, quando se tratar de obras de vulto econômico que ultrapassem a capacidade econômica de investimentos da citada Associação, como é o caso presente da construção do poste de saúde, que conta com investimento proveniente do Governo Federal.

Por considerar que a presente matéria, colocada a apreciação de Vossas Excelências é de interesse público, cumpre uma finalidade pública, está sendo disciplinado por processo legislativo adequado, requeremos análise e aprovação do presente projeto.

Vargem Bonita, em 02 de dezembro de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 20/2014 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2014 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE E ALARGAMENTO DE PISTA COM (C.A.U.Q.) (LOCAIS CONTORNO SUL -A ACESSO AO RIO TIGRE E VDR 030 - SANTA LÚCIA/SÃO ROQUE. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. ÁREA INTERVENÇÃO: 1.456,00 M², restando HABILITADAS as empresas LB Comércio e Serviços Ltda e Viga Pavimentações e Obras Ltda. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 12/12/2014, às 16:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 02 de Dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 04/2014-FMS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 03/12/2014 a partir das 08:00h ao dia 20/01/2015 às 13:29 h. Abertura das propostas: dia 20/01/2015, às 13:30h. Início da sessão de disputa de lances: dia 20/01/2015, às 13:30h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 63/2014-FMS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MFO 0386, FROTA 157, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 16/12/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0117/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA ALVES DOS SANTOS

CPF: 049.570.559-47

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0128/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0128/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINI RISSI

CPF: 047.660.809-04

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 09 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0175/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0175/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CIBELLE CERON DA ROSA

CPF: 005.105.959-28

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 18 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0280/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0280/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES

CPF: 060.982.029-07

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0331/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0331/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA SILVA DOMINGOS

CPF: 022.141.010-47

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0368/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0368/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA MARMEN CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 736.101.279-53

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 10 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0464/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0464/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUCAS LANFERDINI CHRIST

CPF: 047.338.679-80

VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2014 até 30 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles**PREFEITURA****LEI Nº 0902**

LEI Nº 0902, de 02 de dezembro de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a alienar, pelo preço mínimo os veículos e equipamentos abaixo:

1- CHEVROLET/GM/BLAZER, PLACA MBT4116, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2001/2001, CHASSI 9BG116AX01C437422, RENAVAL 766474844, CILINDRADAS 2,400, está avaliada em R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

2- CHEVROLET/GM/BLAZER ADVANTAGE, PLACA MHF0734, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2009/2009, CHASSI 9BG116GF09C437471, RENAVAL 145356086, CILINDRADAS 2,400, está avaliada em R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

3- TRATOR DE ESTEIRAS DE MARCA CATERPILLAR, MODELO D6-C SÉRIE 24U1066 E MOTOR 3306-473536, ANO DE FABRICAÇÃO 1976, está avaliada em 49.990,00 (quarenta e nove mil e novecentos e noventa reais)

4- ONIBUS/VOLKS/BUSSCAR/URBANOSS/206CV, PLACA KPS2889, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1998/1998, CHASSI N. 9BWY2TJB7WRB06943, RENAVAL 706531744 está avaliada em R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais).

5- ONIBUS/M.BENZ/OF/1620/204CV, PLACA KMP3965, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1997/1998, CHASSI N. 9BM384087VB142125, RENAVAL 690761740, está avaliada em R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

6- CAMINHÃO/PRANCHA M.BENZ/L 2213/130CV, PLACA MCR0260, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1977/1977, CHASSI 34542012339750, RENAVAL 548392722, está avaliada em R\$ 17.900,00 (dezessete sete mil e novecentos reais).

7- CAMINHÃO/C.ABERTA/GM/CHEVROLET D40, PLACA MAG5545, COR VERMELHA, ANO FAB/MOD 1986/1987, CHASSI 9BG-443NNHGC010022, RENAVAL 551370114, está avaliada em R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

8- CAMINHONETE/C.DUPLA/DIESEL/GM/S10 2.8 D 4X4, PLACA MFT6640, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 2001/2002, CHASSI 9BG138BC02C405559, RENAVAL 773951989, está avaliada em R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

9- BAÚ CONFECIONADO EM ALUMÍNIO DIMENSÕES EXTERNAS 5.200MM X 2.300MM X 2.200MM.(C x A x L), está avaliada em R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

10- SUCATA FURGÃO TOYOTA - Noah, ano 1999, está avaliada em R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);

11- SUCATA FURGÃO TOYOTA - Noah, ano 1999, está avaliada em R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);

12- VW/GOL 1.0 GIV, PLACA MIU6322, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2011/2011, CHASSI 9BWAA05W2BP103614, RENAVAL 321869885, COMBUSTÍVEL ÁLCOOL/GASOLINA, está avaliada em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 02 de dezembro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

LEI Nº 0903

LEI N. 0903, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, BEM COMO SOBRE O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Vitor Meireles, na forma da Lei 9.503/1997, responsável pela guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, por infração à Legislação do Código de Trânsito Brasileiro, nas vias públicas abertas a livre circulação no Município de Vitor Meireles.

Parágrafo Único. A responsabilidade pela guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, elencada no caput desta Lei, poderá ser transferido a terceiros interessados através de procedimento licitatório, realizado para fim de exploração desta atividade.

Art. 2º A exploração deste serviço de responsabilidade do Município poderá ser delegada através de procedimento licitatório, às pessoas jurídicas de direito privado, mediante permissão, autorização ou concessão.

Art. 3º Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, o explorador do mesmo terá que cumprir com as seguintes obrigações:

I -Ter um local apropriado na área da Comarca de Presidente Getúlio, com o devido "habite-se", cercado, iluminado, com escritórios, banheiros e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes de autoridades de trânsito, assim definidos na Legislação de trânsito, o público em geral, realização de leilão, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser depositário fiel;

II - Ter uma área que proporcione o abrigo de pelo menos 15 (quinze) automóveis e 30 (trinta) motocicletas e um pátio que possa abrigar no mínimo 30 (trinta) veículos;

III - Receber todo e qualquer veículo assim classificados no art. 96, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro- CTB, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes da Autoridade de Trânsito exceto àqueles de tração animal;

IV - Receber os veículos que se encontram depositados no Município de Vitor Meireles, devendo exercer a função de depositário até que o município promova a venda extrajudicial dos mesmos;

V - Cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor previsto no Anexo I, desta Lei;

VI - Receber e liberar os veículos somente para seus proprietários somente com autorização não solidária exaradas pelo Comandante da Organização Policial Militar- OPM conveniada, sediada nesta Comarca, ou por pessoa designada pelo Chefe do Poder Executivo

Municipal, uma vez atendidas as exigências da Legislação de Trânsito;

VII - Possuir livro de registro diário, do qual devem constar, no mínimo:

a) - Identificação dos Veículos recebidos;

b) - Nome, endereço e identidade do proprietário ou condutor;

c) - Data e horário de recebimento do veículo;

d) - Nome e identidade do Agente de Trânsito responsável pela medida administrativa;

e) - Data e horário de saída do veículo.

§ 1º O livro de registro diário deverá ser numerado tipograficamente e deve conter ata de abertura assinada pelas seguintes autoridades: Chefe do Poder Executivo e Comandante da Polícia Militar local ou regional.

§ 2º O explorador desta atividade sujeitar-se-á a vistoria semestral realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Comandante da Polícia Militar local ou regional, ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 3º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei, sujeitará o referido explorador às sanções que pode variar de uma multa no valor de 400 UFM's, até a perda da concessão, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do concedente e, sem o prejuízo de outras medidas previstas nesta Lei.

§ 4º A empresa para explorar este serviço, deverá estar em dia com a fazenda Municipal, Estadual e Federal, sendo que o não cumprimento deste dispositivo acarretará na perda da Concessão dos Serviços.

Art. 4º O disposto nos incisos de II a V, do artigo anterior, aplica-se também ao Município, no caso de exploração direta.

Art. 5º Para fins de cumprimento da Legislação de Trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata esta Lei, deverá ser feito pela empresa concessionária, sendo que o preço a ser cobrado pelo serviço de remoção de veículos será o constante do anexo II, desta Lei e atualizado através de ato próprio de Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, os veículos apreendidos ou removidos não reclamados por seus proprietários, serão levados à hasta pública pelo Poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver, depositado na conta do ex-proprietário, na forma da Lei Federal nº 6.575, de 30 de Outubro de 1978 (Artigo 328, do CTB).

Parágrafo Único. Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa para cobrança judicial, pelo Município.

Art. 7º Ficará isento do pagamento relativo à estadia e à tarifa do serviço de carro-guincho prestado diretamente pela Prefeitura do Município de Vitor Meireles, aquele que tiver seu veículo apreendido e recolhido ao Depósito Municipal, pelos seguintes motivos:

a) em virtude de roubo ou furto;

b) os que forem apreendidos para averiguação e se constatar que

não há nenhuma irregularidade com o veículo.

Art. 8º Ao ser removido, o veículo deverá ser fotografado, para identificação de alguma avaria pré-existente, após o qual o mesmo será embarcado no reboque, devidamente fixado e transportado ao depósito, sendo que, qualquer sinistro nesse processo será coberto pelo seguro do reboque.

Art. 9º No momento da entrada do veículo no depósito, o mesmo será lacrado em todas as portas, nas tampas do motor, da mala e do combustível, será fotografado em todos os seus ângulos e será preenchida a Guia de Recolhimento de Veículo - GRV.

Parágrafo Único - O pagamento ao qual se refere a presente Lei deverá ser efetuado na rede bancária, através de boleto bancário, que será emitido após a verificação pelos funcionários do depósito, acompanhados dos documentos apresentados.

Art. 10 Nos casos de liberação de veículos objeto de roubo ou furto, deverá ser apresentado ofício da autoridade policial da circunscrição, ou apresentação de registro de ocorrência de roubo ou furto, desde que não coincida com dia, horário e local da remoção. Neste caso, o veículo será encaminhado à Delegacia Policial onde houve o registro.

Parágrafo Único - Na hipótese do presente artigo o veículo será liberado sem ônus.

Art. 11 A liberação de veículos somente ocorrerá nos dias úteis, durante o horário de atendimento ao público, ou seja, de 9:00 às 18:00 horas.

Art. 12 Em qualquer liberação de veículo deverá ser juntada a GRV (Guia de Recolhimento de Veículo), cópias de todos os documentos apresentados e o comprovante de pagamento das despesas com remoção e estada do veículo.

§ 1º - O valor relativo à estada deverá ser cobrado a partir da entrada do veículo nos depósitos, com o vencimento da 1ª diária no fechamento do depósito no dia útil subsequente.

§ 2º - Para os veículos que derem entrada nos depósitos às sextas-feiras ou vésperas de feriados e não forem retirados no primeiro dia útil subsequente, as diárias serão contabilizadas em dias corridos a partir do dia de entrada.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 02 de dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Estadia de Motocicletas

Diárias de permanência	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Valor por Diária	9,06	25,00

Estadia de Automóveis e Camionetes

Diárias de permanência	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Valor por Diária	9,06	25,00

Estadia de Ônibus e Caminhões

Diárias de permanência	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Valor por Diária	18,12	50,00

ANEXO II

Guinchamento de motocicletas e similares

Guinchamento de motocicletas e similares	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Até 05 quilômetros	32,24	100,00
Após 05 quilômetros	0,72	2,00

Guinchamento de automóveis e camionetes

Guinchamento de automóveis e camionetes	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Até 05 quilômetros	32,24	100,00
Após 05 quilômetros	0,72	2,00

Guinchamento de ônibus e caminhões

Guinchamento de ônibus e caminhões	Taxa de UFM's	R\$ (Reais)
Até 05 quilômetros	54,35	100,00
Após 05 quilômetros	1,45	4,00

LEI Nº 0901

Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 1 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

LEI N. 0901, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de R\$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta reais), os bens declarados como inservíveis, constantes da lista em anexo, a qual faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles (SC), 02 de Dezembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 2 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org. Dep. Set				Descrição		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem				
3	Secr. Adm. e Financas					29	72,50
1	Secr. Adm. e Financas					29	72,50
1	Secr. Adm. e Financas					29	72,50
M	273	01/01/2005	Lava Jato				2,50
M	337	01/01/1999	Video Cassete				2,50
M	606	01/01/1990	Impressora				2,50
M	627	01/01/2005	Impressora				2,50
M	709	01/01/1999	Cadeira				2,50
M	718	01/01/2005	Impressora				2,50
M	721	01/01/2005	Impressora				2,50
M	737	01/01/2005	Computador				2,50
M	738	01/01/2005	Computador				2,50
M	740	01/01/2005	Impressora				2,50
M	773	01/01/2005	Encerradeira Arno Brilium				2,50
M	784	01/01/2005	Escada				2,50
M	785	01/01/2005	Data Show Epson				2,50
M	850	01/01/2005	Bebedouro				2,50
M	861	01/01/2005	Maquina de Somar				2,50
M	921	01/01/1999	Minicadeiras Confeccionada em Madeira				2,50
M	933	01/01/2008	Servidor Banco de Dados Dell Poweredge 1900,				2,50
M	1125	01/01/2005	Monitor				2,50
M	1391	01/01/2005	Forno Elétrico Nardelli				2,50
Patrimônio							paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

M	1452	01/01/2005	Mimiografo	2,50
M	1838	01/01/2005	Monitor	2,50
M	1844	01/01/2005	Monitor	2,50

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 4 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set		Descrição		Data Aquisição		Descrição do Bem		Qt.d. Bens	Valor Contábil	
Tipo	Código									
M	1941			01/01/1990		Bebedouro			2,50	
M	2212			31/03/2009		Cadeira Diretor Webflex			2,50	
M	2260			12/05/2009		Radio Transceptor Celfix			2,50	
M	2404			09/11/2009		Microcomputador Pc Work Linux			2,50	
M	2443			03/03/2011		Impressora			2,50	
M	2494			16/02/2012		Monitor de Video 15			2,50	
M	2998			13/08/2013		Impressora Multifuncional Lemarx X264			2,50	
4	Secretaria de Agricultura								6	15,00
1	Secretaria de Agricultura								6	15,00
1	Secretaria de Agricultura								6	15,00
M	2			01/01/2005		Mesa			2,50	
M	5			01/01/2005		Cadeira			2,50	
M	7			01/01/1999		Cadeira			2,50	
M	19			01/01/1999		Mesa			2,50	
M	1027			01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1377			01/01/1989		Carteira			2,50	
6	Sec. Educacao								391	977,50
1	Sec. Educacao								391	977,50
1	Sec. Educacao, C. e Esp.								391	977,50
M	27			01/01/1990		Mesa			2,50	
M	28			01/01/1990		Mesa			2,50	
M	29			01/01/1990		Mesa			2,50	
M	30			01/01/1990		Mesa			2,50	
M	32			01/01/1990		Mesa			2,50	
M	34			01/01/1990		Mesa			2,50	
Patrimônio									paw_class_relatorio.inc	



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 5 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set		Descrição		Data Aquisição		Descrição do Bem		Qtz. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código								
M	35			01/01/1990		Mesa			2,50
M	36			01/01/1990		Mesa			2,50
M	39			01/01/1990		Mesa			2,50
M	40			01/01/1990		Mesa			2,50
M	42			01/01/1990		Mesa			2,50
M	43			01/01/1990		Mesa			2,50
M	44			01/01/1990		Mesa			2,50
M	45			01/01/1990		Mesa			2,50
M	49			01/01/1990		Mesa			2,50
M	50			01/01/1990		Mesa			2,50
M	51			01/01/1990		Mesa			2,50
M	52			01/01/1990		Mesa			2,50
M	53			01/01/1990		Mesa			2,50
M	54			01/01/1990		Mesa			2,50
M	55			01/01/1990		Mesa			2,50
M	56			01/01/1990		Mesa			2,50
M	58			01/01/1990		Mesa			2,50
M	59			01/01/1990		Mesa			2,50
M	60			01/01/1990		Mesa			2,50
M	61			01/01/1990		Mesa			2,50
M	62			01/01/1990		Mesa			2,50
M	63			01/01/1990		Mesa			2,50
M	65			01/01/1990		Mesa			2,50
M	66			01/01/1990		Mesa			2,50
M	67			01/01/1990		Mesa			2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Secretaria de Administração Unidade:
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Estatístico por Repartição

Página 6 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc

Org.Dep.Set			Descrição		Qtd.Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem			
M	69	01/01/1990	Mesa			2,50
M	72	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	74	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	75	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	79	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	80	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	86	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	88	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	92	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	93	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	100	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	109	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	119	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	121	01/01/1990	Dvd			2,50
M	126	01/01/1990	Mesa			2,50
M	146	01/01/1999	Cadeira			2,50
M	162	01/01/1990	Mesa			2,50
M	168	01/01/1999	Impressora			2,50
M	169	01/01/1999	Impressora			2,50
M	172	01/01/1990	Fax			2,50
M	182	01/01/1990	Mesa			2,50
M	183	01/01/2005	Computador			2,50
M	196	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	197	01/01/1990	Cadeira			2,50
M	330	01/01/1900	Mesa			2,50

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

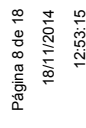
Página 7 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set	Descrição		Data Aquisição		Descrição do Bem		Qt.d. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código							
M	331		01/01/1990		Carteira			2,50
M	405		01/01/1990		Mesa			2,50
M	508		01/01/2005		Mimiografo			2,50
M	553		01/01/1999		Mimiografo			2,50
M	805		01/01/2005		Cadeiras			2,50
M	842		01/01/1999		Mesa			2,50
M	919		01/01/1999		Carteira			2,50
M	949		01/01/1999		Mimiografo			2,50
M	992		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	993		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	994		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	997		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	998		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1001		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1004		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1025		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1050		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1051		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1052		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1053		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1054		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1055		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1056		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1057		01/01/1989		Cadeira			2,50
M	1058		01/01/1989		Cadeira			2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Org.Dep.Set			Descrição		Qtd. Bens		Valor Contábil	
Tipo	Código	Data	Aquisição	Descrição do Bem				
M	1059	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1060	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1061	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1062	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1079	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1080	01/01/1989		Cadeira			2,50	
M	1119	01/01/1989		Cadeiras			2,50	
M	1120	01/01/1989		Cadeiras			2,50	
M	1121	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1129	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1130	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1131	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1132	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1133	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1134	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1135	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1136	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1137	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1138	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1139	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1140	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1141	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1142	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1143	01/01/1989		Carteira			2,50	
M	1144	01/01/1989		Carteira			2,50	

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 9 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set	Descrição	Qt.d. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
M	1146	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1147	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1148	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1151	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1152	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1153	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1162	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1166	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1168	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1172	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1193	01/01/1999	Cadeira	2,50
M	1204	01/01/1999	Cadeira	2,50
M	1210	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1211	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1212	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1213	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1215	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1216	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1217	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1218	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1219	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1220	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1221	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1222	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1223	01/01/1989	Carteira	2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

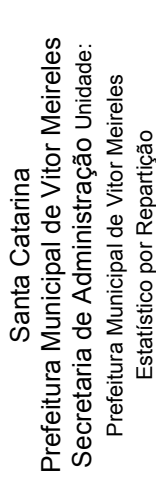
Página 10 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set		Descrição		Data Aquisição		Descrição do Bem		Qtd. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código								
M	1224			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1225			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1226			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1227			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1228			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1229			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1230			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1232			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1233			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1234			01/01/1989		Carteira			2,50
M	1239			01/01/1999		Dvd			2,50
M	1242			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1244			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1245			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1246			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1249			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1250			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1251			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1253			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1254			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1255			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1256			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1259			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1260			01/01/1999		Cadeira			2,50
M	1262			01/01/1999		Cadeira			2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 12 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set	Descrição	Qtz. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
M	1324	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1325	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1326	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1327	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1328	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1329	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1331	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1333	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1334	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1335	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1336	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1338	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1339	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1340	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1341	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1342	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1343	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1347	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1348	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1349	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1351	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1352	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1353	01/01/1989	Cadeiras	2,50
M	1372	01/01/1989	Carteira	2,50
M	1380	01/01/1989	Cadeira	2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

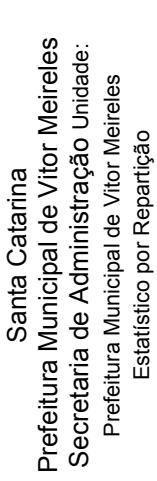
Página 13 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set	Descrição	Qtz. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem	
M	1383	01/01/1989	Cadeira	2,50
M	1426	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1427	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1429	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1430	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1431	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1432	01/01/2005	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1434	01/01/1999	Minicadeiras Confeccionada em Madeira	2,50
M	1511	01/01/1990	Cadeira	2,50
M	1567	01/01/1999	Cadeiras	2,50
M	1580	01/01/1999	Cadeiras	2,50
M	1581	01/01/1999	Cadeiras	2,50
M	1584	01/01/1999	Cadeiras	2,50
M	1590	01/01/2005	Cadeira	2,50
M	1594	01/01/2005	Mesa	2,50
M	1609	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1629	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1631	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1633	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1635	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1637	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1639	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1640	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1643	01/01/1999	Carteira	2,50
M	1644	01/01/1999	Carteira	2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Página 14 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set			Descrição		Qtđ. Bens		Valor Contábil	
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem					
M	1645	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1646	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1648	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1653	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1654	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1659	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1670	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1671	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1673	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1674	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1676	01/01/1999	Ventilador				2,50	
M	1681	01/01/2005	Mesa				2,50	
M	1684	01/01/2005	Cadeira				2,50	
M	1685	01/01/2005	Cadeira				2,50	
M	1689	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1692	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1693	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1694	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1695	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1696	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1699	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1700	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1703	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1704	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1705	01/01/2005	Carteira				2,50	

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 15 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc

Org.Dep.Set			Descrição		Qt.d. Bens		Valor Contábil	
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem					
M	1706	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1709	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1711	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1712	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1713	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1714	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1717	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1719	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1722	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1723	01/01/2005	Carteira				2,50	
M	1724	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1725	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1726	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1727	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1728	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1729	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1730	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1732	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1733	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1734	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1735	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1736	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1738	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1739	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1740	01/01/1999	Cadeira				2,50	

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Secretaria de Administração Unidade:
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Estatístico por Repartição

Página 16 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc

Org.Dep.Set			Descrição		Qtd.Bens		Valor Contábil	
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem					
M	1741	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1742	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1743	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1744	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1747	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1748	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1749	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1750	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1751	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1752	01/01/1999	Cadeira				2,50	
M	1760	01/01/2005	Mesa				2,50	
M	1765	01/01/2005	Mesa				2,50	
M	1767	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1770	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1771	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1772	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1773	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1774	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1775	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1777	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1780	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1784	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1786	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1787	01/01/1999	Carteira				2,50	
M	1788	01/01/1999	Carteira				2,50	

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 17 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set	Descrição					Qtz. Bens	Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem				
M	1789	01/01/1999	Carteira				2,50
M	1790	01/01/1999	Carteira				2,50
M	1792	01/01/1999	Carteira				2,50
M	1794	01/01/1999	Carteira				2,50
M	1795	01/01/1999	Carteira				2,50
M	1797	01/01/1999	Cadeira				2,50
M	1801	01/01/1999	Cadeira				2,50
M	1822	01/01/1999	Cadeira				2,50
M	1823	01/01/1999	Cadeira				2,50
M	1853	01/01/2005	Computador				2,50
M	1911	01/01/1999	Mesa				2,50
M	1925	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1926	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1934	01/01/1990	Mesa				2,50
M	1935	01/01/1990	Mesa				2,50
M	1937	01/01/1990	Mesa				2,50
M	1938	01/01/1990	Mesa				2,50
M	1943	01/01/1990	Mesa				2,50
M	1944	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1945	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1946	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1947	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1949	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1950	01/01/1990	Cadeira				2,50
M	1958	01/01/1990	Carteira da Escola				2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 18 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc.

Org.Dep.Set		Descrição	Qt.d. Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		
M	1959	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50
M	1964	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1965	01/01/1990	Cadeira		2,50
M	1969	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1973	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1974	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1978	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1979	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1980	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1981	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1984	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1986	01/01/1990	Carteira		2,50
M	1990	01/01/1990	Cadeira Escolar 4 Pes		2,50
M	1991	01/01/1990	Cadeira Escolar 4 Pes		2,50
M	1992	01/01/1990	Cadeira Escolar 4 Pes		2,50
M	2004	01/01/1990	Cadeira		2,50
M	2005	01/01/1990	Cadeira		2,50
M	2007	01/01/1990	Cadeira		2,50
M	2010	01/01/1990	Cadeira		2,50
M	2013	01/01/1990	Carteira		2,50
M	2021	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50
M	2022	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50
M	2025	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50
M	2026	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50
M	2027	01/01/1990	Carteira da Escola		2,50

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio



Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Secretaria de Administração Unidade:
 Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
 Estatístico por Repartição

Página 19 de 18
18/11/2014
12:53:15

Status: Atualizado, Localização: LEILÃO
Ordenado por: Código Asc

Org.Dep.Set			Descrição		Qt.d.Bens		Valor Contábil
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem				
M	2028	01/01/1990	Carteira da Escola				2,50
M	2030	01/01/1990	Carteira da Escola				2,50
M	2032	01/01/1990	Cadeira Escolar 4 Pes				2,50
M	2033	01/01/1990	Carteira				2,50
M	2034	01/01/1990	Carteira				2,50
M	2220	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2221	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2222	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2223	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2224	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2225	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2229	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2230	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2231	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2233	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2234	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2235	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2237	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2238	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2239	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2240	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2241	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2242	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2243	22/05/2009	Cadeira				2,50
M	2244	22/05/2009	Cadeira				2,50

Patrimônio

paw_class_relatorio.inc



Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Secretaria de Administração Unidade:
Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
Estatístico por Repartição

Página 20 de 18
18/11/2014
12:53:15

Org.Dep.Set			Descrição		Status: Atualizado, Localização: LELÃO			
					Ordenado por: Código Ass.			
Tipo	Código	Data Aquisição	Descrição do Bem		Qtd. Bens	Valor	Contábil	
M	2245	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2246	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2247	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2248	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2249	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2250	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2251	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2252	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2253	22/05/2009	Mesa Escolar				2,50	
M	2394	04/11/2009	Ventilador Britania Coluna 40 Cm				2,50	
10	Fundo Mun Assist Social				6		15,00	
1	Fundo Mun Assist Social				6		15,00	
1	Assistencia Social				6		15,00	
M	376	01/01/2005	Cadeira				2,50	
M	382	01/01/2005	Cadeira				2,50	
M	598	01/01/1999	Maquina de Escrever				2,50	
M	2151	21/08/2008	Impressora				2,50	
M	2276	01/09/2009	Camera Digital Dsc-wl90				2,50	
M	3006	21/08/2013	Impressora Multifuncional Hp Officejet 4500				2,50	

paw_class_relatorio.inc

Patrimônio

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 464

DECRETO Nº. 464/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal LUCIANE MARCHETTI BORTOLANZA, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, portadora da matrícula 54511, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 01 de dezembro de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

LEI Nº 4027/2014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014. APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO SOCCOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 3327/2009 de 17 de fevereiro de 2009.

Dá nova redação ao Art. 2º da Lei 3132 de 07 de agosto de 2007 que Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação - Conselho FUNDEB e dá outras providências.

GILSON LUIZ VICENZI, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei Nº 3132 de 07 de agosto de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I. 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal dos quais pelo menos 01(um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II. 01 (um) representante dos professores da educação básica pública;
III. 01 (um) representante dos diretores das escolas públicas;
IV. 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
V. 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
VI. 02 (dois) representante dos estudantes da educação básica pública, sendo 01 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
VII. 01 (um) representante do Conselho Municipal da Educação;

VIII. 01 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º A indicação referida no art. 2º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

§ 3º Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º,

§ 4º Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.

§ 5º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;
II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
III. Estudantes que não sejam emancipados; e
IV. pais de alunos que:
a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo a Consolidar, por Decreto, as mudanças na Lei nº 3132 de 07 de agosto de 2007.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

. Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de fevereiro de 2009.
Gilson Luiz Vicenzi
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Melchior Berté
Procurador Geral do Município

LEI Nº 4029/2014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEI Nº 4029/2014 de 27 de novembro de 2014.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.575,00 (noventa e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais), na seguinte programação de despesa dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	98.575,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.018 – Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	2.725,00
3.3.50.00.00	01.00	5.850,00
3.1.90.00.00	01.00	25.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.019 – Subsídios dos Vereadores
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	65.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 01 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

LEI Nº 4030/2014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO CTG MARCA DA FERRADURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4030/2014 de 27 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO CTG MARCA DA FERRADURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, efetuar transferência financeira na ordem de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma única parcela, ao CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHA MARCA DA FERRADURA do Município de Xaxim, com CNPJ nº 78.480.464/0001-30, sendo este valor destinado atender as despesas de organização e infraestrutura do centro de Tradições e despesa para a realização do Rodeio Crioulo nos dias 05,06, e 07 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Xaxim, em especial da Resolução TC - 16/94 e de acordo com a Instrução normativa n.º 001 de 12 de março de 2001.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 01 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

LEI Nº 4028/2014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4028/2014 de 27 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a doar, sem ônus, os seguintes imóveis:

- I - Matrícula no CRI sob o nº 17413, lote urbano nº 361, com área de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados);
- II - Matrícula no CRI sob o nº 16.747, lote urbano nº 02-A, com área superficial de 300,00m² (trezentos metros quadrados);
- III - Matrícula no CRI sob o nº 17.414, lote urbano nº 02-C, com área superficial de 375m² (trezentos e setenta e cinco metros

quadrados).

Art. 2º. A Entidade a ser beneficiada com a doação é à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xaxim-SC, inscrita no CNPJ 02.709.676/0001-84.

Art. 3º. Fica reconhecido o relevante interesse público na presente doação, dispensando-se prévia concorrência pública.

Art. 4º. Fica condicionada a doação, com a cláusula de uso restrito e exclusivo à atividades voltadas à Associação :

§ 1º. Caso haja a extinção da Associação, ou os imóveis deixem de ser utilizado pelo mesmo, o imóvel retorna à propriedade do Município.

§ 2º. As condições de uso e a propriedade em favor da beneficiária possuem caráter perpétuo, ficando impossibilitada a alienação do imóvel.

Art. 5º. Deverá ser procedida a respectiva baixa do imóvel do patrimônio do Município.

Art. 6º. A presente doação destina-se exclusivamente ao funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xaxim - APAE, não podendo, sob hipótese alguma, ter outra destinação. O descumprimento implicará na imediata rescisão do presente negócio jurídico, independentemente de qualquer medida judicial. Fica ainda vedado qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, do uso ou posse deste bem imóvel.

Parágrafo Único - A doação de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada ao seguinte:

I - inalienabilidade permanente;

II - destinação do imóvel exclusivamente para destinação primária da Associação;

III - revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta lei.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 01 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 463/2014 NOMEIA SECRETARIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR PRIMÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 463/2014

Nomeia Secretario Municipal da Administração Ordenador Primário e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embaçadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RODRIGO VERIATO MORÁS, Secretario Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos de 02 A 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de dezembro 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 465/2014 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº. 465/2014

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2014 e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4029/2014 de 27 DE NOVEMBRO DE 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 98.575,00 (noventa e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais), na seguinte programação de despesa dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	2.041 – Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.02	98.575,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.018 – Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	2.725,00
3.3.50.00.00	01.00	5.850,00
3.1.90.00.00	01.00	25.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.019 – Subsídios dos Vereadores
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 01 de dezembro de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

AVISO DE PREGÃO 104/2014 - SOCIAL

MUNICIPIO DE XAXIM - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 104/2014 - SRP
PROCESSO LICITATÓRIO N. 210/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 104/2014, até às 08h45min do dia 15 de dezembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preço com pedido parcelado de material de consumo para fabricação/produção de artesanato, destinado a Secretaria de Assistência Social e aos setores do CRAS Primavera, CRAS Santa Terezinha, CREAS e CEACA, de acordo com o edital e seus anexos, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 02 de dezembro de 2014.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 020/2014

DELIBERAÇÃO n. 020/2014

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 475/2014/SAMAE, no qual a autarquia requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; e considerando o PARECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 11,98%, conforme solicitado pelo diretor Presidente da autarquia SAMAE de Jaraguá do Sul e conforme considerações contidas no parecer técnico da diretoria de regulação da ARIS;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos dos demais serviços prestados ao usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
4. A publicação pode ser dar em jornal de veiculação local, site da autarquia ou junto a fatura mensal;
5. A autarquia deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária devidamente calculada e publicada, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste veiculada aos usuários;

Florianópolis, 28 de novembro de 2014.
ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

CIGA

EXTRATO CONTRATO 404 - PGC - CURITIBANOS

Extrato de Contrato nº 404/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Curitiba

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Curitiba

CNPJ: 78.493.632/0001-21

CONTRATO Nº: Contrato nº 28/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 3.135,00 (três mil e cento e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 07 de novembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 405 - DOM - FORQUILHINHA

Extrato de Contrato nº 405/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Forquilha
CONTRATANTE: Município de Forquilha
CNPJ: 81.531.162/0001-58
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 235/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Forquilha no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de novembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 406 - PGC - BELA VISTA DO TOLDO

Extrato de Contrato nº 406/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Bela Vista do Toldo
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo
CNPJ: 02.317.211/0001-88
CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 01/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 25 de novembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 407 - DOM - BLUMENAU

Extrato de Contrato nº 407/2014
Contrato de Rateio - Blumenau
CONTRATANTE: Município de Blumenau
CNPJ: 83.108.357/0001-15
CONTRATO DE RATEIO Nº: 275/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Blumenau e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº GAPREF 001/2014.
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.
VALOR: R\$ 2.960,00 (dois mil e novecentos e sessenta reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

Florianópolis, 21 de novembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 408 - PGC - JOSÉ BOITEUX

Extrato de Contrato nº 408/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - José Boiteux
CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de José Boiteux
CNPJ: 01.633.360/0001-93
CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 01/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 75, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

Resolução CIGA nº 75, de 02 de dezembro de 2014
Decreta Ponto Facultativo e dispõe sobre o cronograma de publicações do DOM/SC para o ano de 2015.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no Contrato do Consórcio,

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de serviços no âmbito do CIGA no dia 02 de janeiro, em virtude do feriado nacional de 1º

de janeiro; nos dias 16 e 17 de fevereiro em função das festividades do Carnaval; no dia 03 de abril de 2014, em decorrência da Sexta-feira da Paixão de Cristo; no dia 20 de abril, em virtude do feriado nacional de Tiradentes; no dia 05 de junho em virtude da data de Corpus Christi; e no dia 24 de dezembro devido ao feriado nacional de Natal.

Art. 2º As edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina serão veiculadas de segunda a sexta-feira, exceto nos dias listados a seguir:

- I - 1º de janeiro, Confraternização Universal, feriado nacional;
- II - 02 de janeiro, ponto facultativo devido ao feriado nacional do dia 1º de janeiro;
- III - 16 de fevereiro, Carnaval, ponto facultativo;
- IV - 17 de fevereiro, Carnaval, ponto facultativo;
- V - 03 de abril, Sexta-feira da Paixão de Cristo, ponto facultativo;
- VI - 20 de abril, ponto facultativo devido ao feriado nacional de Tiradentes;
- VII - 21 de abril, Tiradentes, feriado nacional;
- VIII - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho, feriado nacional;
- IX - 04 de junho, Corpus Christi, feriado nacional;
- X - 05 de junho, ponto facultativo devido ao feriado nacional de Corpus Christi;
- XI - 07 de setembro, Dia da Independência do Brasil, feriado nacional;
- XII - 12 de outubro, Dia de Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;
- XIII - 02 de novembro, Dia de Finados, feriado nacional;
- XIV - 24 de dezembro, ponto facultativo devido ao feriado nacional de Natal;
- XV - 25 de dezembro, Natal, feriado nacional.

Art. 3º Os atos para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina devem ser cadastrados até às 08h00min da data de publicação.

Parágrafo único. Exceto os atos da edição do DOM/SC do dia 31 de dezembro de 2015 que deverão ser cadastrados até às 23h00min do dia 30 de dezembro de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, autoriza o emprego público, Sr. Wendel Fabiano Ribeiro da Silva, inscrito no CPF nº 026.372.699-10, a realizar a capacitação pretendida, conforme detalhes listados abaixo, nos termos determinados na Resolução CIGA nº 66, de 09 de junho de 2014.

Nome da Capacitação: Curso Superior de Gestão da Tecnologia da Informação

Local: Ensino à distância (virtual)

Período de realização: 01 de março de 2015 a 30 de junho de 2018

Instituição de ensino: Estácio de Sá

CNPJ da instituição de ensino: 34.075.739/0001-84

Florianópolis, 01 de dezembro de 2014.

Autorizado por,

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0015/2014 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0015/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 0002/2014.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Odontológicos, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 28 de novembro de 2014

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2014 - CARTUCHOS DE TONER E CARTUCHOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0033/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Abdon Batista, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Tangará, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 02 de janeiro de 2015 à 30 de junho de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço ITEM. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/12/2014 até às 09:00 horas do dia 15/12/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 15/12/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 15/12/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de dezembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2014 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0034/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Expediente, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e para o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 02 de janeiro de 2015 à 30 de abril de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/12/2014 até às 09:00 horas do dia 15/12/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 15/12/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 15/12/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de dezembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURC

EDITAL DE LICITAÇÃO 06/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 03/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2014

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL, para registro de preços para aquisição de insumos e filmes radiográficos para os equipamentos de Raios X, Ressonância Magnética, Tomógrafo e Mamógrafo, que realizar-se-á nos termos que preceitua as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 16/12/2014, às 14:15 horas para abertura das propostas, e as 14:00 horas do mesmo dia como último prazo para entrega dos envelopes. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado-CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, pelo telefone (47) 3622-5576, ou através do site www.amplanorte.org.br no link "Consórcio de Saúde".

Canoinhas, SC, 1º de dezembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Presidente